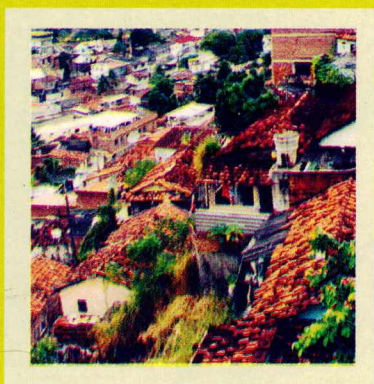
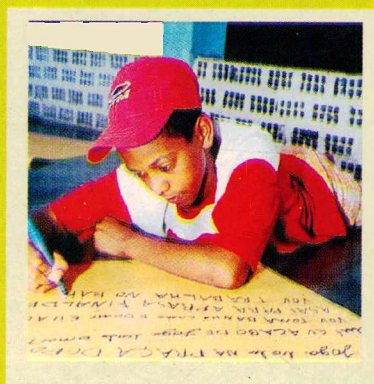




MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NO NORDESTE

Série Educação Popular - 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NO NORDESTE



**Escola de Formação
Quilombo dos Palmares**

Recife

2004

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NO NORDESTE

Conselho Diretor (Gestão 2004-2006):

Nádia Rodrigues da Silva (**Diretora Geral**), Maria do Rosário Barbosa da Silva (**Diretora Adjunta**), Maria de Fátima Mesquita da Silva (**Diretora de Formação**), Maria Margarete Luiz de França (**Diretora Administrativa**) e Eulina Morais da Silva (**Diretora de Articulação Regional**).

Suplentes do Conselho Diretor:

Quitéria Maria Ferreira da Silva, Maria Valéria Vasconcelos Rezende, Regina Lucia Emiliano Pinheiro e Jean Marie Van Damme.

Conselho Fiscal:

Boaventura Gomes de Almeida, Maria Edelvirgem de Carvalho Mota e Margarete Pereira Cavalcante.

Suplentes do Conselho Fiscal:

Antônio José Cunha da Silva e Eurico Fernandes da Silva.

Coordenação Pedagógica: Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá)

Coordenação Administrativa: Marcelo Olímpio dos Santos

Equipe de Educadores/as:

Gerson Flávio da Silva (**Comunicador**), Graça Elenice, Henrique Cossart, Joana d'Arc da Silva, Luciene Mesquita (Mana), Paulo Afonso Barbosa de Brito e Raimundo Augusto de Oliveira (Cajá).

Equipe Administrativa:

Adriane Aliete de Souza, Edgar Amorim, Edileuza Duque, Francisco Cruz, Marcelo Olímpio dos Santos, Maria José de Barros, Rildo Vêras, Rosemere Soares e Valdênio Sabino.

Esta publicação é de responsabilidade do Conselho Diretor da EQUIP Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Coordenação da Pesquisa sobre os Movimentos Sociais Populares:

Mônica Rodrigues Costa

Revisão de texto: Rogério Barata

Editor Responsável: Gerson Flávio da Silva (RP 1659/PE)

Impressão: L&M Gráfica e Editora

Arte Final: Karine Raquel

Tiragem: 1000 exemplares

Impresso no Brasil - 2004

Todos os direitos desta edição reservados à
Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP

E74m

Escola de Formação Quilombo dos Palmares

Movimentos sociais e educacionais no nordeste / Escola de Formação Quilombo dos Palmares – Recife: EQUIP, 2004.
260P. : il. – (Série Educação popular; 2)

1. MOVIMENTOS SOCIAIS—BRASIL (NORDESTE) — HISTÓRIA. 2. EDUCAÇÃO POPULAR— BRASIL (NORDESTE). 3. LUTAS SOCIAIS. 4. BRASIL (NORDESTE) — POLÍTICA SOCIAL. I. Título. II. Série: Educação popular ; 2.

CDU 316.334.56

CDD 305.5

PeR-BPE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
<i>Nádia Rodrigues da Silva</i>	
PREFÁCIO Os Movimentos Sociais do Nordeste.....	5
<i>João Francisco de Souza</i>	
Pesquisa Participante como um Processo Pedagógico na Educação Popular.....	9
<i>Flávio Lyra de Andrade</i>	
A Ação Política dos Movimento Sociais.....	26
<i>Mônica Rodrigues Costa</i>	
Os movimentos continuam vivos.....	41
<i>Carmen Silvia Maria da Silva</i>	
ERA UM SONHO E ERA VERDADE: O Movimento da Quixabeira no Sertão Baiano.....	56
<i>Luiz Mário dos Santos Araújo e Carmen Silvia Maria da Silva</i>	
MOPEC Semente de uma Nova Ordem Mundial.....	65
<i>José Antônio Marques de Oliveira</i>	
Em Defesa da Liberdade de Orientação Sexual.....	77
<i>José Antônio Marques de Oliveira</i>	
CEAPA: Unificando as Lutas dos Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas.....	94
<i>Geuzomar Soares Ferreira</i>	
A Luta por uma Política de Direitos dos Meninos e Meninas em Situação de Rua.....	107
<i>Geuzomar Soares Ferreira</i>	
ESCOLAS COMUNITÁRIAS - Entre o Estatal e o Público.....	118
<i>Edijane Maria Guimarães e Mônica Rodrigues Costa</i>	
NAS ONDAS DO RÁDIO.....	129
<i>Mônica Rodrigues Costa</i>	
MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DA PARAÍBA: Uma História a ser Contada.....	139
<i>Maria Lúcia Lopes de Oliveira e Ronildo Monteiro Ferreira</i>	
MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO:	
A Construção e Afirmação das Identidades.....	162
<i>Maria Lúcia Lopes de Oliveira</i>	
FÓRUM DE MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE:	
Articulando diferentes identidades e favorecendo a conquista de direitos.....	181
<i>Gardênia Margarida Medeiros Campos</i>	

HIPHOP CANGACEIRO: a expressão local de um fenômeno internacional.....	190
<i>Camila Brandão e Carmen Silvia Maria da Silva</i>	
UM OLHAR SOBRE A FAMCC: Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí - HISTORIA DE LUTAS E CONQUISTAS.....	204
<i>Ana Célia de Sousa Santos</i>	
AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO: Buscando melhorar as condições de produção agrícola e extrativista e a sua comercialização.....	217
<i>Ana Célia de Sousa Santos</i>	
A ALIANÇA DEMOCRÁTICA CLASSISTA DE CAXIAS E ALTO PARNAÍBA.....	227
<i>Eulina Moraes da Silva</i>	
SOCIEDADE NEGRA QUILOMBOLA DE CAXIAS SNQC Um Movimento de Luta.....	233
<i>Eulina Moraes da Silva</i>	
O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN.....	241
<i>Carmen Silvia Maria da Silva</i>	

APRESENTAÇÃO

A Escola de Formação Quilombo dos Palmares EQUIP- tem a alegria de editar o segundo volume da Série Educação Popular, resultado de um recente e qualificado processo de pesquisa que contou com o esforço coletivo de diversos movimentos sociais populares em sistematizar vivências históricas da luta da população organizada no Nordeste do Brasil.

Entre esses diferentes atores sociais devemos ressaltar a contribuição de educadores e educadoras, sócios e sócias da EQUIP e lideranças populares, cuja participação tornou-se imprescindível para que chegássemos a tal resultado que agora poderá ser disseminado pelo mundo afora, graças a sua publicação. A leitura deste caderno nos possibilita constatar o quanto essas pessoas e suas organizações tornaram-se protagonistas de uma longa trajetória, tecendo redes que hoje estão inseridas de forma atuante nas diferentes realidades da luta social e do fortalecimento da Democracia.

Cada linha sistematizada traz, portanto, a marca e a contribuição desses sujeitos políticos. Expressam nossa intenção em abordar os conteúdos da Educação Popular, com vistas ao fortalecimento da ação dos sujeitos sociais coletivos que se desafiam a desenvolver e a avançar na construção do conhecimento voltado para a transformação de uma realidade onde ainda salta aos olhos a exclusão social. Tais movimentos fazem parte deste cenário onde se pode sentir crescer a auto-estima do povo nordestino, que o faz cada vez mais acreditar que um novo Nordeste é possível.

A apropriação coletiva do conhecimento sistematizado é um dos caminhos para se avançar na direção das mudanças. No caso específico deste caderno, tal apropriação foi precedida do esforço de focar alguns dos principais movimentos sociais populares da nossa região Nordeste. A matéria prima básica da pesquisa originou-se das experiências dos movimentos sociais e das ações da Educação Popular, fundamentada na reflexão crítica sobre as práticas vivenciadas por seus diferentes atores.

O importante agora é que este volume transforme-se, pelas próprias mãos dos educadores e das educadoras, em um material de trabalho pedagógico, que possibilite a (re)leitura e o intercâmbio de informações entre realidades diversas, assim como o aprofundamento sobre as experiências aqui sistematizadas para que possam servir de faróis para novos portos, de fonte inspiradora para novas vivências organizativas e participativas. Esse efeito multiplicador sempre esperado nas ações da Educação Popular se dá no cotidiano dos movimentos sociais populares, em meio aos seus embates diários pela conquista, garantia e a criação de direitos.

Vivemos um momento histórico fundamental onde a sociedade civil organizada, consciente de seu papel, empenhada em ampliar as conquistas e consolidar o campo democrático e popular, precisa cada vez mais dessa apropriação do conhecimento sistematizado, a partir de suas experiências exitosas nas diferentes formas e naturezas de organização. Esse é um passo importante para o fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos organizados, no sentido de se assumirem enquanto sujeitos sociais que atuam nos vários espaços de definição, proposição e acompanhamento de políticas públicas, através de um processo sistemático de reflexão das práticas políticas locais.

A Série Educação Popular pretende contribuir na compreensão do papel e atuação dos diferentes atores sociais, de diferentes formas vinculadas aos conteúdos da Educação Popular, de modo a afirmar uma cultura política de fortalecimento dos movimentos sociais como sujeitos na construção de relações democráticas para o efetivo exercício da cidadania.

Nádia Rodrigues
Diretora Geral

PREFÁCIO

Os Movimentos Sociais do Nordeste

João Francisco de Souza

Os diferentes movimentos, em proporções e alcances distintos, fazem referências às emoções e crenças coletivas, manifestando, nas diversas sistematizações, processos cognitivos e discursivos. Esses aspectos contribuirão para superar os estudos que apenas têm enfatizado as organizações, as estruturas do Estado, o comportamento coletivo, para compreender os fenômenos sociais. Sem os primeiros nem os segundos aspectos interrelacionados e mais, vinculados às tradições culturais locais, com seus limites e suas possibilidades, não é possível compreender e potenciar os movimentos sociais populares.

Esses indicam uma verdadeira revolução cultural que mesmo não tendo seu centro no protesto político, em sentido estrito, indica mudanças nos valores, crenças, normas e estilos de vida, portanto na política e nas subjetividades. Demanda-se um mundo mais justo e solidário. Supõe uma ruptura com os esquemas tradicionais de signo autoritário que vem imperando em nossos dias. A construção de identidades coletivas dialógicas que buscam construir a solidariedade, a consciência, a mobilização das pessoas através de redes é de um valor inestimável para a construção de outras relações sociais. Os indivíduos constroem suas identidades individuais, mas também coletivas ou sociais ao tentar superar suas opressões, dominações, prepotências e subordinações sempre coletivamente.

A identidade social que é uma característica do indivíduo se conforma numa identidade coletiva que é uma característica dos grupos. Claro que as diferentes organizações sistematizadas, neste livro, não são em si mesmas, movimentos sociais populares, mas na medida em que fazem parte de uma corrente de opinião e constituem uma força social conformam com suas congêneres uma possível expressão de um movimento social popular.

Os movimentos sociais populares, na América Latina, têm se configurado de acordo com as oscilações estruturais e conjunturais da região. São históricos: **reativos e propositivos** frente às estruturas existentes e às conjunturas experimentadas. Têm se constituído como correntes de opiniões e forças sociais. Correntes de opiniões sobre os diversos campos da existência individual e coletiva. Força social expressa por organizações de divergentes naturezas, amplitude e vigor dos membros dos diversos segmentos das diferentes camadas da classe trabalhadora ao interagir com diversas e diferentes vertentes intelectuais e políticas, de interpretação e de ação frente às condições, favoráveis ou adversas, experimentadas na pátria grande.

Os indivíduos constroem suas identidades individuais, mas também coletivas ou sociais ao tentar superar suas opressões, dominações, prepotências e subordinações sempre coletivamente.

A literatura abundante, que vem sendo produzida desde a década dos 1970, com queda significativa na dos 1990, e retomada atualmente, tem revelado uma variedade de interpretações sobre a emergência, os alcances e significados do que se denominou, inicialmente, **movimentos sociais urbanos** e/ou **novos movimentos sociais**, nos vários países da América Latina.

Esses estudos oscilam entre o entusiasmo, que saúda essas ações como a "constituição de novos atores sociais e políticos", "promessa de futuro" (Telles 1988, p. 247, 248), e a acusação de práticas

locais que esgotam numa rotina de pressão sobre órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas; a fragmentação de interesse e a primazia de uma noção corporativa de direitos; o seu isolamento num certo tipo de comunitarismo que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; a afirmação de um basismo que tem como contrapartida a recusa de formas de representação política e uma visão instrumental das instituições (Telles 1988, p. 247).

Além do desencanto, quanto a sua transcendência em termos de ação coletiva, se explicitam as divergências epistemológicas, ideológicas e teleológicas que conformam o problema de fundo das análises. No entanto, é uma discussão que, aberta nos anos 1960, pode continuar fecunda como demonstram as diferentes sistematizações deste livro em relações a parcelas desses movimentos no Nordeste brasileiro. A variedade de temas, reações e proposições que comporta pelos problemas que não param de crescer com a avalanche dos ajustes econômicos e transformações culturais da região, e da imprecisão das proposições de quem está na luta e não tem tempo de documentar sua ação e analisá-la, são indicadores das dificuldades e limites desta temática, bem como sua atualidade e possibilidades.

Os primeiros passos desses movimentos surgem nas lutas e reivindicações por equipamentos de consumo coletivo. E no "deslumbramento" de alguns cientistas sociais, por esses "protestos", que levou a uma supervalorização das potencialidades dessas ações, caracterizadas como lutas na esfera da reprodução.

As lutas evidenciadas, inicialmente, são as que se desenvolvem no âmbito de nossas megalópoles, interpretadas a partir de uma "unidade conceitual", como reconhecem vários cientistas sociais, a exemplo de Cardoso 1983, Massolo 1992, Kowarick 1987, com fundamento na idéia de *contradições urbanas* cunhada por Manuel Castels. Também por Lojkin 1979 e Borja 1975.

Mas, por outro lado, essa certa unanimidade interpretativa se deve, também, à "aparente unidade" criada sob os regimes autoritários ou

ditatoriais latino-americanos, entre as esquerdas, religiosos e intelectuais progressistas bem como populares. Não se trata apenas de "uma unidade conceitual". Como afirma Ana Dias, dirigente urbana, brasileira, de São Paulo: *no tempo da ditadura, nós tínhamos mais unidade. O importante era ter o objetivo comum, naquele momento. Éramos praticamente clandestinos. O mais interessante era ter um conjunto de pessoas que acreditava numa força e que estava levando o trabalho adiante. Tudo aquilo marcou muito nossa vida.*

Nessa mesma linha, vale a pena conferir a representação social, o imaginário, o saber e as noções de seus próprios protagonistas, como se apresenta, neste livro, dialogando com a experiência social e intelectual do próprio leitor. Os movimentos sociais modernos começam historicamente no final da década de 1950 nas áreas rurais e urbanas dos países latino-americanos ganhando visibilidade a partir das análises dos cientistas sociais e das reações das ditaduras militares e/ou autoritarismos regionais. Seu começo, em determinado momento do tempo e lugar no espaço não se confunde, pois, com sua origem que diz respeito aos motivos, às causas de sua eclosão.

A suposição de que os movimentos sociais populares de perspectivas democratizadoras começam pelo encontro entre intelectuais, portadores de um pensamento crítico, em seu papel de agentes sociais, e membros das camadas da classe trabalhadora que se transformam em autores sociais, na sua interação conflitiva ou de cooperação com os atores sociais,

Os movimentos sociais modernos começam historicamente no final da década de 1950 nas áreas rurais e urbanas dos países latino-americanos ganhando visibilidade a partir das análises dos cientistas sociais e das reações das ditaduras militares e/ou autoritarismos regionais.

representantes de governos de turno, de empresas, igrejas tradicionais e partidos conservadores, se comprova no trabalho de campo que realizei, tanto no Brasil como no México. E confirma, também, a convicção dos políticos e intelectuais do capital, bem como o estudo de outros pesquisadores que demonstram a inexistência de movimentos sociais populares surgidos da espontaneidade. Contrária, assim, uma das características, a espontaneidade, indicada por Borja (1975:15). Concordo com Doimo (1986:17), mesmo que ela confunda origem com começo, quando afirma que: *A maioria dos movimentos sociais não são espontâneos, mas originados a partir da intervenção, na realidade, de determinadas forças sócio-políticas portadoras de interesses, diagnósticos e princípios que ganham materialidade e visibilidade através deles.*

Assim, forneço mais elementos à ira de alguns intelectuais de direita que, nesse encontro, descobrem a própria presença de "Satanás" no meio dos "pobres coitados, incapazes de distinguir o bem do mal", que não passam de quase "coisas e animais" nas tocas das montanhas, das selvas, dos pampas, sítios e tugúrios suburbanos de nossos países.

Segundo o depoimento de Davi Stival, intelectual da organização rural popular, do Brasil, chamada **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra** (MST), o começo de sua mobilização e, posterior, estruturação é resultado de uma iniciativa da intelectualidade da Igreja comprometida com os problemas dos camponeses e trabalhadores rurais que interpreta o final da década de 1970 e início da de 1980, como propício à sua deflagração. Segundo ele, a necessidade de se colocar na ordem do dia a questão da reforma agrária, a questão da terra, na verdade não surge da vontade pessoal ou política dos próprios trabalhadores. Ela surge a partir da intelectualidade, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do pessoal comprometido da Igreja. Esse pessoal percebia que havia um espaço para gestar um movimento, pois a realidade do campo era terrível, criada pela própria política agrícola e agrária implementadas pelos governos militares (Stival).

Ou na formulação de Ana Dias, anteriormente citada, o movimento urbano

popular nasce nas casas dos trabalhadores a partir de suas necessidades assessorados por militantes religiosos, políticos e universitários, nos idos da ditadura brasileira. Naquela época *criança que estava com dez anos já tinha uma experiência. O trabalho nasceu dentro de sua casa. Participava mãe, avó, tia, irmãos,*

Foto: Paulo Lopes



crianças. Todos lutam juntos. Estava ligado à Igreja que tinha uma visão aberta, mas era ainda limitada. Participavam também pessoas de grupos de esquerda. Pessoas da universidade. Ampliava a visão com o componente social, vendo o lado político da história. Era todos trabalhando juntos com o povo diante das terríveis necessidade que se padecia. Nós fazíamos estudos, tínhamos discussão, aprofundamento.

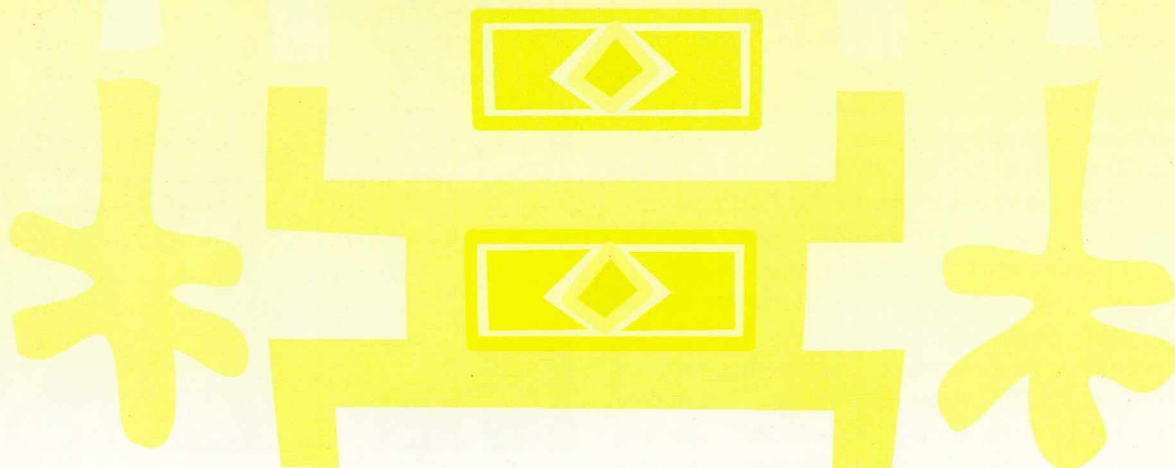
Assim, se poderia fazer desfilar todos os depoimentos de intelectuais ou dirigentes brasileiros e mexicanos. Fica muito claro que a origem são os problemas, as necessidades, as dificuldades de trabalho, de vida, de moradia, de diversão, a estrutura agrária, a política agrícola, a estrutura urbana, de emprego. E o começo, o encontro, o confronto, a tensão entre intelectuais e populares num determinada conjuntura, numa determinado espaço.

Para aumentar, portanto, a ira de alguns intelectuais da direita, constato que todas as organizações que se reclamam do movimento social popular se fixam como objetivo consciente, não importam os resultados, formar entidades independentes, democráticas, de

oposição ao modelo urbano e agrário e ao projeto político predominantemente excludentes. Tudo se dá como se os agentes sociais se tivessem proposto, como condição para plantar o enxerto transformador, fazer crescer primeiro a sólida planta silvestre das associações independentes reivindicativas (Nuñez 1990a: 146).

E mais, os movimentos sociais populares são antecidos por grupos de

reflexão, de ação cultural, de oração, de auto-produção, de mulheres, de jovens, de ajuda mútua, de solidariedade, de reivindicação, as mais variadas e, até, divergentes. Por outro lado, evidenciam um dos fenômenos políticos e pedagógicos mais significativos da sociedade latino-americana, nos últimos quarenta anos, explicitando um encontro fundamental para a transformação cultural: o encontro entre intelectuais e populares.



Pesquisa Participante como um Processo Pedagógico na Educação Popular

Flávio Lyra de Andrade

O esforço em compreender os movimentos sociais populares, na complexidade da sociedade brasileira, nos tem desafiado constante e especialmente a partir dos anos 90, após o período das fortes mobilizações que marcaram a década de 80. Por essa razão, em abril de 2001, a Escola de Formação Quilombo dos Palmares - Equip e Rede de Educadores Populares do Nordeste desencadeamos um processo de pesquisa, com término no final de 2002, sobre os movimentos sociais na região Nordeste. A Equip é uma organização não governamental que há quatorze anos atua na formação de integrantes de entidades populares e similares no Nordeste e a Rede é uma articulação de educadores e educadoras populares dos nove estados desta região vinculados a movimentos, organizações de apoio, pastorais e outras entidades.

A iniciativa da pesquisa deve-se à necessidade de construir uma leitura atualizada acerca de movimentos sociais populares no Nordeste brasileiro: suas trajetórias a partir da década de 1990, seus objetivos e métodos de ação, sua capacidade e potencial para intervir na realidade e para construir identidades coletivas. Toda a pesquisa foi realizada tendo como base a construção de um processo pedagógico, norteado pelo diálogo e capacitação permanente de todos os sujeitos direta ou indiretamente nela envolvidos. A idéia era desenvolver um processo de reflexão coletiva, que colaborasse para subsidiar os movimentos sociais populares com novos elementos de análise de suas iniciativas de intervenção sociopolítica na realidade atual, inspirando-se para isso na educação popular.

A aplicação de um instrumento como a pesquisa cria a possibilidade de debater mais acuradamente a tensão existente entre a propalada “crise” dos movimentos, hoje, e sua afirmação como sujeitos coletivos de transformação social, no contexto nordestino de desigualdades. A ação formativa, em qualquer âmbito e especialmente junto aos movimentos sociais populares, exige a interrogação permanente acerca da realidade, aos elementos estruturais e conjunturais que a conformam e como nela se expressam as lutas sociais.

A hipótese que nos moveu foi a de que a noção de crise não explica suficientemente os novos perfis e as novas situações que envolvem os movimentos sociais populares. As alterações em suas identidades coletivas estão ora em parte relacionadas ao contexto, ora em parte à formulação permanente de projetos, a qual se expressa numa utopia de transformação social, construindo novos significados para afirmação da cidadania e da emancipação humana, criando um campo político democrático popular.

Este processo de pesquisa iniciou-se em 1996 e teve como primeira etapa um cadastro dos movimentos sociais na região Nordeste denominado “Mapeamento dos Movimentos Populares no Nordeste”⁽¹⁾. Reúne um levantamento de 2.007 movimentos sociais. Com o material coletado, foi possível constituir um cadastro de entidades e disponibilizá-lo em uma base de dados eletrônica e em apostila para uso dos interessados.

As avaliações quanto ao resultado do mapeamento apontaram alguns problemas de delimitação. O principal foi não viabilizar uma metodologia única em todos os estados, o que

1 - Disponível em papel e banco de dados na Equip.

prejudicou a comparabilidade dos dados. Apesar das dificuldades, o “Mapeamento dos Movimentos Populares no Nordeste” se constitui num banco de dados bastante rico para articulações políticas e para fornecer uma idéia da diversidade temática que envolve a luta social no Nordeste. Com o intuito de dar continuidade à *reflexão política e teórica sobre os Movimentos Populares* na região, decidiu-se avançar na realização de uma segunda etapa da pesquisa, então de caráter qualitativo.

A iniciativa deveu-se tanto à necessidade de compreender os movimentos sociais populares no contexto atual, atualizando assim o debate, quanto possibilitar aos que fazem e estão junto a esses sujeitos aprofundar a reflexão das práticas por eles e elas desenvolvidas.

Ao utilizar a pesquisa como instrumento de reflexão coletiva, buscou-se subsidiar os movimentos sociais populares com novos elementos de análise sobre sua ação e realidade atual, a favorecer um processo de formação em pesquisa a um grupo de educadores(as) populares.

Foto: Paulo Lopes

Como o campo dos movimentos sociais populares é vasto, delimitamos o trabalho a partir da idéia de *foco*, com o estabelecimento de alguns critérios:

A) a expressividade política do movimento no estado organização ou articulação em âmbito estadual, visibilidade política e intervenção nas políticas públicas;

B) uma amostra a garantir a diversidade dos movimentos na região rural e urbano, diferentes temáticas, mundo da vida, mundo da produção;

C) viabilidade operacional da pesquisa no estado conhecimento e possibilidade de aproximação do pesquisador, custos financeiros;

D) opção preferencial por uma organização/entidade e não por ações, formas de luta ou articulações.



A excepcionalidade da seleção ocorreu na inclusão do Fórum de Mulheres, do Rio Grande do Norte, que reúne grupos de base, movimentos e ONG's. A ausência no processo seletivo de movimentos eclesiais populares, movimentos sindicais urbanos e rurais e MST deveu-se ao entendimento de que sobre tais sujeitos já se encontra uma vasta produção, que poderia ser consultada para complementar o quadro do levantamento de informações que a pesquisa pretendia alcançar.

Selecionamos 18 movimentos a serem pesquisados, sendo dois de cada estado da região:

- Sociedade Negra Quilombola e a Aliança Classista das Associações de Bairro, em Caxias no Maranhão;
- Federação das Associações Comunitárias e Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu, no Piauí;
- Movimento hip-hop e o Movimento de Pescadores, no Ceará;
- Fórum de Mulheres e a Associação de Assentados da Reforma Agrária, no Rio Grande do Norte;
- Movimento de Luta pela Moradia e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, na Paraíba;
- Associação Brasileira das Rádios Comunitárias e a Associação dos Educadores e Escolas Comunitárias, em Pernambuco;

- Central Estadual de Assentados e Pequenos Agricultores e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, em Alagoas;
- Movimento Popular de Ecologia e o Dialogay movimento de homossexuais, em Sergipe;
- Quixabeira movimento cultural e Neoger Okan movimento negro, na Bahia.

Problematização e Contexto

Para problematizar o estudo em questão, é importante compreender os elementos do contexto que interferem na vida dos movimentos. A partir dos anos 80, e mais aceleradamente nos anos 90, os cenários nacional e internacional sofrem mudanças em seus diversos aspectos. Cresce no mundo todo a pobreza e a concentração de riquezas, especialmente nos países em desenvolvimento. No Brasil, os efeitos da inserção submissa no mercado global são visíveis: o desemprego massivo, a precarização do trabalho, a ampliação de formas de trabalho informal e cooperativo estão por toda parte. Isto tem um efeito aparentemente desmobilizador nos movimentos sociais populares e/ou tem provocado mudanças na sua estratégia de intervenção social e representação política.

Além disso, a implementação do projeto neoliberal ² implica na redução do papel do Estado nas políticas públicas em geral e no setor de produção, é a chamada “Reforma do Estado”, que tem impactado sobremaneira a relação dos movimentos sociais populares com as agências públicas e a própria construção da esfera pública.

Os reflexos sociais desse padrão de desenvolvimento e de Estado são evidentes: redução ou mesmo ausência de qualidade de vida para a maioria da população; acesso diferenciado dos segmentos sociais à educação, saúde e informação; aumento da violência, principalmente entre os jovens; mais de 40 milhões de brasileiros(as) passam fome.

No Brasil, os efeitos da inserção submissa no mercado global são visíveis:
o desemprego massivo,
a precarização do trabalho, a ampliação de formas de trabalho informal cooperativo estão por toda parte.

Os índices sobre as condições de vida cada vez mais alarmantes não colaboram para a efetivação de uma sociedade democrática. A completude da democracia depende de sua capilaridade social, melhor distribuição de renda e participação política. Ainda assim, a democratização ocorrida expressa alteração nas relações de poder e possibilita o surgimento e a expressão de lutas sociais em padrões bastante diferenciados dos correntes na década de 80, por vezes difíceis de serem reconhecidos.

A dificuldade de reconhecimento de novos perfis nos movimentos sociais populares possibilitou o surgimento de análises que tratam da “crise” desses movimentos. Um rastreamento dessas análises indica três principais tendências, a saber: a crise política, com alteração nos padrões de mobilização e dificuldade de construção de projetos políticos de cunho nacional e estratégico; a crise de paradigmas, que provoca um esvaziamento nos modelos analíticos centrados em uma certa teoria marxista; e a crise a partir dos efeitos do contexto gerado pelo impacto da globalização neoliberal no cenário econômico, social, político e cultural.

Uma das intencionalidades deste trabalho foi provocar o estranhamento acerca de tais processos explicativos, buscando compreender as configurações desses movimentos no cenário

² - Perry, Anderson (1995:22) considera o neoliberalismo como “um campo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”.

atual em diálogo permanente com a história brasileira e, particularmente, com os processos culturais, sociais e políticos nordestinos, no qual se tem forjado.

Atualmente, existe uma diversidade de movimentos sociais populares que atuam em diferentes frentes: na área da saúde, da educação, de gênero; na defesa dos direitos dos adolescentes e idosos; contra a corrupção; na geração de emprego e renda; pelo acesso e posse da terra; pelo resgate da cultura local e regional, enfim, as lutas dirigem-se a todo tipo de opressão e desigualdade social. O Nordeste, desde sua origem, é marcado por essas lutas. Gohn (1995) em seu estudo sobre a história dos movimentos e lutas sociais apresenta inúmeras delas já no período colonial

Foto: Paulo Lopes



Foto: Paulo Lopes



Confederação do Equador, a Balaiada, a Revolta de Canudos, entre outras.

Isto, em parte, se deve à forma de inserção do Nordeste na realidade nacional, subordinada a uma lógica de integração dependente do Brasil na globalização. Inserção que se expressa a partir de atividades que apresentam condições de competitividade no mercado global, a partir de alguns pólos econômicos que conformam "ilhas de prosperidade", que excluem do processo de desenvolvimento as áreas mais pobres, que são o maior contingente desta região. Assim sendo, as políticas de investimento se reportam exclusivamente a alguns setores, dificultando o crescimento econômico e a eliminação das desigualdades.

Essa realidade política tem se beneficiado de um imaginário social sobre o Nordeste, imaginário que se constitui junto à própria construção de região e regionalidade (Penna, 1992 e Albuquerque, 1999), com efeito externo e ao mesmo tempo internalização da posição de vítima pelos nordestinos. Reforçado pela cultura política tradicional o exercício do patrimonialismo, do clientelismo, cujo poder dos chamados "coronéis" das famílias oligárquicas alimentou durante um grande período, instaurando o discurso da seca e da fome, como forma de trazer a si investimentos do Estado nacional. Para isso contribuiu o sistema de representação política no Congresso Nacional, que tem favorecido a participação desproporcional das regiões.

Historicamente, as elites construíram um imaginário sobre o Nordeste cuja ênfase é dada à discriminação e à vitimização, difundindo a idéia de que o Nordeste por ser mais pobre e miserável do que o resto do país precisaria de recursos públicos mais vultuosos, dos quais as elites dominantes sempre se apropriaram, mas não para superar as desigualdades, o que hoje já aponta para sinais de mudança.

A compreensão de Nordeste a partir destes pressupostos escamoteia o potencial político da sociedade nordestina e particularmente dos setores populares; congela a imagem num retrato preto e branco de catatonia e marasmo. Para "sacudir essa poeira", é preciso compreender e mesmo desmistificar a conformação desta sociedade. Neste caso, optou-se pela configuração dos movimentos sociais populares na região, na sua problematização e na maneira pela qual

“movimentam” a região ao dinamizarem suas próprias identidades.

Exemplos disso são os movimentos rurais que atualmente disputam propostas de políticas para o conjunto do semi-árido, provocando a agenda nacional a incorporar em sua pauta o debate sobre a formulação de políticas públicas de convivência com o semi-árido e a questão da desertificação. Outro aspecto é a participação dos movimentos sociais populares como *interlocutores do controle social das Políticas Públicas e em especial da fiscalização dos orçamentos públicos*.

Além disso, por que é importante desmistificar essa concepção de Nordeste? Porque atrás dessa aparente dicotomia NordesteSul encontra-se a permanência de uma elite econômica *que manipula e mantém a hegemonia política que representa o Nordeste*. E mais ainda, uma elite que compõe o capital nacional e ocupa continuamente cargos de relevância no cenário político nacional.

Outro elemento relevante discutido nesta pesquisa diz respeito à “institucionalização” de alguns movimentos. É recorrente na literatura nacional, e mesmo nos discursos a respeito dos movimentos sociais populares, a discussão sobre a “organização” em detrimento do ser “movimento”. Há referências de que as várias pressões de cunho financeiro e político, desenvolvidas junto aos movimentos, têm orientado a uma certa institucionalização. Para nós, a institucionalização em uma organização diz respeito a tornar um dado discurso e uma dada prática em elementos fundantes de sua autoconstituição, e não em legalizar-se ou apenas manter práticas de planejamento ou prestação de contas, como querem alguns. É, portanto, um fenômeno bem mais complexo do que indicam as aparências ⁽³⁾.

O localismo das ações, que demarcam o surgimento de grande parcela dos movimentos, é também referência constante do debate. É inegável sua existência, porém é recusável que o localismo, o cotidiano, o imediato, estejam isolados. Pode-se até crer que no passado isso ocorresse, mas num cenário de globalização, de acesso a informações de outros locais e pela multiplicidade de relações de poder e de negociação que geralmente acediam os movimentos sociais populares é pouco provável que ainda se mantenha.

A relação com outros sujeitos coletivos (Igrejas, ONGs, partidos...) por vezes colabora para o surgimento dos movimentos, bem como para apresentar-lhes várias visões de mundo e projetos de sociedade. Muitos desses sujeitos continuam apoiando suas existências, influenciando a formação das concepções, estabelecendo um “jogo de forças” que por vezes aparecem sob a forma de disputas políticas.

A possibilidade de inclusão de diversos interesses tem encontrado lugar na formação das redes de movimentos sociais⁽⁴⁾. Vários estudos as observam como formas organizacionais, como campos ético-políticos que dinamizam valores e princípios sociais e/ou como estratégia de aglutinar forças sociais. As redes podem colaborar para recriar significados a partir da construção de projetos que aglutinam diversidade na disputa da direção política das lutas, na configuração da intervenção da sociedade civil nas políticas públicas e na constituição de uma institucionalidade democrática.

As redes de movimentos sociais, num ambiente de democratização, estão tão desafiadas quanto os movimentos, em particular à mudança de posturas, no que diz respeito ao exercício da participação nos canais institucionais. Há quase que uma exigência por capacidade de proposição e negociação que coloca em evidência o conflito no interior do espaço estatal, na luta por políticas públicas. Tradicionalmente, essas posturas em relação ao Estado são autonomistas, reativas, de

³- Ver Silva, 2001.

⁴- Ver Silva e Mesquita, 2002.

confronto, muito desconfiadas das estruturas e dos limites institucionais, às vezes adesistas, despolitizadas e sem capacidade crítico-propositiva.

Há ainda no contexto os componentes da globalização e neoliberalismo, que afetam a sobrevivência dos militantes e da população em geral. Contudo, os militantes são, em boa parcela, provenientes das classes trabalhadoras, ou seja, sua situação na estrutura econômica nunca foi privilegiada. A que podemos então atribuir a propalada redução quantitativa de militância? Desconfia-se desta idéia e verifica-se que a diversidade de movimentos existentes congrega um grande número de militantes, entretanto, as formas de participação e de atuação também se diversificaram mais na década de 90. A fixação em um modelo de militância, de participação e mobilização que não se enquadram na atualidade dificulta ver esta diversidade.

O militante-padrão, "antiga esquerda", que dedicava sua vida totalmente à "causa", o que muitas vezes significava ocupar todo o seu tempo com tarefas da Organização, está em declínio. Ele passou a valorizar outras dimensões de sua vida, a considerar a subjetividade como importante elo de participação política, alterando-a; busca novas formas de realização: na vida cotidiana, no lazer, na afetividade, no auto-reconhecimento de múltiplas identidades do ser homem, mulher, negro(a), jovem, urbano, rural, etc., valoriza as dimensões da criatividade e cultura como forma de potencializar a identidade das organizações, grupos, comunidades.

A participação expressa nas grandes manifestações de massa e greves vividas em décadas anteriores, dá lugar a novas formas como as ocupações urbanas e rurais realizadas na década de 1990, ou as articulações em fóruns, plenárias e redes temáticas que provocam as agendas políticas a incorporar novas demandas, crescem ainda novas expressões culturais juvenis, grupos produtivos de economia popular e solidária, entre outros.

Com relação à fragmentação dos movimentos sociais, principalmente exposta nas explicações de sua crise, é importante resgatar a pluralidade da formação social brasileira, as diversas influências que a marcam. O "mito" da homogeneidade não pode ser utilizado para uma leitura da cultura brasileira. Vários estudiosos enfocam as contribuições e limites de uma colonização baseada numa composição social heterogênea. A idéia de unidade, no sentido de unificação, dos movimentos sociais se deve a uma visão de sujeito único da transformação social, que foi cara para várias organizações de esquerda. A emergência dos novos movimentos sociais, no Brasil e no mundo, derrotou esta idéia, ao demonstrar a possibilidade prática da pluralidade de sujeitos em lutas por transformação em campos diferenciados da vida social.

No cenário em que se observa um certo esgarçamento do tecido social gerado pelo modelo de desenvolvimento adotado, em especial pela ascensão da violência, expressos em vários tipos de organização social que fomentam o sectarismo as gangues urbanas, os neo-nazistas, o tráfico de drogas, ao mesmo tempo, são geradas também alternativas pelos movimentos e organizações sociais que constroem modos de vida que se contrapõe a esse esgarçamento, como: as novas formas associativas, o investimento no resgate cultural, o fortalecimento da agricultura familiar com práticas agroecológicas, a economia popular solidária, o fortalecimento de comunidades tradicionais.

A discussão sobre a ausência de visibilidade dos movimentos sociais populares também tomou corpo no período atual. O padrão mobilizatório "de rua" acostumou o olhar e os sentidos dos estudiosos e dos "velhos militantes". Padrão necessário no período de

Foto: Paulo Lopes



supressão dos canais de comunicação políticos entre a sociedade civil e o Estado, contudo, como pudemos observar, outros padrões mobilizatórios foram aos poucos criados e/ou ocupando maior espaço.

Além de novas formas de comunicação estarem sendo experimentadas pela sociedade na relação com o Estado, isso de certa forma tornou as manifestações de massa menos imprescindíveis, ainda que elas continuem ocorrendo em situações em que é necessário demonstrar a força de um dado movimento. Outro elemento importante é a eleição de parlamentares progressistas, que também servem como importantes canais de escoamento das demandas populares e as gestões municipais e estaduais de caráter democrático e popular que têm estimulado uma nova dinâmica de participação social nesses níveis de poder a exemplo o Orçamento Participativo.

Apreender os significados dos movimentos sociais populares na região Nordeste pode colaborar para desmistificar os significados historicamente atribuídos, bem como para perceber as alterações provocadas na dinâmica societária, a partir da ótica dos setores populares.

Nas oficinas, trabalhamos os aspectos teóricos e metodológicos necessários, na busca de articular rigor teórico com metodologia participativa, pesquisa com educação popular, conhecimento com organização social.

Metodologia

A preocupação com a dimensão político-pedagógica deste processo orientou a opção pela metodologia de pesquisa participante, e mais especificamente de pesquisa-ação, como perspectiva metodológica a ser adotada⁽⁵⁾. No entanto, algumas ressalvas são necessárias. A pesquisa participante

costuma seguir uma metodologia que centra sua preocupação na construção de projetos de ação, relacionando o processo de investigação a uma ação político-educativa. Nesta pesquisa optamos por organizar um grupo de trabalho formado por nove pessoas das Redes de educadores(as) e militantes acompanhadas pela EQUIP, que realizaram a pesquisa com dois movimentos, em cada Estado. Frente a esta diversidade não nos colocamos a tarefa de planos de ação específicos, mas de refletir sobre desafios gerais que estão colocados para o conjunto dos movimentos.

O processo consistiu em reunir este grupo de nove educadores/as populares em cinco *oficinas de pesquisa durante quase dois anos de duração*, em Recife, e na realização do trabalho junto aos Movimentos nos nove Estados da região. Este trabalho consistiu em contatos, pesquisa documental, entrevistas, estudos bibliográficos até a elaboração final do artigo sobre cada movimento pesquisado. Durante o processo, vários desses educadores entraram em interação com os movimentos para além da pesquisa propriamente dita, colaborando com atividades formativas e com articulações.

Nas oficinas, trabalhamos os aspectos teóricos e metodológicos necessários, na busca de articular rigor teórico com metodologia participativa, pesquisa com educação popular, conhecimento com organização social. O que nos interessou extrair da pesquisa participante foi as dimensões dialógico-interativas e político-pedagógicas, construindo a relação entre a ciência e a perspectiva militante, subsidiando a prática pedagógica e política dos educadores/as populares que compõem as Redes e as entidades a que estão ligados.

Esse processo, no entanto, tem particularidades quanto à composição do grupo de pesquisadores(as), pois são educadores/as que têm experiências e acúmulos diferenciados em relação ao exercício e à prática da escrita de texto, sistematização, elaboração de análise. Isso nos

⁵- Ver Thiollent, 1986 e Barbier, 1985.

levou a alguns cuidados com o processo de aprendizagem, de modo a gerar o acolhimento das diferenças no grupo e a potencializar as capacidades individuais no enriquecimento do coletivo. Além disso, ficamos atento/as à elaboração e manejo dos instrumentos de pesquisa, em especial na coleta de dados.

Como se optou pela pesquisa participante, partiu-se no processo pedagógico dos pressupostos da Educação Popular no que concerne a sua concepção pedagógica, para a qual a noção de sujeitos e sua formação como seres autônomos e críticos é fundamental. A noção de sujeito, potencializada pela Teologia da Libertação da Igreja Católica e por Paulo Freire em sua proposta pedagógica, significa a capacidade de interferir nos processos históricos, de produzir ação crítica, criar novos modos de vida e emancipar-se. A capacidade de interferir nos processos históricos impõe a construção de uma cultura política, que ressocialize os indivíduos com base na solidariedade, cooperação e nos processos de opinião e vontade coletiva (Lima, 1998).

Para a concretização desses pressupostos e para a legitimidade social da pesquisa, foram fundamentais a elaboração coletiva do projeto de pesquisa; as bases teóricas do estudo; as técnicas de coleta e análise dos dados multivariadas e com instrumentais elaborados coletivamente; os relatórios de pesquisa como produção e sistematização do conhecimento e a sua discussão coletiva; e, sobretudo, a realização de oficinas como espaços pedagógicos para formação do grupo de pesquisadores/as populares, que buscaram ao mesmo tempo dar uniformidade às compreensões conceituais com as quais se trabalha, aprofundando paulatinamente a aproximação com a teoria.

O elemento primordial da primeira oficina da pesquisa foi a perspectiva de construção da identidade do grupo, trabalhando as motivações e experiências de cada membro do grupo. Debateu-se inicialmente os conhecimentos produzidos sobre movimentos sociais e as categorias de análise propostas para a pesquisa, tomando como referências uma exposição dialógica e estudo de textos, de modo a identificar os desafios para a intervenção dos movimentos sociais na atualidade, construindo problematizações que ajudassem o planejamento da pesquisa.

Optou-se por trabalhar um conjunto de textos-base para o projeto de pesquisa, ainda nessa oficina, que receberam sugestões e ajustes para a elaboração final do projeto; debateu-se a importância do aporte etnográfico para a pesquisa de campo, especialmente no aspecto da observação, intercalando os estudos com exercícios práticos de observação e de registro de informações. Ao final da primeira oficina, construiu-se um roteiro com eixos temáticos para a pesquisa documental e a observação.

Na segunda oficina, a ênfase foi avaliar a primeira etapa do processo, cuja matéria-prima foi o primeiro relatório da pesquisa documental e da observação realizada pelos pesquisadores. Num primeiro momento, eles compartilharam as experiências pessoais com a apresentação das dificuldades encontradas, descobertas, preocupações e questões gerais. Posteriormente, formaram-se grupos para leitura dos relatórios apresentados, com observação sobre acertos, lacunas, problemas metodológicos e sugestões. Os relatórios foram considerados como produtos em um processo cumulativo, que deveriam avançar em sua elaboração, a servir de base para os grupos na construção do roteiro de entrevista semi-estruturado que deveria ser feita a posteriori, como de fato ocorreu.

A prioridade na terceira oficina foi aprofundar teoricamente a pesquisa, a partir das problematizações levantadas pelos pesquisadores no decorrer das entrevistas, de maneira a potencializar a elaboração do segundo relatório e subsidiar o exercício de análise. Deste modo, individualmente, eles e elas apresentaram suas inquietações, reflexões, impressões, dúvidas, contradições encontradas, as quais serviram de fonte para a discussão sobre os referenciais teóricos da pesquisa, para relacionar as problematizações levantadas no início do processo com as categorias analíticas. Como exercício, utilizou-se um texto sobre um movimento social, para que fosse analisado a partir dos conceitos estudados. Por fim, elaborou-se um roteiro para o relatório de

cada movimento, agora com exigências mais analíticas.

Para a quarta oficina, elegeu-se investir na elaboração dos relatórios de cada movimento, uma vez que alguns/as pesquisadores continuavam encontrando dificuldades. Oportunizou-se a discussão coletiva dos trabalhos; apresentação individual de dificuldades, problematizações e constatações, seguidas de debate e observações feitas pelo grupo, para enriquecer as reflexões. Introduziu-se a exposição dos conceitos centrais utilizados na pesquisa cultura política e identidade, a partir de sua aplicação em outras pesquisas sobre movimentos sociais populares, resgatando o caminho percorrido, debate teórico e questões de relevância para os estudos. Ao final, “dicas” foram formuladas para a prática da escrita e produção do conhecimento: uso de citações, referências bibliográficas, lógica de construção de texto, unindo os dados às categorias, entre outras.

A quinta e última oficina teve como mote a finalização dos relatórios e a construção da análise geral acerca dos movimentos sociais populares estudados, através da distribuição do coletivo em três grupos temáticos para sistematização:

- 1) vida interna dos movimentos sociais;
- 2) intervenção dos movimentos sociais e
- 3) o processo pedagógico da pesquisa.

Como preparação, foram produzidos textos que serviram como base de reflexão, foram colhidas sugestões para a análise geral. Nessa oficina, discutiu-se mais profundamente todo o processo pedagógico da pesquisa e avaliou-se os resultados gerais, aprendizagens, vivências, habilidades desenvolvidas e a dimensão de militância que acompanhou o processo.

Numa perspectiva de educação popular de aprender a fazer fazendo, considerando a inteireza do ser gente a cada processo de elaboração dos instrumentos de pesquisa e debate teórico, vivências e reflexão se integraram, no sentido de proporcionar uma maior apropriação dos conhecimentos produzidos em cada oficina.

Como exemplo, houve a vivência de observação de campo em um mercado público. Os pesquisadores foram orientados com diferentes objetivos (a presença do religioso, relação homem-mulher, arquitetura, códigos de comunicação, relação adulto-criança e ocupação do espaço) para registro das observações, num caderno de campo, naquele espaço público, durante uma oficina. Ao retornar, socializaram as observações e discutiu-se a vivência, refletindo sobre o significado da opção metodológica para o trabalho do pesquisador.

Ao finalizar o roteiro de entrevistas, também em uma oficina, propôs-se um exercício semelhante ao anterior: a aplicação das entrevistas com pessoas de outros movimentos, presentes no espaço no qual se realizou a oficina. Após a aplicação, ficaram evidentes os problemas embutidos nas questões do roteiro e, coletivamente, procurou-se resolvê-los.

A abordagem vivencial contida nas oficinas considerou ainda dois outros aspectos: a experiência do movimento social que estava sendo pesquisado e a experiência dos pesquisadores como elementos de produção do conhecimento sobre os movimentos sociais. Outro aspecto foi conjugar a subjetividade embutida nas experiências com a pesquisa, expectativas, inquietações, envolvimento, percepções das viagens, enfim incorporar a riqueza das vivências de cada um no processo. Essas vivências colaboraram para as reflexões e trocas no coletivo.

A lógica de construção do conhecimento foi processual e coletiva, alternando os momentos individuais de estudo e coleta de dados com momentos coletivos de troca de experiência e reflexão sobre as descobertas: trajetórias dos movimentos; relação com o contexto específico dos estados e o nacional; metodologias diversificadas de intervenção social; divergências políticas internas, outras.

Em função disso, quanto ao produto final, os relatórios sobre 16 movimentos entre os 18 com os quais iniciou-se o projeto, não são uniformes, não possuem formatos e densidades similares. A postura adotada pela coordenação foi estar aberta para acolher a diversidade e heterogeneidade como um traço característico desse grupo e do processo. O acolhimento das diferenças também implicou em subsidiar cada pesquisador com textos específicos que ajudassem a fazer uma ponte entre a discussão das categorias mais gerais (identidade e cultura política) com particularidades presentes nos movimentos pesquisados.

As categorias: movimentos sociais populares, cultura política e identidade

Na construção do processo de formulação de argumentos que fundamentassem o debate sobre as diferentes experiências dos movimentos observados, foi necessário talhar entendimentos sobre a noção de movimento social popular e a conceituação de identidade e cultura política.

Movimentos sociais populares

A noção de movimentos populares é basicamente uma autodefinição que se origina no Brasil ainda em fins do período militar. Busca se posicionar em antagonismo ao sistema ditatorial vigente e, ao mesmo tempo, construir uma identidade específica, demarcando uma diferenciação do movimento sindical e partidário. A designação *movimentos sociais* tem sido empregada para analisar o conjunto das lutas sociais, sejam do campo sindical ou popular, para questões de discriminação ou temáticas que demandam uma organização em forma de movimento.

Por outro lado, a noção de movimento sindical, também largamente utilizada, demarcou o campo das lutas entre o mundo do trabalho e o do capital, o denominado mundo da produção social, assim como a concepção de movimento popular serviu para distinguir as lutas sociais referentes ao campo da reprodução social, o campo do acesso a bens e serviços.

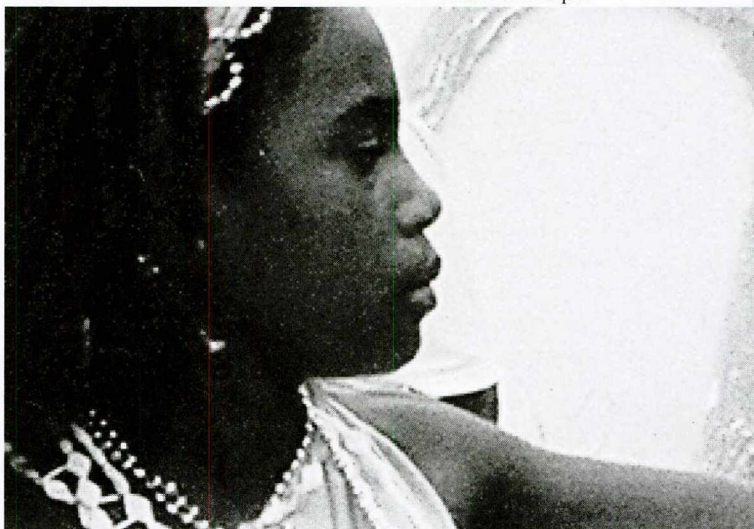
Cabe, entretanto, maior problematização quanto ao significado de popular, para reorientar a noção de movimento popular. A corrente gramsciana caracterizou o popular por sua posição em relação às classes hegemônicas, designando a posição de subalternidade de certos atores no drama das lutas e transações (Canclini, 1996).

A conseqüência da utilização do termo subalternidade para a compreensão do popular é a demarcação de um lugar de origem, lugar a partir do qual é possível reconhecer-se nas posições que ocupa socialmente e, dessa forma, lutar para ocupar outros lugares.

Foto: Paulo Lopes

A subalternidade é relativizada, à medida que é reconhecida e negada simultaneamente, provocando o exercício de poder nos relacionamentos sociais. Principalmente se entendemos por poder a “capacidade de”, como atributo de uma sociedade que possui diversas forças sociais (Sader, 1987). A emergência da participação e vontade de decisão das camadas subalternas da sociedade na política evidencia a capacidade de mobilizar energia, de criar.

Neste sentido, o popular refere-se a um atributo, ao reconhecimento de uma distribuição desigual de poder, ao mesmo tempo, à capacidade de exercitá-lo em



função de seus interesses. Portanto, os movimentos sociais populares são práticas sociopolíticas e culturais da sociedade civil que visam a realização de seus projetos (Scherer-Warren, 1999), por uma vida globalmente melhor. Nesta pesquisa, analisou-se entidades populares a que podemos chamar de entidades de movimentos sociais, que ao mesmo tempo impulsionam e são resultado dessas práticas.

Movimentos sociais populares "são grupos de pessoas com posicionamentos políticos e cognitivos similares, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de formar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados (...) são força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas amplitude e vigor" (Souza - 1999).

Identidade

A noção de identidade aqui abordada se associa à de sujeito⁶. A noção de sujeito foi potencializada pela Teologia da Libertação da Igreja Católica e por Paulo Freire em sua proposta pedagógica, significa a capacidade de interferir nos processos históricos, de produzir a ação crítica, criar novos modos de vida e emancipar-se. Os movimentos sociais populares, como sujeitos coletivos, desenvolveram a capacidade de interferir nos processos históricos e isso impõe a construção de uma cultura política, que ressocialize os indivíduos com base na solidariedade, cooperação e nos processos de opinião e vontade coletiva (Lima, 1998).

Várias áreas do conhecimento tratam do tema da identidade, a psicologia, a sociologia, a antropologia. Nas ciências sociais, algumas explicações buscam explorar as várias visões existentes. No *iluminismo*, o indivíduo é visto como tendo a sua identidade confundida com o seu núcleo interior, o seu eu, uma essência permanente. Esse sujeito é autônomo, auto-suficiente. Ele já nasce assim, é o seu núcleo interior que o define na sua essência (visão essencialista). Na *sociológica moderna*, o sujeito se constrói na relação com o meio, condicionado socialmente. O núcleo interior permanece, mas vai sendo modificado pela relação com o exterior. O núcleo interior se modifica, se afirma em correspondência com o meio. Aí o eu se expressa na sociedade, a partir do lugar que ocupa, da função social que desempenha. A sociedade e suas estruturas determinam a identidade, o sujeito (visão funcionalista e determinista).

Numa visão antiestruturalista, trabalha-se com a idéia de múltiplas identidades, que se complementam e se deslocam. É entendida como uma experiência em que o tempo, espaço são mutáveis pela velocidade com que os fatos ocorrem. Não há um eu coerente, fazemos sempre uma narração sobre nós mesmos. É sempre uma elaboração pessoal da sua própria existência, identidade. Está marcada pelo sentir-se ligado a uma determinada condição, mas não obrigatoriamente subordinado a ela, movido por um determinado tipo de atuação frente a situação dada.

Daí trabalha-se a identidade, discutindo a área de transição entre o pessoal e o coletivo. Para isso, muito ajuda a perspectiva antropológica que afirma ser a identidade sempre relacional. Portanto, para ajudar a pensar a identidade, temos que discutir a auto-atribuição (eu digo que sou) e a atribuição (o que os outros dizem que sou). Me separo de uns e me uno a outros. A identidade é sempre contrastiva, está sempre construindo fronteiras. É nessa interação que pensamos a *identidade coletiva*. É desde essa perspectiva que consideramos os movimentos sociais como sujeitos coletivos. Todos os movimentos sociais se articulam a partir de identidades, isto é,

⁶- Ver Silva, 2001.

identificação com uma causa, que tem a ver com interesses pessoais e coletivos, e nesse sentido a identificação perpassa por todos os movimentos e é o que os une, faz as pessoas serem do movimento. A sensação do pertencimento é outro elemento que constrói identidade coletiva.

Numa reconceitualização da discussão de identidade, que trabalha desdobramentos e tira consequências das definições anteriores, em particular da última, os movimentos não podem ser considerados como tendo uma identidade única, pois a identidade é sempre motivadora e parte de interesses. Pode ser mais isso ou aquilo, e também mais ou menos a predominância de um aspecto ou outro. A identidade não deriva só das características e das condições sociais, nem da auto-reflexão, vai depender da atuação do movimento, e sofre deslocamentos na sua trajetória.

Como sujeito coletivo os movimentos precisam se projetar na cena pública, e isso se percebe através das suas bandeiras de luta, símbolos, elementos de linguagem, indumentária, essas expressões constroem e consolidam uma visão coletiva sobre quem é o grupo. Essas formas de expressão coletiva dos movimentos passam por inflexões e mudanças, que aparecem em formas de ondas que oscilam entre momentos de maior aparição e momentos de imersão.

A identidade de sujeitos sociais e coletivos só pode ser uma identidade coletiva. Assim sendo, é uma identidade que se forja a partir das interações compartilhadas entre os indivíduos (Melucci, 1989). A interação pressupõe uma preocupação com as orientações da ação e com o cenário no qual se movimentam.

A identidade coletiva é também *"fonte de significado e experiência de um povo"* (Castells, 1999: 22). A toda interação compartilhada entre os sujeitos correspondem processos de construção de significados, que dizem respeito aos que historicamente os constroem.

A complementaridade dessas noções possibilita uma síntese. Pode-se compreender a partir dela que a identidade coletiva é uma interação compartilhada, à qual correspondem processos de construção de significados pelos sujeitos, que produzem historicamente finalidades às suas ações. Estão nas finalidades desejadas, os sentidos da ação coletiva e da identidade dos sujeitos.

Foto: Arquivo EQUIP

Cultura Política

Ao considerar que nas diferentes sociedades as relações sociais se produzem sob a condição de desigualdade, surgem os estudos acerca das hierarquias sociais e culturais, que discutem, sobretudo, as relações de poder na sociedade, e a dimensão cultural passa a ser relevante para a compreensão da política. Por sua vez, os teóricos da cultura popular colaboraram para desenvolver a aproximação entre cultura e política. Argumentam que a cultura é um processo coletivo e constante de produção de significados na e pela experiência social, que formatam as relações sociais. Embora esses estudos tenham se dedicado às expressões culturais e não aos movimentos sociais (objeto destas reflexões), foram sumamente importantes para compreender que a cultura está imbuída do econômico, social e político nas práticas sociais.

Atualmente, pesquisas sobre as relações de poder supervalorizam o sistema político, a dimensão



institucional. Contudo, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental no seu tensionamento. São parcelas significativas da sociedade, que apresentam demandas materiais que desafiam a agenda política e disputam significados sociais. Analisar a dimensão cultural e política de suas ações no social significa verificar as relações sociais em sua desigualdade e como as ações políticas em uma dada sociedade estão inevitavelmente referidas ao conjunto do sistema de significações.

Toda ação está impregnada por modos de ver o mundo, orientada por valores e princípios, referidos pela cultura. No universo dos movimentos sociais, o campo de atuação é a política, as relações de poder instituídas na sociedade, portanto, ao tratar da ação política dos movimentos sociais, estabelece-se o elo com a cultura que orienta essas ações, a forma de ver o mundo que as impulsiona e disputam significados na sociedade. A produção da cultura política brasileira está permeada pela produção cultural e política dos movimentos sociais, as influências que receberam nesse processo histórico, bem como seus significados no momento atual.

“Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura” (Dagnino, Alvarez e Escobar, 2000:24)

Deste modo, a intervenção dos movimentos sociais pode ser vista como política cultural, quer dizer, a busca por alterar a cultura política através da estratégia cultural a produção de novos sentidos, valores e princípios sociais, tendo como base da ação a política para sua transformação.

As diversas tendências da teoria marxista influíram, sem dúvida, sobremaneira na ação política da esquerda e dos movimentos sociais. A primeira delas é o conceito de ideologia, reforçada nos anos 1970 por Althusser, em cujo autor as idéias são a imagem invertida do real. Para a ideologia, a cultura era uma mera expressão da essência econômica, uma dimensão separada da vida social e um obstáculo à transformação social.

Nesses termos, as idéias culturais estavam impregnadas de falsa consciência do real, a verdadeira consciência seria a de classe, só ela poderia resultar na transformação social, através da luta contra o Estado, o representante da dominação e a arena exclusiva das relações de poder. A integração entre os conceitos de ideologia e de Estado, através do conceito de “aparato ideológico do Estado”, foi usada durante algum tempo para interpretar a realidade.

Amparados nesse conceito e em sua complementação, via os traços da cultura política brasileira marcados historicamente por um padrão de relacionamento político baseado no autoritarismo conservador, que utiliza a força e a coerção para impor um padrão cultural único e considerado o melhor para todos (Chauí, 1993); grande parte da esquerda e dos movimentos sociais alimentaram durante um longo período um projeto de transformação social baseado na destruição do Estado e da macroestrutura.

Resultam desse paradigma adotado alguns padrões de relacionamento social introjetados pela esquerda brasileira o chamado vanguardismo o representa. O vanguardismo combina igualitarismo social e autoritarismo político em sua relação com o povo, pressupõe a idéia de um conhecimento prévio sobre seus interesses, não sendo necessária a consulta. No caso dos movimentos sociais, apesar de muitos se forjarem sob outros paradigmas, este tipo de comportamento ainda permeia muitas relações.

O rompimento com esse modo de agir e analisar a realidade se fortaleceu com o acesso às produções de Gramsci, as quais que provocam um reexaminar do enlaçamento entre a cultura e a política, além da crítica ao reducionismo econômico. “Essa crítica afirma uma imbricação profunda entre cultura, política e economia e estabelece uma equivalência entre forças materiais e elementos culturais dentro de uma visão integrada da sociedade como um todo” (ibidem: 66).

Do ponto de vista histórico, a democratização da sociedade brasileira reforça a construção de novos pactos de convivência social e abre espaço para a produção de uma nova cultura política. Dois aspectos precisam ser considerados: primeiro, que esta produção do novo não significa ainda a eliminação da tradição e em segundo que a renovação se dá substancialmente no conjunto da sociedade brasileira, no qual a esquerda política tem um papel relevante.

As reflexões de Gramsci, que influenciam a esquerda brasileira e obviamente os setores combativos dos movimentos sociais, são a teoria da hegemonia. A hegemonia implica para Gramsci numa reforma intelectual e moral, uma nova visão de mundo que busca um consentimento ativo da maioria da sociedade. A busca pelo consenso visa a construção de um processo histórico de transformação social baseado na transformação das relações entre as forças sociais que formatam o poder na sociedade. Deste modo, a transformação social para Gramsci é um processo cultural histórico. A hegemonia como processo de construção de sujeitos resgata a autonomia e desmistifica a noção de sujeito pré-constituído, do sujeito dado pela posição que ocupa no processo econômico, inserindo-o no processo histórico e, por isso mesmo, visto na indivisibilidade das dimensões em que vive sua experiência, ou seja, como um ser: social, político, econômico e cultural.

O contexto democrático em si mesmo requer o reconhecimento do sujeito como portador de necessidades variadas, sujeitos ativos que as vocalizam (as necessidades). Além de provocar a renovação do sistema político (regras, normas e procedimentos), das relações sociais, das análises, enfim, promove o reconhecimento de que uma nova dinâmica está em curso nas sociedades. No que diz respeito aos movimentos sociais, observa-se que a luta política pela transformação social disputa projetos de desenvolvimento, “projetos alternativos de democracia” (ibidem:79). Ao reconhecer os limites do sistema, especialmente quanto à desigualdade econômica e social, os movimentos sociais buscam imprimir visibilidade às diferenças que historicamente reservaram lugares sociais à pobreza, diferenças de classe, raça e gênero.

Com isto redefinem a noção de direitos de origem liberal, as carências são reconhecidas como direitos, a cultura e a proteção ambiental consideradas como direitos extensivos às gerações futuras. Deslocam, portanto, simultaneamente a noção de cidadania, a medida que está aberta às possibilidades inscritas e redefinida pela luta social, requer sujeitos ativos que tomam para si a definição de seus direitos e buscam o seu reconhecimento.

As lutas dos movimentos sociais atualmente inscritas no campo da cidadania e dos direitos, na busca pela inserção constante de novos direitos, parecem à primeira vista um abandono à aspiração de transformação social. Contudo, ao inspirar-se nas possibilidades que o contexto democrático proporciona, os movimentos sociais reciam a concepção de transformação social.

Um processo coletivo sempre é mais lento do que o individual, implica no tempo de afinação de cada um com o grupo e no envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido, ao mesmo tempo produz uma riqueza maior nas aprendizagens. A troca de experiências favorece a afirmação das potencialidades e a descoberta de novos caminhos, assim como colabora para fortalecer o olhar crítico e cumulativo do processo de produção do conhecimento.

Neste sentido, o processo pedagógico desafiou a construir uma ambiência com interlocução crítica e comprometida, simultaneamente. Dito de outro modo, a produção do conhecimento ocorreu a partir de pessoas com vínculo com movimentos sociais que foram envolvidas num ambiente de debate crítico e formação teórica, com a preocupação constante de fazer interagir de modo complementar a teoria e a prática.

A hegemonia implica para Gramsci numa reforma intelectual e moral, uma nova visão de mundo que busca um consentimento ativo da maioria da sociedade.

É preciso enfatizar que o acolhimento das diferenças entre os níveis dos pesquisadores constitui-se como acerto que se espalhou sobre vários aspectos, nos tornou mais cuidadosos quanto ao processo pedagógico e reafirmou o sentido da educação popular a formação de sujeitos individuais e coletivos. Houve, de fato, uma expansão e afirmação dos potenciais de cada sujeito envolvido e a superação dos desafios encontrados: linguagens, capacidade de síntese, percepções, estranhamento necessário para produzir conhecimento e maturidade na aproximação com os movimentos pesquisados.

Resultados Gerais e Aprendizagens coletivas

Foto: Paulo Lopes

Do ponto de vista da maturidade, é notável o equilíbrio em não negar a identidade de educadores populares por parte dos pesquisadores ao se aproximar dos movimentos, uma vez que a demanda por um retorno formativo imediato se fez sempre presente, mas simultaneamente manter um envolvimento cuidadoso que não interferisse no processo de construção de conhecimento.

Com relação aos movimentos pesquisados, apresentam-se brevemente alguns elementos encontrados. As formas de organização são bastante diversificadas, assim



como variadas as suas formas de expressão e linguagens utilizadas como instrumentos de mobilização, resistência e luta.

Há momentos de imersão e emersão frequentes e alternados em suas trajetórias históricas, que dialogam com o contexto e as temáticas específicas a que se direcionam e que formatam parcela de sua identidade. Isso é visível para cada movimento pesquisado, mas também é possível ser visto como elemento de interpretação para o conjunto do campo político dos movimentos sociais.

No âmbito de sua organização interna, os movimentos convivem, de forma conflituosa, entre a velha cultura política e o surgimento de uma nova cultura que luta para prevalecer, no sentido da democratização interna, ampliação do debate e acolhimento das diferenças.

A intervenção social dos movimentos representa a conjugação de esforços na formação de uma esfera pública ampliada, sobretudo ao expor socialmente as desigualdades que se originam e se sustentam em quase todos os tipos de relações sociais. Ao publicizar os problemas e apontar possibilidades de políticas para sua superação, os movimentos afirmam posições, constroem argumentos, e mobilizam forças para transformar o que às vezes é visto como problema específico em um problema público, digno de intervenção da sociedade e do Estado.

Bibliografia

BRITO, Paulo A B. (2000) "A Conjuntura Atual e os Desafios aos Setores Democráticos e Populares no Nordeste Brasileiro", in: *Cadernos do Nordeste* nº 10, EQUIP, Recife, Pernambuco.

BURITY, Joanildo A. (1999) "Caminhos Sem Fim Caminho do Fim? Movimentos Sociais e Democracia", in: Fontes, B. (org.) *Movimentos Sociais Produção e Reprodução do Sentido*, Ed.Universitária UFPE, Recife, Pernambuco.

CANCLINI, Néstor G. (1996) *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, UFRJ, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CHAUÍ, Marilena (1993) *Cultura e Democracia*, Cortez, São Paulo.

CARVALHO, Maria C. (1997) *Eppur Si Muove. Os Movimentos Sociais e a Cosntrução da Democracia no Brasil*, dissertação, Campinas, São Paulo.

CASTELLS, M. (1999) "O Poder da Identidade", in: *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol.2. 2ª ed, Ed. Paz e Terra, São Paulo, São Paulo.

DAGNINO, Evelina. (1994) "Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma nova noção de cidadania" In: Dagnino, Evelina (org.) *Anos 90 Política e Sociedade no Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo.

DOIMO, Ana M. (1995) *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70*, Relume-Dumará, ANPOCS, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GIDDENS, Anthony (1991) *As Consequências da Modernidade*, Ed. UNESP, São Paulo, São Paulo.

GOHN, Maria G. (1997) *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*, Ed. Loyola, São Paulo, São Paulo.

HALL, Stuart. (1999) *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Ed. DP & A, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

KUNH, Thomaz S. (1997) *A Estrutura das Revoluções Científicas*, Série Debates, Ed. Perspectiva, São Paulo, São Paulo.

LIMA, Severino J. (1998) *Conjuntura e Movimentos Sociais no Campo: Alcances e Limites*, mimeo, Natal, Rio Grande do Norte.

MELUCCIA (1989) *Normads of the present, Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*, Ed. Hutchinson Radius.

MINAYO, Maria C.S. ((1999) *O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*, 6ª ed., HUCITEC-ABRASCO, São Paulo, Rio de Janeiro.

MOISÉS, José Álvaro (1995) *Os Brasileiros e a Democracia, Bases Sócio-Políticas da Legitimidade Democrática*, Ática S.ª, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco (1999) "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal", in: Oliveira, F. e Paoli, Maria C. (org.) *Os Sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*, Ed. Vozes, NEDIC, Petrópolis/RJ e Brasília/DF.

SADER, Éder (1987) "Poder Local e Participação Popular", in: Avancini, S. e Trevas, V. (org.) *Poder Local e constituinte*, Série Cadernos da Puc, EDUC, São Paulo, São Paulo

SANTIAGO, Paulo R. (2001) "Quem toma conta do dinheiro Público no Brasil?", in:

Cadernos do Nordeste nº 11, EQUIP, Recife, Pe.

SCHERER-WARREN, I. (1993) *Redes de Movimentos Sociais*, Ed. Loyola, Centro João XXIII, São Paulo, São Paulo.

_____. (1999) *Cidadania Sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização*, Ed. HUCITEC, São Paulo, São Paulo.

SOUZA, João Francisco. (1999). *A Democracia dos Movimentos Sociais Populares Uma comparação entre Brasil e México*, Ed. NUPEP/UFPE, Recife, Pernambuco.

TELLES, Vera da Silva (1994) "Sociedade Civil e a construção de espaços públicos" In: Dagnino, Evelina (org.) *Anos 90 Política e Sociedade no Brasil*, Ed. Brasiliense, São Paulo.

THOMPSON, E.P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Ed. Paz e Terra, São Paulo, São Paulo.

ALVAREZ, Sonia E., DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo. 2000. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos Novas Leituras*, Ed. UFMG, Belo Horizonte/MG.

CHAUÍ, Marilena. 1993. *Cultura e Democracia*, Cortez Editora, São Paulo.

CUCHE, Denys. 1999. *A noção de Cultura nas Ciências Sociais*, EDUSC, Bauru/SP

BARBIER, René. *Pesquisa-Ação na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.105.

THIOLLENT, Michel. (1986). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Ed.

SILVA, Carmen Silvia Maria. *As Fronteiras entre Movimento e Organização no Centro de Cultura Negra*. São Luís, MPP-UFMA, 2001, dissertação.

SILVA, Carmen e MESQUITA, Luciene. *Movimentos em Redes e Redes de Movimentos*. Recife, EQUIP, 2002, mimeo.

A Ação Política dos Movimentos Sociais

Mônica Rodrigues Costa

Foto: Paulo Lopes

Introdução

Este artigo é mais um fruto da pesquisa junto aos dezesseis movimentos sociais populares da região Nordeste, tomando como referência à diversidade de expressões organizativas as dimensões de gênero, etnia, bem como os aspectos culturais e geracionais.

O fio condutor das reflexões aqui contidas é a ação política desses movimentos sociais populares, de modo a restituir sua interferência na dinâmica social. É um convite a pensar as transformações sociais sob o prisma da “movimentação” da sociedade e a refazer nossas compreensões acerca dos sentidos de seus projetos políticos desses atores.

Tomando como ponto de partida a ação política, buscou-se verificar que estratégias passaram a adotar nos anos 1990; quais mudanças tais estratégias provocam na sociedade em termos de cultura política e ação social e, ainda que de modo primário, o que tais alterações incorporando as alterações no cenário implicam para os projetos políticos desses movimentos.

Embora de modo mais acurado, tratou-se, no texto sobre o processo pedagógico da pesquisa, de esclarecer o significado de movimentos sociais populares, com a afirmação, através de Souza (1999), da noção de movimentos sociais populares como *“força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor”*, dada a sua importância para orientar o leitor no decorrer do texto, já que será um termo nele recorrente.

Na primeira parte, há uma contextualização a partir da década de noventa e o apontamento de algumas das implicações das mudanças aí ocorridas nas manifestações sociais. A seguir, as estratégias de intervenção adotadas pelos movimentos sociais populares,



ao longo do período, e como esses elementos refletem na construção dos projetos políticos, enfocando, por fim, as novas ênfases no agir político dos movimentos pesquisados.

O Cenário das Manifestações

As manifestações públicas a partir dos primeiros anos da década de 1990 possuem características distintas das décadas passadas. Ora se expressavam em relação aos padrões de convivência societários intolerância e discriminação, ora revelavam problemáticas relativas à sobrevivência da população, ambas demandando a atenção do poder público e da sociedade.

Naquele período, os movimentos sociais, diante das rápidas transformações do cenário nacional, agravadas por uma série de acontecimentos internacionais, tiveram suas crenças na utopia socialista abalada pelo fim do socialismo real e pelo avanço da globalização neoliberal.

No Brasil, os efeitos da inserção

submissa no mercado global são visíveis. O desemprego massivo, a precarização do trabalho, a ampliação de formas de trabalho informal e cooperativo estão por toda parte, realidade que tem provocado alterações nas estratégias de intervenção social e representação política.

Na formação do Estado brasileiro historicamente prevaleceram políticas sociais que sempre ficaram a dever em relação às necessidades da população. Constituíram-se como promessas e apenas como promessas de inclusão social, com efeito paliativo e voltadas para atender minimamente a reprodução social necessária ao desenvolvimento produtivo do país.

As políticas sociais sequer fizeram parte dos primeiros planejamentos do Estado Brasileiro (Ianni, 1979), o que significava pouco ou nenhum direcionamento de recursos para seu funcionamento situação profundamente agravada nos anos 1990 com o projeto neoliberal.

Na formação do Estado brasileiro historicamente prevaleceram políticas sociais que sempre ficaram a dever em relação às necessidades da população. Constituíram-se como promessas e apenas como promessas de inclusão social...

Com a implantação do projeto neoliberal¹ no governo Collor, deu-se início a um processo de reestruturação do Estado, com uma redução de investimento nas políticas públicas e em especial na área social, que afetou sobremaneira políticas voltadas ao atendimento de necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação e assistência. Este período marcou ainda um ritmo acelerado de privatizações de empresas públicas e ausência de interlocução entre o Estado e organizações sociais; o governo priorizou estratégias de

desmantelamento dos segmentos sociais que se contrapuseram a esse estado de coisas, a exemplo do tratamento dispensado à época ao movimento sindical.

Com o *impeachment* de Collor, a partir de uma série de denúncias de malversação da verba pública, do descontentamento generalizado do empresariado nacional, dos partidos do campo democrático popular por ética na política e da mobilização da juventude (caras pintadas), assume a presidência da República Itamar Franco, que proporciona um intervalo no processo de privatizações e de certa forma atrasou a implantação do projeto neoliberal no Brasil no período.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, houve uma retomada e aprofundamento da redução do papel do Estado nas políticas públicas em geral, que denominou-se "Reforma do Estado". A concepção e o novo formato de Estado, por trás desta reforma, impactou a ação dos movimentos sociais populares e suas relações com as agências públicas, além de Ter provocado mudanças na esfera pública e privada.

Os reflexos sociais desse padrão de desenvolvimento e de Estado são evidentes: redução ou mesmo ausência de qualidade de vida para a maioria da população; acesso diferenciado dos segmentos sociais à educação e informação; aumento da violência, principalmente entre os jovens, e aproximadamente 35 milhões de brasileiros em situação de miséria absoluta.

Em contrapartida a esta reestruturação (conjuntural e estrutural), houve uma reação dos movimentos sociais, não automática, mas decorrente do tensionamento entre formas de intervenção, estratégias, objetivos no enfrentamento das novas problemáticas.

Tal situação é mais visível nos movimentos que surgem em fins da década de 1970 e início dos anos 1980. No período ditatorial as diversas lutas em torno das

¹ - Perry, Anderson (1995:22) considera o neoliberalismo como "um campo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional".

necessidades populares são também por democracia. No processo de redemocratização na década de 80, constituem-se mecanismos institucionais de participação social e nos anos 1990 vive-se um ambiente democrático e participativo, porém associado a um Estado decomposto em benefício do mercado, à restrição de recursos públicos na área social e ao aprofundamento da pobreza da população e do país.

Os índices, cada vez mais alarmantes sobre as condições de vida, não colaboram para a efetivação de uma sociedade democrática. A completude da democracia depende de sua capilaridade social e de melhor distribuição de renda. Ainda assim, a democratização ocorrida provoca alteração nas relações de poder e possibilita o surgimento e a expressão de lutas sociais em padrões bastante diferenciados dos correntes na década de 1980.

A dificuldade de reconhecimento de novos perfis nos movimentos sociais populares fez surgir análises que abordaram tal fenômeno como “crise” desses movimentos. Um rastreamento destas análises (Costa, 2001) indica três principais tendências, a saber:

1) a crise de ordem política, na qual evidenciam-se a redução quantitativa de militância, de mobilizações e da participação cotidiana nas atividades, pela ausência de legitimidade e confiabilidade da população; ação localizada, dificultando a construção de projetos políticos de maior amplitude social; reestruturação nas entidades de apoio e na igreja, que geram uma perda de sustentação de suas ações, e pela dificuldade de diálogo e negociação com o Estado.

2) a crise dos paradigmas, pela frustração com a experiência do socialismo real no leste europeu; a queda dos sandinistas na Nicarágua e derrota da Frente Brasil Popular nas eleições de 89 no Brasil, provocando um esvaziamento nos modelos analíticos centrados em uma certa teoria marxista, cujo eixo explicativo situava-se na estrutura econômica, no proletariado como sujeito da transformação social e na idéia de contradições urbanas.

3) A crise a partir dos efeitos do contexto, o impacto da globalização e do neoliberalismo nos movimentos sociais populares. Esta análise enfoca a fragmentação

do tecido social, que resultou na redução das possibilidades de organização, evidenciando o individualismo e a competição como valores e a naturalização da violência.

Estas abordagens provocam a reflexão sobre as configurações dos movimentos sociais populares no cenário atual, em termos de intervenção social e política, em diálogo permanente com o processo histórico, social e político nordestino, no qual se tem forjado.

A pesquisa desenvolvida com movimentos sociais populares, que atuam em diferentes frentes, demonstra que as lutas estão sintonizadas com as diversas formas de opressão e de desigualdade social. Neste caso

A posição do Nordeste na economia nacional esteve em acordo com as forças políticas que o representaram majoritariamente no cenário nacional. Exemplo disso é que, economicamente, prevaleceu durante quase 500 anos a monocultura da cana...

específico, movimentos que atuam na realidade nordestina.

A forma de inserção econômica e política do Nordeste na realidade nacional é localizada a partir de atividades que apresentam condições de competitividade no mercado global, denominadas por Araújo, ao longo de sua obra, de “ilhas de prosperidade”, a exemplo do pólo de fruticultura em áreas ao longo do rio São Francisco. As políticas de investimento têm se reportado, portanto, exclusivamente a alguns setores, dificultando o crescimento econômico e o enfrentamento das desigualdades e da exclusão.

A posição do Nordeste na economia nacional esteve em acordo com as forças políticas que o representaram majoritariamente no cenário nacional. Exemplo disso é que, economicamente, prevaleceu durante quase 500 anos a monocultura da cana, em toda região do Nordeste oriental, para a fabricação do açúcar e do álcool. As usinas e destilarias comandadas pelas famílias oligárquicas tradicionais conseguiram atrair, através de arranjos políticos, investimento de recursos

públicos, com a agravante de desviá-los em benefício pessoal e, quando interessou, transferi-los para regiões mais rentáveis e competitivas.

Além disso, marcou-se um descompasso entre as políticas de investimento econômico e a geração de emprego e renda na região: investimento em alguns pólos industriais, projetos turísticos nos eixos litorâneos e crescimento do setor de serviços, mas insuficientes do ponto de vista de geração de emprego e renda.

Historicamente, as elites econômicas e políticas construíram um imaginário sobre o Nordeste com ênfase na discriminação e na vitimização...

Historicamente, as elites econômicas e políticas construíram um imaginário sobre o Nordeste com ênfase na discriminação e na vitimização, do qual se difundiu a idéia de que o Nordeste é mais pobre e miserável do que o resto do país (Nogueira, 1999), inclusive com o uso dessa imagem como argumento político para carrear recursos da União para seu próprio benefício.

Esse imaginário se constitui junto à própria construção de região e regionalidade (Penna, 1992 e Albuquerque, 1999), que tem efeito externo e, ao mesmo tempo, interno com a incorporação de uma posição de vítima pelos nordestinos, reforçado pela cultura política tradicional o exercício do patrimonialismo, do clientelismo, cujo poder dos chamados "coronéis" das famílias oligárquicas alimentou durante um grande período, instaurando o discurso da seca, da fome e da necessidade de fixação do homem na terra, como forma de trazer a si investimentos do Estado nacional.

Apesar da forte ressonância oriunda desse discurso e da prática correspondente, o nordestino tem encontrado caminhos de superação, a exemplo da agricultura familiar baseada num novo tipo de convivência com a seca, que usa o paradigma ambiental e as novas tecnologias alternativas na produção agrícola, a forma cooperativista de produzir e comercializar, enfim, alternativas criadas

especialmente no meio rural.

A partir da democratização da sociedade brasileira nos anos 1980 e das modificações legais implantadas pela Constituição de 1988 e suas leis complementares, a situação, de um modo geral, mudou aos poucos a participação social instituindo novos mecanismos de controle social que vão gerando alterações nas relações de força na sociedade nordestina.

Deputados Federais eleitos pela região Nordeste envolvidos com narcotráfico, contravenções, violência institucionalizada, são cassados ou passam por investigações. O medo começa a ser rompido e a denúncia, mesmo que anônima, passa a ganhar espaço, algo que já representa um avanço. Parlamentares do campo democrático popular são eleitos para as Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Congresso Nacional e Senado. A luta contra a violência institucional traz à tona o envolvimento entre a polícia e os mandatários do poder local, a exemplo das lutas do Fórum Permanente contra a violência em Alagoas.

A constituição de várias reivindicações em direitos sociais ainda é precária. Além do desafio primordial de torná-las direitos sociais, a existência destes não garante sua penetração na vida cotidiana da população, desde os referentes à assistência prestada por serviços públicos, à sua expansão como formas de relacionamento social. Como fica então reconhecer que ser cidadão não se limita às garantias legais inscritas ou definidas?

Parece contraditório dizer que os direitos sociais existentes ainda não foram

Foto: Arquivo EQUIP



absorvidos e, ao mesmo tempo, dizer que os direitos não estão restritos ao marco legal. Não há contradição, o direito para ser direito não necessariamente precisa ser jurídico, mas ser reconhecido como tal. É isto que garante a criação de novos direitos. Eu sou cidadã porque me reconheço deste modo, tenho direito a educação, saúde e também a um ambiente saudável, a uma vida digna, a lazer, ser respeitada como mulher. Eu reconheço os meus direitos, e posso acrescentar a minha cidadania novos direitos.

A noção de cidadania é mutável, está aberta à possibilidade que a luta social trava e, assim sendo, possui o caráter de estratégia política, à medida que é uma construção histórica *“definida por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação”* (Dagnino, 1994:107).

Os direitos questionam as desigualdades sociais e (re)situam o julgamento das questões sociais sob a ótica da igualdade, da diferença e da justiça. Portanto, dão novos significados às lutas e aos movimentos sociais, porque requer sujeitos ativos que tomam para si a definição de seus direitos e buscam o seu reconhecimento. A construção da cidadania compreende um processo de transformação das práticas, dos sujeitos e das relações, de modo a tornar visível o aprendizado em torno da convivência com os que se *“recusam a permanecer nos lugares que foram definidos social e culturalmente para eles”* (op.cit.109).

De fato quais são os direitos pelos quais os movimentos sociais populares pesquisados se mobilizam? Em geral eles se referem a todo tipo de direitos sociais, políticos e econômicos, em específico aos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, crianças, adolescentes e jovens; de moradia; de terra; trabalho; liberdade de expressão; educação; crédito agrícola; preservação do meio ambiente e da cultura.

Isto quer dizer que os movimentos lutam mais por direitos específicos e menos por projetos de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que estes direitos passam a compor os debates acerca de desenvolvimento. A tentativa de elaborar um projeto de desenvolvimento que incorpore direitos específicos ainda está aquém do desejável, também é um desafio que a partir

de direitos específicos formulem projetos de desenvolvimento.

Desta forma, a construção da cidadania aponta, sobretudo, para a reelaboração da cultura política; a cidadania favorece o desenvolvimento de uma cultura política democrática, que dê suporte à democracia e possa superar os valores autoritários, o predomínio do favoritismo, do clientelismo, que marcam as relações sociais e políticas.

Reside aí a importância do movimento “pela ética na política”, que visou inicialmente o impeachment do governo Fernando Collor e a partir daí se transformou numa preocupação social, penetrando no debate nacional e nos mais variados segmentos sociais.

A cidadania propõe, sobretudo, novos

A noção de cidadania é mutável, está aberta à possibilidade que a luta social trava e, assim sendo, possui o caráter de estratégia política...

pactos de convivência que incorporem as diferenças, assim como uma cultura política democrática requer comportamentos políticos que vêm no conflito e na divergência a própria construção social da democracia. A cultura política *“envolve entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações para a ação, atitudes e comportamentos políticos e resulta tanto em processos originários de socialização, como da experiência política ao longo da vida adulta de seus membros”* (Moisés, 1995:84).

Ao observar as mudanças que ocorrem

1. Estratégias de Intervenção

no contexto nacional, a partir da década de 1990, e a repercussão destas alterações nos estados e regiões, verifica-se que os movimentos sociais populares reagem a partir de variadas formas de intervenção no cenário, as quais não são necessariamente dissociadas. Na maioria das vezes, ocorrem entrelaçadas e simultâneas, algumas mais específicas a uma

determinada luta e outras mais genéricas.

Os movimentos sociais populares pesquisados trazem à tona um leque de proposições que apresentam maior ou menor grau de elaboração. Algumas destas proposições tornaram-se políticas públicas, outras não conseguiram dar este salto qualitativo.

Dentre as proposições consistentes, é possível citar o caso do Movimento de Moradia. Há muita elaboração em torno da política habitacional, que inclusive fez nascer o debate sobre Reforma Urbana e os Fóruns de Reforma Urbana. A despeito disso, ainda hoje a implementação de políticas habitacionais caminham a passos lentos nos diversos níveis de governo.

Parcela dos esforços empreendidos nas elaborações se transformam em políticas públicas, que colaboram para alterações no cenário, a exemplo das propostas do MNMMR, do Dialogay, do CEAPA, do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, que são as mais bem sucedidas, além de terem avançado significativamente nos últimos anos.

Algumas das propostas se referem à elaboração de medidas legais, deste modo, conquistas jurídicas consideradas peças instrumentais para a composição de políticas mais abrangentes. As Mulheres Quebradeiras de Coco, o CCN, o MMT, a ARCL's e a SNQC são movimentos que travam lutas neste campo.

Às vezes, as elaborações dizem respeito a aspectos pontuais da luta do movimento, que não chegam a configurar-se como políticas para o campo no qual se movem tais movimentos. Neste grupo se encontra o MH2O, o Quixabeira e o MOPEC.

As nuances estão ressaltadas no texto que segue, com o intuito de apresentar um quadro geral e, ao mesmo tempo, específico das formas de intervenção atuais dos movimentos sociais populares pesquisados na região Nordeste.

Alguns movimentos retomam formas diretas de luta, com a ocupação de áreas urbanas e rurais, prédios públicos ou privados; outros passam a elaborar e executar políticas sociais, alguns dedicadas a monitorá-las. Participar em espaços de controle social se tornou parte da dinâmica da maioria dos movimentos sociais

populares. Há movimentos que atuam simultaneamente nas diversas estratégias citadas.

A existência de canais institucionais de diálogo entre Estado e sociedade, instaurados nos anos 1990, não significa a eliminação de ações diretas por parte dos movimentos, a depender do período conjuntural e da política global de governo, entre outros aspectos.

As formas diretas de luta, como as

1.1 Formas diretas de luta

ocupações, são estratégias utilizadas desde a década de 1970 diante da ausência de interlocução com o Estado. Muitas vezes ocorriam de forma espontânea, desorganizada, movidos pela necessidade imediata. Grande parte dos bairros nas cidades surgiram desse modo, a exemplo de Recife, João Pessoa e Campina Grande.

Sua retomada como estratégia de luta nos anos 1990 se deve a dois fatores: o fechamento da interlocução no governo Collor de Mello e a inexistência ou insuficiência de políticas sociais, especialmente em relação à política habitacional e à política agrária.

Ainda hoje ocorrem ocupações espontâneas, mas aquelas promovidas pelo movimento são planejadas, com o preparo das famílias tanto em relação ao entendimento da problemática como no esclarecimento das possíveis situações que possam vir a enfrentar.

Algumas ocupações são planejadas pelo Movimento de Luta pela Moradia e se dão dentro de um processo político-pedagógico; outras acontecem de forma espontânea, a partir das iniciativas das próprias famílias sem-teto em que o movimento é chamado para acompanhar e dar apoio. A ação passa pelo processo de organização interna de cada área, pela mobilização e envolvimento de outros atores da sociedade civil ao processo de negociações junto ao poder público (ent. MLM).

Desta forma tornam visível sua problemática no âmbito local, ao tempo em que promovem uma reação do Estado, seja no sentido de coibir o uso do solo e/ou de promover uma solução alternativa à problemática. Em

geral esses processos são carregados de tensão, o poder público prolonga o máximo possível o reconhecimento do problema e os diretamente afetados lutam por soluções a curto e médio prazos.

As ocupações indicam a precariedade das políticas sociais no assentamento de grandes camadas populacionais urbanas e rurais e da correspondente infra-estrutura que requisitam. Geram na agenda política um novo debate em torno da dinâmica dos municípios.

Com a implantação da Reforma do Estado, já mencionada anteriormente, as lacunas existentes nas políticas sociais foram ampliadas, no que diz respeito ao atendimento das demandas da população.

Diante deste quadro e do crescente

1.2 Formulação e execução de políticas e projetos sociais

agravamento das condições de vida, muitos movimentos passam a elaborar e executar projetos e políticas sociais. O governo Fernando Henrique Cardoso alimentou essa iniciativa com a convocação da sociedade para que esta assumisse parte de suas responsabilidades, denominando-a de *parceria*. O termo *parceria*, por insuficiência de reflexão, passou a confundir-se e mesmo substituir *articulação* e *aliança*, termos largamente utilizados pelos movimentos.

Ainda há uma imprecisão na aplicação desse termo, que em geral quer dizer realização de ações, projetos e programas financiados pelo Estado e executados por movimentos ou organizações, não necessariamente considerando-os aliados. Há casos em que o movimento, a exemplo da Associação de Escolas Comunitárias, depende de recursos do Estado para o desenvolvimento de atividades, o que não significa necessariamente atrelamento político, mas falta de outras fontes de recurso ou de elaboração de projetos de auto-sustentação.

A prática do clientelismo não foi totalmente eliminada. Algumas organizações do movimento de bairros, como a Aliança Democrática Classista, realiza trocas de benefício: em resposta às injeções de recurso no



movimento por parte de políticos, as lideranças dão apoio político a esses personagens, o que causa a despolitização da organização e, conseqüentemente, prejuízo à ação coletiva.

As políticas, programas e projetos executados pelos movimentos se referem à educação: ensino infantil e fundamental; ambiental e em saúde; geração de emprego e renda e de atendimento à infância e adolescência. Esses são alguns exemplos.

É importante perceber que na maioria dos casos a lógica de execução dessas políticas por parte dos movimentos é diferente da lógica do Estado. Os movimentos ao executar políticas imprimem um caráter educativo e processual ao fazer e o princípio do convencimento, do tornar consensual e coletivo. Não é o atendimento ao indivíduo, mas aos indivíduos que se encontram naquela situação.

No caso da Aliança Democrática Classista, em que o movimento executa políticas para se autobeneficiar, é evidente que a lógica continua sendo a do personalismo, ou seja, o dirigente que beneficia a comunidade com serviços e futuramente cobra à comunidade retorno, na forma de manutenção do mandato na direção do movimento não é à toa que o presidente permanece há dez anos no cargo.

O Estado raramente se preocupa com a ação educativa e quando o faz não constrói na política e em seus respectivos programas e projetos uma institucionalidade educativa. Que ação educativa esteve presente na FEBEM? Qual a compreensão que vigorou até o governo

Fernando Henrique Cardoso de ação educativa na saúde? Geralmente a assistência social é pensada e executada a partir do entendimento de que o indivíduo é responsável pela sua situação de bem-estar e as campanhas educativas são majoritariamente executadas pelos meios de comunicação.

Em alguns casos, estas políticas postas em prática pelos movimentos nem sequer existem como preocupação no âmbito do Estado. Possuem caráter inovador, a exemplo de educação ambiental do movimento ecológico - MOPEC, que visa instaurar na população o sentido da preservação da vida não restrita à natureza, mas na preocupação com as gerações futuras.

Este tipo de intervenção social é mais do que uma política social, é também uma política cultural, uma nova forma de pensar a sobrevivência humana, o ser humano como parte deste ambiente; a degradação é a degradação da existência humana.

Os projetos de educação em saúde, desenvolvidos pelo Dialogay (movimento homossexual), voltados à prevenção e combate ao vírus da Síndrome da Imuno-Deficiência, é uma experiência relevante no âmbito da saúde coletiva, além de propor e executar medidas de educação para a segurança desse segmento social.

Os movimentos que atuam no campo de políticas voltadas às mulheres executam alguns programas na área da saúde (saúde reprodutiva e sexual, fitoterapia). São também inovadores na política cultural, ao disseminar socialmente que um outro modo de homens e mulheres se relacionar é possível, que a linguagem deve ser equânime, assim como deve ser o tratamento dispensado à mulher em qualquer dimensão da vida.

Outros movimentos lançam mão de intervenções em políticas culturais. A política cultural² visa alterar a cultura política vigente através da estratégia cultural (a produção de novos sentidos, valores e princípios sociais), tendo como base a ação política. Suas ações políticas visam expressar a desigualdade

existente nas relações sociais e a luta para transformá-las. As ações culturais do movimento negro SNQC e CCN; do movimento juvenil MH2O e da Quixabeira, incluem-se nesta perspectiva.

Neste caso, ao praticar uma política cultural se tem uma ação da sociedade sobre si mesma Scherer-Warren (1993), a contribuir para alterar as formas de ver e pensar determinadas problemáticas sociais, desafiando o status quo da tradição cultural.

A histórica precariedade de investimentos nas políticas sociais, a exemplo da política na área educacional, dá origem a alguns movimentos como o das escolas comunitárias, que diante do precário atendimento às camadas populacionais de baixa renda em nosso país, atuam para a inclusão dos filhos dessas camadas populacionais, implantando com elas um modo específico de educar. Ao fazer educação, checam o conteúdo da política educacional, o modo como se educa e vêem o educando e o meio em que vive, o que influi diretamente não nos conteúdos curriculares, mas no padrão de relacionamento entre escola, alunos e comunidade, diferentemente do sistema oficial de ensino, que, em geral, atua descontextualizado.

A situação de rua a que estão submetidas parcelas significativas de crianças e adolescentes também não é nova. Contudo, passou a ser alvo de políticas mais abrangentes, a partir das ações de denúncia do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR quanto aos riscos a que estavam expostos. O MNMMR nasce em meados da década de 80, quando do crescente número de extermínio de crianças. É o pioneiro neste campo de intervenção. Desde então, esse Movimento vem demonstrando uma alta capacidade de desenvolver conhecimento sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, projetos e programas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes e uma forte atuação na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Na década de 1990, assume a participação na

² - Ver Dagnino, Escobar e Alvarez (org.), 2000 in: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos novas leituras*.

formulação de políticas públicas de direitos de crianças e adolescentes, em interlocução com o Estado, garantindo sua autonomia através de uma postura crítica e fundamentada na produção de conhecimento.

Observa-se que para os movimentos com atuação no campo da luta pela terra e da produção, como a Central Estadual das Associações de Assentados e dos Pequenos Agricultores de Alagoas CEAPA, as Quebradeiras de Coco e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo, resguardando as especificidades, algumas novas questões também se colocam.

A ausência de política de emprego e renda e de política agrária e agrícola que beneficie os pequenos produtores e os assentados que sobrevivem da terra, mas não são proprietários, fez emergir no interior destes movimentos alternativas de sobrevivência: as cooperativas, associações, grupos de produção.

O reconhecimento destas experiências atrai parcerias importantes para sua continuidade, assistência técnica e política de Organizações Não Governamentais ONGs, com tecnologia alternativa apropriada, especialmente no meio rural, e execução de projetos em convênio com os governos nas suas várias esferas.

Com a Constituição Federal de 1988 e

1.3. Ação Propositiva e de Controle Social

a sua complementaridade através das Leis Orgânicas, estaduais e municipais, a participação social na deliberação de políticas se torna possível. A maioria dos movimentos sociais, especialmente os pesquisados, atualmente participa de conselhos e outros espaços institucionais de interlocução entre Estado e sociedade.

Vários estudos revelam a importância destes espaços para a vocalização das demandas sociais e como aprendizado democrático, principalmente para a criação de outras formas de controle social, dentre as quais o Orçamento Participativo é uma delas.

A qualidade da intervenção desses movimentos no controle social fez priorizar, de meados de 1990 para cá, um crescente

investimento em capacitação, que ainda é insuficiente para potencializar a capacidade de pressão, proposição e monitoramento dos investimentos nas políticas públicas por parte desses movimentos.

Outros elementos que dificultam o controle social são: 1) a rotatividade dos conselheiros (a cada período determinado há troca de representantes de um mesmo movimento num Conselho Setorial, ou a entrada de um novo movimento); 2) a qualidade da representatividade (a depender da relação entre representante e representados, o conhecimento acumulado se dissemina ou não no interior das organizações) e 3) os militantes dos movimentos geralmente não são liberados para ação política, ou seja, não possuem disponibilidade de tempo para a dinâmica participativa dos conselhos.

No aspecto propositivo e de controle

Foto: Arquivo EQUIP

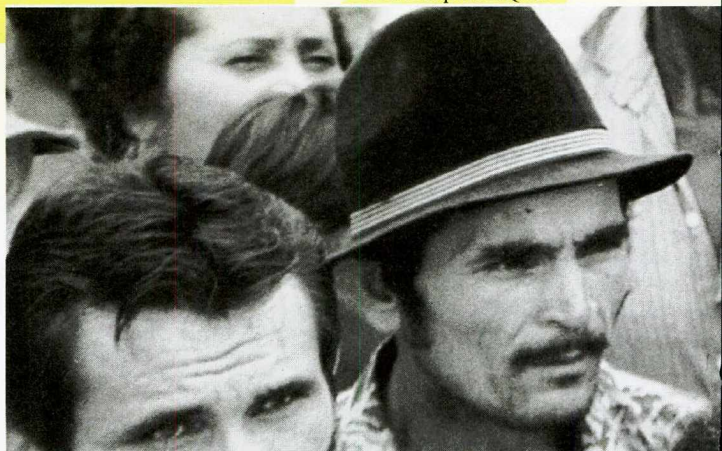
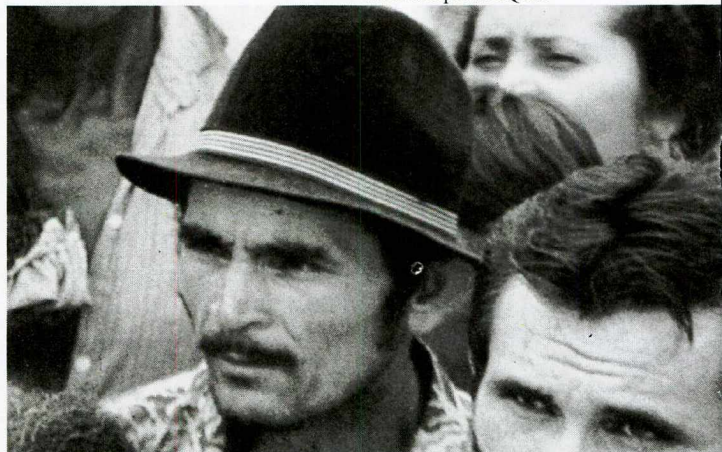


Foto: Arquivo EQUIP



social, os movimentos de mulheres pesquisados têm colhido alguns frutos. Seguramente grande parcela das medidas e políticas dirigidas à mulher, principalmente quanto às políticas de segurança pública e de saúde, resulta de seu esforço coletivo. Delegacias de atendimento específico às mulheres vítimas de violência são uma conquista que interfere na própria formatação do Estado, uma vez que a maioria dessas delegacias tem à frente uma *delegada*. Mulheres em postos de comando numa atividade até pouco tempo masculina.

Além disso, os movimentos feministas, negros, homossexuais trazem à tona a desigualdade com que são tratados socialmente, no âmbito do trabalho e do acesso a bens e serviços, propondo ações afirmativas que beneficiem esses segmentos em termos de políticas sociais.

Outro campo de luta é a legalização de várias "terras de pretos", nas quais residem populações remanescentes dos quilombos, conquista da Sociedade Negra Quilombola de Caxias e do Centro de Cultura Negra do Maranhão.

A revisão da política de comunicação e o processo de democratização da comunicação, em curso desde meados de 1990, resultam na mobilização de vários movimentos sociais: sindicatos de jornalistas, associações de rádios comunitárias, entre outros. O movimento de rádios comunitárias, representado por suas associações, desafia concreta e cotidianamente a política de comunicação em vigor no país. A política de concessões de rádios no país sempre favoreceu os grupos políticos e econômicos de cada localidade e as rádios comunitárias colocam em discussão esta política, pois a população de baixa renda deseja se comunicar numa escala mais ampla, no entanto as rádios comunitárias têm dificuldades para obter concessão de funcionamento, mesmo com a nova legislação.

Com o movimento de meninos e meninas de rua, tem início uma profunda mudança na forma de perceber a problemática dos anteriormente denominados "menores carentes". O movimento chamou a atenção para a necessidade de políticas públicas mais eficazes no atendimento a esta população. Várias políticas correntes atualmente derivam

da intervenção do movimento: combate à violência familiar e de rua praticada contra crianças (disque denúncia); maior preparo policial para lidar com a questão; programas de atendimento; criação do Conselho Tutelar; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Delegacia Especializada, Promotorias e outras.

Este movimento conseguiu mobilizar a própria sociedade em relação às crianças e adolescentes. Muitos grupos culturais criaram programas de atendimento com atividades culturais (música, dança etc.), a exemplo do Centro de Cultura Negra, no Maranhão, o Daruê Malungo, no Recife, o Olodum, em Salvador.

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002 e sua posse em 2003, um outro tipo de diálogo entre Estado e sociedade é inaugurado. Nestes meses de governo algumas mudanças institucionais começam a vigorar, a exemplo da prioridade número um do governo o Programa Fome Zero, que atualmente mobiliza a sociedade, no sentido de angariar esforços coletivos para eliminação da fome e da pobreza no país.

O Estado, resguardando o papel que lhe cabe como responsável por gerir a coisa pública e formulador de políticas sociais, buscou nesse primeiro ano de governo dialogar com a sociedade para encontrar as possíveis soluções aos problemas nacionais.

Estrategicamente os movimentos, as redes sociais e as ONG's se articulam para formular propostas, apresentar questões e, principalmente, para vocalizar as necessidades sociais, a Inter-redes acionada pela ABONG Associação Brasileira de Organizações não Governamentais, funciona com este propósito.

Muitas das ações dos movimentos

1.4 Outras estratégias

trazem novos significados culturais e sociais a problemas presentes no cotidiano, tornam visível o enlaçamento entre os aspectos culturais, econômicos, sociais e políticos, como as ações do movimento de mulheres.

No Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo, encontra-se a luta pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais que é uma luta por igualdade de direitos e como

organização social, ao mesmo tempo em que lutam pelo acesso à terra e por espaço na cultura local como violeiras, repentistas, cantadoras que são. A sindicalização e o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, que têm profundas repercussões na questão do acesso à terra e da previdência social, são conquistas do movimento das trabalhadoras rurais.

Isto é ainda mais evidente no movimento Hip Hop e Quixabeira. O Hip Hop (MH20) é um movimento de jovens, que possui uma linguagem própria e em seu caso específico há atividade de mobilização política, e embora não haja uma plataforma de políticas públicas para a juventude, consegue alterar a vida de grupos de jovens de periferia, a partir de iniciativas autônomas.

O MH20 canaliza a energia própria da juventude a preocupações mais gerais que dizem respeito às condições de vida em que estão envolvidos. Reivindicam espaço social e travam lutas específicas a este grupo etário, como o direito de pagar meia entrada em apresentações artísticas e a regulamentação da emissão de carteiras estudantis.

Quanto ao Quixabeira, um movimento bastante localizado e referente à resistência cultural, não há indícios de formulação de uma política cultural. Sua mobilização é muito mais pela possibilidade de expressão das tradições locais e cotidianas no meio rural do recôncavo baiano.

A noção revolucionária de projeto

2. Projeto e Cultura Política

político que pautou os estudos de movimentos sociais é parte do ideário presente no debate político e teórico de todo o século XIX e XX (Touraine, 1995). A noção de revolução, numa determinada perspectiva teórica, significa o rompimento com o sistema capitalista, no qual a emancipação humana não é viável.

A partir do desmoronamento das experiências socialistas, da visibilidade de seu totalitarismo, observa-se que a luta política pela transformação social adquire um novo foco. A democracia ganha maior relevância como valor

e princípio das relações sociais.

No contexto brasileiro é consenso que a democracia é o sistema político em que vivemos. Contudo, requer aprofundamento no campo econômico, social e cultural. O reconhecimento de que as desigualdades historicamente existentes não foram superadas no contexto democrático ressoam nas lutas dos movimentos sociais populares.

É neste ambiente que as lutas políticas

A sindicalização e o reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, que têm profundas repercussões na questão do acesso à terra e da previdência social, são conquistas do movimento das trabalhadoras rurais.

dos movimentos sociais populares pela transformação social continuam sendo travadas. No Nordeste não é diferente. Dagnino (2000:79) considera que os projetos políticos dos movimentos sociais atualmente se referem à disputa por “projetos alternativos de democracia”.

Nos movimentos pesquisados, as estratégias, as bandeiras de luta e os campos de intervenção são diversos, tendo como principal foco das lutas a questão dos direitos e da cidadania. Quando se referem a cidadania e direitos estão implicitamente se referindo a uma sociedade democrática, contudo, como já citado, o ideário no qual se movem é muito mais o de lutas por direitos específicos do que projetos de sociedade, que incorpore as diferenças de classe, raça e gênero.

Entretanto é possível afirmar que a diversidade dos movimentos pesquisados revela haver uma unidade em torno da projeção de futuro, ou seja, há uma dimensão do projeto político que formata uma unidade/identidade a dimensão utópica na qual o desejo por transformação social é o principal objetivo.

Do ponto de vista operativo, os movimentos apresentam diferentes estratégias, ancoradas nas causas que defendem e que se desdobram em bandeiras e formas de luta e nos

campos de intervenção a que se dedicam.

Os movimentos negros, de mulheres, ecológico, de hip hop, de assentados e pequenos produtores, homossexual, de meninos e meninas de rua, de moradia, de rádios comunitárias, possuem, deste modo, pontos de entrecruzamento que se referem à luta pela melhoria das condições de vida da população. São lutas que visam transformar o social, no sentido de superar as desigualdades existentes nos mais diversos aspectos da dinâmica societária.

Como as desigualdades são de várias ordens, os movimentos sociais populares se vinculam a diferentes campos de intervenção, isto gerou uma idéia negativa de fragmentação dos movimentos e das lutas, colocada como problema para elaboração de um projeto político global dos movimentos.

No contexto atual, desejar um projeto

Foto: Paulo Lopes



único de sociedade formatado pelos movimentos sociais não seria um totalitarismo disfarçado? Cabe, no contexto atual, crer que essa é uma tarefa exclusiva dos movimentos sociais?

Radicalizar a democracia e pensar a sociedade de uma forma mais global é tarefa a ser encarada pelos movimentos e por outros segmentos sociais, num processo de conflito e negociação permanentes, que geram ações culturais na disputa de significados na sociedade.

“Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com

base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculadas à cultura” (Dagnino, Alvarez e Escobar, 2000:23).

As ações dinamizam conceitos atribuídos às palavras, gerando novos significados ou criando palavras que ampliam os significados. Nos movimentos de mulheres, o debate do feminismo introduz a abordagem de gênero, com uma noção que ajuda a compreender as relações de poder entre homens e mulheres responsabilizando ambos pela construção de relações sociais equânimes. Nos movimentos negros, o termo afrodescendente propõe uma volta às raízes para compreender a causa negra e ao mesmo tempo trabalhar a auto-estima e proposição de direitos. No movimento homossexual, o termo homoerótico surge para que a causa não se reduza ao debate da questão sexual. O movimento ecológico imprime uma nova noção de natureza, natureza como sistema ecossistema, através do termo meio ambiente, incluindo nessa concepção o ser humano, de maneira que ele se veja como parte deste meio e não como ser externo, separado.

Deste modo, os movimentos articulam novos princípios e valores aos debates sociais. E ao articulá-los, desenvolvem paulatinamente um papel pedagógico em sua ação política, ao mesmo tempo em que operam estratégias imediatas de mobilização e de elaboração, execução e controle social. Uma das entrevistadas do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte explicita um pouco esta questão, ao tratar da plataforma política feminista deliberada na Conferência Nacional de Mulheres.

“Não era uma proposta para as mulheres, era uma proposta das mulheres feministas para a sociedade.” (Ent.05).

Portanto, os movimentos sociais populares revigoram a noção de projeto político, tecendo no imediato da ação e no mediato do pedagógico e das políticas culturais, um projeto político que não é simplesmente uma formulação perfeita e final de sociedade, até porque a sociedade se transforma. Sob este prisma, o projeto político não é uma “camisa de força”. É muito mais o desejo de transformação

social do que uma elaboração de sociedade, uma certeza quanto ao lugar que se quer chegar. O que está explícito é que para chegar a qualquer lugar, os movimentos querem, primeiro, que todos sejam cidadãos portadores de vários tipos de direitos sociais.

Um outro aspecto relevante é a

3. As novas ênfases no agir político

capacidade articulatória e de construção de alianças dos movimentos. Embora algumas lutas sejam específicas em geral, elas se referem a grandes parcelas populacionais, como, por exemplo, as lutas por moradia e em defesa dos meninos e meninas de rua. Por esta razão, suas causas, embora específicas, são de interesse coletivo, afeta ou sensibiliza grandes parcelas da população.

Neste sentido, as mobilizações específicas aglutinam outros sujeitos coletivos, por vezes no apoio ou na sensibilização dos segmentos não-organizados, na divulgação da atividade e na organização. Enfim, as lutas de interesse coletivo atraem como aliados e parceiros vários sujeitos coletivos: sindicatos, associações, ONG's, pastorais da igreja católica, partidos políticos, entre outros.

Provavelmente o entendimento de que os problemas sociais possuem um mesmo fio condutor que os enlaça, promova entre os movimentos e as várias organizações a solidariedade necessária aos momentos de mobilização e sensibilização de toda a sociedade.

A articulação cumpre o papel fundamental de mobilizar energias em prol das causas das lutas sociais, entretanto, não se restringe aos momentos de mobilização, possui um período de fermentação, no qual um processo de arregimentação de forças constrói estrategicamente as alianças e parcerias. Parceiros têm um significado especial, são os sujeitos que compartilham dos mesmos princípios e valores. As alianças podem ser temporárias, parciais ou, dependendo do caso, mais permanentes, porque alguns aliados são também parceiros.

As alianças, articulações e parcerias se constituem primordialmente num processo de

aprendizagem, em que as trocas de experiência e o diálogo proporcionam a construção do campo político desses movimentos, onde produzem as relações regionais, nacionais e internacionais como as redes e fóruns.

As redes que foram se constituindo nos últimos anos como uma nova expressão de articulação tornaram-se forças importantes no debate nacional sobre algumas temáticas, a exemplo do movimento de mulheres, onde a rede de saúde e direitos reprodutivos congrega várias organizações espalhadas em todo o país.

Mais fluida e menos centralizada, a rede em alguns casos é uma forma de organização que congrega grupos, indivíduos e até movimentos em torno de uma temática específica, como a rede de educação popular em saúde.

As redes favorecem um tipo de sociabilidade e de troca que colabora para ampliar as forças da luta social e do "campo ético político" (Doimo:1995). Exceto a Quixabeira, o restante dos movimentos pesquisados estão articulados em âmbito nacional, ou vinculados a algum tipo de rede, relações através das quais fortalecem suas ações, muitas delas resultando em conquistas.

...As lutas de interesse coletivo atraem como aliados e parceiros vários sujeitos coletivos: sindicatos, associações, ONG's, pastorais da igreja católica, partidos políticos, entre outros.

Além disso, a vinculação com organizações de caráter nacional ou a participação em redes, são fontes de formação importante; promovem uma nova percepção da problemática; a questão local passa a ser compreendida num cenário mais amplo, no contexto nacional e algumas vezes internacional. O movimento das Rádios Comunitárias é emblemático neste aspecto, ao se filiar à ABRAÇO Associação Brasileira das Rádios Comunitárias, passa a encampar a luta pela democratização das comunicações.

As relações com organizações

nacionais trazem, às vezes, conflitos. O movimento de moradia questiona as agendas que a organização traça no âmbito nacional, pois muitas vezes dificultam e mesmo impedem o desenvolvimento do movimento em âmbito local. Tais conflitos também podem tornar-se insuperáveis, como o caso da CEAPA, que surge vinculada ao MST e rompe, devido ao excesso de centralização das decisões.

A partir das últimas décadas, é crescente a articulação de forças sociais e políticas como estratégia adotada nas lutas. Estas formas de articulação ganham a esfera internacional, sobretudo nestes tempos de globalização. Assim como os blocos econômicos, os movimentos se unem a partir de princípios e valores que aclamam a idéia de que um outro mundo é possível, cuja intensa mobilização resultou no Fórum Social Mundial.

Os movimentos sociais populares

e fóruns. Tanto que os movimentos buscam, à medida do possível, incorporar novas questões às suas causas. O movimento das escolas comunitárias demonstra essa preocupação ao tratar de conteúdos como meio ambiente, gênero e raça. Da mesma forma, o MH2O, a CEAPA e o movimento das rádios comunitárias se vêem às voltas com o debate sobre gênero.

Os movimentos estão sintonizados com o debate social e a dinâmica nacional. Houve avanços nas formas de luta, os movimentos se tornaram mais pro-ativos e formuladores (ainda que existam debilidades); o controle social favorece o sentido de co-responsabilidade na gestão da coisa pública. Alguns movimentos criaram várias alternativas à ausência de políticas públicas, especialmente no campo de geração de emprego e renda.

O desafio contido em articular direito

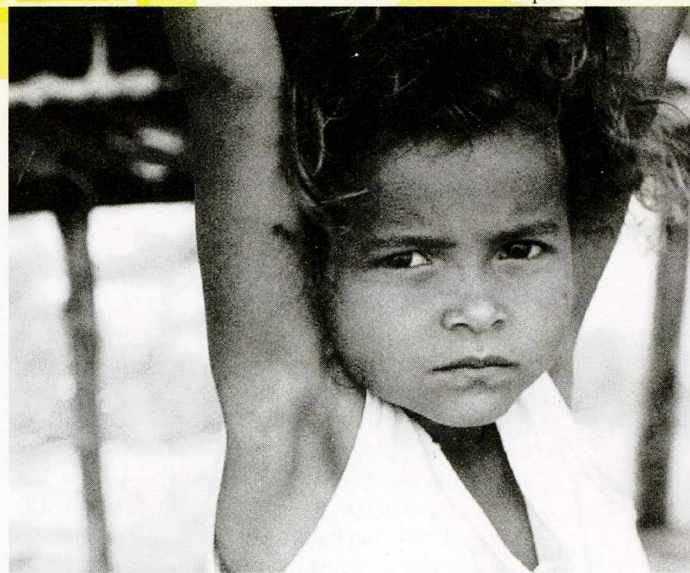
Foto: Paulo Lopes

Considerações Finais

pesquisados demonstram a ocorrência de diversas formas de agir político, algumas inovadoras, outras reprodutoras de formas e estratégias de luta já conhecidas. Mesclam-se novas e velhas configurações de intervenção, com a predominância de novas ênfases.

Boa parte dessas alterações se refere às transformações societárias que transcorrem a partir dos anos 1990 no Brasil e no mundo. No geral, não são perceptíveis características regionais específicas desses movimentos, ou mesmo propostas e projetos vinculados à realidade nordestina. Os movimentos apresentam formas de agir semelhantes a outros de outras regiões do país, se compararmos estudos recentes.

De certa forma, esta constatação faz cair por terra a dicotomia entre local e global, aquela pressuposição de que o movimento por ser local encontra dificuldades para “sair do próprio umbigo”. O fato de se manter, no âmbito da intervenção, dentro das causas que os mobilizam desde seu início não significa uma ausência de reconhecimento de outras necessidades, caso contrário não haveria a possibilidade de articulações, parcerias, redes,



específico a projetos de desenvolvimento pode ser pensado, considerando um conjunto de elementos que conformam a sociedade atual. Eric Hobsbawm, em *A Era dos Extremos* (1998), analisa o século XX e traça a história mundial a partir de momentos históricos mais definidos e outros transitórios. O seu ponto de vista é de que estamos vivendo numa sociedade em transição, ou seja, uma sociedade na qual *predominam as incertezas*. O que pretendo ao expor Hobsbawm? Quero propor uma reflexão sobre projeto político, pensando que a sociedade do século XXI está em transição e busca uma nova

sociabilidade. Os movimentos sociais populares estão imbuídos deste sentido e chegam mesmo a ser precursores nestes caminhos.

Mas são caminhos... Não é possível no momento atual tratar de projeto político como a elaboração de um modelo de sociedade, até porque modelos cristalizam a forma de ver as coisas e o mundo. O possível é pensar em projeto político como visões de mundo, que constroem estratégias, articulam sujeitos e propõem novas formas de sociabilidade.

Neste sentido, acredita-se que os projetos políticos dos movimentos sociais depositam suas crenças em novas formas de sociabilidade, englobando outras perspectivas econômicas, políticas, sociais e culturais para o local/regional/nacional, sem se fixar em modelos. Sua preocupação fundamental é elastecer ao máximo a democracia em que vivem.

Esta perspectiva instaura sempre o conflito entre o velho e o novo do ponto de vista cultural, que visa a reforma intelectual e moral, uma nova visão de mundo através do consentimento ativo da maioria da sociedade, segundo a teoria da hegemonia em Gramsci.

Mergulhando nas águas mais profundas da teoria da hegemonia, podemos dizer que a ação dos movimentos sociais populares visa a construção de um processo histórico de transformação social, baseado na transformação das relações entre as forças sociais que formatam o poder na sociedade, num processo cultural histórico de luta política.

Por fim, reconhecendo os limites das ações dos movimentos sociais, e que todo processo de construção de sociabilidade é de luta política e implica em idas e vindas, avanços e recuos, verifica-se que a sua intervenção produz alterações na sociedade e no Estado.

Albuquerque Junior, Durval M.(1999) A

Bibliografia:

- Albuquerque Junior**, Durval M.(1999) A Invenção do Nordeste e outras artes. Ed. Massangana/FJN/Cortez. Recife/PE e São Paulo/SP.
- Alvarez**, Dagnino e Escobar (org.) 2000. O Cultural e o Político nos Movimentos Sociais, in: Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos Novas Leituras. Ed. UFMG. Belo Horizonte/MG
- Anderson**, Perry (1995). Balanço do Neoliberalismo, in: Pós-neoliberalismo As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra, São Paulo/SP.
- Costa**, Mônica Rodrigues (2001) Mudanças e Descontinuidades. Em Xequê a Crise dos Movimentos Sociais, in: Política Hoje, ano 7 nº 11, Ed. Universitária UFPE, Recife/PE.
- Dagnino**, Evelina. (2000) Cultura, Cidadania e Democracia, In: Alvarez, Dagnino e Escobar (org.) Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos Novas Leituras. Ed. UFMG. Belo Horizonte/MG
- Doimo**, Ana Maria. A vez e a Voz do Popular Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70. Relume Dumará/ANPOC. Rio de Janeiro
- Gramsci**, Antonio. 1988. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Ed. Civilização Brasileira.
- Hobsbawm**, Eric. (1998). Era dos Extremos O breve século XX 1914-1991. Companhia das Letras. São Paulo/SP.
- Ianni**, Octavio. (1979) Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro/RJ.
- Moisés**, José Álvaro. (1995) Os Brasileiros e a Democracia. Ed. Ática. São Paulo/SP.
- Nogueira**, Vandealdo (1999). Visões das Plataformas de Desenvolvimento frente ao Debate Eleitoral no Brasil e no Nordeste, in: Cadernos do Nordeste nº 9, EQUIP/FASE/DED. Recife/PE
- Penna**, Maura. 1992 . O que Faz Ser Nordeste. Cortez Editora, São Paulo/SP.
- Scherer-Warren**, Ilse (1993) Redes de Movimentos Sociais, Ed. Loyola, Centro João XXIII. São Paulo/SP.
- _____. (2002) Redes e Sociedade Civil Global, In: ONGs e Universidades Desafios para a cooperação na América Latina. ABONG. Petrópolis/RJ
- Touraine**, Alan. (1995) Crítica a Modernidade Ed. Vozes. Petrópolis/RJ.

OS MOVIMENTOS CONTINUAM VIVOS

Carmen Silvia Maria da Silva⁽¹⁾

Uma pesquisa com 16 organizações de movimentos sociais populares nos nove Estados do Nordeste, em si, já fala do elemento mais importante constatado: os movimentos sociais continuam vivos. Está em funcionamento uma gama diversificada de organizações que impulsionam ações coletivas, que dão visibilidade a diferentes problemas sociais, reivindicam e propõem políticas.

São mobilizações sociais em torno de diferentes temáticas, a exemplo de afirmações identitárias coletivas (negros, jovens, pescadores, artistas populares, mulheres, homossexuais, quebradeiras de coco, entre outras), com exemplos diversos em formas de atuação (rádios comunitárias, produção solidária, cultura local e internacional, articulação em redes, mobilizações) e através de diferentes expressões organizativas do que chamamos movimentos sociais populares (entidades de pequeno e médio porte; com vínculos de atuação local, regional ou até internacional; entidades de caráter representativo de defesa de interesses próprios dos membros e outras de caráter de vínculo solidário a uma causa).

E preciso diferenciar o que se entende por movimentos sociais.

Nas atividades do Movimento, usamos os termos movimentos sociais ou movimentos populares, por vezes, em referência às lutas e mobilizações sociais, por outras, às organizações que impulsionam estas lutas.

A nossa tentativa foi analisar uma certa diversidade de expressões organizativas da sociedade civil, que são conhecidas como movimentos sociais ou movimentos populares,

e refletir sobre a idéia corrente, entre pesquisadores e militantes, de que neles há uma crise. Buscamos também verificar o que esses movimentos têm de nordestinidade por estarem localizados em Estados definidos administrativamente como desta região, ou por trazerem à tona algum elemento cultural ou político que os distinga como construtores de identidade nordestina.

Este artigo trata, especialmente, do aspecto organizativo, isto é, da vida interna destas entidades, sua organização e funcionamento; de como elas se vêem e se designam; da relação entre as pessoas que a compõem e como isso dialoga com a cultura política predominante na sociedade brasileira e com a identidade coletiva de cada Movimento pesquisado.

Movimentos Sociais Populares: o que é isso?

E preciso diferenciar o que se entende por movimentos sociais. Nas atividades do Movimento, usamos os termos movimentos sociais ou movimentos populares, por vezes, em referência às lutas e mobilizações sociais, por outras, às organizações que impulsionam estas lutas. Do ponto de vista jurídico-administrativo, por exemplo, tais organizações são chamadas de sociedade civil sem fins lucrativos ou de associação civil, modo pelo qual obtêm registro em cartório, quando o consideram necessário muitas dessas organizações não fazem este registro civil.

Algumas se intitulam movimentos, outras associações, algumas fóruns, etc. Há várias situações em que as organizações, que se

¹-Carmen Silvia Maria da Silva foi educadora da EQUIP no período de agosto 2000 a março 2003.

intitulam movimentos, buscam o registro civil: para se viabilizar frente aos trâmites da legislação brasileira; para facilitar a relação com financiamentos públicos e/ou com agências de cooperação internacional. Alguns dos entrevistados consideram e isso é voz corrente esse registro como 'a institucionalização do movimento' ou sua 'transformação em ONG'. Para nós, ele é apenas um processo de registro civil.

“Há, em várias entidades de Movimentos Sociais, um debate sobre a auto-organização para definir se deve continuar vendo-se como um Movimento ou transformar-se em ONG. Este debate, muitas vezes, parece ser baseado em visões preestabelecidas sobre o que seria ONG e Movimento (ou entidades de). Esta forma de tratar a questão, também presente no debate acadêmico, parece não contribuir muito para o enfrentamento das questões reais de auto-organização e atuação política da entidade. Talvez fosse mais interessante buscar verificar quais são os seus problemas de funcionamento, definição de políticas, mobilização, etc., e que grau de estruturação interna é necessário para enfrentá-los e só a partir deste trabalho projetar como deve ser a organização. Para os estudiosos pode ser bastante instigante ampliar o campo de estudo para o interior destas organizações, buscando verificar as diferentes representações existentes, observar seu funcionamento e atuação, antes de classificá-las aprioristicamente e defini-las como iguais.”(Silva, 2001).

Em referência ao período da redemocratização, em trabalho anterior (1996), classifiquei os movimentos como sendo “grupos de pessoas que discutem o seu cotidiano, constroem uma nova sociabilidade, articulam-se em torno de interesses comuns e ações solidárias, e irrompem na cena política reivindicando direitos e manifestando protesto diante de violações”. Scherer-Warren (1999). Porém, abre caminho para um aspecto organizativo, para ela “um Movimento Social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados em um conflito

político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum”. Ela discute o conceito de *Movimento Social*(2) como “forma de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos”, formas que poderiam ser contestadoras, solidarísticas e propositivas.

João Francisco de Souza (1999) coloca a reflexão em outros termos, mas alimenta o mesmo sentido organizativo. Para ele “o Movimento (...) é antecedido e se constitui de grupos de reflexão e ação cultural. Seus membros começam a participar de seminários... vai-se criando uma corrente de opinião que passa a competir no mercado das idéias e dos sentimentos de pertença”.

No nosso entendimento, o termo movimento social é apropriado para designar pessoas e grupos, com uma certa identidade comum, mobilizados em torno de um propósito comum relativo a direitos. Isso implica dizer que não entendemos toda e qualquer mobilização social como Movimento Social, em função do lastro histórico que esta noção possui. Reconhecemos que é usual entre os participantes falar 'movimento' em referência às entidades/organizações. Em função disso, ambos os sentidos (movimentação e organização) são aceitos. Neste artigo, todavia, nossa ênfase recairá sobre as organizações.

Nesta pesquisa nos referimos a organizações que se nomeiam como movimentos sociais e não como organizações não-governamentais, embora entendamos que as movimentações e lutas sociais são produzidas por diferentes tipos de organizações.

“As diferenças entre ONGs e entidades de Movimentos Sociais parecem ser relativas a um maior nível de institucionalização. Ambas são organizações de caráter público e sem fins lucrativos, com autonomia e flexibilidade (...) As ONGs se organizam com equipes profissionais mais estáveis e com financiamentos das ações maiores e mais definidos, majoritariamente de agências internacionais. Notabilizam-se por sua capacidade técnico-propositiva, a partir da qual ganham legitimidade pública, e por não

2- O uso no singular é da própria autora.

dependerem de mecanismos internos de representatividade (...). Já as *entidades de Movimentos Sociais*, funcionam a partir de mecanismos de representatividade, isto é, possuem coordenações e diretorias que, além de representar os seus integrantes, atuam no sentido de mobilizá-los permanentemente para a causa. Elas podem possuir pessoal técnico, mas diferenciam-se pela predominância da ação militante, voluntária, de seus integrantes (...). Embora seja possível verificar estas sutis diferenças, também é perceptível que as duas formas organizacionais produzem movimentações sociais, ainda que podendo ter especificidades, portanto, ambas compõem o campo político dos Movimentos Sociais” (Silva, 2001)

Sujeito

Entendemos que a noção de movimento social traz embutido algumas questões fundamentais para reflexão: sujeito, base social, representação e ideário político.

As entidades pesquisadas possuem expressão pública, lutas, realizações que alteram a qualidade de vida das pessoas e que publicizam temas e impõem agenda política. Por conta desta intervenção social consideramos que elas configuram-se como sujeitos coletivos. Elas grupalizam pessoas em torno de uma dada identidade, tem autonomia relativa, e demonstram, na prática, ter projeto político a partir de suas ações.

Ao longo das suas trajetória os movimentos sociais criaram novos espaços de manifestação de seus interesses e os expressaram a partir de um discurso próprio. Este discurso emerge das próprias lutas sociais nas quais os participantes elaboram suas representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos. Eles criam novos significados para antigas palavras, articulam-se em torno de projetos e, nesse processo constituem-se propriamente como sujeitos políticos³.

Exemplo disso é o MIMQC movimento interestadual de mulheres quebradeiras de coco que articula-se em torno

da atividade que as unifica, quebradeiras, e da identidade de mulher, e, neste processo, se expressa publicamente e gera novos direitos, no caso o direito ao "babaçu livre". Exemplo semelhante podemos observar na Sociedade Negra Quilombola de Caxias. A rigor, poderia ser apenas uma articulação de grupos e associações de comunidades rurais, entretanto, ao organizarem-se em torno da identidade quilombola, isto é, de negros que vivem em territórios originários de quilombos, ela torna público não apenas a sua própria existência, mas a desigualdade racial no Brasil e as proposições de políticas afirmativas que rompam com a situação, no caso específico, a regulamentação das "terras de preto".

O historiador inglês E.P. Thompson⁴ nos auxilia a compreender este fenômeno através da noção de experiência, segundo ele é através da experiência que os grupos sociais constroem a possibilidade de fazerem-se sujeitos coletivos na história. Isto significa que não existe um sujeito do processo de transformação social, mas vários sujeitos políticos coletivos, que vão se configurando através de suas experiências próprias, nas quais vão construindo sua autonomia e formulando seu projeto.

A expressão pública é fundamental para esta constituição enquanto sujeito. Isto fica claro no Movimento de Quebradeiras de Coco quando elas afirmam “vamos dizer para o público que nós existimos”, ou quando as pessoas da CEAPA - Central de Assentados e

Foto: Paulo Lopes



3- Ver Sader, 1988.

4- Ver Thompson, 1981.

Pequenos Produtores de Alagoas - explicam a necessidade que a organização teve de afirmar-se publicamente, para não ser mais confundida com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) com quem tinha rompido. Ou mesmo quando a Associação de Educadores e Escolas Comunitárias e a Associação de Rádios Comunitárias, buscam encontrar meios próprios para resolver problemas sociais, no caso a educação pública e a comunicação. As falas das mulheres do Brejo (Movimento de Mulheres Trabalhadora do Brejo) é bem contundente a este respeito, para elas "ser sujeito significa autonomia e participação".

"Estas *entidades* foram fruto e geraram processos sociais que alargaram a noção de política e de espaço público na sociedade brasileira, ao publicizarem problemas que eram tratados no âmbito privado e exigirem do Estado o trato, em termos de questões públicas, de problemas sociais que eram vistos como privados, ao demonstrarem o descaso com o qual eram tratados (movimento de mulheres, homossexuais, negros, ecológicos, pró-criança, movimento de saúde, moradia, transporte, terra...). A partir das pressões sociais, a Constituição de 1988 e as leis dela decorrentes, delimitaram a formação de espaços públicos que facilitam a negociação de interesses, na sociedade brasileira, em torno das políticas públicas (...) Os *Movimentos Sociais* são sujeitos coletivos porque foram capazes de auto-organização, de expressão pública e de proposições que contribuíram decisivamente para a construção da institucionalidade democrática, além de representarem possibilidades de afirmação das pessoas em torno de suas identificações e de aceitação social das diferenças" (Silva, 2001)⁵.

Base social

Os *Movimentos* são vistos por vários estudiosos como referidos à condição de carências econômicas e sociais, e para isso utilizam os termos *Movimentos Sociais Urbanos* ou *Movimentos Populares*, e como aglutinações em torno das identidades como os

movimentos de mulheres, negros, homossexuais, etc. e para isso geralmente utilizam o termo *Movimentos Sociais*.

Neste artigo, entretanto, optamos por trabalhar com *Movimentos Sociais Populares* (às vezes abreviando para *Movimentos*), como uma noção que nos ajuda a compreender esta diversidade de organizações que o povo, em especial os setores explorados economicamente e oprimidos social e politicamente, foram capazes de gestar neste período recente. A partir da pesquisa feita nos parece que a idéia de identidade, não como algo determinado e fixo, mas como uma expressão passível de deslocamentos, é fundamental para compreender o processo de mobilização e de articulação permanente das pessoas em torno de qualquer problemática social.

A noção de *Movimentos Sociais Populares* é útil para nos referirmos a diferentes movimentações que se articulam em torno de identidades e/ou problemáticas sociais, mas que são compostos por pessoas das classes populares ou pessoas dos setores médios, porém vinculadas ao projeto de transformação social, de caráter democrático popular.

A Associação de Educadores e Escolas Comunitárias e a Associação de Rádios Comunitárias, buscam encontrar meios próprios para resolver problemas sociais...

Sousa (1999) entende *Movimentos Sociais Populares* como sendo "grupos de pessoas, com posicionamento político e cognitivo similar, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de firmar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre os diversos campos da existência individual e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e

⁵- Ver Silva, 2001.

subordinados (...) São força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor"

A idéia do *popular* está presente em todos os movimentos pesquisados, obviamente isto tem a ver com a delimitação do universo da pesquisa, entretanto, sabemos que mesmo os movimentos que não definem-se com este caráter, demonstram preocupações com os setores populares, isto é, as pessoas com condições econômicas e sociais mais precárias, aquelas que tem menos acesso a renda e as condições materiais de sobre vivência.

Os grupos sociais que se aglutinam nas organizações pesquisadas são diversificados, mas a maioria se considera *trabalhadores* ou *populares*, mesmo quando há uma identidade mais forte solidificando a organização com a questão de ser negro, ser mulher, ou identificado com um estilo de vida como o hip hop. Os grupos se nominam como artistas populares, jovens da periferia, mulheres trabalhadoras, mulheres quebradeiras de coco, sem casa, moradores da periferia, pequenos agricultores, assentados, quilombolas, etc. O movimento ecológico e o movimento homossexual parece diferir disso, entretanto na sua constituição estão, respectivamente, grupos de moradores de bairros populares e pessoas com grandes dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação, por exemplo.

Sabemos que nem todos os Movimentos Sociais existentes podem ser definidos a partir da idéia de composição por setores populares, ou mesmo de clareza sobre a situação de desigualdade econômica, porém, o universo pesquisado é expressivo desta demarcação.

Ideário Político

Os Movimentos pesquisados não se apresentam como possuidores de um projeto político geral de transformação social, mas como organizações que se pautam pelos ideais de democracia e justiça social e que lutam pela transformação da situação de vida das pessoas, relativas às suas áreas e temas de atuação,

através da defesa de interesses coletivos e, às vezes, de direitos difusos.

Este ideário, por um lado, demonstra a riqueza que é a atuação dos movimentos na cena política brasileira, pela capacidade que desenvolvem de intervir, reivindicar, propor e monitorar políticas públicas, instituindo com isso novos direitos para pessoas que vivem em situação de desigualdades. Por outro lado, ele coloca exigências para a vida interna destas organizações. Ao defender as bandeiras de democracia, participação igualitária, liberdade de expressão, novos direitos, este movimento, a nosso juízo, deveriam se colocar o desafio de refletir sobre o seu próprio funcionamento a partir de princípios democráticos, mas apenas alguns percebem isso.

Pensar a vida interna das entidades de movimentos sociais a partir do ideário da democracia, demanda uma reflexão sobre questões como representatividade, funcionamento, relações de poder interna entre homens e mulheres, brancos e negros, participação da juventude, etc. E é a partir daí, da vida interna e da intervenção, que é possível verificar a capacidade dos movimentos de imprimir sentidos as suas lutas, construir novos significados e alterar as relações de poder, com base nisso é que poderemos perceber como eles estão construindo uma nova cultura política.

Representatividade

Várias entidades criadas a partir de movimentações sociais, para galgarem permanência, se estruturam a partir de delegação, elegem coordenadores/dirigentes que representam o conjunto dos participantes e, ao mesmo tempo, os mobilizam para a ação. Aqui percebe-se o que Bourdieu (6) chama de "conflito de delegação", estas direções, que seriam os representantes dos filiados àqueles movimentos, na prática, têm que sensibilizar e mobilizar os seus representados, isto é, aqueles que lhes delegaram poder, para produzir as movimentações sociais. Isso demonstra como elementos importantes da cultura política tradicional se reproduzem dentro das

6 Ver Bourdieu, 1999.

organizações que lutam pela transformação social, a exemplo da transferência de responsabilidade para os eleitos.

Essa situação se expressa no jogo de poder interno. Em alguns casos as direções tentam uma alternância e não conseguem encontrar interessados, em muitos outros, há uma luta das direções para permanecerem no poder. A nossa pesquisa não preocupou-se em levantar estritamente estas situações, mas em vários movimentos observamos situações de crises internas, conflitos inter-grupos, que parecem ter a ver com ausência de espaços internos de participação nos quais estejam garantidos a plena participação.

Em alguns casos os conflitos internos devem-se a posições políticas diferentes sobre as questões em pauta no interior destas organizações, em outros devem-se a dificuldades organizativas, ausência de planejamento coletivo das ações, carência de formação básica que possibilite a elaboração estratégica, etc. Os conflitos por divergências internas não significam necessariamente o não funcionamento ou ausência de resultados das ações daquele movimento. Assim como o consenso parece ser mais fruto da ausência de debates sobre os posicionamentos do que unidade real, exemplos disso são, respectivamente, o Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba e o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, ambos com conflitos, porém com grandes realizações, e a Aliança Classista, no Maranhão, sem conflitos aparentes, mas com poucas ações coletivas e poucos resultados.

Todos os movimentos pesquisados possuem uma estrutura interna de representação baseada numa relação coordenação-coordenados. Alguns congregam outras organizações de menor porte como é o caso da CEAPA, que reúne associações de assentados e pequenos produtores, ou a FAMCC, que congrega associações de moradores e conselhos comunitários. Outros filiam pessoas que se organizam em grupos por área, posses no caso Movimento Hip Hop Organizado do Ceará; núcleos de base que tiram

delegadas para assembléia intermediárias, no Movimento de Mulheres Quebradeiras de Côco; ou grupos de base que participam diretamente dos eventos gerais, como no Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba. Em algumas organizações os membros não tem organismos de aglutinação interna com caráter de "base", eles participam diretamente como no caso do Movimento Popular Ecológico, do Dialogay. O caso do MNMMR é diferenciado porque os membros que são adultos educadores participam diretamente da comissão local e os membros crianças e adolescentes participam nos núcleos de base, onde se envolvem com ações educativas-organizativas propiciadas pelos educadores.

Esta necessidade de organização "na base" parece ter a ver com o número de participantes do movimento, que faz com que ele aglutine pessoas de diferentes localidades, e com a preocupação de que possa crescer o grau de participação ativa dos seus membros, quando estes são em grande número. Essa é uma questão que se relaciona com a dimensão do movimento, pois nem todos tem como meta, pelas suas próprias especificidades, possuir um grande número de membros. A relação coordenação e bases, mais que uma simples estrutura de representação, demonstra relações de poder entre coordenadores/as e coordenados/as.

Muitas destas organizações de movimentos sociais populares lutam por interesses difusos, os quais representam não por delegação pessoal, mas por terem tido a capacidade de problematizar uma dada questão e de colocá-la na agenda pública⁷, como é o caso do Movimento Ecológico ou do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ambos não agem por delegação de seus representados, eles agem a partir de um posicionamento público que possuem a respeito de uma dada problemática social, no caso a questão ecológica e a situação das crianças. Isso os diferencia dos movimentos representativos como é o caso da CEAPA ou do Movimento de Quebradeiras de Coco, que representam interesses sócio-econômicos de seus membros.

7- Ver Silva, 2001.

Isso não significa que ambas as problemáticas levantadas não sejam relevantes de se constituírem como interesses públicos.

Podemos afirmar que neste tipo de organização de Movimentos, semelhantes às ONGs, não é a representação direta que define sua capacidade mobilizatória, mas a possibilidade que possuem de intervenção no espaço público a partir de denúncias, proposições com argumentos consolidados, produção de conhecimento, formação de opinião, e mobilização social difusa.

Organização interna das entidades

Todas as entidades pesquisadas possuem uma espécie de diretoria, às vezes chamada coordenação. Grande parte ainda utiliza os cargos tradicionais para compor as suas diretorias (presidente, secretário, tesoureiro...), mas há aquelas que tentam mudar esta estrutura de funcionamento e adotam as coordenações sem cargos pré-estabelecidos. Algumas vêm a coordenação como um colegiado, mas outras apenas trocaram a nomenclatura e possuem um coordenador/a geral, que corresponderia a presidência. Aquelas que possuem coordenações no sentido de colegiado, quase sempre tem estruturas de decisão intermediárias entre a coordenação e a assembléia geral, que pode ser um conselho de representantes dos organismos de base ou algo semelhante.

Há situações nestas organizações em que as pessoas se mantêm nos cargos por mandatos consecutivos, em especial na presidência, ou o mesmo grupo troca de cargos, mas se mantêm na direção.

Poucas organizações tem reflexões coletivas sobre a relação participação interna e princípios democráticos e estão buscando construir mecanismos para ampliar e qualificar a participação de seus membros. Algumas possuem um fórum maior de deliberação (assembléias e congressos), como é o caso da FAMCC - Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitário do Piauí, e para outros esta questão não está colocada porque seus encontros gerais decidem e



organizam as ações sem maiores polêmicas, a exemplo do Movimento da Quixabeira, na Bahia, que se reúne com assessoria de um educador externo.

Algumas organizações preocupam-se e buscam criar condições para uma maior participação das mulheres, como por exemplo a FAMCC, que tem um programa de ação próprio para fortalecer a participação das mulheres. O mesmo não ocorre na maioria dos movimentos populares que, embora composto por maioria de mulheres, não fazem disso um elemento de força política para discutir a necessária igualdade de gênero na sociedade, como é o caso do Movimento de Moradia, na Paraíba.

Isso é diferente nas organizações que se consideram parte do Movimento de Mulheres, como é o MIQCB e o MMT do Brejo, que se articulam em torno do fato de serem mulheres e buscarem inserção na produção de bens com

maiores benefícios. Nestas, as direções são compostas por mulheres. Nas organizações mistas, compostas por homens e mulheres, há participação de mulheres nas direções, entretanto não foi possível perceber nesta pesquisa o que isso significa em termos de relação de poder, embora em alguns casos tenha se verificado que as mulheres nas direções mistas assumem mais as funções organizativas, que são comparáveis às tradicionais profissões femininas como secretárias, em detrimento de posições que exigem mais a fala pública, como coordenadoras.

Em uma organização, a FAMCC, a questão de gênero é reconhecida como um elemento da missão, isto é, a entidade entende como parte de seu objetivo principal a luta pela igualdade de gênero. Ressalte-se que, se por um lado, esta entidade é historicamente coordenada por mulheres, por outro, esta organização passou recentemente por um processo de avaliação institucional e de planejamento com consultoria externa que pode ter contribuído para criar as condições (espaço público interno) para dar visibilidade a situação das mulheres. Na CEAPA esta preocupação gerou a criação de uma secretaria específica para tratar com as questões de gênero que faz um trabalho formativo e organizativo voltado para favorecer a participação das mulheres. Na Associação de Rádios Comunitárias há mulheres participando, inclusive da produção e apresentação de programas nas rádios, porém a presença política maior nos fóruns de decisão é dos homens. No Hip Hop, a nível nacional e internacional, a presença feminina é muito pequena, apesar disso no MH2O, do Ceará, se verifica a presença de mulheres em cargo de direção e constatou-se que as mulheres do movimento vem apresentando nos eventos a necessidade de enfrentar as questões de gênero, internamente. No Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba, uma pessoa entrevistada foi enfática ao afirmar que não há tempo para trabalhar questões de gênero e de raça.

Nas duas organizações constituídas por mulheres verifica-se diferenças em relação aos posicionamentos sobre a questão de gênero. No Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo, elas percebem a dificuldade de trabalhar

a questão de gênero nos sindicatos em que participam e mesmo nos eventos culturais: "tem encontros de violeiros e as mulheres violeiras não são chamadas". No MIQCB as mulheres falam das relações de gênero como relações de poder presentes na sociedade e nas organizações da classe trabalhadora, por isso, elas trabalham também a auto-estima das participantes, para o fortalecimento como mulheres, afim de criar condições para enfrentar a desigualdade na sociedade e nas organizações populares.

Dado as dificuldades enfrentadas em organizações com participantes dos dois sexos, há situações em que os grupos de mulheres se retiram organizativamente destas organizações, como foi o caso do Centro de Cultura Negra, no Maranhão. Apesar de continuar entendendo-se como Movimento Negro e as pessoas continuarem participando ativamente do CCN, o grupo de mulheres Mãe Andressa, optou por constituir-se como organização própria.

O que ocorre com a questão de gênero também ocorre com a questão étnica-racial que só se faz presente naqueles movimentos cuja identidade coletiva se baseia no fato das pessoas serem negras, como a Sociedade Negra Quilombola de Caxias e o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

A participação da juventude também só se expressa com força no MH2O-CE, que é uma organização juvenil. Nos outros movimentos, em alguns ela aparece como um problema pela ausência, como é o caso do Movimento da Quixabeira, na Bahia, que vê na ausência da juventude uma dificuldade para conservação das tradições culturais; ou como uma preocupação de incorporar jovens, como é na Associação de Rádios Comunitárias Livres, em Pernambuco. Na grande maioria, embora possam ter participação da juventude, isso não é um elemento relevante para reflexão. No caso do Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba, aparece um conflito de "gerações" entre participantes mais antigos e mais novos em disputa, não significando, necessariamente, mais jovens.

A maioria das organizações não funcionam apenas com diretorias e assembleias, algumas tem conselhos de representantes como estrutura intermediária de

decisão e a grande maioria possuem comissões de trabalho que respondem por áreas específicas de atuação, algumas provisórias e outras permanentes, algumas ligadas a cargos de secretarias que compõem as diretorias/coordenações e outras desligadas desta estrutura. Em todo caso parecem ser mecanismos que favorecem a participação dos membros destas organizações.

Entre as organizações pesquisadas algumas possuem relação direta, como parte, de organizações nacionais, como é o caso do MNMMR de Alagoas, que é a seção estadual do MNMMR nacional. Outras têm um vínculo de ação como é o caso da FAMCC, do Piauí, e do MLM da Paraíba, com alguns conflitos, com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia nacional. Outros ainda têm vínculos de pertencimento mais no sentido identitário, com articulações episódicas, como a Sociedade Negra Rural Quilombola, em relação ao Movimento Negro em geral, ou o MIQCB em relação ao Movimento de Mulheres ou o Dialogay em relação ao Movimento Homossexual (ou Homoerótico). Há ainda aqueles que não demonstraram vínculo constante com nenhum movimento em nível de país como o Movimento da Quixabeira e a CEAPA, embora possam ser situados, no sentido difuso, como pertencentes ao campo daqueles que lutam por cultura e pela questão agrária, respectivamente.

A maioria das pessoas entrevistadas possui preocupações com a formação dos membros dos seus movimentos, mas poucas organizações apresentaram um trabalho de formação sistemático e permanente. Os movimentos possuem uma força pedagógica em si, isto é, pelo fato de participarem de um processo organizativo e de mobilização social, as pessoas aprendem a analisar a realidade, a formular propostas, a negociar, além de realizar atividades práticas (redigir, pintar faixas, ligar aparelhagens de som...) para viabilizarem seus objetivos. Neste processo as pessoas se formam, tanto no sentido positivo de adquirirem novos conhecimentos, desenvolverem habilidades, consolidarem

valores, como também aprendem os vícios de análise e de postura condizentes com o ambiente de disputa presente nos processos políticos.

As preocupações com a formação/educação que tratamos aqui é no sentido de que a realidade social e a prática cotidiana das pessoas participantes sejam objeto de reflexão por elas mesmas e que se aprimorem e acumulem novos conhecimentos que favoreçam a elaboração e a intervenção dos movimentos na cena pública. Ainda é um sonho para a maioria das organizações as atividades de formação serem organizadas como um programa ou uma política, com objetivos claramente estabelecidos e com processos desenhados, embora todas elas realizem atividades formativas, porém de maneira esporádica e vinculada a um objetivo do momento, como a participação em um congresso, uma mobilização por reivindicação específica, um novo projeto que exija capacitação técnica ou uma disputa para a direção da entidade. Esta forma de conduzir as atividades formativas não geram um processo sistemático, progressivo, que ajude a consolidar a organização, delimitar seu marco teórico-político e a ampliar a sua capacidade de elaboração e atuação.

A carência de formação nas entidades pode fazer com que novos movimentos se pensem a partir velhos esquemas explicativos⁸ que não comportem a sua ação, como é o caso do MH2O-CE, ou mesmo que a grande maioria não acumule internamente reflexão sobre os significados das parcerias com órgãos governamentais, ou ainda que não elaborem politicamente sobre suas próprias temáticas específicas.

As preocupações com a formação/educação que tratamos aqui é no sentido de que a realidade social e a prática cotidiana das pessoas participantes sejam objeto de reflexão por elas mesmas...

8- Ver Fortes.

Estrutura e Funcionamento

A maioria das organizações pesquisadas possuem algum tipo de recursos financeiro advindo de projetos com agências financiadoras do exterior; algumas têm convênios com órgãos públicos que contribuem para áreas de atuação específica, estas em número menor; e outras arrecadam recursos através de campanhas, de contribuição dos membros e de apoio de outras organizações como ONGs, sindicatos, gabinetes parlamentares de esquerda.

Os equipamentos destas organizações de Movimentos são muito simples e poucos. A maioria delas possui uma sede alugada ou funciona agregada em outra organização, com pouca mobília, e algumas sem computador. Todas reconhecem nisso um problema e desejariam ter condições de funcionamento melhor, entretanto os recursos arrecadados não permitem. Algumas, como o MH2O, faz um debate sobre a sua auto-sustentação, com a proposta de "mercado alternativo", e noutras não há nenhuma referência a este respeito.

Todas as entidades organizam a sua ação, mas na grande maioria o planejamento não é uma prática coletiva sistemática, e, quando é, resume-se a listar as atividades que serão desenvolvidas e marcar as datas. A análise da situação em que estão inseridas é precária, a elaboração estratégica é pequena, a discussão sobre relações com outras instituições é reduzida, e isto faz com que, muitas vezes, as entidades organizem listas de ações sem saber onde querem chegar e a fazerem parcerias e alianças sem analisar os objetivos da outra organização. A prática das agências financiadoras de exigirem projetos de ação para enviar recursos para estas organizações que, por muitos é vista como problemática, nos pareceu como um fomentador de espaços internos para elaboração coletiva no interior destes movimentos.

A Associação de Rádios Comunitárias e do MH2O, talvez por sua

própria especificidade, tem forte preocupação com a comunicação, mas ela também aparece em outras organizações. Semelhante a formação interna, esta não parece ser uma prática institucionalizada na maioria das organizações populares. Talvez isso se deva a carência de recursos financeiros, mas pode se dever também a pouca relevância que é dada para formação de opinião na sociedade para além dos seus membros ou mesmo à precária capacitação dos participantes nesta área.

Expressões e Símbolos

A identidade coletiva destes Movimentos se expressa na cena pública através de manifestações, palavras de ordem, indumentária própria, expressão gestual e corporal, símbolos próprios como músicas, bandeiras, fachada da sede, etc. É também verificável pela publicização dos problemas e de seus argumentos, com o que interagem no debate político da sociedade e na relação desta com o Estado.

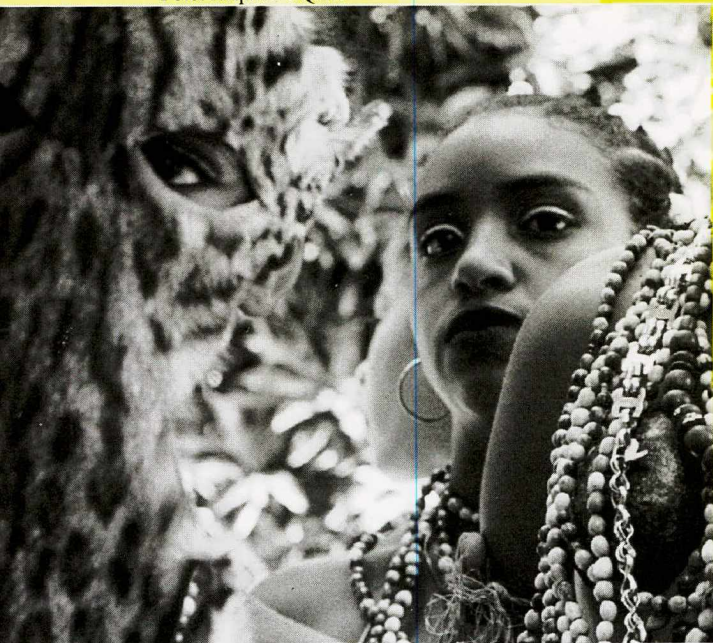
Os movimentos se fortalecem com a emulação grupal para a participação. Os símbolos de cada movimento expressam seus valores e contribuem para manter os membros integrados a uma mesma mística. Este pertencimento é o elemento central do que chamamos identidade coletiva presente em cada Movimento. Com base nesta reflexão podemos inferir que a identidade coletiva não é um elemento constituidor apenas dos Movimentos que propiciam uma maior desenvolvimento da identidade individual como negros, mulheres, etc, mas é o que cimenta todas as organizações que lutam por direitos.

O que mantém as pessoas agregadas em torno de uma causa, em trabalhos não remunerados e que exigem grande disponibilidade, só pode ser a identificação com esta causa, seja porque sofrem pessoalmente suas consequências, ou porque desenvolveram solidariedade política com aqueles que sofrem. É claro que interesses de disputa política geral em uma dada cidade também pode ser fator aglutinador de pessoas em torno de um dado

Movimento, entretanto estas são as situações excepcionais, e sem dúvida, não servem para analisar a presença de grandes contingentes de pessoas nas mobilizações, ou mesmo de um número pequeno permanentemente nas atividades cotidianas.

Estas formas dos movimentos se expressarem também são responsáveis pela imagem pública que eles cultivam. O Movimento da Quixabeira realiza

Foto: Arquivo EQUIP



anualmente a Festa da Quixabeira, momento áureo da manifestação de todos os grupos culturais, as "brincadeiras", que compõem o Movimento. Essa festa é gravada em vídeo para ser mostrada nos povoados para as pessoas que não puderam estar presentes. O MH2O cunhou a expressão hip hop cangaceiro, para dizer que a sua expressão cultural não é apenas música, dança e grafismo hip hop, é também um hip hop militante, fincado em solo nordestino, com intervenções artísticas posicionadas politicamente. O MIQCB deu reconhecimento nacional e internacional para a identidade de quebradeiras de côco e impulsionou a luta pelo "babaçu livre" comercializando produtos com esta marca. O grupo de movimento homossexual Dialogay se fortalece com o dia do orgulho gay e com sua intervenção prática

executando cotidianamente projetos para prevenção a AIDS. O Movimento de Luta pela Moradia transforma o sonho da casa própria em estratégia de luta. A CEAPA criou uma bandeira, com símbolo pintada no tecido que tremula nas manifestações, para demarcar sua imagem própria. O MNMMR deu vida a expressão Meninos e Meninas de Rua, que agora está em questão, mas que afirmou positivamente uma identidade em contraponto a uma nomeação negativa como trombadinha.

Estas expressões dos diversos movimentos são importantes para que eles mobilizem seus membros, para sedimentar uma cultura interna e manter integrados os seus participantes, mas também para publicizar as suas questões na sociedade e transformá-las em problemas públicos, isto é, que precisam ser assumidos pelo conjunto da sociedade e pelo Estado. Desta forma estes Movimentos constróem novos direitos e alteram a cultura política, ao disputarem, publicamente, aquilo que é relevante politicamente.

Nos movimentos pesquisados, em que pese todos estarem na região nordeste e terem como objeto de trabalho as problemáticas desta região, nem todos demonstraram em seus símbolos e expressões significados que nos remetam a idéia de nordestinidade. Os elementos culturais que demonstram uma identificação com a região foram mais fortes naqueles movimentos que tem por propósito trabalhar a questão cultural como o Movimento Quixabeira e o MH2O.

Motivação e Identidade

As motivações das pessoas para participarem dos movimentos são as mais diversas. Algumas pessoas afirmam que a sua participação se deve a sua própria condição, como disseram algumas do movimento negro, de mulheres, homossexual. Outras a uma necessidade de sobrevivência cultural ou de vida, como quem desenvolve atividades artísticas no Movimento Quixabeira ou no hip hop, ou

quem possui reivindicações ligadas à sobrevivência como casa ou a produção agrícola. Algumas falam da relação com a religião como um fator motivacional. Há ainda aquelas que falam da vontade de ser sujeito, de encontrar canais de participação cidadã. Há também aquelas que assumem uma posição nitidamente política ou solidarística frente a uma causa como as pessoas que participam de movimentos em defesa de crianças e adolescentes ou com finalidades ecológicas.

A motivação das pessoas para participarem de um dado Movimento não é, necessariamente, permanente na vida. Muitos dos/as entrevistados/as já participaram de vários movimentos. Isso parece ter uma relação com a identificação das pessoas com aquela causa coletiva, em um dado momento de suas vidas.

“Os *Movimentos Sociais* são processos de grupalização e manifestação em torno de identificações, que podem ser momentâneas na vida de uma pessoa, ou predominantes, mas que tem forte poder motivador. A motivação, em geral, parte da percepção de problemas e da criação de um sentido de capacidade de transformação por parte do grupo que se aglutina. O conceito de identidade encerra, em si, uma complexidade ligada ao que o sujeito pensa que é e ao que os outros pensam dele.(...) O sentido organizacional implica que as pessoas se valem da identidade para categorizar a si mesmo e aos outros com objetivos de interação. A pessoa precisa identificar-se como pertencendo àquele grupo e ser vista pelos outros como membro. O conteúdo cultural desta identidade pode ser percebido em sinais manifestos e orientações de valores, mas não é possível prever quais elementos culturais serão tornados relevantes para o grupo. O pertencimento ao grupo tem a ver com a vivência de elementos culturais que, naquele momento, são relevantes para o grupo e com o fato da pessoa declarar sua sujeição à cultura compartilhada” (9).

A relação identidade individual e identidade coletiva dos sujeitos sociais é fundamental para compreensão dos fatores motivacionais e também dos enlaces culturais internos a cada movimento que fazem com que aquelas pessoas sigam juntas. De maneira mais geral também pode-se perceber, em várias pessoas pesquisadas, um sentido de pertencimento a uma identidade mais geral, que alguns chamam O Movimento, outros de campo democrático popular, ou ainda de "o pessoal da luta".

Todas as organizações pesquisadas se situam na sociedade vinculadas a um campo político daqueles que lutam pela transformação social, ainda que usem para fazer referência as mais diversas expressões, mas se reconhecem como sendo d'O Movimento ou do campo democrático ou democrático e popular. Várias delas se percebem também na área de abrangência de campos temáticos, que se situam no interior deste campo geral, e que se articulam em torno de uma dada problemática, como o movimento negro, o movimento de mulheres, o movimento homossexual, o movimento urbano, o movimento rural, o movimento ecológico, o movimento de defesa da criança, etc.

Movimentos Sociais e Redes

As organizações pesquisadas, na maioria, não demonstraram posicionamentos claros sobre o que pode ser concebido como aliança ou parceria com outras organizações, entretanto a maioria delas é participante de fórum ou redes temáticas, que congregam várias entidades similares. Algumas participam de redes mistas, que reúnem grupos da sociedade civil e instituições do Estado, mas que não são conselhos de gestão instituídos, como é o caso do CCN, no Maranhão, que participa da Rede Amiga da Criança voltada para o enfrentamento da problemática de crianças na rua. Há aquelas que executam projetos

governamentais, como o Dialogay na prevenção a AIDS, ou o MNMMR, em momentos específicos. Estes dados são preocupantes quando se entende o contexto geral em que se inserem, com o Estado Brasileiro tentando se desresponsabilizar pela área social.

Scherer-Warren (1999) concebe redes como "formas mais horizontalizadas de relacionamento, mais abertas ao pluralismo, à diversidade e à complementariedade, portanto, correspondendo como formato organizacional e interativo, a uma nova utopia de democracia". Esta noção de rede de movimento social se refere ao próprio, no sentido de movimentação, mas pode ser utilizada também para interpretar redes temáticas ou mesmo o que chamamos do campo dos movimentos sociais.

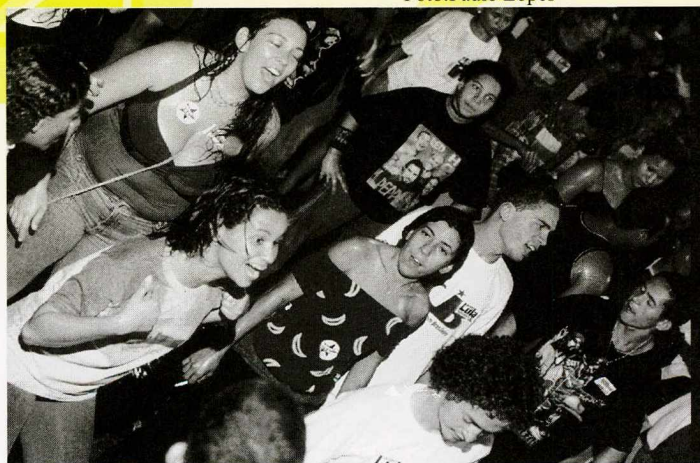
Doimo (1995), estudando a trama das redes de movimentos, reconhece a dificuldade de tipificação, mas considera possível estabelecer alguns cortes analíticos para aquelas que se relacionam com os *Movimentos Populares*, que são seu objeto de estudo. Estes cortes analíticos se dariam pela sobreposição de dois eixos: um territorializado, no qual se incluem desde as redes locais até as de alcance nacional; outro temático, que indica certa especialização de funções. Cruzando estes dois eixos, encontram-se as redes de influência que, imprimem uma certa direção ao *campo ético-político do movimento popular* (10) e disputam a canalização dos seus recursos de poder.

As redes de movimentos, que articulam diversas entidades e pessoas identificadas com uma dada questão, se expressam no espaço público como articulações temáticas, com momentos de aparição e momentos de imersão, e, em todos eles, congregam pessoas, em maior ou menor número, que possuem em comum, um certo sentido de pertencimento a algum Movimento ou ao *campo político dos*

Movimentos Sociais.

Esta identificação parece ter, na vida da maioria dos participantes das movimentações, uma temporalidade curta, que os mobiliza para grandes eventos, mas não para o cotidiano das entidades. Para outros, todavia, a participação é algo em torno da qual eles organizam o conjunto da vida pessoal. Pensamos que, em geral, a força desta dedicação tem a ver com elementos de identificação que são predominantes para as pessoas, como a questão racial, por exemplo, em relação a uma entidade de Movimento Negro. Estas são as pessoas que constroem e mantêm a vida interna das *entidades de Movimentos Sociais*, na maioria com trabalho militante que exige uma grande quantidade de tempo para dedicação (Silva, 2001).

Foto: Paulo Lopes



Segundo Tomasin (11), quando se fala em rede de *Movimentos Sociais*, estão implícitas as idéias que a metáfora suscita, como horizontalidade (descentralização, desconcentração de poder), diversidade interna de organizações, flexibilidade e agilidade para se moldar às novas situações, interdependência e articulações, complexidade e abertura ao externo. De fato, pudemos verificar esta intencionalidade a partir das entrevistas com pessoas de organizações populares que participam de redes, porém na prática cotidiana, é difícil verificar estes elementos.

10- Este termo é utilizado por Doimo para distinguir o conjunto dos Movimentos Populares e suas relações.

11- Ver Tomasin, 1994.

Uma reclamação presente em quase todas as pessoas entrevistadas que representam sua organização em alguma rede ou fórum é a de que, também nestes espaços, muitas tarefas sobrecarregam uma só pessoa ou entidade, ou ainda que há uma concentração de poder naquela entidade que tem mais estrutura ou mais capacidade de articulação de entrevistas, etc. Ao apresentar estes dados não desqualificamos estas iniciativas, apenas queremos problematizar o poder. Para nós democratizar do poder no interior das organizações, nas redes e no campo político dos movimentos sociais, não depende apenas de suas estruturas organizativas, mas precisa ser construído a partir de uma intencionalidade prática que se baseie no seu próprio ideário político proclamado.

Ao compreender o conjunto dos movimentos sociais populares como um campo político nos referimos ao fato de que as pessoas participantes dos Movimentos, no sentido específico...

Este ideário político articulado em torno da democracia e justiça social é que dá o escopo teórico-político para o campo dos movimentos sociais. Quando falamos em campo não tratamos de uma forma organizativa que possa galgar institucionalização, e sim a uma expressão social de poder que se manifesta a partir da ação coletiva de pessoas e organizações, mas que tem demonstrado capacidade de questionar e alterar, ainda que não o

suficiente, as relações de poder predominantes na sociedade.

Ao compreender o conjunto dos movimentos sociais populares como um campo político nos referimos ao fato de que as pessoas participantes dos Movimentos, no sentido específico, sejam militantes ou profissionais, desenvolvem uma sociabilidade comum, aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e de atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças, etc. Este tipo de sentido de pertencimento pode ocorrer em relação a um *Movimento* específico ou ao conjunto d'O Movimento, em algumas circunstâncias especiais que tenha forte poder mobilizador. Exemplo disso é a luta pela participação popular na Constituinte.

Pensar o conjunto dos movimentos sociais populares em termos de um campo político foi possível, nesta pesquisa, a partir da constatação de elementos comuns à grande maioria das organizações que lhes conferem um sentido político-cultural comum como a referência identitária ou solidarística com o combate à desigualdade econômica, às condições precárias de vida dos setores populares, ou a valorização da participação social e da democracia, o sentido de estar sendo sujeito da criação de direitos sociais, etc. A noção de democracia e combate às desigualdades pode ajudar a fomentar neste campo uma identidade coletiva em torno de projetos de transformação⁽¹²⁾, que não se restrinjam à questões econômicas e/ou às condições materiais de vida, mas que incorporem outros elementos da dominação, mais ligados à sociabilidade e à cultura.

¹²- Ver Mejía, 1996.

Bibliografia

- DOIMO, Ana Maria. A Vez e Voz do Popular - Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.
- SADER, Eder. Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. O Campo Político dos Movimentos Sociais: As Fronteiras entre Movimento e Organização no Centro de Cultura Negra. São Luís, Maranhão, UFMA, 2001, dissertação.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem Fronteiras - Ações Coletivas na era da Globalização. São Paulo, Hucitec, 1999.
- _____. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo, Loyola/Centro João XXIII, 1993.
- SILVA, Carmen Silvia Maria da. Contribuições para uma Análise da Política de Formação do Partido dos Trabalhadores - PT. São Paulo, PUC, 1996, Dissertação de Mestrado.
- SOUZA, João Francisco de. A democracia dos Movimentos Sociais Populares - Uma Comparação entre Brasil e México. Recife, NUPEP-UFPE e Edições Bagaço, 1999.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. In: DAGNINO, Evelina. Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- THONPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros - Uma Crítica ao Pensamento de Althusser. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- TOMASIN, Paolo. Redes: Introdução Conceitual. In: Gaveta Aberta nº1. Recife, EQUIP, 1994.
- MEJÍA, Marco Raúl. Transformação Social. Questões da Nossa Época 50. São Paulo, Cortez, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: Coisas ditas. Brasiliense, São Paulo, 1999 (ed original 1987).

ERA UM SONHO E ERA VERDADE: O Movimento da Quixabeira no Sertão Baiano

Luiz Mário dos Santos Araujo e Carmen Silvia Maria da Silva

“A bodega perdida lá no meio da caatinga, de longe, parecia uma peça de presépio. Uma luz difusa saía do candeeiro pelo portal estreito da pequena construção de adobe e o som da música já era bem nítido. Um luar esplêndido iluminava a paisagem ao redor; naquela noite fria de maio, numa pausa da chuva que foi pródiga este ano...”

O texto acima, publicado no jornal Folha do Sisal, de maio de 1997, descreve a chegada de um estranho a um povoado rural na região sisaleira, no interior da Bahia, berço do Movimento da Quixabeira. A nota anunciava o lançamento, em CD, do primeiro disco do Movimento, gravado em vinil em 1992.

O Movimento da Quixabeira surgiu no início da década de 90, resultante de um trabalho de pesquisa feita pela NOVA - Pesquisa e Assessoria em Educação, uma ONG do Rio de Janeiro que atua com educação popular. Esta pesquisa, coordenada por Bernard Von Der Weid, tinha como objetivo resgatar a cultura popular dos trabalhadores rurais através das suas músicas. Trabalho semelhante havia sido feito antes por ele na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que também gerou a produção de um disco, de compositores do mais autêntico samba tradicional carioca.

O disco “Da Quixabeira pro Berço do Rio”, resultante da pesquisa sociológica sobre músicas de trabalho, apresenta 17 canções, a maioria de domínio público ou de artistas rurais, gravadas por trabalhadores rurais da região do sisal, homens e mulheres que cantam chulas, reisados, batuques de samba, sambas-de-roda, bois-de-roça, aboios, lindro amor, sambas santo-amarenses, entre outros. A produção do disco foi feita pelo próprio Bernard e pelo maestro Afonso Machado, da Orquestra de Cordas Brasileira, no Rio de Janeiro, e foi gravado por 39 cantadores e cantadoras do recôncavo e sertão baianos. Esses agricultores são de Valente, Araci, Santa Bárbara e Feira de Santana e a sua união para gravação do disco proporcionou um amplo conhecimento desta cultura, que se restringia apenas a poucos grupos rurais, passando a ser re-gravadas por cantores com acesso à mídia como Carlinhos Brown, Marisa Monte e a banda de Axé, Cheiro de Amor.

As músicas gravadas e apresentadas na Festa falam da vida cotidiana, da terra, do trabalho; pedem ajuda a Deus para mudar a vida dos trabalhadores, mas falam também do ciclo da natureza, do amor, de beleza, de sonhos. São músicas de grande profundidade melódica e rítmica, que expressam sentimentos, às vezes alegres, às vezes nostálgicos, mas que dão força aos grupos de trabalhadores e trabalhadoras no exercício das atividades cotidianas. Os arranjos do disco foram feitos pelo maestro Afonso Machado, que “esteve várias vezes em Feira de Santana para ver de perto a forma como os trabalhadores rurais usam os seus instrumentos e captar o universo cultural do sertanejo” (Doc. 4).

O disco é apenas um dos resultados deste trabalho de pesquisa. O outro e possivelmente mais importante foi a articulação do Movimento da Quixabeira, essencialmente cultural, composto por artistas populares, homens e mulheres ligadas à produção agrícola, que fazem da música a forma de expressão cotidiana em suas vidas. O cancioneiro popular do sertão e recôncavo da Bahia é usual em situações de festa e de trabalho, no início de novenas e no debulhar do milho. É com essas canções que os trabalhadores contam e cantam a sua vida.

Josias Pires nos dá uma descrição de como eles relacionam, no cotidiano, música e trabalho (doc 08):

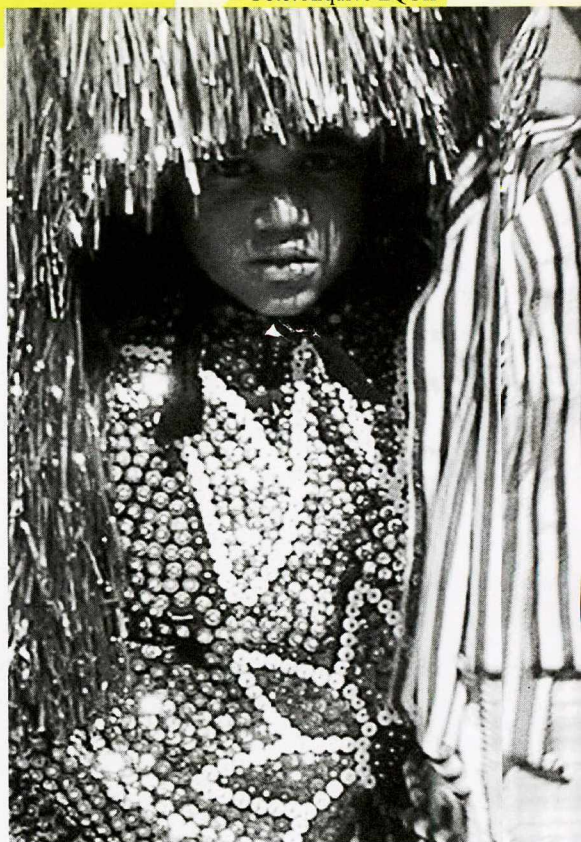
“A produção dos roçados vizinhos é reunida no terreiro de uma das casas. O terreiro deve ser bem varrido e sobre ele fica uma enorme ruma de pés de feijão bem seco, com as vagens ainda presas. Com porretes na mão, cantando, os homens vão circulando em torno do monte. As batidas dos porretes fazem soltar as sementes das vagens, e funcionam como percussão para os batuques, uma música ligeira, cantada com entusiasmo e alegria. Com os pés os homens suspendem as vagens debulhadas. As mulheres recolhem os grãos soltos e fazem a limpeza final, usando peneiras trançadas de palhas”.

Esta descrição fala de como o acontecimento musical ocorre nas comunidades rurais, o que possibilitou a pesquisa e a formação do Movimento da Quixabeira, muito embora, hoje, a grande maioria das batatas de feijão e milho sejam feitas em máquina. O Movimento iniciou-se a partir da articulação de 4 municípios e hoje já reúne 12. Anualmente, ele organiza uma festa, a Festa da Quixabeira, no mês de outubro, que é também gravada em vídeo para ser apresentada às comunidades, uma vez que nem todas as pessoas têm condições de se deslocar para o espaço de realização do evento. Esta festa é uma oportunidade para apresentação de todos os grupos artísticos filiados ao movimento. Para realizá-la, o Movimento faz parcerias com ONGs, Sindicatos, Associações e prefeituras municipais, que possibilitam um encontro de revitalização da cultura popular.

Foto: Arquivo EQUIP

Bernard Von Der Weid é um músico carioca que desde 1978 assessora o MOC Movimento de Organização Comunitária. Ele tem uma história de envolvimento com grupos populares. Além da Baixada Fluminense e na Bahia, também trabalha em resgate cultural também no Vale do Jequitinhonha. Pela importância dele na organização deste Movimento, consideramos importante que seu depoimento sobre suas motivações para realizar esse trabalho:

“Eu sempre quero deixar claro que é um movimento de trabalhadores rurais, eu sou músico, moro no Rio de Janeiro, sou compositor, sou um apaixonado pela cultura brasileira e apaixonado pela luta de resgate da nossa identidade, acho que isso é um passo fundamental na construção de outro país, a partir da experiência propriamente popular. Então, sendo músico e apaixonado pela cultura brasileira, o meu trabalho é um trabalho de incentivo, trabalho, digamos assim, de aglutinação de incentivo à organização desses trabalhadores. (...) À medida que o pessoal se reúne e começa a conversar lá por sua existência, sua realidade e vai se organizando, isso é movimento como uma bola de neve, feita sobre outros parâmetros, que não os parâmetros de uma discussão ideológica, mais pelos parâmetros da existência do povo, então essa é a grande



coisa, conversando com pessoas que são absolutamente comuns, os cantadores não são pessoas que estão filiadas a esse ou aquele partido, essa ou aquela organização, são cantadores, pessoas comuns do povo. Então, essa que é uma das coisas centrais do movimento da Quixabeira, que é

feita por pessoas comuns, quer dizer, estão discutindo a partir de sua própria realidade, com sua própria linguagem e vão descobrindo, fazendo, vão traçando o caminho do seu próprio movimento, onde o movimento vai chegar não é uma questão que é posta, como é que a gente vai trabalhar amanhã ou depois, os objetivos (...) está sempre trabalhando com a questão da cultura” (Ent. 05).

A Organização do Movimento

“Uma coisa que tava não sei nem como, tava sufocada, coberta com vários lençóis, e esta voz não resplandecia, não saía, não era vista, e hoje a gente está vendo um grande resultado desta nossa imaginação, todo esse povo aqui...” (José Leônicio “Zeca” durante a 3ª Festa da Quixabeira).

O Movimento da Quixabeira legalizou-se como uma entidade civil, sem fins lucrativos, filantrópica e independente (doc.01), com sede na cidade de Santa Bárbara Bahia, com tempo de duração indeterminado, tendo como objetivo apoiar, promover, produzir, pesquisar e divulgar a cultura popular do recôncavo e sertão da Bahia, fazendo intercâmbio e ajudando outros movimentos culturais, produzidos por grupos populares até de outros Estados. A legalização, através de uma associação, foi a forma que o Movimento encontrou para viabilizar os projetos e parcerias com outras entidades, e também para se afirmar perante qualquer questão de ordem jurídica.

A Assembléia Geral é o órgão máximo, com atribuições e poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto (doc.01). Reúne-se anualmente e ordinariamente, sempre nos meses de abril ou maio, quando são discutidos os relatórios e as contas da diretoria do exercício anterior (doc.01). Atualmente, o movimento é composto por 170 agricultores de 18 grupos, representando 12 municípios da Região do Sisal e Recôncavo, na Bahia. A diretoria tem um mandato de três anos, nos quais se responsabiliza pela organização da festa anual e pelo crescimento do Movimento em outras localidades.

Para participar do Movimento da Quixabeira, o grupo cultural deve ser composto de trabalhadores rurais, de alguma comunidade dos municípios do sertão e do recôncavo baiano, desenvolver atividades ligadas à cultura popular e ter disposição para se apresentar na festa e continuar participando ativamente. O grupo só é reconhecido como membro após três anos de participação, quando já ganhou a confiança dos outros integrantes, porque a intenção do Movimento não é apenas fazer uma festa, mas mobilizar o grupo para participar de um movimento cultural. Essa forma de participação é, como eles dizem, de defesa contra quem quer tirar proveito próprio (Ent. 05).

Quanto à sustentabilidade, o Movimento da Quixabeira está se mantendo através de recursos que lhe são destinados pela venda dos seus discos e também através de parcerias pontuais (doc.07). O Movimento trabalha muito com parcerias, pois considera importante para sua consolidação, já que não possui muitos recursos próprios. No que diz respeito às bandeiras de luta, o principal mote é, sem dúvida alguma, o resgate da cultura popular através da música.

Na quinta Festa da Quixabeira, realizada em outubro de 2001, em Santa Luz, o Movimento conseguiu parcerias com prefeituras municipais, com o MOC Movimento de Organização Comunitária, APAEB Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, de Valente, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outras organizações não governamentais. Isso demonstra o reconhecimento público que o Movimento conquistou ao longo dos anos.

Também é importante para garantir a viabilidade financeira do Movimento o que um dos participantes (Ent. 01) descreveu como sendo “a parceria com os próprios companheiros da comunidade”. Os grupos fazem atividades de arrecadação financeira para viabilizar a participação na festa e a diretoria garante, com as parcerias, a sustentação geral do evento. Além disso, uma outra forma de arrecadar recursos são as barracas de vendas, comuns nas festas populares. Ainda assim, todos os entrevistados identificam como uma das principais dificuldades do Movimento a

questão financeira. Todavia, a solidariedade parece estar acima deste problema. Quando um membro do movimento está com problema de saúde ou em dificuldade financeira, ele toma um empréstimo, 'se serve', e devolve (Ent 4 e).

Vida Interna e Atuação

Segundo Bernard, nunca se parou muito para discutir que formato organizacional o Movimento deveria ter, “a coisa vem acontecendo”. O Movimento da Quixabeira possui uma forma de funcionamento interno bastante simplificada. Pelo que foi possível apurar, reúnem-se uma vez por ano, na assembléia geral, todos os participantes, por ocasião da Festa da Quixabeira, que é também o grande evento agregador dos seus membros. Existem também os encontros que são descritos assim:

“É essa conversa tranqüila, a gente passa junto dois dias, conversando, discutindo, cantando, uma forma muito tranqüila de como é que a gente tá caminhando, então não é um movimento que venha se preocupando muito com a questão da organização, do ponto de vista da hierarquia, tá se preocupando com as ações, que elas sejam bonitas, que elas tragam retorno (...) as pessoas que estão chegando não estão chegando fechadas, elas vão jogando o que elas acham e um vai aprendendo com o outro” (Ent. 05).

O fato de não possuir regras rígidas, informa o entrevistado, permite incorporar uma série de questões que são extremamente interessantes, e faz com que ele seja elástico em termos de organização. Entretanto, há mecanismos internos para “barrar” quem queira apenas autopromoção, como é o caso do grupo ser aceito como membro só após três anos de participação.

No cotidiano, o funcionamento é mais disperso, ocorrendo nos grupos dos povoados e na diretoria. Os grupos desenvolvem os seus trabalhos durante todo o ano, ligados ao ciclo de festas tradicionais, ou aos momentos próprios do trabalho agrícola, mas como são expressões culturais diferentes, muitas vezes uns são chamados para fazer apresentações em comunidades onde existem outros grupos do Movimento, e aí vão se dando as trocas. “Tem grupos que apresentam reisados, outro boi-roubado, alguns apresentam rodas, bumba-meu-boi, um apresenta batuque de samba... e aí vão as variedades” (Ent. 02).

A diretoria tem suas ações de articulação de novos grupos nas comunidades, de preparação da festa e algumas atividades de formação que, no período inicial, eram realizadas com assessoria da NOVA, e hoje não há registros que nos informem como são feitas. Sabemos que pessoas de outras entidades, como MOC e APAEB, têm contribuído para a continuidade do Movimento e que o seu principal impulsionador, Bernard, continua sendo um colaborador constante.

Quanto à sustentabilidade, o Movimento da Quixabeira está se mantendo através de recursos que lhe são destinados pela venda dos seus discos e também através de parcerias pontuais...

Segundo os entrevistados, as relações internas entre diretores e os outros participantes são bem tranqüilas. Para eles, um fator que contribui é que os encontros e treinamentos são feitos sempre “aproveitando o trabalho pra cantar, lembrar alguma coisa que é da nossa cultura, aí cantando, nos aparecem coisas novas” (Ent. 01). Outro fator é a tomada de decisões coletiva, isto é, a diretoria leva o debate para os associados: “eles passam pra gente, se nós der apoio, tudo em ordem, se não, nada feito” (Ent. 04).

É claro que no Movimento da Quixabeira também ocorrem problemas internos, desavenças entre grupos, como é exemplo o caso relatado por uma entrevistada:

“...Aqui é um grupo, não é individual, é uma coletividade, é uma irmandade. Se o cara quer pular fora, que acontecem destas, tiramos uma reunião pra ver... Teve uma festa em Santa Bárbara e o grupo de Lagoa da Camisa e da Matinha cismaram que se recebeu o dinheiro, porque tinha entrado pros outros grupos e eles queriam receber os dinheiros deles, mas não tinha, e como os dois eram a minoria, nós ganhamos, eles saíram dali dizendo que depois iam dar a resposta e foram e deram parte na justiça, só que teve saída, se perderam pela justiça, e lá ficou, e não puderam se apresentar no grupo mais nunca” (Ent 4).

Até o momento desta pesquisa, o Movimento da Quixabeira ainda estava na sua primeira diretoria, não havia ocorrido ainda renovação de dirigentes, o que não permitiu verificar continuísmo entre os diretores ou não. O que se percebe é que o grau de aceitação da diretoria é grande, seja pela capacidade de mobilização de novos grupos, seja pela realização dos eventos.

O Movimento tem uma metodologia de trabalho visando o seu próprio crescimento e organização. Embora não utilizem o termo metodologia, eles descrevem como procedem para incorporar novos grupos e como se organizam no cotidiano. Fica claro que a diretoria e alguns participantes mais antigos fazem contatos nos povoados, motivam cantadores para articular grupos que estão dispersos, realizam reuniões e seminários, chamam para apresentação na festa, ou mostram a fita de vídeo com as apresentações culturais... e, assim, vão engajando novos grupos. Os depoimentos abaixo demonstram também a dedicação e o gosto destas pessoas por manter vivos os elementos culturais que marcam a tradição de suas comunidades:

“Tem comunidade que a gente chega e alguém diz que até cantava, mas seu companheiro ta trabalhando fora, foi pra São Paulo, aí a gente tenta conversar, e logo ele diz que fulano também canta e que vai bater um papo com ele... aí a gente marca um encontro com a comunidade reunida e com aquela comunidade a gente faz um trato e já começa a conquistar os companheiros...” (Ent. 01).

“Eu tenho as fitas destas festas todas que foram realizadas, e nós na comunidade nós temos a honra de todo mês, na reunião da associação, nós temos um vídeo, uma TV, e o apoio vem daí, do pessoal apreciar a gente passar aquelas fitas (...) essa é uma alegria pra comunidade, o pessoal recebe isso como o maior fruto, o respaldo que nos resgatou (...) isso é filme pra comunidade ficar feliz, porque não é possível a comunidade toda vim participar, mas nós leva pra comunidade ver na fita (...) Quando a gente conquista algum grupo novo, a gente faz a maior força pra ele vim participar, a gente faz treinamento lá na comunidade, vamos ficando animado, com gosto de gás....” (Ent. 3)

Esta metodologia do Movimento também se expressa em princípios que norteiam o trabalho de organização:

“...A gente chama de trabalho de base. Já somos uma equipe e temos alguns princípios, a gente mostra aos trabalhadores que devemos ser unidos, e para ser unido e ser parte, a gente não pode ser grupos diferentes, a gente trabalha para sermos um só grupo, como já falei somos, 18 grupos de 12 municípios, mas a gente se torna um só grupo. A gente tenta mostrar ao trabalhador que ele deve valorizar o trabalho dele e do outro que é seu semelhante, aí a gente tenta fazer um trabalho de esclarecimento que a gente é uma só classe, não podemos ter diferença em termos de desigualdade, nós igual seremos fortes e teremos condições de romper os obstáculos...” (Ent. 01).

A participação das mulheres e negros no Movimento da Quixabeira aponta reflexões semelhantes a outros movimentos sociais. Segundo um participante, a presença feminina cresceu com o enraizamento da Quixabeira nas comunidades rurais e também porque existem grupos que são tipicamente femininos. Entretanto, a presença maior ainda é dos homens. Alguns membros

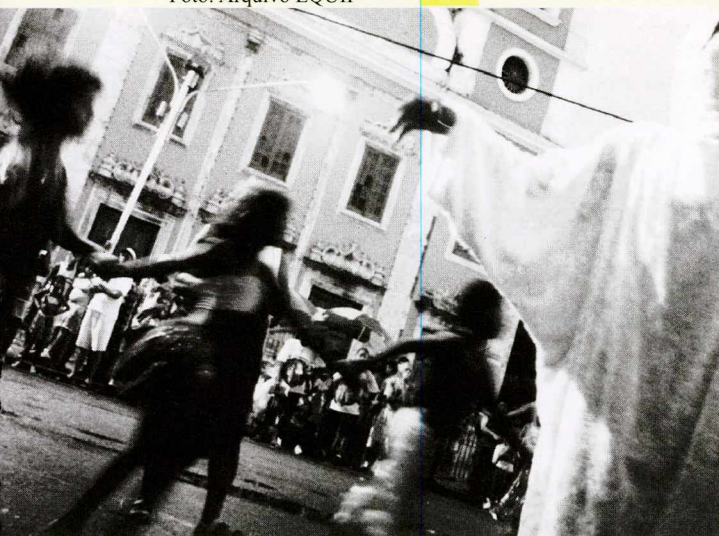
relacionam esta situação ao fato de que as mulheres são presas às atividades domésticas ou impedidas de participarem pelos maridos, mas outros identificam na própria tradição cultural a ausência de um maior número de mulheres na liderança dos grupos musicais. Quanto à participação de negros, a eloquência do depoimento abaixo nos fala de uma realidade semelhante a de outros movimentos populares: a de que há muita proximidade entre ser negro e ser pobre no Nordeste brasileiro.

“... O negro também não tem destaque, juntamente estão enfrentando a luta e nós não destaca deles, nós mesmos somos negros, o negro é nós mesmos” (Ent. 03)

“Sempre, toda vida, elas participaram destas músicas de trabalhador, mesmo que elas tenha as delas independentes, como, por exemplo, o brinquedo de roda sempre foi uma coisa de tradição da mulher, mesmo que tenha participação dos homens mas é mais fraca, foi mesmo da mulher, mas elas também nunca deixaram de bater a prega no samba e responder, fazer a segunda voz dos homens na brincadeira, e por isso as mulheres também têm as mesma animação no trabalho que a gente está fazendo, no trabalho de resgate a cultura. Não temos distinção entre raça, cor, idade, todas as pessoas que aderir ao movimento é chamado pra cá e a gente incruza no movimento”

Como outros movimentos de resgate das tradições culturais, também no Movimento da Quixabeira a presença dos jovens é bastante reduzida. Segundo os entrevistados, os jovens se deixam mais envolver pelos produtos da mídia e vão perdendo a identificação com as tradições populares. Há intenção de o Movimento envolver a juventude, mas isso não se expressa em ações articuladas para este objetivo.

Foto: Arquivo EQUIP



A relação com a mídia é muito intrigante. Por um lado, os artistas têm um crítica contundente, estética e moral, ao que é veiculado nos meios de comunicação de massa e também à ausência de valorização da cultura popular que predomina nesta indústria. Por outro lado, reconhecem a beleza dos produtos da mídia e sentem-se muito satisfeitos quando conseguem espaços e reconhecimentos para além das suas localidades.

“...Acreditando naquela outra que tá na mídia, aquela que é mais formalizada, que é bem acabada, dada brilho, aquela coisa, o brasileiro já nem dá valor ao que é dele, aí a juventude não estão acompanhando os mais velhos, até os mais velhos quando vê a outra cultura

representada, com arranjos, essas coisas, apresentando no rádio e tal e tal... aí o cara, com a voz cansada dele, que faz as coisas muito bonitas e boas, muito significativa, mas é sem arranjo, é sem arrumação nenhuma, até eu mesmo me desanima, acho que a do rádio é muito mais importante, e vai esquecendo, muito pior; não fica nada pra deixar para os herdeiros. Nós estamos com essa política pra ver se resgata ela, mostra que também podemos aparecer no rádio ou na televisão, pra ver se cria um ânimo dentro da juventude, pra nos ajudar a cultivar, porque os veteranos a gente sabe que ama a coisa, mas que tá andando pro fim, cada coisa tem seu fim” (Ent.01)..

“O movimento pra mim representa muita coisa, o fundamento da cultura pra não deixar morrer, porque a cultura é vida, depois disto você vê que a mudernagem ninguém quer mais nada com as

coisas da gente, esquece o Brasil e vai dar valor às coisas dos outros lá fora, e por isso eu acho que é um bom fundamento a gente não sair da cultura que é a vida da gente, é quem nos traz alegria, prazer, nossas brincadeiras, os nossos costumes, a lembrança de nossos pais e raízes velhas, é isso que nos segura” (Ent. 04).

“As motivações do Movimento foi através de diálogo de companheiros que não se agradavam dessa cultura que existe hoje, que muitas delas são depravadas, e realmente esse povo nosso, que tem essa cultura, eles nasceram e se criaram com outros regimes e não se adaptam às culturas depravadas, à música muito cheia de depravos, esse pessoal sempre vive indignado com esse tipo de coisa, quando acharam uma animação que deviam se engajar em outro tipo de cultura, mostrar mesmo a cultura que eles têm, que é mais decente que essas que nos aparece, aí o pessoal começou a se mobilizar, esse é o motivo do pessoal está em grupo hoje, pensando neste motivo de mostrar que a nossa cultura é bem melhor e mais bonita do que o que alguém apresenta como boa e até caríssima pro pessoal se divertir hoje” (Ent 01).

Identidade cultural de trabalhadores

Há uma preocupação clara de divulgação da origem rural do movimento. Isto é observado em todos os documentos levantados na coleta, o que é constatado através das notas veiculadas nos diversos jornais e revistas, nos quais os grupos conseguiram se expressar. O Movimento da Quixabeira tem, na sua formação, trabalhadores rurais ligados diretamente à produção agrícola. Pode ser esta a origem de uma visível identidade de classe presente no movimento, mas ela também pode ter sido fruto do processo de formação que o originou. O depoimento abaixo demonstra como esta questão se apresenta para os participantes do Movimento:

“A atuação deste movimento é no sentido de organizar a cultura dos trabalhadores, uma cultura que vem da tradição do trabalho, a maneira do trabalhador se divertir, nem só como festa, mas em diferentes tipos de trabalho. No meio rural o trabalhador sempre tem uma idéia de canto pra se divertir no trabalho...” (Ent. 01).

Os participantes dos grupos culturais vinculados ao Movimento da Quixabeira trabalham, em suas comunidades, articulados a outras organizações populares como as associações de produção e os sindicatos de trabalhadores rurais. No plano regional, eles compartilham ações com a APAEB e o MOC. Esta forma de atuação demonstra a vinculação do Movimento da Quixabeira à luta popular, isto é, além do resgate da cultura tradicional, ele nutre um ideário de Movimento Social e se posiciona frente aos setores dominantes da sociedade.

O Movimento da Quixabeira assume uma perspectiva específica, de fortalecimento da cultura popular, através do resgate das músicas tradicionais ligadas aos momentos de trabalho e aos rituais religiosos, mas seus participantes atuam nas comunidades para além desta perspectiva. O depoimento de um dos participantes demonstra uma concepção de mundo que altera a perspectiva tradicional de relação com a natureza:

“A gente vê que a terra dá e ela precisa do retorno. Como é que você pode botar fogo na terra, queimar... não funcionar por aí... desmatar, um pé de árvore pra derrubar, ficar descoberta... Esse ciúme eu tenho e ensino a todos os meus companheiros. Eu tenho ciúme da natureza e ela merece ser respeitada, tá certo? A natureza é uma coisa que nós devemos nos preocupar com ela, que ela só pode ter potência se a gente cuida. Como é que você pega pessoas que até queimam o resto de cultura, não sabe nem aproveitar, aquilo é um desperdício... eu tenho esse preparo de não fazer desta maneira e eu ensino os meus companheiros” (Ent. 3)

Outros depoimentos demonstram a forte atuação comunitária dos membros do

Movimento. É bom que se esclareça: não se trata de uma atuação coletiva do Movimento da Quixabeira, mas os seus componentes são os mesmos trabalhadores que encaminham as lutas comunitárias, sindicais, a produção rural e participam ativamente também das manifestações religiosas. Como o Movimento se vê numa perspectiva de identidade de classe trabalhadora, essas distinções entre o que é atuação coletiva e o que é atuação individual dos seus membros parecem não comprometer a construção dessa mesma identidade.

“Nós procuramos realizar todas as coisas, atividades que vêm servir a comunidade, nós luta em prol da comunidade, nós pensa na aguada, nós pensa na frente produtiva, nós pensa no mutirão, até no prédio escolar que existe, então nós se preocupa com as coisas que têm na comunidade, tá certo? o Sindicato Rural, Associação, grupo de mulher, grupo de jovens, catequista, então tudo isso é uma luta que a gente pensa por ela, e nós executa mesmo com gosto de gás” (Ent. 02).

“Participa porque na verdade eu sou representante do STR, estou dentro de uma entidade que representa todos os conselhos do município, a gente tem uma parcela de contribuição a dar e temos a nossa participação ativa nesses trabalhos, então, na verdade, a gente pode dizer que representa a sociedade civil, está sempre ativa e na luta em volta do trabalhador, tentando alcançar os objetivos, defendendo tudo que é do trabalhador” (Ent. 01).

A forte identidade de grupo ligada à alegria de expressão da cultura, através das músicas, parece ser o principal fator mobilizador, porque interage com a identidade individual de seus membros. Eles são cantores e compositores e como tais desejam que seu trabalho seja visto e apreciado pela sociedade. É isso que nos mostram os depoimentos:

“A gente de família pobre, de comunidade pobre, nunca tivemos a condição de ir no rádio ou na TV, e hoje eu tenho a honra de volta e meia os amigos me encontrarem na TV, fazendo discurso, apresentando o que eu sei, o que eu faço, e eu não tenho pavor e nem tenho vergonha de apresentar o que eu sei e o que eu faço perante a multidão, então é eu fazendo e criando coragem pra que outras pessoas venham ao grupo pra fazer também...” (Ent. 03).

“Hoje a gente passa nas TVs do Brasil inteiro, eu tenho uma sobrinha no Rio de Janeiro e de vez em quando ela me liga e diz que parou o dia de domingo pra me ver passar na TV, diz que não me vê pessoalmente, mas me vê na TV, e isso é um grande prazer” (Ent. 2)

A força do movimento é também expressão de suas grandes dificuldades. O fato de o Movimento da Quixabeira ser composto por artistas, que são também trabalhadores rurais, faz com que os membros da diretoria, e ainda aqueles participantes mais antigos, que ajudam na integração e capacitação dos mais novos, tenham grandes dificuldades de mobilidade, dadas as suas condições de trabalho. A questão financeira, em especial no que impacta no transporte dos grupos para apresentação, é outra dificuldade vivida, assim como o reconhecimento pelo poder público, e até mesmo pelas organizações da sociedade civil, que custam a compreender o que é o Movimento.

Quixabeira - *Sderoxylon obtusilium*

Árvore espinhosa e de folhas caducas, da família sapotaceae, com até 10 metros de altura. É típica das margens dos rios e várzeas úmidas do sertão nordestino, existente também em toda a América do Sul. Sua casca é grossa, rugosa e fendilhada, vermelha na parte interna. As folhas, quando jovens, são vermelho-brilhante. A madeira é dura, amarelada, de baixa durabilidade, mas fácil de trabalhar, usada na carpintaria e para esculpir carrancas. Suas flores são pequenas, esbranquiçadas e cheirosas, aparecendo entre outubro e novembro, juntamente com a nova folhagem. Os frutos são carnosos e escuros, semelhantes a uma pequena azeitona. Amadurecem

nos meses de janeiro e fevereiro e servem de alimento para vários animais silvestres, sendo também apreciados pelo homem.

Entrevistas:

1. Zeca de Tapuio Araci
2. Maurício ou Murício Santa Bárbara
3. Fulo
4. Pedro Paulo Candeal
5. Bernard Von Der Weid Rio de Janeiro

Documentos:

1. Estatuto do Movimento da Quixabeira
2. Jornal A Tarde de 04.11.1992.
3. Jornal Feira Hoje de 11.11.1992.
4. Jornal Feira Hoje de 21.06.1992.
5. Jornal A Tarde de 04.11.1992.
6. Pires, Josias. Especial. Disco mostrará riqueza musical do sertão baiano.
7. Cadernos do Terceiro Mundo. Suplemento. Nº 157. pg 3.
8. Cadernos do Terceiro Mundo. Suplemento. Nº 157. pg 4.
9. Quinzena. Pg 27.
10. Jornal do Brasil de 12.01.93.
11. Jornal do Brasil de 29.12.1992.
12. Jornal A Tarde Caderno 2 Gravadora registra os cantos da terra.
13. Era um sonho e era verdade.
14. Nem tudo está perdido
15. Jornal O Dia de 09.12.1992. Autêntico Sertanejo
16. Ata da Constituição do Movimento da Quixabeira
17. Jornal Folha do Sisal de maio de 1997.
18. Cartão convite da 5ª Festa da Quixabeira

MOPEC - Semente de uma Nova Ordem Mundial

José Antônio Marques de Oliveira

“O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, sem contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra freqüentemente “ossificada” por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais expressão...” (GUATTARI, 1991: 07).

INTRODUÇÃO

No mundo moderno e globalizado dos últimos 20 anos, é cada vez maior a preocupação das nações com os complexos problemas de degradação ambiental do planeta, decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais e não-renováveis, da modificação dos espaços naturais, causados pela urbanização e industrialização. Tais processos resultam em poluição generalizada de rios, oceanos e mares, na devastação das florestas, poluição do ar, contaminação alimentar, diminuição da biodiversidade e, principalmente, na sensível redução na qualidade de vida e significativo aumento da pobreza e miséria da população mundial (OLIVEIRA, 2000:01).

Depois do advento da Revolução Industrial durante o século XVIII, inicia-se uma nova fase na história da humanidade com transformações sociais, culturais, econômicas e principalmente ambientais, em função das modificações nas formas de apropriação dos recursos e das relações de produção, tendo um não-ser (a máquina) a determinar o ritmo e a dimensão da história em curso, levando à acentuação da relação conflituosa entre o homem e a natureza, encarada como um objeto hostil a ser dominado e incorporado ao processo produtivo e comercial graças a sua abundância, era considerada como um bem ilimitado.

Essa lógica utilitarista, produtivista e cartesiana tomou corpo em todos os países, juntamente com o crescimento da industrialização, das cidades e seu aumento populacional, da evolução das ciências, do liberalismo econômico, que sofreu uma forte transformação depois da grande crise de superprodução de 1929, a grande depressão da década de 1930, quando o mercado liberal cedeu espaço ao capitalismo de Estado, com sua intervenção e participação na economia. É a partir de então que surgem os programas governamentais de planejamento para o desenvolvimento econômico e social, mas nenhuma preocupação ambiental (LIMA, 1995).

Já no final da década de 1930, a humanidade assiste ao grande genocídio da história a Segunda Guerra Mundial, que levou a bipolarização dos sistemas entre capitalismo e socialismo, e ao armamentismo nuclear, limitando consideravelmente o poder de ação da recém-criada ONU, que deveria atenuar os conflitos entre nações e povos. Nesse contexto, surge o FMI, o Banco Mundial e o Plano Marshall de recuperação econômica da Europa e Japão, talvez o maior instrumento de planejamento governamental de todos os tempos. A exploração petrolífera se acentua, principalmente a partir da sua descoberta nas áreas do oriente médio, e se verifica o crescimento das indústrias petroquímica, automobilística e de equipamentos pesados, por sua vez extremamente destruidores da natureza.

Em nome do progresso e dos lucros, o consumismo tomou tal dimensão que tornou-se uma

das grandes ameaças ecológicas da atualidade, exigindo um imenso esforço para contornar o alto nível de desperdício de bens supérfluos dos países mais industrializados e notadamente os gastos de energia e a destruição dos ecossistemas terrestres e marinhos.

Ecodesenvolvimento: A Trajetória no Cenário Brasileiro

O Brasil, a partir da década de 1950, com o plano de Metas, inicia a era do desenvolvimentismo tardio, incorporando a obsolescência tecnológica dos países mais industrializados, centralizando-a na região sudeste do país, período em que surge a indústria automobilística no Brasil, as grandes rodovias NorteSudeste, SudesteNordeste e Centro-OesteNorte, e hidrelétricas, com fortes impactos no meio ambiente pelas mãos humanas e governos militares e com eles os planos nacionais de desenvolvimento (PND's) que levaram o país rapidamente à crise socioambiental sem precedentes de hoje, com demasiada concentração de riqueza, forte exclusão social, criminalidade, impunidade, fome e miséria social.

Quando a problemática ecológica ampliou-se no Brasil como uma das principais preocupações do campo social final da década de 90, algumas vozes se levantaram, colocando em discussão a "onda ambientalista" no país. Argumentavam que era apenas mais um modismo criado por grupos ecologistas alienados da realidade brasileira e imitadores das correntes socioculturais dos países europeus e norte-americanos. Segundo essa visão, a temática ecológica era mais um produto importado dos países ricos do norte e trazia em seu bojo inúmeras manipulações neocolonialistas.

Nas áreas urbanas, as lutas pela melhoria da qualidade de vida também já traziam um conteúdo ecológico quando se reivindicava saneamento básico, coleta do lixo, fim da poluição sonora...

Essa postura cética sofreu um sério impacto e algumas reviravoltas com o estouro no cenário nacional e mundial do caso Chico Mendes. Descobriu-se que na Amazônia havia uma luta social em defesa da floresta; que havia "ecologistas" não necessariamente membros de uma classe média urbana e intelectualizada, mas seringueiros, indígenas, castanheiros, pescadores, trabalhadores rurais, enfim, o que se denominou por povos da floresta.

Contudo, essa descoberta, apesar de ajudar a desmistificar a questão ecológica frente aos movimentos sociais, surgia com um certo atraso no Brasil, pois já era notória a luta indígena contra a invasão e exploração de suas terras pelas madeireiras, mineradoras e construtoras, e a dos trabalhadores rurais contra a construção das grandes barragens e projetos faraônicos do governo federal, que além de expulsar os pequenos produtores de suas terras devastaram grandes áreas naturais do solo da Amazônia como em todo o país.

Nas áreas urbanas, as lutas pela melhoria da qualidade de vida também já traziam um conteúdo ecológico quando se reivindicava saneamento básico, coleta do lixo, fim da poluição sonora e atmosférica e a própria melhoria do transporte coletivo e dos serviços de saúde pública. Embora não contendo uma roupagem puramente ambientalista, essas lutas em nenhum momento deixaram de ser, a rigor, "ecológicas", pois não se limitavam a noções preservacionistas voltadas unicamente para a defesa do meio ambiente natural (florestal, litoral, rios etc.), mas dirigiam-se também à defesa de uma melhor qualidade de vida humana nos seus variados aspectos.

A prática social nos revela, cada vez mais, que no Brasil a luta ambientalista não pode dissociar-se do drama social, e muito menos separar esses dois aspectos de transformação das estruturas da sociedade brasileira. Hoje se compreende que desenvolvimento e meio ambiente são faces de uma mesma moeda e que essa constatação deve interessar às camadas populares, primeiras a sofrer os impactos dos agentes poluidores dos grandes projetos governamentais e desprovidas dos serviços essenciais como saneamento básico, tratamento de água, entre outros.

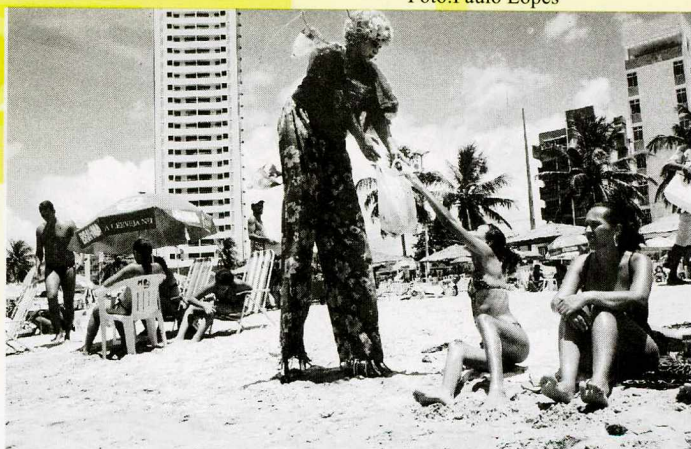
Por uma nova Política de Desenvolvimento Sustentável

Um novo modelo de desenvolvimento deve caracterizar-se como objetivo estratégico do povo brasileiro e de todas as nações, particularmente do terceiro mundo. A insustentabilidade e a inviabilidade ambiental e social do sistema econômico capitalista e de todo modelo de civilização industrial herdado dos últimos 200 anos, hoje é uma evidência. É um modelo que não responde aos maiores reclamos e anseios da humanidade pela manutenção da vida, em termos de equilíbrio dos ecossistemas, de paz mundial, de distribuição equitativa das riquezas e de cooperação entre os povos.

Essa constatação possibilita aos diversos movimentos populares, do Brasil e do planeta, a incorporação de princípios ecológicos e até considerar o socioambientalismo como uma forte tendência na postura política dos movimentos sociais e culturais nos anos 90, realçando a necessidade de desenvolvimento econômico sob uma ótica socioambiental, esboçando uma proposta alternativa às soluções neoliberais expressas no denominado “desenvolvimento sustentável”. Torna-se necessário formular novas alternativas de desenvolvimento socioambiental em âmbito planetário.

Foto: Paulo Lopes

Essas soluções neoliberais visam, na verdade, adaptar a questão ecológica às novas metas do capitalismo, a partir de artifícios como a criação do “mercado verde” das propostas de conversão das dívidas externas em projetos ecológicos, e o avanço das correntes empresariais “ecologicamente responsáveis”. Esse “ecocapitalismo” é, no entanto, passível de algumas graves contradições, como pretender solucionar problemas estruturais dentro dos limites que o próprio sistema produziu, caracterizando a pobreza, a miséria e a degradação ambiental como efeitos acidentais e inesperados, e até perversos desse sistema. Não há garantias de nenhum futuro para a humanidade com a manutenção das atuais estruturas econômicas internacionalização dos mercados, criação de novas necessidades de consumo e articulação de novos blocos econômicos e militares.



As conseqüências do modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema capitalista, pautado no lucro e na utilização irresponsável dos recursos naturais, motivaram o surgimento de entidades e organizações que se propuseram a lutar pela melhoria da qualidade de vida.

A Preocupação Internacional com o Meio Ambiente

Final da década de 60, os países industrializados entram em rápida degradação ambiental, causada principalmente pelos seus sistemas produtivos negligentes com o meio ambiente e aceleradores da perda da qualidade. Levantam-se as inquietações internacionais de proteção ao meio natural, resultando nas Conferências Internacionais sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo-72; Belgrado-75; Moscou-88; Rio-92), com a elaboração de princípios comuns de orientação da humanidade para a preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente.

Próximo às discussões da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 mais conhecida como Rio92, várias entidades civis começaram a identificar-se com as organizações socioambientais, contexto

em que também nasceu o Movimento Popular Ecológico MOPEC em 22 de abril de 1990, na cidade de Aracaju. Organização da sociedade civil e de caráter ambientalista, o MOPEC orienta suas ações em parcerias com os movimentos sociais organizados, denunciando as agressões ambientais que atingem aquele Estado.

Surge como uma proposta inovadora, para que o homem se perceba como elemento integrante do meio ambiente, como componentes do ecossistema terrestre e não um ser superior.

O MOVIMENTO POPULAR ECOLÓGICO EM SERGIPE

Em 1988, o Departamento de Serviço Social da UFS propôs o estudo da questão ambiental em Sergipe, para ser aplicado nos trabalhos de conclusão de curso daquele ano. Um grupo de estudantes procura o MOPEC como referência para elaborar uma monografia, *“A maneira como o homem vem usando a natureza tem levado ao esgotamento dos solos, à morte dos rios, à contaminação do ar que respiramos e à destruição da fauna e da flora. Enfim, tem levado a um processo de degradação ambiental cada vez mais rápido e violento.”*

Assim, no final da década de 80 e início dos anos 90, ocorre em Aracaju um crescente processo de urbanização, provocando a ocupação desordenada em áreas de vegetação nativa, principalmente manguezais, sem que o poder público tomasse conhecimento.

A questão ecológica começa a ser notícia na imprensa, sendo criado nesse contexto, em 22 de abril de 1990, o Movimento Popular Ecológico MOPEC formado basicamente por militantes ligados ao Partido Verde PV (que estava começando a se estruturar em Sergipe) e dos movimentos populares atuantes naquele período (de moradia, de bairros, negros, índios, entre outros), bem como um grupo de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, principalmente dos cursos de Biologia e Geografia (VILANOVA, 1988:33).

A Influência da RIO-92

O ano de 1990 constitui-se num ponto de inflexão na definição da problemática ambiental no Brasil. O processo de preparação da Rio-92 começa a afetar cada vez mais intenso os diversos setores do ambientalismo. Esta influência cujo principal vetor é a necessidade de pensar as relações entre o desenvolvimento econômico e proteção ambiental estende-se para além do ambientalismo multissetorial abalando a sociedade e o Estado brasileiros de um modo geral (VIOLA, 1995).

HISTÓRICO DO MOPEC

O movimento Ecológico de Sergipe surgiu como uma concretização no Estado da Proposta do “Encontro de Agentes de Projetos” da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), realizado no período de 18 a 22 de setembro 1989, em Salvador (BA), quando o Tema Principal deste encontro foi “a questão do meio ambiente relacionada à questão popular no Brasil”. (doc. 06)

Estiveram presentes nesse encontro dois representantes do Movimento Popular de Sergipe, que aplicaram no Estado essa mesma discussão sobre lutas populares e o problema ecológico. Assim formou-se uma articulação de pessoas interessadas neste tema durante todo o final de 1989 e início de 1990, até que foi organizada a proposta de realização do Primeiro Seminário sobre o mesmo tema do encontro da CESE: Meio Ambiente e Organização Popular, dentro da realidade de Sergipe. Foi estruturada uma coordenação composta principalmente por lideranças de comunidades, destacando-se representantes dos bairros São Conrado, América,

Coroa do meio e Augusto Franco. Essa presença deveu-se à própria proposta de inter-relacionar os problemas sociais com a defesa do meio ambiente, algo estabelecido como princípio básico do MOPEC.

O trabalho do MOPEC no bairro São Conrado começou a partir da articulação de um grupo ambientalista local, denominado “SOS São Conrado”, que já havia desenvolvido uma luta ambientalista desde o início do ano de 1990 contra a poluição atmosférica oriunda da Lagoa de Estabilização do Distrito Industrial de Aracaju, nas imediações do bairro, de onde transbordavam resíduos, poluindo inclusive grande extensão do Rio Poxim, que serve a inúmeras famílias de pescadores da área. Além da poluição, uma acelerada destruição dos manguezais na área por aterros, desmates, e até por lixeiras e a presença da especulação imobiliária a explorar a população com altos aluguéis das casas e destruir diariamente o manguezal.

Várias ações foram desenvolvidas pelo MOPEC junto ao grupo de base do bairro, o “SOS São Conrado”. Dentre elas, manifestações contra a poluição da lagoa de estabilização do Distrito Industrial, com entrega de um abaixo-assinado para a CODISE (Companhia de Desenvolvimento de Sergipe), no dia 22 de abril de 1990 Dia da Terra; ato em defesa dos manguezais, no dia 22 de abril de 1991; várias denúncias na imprensa, no dia 04 de junho de 1991, sobre a poluição do rio Poxim e da lagoa de Estabilização, e reivindicações junto à Prefeitura Municipal de Aracaju para melhorias nos serviços básicos no bairro.

Estrutura do Movimento Popular Ecológico (MOPEC)

O MOPEC foi estruturado como coordenadoria, composta por Coordenador Geral, Subcoordenadores, Secretário, Tesoureiro, Assessor e Conselho Fiscal (três pessoas), com as respectivas atribuições: COORDENADOR GERAL coordenação geral da entidade, administração dos recursos financeiros e patrimoniais; compete ao coordenador geral assinar os documentos da entidade, bem como os cheques com o Tesoureiro.

A maneira como o
homem vem usando
a natureza tem levado ao
esgotamento dos solos,
à morte dos rios,
à contaminação do ar que
respiramos e à destruição
da fauna e da flora.

SUBCOORDENADORES coordenação específica das áreas de atuação da entidade (Educação Ambiental e Comunicação Alternativa).

SECRETÁRIO responsável pelos documentos e relatórios de reuniões e demais eventos promovidos pela entidade; manter em dia o expediente e as correspondências, a fim de garantir um permanente intercâmbio de informação com outras entidades e instituições.

TESOUREIRO controle das finanças e relatórios financeiros, prestação de contas ao Conselho Fiscal e aos Financiadores. Assinar, juntamente com o coordenador geral, os cheques; liberar recursos necessários para o desenvolvimento das atividades.

ASSESSOR assessoria e acompanhamento das atividades de educação ambiental e comunicação alternativa a serem desenvolvidas e das reuniões e avaliações realizadas pela coordenadoria.

CONSELHO FISCAL fiscalização dos atos da coordenadoria, especialmente no que concerne à aplicação dos recursos financeiros.

O MOPEC contou com a participação de representantes do CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular) na Assessoria e no Conselho Fiscal. A equipe de educadores do projeto foi composta por membros do SOS São Conrado, residentes na própria comunidade.

Os Objetivos do MOPEC

De acordo com o seu estatuto, o MOPEC tem como finalidades:

- “Estabelecer uma estratégia de luta ecológico-política de avanços e conquistas, na direção de uma sociedade mais justa, em um meio ambiente sadio e equilibrado”;
- “Articular grupos locais com experiências organizativas e reivindicatórias em áreas com problemas sócio-ambientais em todo o estado de Sergipe”;
- “Resgatar e socializar as lutas comunitárias de caráter ambiental, através de instrumentos de comunicação alternativos e de promoções culturais e educativas”;
- “Divulgar resultados de pesquisa na área ambiental e promover estudos sobre as causas e conseqüências dos grandes projetos de desenvolvimento, promovidos pelo estado ou pela iniciativa privada;”
- “Promover e estimular as ações de solidariedade e intercâmbio de experiências entre grupos ecológicos em nível regional, nacional e internacional”;
- “Pressionar o poder público para que sejam cumpridas as leis de proteção ao meio ambiente, contidas nas constituições Municipal, Estadual e Federal”.

Os itens 1,2 e 3 expressam o caráter articulista e reivindicatório da entidade, tendo por orientação ideológica, a Articulista, que privilegia a organização da sociedade civil nas múltiplas esferas do social, com o objetivo de expandir a democracia popular (WARREN, 1995). Segundo essa concepção, os movimentos sociais e outros atores sociais devem estabelecer estratégia de fortalecimento da sociedade civil, buscando soluções por intermédio das organizações e seus mediadores, visando, sobretudo, a ampliação do espaço da cidadania. Ainda acrescenta que é a partir dessa matriz “articulista” que os movimentos ambientalistas vêm encontrando terreno fértil para intercâmbio e articulações.

Cumprir notar que o MOPEC, no seu início, teve forte influência de outros movimentos populares, conforme expressam seus sócios-fundadores:

“(...) Antes de participar do MOPEC, eu fazia parte de um outro movimento popular, (...) eu era de uma associação de moradores do bairro São Conrado, e logo depois conheci o pessoal da Associação Sergipana de Proteção Ambiental ASPAM, e aí, na época do aterro da área do Shopping Riomar, eu estava participando também do Centro Sergipano de Educação Popular CESEP”.

“(...) O MOPEC foi criado com a proposta de aglutinar representantes de várias entidades do movimento popular para discutir a questão ambiental no meio popular(...)”. (Entrevista 01)

“(...) O MOPEC surgiu com a idéia de conciliar a questão ambiental com os problemas concretos da comunidade (...)”.

“(...) A idéia de se criar um movimento ambientalista começou a ser gestada com o L.. F.(...)ele queria organizar nas periferias os moradores para reivindicar melhorias para suas comunidades (...) assim no São Conrado o MOPEC realizou o seu primeiro trabalho (...)”. (Entrevista 01)

“(...) O MOPEC não tinha um programa de ação organizado, tinha ações esporádicas(...)”

“(...) surgiu no início da década de 90, juntamente com aquela onda dos movimentos 'verdes' no mundo todo (...)”. (Entrevista 02)

Notamos que os depoimentos acerca da criação do MOPEC convergem para a compreensão de que a articulação com movimentos populares constituía o principal eixo do movimento.

“(...) Nós tínhamos um grupo de pessoas ligadas ao movimento popular e aí surgiu o problema do bairro São Conrado que foi a poluição da Lagoa do Distrito Industrial. Aí, o pessoal na época juntou-se ao Partido Verde e a um grupo de estudantes da UFS (...) e aí o problema da poluição da

lagoa serviu de ponto de partida para que essas pessoas se articulassem e criassem o MOPEC(...), tinha também o L... que já participou do PV, aliás quase todos já participamos do PV, mas voltados para o movimento popular(...)"
(Entrevista 01)

A Atuação Política do MOPEC

No início, o MOPEC promoveu manifestações públicas, denúncias na imprensa, vídeos sobre a realidade socioambiental de Sergipe e teve participação no movimento Pró-Serra, em Itabaiana, originando uma organização não-governamental em defesa da serra de mesmo nome, área prioritária para a preservação do patrimônio natural do agreste sergipano.

O projeto de maior visibilidade do MOPEC foi realizado no bairro São Conrado, com a temática Educação Ambiental no Meio Popular.

"(...) tivemos um projeto o bairro São Conrado. Foi um projeto de educação ambiental financiado pelo UNICEF no ano de 1992. Esse ano foi considerado como o Ano Internacional da criança (...) e aí as entidades que elaborassem projetos destinados a crianças, receberiam recursos (...) Nós fomos contemplados (...) a duração do projeto foi de um ano e meio (...) formamos uma equipe de 30 pessoas (adolescentes) e esse trabalho ficou conhecido como SOS São Conrado. Esse movimento foi local (...), o projeto chegou ao final e não conseguiu deixar uma liderança (...)"
(Entrevista 01).

Essa fala demonstra que, apesar da importância e repercussão do trabalho no bairro São Conrado, o MOPEC não conseguiu formar na comunidade uma organização capaz de consolidar com os demais moradores do bairro uma articulação local.

Como ressalta **Crespo** (1995:28), *"as organizações ambientalistas mostram com os coletivos que visam articular ações, seja em nível local ou Estadual, dificuldades de levar a frente as missões a que se propõem"*, podem ser causadas principalmente porque esses espaços de articulação tentam congrega uma pluralidade de atores que:

"(...) projeta uma imagem positiva de que 'saíram do gueto'. Ganham adesão que aparentemente os reforça. Contudo ganham junto uma perplexidade que dificilmente pode ser administrada de modo duradouro sem desgaste político e perda de energia em reuniões intermináveis em busca do 'consenso' etc.". (**CRESPO**, op. Cit.:28)

A falta de continuidade dos trabalhos do MOPEC e de renovação da liderança, aliada à crise econômica que o país enfrenta, desencadeou uma crise no movimento que o levou a paralisar suas atividades por quase três anos.

Avaliando a crise por que passou o MOPEC, um dos fundadores assim relata:

"(o primeiro fator que limitou a atuação do MOPEC foi a questão da falta de renovação na liderança e também o fato de pessoas que nele participavam não tinham mais tempo para trabalho voluntário (...). O MOPEC também não tinha prédio próprio. Imagina uma entidade que não tem sede(...) e também a própria crise dos movimentos populares, que depois do governo Collor e da política Neoliberal adotada por ele, os movimentos populares restringiram suas atividades e não conseguiram mais financiamentos para projetos(...) várias entidades acabaram e pequenas entidades que andavam de pires na mão, pedindo, acho que nem pires têm mais (...) também tem a questão política, misturou partido e ficou aquela tensão (...)."
(Entrevista 03)

No âmbito da crise enfrentada pelo MOPEC, destacamos o papel das forças partidárias,

inicialmente o Partido Verde (PV) e posteriormente o Partido dos Trabalhadores (PT).

A articulação com os partidos políticos remete à discussão para a relação entre estes e os movimentos sociais, pois na dinâmica desse encontro *“um e outro não se excluem, ao contrário, combinam-se, dinamizam-se reciprocamente, na medida em que o movimento social é sempre um fato político, implica relações de poder, negando-as propondo novas ou afirmando-as”*. (IANNI, 1983:131)

Essa relação, no entanto, não deve servir como instrumento e se contrapor aos posicionamentos que negam a presença das tendências partidárias no movimento, visto que a militância partidária ignora a dinâmica interna do movimento.

Um dos participantes do MOPEC defende que:

“O militante não tem uma responsabilidade burocrática e pode se tornar um miliante (...) No MOPEC alguns participantes tinham essa característica. Eles não tinham responsabilidades com a 'burocracia', organização e por isso aconteceu a crise (...)”. (Entrevista 03)

Um outro aspecto detectado por um dos membros foi a *“(...) falta de identidade da entidade. O MOPEC chegou à crise porque faltou sentido de grupo (...)”*. (Entrevista 03).

Essa afirmação se confirma nas verbalizações, quando associam o MOPEC à figura do seu primeiro coordenador, que também participava do Centro Sergipano de Educação Popular - CESEP e do PT, faltando-lhe “identidade” de entidade e ele contraditoriamente, assumia as três “bandeiras de luta” (VILANOVA, 1988:35)

Os dirigentes explicitam os principais sujeitos coletivos com os quais o MOPEC se articulava no processo de discussão e luta em defesa do meio ambiente. Esses sujeitos eram entidades civis. As entidades com as quais estabeleceu parcerias foram o Centro Sergipano de Educação Popular CESEP, a Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania SACI, a Central dos Movimentos Populares CMP, a Associação de Moradores do Bairro São Conrado e a Comunidade Organizada dos Índios Xocó.

“(...) No bairro São Conrado fizemos um movimento chamado 'SOS São Conrado'. (...) Em Itabaiana a gente criou um movimento chamado Pró-Serra, que discutia a questão da preservação da Serra de Itabaiana”. (Entrevista 01).

“(...) O MOPEC tinha como bandeira de luta a preservação do meio ambiente. (...) Na época da criação do MOPEC, estava acontecendo o conflito dos índios Xocó e aí o MOPEC apoiou a nossa luta” (Cacique Xocó).

Nos depoimentos dos representantes governamentais que trabalham com meio ambiente em Sergipe Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), verificamos que nunca houve um trabalho de parceria com o MOPEC, como pode ser observado através dos seguintes depoimentos:

“(...) A gente trabalha em parceria com a Petrobrás, Sebrae, Universidade, Movimento Viva a Vida, mas com o MOPEC nunca houve parceria”. (IBAMA)

O desinteresse em estabelecer parcerias e se articular para a discussão de desenvolvimento de atividades voltadas à questão ambiental era bilateral.

“(...) Os órgãos governamentais que estão aí para fiscalizar e controlar a destruição ambiental, eles não fazem o papel deles, então a gente tem o papel de denunciar (...)”. (Entrevista 01).

A RENOVAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DO MOVIMENTO POPULAR ECOLÓGICO

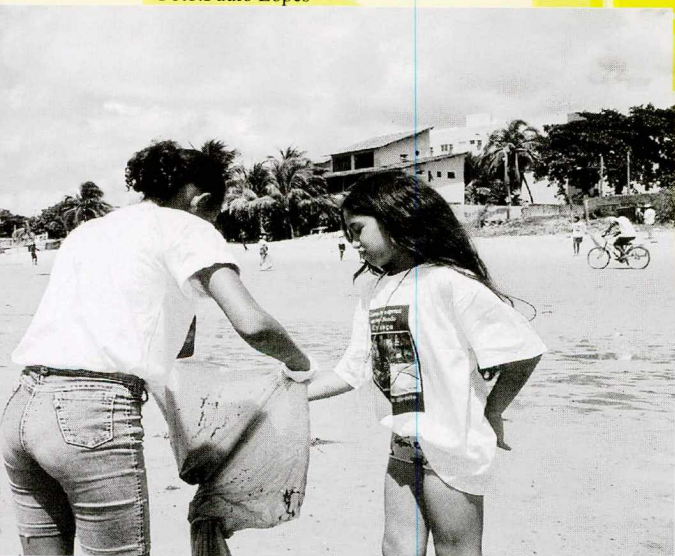
O MOPEC está passando por um processo de reestruturação. Desde 1994 o movimento encontrava-se parcialmente inativo em virtude do afastamento da maioria dos componentes, ficando apenas a figura do antigo coordenador como “sinônimo” da entidade, conforme depoimento abaixo:

“... quando se tem um trabalho específico sobre a questão ambiental, procura-se o coordenador como representante do MOPEC (...) O coordenador é realmente quem representa o MOPEC (...)” (SACI)

Essa centralização na figura do coordenador gerou o afastamento da maioria dos componentes, que passaram a priorizar outros tipos de militância.

“(...) eu particularmente não trabalho mais com ecologia. (...) hoje eu participo do movimento religioso (...)”. (Entrevista 03).

Foto: Paulo Lopes



Em 1996, Sergipe era um dos poucos Estados que não contava com uma organização ambientalista que representasse de forma efetiva a preocupação ambiental em nosso Estado.

Foi nesse momento que se reuniram pessoas com larga experiência em militância nos movimentos sociais, estudantes da Universidade Federal de Sergipe, que pretendiam reestruturar a entidade e interagir com problemas relacionados ao meio ambiente, enfatizando a importância da Educação Ambiental.

A equipe rediscutiu o Estatuto da entidade, fez algumas modificações, elegeu uma nova coordenação e colocou em marcha as seguintes ações:

- Levantamento da documentação;
- Cadastramento de novos sócios;
- Reativação dos canais de articulação do MOPEC com entidades afins;
- Estudo sobre o impacto da experiência socioambiental desenvolvida no Bairro São Conrado, durante os anos de 1991/92;
- Levantamento acerca do funcionamento dos conselhos do meio ambiente (municipal e estadual);
- Levantamento de informações sobre a Serra de Itabaiana (Renascente de Mata Atlântica);
- Levantamento de informações gerais acerca do meio ambiente urbano;
- Participação na Audiência pública para apreciação do Relatório de Impacto Ambiental RIMA, referente à implantação do serviço de tratamento dos dejetos da fábrica BRAHMA instalada no município de Estância;
- Participação na ENECOLOGIA (Encontro de Entidades Ambientais do Nordeste);
- Participação do XII Encontro do Fórum de ONG'S e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento;

- Participação na I Conferência Nacional de Educação Ambiental;
- Realização do I Seminário de Educação Ambiental.
- Filiação à Rede de Ong's da Mata Atlântica, que congrega entidades de 17 estados que atuam em defesa da mata atlântica.

Essa nova fase do MOPEC é marcada por uma reorientação das práticas anteriormente desenvolvidas, abordando o estreito vínculo entre as questões ecológicas, econômicas e sociais, reconhecendo que a solução para os gravíssimos problemas ambientais passam pela reformulação do atual modelo de desenvolvimento econômico.

Segundo o atual coordenador, o desafio MOPEC hoje é superar as dificuldades inerentes aos movimentos ambientais, ou seja, o deslocamento do amadorismo para o profissionalismo, da prática da denúncia para a formulação e desenvolvimento de projetos:

"(...) o grande desafio que se coloca no mundo hoje é como se desenvolver economicamente sem devastar o meio ambiente (...) e os países subdesenvolvidos têm que se desenvolver a todo custo, sempre com esse desafio: desenvolver e preservar o meio ambiente (...) o MOPEC está desenvolvendo ações propositivas, tentando se profissionalizar enquanto entidade ambientalista, estabelecendo parceria e articulação com demais setores da sociedade civil, passando do voluntarismo e militância, para uma ação política desenvolvida em espaços mais delimitados e grupos menores (...)".

(Entrevista 04)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contextualização dos movimentos sociais como um todo, inclusive do Movimento Popular Ecológico de Sergipe, nos pôde dar uma visão da atuação dos diversos movimentos e mais especificamente da atuação do MOPEC. A análise dessa atuação traz em si traços que por sua significação merecem um olhar mais atento, uma leitura mais detida.

O primeiro aspecto é a importância histórica que o Movimento adquire por ser a primeira organização civil a discutir a problemática do meio ambiente, e sobretudo por constituir-se em uma possível proposta de educação ambiental de cunho popular, o que de forma objetiva marca o início de uma "reação" popular contra a degradação do meio ambiente em nosso estado. É como se ingressássemos definitivamente numa discussão, que hoje é mundial, e que interfere na vida de cada um dos cidadãos do planeta (VILANOVA, Op. Cit.)

Na coleta de dados, através de entrevistas, constatamos que os constituintes do MOPEC quer atuais, quer de qualquer momento não atentaram para o significado histórico da formação desse movimento. Talvez seja essa a maior contribuição que o MOPEC dá à formação de um espaço dentro da sociedade para a discussão sobre o meio ambiente. Esse não entendimento da importância histórica do MOPEC é visível, pois nenhum dos entrevistados explicitou ter idéia dessa importância, ou seja, de que isso significou ações de dentro da própria sociedade que podem permitir o seu amadurecimento e, óbvio, o seu crescimento (qualitativamente falando), e não ações verticais, que partem do poder público de forma impositiva e com comprometimentos com a ordem vigente.

Foi possível, por exemplo, identificar através do estudo sobre o MOPEC, a primeira ação organizada da sociedade civil em Sergipe contra a degradação ambiental, em 1991, no bairro São Conrado, com o projeto Educação Ambiental no Meio Popular. Tinha como finalidade educar crianças e adolescentes sobre os problemas ambientais específicos daquela comunidade. Qualquer estudo posterior que se preste a fazer uma leitura histórica dos movimentos ecológicos em Sergipe terá, obrigatoriamente, que citar essa ação no São Conrado como um marco.

O segundo aspecto é a discussão de extrema pertinência sobre a educação ambiental.

Mesmo que de forma embrionária, o MOPEC apontou para a possibilidade de se construir uma educação popular que inserisse o cidadão no seu meio, sendo este a comunidade, urbana ou rural, que recebia do crescimento desordenado e da relativa industrialização do estado a degradação do seu espaço. A educação era uma prática que pretendia transmitir não propriamente um aprendizado, mas uma “consciência” dos problemas ecológicos da sociedade.

Segundo um sócio-fundador, no Projeto Educação Ambiental no Meio Popular, um grupo de adolescentes *“discutia e estudava a questão ambiental, não só do bairro, como das áreas adjacentes”* (entrevista 01). Nos depoimentos, há também um atrelamento da educação com as denúncias, dando às denúncias um caráter de criação de consciência como uma forma de educar a sociedade.

Porém, não é possível observar, nas ações do MOPEC, uma sistematização de métodos para o ensino ambiental ou uma pedagogia do meio ambiente. Elas são de caráter intuitivo e não contam com objetivos muito claros quanto ao que seria de fato educar e qual o fim dessa educação. A “consciência”, nesse caso, adquire uma conceituação por demais subjetiva e se distancia da idéia de formação do indivíduo.

Não há também no MOPEC uma constância no trabalho de educação. Educar é um processo e não um momento estanque em que se passam algumas informações. A “educação ambiental” do MOPEC tinha uma conotação muito mais de palestras sobre meio ambiente do que de fato uma educação processual.

O que ainda se faz necessário ressaltar é que mesmo não sendo organizada, pensada, planejada ou constante, a experiência tem uma importância fundamental, porque contribui para a construção de uma sociedade cidadã e porque aponta para a possibilidade de se educar as comunidades sobre os problemas do meio ambiente (VILANOVA, Op. Cit.)

O último aspecto importante é a herança política que o MOPEC recebe da esquerda, que

...o grande desafio que se coloca no mundo hoje é como se desenvolver economicamente sem devastar o meio ambiente e os países subdesenvolvidos têm que se desenvolver a todo custo, sempre com esse desafio...

influenciou fortemente as organizações civis, principalmente nos anos 60 e 70. O Movimento não é a única entidade civil que recebe essa herança, outras várias organizações também têm suas ações orientadas sob a influência marcante dos funcionamentos dos partidos de quadro. E isso se reflete em grandes limitações para o funcionamento delas.

Essa herança, dir-se-ia anacrônica, se deve em parte à falta de novas práticas após a radical mudança simbolizada pela queda do muro de Berlim (na verdade, a queda do “socialismo real”). A esquerda e os movimentos sociais dentro dela não conseguiram renovar o seu discurso nem a sua prática, mesmo em face das cruciais mudanças por que passou a sociedade.

No MOPEC é possível relacionar alguns problemas derivados dessa herança. O primeiro deles diz respeito à extrema centralização na estrutura interna do Movimento. Reflexo dos partidos de quadro, a estrutura do MOPEC privilegia por demais a figura do seu coordenador. Como no Vanguardismo, o MOPEC parecia saber pressupostamente as necessidades de cada comunidade, já que não discutia projetos junto com ela para, assim, elaborar uma proposta e amadurecer o debate.

O segundo é o sectarismo do Movimento, tão característico nos partidos de esquerda. Nunca se efetivam alianças, parcerias etc. com os órgãos públicos, porque estes não fazem parte da intenção do MOPEC, o que restringe o Estado ao papel fetichizado de inimigo. Ora, o Estado deve ser entendido como “condensação de uma correlação de forças”. E, nesse sentido, mesmo sendo um Estado burguês, tem que atender aos diferentes interesses, pois sem isso não é possível consolidar o projeto hegemônico das classes dominantes. A construção da cidadania passa inclusive pela cobrança de o Estado cumprir o seu papel e não apenas ratificar que ele comete atitudes equivocadas.

O denunciismo, que caracterizou a esquerda durante muito tempo, e que no Brasil inclusive contaminou a mídia durante as décadas de 80 e 90, é outro problema que o MOPEC reproduziu em sua pouca efetividade, algo que cria desacredito ao emissor das “denúncias”.

Em última análise, o MOPEC, apesar das observações feitas, tem grande importância histórica e contribui, enquanto movimento social, para o amadurecimento da cidadania e das discussões na sociedade em torno dessa temática. Tem igual importância como antecedente de uma possível e provável educação ambiental das camadas populares, embora possua em sua estrutura falhas que foram aqui apontadas, a maioria derivada das dificuldades que os movimentos sociais encontram ao partir para a prática. A partir das realizações dos Seminários temáticos e participação nos eventos de cunho socioambiental do país, o MOPEC refaz sua trajetória política, renovando sua atuação enquanto entidade do movimento social popular no Nordeste.

Bibliografia

CASTRO, Maria Garcia. Gênero e Meio Ambiente. Cortez: São Paulo; Unesco/UNB: Brasília DF, 1997.

CRESPO, Samyra. Verdes que amadurecem: Os desafios da especialização e da profissionalização das organizações e dos militantes ambientalistas no Brasil. XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.

EQUIP. Projeto de pesquisa sobre os movimentos sociais no Nordeste. Recife, 2001.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONG'S E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Uma agenda para o futuro. Brasília DF, Agosto, 1994.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) caminhos do meio ambiente. 6ª edição. Contexto: São Paulo, 1998.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. Cortez: São Paulo, 1992.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 3ª edição. Papiros: Campinas SP, 1991.

IANNI, Octávio. Revolução e Cultura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1983.

LIMA, Josael Jairo de. Sergipe na ótica do eco-desenvolvimento. mimeo. Aracaju, 1993.

MAFRA, Humberto. O movimento ambientalista brasileiro: Desafios e oportunidades. mimeo. 1993.

MOPEC. A questão ambiental e os movimentos populares em Sergipe. mimeo. Aracaju, 1993.

OLIVEIRA, José Antonio Marques de Oliveira. As Relações Homem/Natureza: Aspectos da Política Mundial de Preservação das Áreas Protegidas e Unidades de Conservação no Brasil. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão-SE, 2000.

VILANOVA, Maria Emília. et. al. O MOPEC: Movimento Popular Ecológico em Sergipe. Monografia de conclusão do curso de serviço social. UFS: São Cristóvão SE, 1998.

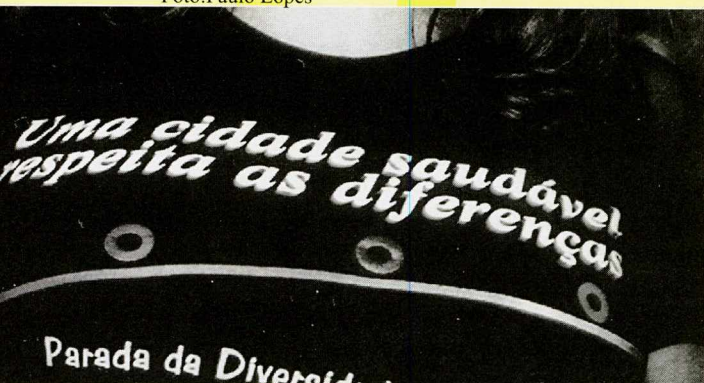
VIOLA, E.; **MAINWARING**, S. Novos Movimentos Sociais, Cultura, Política e Democracia: Brasil e Argentina. In: WARREN, Scherer; KRISCH, Paul. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. Brasiliense: São Paulo, 1997.

Em Defesa da Liberdade de Orientação Sexual

José Antônio Marques de Oliveira

O Movimento em Defesa dos Direitos dos Homossexuais surgiu na Europa, de forma bastante tímida, em fins do século passado. Trazia como principais bandeiras a descriminalização da homossexualidade e o reconhecimento dos direitos civis dos homossexuais. Durante o

Foto: Paulo Lopes



Nazismo, mais de 300 mil gays foram presos nos campos de concentração e somente depois da Segunda Guerra Mundial é que o Movimento Homossexual começou a se estruturar na Europa e Estados Unidos.. Mas só na década de 60, com a explosão dos movimentos sociais das minorias étnicas e sexuais e com o fortalecimento dos estudos sobre gênero, é que melhor observamos uma organização na luta pelos direitos de igualdade desses segmentos como um todo. Em 28 de Junho de 1969, num bar conhecido por Stonewall Inn, New York, homossexuais se rebelaram contra a perseguição policial e travam uma batalha de dias seguidos em repúdio ao tratamento de desrespeito e violência a que são submetidos. Essa data, pois, se afirma como o "Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico". É a data que marca o início do moderno movimento gay no mundo

No Brasil, a história do

movimento homossexual está diretamente ligada à fundação, em 1978, do Jornal *Lampião*, principal veículo de comunicação da sociedade homossexual, editado no Rio de Janeiro por jornalistas, intelectuais e artistas homossexuais. Foi alvo dos resquícios da censura e da ditadura militar. Um ano após, surge em São Paulo o primeiro grupo organizado de homossexuais, o Grupo *SOMOS* Grupo de Afirmação Homossexual, importante manifestação dentro do movimento gay na década de 80. Esses grupos questionavam o imaginário social coletivo quanto à noção de homossexualidade da época e criticava o ideário machista que via nas relações homoeróticas o mesmo tipo de dicotomia estabelecida nas relações homem-mulher.

Esses movimentos, na década de 80, multiplicaram-se: *Somos*, *Atobá*, *Triângulo Rosa* e *Grupo Arco-Íris*, do Rio; *Grupo Gay da Bahia* de renome no cenário nacional, tendo como representante máximo o antropólogo Luiz Mott e *Grupo Lésbico da Bahia*; *Dialogay* de Sergipe; *Grupo Lésbico-Feminista*, depois chamado de *Um Outro Olhar*, de São Paulo; *Grupo Dignidade*, de Curitiba; *Grupo Gay do Amazonas*; *Nuances*, de Porto Alegre; o *Grupo Lésbico*, de Brasília; o *Movimento do Espírito Lilás - MEL*, em João Pessoa, entre outros. Atualmente, são aproximadamente 70 grupos em todo o Brasil. Entre os eventos de peso realizados em nosso país, podemos citar a 17ª Conferência Mundial da ILGA (International Lesbian and Gay Association), no Rio de Janeiro, em junho de 1995, e os EBGLT (Encontros Brasileiros de Gays, Lésbicas e Travestis), organizados todos os anos, além de

encontros estaduais e eventos organizados pelos grupos de diversas cidades.

Esses movimentos guardam entre si a reivindicação de direitos e a afirmação de uma identidade hegemônica, ainda baseados na sua liberdade de escolha ou opção sexual, ou seja, na sua própria sexualidade, tentando pautar seu discurso, portanto, em um "direito à diferença". Não foi à toa que segmentos do movimento homossexual viram com bons olhos os resultados, nos últimos cinco anos, de algumas pesquisas genéticas que afirmavam a existência de um "gen homossexual", como se um gen pudesse dizer mais de nossas preferências afetivas, sexuais, morais ou éticas.

Pautados em diversos pressupostos legais ou teóricos, tais como a igualdade entre todos, estabelecida pela Constituição Nacional, ou pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, ou até mesmo pela tentativa de legitimação das diferentes opções sexuais, o que a maioria dos grupos de cidadania homoerótica procura é diminuir as disparidades entre a pretensa maioria heterossexual e a chamada homossexualidade na sociedade, garantindo seus direitos enquanto cidadãos e cidadãs.

Porém, o dilema do discurso gay é que, ao dar visibilidade a uma certa forma de vivência homossexual, produz, em alguma medida, uma marginalidade de outros modos de se vivenciá-la, uma vez que nem todos os homossexuais, homens e mulheres, pensam acerca da sua sexualidade de modo igual, e até mesmo podem vivê-la de forma diferente, assim como vivem outras "tipologias sexuais" (heterossexuais, bissexuais, transsexuais ou assexuais).

Ocorre em São Paulo, em 1980, o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais e em 1984 o 2º EBHO, em Salvador; em Janeiro de 1995, em Curitiba, realiza-se o VIIIº

Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, no qual o Movimento Homossexual Brasileiro contou com aproximadamente 50 grupos, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, incluindo 4 grupos de lésbicas, 4 grupos de travestis e o recém-fundado, em Cuiabá, Grupo Brasileiro de Transsexuais, o primeiro do gênero na América do Sul.

Um grupo homossexual funciona como uma espécie de sindicato em defesa de nossa categoria, reunindo forças para lutar contra a discriminação e pressionar o poder público a garantir os direitos de cidadania dos gays, lésbicas, travestis e transsexuais. Provavelmente também os bissexuais vão se incorporar a nosso movimento, pois assim acontece nos países civilizados, onde os eles e elas se organizam enquanto entidade diversa dos gays e heterossexuais.

Os grupos homossexuais, a exemplo do Dialogay de Sergipe, funcionam através de reuniões onde seus membros e visitantes discutem informalmente sobre os principais problemas do dia-a-dia de suas comunidades; planejam ações de divulgação de nossos objetivos, além de funcionar como grupo de apoio ao processo individual de cada homossexual na conquista de sua auto-estima e de divulgar informações e estratégias de prevenção à Aids e às demais DSTs.

São basicamente três os objetivos do Movimento Homossexual Brasileiro: a) lutar contra todas as expressões de homofobia (intolerância à homossexualidade); b) divulgar informações corretas e positivas a respeito da homossexualidade; e c) conscientizar gays, lésbicas, travestis e transsexuais sobre a importância da organização do movimento para a defesa dos plenos direitos políticos e de cidadania.

O depoimento dos freqüentadores

desses grupos é sempre muito positivo, pois para muitos as reuniões semanais são a única oportunidade e local onde podem falar e viver livremente a própria orientação sexual, sem medo ou receio da reprovação ou discriminação. Os grupos servem de apoio nas crises existenciais e na solução de problemas ligados à discriminação. São também centros de prevenção à Aids, distribuição de folhetos sobre "sexo mais seguro" e de preservativos.

Nesses quase 20 anos de existência, o Movimento Homossexual Brasileiro, apesar de contar com reduzidos recursos humanos e materiais, obteve importantes vitórias no reconhecimento dos direitos humanos dos gays e lésbicas. Em 1985, conseguiu que o Conselho Federal de Medicina declarasse que no Brasil a homossexualidade não mais poderia ser classificada como "desvio e transtorno sexual".

...o Movimento Homossexual Brasileiro, apesar de contar com reduzidos recursos humanos e materiais, obteve importantes vitórias no reconhecimento dos direitos humanos dos gays e lésbicas.

Em 1989, incluiu no Código de Ética dos Jornalistas a proibição de discriminação por orientação sexual. Em 1990, nas leis orgânicas de 73 municípios e nas constituições dos Estados de Sergipe, Mato Grosso e Distrito Federal, foi incluída a expressa proibição de discriminar por orientação sexual. As denúncias de violação dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais foram publicados no Relatório Anual do Departamento de Estado dos Estados Unidos (1992). Em 1995, realizou-se no Brasil a 17ª Conferência da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, (ILGA).

História do Movimento Homossexual Brasileiro: Reconstituindo o Percurso

O ano de 1979 é chave na História do Movimento Brasileiro de Homossexuais (MHB), ano de fundação do *Jornal Lampião da Esquina* e do primeiro grupo gay brasileiro, o Somos SP, ambas instituições pioneiras e fundamentais no desenvolvimento dos demais grupos de defesa dos direitos de gays e lésbicas no país. Assim, em fins de 1979, quando já existiam mais de uma dezena de grupos no eixo Rio São Paulo Brasília, o Lampião e o Somos, de São Paulo, idealizaram a organização de um encontro nacional, o primeiro de uma série de doze, sendo 6 **EBHOs** Encontros Brasileiros de Homossexuais, e 2 prévias para o EBHOs e 4 encontro regionais

O 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizado em São Paulo de 4 a 6 de abril de 1980, segundo o *Jornal Lampião* (Abril/80), concentrou duas atividades, o EBHO (aberto a qualquer homossexual, previamente inscrito), e o EGHO (encontro de grupos homossexuais organizados). Essas duas siglas coexistiram ao longo da história do MHB prevalecia, contudo, a primeira, o EBHO.

Ocorreu no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo USP, com a presença de 8 grupos: Somos SP, Somos Sorocaba, Libertos Guarulhos, Grupo Lésbico Feminista SP, Eros SP; Somos e Auê Rio, e Beijo Livre, de Brasília. Calculava-se 200 pessoas participantes das seções ordinárias, mas na plenária final, no Teatro Ruth Escobar, contava-se com 600 participantes, o único momento em que o I EBHO esteve aberto aos não-homossexuais.

Os participantes dividiram-se em

subgrupos para discutir a questão lésbica, a repressão homofóbica, os michês e travestis, a solidão do homossexual a intolerância da Igreja Católica, donde formularam algumas conclusões e recomendações: 1) incentivar a legalização dos grupos homossexuais e maior intercâmbio; 2) ampliar estudos e conferências sobre homossexualidade; 3) lutar pela aprovação de leis antidiscriminatórias, inclusive a exclusão do código 302.0 que classificava a homossexualidade como desvio sexual; 4) denunciar todas as expressões de preconceito anti-homossexual. O evento foi encerrado com um show na Boate Mistura Fina, onde um número de dublagem machista foi vaiado e interrompido por interferência dos militantes presentes.

Os resultados desse Encontro foram significativos e puseram em evidência o que não se podia mais esconder: a mobilização ganhava expressão e se consolidava dentro dos movimentos sociais. Internamente, os interesses reorganizavam os grupos. Sob este prisma as lésbicas argumentavam que suas questões eram mais específicas e que o processo de afirmação somente era possível dentro de grupos femininos: retiraram-se do grupo SOMOS, formalizando independentemente o grupo Lésbico-Feminista.

Questões partidárias vinham à tona, um grupo de militantes recusou a identificação do Somos com a Convergência Socialista, alegando que os interesses do grupo haviam sido desviados dos interesses básicos, que eram os de discutir a sexualidade e lutar contra a discriminação sexual.

Era necessário compreender melhor como o movimento homossexual desejava caminhar. No modelo determinado pelas organizações partidárias não havia espaço

para uma opção que não fosse a da revolução. Durante esse Encontro, tornou-se claro que os grupos não alinhados às organizações políticas desejavam atuar com autonomia, portanto, de maneira diferente das propostas das organizações. O enfrentamento desta problemática gerou divisões, rachas, dentro dos grupos. Um articulista do *Lampião da Esquina* assim se expressou acerca desse 1º Encontro:

"(...) Digo isso para dar uma idéia de certos momentos críticos, onde a competição (...) explodiu escandalosamente, num acontecimento que fora feito para propiciar conhecimento mútuo e solidariedade.(...)." E mais adiante: "(...) Pela mostra desse Encontro, acho que reproduzimos sobejamente os padrões políticos tradicionais. Então me pergunto se não estamos desperdiçando energia em tentar imitar e multiplicar partidos políticos já existentes. (...) Mas de tudo isso, pode-se dizer que o 1o. EGHO foi fértil pelo fato de nos mostrar o que não somos e o que nos falta. Seria desejável que no próximo ano começássemos pelo começo: discutindo aquilo que temos de original; pois se não sabemos em que somos originais, nosso primeiro gesto deverá ser necessariamente o de nos conhecermos por dentro: ou seja, é urgente que descubramos as nossas especificidades enquanto Movimento. Para com elas encontrar (criar) formas novas de fazer política, formas nossas. Sim, é fundamental mobilizar "as bases", como no ato político do Ruth Escobar. A mobilização de fato ocorreu e foi gratificante. Mas para além disso, nos deparamos com uma questão ligada a nossa própria sobrevivência enquanto movimento: ou mudamos a forma de atuação política baseada na competição partidária/doutrinária ou, no mínimo, teremos vários rachas no II Encontro, em 1981 (...)."

Uma das sugestões do encontro nacional foi a realização de encontros regionais preparatórios, deste modo realizou-se em Olinda no período de 19 a 21 de abril de 1981, o 1º Encontro de Grupos Homossexuais do Nordeste. As reuniões ocorreram em Olinda, no Centro de Cultura Luiz Freire, congregando mais de 60 participantes que, divididos em subgrupos, discutiram a violência anti-homossexual; os problemas do relacionamento entre gays e lésbicas e as categorias dentro da homossexualidade.

Como resoluções, decidiu-se incentivar a participação do movimento nas reuniões anuais da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; a fundação de novos grupos pelo Nordeste; Caravanas de Ativistas Visitantes das principais cidades e "guetos gays", a contar com outras entidades populares; a fundação da revista "Bichana", jamais concretizada, e a cada grupo a liberdade de relacionar-se com partidos políticos, sem atrelar o movimento a nenhum deles.

Com o fim do Jornal *O Lâmpião da Esquina*, em meados de 1981, os homossexuais brasileiros perderam seu principal canal de comunicação nacional, pois os pequenos boletins de alguns grupos não conseguiram o mesmo alcance de comunicação homossexual do continente sul-americano.

A dificuldade de articulação colaborou para um período de arrefecimento do movimento, somente em 1984 o Grupo Gay Brasileiro reuniu forças para convocar o II Encontro Brasileiro de Homossexuais, que em vez de ser realizado em 1981, no Rio, ocorreu em Salvador em 1984. Apesar do convite a todos os grupos reduzidos a 7 em todo território nacional, compareceram no segundo encontro representantes de 5 grupos: o Dialogay, Gathó, GLH, GGB e Adé-Dudu, além de gays moradores em Maceió. Chegou a um total de 40 participantes. As reuniões foram

feitas no comitê de um deputado amigo, do PMDB, Marcelo Cordeiro, e contou na abertura com representantes do Movimento Negro Unificado, Feministas e do PMDB e PT.

Esse evento marcou o início das comemorações do "Ano Internacional Gay", também deliberaram que o movimento devia encaminhar ao Conselho Federal de Medicina o abaixo-assinado com mais de 16 mil assinaturas pela suspensão do código médico 302.0, que classificava a homossexualidade como desvio e transtorno sexual. Outras questões encaminhadas foram: lutar pela inclusão de cursos de educação sexual em todas as escolas e por um tratamento positivo da mídia em relação à questão homossexual; pela aprovação de legislação antidiscriminatória, inclusive pela legalização do "casamento gay", e como o momento era de luta política, pelas *Diretas Já*.

O saldo positivo desse encontro foi a reativação dos Encontros nacionais, após mais de 3 anos de paralisação, e a divulgação de uma carta aberta do Movimento à nação, na qual se posicionava clara e corajosamente em favor da plenitude dos direitos de cidadania dos homossexuais e apoiava os movimentos progressistas em suas lutas por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Foto: Paulo Lopes



O 4º Encontro Brasileiro realizou-se em Aracaju/SE, no período de 11 a 14 de janeiro de 1990. Participaram representantes de 6 grupos: Dialogay, GGB, Atobá RJ, GRAB CE, Grupo Free, de Teresina, e NIES Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Sexualidade, com dois conferencistas desta entidade a falar sobre o polêmico conceito da promiscuidade e sobre a prostituição dos travestis. Entre os temas discutidos, destacaram-se a campanha nacional de prevenção da Aids; denúncia dos assassinatos praticados contra homossexuais; formação de um Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais.

A esquerda que sempre esteve presente nas lutas sociais, apresenta contradições para o movimento feminista, contradições estas acirradas no caso das mulheres homossexuais.

O 5º Encontro foi o mais prolongado, ocorreu em Recife/PE de 7 a 13 de janeiro de 1991, pois nele realizou-se também um momento preparatório que contou com oito conferências, sobre teoria da homossexualidade, religião e repressão à sexualidade. O encontro propriamente dito durou 3 dias completos. Esse conclave realizou-se na sede da Sociedade de Medicina de Pernambuco, sob organização de Antônio Peixoto, fundador do MAP, destinado à prevenção da Aids e auxílio aos soropositivos. Estiveram presentes o Dialogay, o GGB, o ATOBÁ, Um Outro Olhar e os futuros fundadores do Grupo Dignidade, do Paraná, Toni Reis e David Haarrad. Os temas discutidos foram: 1) o

fortalecimento do movimento e a formação de novos grupos; 2) a realização de eventos regionais para atingir o gueto e, 3) maior participação na luta contra a Aids.

É interessante observar que cada encontro serviu como estímulo à criação de novas organizações, a exemplo de gays e lésbicas de estados vizinhos, como Paraíba, e Rio Grande do Norte, que a partir de sua participação no encontro fundaram grupos locais.

A Posição da Mulher Lésbica no Contexto do Movimento Feminista

A participação nos congressos feministas vinha de encontro às expectativas do movimento homossexual, não só porque as lésbicas buscavam aprender com a experiência anterior e mais ampla do movimento feminista, como também por ser considerado um movimento de minoria, com expressiva repercussão na sociedade, além, é claro, da identificação como mulheres.

Embora o evento não fosse dirigido ao movimento homossexual, a participação das mulheres homossexuais trouxe à mostra uma nova questão a especificidade da causa feminista, e dentro dela o lesbianismo. Foram temas de difícil tratamento, especialmente para parcelas significativas da militância da esquerda tradicional.

A esquerda que sempre esteve presente nas lutas sociais, apresenta contradições para o movimento feminista, contradições estas acirradas no caso das mulheres homossexuais. Suas teses a respeito da libertação são genéricas, a libertação era uma dívida à classe operária, as questões da dominação, da exploração e da violência não diziam respeito às mulheres, mas a toda a sociedade, a insistência das feministas em discutir seus temas específicos, tais como a sexualidade,

os papéis sociais, entre outros, era considerado inoportuno e divisionista, pois não eram considerados como problemas das mulheres operárias.

O debate ideológico que se travou entre a luta societária e as lutas específicas comprometeu o encaminhamento dos congressos, e desestabilizou os grupos dos movimentos feminista e homossexual. Este último, em especial, fora exposto de forma depreciativa e preconceituosa. As lésbicas mostravam-se preocupadas com a questão da violência contra as mulheres homossexuais, *"discutindo o tema 'violência' é que poderemos aprofundar a questão lésbica do ponto de vista da dupla discriminação enquanto mulheres e lésbicas a que estamos sujeitas, no quadro do regime opressor em que vivemos"* (depoimento).

Para os grupos de extrema esquerda, a luta era uma só, "não há violência contra a mulher, mas sim contra homem e mulher da classe operária", e acusavam as feministas de serem pequeno-burguesas, de falarem uma linguagem elitista e de apresentarem propostas pouco interessantes ao povo e à revolução.

Foto: Paulo Lopes



De forma agressiva, as políticas dos grupos de esquerda organizados radicalizaram e entre o 2º e 3º. Congressos

as lésbicas passaram a ser o alvo predileto no enfrentamento. O jornal *Lampião da Esquina*, em matéria intitulada "A hora da porrada", comenta:

"De tímidas participantes o ano passado, as lésbicas emergiram para a crista da onda neste 3º CMP, ao se tornarem alvo predileto da HP, para quem a coisa se colocava assim: de um lado as lésbicas, de outro o povo brasileiro (...)."

Ainda no mesmo artigo, lê-se uma negociata entre os organizadores:

"(...) militantes do HP, na iminência de perderem o Pacaembu, entraram em contato telefônico com a Coordenação para propor a reunificação. Concordavam em aceitar as lésbicas em troca do apoio à Constituinte. Mas não abriam mão de sua oposição ao SOS/Mulheres", uma vez que, ainda mais grave, o SOS "transforma violência na família em caso de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher (...)."

"Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais conta as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência."

A Facção Homossexual da Convergência Socialista apresentou estudo

sobre o tema e buscou esclarecer teoricamente sua posição:

“O Movimento Homossexual no Brasil é composto de um pequeno número de pessoas, na maior parte da classe média, e o pensamento dominante no Movimento, e que gera muita confusão entre os participantes, é a visão de que todos nós, homossexuais, estamos unidos pela nossa opressão que sofremos em comum. Portanto, deve-se lutar para a nossa libertação sem olhar para as classes que nos separam. Sem olhar para as lutas travadas por todos os trabalhadores oprimidos no Brasil, que são a maioria. (...) Isto não quer dizer que os homossexuais em seu conjunto não devam se unir para as lutas específicas, ao contrário, esta união é necessária, mas sempre chega o dia em que a bicha rica terá interesses diferentes dos trabalhadores. (...) A luta por nossa libertação é dura e temos que exigir o nosso direito desde já, mas sabemos que somente uma mudança da sociedade é que poderá levar esta luta para espaços maiores. Não há outra maneira de destruir todas as forças que mantêm a opressão. Ela passa pela mudança da sociedade. E a classe trabalhadora é a única força social que pode cumprir esta tarefa. É a revolução socialista que vai criar as verdadeiras condições para se desenvolver um processo cultural e sexual inteiramente aberto, livre de repressões.”

O Recuo do Movimento Crises e Saídas

Entre 1980 e 1981, o movimento realizou outras atividades, mas sem o impacto das anteriores. As agressões continuavam: contra as lésbicas em seus espaços; ameaças às revistas que veiculavam abertamente matérias sobre o relacionamento homossexual o próprio

Lampião da Esquina enfrentou problemas, encerrando suas atividades em junho de 1981. O movimento entrava em refluxo.

Muitas foram às questões sem respostas e as escolhas exigiram compromissos políticos. Os enfrentamentos ideológicos e as perseguições de caráter repressivo e moralista desorganizaram internamente os grupos. Ainda assim, realizaram nos dias 14 e 15 de abril de 1981 o 1º Encontro Paulista de Grupos Homossexuais Organizados, uma semana depois do 1º Encontro dos Grupos Homossexuais Organizados do Nordeste, no Recife. Os maiores e mais organizados procuraram estabelecer-se em sedes, desenvolver atividades culturais, manter a divulgação e buscar participação pública em eventos de caráter acadêmico, como a reunião anual da SBPC. Nesse evento, o Grupo Gay da Bahia liderou um abaixo-assinado contra o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde, que definia o homossexualismo como “desvio e transtorno sexual”.

Os partidos (re)organizavam-se, conclamando os movimentos sociais, que nos anos anteriores se haviam mobilizado pelo restabelecimento da democracia no país. A adoção das bandeiras dos movimentos sociais pelos partidos políticos deu-se com a adesão de seus militantes a um programa político que propunha modificações profundas na sociedade brasileira, de modo que para uma parcela dos militantes homossexuais, a alternativa estava disponível:

“(...) Três anos depois do início do Movimento, os grupos ainda pareciam estar num processo de perplexidade quanto aos rumos de atuação. Não chegaram a um acordo sobre o II Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais, (...), mal deram resposta à onda de repressão às lésbicas que ocorria em São Paulo, em 1980. Essa

inatividade seria reflexo, principalmente, das diferenças ideológicas. Mas não significou, absolutamente, a estagnação. (...) Às vésperas do 1.º de maio deste ano, formou-se o grupo de militantes homossexuais construindo o PT Partido dos Trabalhadores, que além de ter participado no Dia do Trabalhador, no ABC, tem uma proposta de levar a discussão do homossexualismo à classe trabalhadora (...). Esse projeto de trabalho dentro de um partido político, proposto por militantes de vários grupos homossexuais, poderá abrir um novo espaço de atuação para os homossexuais, num terreno privilegiado, por tratar-se de um partido de trabalhadores único setor social cujos interesses coincidem com a necessidade de transformação radical da sociedade, caminho da libertação definitiva do homossexual."

O Impacto da AIDS sobre o Movimento Homossexual

"Você sabe qual é a diferença entre AIDS e o amor? A AIDS dura para sempre."

Essa pichação nos muros da cidade de San Francisco, reduto dos homossexuais americanos, era um insólito aviso de que o pânico e a ironia estabeleciam-se: a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS), fez de início entre os homossexuais suas maiores vítimas:

"Uma nova síndrome de imunodepressão é reconhecida em Nova Iorque, quando jovens do grupo de homossexuais apresentaram uma epidemia de sarcoma de Kaposi em 1981. Após dois anos, em 1983, foi identificado o agente infeccioso - o HIV,

por Barre-Sinoussi, no laboratório de Jean Montagnier. Iniciou-se assim a história de uma epidemia, causada por doença infecciosa das mais destrutivas do sistema imunitário reconhecida até hoje, e que leva as vítimas à morte. Segundo J. Mann, da Harvard School of Public Health, esta epidemia produz mudanças sociais, trazendo em destaque a discussão do valor do homem, o combate à desigualdade feminina e masculina. Com a crise econômica de 1991, agravando o problema do crescimento das minorias pobres, aumenta a incidência da doença através dos desadaptados e desalojados, com aumento de distribuição de drogas que segue a expansão da prostituição masculina e feminina."

Iniciou-se assim a história de uma epidemia, causada por doença infecciosa das mais destrutivas do sistema imunitário reconhecida até hoje, e que leva as vítimas à morte.

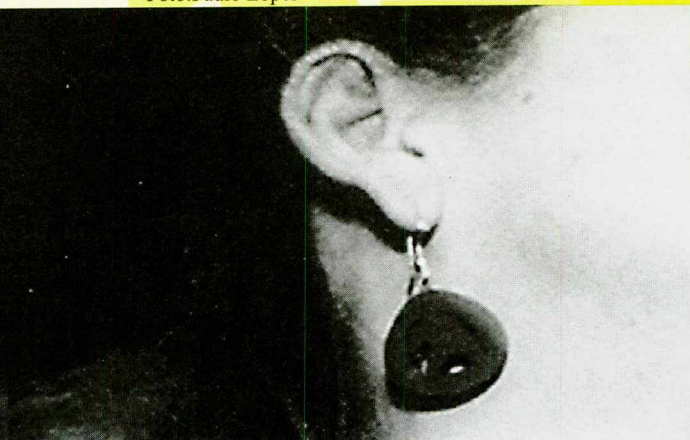
Durante os anos que se seguiram, a imprensa explorou a falta de vereditos, sobre a síndrome. As descobertas médico-científicas sobre a doença caminharam mais devagar do que a síndrome, e esta alastrou-se. Mal acabara de o Conselho Federal de Medicina abolir, em 1985, a categoria de "desvio e transtornos sexuais" do homossexualismo, lê-se em inúmeras matérias jornalísticas as preocupações com o assédio moralizante que a desinformação sobre a síndrome acarretou. A comunidade homossexual voltou a ser o centro da questão não o vírus, mas os homossexuais. Instalou-se uma espécie de caça às bruxas: "peste rosa", "peste gay", "câncer gay", entre outras, eram as referências apelidos jocosos ao que se considerou "o mal dos

anos 80". Os pontos de encontro, bares, e outros estabelecimento perderam freguesia, fecharam ou mudaram de ramo. O movimento homossexual, perplexo, fechou-se em si mesmo.

O dramaturgo americano Larry Kramer, autor da primeira peça sobre a Aids, *Normal Heart*, disse à imprensa brasileira:

"Os gays norte-americanos foram atingidos pela epidemia de Aids no momento em que a luta por seus direitos estava quase sendo vencida. Hoje, depois de quinze anos de luta a comunidade gay parece encontrar-se política e moralmente no mesmo ponto em que estava antes de Stonewall."

Foto: Paulo Lopes



Enfraquecido pelas divergências que se sucederam nos primeiros anos da década de 80, o movimento surpreendeu-se com o advento da AIDS, desarticulou-se, porém não desapareceu. Alguns grupos continuam com atividades mais locais, porém não menos importantes é o caso do Grupo Gay da Bahia; outros grupos nasceram nesse período, como o Triângulo Rosa RJ, (1985-1988). Esse grupo, diferentemente dos demais, ocupou-se do aspecto jurídico em relação à orientação sexual, buscando esclarecer parlamentares e a própria opinião pública da necessidade de alterar o texto da carta constituinte sobre

os direitos fundamentais da pessoa. Ao final da década de 80 e começo dos anos 90 os grupos homossexuais retomam fôlego, agora, visceralmente ligados ao trabalho de apoio e solidariedade às vítimas da AIDS, às campanhas de esclarecimento e divulgação.

O GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE

Fundado em 1981 por Wellington Andrade, o Grupo Dialogay de Sergipe é, depois do GGB, o mais antigo grupo homossexual em funcionamento no país, pioneiro na prevenção da Aids em Sergipe e responsável por importantes vitórias em favor da cidadania dos gays e lésbicas foi em Aracaju onde se inaugurou a primeira rua do mundo intitulada "28 de Junho", em homenagem ao Dia Internacional do Orgulho Gay, e logo depois em Salvador, por iniciativa do militante Huides Cunha.

O Grupo DIALOGAY é uma entidade sem fins lucrativos, não-governamental, que promove os Direitos e a Dignidade dos Gays e Lésbicas, atua na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis junto à população de rua: gays, travestis e trabalhadoras do sexo. Por seus trabalhos na área dos direitos humanos e no campo da AIDS, foi reconhecido de Utilidade Pública Municipal e Estadual. Tem por finalidades:

- a) organizar, sem qualquer forma de discriminação, o maior número de pessoas interessadas em defender a liberdade de orientação sexual, especificadamente a homossexual;
 - b) promoção da assistência social;
 - c) promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio e artístico;
 - d) promoção gratuita da educação.
- Observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;

d) promoção gratuita da educação. Observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;

e) promoção gratuita de saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei;

f) promoção da segurança alimentar e nutricional;

g) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

h) promoção do voluntariado;

i) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

j) experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

k) promoção dos direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

l) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

m) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas.

O Grupo Dialogay está organizado administrativamente pela sua Assembléia

Geral, órgão soberano da instituição, composta por todos os sócios do movimento a maioria do sexo masculino. Sua Diretoria Executiva é constituída pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e o Conselho Fiscal com 3 membros, que examina o desempenho financeiro e contábil da instituição.

O funcionamento da entidade é orientado pelas normativas do Regimento Interno, decididas em assembléia geral, e pelas ordens executivas, emitidas pela diretoria que disciplina o funcionamento

interno. Para dinamizar as atividades, algumas coordenações específicas foram implantadas, como a de direitos humanos, saúde e higiene, auto-estima, gays, lésbicas, travestis, transgêneros, garotos e garotas de programa, promoção social, cultura, ciência e tecnologia e a coordenação de elaboração de projetos. Possuem cronogramas de funcionamento, atividades específicas e indivíduos responsáveis por suas respectivas funções, além de avaliadores.

Seus recursos financeiros provêm substancialmente de projetos financiados pelo Ministério da Saúde e pela UNESCO, voltados para a intervenção comportamental junto aos garotos e garotas de programa e homossexuais da grande Aracaju, além do projeto de fortalecimento institucional, que visa a expansão das suas atividades nas cinco principais cidades do estado de Sergipe (Lagarto, Estância, Propiá, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória, esta localizada na região semi-árida).

Declaração de Princípios

O Grupo DIALOGAY de Sergipe promove e luta para assegurar igualdade de direitos humanos, a saúde e o bem-estar de Gays, Lésbicas, Travestis e Bissexuais, suas famílias e amigos, através do apoio educacional, jurídico e social para lidar com uma sociedade adversa; educação para esclarecer um público mal-informado sobre sua condição social, e apoio jurídico no combate à discriminação, oferecendo espaço e oportunidades de diálogo e atuando no sentido de criar uma sociedade mais justa, saudável e respeitosa para com a diversidade humana.

O Grupo tem como objetivo dar informações sobre saúde, direitos e cidadania, dicas de renda alternativa, educação, dignidade humana dos gays,

lésbicas e travestis, pois o Dialogay acredita que *“Sem cidadania, não há prevenção.”*

Nos últimos vinte anos, o Dialogay buscou a união dos homossexuais, objetivando minorar o preconceito. A idéia nasceu na Bahia, por intermédio do professor Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia. Para Wellington Andrade, presidente e fundador do Grupo em Sergipe, *“O Dialogay é a maior entidade gay do Brasil”*. Quando fundado, o Grupo não tinha mais do que 13 componentes e atualmente cerca de 100 pessoas freqüentam o Grupo, objetivando obter informações sobre as DST's, adquirir preservativos, participar de palestras, cursos, reuniões e debates sobre a questão homossexual e, principalmente, defender a dignidade e o respeito da orientação sexual do ser humano.

Destaca como conquistas à participação ativa pela eliminação do código 302.0 do INSS, que rotulava o homossexual como uma pessoa anormal, com problemas psíquicos, uma vitória dos grupos gays do Brasil. Outra conquista foi a inclusão do atendimento dos homossexuais na delegacia da mulher, quando agredidos nos seus direitos de cidadão.

Atualmente, o movimento acompanha com seriedade a proposta de união civil entre pessoas do mesmo sexo, seus aspectos positivos e negativos, reconhecendo que esta lei visa a proteção dos direitos de propriedade e sucessão, igualando aos mesmos direitos da união heterossexual. Outra bandeira do movimento é a eliminação da portaria do Ministério da Saúde que considera os homossexuais como pertencentes a grupos de risco e cujo sangue é inadequado para doação nos bancos de sangue, pelo risco de contaminação por DSTs e AIDS. Os homossexuais ainda reivindicam o direito de visita íntima aos homossexuais presos

pelo seu companheiro e o fim do preconceito contra os homossexuais que pretendem seguir carreira militar.

A Homofobia Intolerância e Ódio à Homossexualidade

O Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP recebeu, na segunda metade da década de 80, diversas coleções de grupos militantes do movimento homossexual brasileiro, basicamente dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esses grupos haviam encerrado suas atividades por diversos motivos.

O acervo existente hoje neste arquivo demonstra como o movimento homossexual cresceu historicamente e a construção de parcerias com os demais movimentos populares em várias reivindicações sociais.

A partir destes documentos podemos verificar que a luta homossexual sustentou-se em três pilares: identidade, sexualidade e cidadania. Erguer a auto-estima para afirmar a identidade, lutar pelo direito ao livre exercício das escolhas sexuais individuais e construir sua autonomia como movimento, foram as bandeiras de luta num legítimo exercício de cidadania.

Este material demonstra o fortalecimento de homens e mulheres dos vários grupos homossexuais nas atividades mobilizatórias e educativas, no sentido de reconhecer direitos legítimos a qualquer pessoa, discussões sobre o sentido de palavras como “bicha” e “lésbica”, criando naturalidade à expressão “ser homossexual”.

Não menos difícil do que assumir positivamente a identidade foi a imediata necessidade de lutar contra a violência, partisse ela do Estado, da ação policial, da esquerda organizada ou da sociedade em

geral, através do escândalo ou do preconceito que estimulava o isolamento em gueto. A identidade era fundamental para enfrentar lutas maiores, e a militância política dentro do movimento homossexual fortaleceu-se numa vasta rede de informações e solidariedade, ampliou a divulgação da causa, inclusive conduzindo a imprensa a tratar o assunto de forma diferente.

Apesar do fabuloso registro histórico e das lutas travadas pelos homossexuais, estas não foram capazes

ainda de eliminar a violência praticada contra os mesmos. Mais de 1.500 homossexuais masculinos e 50 do sexo feminino foram cruelmente executados entre 1980 e 1984, segundo dados do GGB. O Brasil é o país do mundo onde ocorre o maior número de homicídios de homossexuais impunemente, além das agressões verbais, físicas, demissões e expulsão de casa pelos pais, entre outras atitudes violentas e excludentes. Os travestis são o alvo mais visado pelos agressores, em geral vítimas de roubo, perseguições e agressões. A maioria das vítimas são homossexuais masculinos (71%), mortos dentro de suas próprias casas (46% dos casos), por garotos de programa (84% dos assassinos). 23% dos assassinados são travestis e lésbicas, chegam a 6% dos casos. São mortos com tiros, perfurações, estrangulamento e diversos tipos de tortura: tesourada, espancamento, até castração. Apesar disso, é comum o acusado ser absolvido na Justiça, alegando que matou em legítima defesa da honra.

Para o Dialogay, em Sergipe o quadro não é diferente. Foram quase três mil agressões contra mulheres registradas na Delegacia Especial da Mulher em Aracaju, em 1998, 71 homossexuais barbaramente assassinados no período de 1983-2000, vítimas da homofobia.

Preocupado com o alarmante índice de violência contra homossexuais no estado uma agressão por semana somente em Aracaju, o Dialogay e a Secretaria de Segurança Pública elaboraram uma cartilha explicativa, direcionada aos homossexuais, contendo 21 dicas de como evitar ser assassinado. O objetivo é reduzir o número de homicídios envolvendo esse segmento da população no estado.

Considerações acerca dos movimentos de cidadania homoerótica

O atual movimento de cidadania homoerótica, em um país predominantemente tomado pelo preconceito irracional contra as minorias sexuais, busca garantir direitos a cidadãos em prol de uma igualdade face à maioria da população.

Foto: Paulo Lopes



Assim, nos últimos anos, ocorreu em todo o mundo um aumento das políticas públicas e de cidadania dos movimentos homossexuais na luta por direitos e na afirmação de uma identidade. A legalização da união civil entre pessoas do mesmo sexo em diversos países tais como a Dinamarca, Noruega, Suécia e Holanda, e bem mais recentemente na França, é um exemplo vivo. Aqui no Brasil, o Projeto de União Civil, da Deputada Marta Suplicy, ainda

aguarda para entrar em votação no Congresso Nacional, tornando-se "uma pedra no sapato" para a ala mais conservadora do Congresso, bem como para a Igreja Católica.

As Teorias sobre a Sexualidade

De acordo com Michel Foucault (1926-1984), a sexualidade é um conceito recente, pertencente às sociedades modernas, assim como os movimentos sociais de minorias. Os "movimentos ditos de 'liberação sexual' devem ser compreendidos como movimentos de afirmação 'a partir' da sexualidade. Isto quer dizer duas coisas: são movimentos que partem da sexualidade, do dispositivo de sexualidade no interior do qual nós estamos presos, que fazem com que ele funcione até seu limite; mas, ao mesmo tempo, eles se deslocam em relação a ele, se livram dele e o ultrapassam".

Para o psicanalista Jurandir Freire Costa, autor de "A Inocência e o Vício" e "A Face o Verso", aceitar a idéia de uma identidade homossexual seria apoiar a noção de que existe alguma diferença fundamental e essencial que faria de pessoas com determinadas características desejantes, seres de alguma forma afastados do resto dos mortais.

Sustentando-se nessa idéia, Graciela Haydée pontuará que "os movimentos atuais de afirmação homossexual têm considerado a necessidade da existência de modelos positivos de identificação sem que isto se apoie na idéia de uma essência última universal e permanente que os justifique. A 'identidade homossexual' é tão culturalmente construída, e talvez tão sintomática, como as identidades masculina e feminina e é por aí que devem ser pensadas".

O que existe de importante nos movimentos da conquista de direitos e de cidadania homossexuais, segundo Foucault, *"não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes a esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos da sexualidade"*.

Ele afirma, tomando como referência o exemplo dos movimentos homossexuais americanos do final da década de 60, início da década de 70, que estes partiram do mesmo desafio que os movimentos feministas, ou seja, *"eles começaram a procurar formas novas de comunidade, de coexistência, de prazer. Mas, diferentemente das mulheres, a fixação dos homossexuais à especificidade sexual é muito mais forte, eles reduzem tudo a sexo. (...) Eles continuam muito presos à reivindicação dos direitos de sua sexualidade, à dimensão do sexológico. Mas isso é normal, pois a homossexualidade é uma prática sexual que, enquanto tal, é combatida, barrada, desqualificada"*, sobretudo após o advento da Aids, muito embora a maioria desses preconceitos tenham sido derrubados. Em um outro momento, o próprio Foucault afirma que *"não haverá civilização enquanto o casamento entre homens (e entre mulheres) não for admitido"*.

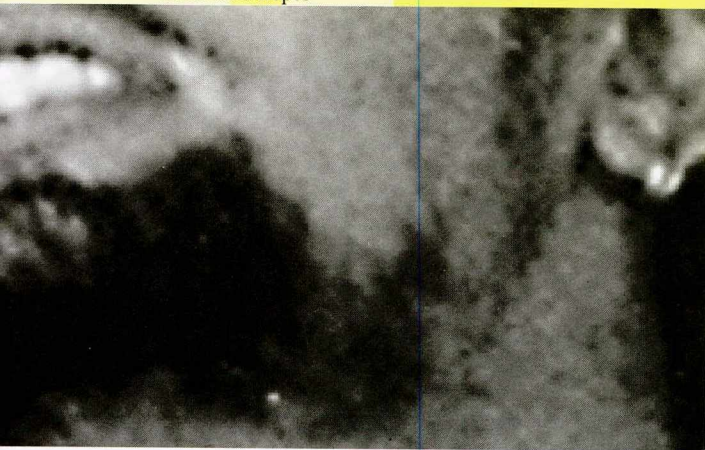
Andrew Sullivan, autor de "Praticamente Normal", conclui que para que se conquiste este universo, nem tão utópico assim, seria necessário apenas que a Igreja admitisse a união entre pessoas do mesmo sexo e que as forças armadas, como um todo, admitissem abertamente no seu quadro a presença de homens e mulheres homossexuais. Feito isto, segundo o autor, 90% das políticas públicas de cidadania homoerótica estariam cumpridas.

Visto por este prisma, Jurandir Freire contra-argumentaria:

"buscar a identidade do sujeito ou de valores morais no que é perene é uma tarefa fútil. (...) a história mostrou que inúmeros candidatos ao papel fundacional não resistiram ao teste do tempo. Ou perderam completamente a plausibilidade intelectual ou retraíram-se e converteram-se em crenças opcionais, de grupo ou pessoas".

Por fim, uma palavra do filósofo norte-americano Richard Rorty:

Foto: Paulo Lopes



"se somos membros de um grupo oprimido, temos uma identidade como membro de um grupo oprimido. Creio que na questão da política de identidade há sempre uma divisão entre essencialistas e antiessencialistas. Os essencialistas querem dar definições; os antiessencialistas dizem: Não! O problema é muito mais complexo para que se possa definir, trata-se de um jogo infinito de diferenças".

Conceitos e Definições

"Heterossexual" refere-se as pessoas cujos sentimentos sexuais e românticos são direcionados ao sexo oposto: homens que se sentem atraídos por mulheres e mulheres que se sentem atraídas por homens.

"Bissexual" refere-se as pessoas cujos sentimentos sexuais e românticos são dirigidos a pessoas de ambos os sexos.

"Homossexual" "gay" ou "lésbica" são pessoas cujos sentimentos sexuais e românticos são direcionados para o mesmo sexo: homens que se sentem atraídos por homens e mulheres que se sentem atraídas por mulheres.

Para o Movimento Homossexual, ser GAY, LÉSBICA ou BISSEXUAL é uma maneira normal e saudável de viver. É uma parte a mais do que eu e você somos como ser alto ou baixo, branco ou negro, baiano, carioca ou paulistano.

"Descobrir quem você é leva tempo. É normal você estar confuso, é natural você não ter certeza se é ou não homossexual. Não há por que ter pressa: tudo bem se você demorar para descobrir qual o caminho que lhe trará maior felicidade.

Você não está sozinho. Neste exato momento, dezenas de milhares de jovens adolescentes estão tentando descobrir se eles são os únicos, todos tentando encontrar alguém para conversar sobre isso. Milhões de homens e mulheres no mundo inteiro já passaram por este caminho."

Na Lei, Todos têm direitos e deveres: à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, de acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal, sem distinção de qualquer natureza, mesmo porque *"todos os homens nascem livres e iguais em direitos e as distinções sociais não podem fundar-se senão na utilidade comum"*, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em cartilha elaborada para orientar este público, recomenda-se:

1) *"Nunca sinta-se inferior a ninguém. Ser homossexual não é crime. A Constituição*

Federal proíbe qualquer tipo de discriminação. Se alguém lhe humilhar, discriminar ou agredir por ser gay, evite demonstrar passivamente, medo e submissão. Não faça nada forçado.

2) Evite levar desconhecidos para dentro de sua casa ou apartamento: a maioria dos gays assassinados foram executados no próprio quarto de sua residência. Prefira transar em hotel ou motel. Ao chegar ao hotel/ motel exija que o parceiro deixe sua identificação (documento) na recepção e avise ao porteiro que vocês vão sair juntos e não separados, nem um na frente e o outro atrás. Se sofrer alguma ameaça, grite **SOCORRO!**

3) Se levar alguém para sua residência, tranque a porta e esconda a chave. Nunca deixe armas, facas e objetos cortantes e perigosos à vista. O dono do seu Lar é você, não o visitante. Se você se sentir inseguro, diga que você não é dono desta moradia e que seu irmão policial já vai chegar e por isso é melhor ir embora e deixar a transa para depois (futuro).

4) Nunca humilhe o parceiro querendo parecer mais do que é ou exibindo símbolos de riqueza, jóias, cartões de crédito, etc., muitas vezes, a ocasião é que faz o ladrão e inúmeros destes assassinatos foram latrocínios, o bofe matou o gay para roubar, muitos michês e travestis pobres vivem na marginalidade: **CUIDADO!**

5) Seja bem cuidado na escolha de suas transas. Prefira pessoas já conhecidas de seus amigos. Evite fantasias suicidas do tipo levar 02 (dois) caras para dentro de sua residência, transar com marginal ou com machões violentos. Quem vê cara não vê coração, mas a experiência ensina a desconfiar de tipos ameaçadores.

6) Cuidado com as bebidas oferecidas por um paquera desconhecido, pois podem conter soníferos. Nunca acompanhe um desconhecido, se você bebeu demais e está fora de seu autocontrole. É muito perigoso

dormir depois da transa junto com quem você mal conhece. Se o cara demorou muito em se excitar, **ATENÇÃO!** Ele pode ser assaltante disfarçado de bofe ou então estar planejando o ataque!

7) Se estiver com um michê, (garoto de programa), acerte todos os detalhes antes da transa; preferências eróticas, duração, preço. Esclareça, por exemplo: se ele faz tudo, se transa com camisinha, se é passivo ou ativo, ou faz tudo, se está a fim de grana ou não. Não prometa o que não pode dar, pois promessa é dívida, evite qualquer atropelo, e às vezes, infelizmente, é a bicha caloteira que provoca a violência do bofe.

8) Nunca esconda que é homossexual! Gay assumido não teme nem chantagem, nem extorsão. Não exija também que o parceiro se assuma gay, pois tem muitos michês (garotos de programa) e bofes que são bissexuais, praticando apenas casualmente homoerotismo. Não tenha medo de se assumir. “**É LEGAL SER HOMOSSEXUAL!**”! “A constituição está do nosso lado”!

9) Mantenha boas relações da vizinhança! Em momentos de perigo, os moradores do lado poderão salvar sua VIDA. Não ignore nem esnobe, portanto, seus vizinhos. Não abra mão de sua identidade homossexual! Mas evite provocar escândalos onde mora. Se eles o discriminam, tente conquistar sua simpatia, demonstrando por sua educação, inteligência e gentileza que você é **GENTE DE BEM.**

10) Se você for humilhado, agredido, roubado, procure imediatamente a polícia. Faça Boletim de Ocorrência, peça exame de corpo e delito e denuncie o caso ao Grupo Homossexual de sua cidade ou às Entidades de Defesa dos Direitos Humanos. Quem cala, consente! **O GRITO E A DENÚNCIA SÃO AS ARMAS DOS OPRIMIDOS. ENTRE NESSA LUTA!**

11) Sempre negocie o uso do preservativo.

12) Negocie o preço antes de fazer qualquer

programa sexual, e nunca cobre mais ou altere o preço.

13) Nunca fique sozinho(a) no ponto, procure ficar com uma amiga. Quando a amiga sai de carro, a outra sempre deve anotar o número da placa do carro.

14) Sempre conte para onde está indo com o freguês.

15) Sempre que estiver demorando muito com o cliente, que a amiga vá atrás para saber o que está acontecendo.

16) Evite roubar o cliente.

17) Não faça sexo em terreno baldio, ou dentro do seu carro. Procure agências, saunas ou hotéis de momento.

18) Não discuta com o cliente no quarto, após a relação sexual, converse sobre outros temas, bem como: cinema, futebol, política, novela, programas de tv, dentre outros.

19) Não exponha os órgãos sexuais nas ruas, pois é crime.

20) Nunca tranque a porta do quarto. Sua vida é mais importante, proteja-se”.

FONTES CONSULTADAS

- 01.Arquivo Edgar Leuenroth História do Movimento Homossexual. Unicamp, Campinas-SP
- 02.Grupo Dialogay de Sergipe - Arquivo da Entidade
- 03.Grupo Gay da Bahia A Homofobia. Prof. Luiz Mott. GGB. Salvador/BA
- 04.Jornal Cinform. Aracaju/SE
- 05.Jornal da Cidade. Aracaju/SE
- 06.Jornal Gazeta de Sergipe. Aracaju/SE
- 07.Jornal O Lampião. Rio de Janeiro/RJ
- 08.Jornal KRION.Grupo Dialogay de Sergipe
- 09.Informativo A BORBOLETA. Grupo Dialogay de Sergipe.

DEPOIMENTOS FONOGRAFICOS

- 01.Thiago Lima (ASTRA)
- 02.Gilvan Rosa (Sec. Municipal da Saúde)
- 03.José Aragão (Comerciante)
- 04.Andrey Roosevelt (Dialogay)

CEAPA: Unificando as Lutas dos Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas

Geuzomar Soares Ferreira

Segundo o Plano Plurianual do Estado de Alagoas 2000 a 2003, o Estado possui 27.933 km², o que corresponde a menos de 0,5% da área do Brasil e a cerca de 1,8% da região Nordeste. É privilegiado em termos de dotação de recursos naturais. A área do polígono das secas, apesar de alcançar cerca 52% do Estado e 35% de sua população, é uma das menores da região.

A população de Alagoas vem, ao longo de quase 30 anos, apresentando redução nas taxas de crescimento, embora que, em números absolutos, tenha experimentado um aumento em mais de uma vez e meia de 1.588.109 habitantes, em 1970, para 2.633.251 habitantes, em 1996. A evolução das taxas geométricas de crescimento populacional das áreas urbana e rural não segue o mesmo comportamento quando se considera a população total, pois a população urbana experimentou um acréscimo de 2,36% (1991/96), enquanto a rural um decréscimo de 1,22%. Isso revela a rápida e intensa urbanização que vem ocorrendo, com reflexos em necessidades crescentes de infraestrutura urbano-social, particularmente para a população de Maceió.

A queda da população rural vem sendo provocada, em grande parte, pela crise do complexo sucroalcooleiro com o fechamento de 5 usinas e outros setores produtivos, que não conseguem absorver toda a mão-de-obra disponível no campo, gerando desemprego e subemprego. Maceió se vê numa favelização crescente em sua periferia.

Os indicadores de educação, saúde, condições de moradia, longevidade e renda per capita põem Alagoas em situação desfavorável no contexto nordestino. A evasão escolar na rede pública estadual é algo em torno de 45%, da pré-escola ao segundo grau. Parte desse contingente interrompe os estudos para ingressar no mercado de trabalho e compor a

renda familiar. Despreparo de professores, a inexistência de programas para corrigir e prevenir a repetência e a evasão e o dimensionamento precário de prédios e instalações escolares se constituem os principais entraves para um salto de qualidade na educação de Alagoas.

Os condicionantes que influem para os baixos padrões de saúde da população estão correlacionados com a crise econômica e com políticas públicas federais voltadas para o setor. Estatísticas atuais apontam um coeficiente de mortalidade infantil de 71 óbitos/1000 nascidos vivos. As estruturas de atendimento (estabelecimentos, equipamentos, recursos humanos) não atendem às reais necessidades da população e o saneamento básico é precário 63% da população consome água tratada e apenas 7,3% têm acesso a sistema de esgotos, contribuindo para disseminar doenças infecto-contagiosas.

Famílias indigentes ultrapassam 40%, proporcionando o ingresso de crianças e adolescentes nas ruas cada vez mais precocemente e o trabalho infanto-juvenil é caracterizado por uma extensa jornada de trabalho. O Estado, apesar de suas potencialidades econômicas indústria sucroálcool-química, gás natural, turismo, cultura do fumo, bacia leiteira e agricultura irrigada, não tem promovido uma maior absorção de renda por parte de sua mão-de-obra. As dificuldades da economia estadual nos últimos anos e a crise da cultura canavieira têm gerado um crescente êxodo rural-urbano e favorecido o aumento do setor informal. (do Plano Plurianual do Estado de Alagoas 2000/2003)

Além da alegada crise no setor canavieiro, desde o início da década passada, Alagoas enfrenta dificuldades com as outras culturas agrícolas produzidas no Estado, pois

todas sofreram queda na produção, exceto a criação de gado bovino de corte e a produção de hortaliças folhosas, que tiveram um considerável crescimento. A primeira como estratégia dos latifundiários para ocupar as imensas áreas de terra que, tornadas improdutivas pelo refluxo no plantio de cana-de-açúcar, passaram a ser alvo dos trabalhadores rurais sem terra. A segunda surgiu como alternativa dos agricultores familiares do Agreste para substituir a cultura do fumo que, há mais de uma década, enfrenta uma profunda crise.

Origem e Contexto Histórico

A CEAPA - Central Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas, foi fundada em 1992, com a participação de apenas 8 associações. Sua origem está, umbilicalmente, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra MST, pois 5 das associações fundadoras eram de assentados e 3 de pequenos agricultores de comunidades tradicionais, uma delas de posseiros que estavam em luta pela terra. Outra havia sido fundada, naquele mesmo ano, por um dos ex-coordenadores estaduais do MST na comunidade rural onde morava. Geograficamente, essas associações encontravam-se bem distantes, pois 5 delas estavam sediadas no alto sertão e as outras 3 na zona da mata, praticamente no outro extremo do Estado. Hoje, conta com um quadro de 175 associações filiadas, de todas as microrregiões geográficas do Estado de Alagoas.

Para entender melhor sua origem, seu rápido crescimento e o importante papel que desempenha, é necessário voltar um pouco mais no tempo e buscar seus antecedentes históricos.

Recuperando a história

Na década de 80, a Igreja Católica realizou, no alto sertão de Alagoas, um importante trabalho pastoral baseado na Teologia da Libertação. Como resultado deste trabalho, surgiram vários grupos de reflexão e

ação, principalmente nas comunidades rurais. Identificados com o ideário da recém-fundada Central Única dos Trabalhadores CUT, as lideranças deste movimento (padres, freiras, leigos) incentivaram, também, a formação de grupos de oposição sindical com o objetivo de disputar as diretorias dos sindicatos, principalmente de trabalhadores rurais, e implantar o então chamado Novo Sindicalismo. Alguns destes grupos foram bem sucedidos. Entre eles, os de Inhapi e Delmiro Gouveia. Já articulados com a CUT, além da Pastoral da Terra e outros movimentos ligados à Igreja Católica, os novos diretores destes sindicatos encontraram o Movimento dos Sem Terra, naquela época, em expansão, buscando se firmar em cada Estado do Brasil para configurar seu caráter nacional. Foi através da articulação entre diretores daqueles dois sindicatos, e de outras lideranças dos mesmos municípios, que o Movimento dos Sem Terra se organizou em Alagoas, entre os anos de 1987 e 1988. No início desse último ano, com apoio da Igreja e de outras entidades, o MST fincou bandeira em solo alagoano, ocupando a Fazenda Pebá, no município de Delmiro Gouveia.

Na década de 80, a Igreja Católica realizou, no alto sertão de Alagoas, um importante trabalho pastoral baseado na Teologia da Libertação.

Para estabelecer-se em uma região mais propícia a sua expansão, em outubro daquele mesmo ano, o Movimento instalou-se no agreste, transferindo para Arapiraca a sua Secretaria Estadual. Em janeiro de 1989, aconteceu a ocupação da Fazenda Laje, no município de Taquarana, e apesar de terem sido despejados, os trabalhadores conseguiram duas áreas de terra, a Fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia, onde a CEAPA foi fundada, e a Fazenda Boa Vista, em Jacuípe, situada na Zona da Mata, no outro extremo do Estado. A partir de então, o Movimento foi incorporando novas lideranças e deslocando suas ações para a Zona da Mata, onde a crise do setor canavieiro vinha

provocando o abandono de muitas fazendas e desempregando muitos trabalhadores. Depois de algumas ocupações seguidas de despejo, o Movimento conquistou mais dois pequenos assentamentos, no município de Flexeiras.

Em 1991, devido aos questionamentos que fazia a algumas práticas e posicionamentos da Coordenação Nacional, a Coordenação Estadual do MST foi suspensa e proibida de falar em nome do Movimento por um ano. Indignados com tal atitude, os militantes de Alagoas resolveram rachar de uma vez com MST. Mas como tinham diante de si uma responsabilidade para com os trabalhadores recentemente assentados, aquele grupo de militantes entendeu que era necessário criar uma organização que articulasse a luta pela consolidação dos assentamentos, através do crédito, da capacitação, da infra-estrutura, da produção e comercialização, bem como da organização social. Ao iniciar as discussões, no entanto, o grupo percebeu que aqueles 5 assentamentos, dos quais quatro eram compostos com menos de 20 famílias, não teriam muito poder. Existiam outros assentamentos, conquistados por outras formas de luta (ou até sem muita luta!), que poderiam ser incorporados, mas passavam pouco mais de 10. A estratégia adotada, então, foi fundar uma entidade que pudesse articular os assentamentos com as comunidades rurais tradicionais. E assim surgiu a Central Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agricultores de Alagoas CEAPA.

É importante considerar que, paralelamente ao que foi exposto, ocorreu, nas décadas de 80 e 90, sucessiva fundação de inúmeras associações rurais, estimuladas, em sua maioria, pelos programas governamentais assistencialistas e orientadas, inicialmente, pela extinta EMATER/AL Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Alagoas. No início década de 90, começaram a surgir algumas associações mais voltadas para a melhoria da produção, estimuladas pelas novas linhas de crédito, criadas exatamente com esse objetivo e operacionalizadas, principalmente, pelo Banco do Nordeste.

E foi neste campo que a CEAPA foi buscar a base para a sua consolidação como

entidade representativa dos pequenos agricultores de Alagoas, fossem eles assentados ou não.

1. FORMATO ORGANIZACIONAL E GESTÃO

A CEAPA surgiu com o objetivo de unificar as lutas em torno de causas comuns, como a comercialização, o crédito, a infra-estrutura, etc. (Doc.30:01).

Apesar de sua busca por uma estrutura mais democrática, tem, ainda, uma estrutura tradicional, pois, segundo seus Estatutos, os órgãos constitutivos são: "I Assembléia Geral; II Diretoria Executiva; III Conselho Fiscal; IV Conselho de Representantes" (Doc.01:01). Este Conselho último foi o primeiro instrumento criado para descentralizar as decisões, sem ter que convocar a Assembléia constantemente. Mas, apesar de ainda constar nos documentos, na prática ele não funciona mais, de acordo com depoimento do próprio Presidente da entidade, quando afirma que "*no começo da CEAPA, você reunia dez ou doze associações para tomar decisão maior, no conselho. Tinha a direção estadual, composto por diretoria executiva, mais o suplente. E quando tinha que tomar uma decisão maiorzinha, você convocava o conselho de representante, que era o presidente de cada associação. E daí, dava um grupo de quinze pessoas ou vinte pessoas... Hoje não funciona mais. Não funciona, porque se a gente for convidar o presidente de cada associação, aí é um encontro com 180 pessoas. Então, essa forma está ultrapassada.*" (Entrevista com Genivaldo). Também para descentralizar suas ações, foram criados Núcleos Regionais (Doc.08:07) dirigidos por uma Coordenação Regional (Doc.17:02).

Estrutura

Para atender uma base de 175 associações filiadas (Doc.27:02), a CEAPA tem um automóvel e uma sede própria, localizada em Maceió, onde, além do escritório, funciona

um alojamento destinado aos diretores e pessoas das associações, de passagem por Maceió (Doc.15:03). Conta, ainda, com um quadro de 12 funcionários, 8 dedicados apenas à prestação de serviços de assistência técnica (Doc.30:04;05). Há 3 diretores liberados e outros que recebem diárias por serviços prestados (Doc.20:02). Essa estrutura, aparentemente grande, no entanto, não é suficiente. Segundo Zezé, educadora para questão de gênero, *“a dificuldade maior que a gente tem é de acompanhar, fazer um acompanhamento dessas associações, principalmente as novas, porque a cada tempo existe um número maior de associações filiadas. Só que existe uma dificuldade muito grande pra gente, principalmente na questão dos recursos humanos”* (Entrevista).

Sustentabilidade

O problema de recursos humanos está ligado a um outro fundamental, que é a sustentação financeira. Desde a sua fundação, a CEAPA tem buscado a auto-sustentação, através da contribuição das associações filiadas. O Relatório do 1.º Encontro Estadual já informa a respeito: *“Todo recurso que vier para a associação, se for projeto a fundo perdido, será descontado 7% para a CEAPA; no caso de empréstimo, a associação deixará 2% para a organização; sobre a renda mensal da associação, 20% é endereçado à CEAPA para que a mesma possa prestar serviços às associações”* (Doc.04:03). Essa forma de contribuição, no entanto, parece não ter funcionado, conforme resolução contida no Relatório da Primeira Reunião da Nova Diretoria, realizada em 30/05/98: *“na discussão de captação de recursos, ficou definido que as porcentagens de filiação serão iguais para todas (ou seja, um salário mínimo)”* (Doc.20:01). Infelizmente, não foi possível detectar nos documentos coletados em que momento se deu a modificação a reunião tratava de encaminhamentos do último encontro e se, realmente, havia uma diferenciação entre as associações.

O fato é que essa forma de contribuição é a que permanece até hoje. De acordo com depoimento do seu Presidente, *“até hoje, o*

nosso grande desafio ainda é a manutenção da CEAPA. Primeiro, nós vivemos da agricultura familiar e na pobreza que vive os agricultores... Então, tem se tornado difícil, a questão da sustentabilidade. É o seguinte: cada associação paga um salário mínimo por ano. O grande problema é que a gente... as associações nunca pagam todas. Em média, 40% a 50% das associações não pagam” (Entrevista).

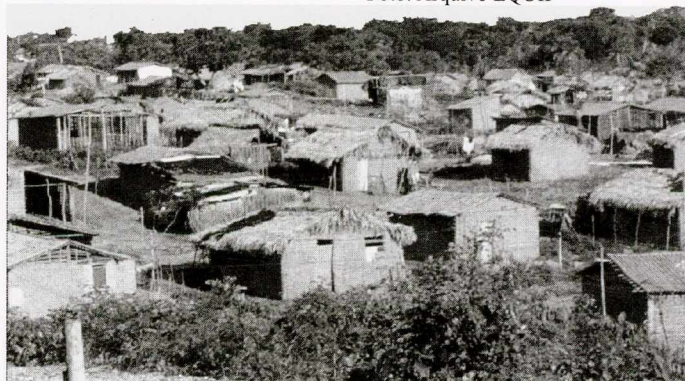
Tendo em vista tais dificuldades, a CEAPA buscou, desde cedo, a captação de recursos junto a instituições financiadoras, principalmente as não-governamentais. Uma agência canadense tem sido a grande parceira, responsável pela manutenção da entidade até hoje, conforme afirmam o Tesoureiro e o Presidente: *“Nós vivemos também de doações que o nosso querido Tomás, do Canadá, faz para a CEAPA e também de alguns convênios que a gente venha a fazer com órgãos estaduais”* (Entrevista com Ernani). *“A nossa sustentação mesmo vem de projeto não-governamental. Até hoje, desde a fundação da CEAPA, uma agência Canadense é que nos mantém vivos”* (Genivaldo). Apesar desta afirmação, um documento enviado a Domingos Corcione, da Equip, demonstra que há uma preocupação em diversificar as fontes de recurso.

Demonstrativo de Contas Demonstração de Transparência

Receita anual:

- Fixa (oriunda da contribuição das associações): R\$26.425,00

Foto: Arquivo EQUIP



- Convênio com a Secretaria Estadual de Educação/Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (pagamento de professores/monitores): R\$13.015,00

- Programa Guarda-chuva verba de subvenção de três mil reais (R\$3.000,00 mensais), num total de R\$ 18.000,00.

Os apoios citados são apoios financeiros atuais. Ao longo de nossa existência, temos contado com outros apoios financeiros em projetos localizados, tais como: CESE, CERIS, BILANCE, CÂRITAS BRASILEIRAS, EMBAIXADAS, FUNDO CANADÁ, CHANGE FOR CHILDREN, MANOS UNIDAS, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, SUDENE..." (DOC. 27:02;03:04).

De acordo com os depoimentos e documentos coletados, percebe-se que há uma preocupação com a transparências no uso desses recursos, pois o acesso ao balanço financeiro não fica restrito ao Conselho Fiscal. Segundo Sandro, da Associação dos Moradores do Povoado Palmeiras dos Negros, Município de Igreja Nova, *"é feita a prestação de contas em público, diante de todas as associações. Porque nas reuniões as associações mandam o seu presidente ou representante e lá é feita a conta da CEAPA. Quem ajudou, quem não ajudou; associação que está pagando a sua mensalidade, que é anual; quem está em dias; quem não está, etc."* (entrevista).

2. ESTRATÉGIAS As Bandeiras de Luta

A CEAPA em seu 1.º Encontro Estadual definiu:

- fim dos impostos sobre a pequena produção de alimentos;
- lutar pelo preço mínimo;
- buscar recursos das Prefeituras para educação;
- alfabetização dentro da área;
- buscar recursos nos órgãos competentes unificar;

- reivindicar dos governos água/irrigação, prioritariamente para o sertão;

- reivindicar médicos;

- saúde: dever do Estado e vamos reivindicar." (Doc.04:07).

No 6.º Encontro Estadual, essas bandeiras foram revistas e atualizadas, ficando assim definidas:

- lutar por políticas alternativas de convivência com a seca;

- pressionar os bancos, juntamente com os STR's, para liberação dos projetos;

- pressionar o INSS para desburocratizar e agilizar as aposentadorias;

- lutar por linhas de créditos e projetos com juros baixos;

- cobrar das autoridades projetos de infraestrutura;" (Doc.19:27).

Contudo, parece não haver unidade de discurso em torno das bandeiras definidas, em resposta à pergunta *quais são as 3 principais bandeiras de luta?*, conforme leitura dos depoimentos. Houve respostas diferentes, ainda que não houvessem de ser iguais. Porém, é possível concluir que, por serem as mais citadas, as três principais bandeiras seriam: o crédito agrícola, o acesso à terra e as políticas públicas na área social.

As Principais Atividades

Para alcançar seus objetivos, a CEAPA desenvolve uma série de atividades. Dentre elas, as principais são:

Orientação sobre programas e linhas de crédito destinadas aos pequenos agricultores e suas organizações;

Mobilização das comunidades rurais na defesa de interesses comuns;

Participação em vários fóruns de debate sobre desenvolvimento rural, bem como em conselhos municipais e estaduais diversos;

Elaboração de projetos para as associações e encaminhamentos dos mesmos para

instituições governamentais e não-governamentais;

●Promoção de eventos: cursos, seminários, encontros, etc.

●Programa de capacitação:

7.1. A CEAPA há 3 anos estabeleceu parceria com o Centro Sabiá (ONG que trabalha a questão do meio ambiente e sistemas agroflorestais) com experiências implantadas em Pernambuco. Em Alagoas, as experiências em sistemas agroflorestais foram implantadas através da parceria com a CEAPA.

“Através do Centro Sabiá, conseguimos parceria, também, com o CAATINGA (ONG que desenvolve técnicas de convivência com a seca) para a realização de cursos e implantação de cisternas, financiados pela SUDENE.

7.2. Em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Satuba, conseguimos capacitar agricultores das associações...”

- Assistência técnica A CEAPA é credenciada junto ao Banco do Nordeste para elaboração de projetos e tem um corpo técnico que possibilita desenvolver um trabalho de assistência técnica...” (Doc.30:01;02).

...uma das principais
marcas da CEAPA é a
capacidade de
mobilização dos
agricultores em torno de
seus interesses comuns...

Para melhor distribuir o peso das responsabilidades e democratizar as decisões, a Central tem adotado duas práticas que, muitas vezes, andam juntas: comissões de trabalho e a discussão, na base, sobre temas importantes para a entidade, conforme análise dos encaminhamentos da Diretoria a respeito da criação ou transformação da CEAPA em cooperativa:

- Passar para os membros da direção e os colaboradores da CEAPA as cartilhas e fazer um estudo.

- Criar uma comissão para discutir;

- Ir para as associações discutir a cartilha.”(Doc.06:02).

Outra prática é o repasse de informações sobre instituições que dão apoio a projetos comunitários. Vinculadas a essa prática estão as viagens a Brasília, para contatos com ministérios, embaixadas e outras organizações (Doc.14:01;02).

Constatou-se também outra prática importante: visita a outros Estados, para conhecer novas experiências (Doc.19:19;22).

Mas uma das principais marcas da CEAPA é a capacidade de mobilização dos agricultores em torno de seus interesses comuns, fazendo pressão através de mobilização de massa para atos de protesto passeatas e atos públicos, conforme atestam os jornais do Estado: “Os pequenos produtores rurais e assentados da zona da mata alagoana realizaram, na manhã de ontem, no centro de União dos Palmares, um protesto defronte do Banco do Nordeste (BN). Eles reivindicam a renegociação de juros e mais crédito....” Segundo Antenor Nerys, membro da Central Estadual das Associações dos Assentados e Pequenos Agricultores de Alagoas (CEAPA), os produtores estão com débitos que não conseguem saldar...”. “Eles ainda apelam ao governo do Estado por assistência técnica e pesquisas agrícolas, pelo funcionamento do Banco da Terra, implantação do projeto Luz no Campo e tratam de outros pleitos.”(Doc.28:01;02).

A CEAPA, desde cedo, estabeleceu parcerias com as mais diversas entidades para ampliar o raio de suas ações e iniciativas e fortalecer as lutas mais gerais dos trabalhadores. Inicialmente, a relação mais estreita parece ter sido com a ONG Visão Mundial (Doc.06:01 e Doc.05:01). O VI Encontro Estadual aprovou, como proposta de trabalho: “fazer parceria com os STR's e outras entidades para acompanhamento às associações, bem como agilizar documentação para efeito de aposentadoria” (Doc.19:26). Hoje, a CEAPA mantém um extenso leque de articulações e parcerias com outras entidades e movimentos sociais, a exemplo da CUT AL, o

Movimento Minha Terra, a FETAG/AL e os STR's. Com eles, a Central mantém uma relação mais forte, consolidada em fóruns permanentes Fórum do Campo, Fórum Contra a Violência, Articulação da Mulher Trabalhadora Rural de Alagoas AMTRAL e Articulação do Semi-árido (ASA). Além disso, mantém parcerias com outras organizações, sejam governamentais (Secretaria Estadual de Educação SEE, Instituto do Meio Ambiente IMA, Instituto de Terras de Alagoas ITERAL e outros) ou não-governamentais, como o Centro Sabiá (Entrevistas com Genivaldo, Zezé e Ernane).

A relação com o Estado se dá das mais diversas formas, desde a pressão política até a realização de atividades em conjunto, passando pela participação em conselhos de gestão das políticas públicas. O relatório de uma reunião indica que, no exercício da pressão política, às vezes são utilizados vários instrumentos ao mesmo tempo:

Banco da Terra: queremos.

Estratégias:

- ocupação do ITERAL (Instituto de Terras de Alagoas)
- debate (levar como proposta ao Fórum do Campo)
- abaixo-assinado." (Doc.21:03).

Objetivando ampliar a sua intervenção nas políticas públicas, a CEAPA tem buscado participar de diversos conselhos de gestão das políticas públicas com incidência no meio rural, *"principalmente nos conselhos municipais do desenvolvimento rural e também conselhos estaduais. Só que a gente vê mais a questão do município e aí a CEAPA tenta fazer com que seja válida a posição da população."* (Zezé). Genivaldo destacou que a articulação nos municípios, para que as comunidades participem, *"essa questão do conselho, basicamente da agricultura, isso tem levado à discussão dentro das associações. Primeiro, porque o plano do conselho de desenvolvimento do município é discutido nas assembleias das associações, assembleia que discute qual é a prioridade daquela associação. Os presidentes dessas associações se reúnem e entre eles*

escolhem as pessoas das associações que vão participar desse conselho. E essas três pessoas, elas vão pro conselho não discutir as questões deles, mas discutir as propostas de todas as associações daquele município." (entrevista). Ernani complementa, afirmando que *"a participação da CEAPA dentro do conselho municipal dessa comunidades é muito importante, porque vai articular com outros membros do conselho, tanto na parte das organizações não-governamentais como também das governamentais, para que possa aprovar projetos que realmente venham beneficiar o pequeno agricultor familiar."* (entrevista).

Em relação às ações conjuntas, projetos ou parcerias, Genivaldo diz que *"no Governo, a gente não tem conseguido parceria, a gente tem conseguido pequenos projetos. Eu acho que isso, não significa parceria."* (entrevista). Zezé, no entanto, afirma que *"a CEAPA tem alguns convênios com a Secretaria Estadual da Educação, na questão de jovens e adultos. Tem uma parceria, agora, com o IMA, para ver a questão da educação ambiental."* (entrevista). Mas essas relações também se dão através de ações mais pontuais e até envolvendo outros parceiros, conforme indica o trecho do Relatório do VIII Encontro Estadual: *"Após a exposição, procedeu-se aos debates, que foi concluído com a formação de um grupo de trabalho, formado por técnicos da CEAPA, EMATER, ITERAL, EPEAL, BNB, MMT (Movimento Minha Terra) e SEAP (Secretaria de Agricultura Abastecimento e Pesca), para discutir a viabilidade para a formação de uma cooperativa, vinculada às associações de pequenos produtores da agricultura de economia familiar."* (Doc.26:04).

Nos documentos coletados, o que pôde ser identificado como um esboço de projeto político foi, apenas, o seguinte trecho: *"Alcance estratégico: a consolidação da agricultura familiar; conquista de políticas agrícolas compatíveis e justas à agricultura familiar; fortalecimento dos pequenos agricultores e estabelecimento do Desenvolvimento Sustentável."* (Doc.27:05). Em seus depoimentos, os integrantes da Central ratificam essa definição, afirmando que o que a

entidade busca é “uma política agrícola voltada a agricultura de economia familiar, uma política agrícola que transforme o pequeno agricultor familiar em uma atividade viável, competitiva.” (Genivaldo), “que garanta a permanência no campo e que esse modelo de agricultura alternativa seja voltada às nossas condições aqui do semi-árido.” (Ernani).

3. IDENTIDADE

A CEAPA, como o próprio nome diz, é uma entidade que representa um conjunto significativo das associações de assentados e de pequenos agricultores, de comunidades tradicionais de Alagoas (Doc.30:01).

Talvez, por ter sido uma articulação de um grupo de pessoas de assentamentos, no momento em que buscavam a consolidação de sua condição de agricultor, “a CEAPA, desde a sua fundação, tinha a proposta de se transformar em cooperativa... No decorrer deste processo surgiram outras propostas. Uma delas defende a fundação de uma cooperativa, sem extinguir a CEAPA” (Doc.09:01). Essa discussão dominou os debates do 2.º e do 3.º Encontros Estaduais. No 2.º Encontro, a opção foi por levar a discussão até a base, conforme trecho do Relatório: “Antes de iniciar o debate, com questionamentos e respostas, foi explicado, de forma resumida, as principais diferenças entre uma associação e uma cooperativa. Foi aberta, então, uma discussão sobre a necessidade e a possibilidade da CEAPA transformar-se em cooperativa ou central de cooperativas.

PROPOSTAS:

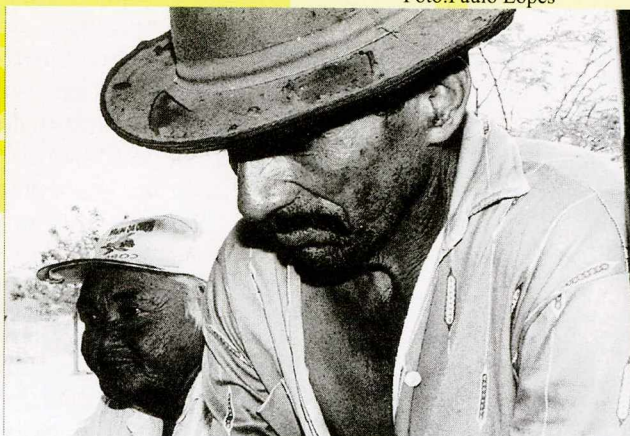
- levar a proposta de cooperativas para os assentamentos e comunidades para ser discutidas nas reuniões;
- havendo condições, que a CEAPA seja transformada no dia do seu aniversário, em Julho de 1993;
- essa decisão deverá ser tomada num grande encontro com todas as afiliadas” (doc.05:02;04).

Somente no 3.º Encontro Estadual, a CEAPA resolveu, quando “ao final dos debates, o plenário aprovou os seguintes

encaminhamentos:

- Realização de encontros municipais em Jacuípe, União dos Palmares e Delmiro Gouveia, com o objetivo de preparar as comunidades para a fundação das cooperativas.
- Fundar cooperativas de produção e comercialização;
- A CEAPA deve prestar assessoria na organização das cooperativas, contribuindo no processo de constituição das mesmas;
- A CEAPA continuará existindo para articulação da luta política.”(Doc.08:05)

Foto:Paulo Lopes



A fundação das cooperativas politicamente vinculadas à CEAPA, no entanto, só ocorreu a partir de 2001. E não nos municípios previstos inicialmente, mas em outros, para onde a entidade se expandiu após ter resolvido esse dilema. Hoje, seus membros não têm nenhuma dificuldade de defini-la como uma entidade representativa e de luta, pois em seus depoimentos, afirmam:

“Apesar do meu pouco tempo aqui na CEAPA, eu vejo a CEAPA como uma entidade de luta em defesa dos direitos dos agricultores” (Ernani, Tesoureiro).

“O grande eixo da CEAPA é esse papel de representatividade, o papel de mobilizadora, o papel de intervenção junto aos órgãos governamentais, de pressionar, de mobilizar e reivindicatório” (Genivaldo, Presidente).

“Porque nós, pequenos agricultores, nós temos que ter uma força maior, através da união.

Como? Juntando várias associações e elas se filiando à CEAPA. E com a ajuda da CEAPA e outras associações, nós conseguir recursos para a comunidade” (Sandro, dirigente de associação).

A Participação Feminina Limitações, Aberturas e Conquistas nas relações de Gênero

Quanto à participação das mulheres, percebe-se que, ainda que de forma incipiente, o tema já está presente desde o início, quando no 1.º Encontro Estadual foi aprovada a proposta de “envolver as mulheres na produção”(Doc.04:06). Mas o primeiro registro sobre uma atividade específica com as mulheres só foi encontrado no Relatório de Atividades Referente ao Período de Janeiro a Novembro de 1996. Tratava-se do “Encontro Estadual das Mulheres Agricultoras em Inhapi/Al”, realizado em Março (Doc.16:01).

De uma atividade pontual, o trabalho de organização das mulheres passou a ser permanente. “Nossa organização conta com um setor específico sobre gênero, para inclusão das mulheres nas atividades rurais produtivas, consolidação da agricultura familiar e redefinição de uma sociedade masculinizada para uma sociedade de iguais, de direitos, que envolva homens e mulheres.” (Doc.27:02). Desse trabalho, surgiu a Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais AMTRAL, articulada pela Central e da qual faz parte. Conforme Relatório de Viagem de Mirjam Roller, do DED/MMTR-NE, de Outubro de 1999, “Fora Palmeira dos Índios, todos os grupos de mulheres iniciaram seu trabalho com o apoio da CEAPA. A AMTRAL é muito nova. Primeiro, a CEAPA recebeu comunicação da ANMTR, depois do MMTR-NE. Por acaso, souberam do seminário de Direitos Humanos em Recife e participaram. A CEAPA não queria falar como Estado e por isso sentiu a necessidade de organizar as mulheres no Estado. Hoje a CEAPA assessora o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais.” (Doc.24:02).

Contudo, a participação das mulheres em cargo de direção ainda é muito restrita, conforme admite o próprio Presidente da entidade: *“Nessa questão de ocupação dos cargos de direção, é mais complicado, tendo em vista que as mulheres camponesas são mais difíceis de saírem de casa, ela tem filhos, tem família. Então, quando é pra ficar liberado, isso reflete muito. Nós temos tido dificuldade de ter mulheres participando da CEAPA, na direção. Como a direção da CEAPA fica concentrada em Maceió, viaja muito e sai muito, as mulheres têm uma certa... não tem uma total independência. Os homens são mais livres. Mas nas associações, como é uma coisa local, aí tem conseguido muito.”* (Entrevista). Esta opinião é compartilhada, inclusive, por Zezé, que é a responsável pelo setor: *“A nível de base, existe uma organização, existem grupos de mulheres que a gente trabalha muito bem nessa questão. Agora, quando se trata da participação dentro da Diretoria, fica mais complicado. Não porque a instituição seja machista, mas, principalmente, por conta das mulheres priorizar tanto a sua casa como a sua roça. E é muito mais fácil o homem sair da sua comunidade, para vir para a capital e passar alguns dias, do que as mulheres. As mulheres não deixam a roça e a casa para se dedicarem mais a entidade.”* (Entrevista). Fica claro, portanto, que a ampliação da participação das mulheres está acontecendo na base.

Superando os Obstáculos

No esforço de construir sua identidade, a CEAPA teve que superar dois grandes obstáculos. Primeiro, resolver seu dilema inicial entre ser entidade representativa ou cooperativa. Reafirmada a primeira opção, o segundo obstáculo foi afirmar-se como tal perante a imprensa e a sociedade, pois uma vez herdeira dos militantes, da base e das formas de luta do MST, suas ações eram normalmente confundidas com esse Movimento. Neste sentido, a criação de uma bandeira própria, carregada às dezenas por seus integrantes durante as mobilizações, foi fundamental para a construção da visibilidade de sua identidade e do seu próprio espaço na sociedade.

4. CULTURA POLÍTICA

As poucas informações obtidas, através dos documentos coletados e das entrevistas, nos indicam que a CEAPA tem buscado criar espaços e momentos para avaliar tanto suas ações como suas relações internas e, assim, encaminhar soluções para problemas e dificuldades:

Pontos Negativos:

- falta de uma maior informação, comunicação/pouca divulgação das conquistas;
- projetos a fundo perdido para umas associações e outras não."

POTENCIALIDADES:

- o bom relacionamento com as comunidades/representatividade."(Doc.13:01:02).

O zelo para com o bom relacionamento aparece como uma preocupação, não só com as associações, como também entre os militantes: "Fazer com o companheiro José Renildo, uma avaliação sobre o seu relacionamento com os outros companheiros" (Doc.06:02), algo que é reforçado em alguns depoimentos: "Como qualquer outra entidade, existem as desavenças, existem as concordâncias e pelo menos na CEAPA a gente respeita as opiniões de cada um, você tem seu ponto de vista e a gente aprecia pra ver se a gente realmente deve seguir aquilo ou não, sempre jogando para o conselho administrativo tomar posição se faz ou não se faz." (Ernani, Tesoureiro). "Como em qualquer ambiente, existem diferenças. Vai muito por pessoa, a questão da relação. Teve uma época que 'tava muito complicada, estava quase impossível de estar dentro da CEAPA. Hoje não. Hoje, já mudou. Embora precise mudar mais, por conta de algumas coisas que existem. Mas melhorou um bocado e a gente respira mais aliviado. Principalmente, também, porque a gente, periodicamente, faz reunião. Pelo menos uma vez por mês, a gente se junta e (...) faz uma avaliação de como está sendo as questões internas. E aí, por a CEAPA ser democrática, apesar de existir algumas divergências, a gente consegue trabalhar essa

questão." (Zezé, funcionária).

A leitura dos documentos nos mostra que a democracia, como um valor fundamental, na CEAPA está presente desde a origem, não apenas para orientar as relações internas, mas também para a filiação de novas associações, conforme registrado na Cartilha N.º 01: "A associação que quiser filiar-se à CEAPA, é muito fácil, é só realizar uma assembléia, onde a maioria dos sócios aprove a filiação da associação à CEAPA e escolha um representante para fazer parte da direção da CEAPA. É necessário também que seja enviada uma cópia da ata da assembléia realizada para tal." (D0c.02:04).

É explícita a preocupação com a democracia, bem como com a transparência administrativa, nas associações que formarão a base da CEAPA. A Proposta de Regimento Interno define os "Critérios de filiação: II Que seja uma organização democrática e que tenha representatividade; III Que tenha uma administração transparente." (Doc.29:02). O depoimento do atual Presidente da entidade demonstra que essa proposta foi assimilada como prática para a incorporação de novos membros: "Bem, nosso filiado não é a pessoa física, é a pessoa jurídica da associação. Aí o sujeito para participar da CEAPA ele tem que ser sócio de uma associação e a sua associação filia-se a CEAPA. Esse processo é o seguinte: a gente vai lá, faz uma assembléia, explica tudo o que é a CEAPA e essa assembléia delibera pela filiação" (Genivaldo).

Quanto às relações de gênero, não há nos documentos pistas de como elas se dão. Só há trechos de depoimentos dos membros da Diretoria, que nos indicam uma preocupação maior com a inclusão social da mulher, através do seu fortalecimento econômico. "...de dois anos pra cá, eu acho que a gente tem levado essa questão da discussão de gênero mais a sério. Nós temos uma pessoa responsável pela organização das mulheres, que se reúne em grupos, basicamente de produção de polpa, de doce, de costura, de discutir a questão do gênero, mas levando para a questão econômica." (Genivaldo). "Além dos trabalhos de base, que a gente faz discussão de gênero

nas associações, nós trabalhamos com as mulheres também da comercialização dos produtos delas, incentivando elas a produzir os produtos de melhor qualidade.”(Ernane).

Em relação à formação, a CEAPA, logo em seu primeiro ano, lançou uma cartilha na qual definia como isso deveria ocorrer: “A formação se dará de duas formas: 1.^a - formação da consciência, transformando o cidadão sujeito de sua própria história, sendo capaz de buscar o seu próprio caminho e decidir sobre seu destino. 2.^a - formação técnica: desenvolver cursos técnicos nas áreas de agronomia, veterinária, administração, contabilidade, saúde e outros.” (Doc.02:04). O texto selecionado para leitura, contido na referida cartilha, reforça a idéia de que a formação se dará a partir de uma perspectiva classista e será instrumento para o fortalecimento das lutas que a entidade irá empreender, conforme a citação a seguir:

COMO FUNCIONA A SOCIEDADE:

O nosso país está dividido em 3 classes: classe rica, classe média e classe pobre. Em porcentagens, temos a seguinte divisão:

- 5% classe rica (chamados de burguesia)
- 15% classe média
- 80% classe pobre (trabalhadores).”

“Para nós, trabalhadores, temos só um caminho a seguir: é a organização e a união. A união e organização dos trabalhadores precisa ser forte para que possamos resolver nossos principais problemas.” (Doc.02:05).

Os depoimentos colhidos demonstram que a formação não só continua sendo uma preocupação central como mantém a busca pela combinação entre os dois níveis definidos em seu início formação política e capacitação técnica. Segundo o seu Presidente, “o que diferencia a CEAPA das demais entidades é essa prioridade da CEAPA à questão da capacitação, tanto na base da associação os diretores, a questão da comercialização, o manejo de solo, a organização, como a gente da direção. Além da capacitação da produção, da organização, sobre o cooperativismo, de como

nasceu o associativismo, a gente também tem feito, tem participado de algumas discussões, também, no ângulo político, de análise de conjuntura. Até que, para você saber planejar a questão da organização, a questão produção, você tem de entender quando e como está indo. Por isso, a gente tem participado de algumas formações políticas”. (Genivaldo). Essa afirmação é reforçada por Zezé, quando diz: “...agora de capacitação, a CEAPA investe muito nesta área. Esse investimento, tanto é uma preocupação pra formação dos associados, como, também, para viabilizar uma forma de comercialização dos produtos dos agricultores. Porque essa é uma grande preocupação que a CEAPA tem.”(Zezé).

Por ser uma entidade representativa das associações de pequenos agricultores, a CEAPA tem uma grande responsabilidade com a formação dos dirigentes das associações filiadas. Para tanto, e buscando articular o nível político com o técnico, a Central tem realizado vários cursos de associativismo e cooperativismo, conforme depoimento do seu Tesoureiro: “Nos cursos de associativismo e cooperativismo, nós discutimos nas associações (o seu) funcionamento (...), o papel do presidente, o papel do secretário, do tesoureiro do conselho fiscal, dos sócios dentro também da associação; como deve ser funcionada a associação, para que seja descentralizada as atividades dentro daquelas associações para não ficar igual a algumas (...)que existem aí, que presidente é todo dentro da associação.”(Ernane).

Algumas das ações de formação, registradas no Relatório de Atividades de 1997, sintetizam o que até agora foi demonstrado:

Atividades em 97:

- Cursos de formação para diretoria das associações da zona da mata;
- Reunião de estudo e planejamento da diretoria da CEAPA;
- Cursos, através do SENAR, na área de criação, associativismo e tratos culturais;
- Visita ao Centro Ouricuri (PE), Serra do Mel (RN) e PATAC (PB), com vinte e cinco representantes de associações;

- Seminário de Comercialização (Mata Grande, Delmiro, União dos Palmares e Canapi);
- Seminário Sobre Políticas Públicas.” (Doc.19:20;21;22).

Considerações Finais

O material coletado para esta pesquisa, com o reforço da observação participante, indica claramente que, nesses 10 anos de existência, a CEAPA teve um grande avanço no número de filiadas; melhorou muito sua infraestrutura e seu funcionamento; avançou na sua capacidade de mobilização e ampliou seu raio de ação, expandindo-o para todas as regiões do Estado. Além disso, parece ter incorporado definitivamente novas temáticas, como a ambiental e a de gênero, ainda que já estivessem presentes há muito, só que de uma forma muito incipiente. Neste sentido, as parcerias com outros movimentos e organizações não-governamentais, ou até mesmo com algumas governamentais, foram de fundamental importância.

A parte mais visível de suas ações são seus seminários, cursos e mobilizações, com a conseqüente aparição nos meios de comunicação. A visibilidade das suas conquistas é a infra-estrutura das comunidades rurais, boa parte conseguida com recursos a fundo perdido, e o crédito agrícola. Estas conquistas, no entanto, não são próprias das associações filiadas à CEAPA.

Então, as perguntas que me vêm à cabeça são: qual é o diferencial da CEAPA? Qual sua contribuição para a construção da cidadania dos agricultores familiares e o fortalecimento de suas comunidades? Qual a sua contribuição para construção de um processo de desenvolvimento sustentável, nos municípios onde atua? Como sua ação tem contribuído, ou não, para o fortalecimento da democracia nesses municípios?

Para responder a todas essas perguntas, com alguma profundidade, seria necessário um estudo mais detalhado sobre o impacto das ações da CEAPA. E isto está para além do alcance da atual pesquisa. Mas, a partir do material coletado e, talvez muito mais, da observação participante, dá para fazer algumas

observações que nos aproximem das respostas.

Primeiro, é preciso considerar que a CEAPA originou-se do “racha” entre a Coordenação Estadual e a Coordenação Nacional do MST e, como tal, foi herdeira de certas práticas e valores que compõem a cultura política daquele movimento, como, por exemplo, a capacidade de mobilização, a valorização da formação política e da capacitação técnica; a realização de ações orientadas por estratégias bem definidas, etc. Por outro lado, seu avanço e consolidação se deu pela incorporação das associações de pequenos agricultores das comunidades tradicionais, marcadas pelo imobilismo e pela falta de consciência política, como conseqüência das relações assistencialistas e clientelistas com o poder público, especialmente o local.

Por ser uma entidade representativa das associações de pequenos agricultores, a CEAPA tem uma grande responsabilidade com a formação dos dirigentes das associações filiadas.

Em segundo lugar, percebe-se que as reivindicações e conquistas não são consideradas um fim em si mesmas, mas como parte de uma estratégia que tem um objetivo maior, que pode ser o desenvolvimento sustentável ou, pelo menos, a viabilização da agricultura familiar.

Assim sendo, considero que a primeira grande contribuição para a construção da cidadania dos agricultores familiares foi ajudá-los a perceber, através da luta e da formação política, que suas conquistas não podem e não devem ser favores prestados pelo Estado e, muito menos, por políticos descomprometidos com os interesses da maioria. Essas conquistas são, ou devem ser, produtos de direitos conquistados, ou a conquistar, através da mobilização dos agricultores em torno de seus interesses comuns. É claro que este

entendimento ainda não atingiu todos os envolvidos, nem era de se esperar. Até porque, conforme documentos e relatos, a cada ano aumenta o número de associações filiadas e, portanto, as mais recentes sofreram menos essa influência. Mas, já é suficiente para ir engendrando novas formas de relação entre as comunidades rurais e o poder público local, pautadas pela busca da autonomia e do respeito mútuo. Não significa, porém, que isto se dê sempre de forma pacífica. Muito pelo contrário, a agudização do conflito antes da autonomia e do respeito mútuo parece ser a regra geral, quando não há mudança nas concepções políticas daqueles que estão no poder.

Um espaço importante, para a mediação desses conflitos são os conselhos de gestão das políticas públicas. A CEAPA tem estimulado a participação das lideranças de base nessas instâncias municipais, principalmente os conselhos municipais de desenvolvimento rural (CMDR's), através da realização de reuniões, onde se promove o assessoramento e acompanhamento, bem como a elaboração de estratégias e articulações para uma intervenção mais qualificada das associações. Este processo é uma via de mão dupla, pois à medida que avançam as discussões, as lideranças comunitárias e suas bases começam a perceber que, muitas vezes, a mesma democracia exigida da Prefeitura está faltando na associação. A necessidade de renovação das práticas políticas, tanto no poder público quanto na associação, advindas dessa percepção, já se reflete na eleição de alguns vereadores ligados às associações filiadas e considerados legítimos representantes seus,

bem como, na renovação de muitos dirigentes das associações.

Enfim, vamos percebendo que a contribuição da CEAPA para o processo de desenvolvimento local sustentável, não advém apenas da conquista de melhorias nas condições de vida de muitas das comunidades rurais com associações filiadas. Esta contribuição se dá, principalmente, pelo investimento na construção do capital humano (ainda que não usem estes termos!), através de ações que buscam a melhoria da educação e da saúde no meio rural, e pelo investimento na construção do capital social, através do fortalecimento das associações e do estímulo à criação de cooperativas, bem como, da articulação em rede dessas e de outras organizações.

Mas apesar dessas contribuições, das suas conquistas e do seus avanços, a CEAPA ainda tem algumas deficiências e alguns desafios a superar. Entre aquelas estão a infra-estrutura, o quadro de pessoal e a gestão pouco profissionalizada, especialmente a gestão financeira. Entre seus desafios, o principal parece ser a auto-sustentação financeira.

Por fim, se existe uma crise nos movimentos sociais populares ou apenas uma reconfiguração de suas formas de se organizar e agir (e esta pesquisa parte desta última hipótese), acho que no caso da CEAPA, ela não se enquadra em nenhuma, pois mantém os aspectos que caracterizaram os movimentos na década de 80 e incorpora aqueles que os caracterizaram na década de 90.

A Luta por uma Política de Direitos dos Meninos e Meninas em situação de Rua

Geuzomar Soares Ferreira

O Estado de Alagoas

“O Estado de Alagoas com 27.933 km² correspondendo a menos de 0,5% da área do Brasil e a cerca de 1,8% do Nordeste, é privilegiado em termos de dotação de recursos naturais. A área do polígono das secas, mesmo contemplando cerca de 52% da área do Estado e 35% de sua população, é uma das menores do Nordeste.

A exemplo do que vem ocorrendo com o restante do país, a população do Estado de Alagoas vem, ao longo de quase 30 anos, apresentando redução nas suas taxas de crescimento, embora que, em números absolutos, a população tenha experimentado um aumento em mais de uma vez e meia, passando de 1.588.109 habitantes em 1970, para 2.633.251 habitantes, em 1996 (2.819.172, em 2000).

Entre as décadas de 70/80 essa taxa teve um aumento positivo de 2,24%, caindo para 2,18% no período 1980/1991, e reduzindo-se para 0,95% nos últimos cinco anos, no período que corresponde de 1991 a 1996, o que retrata sua tendência declinante.

Nesse período, a densidade média populacional de Alagoas quase dobrou, tendo passado de 57 hab./km² para 94 hab./km². Na região metropolitana esse índice atinge atualmente os 1.410 hab./km².

A evolução das taxas geométricas de crescimento populacional das áreas urbana e rural não segue o mesmo comportamento quando se considera a população total. De fato, a população urbana experimentou um acréscimo de 2,36% (1991/96), enquanto a população rural sofreu um decréscimo de 1,22%.

Esses dados revelam o rápido e intenso processo de urbanização que vem ocorrendo no Estado de Alagoas com reflexos em necessidades crescentes na oferta de infra-estrutura urbano-social (saneamento básico, escolas, creches, hospitais, ambulatórios), particularmente para a população crescente de Maceió.

Em 1996, a população urbana representava 63% da população total, com tendência de elevação, enquanto em 1970 ela representava apenas 40% do total da população de Alagoas.

Essa queda da população rural vem sendo provocada, em grande parte, pela crise que vem sofrendo o complexo sucroalcooleiro com o fechamento de 5 usinas e outros setores produtivos do meio rural que não conseguem absorver toda a mão-de-obra disponível no campo, aumentando as taxas de desemprego e subemprego, principalmente em Maceió, que assiste à instalação de um crescente processo de favelização na sua periferia.

Os indicadores relacionados com as áreas de educação, saúde, condições de moradia, longevidade e renda per capita colocam Alagoas em situação desfavorável comparativamente aos números pertinentes ao Nordeste do País como um todo.

Os níveis de saúde são muito baixos. Os condicionantes que influem nos padrões de saúde da população guardam estreita correlação com a questão econômica e com as políticas públicas federais voltadas para este setor.

As estatísticas mais recentes apontam um coeficiente de mortalidade infantil de 71 óbitos/1000 nascidos vivos destacando-se como principais causas, as doenças nos aparelhos respiratório e circulatório, doenças infecciosas e parasitárias e afecções originárias do período perinatal.

As estruturas de atendimento tais como número de estabelecimentos, equipamentos, recursos humanos não atendem às reais necessidades da população. No que se refere ao

saneamento básico, a situação também não é favorável, uma vez que cerca de 63% da população consome água tratada e apenas 7,3% é assistida com sistemas de esgotos. Esses baixos níveis de atendimento contribuem para elevar os índices de doenças infecto-contagiosas como a esquistossomose, cólera e febre tifóide transmitidas por veiculação hídrica.

Quanto à educação, os níveis de evasão escolar na rede pública estadual ainda são elevados, situando-se na faixa de 45%, considerando a pré-escola, o primeiro e segundo graus. Na realidade, parte desse contingente escolar se vê obrigado a interromper os estudos para ingressar no mercado de trabalho e assim ajudar na composição da renda familiar.

Ao lado dos outros estados do Nordeste, na maioria dos municípios com exceção da capital, o número de famílias indigentes ultrapassa os 40%, fazendo com que aumente o ingresso de crianças e adolescentes nas ruas cada vez mais precocemente. O trabalho infanto-juvenil também é determinado pelas condições socioeconômicas, sendo caracterizado por uma extensa jornada de trabalho.

A permanência, ao longo dos anos, do despreparo dos professores para o atendimento pedagógico condizente com uma clientela altamente diversificada, a inexistência de programas para corrigir e prevenir a repetência e a evasão escolar e o dimensionamento precário de prédios e instalações escolares, se constituem os principais entraves para um salto de qualidade na educação de Alagoas.”⁽¹⁾

MNMMR - Origem e Contexto Histórico

O MNMMR foi fundado em 1985, a partir da articulação de várias entidades da sociedade civil, bem como de pessoas ligadas às instituições oficiais que trabalhavam com crianças e adolescentes carentes e/ou de rua, mas que questionavam as práticas dessas instituições. É considerado o primeiro interlocutor de âmbito nacional sobre esta problemática.

“Em Alagoas, o movimento surgiu em 1986, como consequência da participação de uma das militantes locais em um Seminário Sobre Geração de Renda, realizado em Olinda-PE. A partir daí, a mesma retornou para Maceió com o objetivo de implantar o Movimento no Estado, o que se tornou realidade” (Doc. 05:03).

Neste mesmo ano, o MNMMR organizou o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que aconteceu em Brasília e teve a participação de cerca de 500 meninos(as) de todo o país. Como resultado deste encontro, foi elaborado um documento denominado “Meninos e Meninas de Rua em Contexto de Violência: Sua Proteção e Defesa”, desenvolvido pelo próprio Movimento, e o projeto “Programa de Redução da Violência”, elaborado pelo UNICEF. Estes projetos tinham o objetivo de estudar o fenômeno e propor políticas relativas ao problema.

“Durante o processo constituinte, o MNMMR teve intensa participação, sempre denunciando o tratamento brutal que era dado a crianças e adolescentes em várias regiões do país. Em Teresina, no Piauí, em 1987, chegou a realizar um Tribunal do Menor, para caracterizar o panorama da realidade das crianças, através de um julgamento simbólico contra a infância e a adolescência no Brasil. Em 1988, vários programas foram desenvolvidos pela Igreja Católica, articulados pela Pastoral do Menor. Neste mesmo ano, foi criado o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), composto por várias ONGs, destacando-se a Frente Nacional de Defesa dos Direitos da Criança (FNDC), a Pastoral do Menor e a Associação dos Ex-alunos da FEBEM (ASSEAF), além do próprio MNMMR.

Durante os anos de 1988 e 1989, o MNMMR elegeu a questão do extermínio como prioridade. Centenas de atos e formas de manifestações foram promovidos, fazendo com que o Movimento ganhasse projeção internacional e a questão do menor no Brasil se tornasse também uma bandeira de luta das ONGs internacionais de defesa dos Direitos Humanos. Em 1989, criou-

¹- Plano Plurianual do Estado de Alagoas 2000 a 2003).

se o Comitê Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente, no Rio de Janeiro. Este comitê passou a desenvolver trabalhos em colaboração com órgãos públicos da municipalidade, realizando um levantamento sobre o número de adolescentes assassinados no Estado do Rio de Janeiro, entre 1985 e 1989. Foi apresentada a cifra de 1.081 menores!

Ainda em 1989, o MNMMR elaborou em conjunto com o IBASE o dossiê "Crianças e Adolescentes no Brasil: A Vida Silenciada". Esse dossiê foi o instrumento fundamental nas discussões do II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília, em 1989. Este encontro contou com grande participação de movimentos e entidades organizadas da sociedade civil brasileira, assim como representantes de diversos órgãos públicos nacionais e estrangeiros, tais como a ONU, a OEA, o UNICEF, o DCI Defense for Children International.

Em 1990, o MNMMR participou do lançamento da revista do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP), denominada Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil. Logo em seguida, a Campanha "Não Matem Nossas Crianças" projeta o MNMMR no cenário das discussões sobre a política do menor, em nível ministerial e nas casas legislativas de Brasília. A IV Assembléia Nacional do MNMMR reafirmou a bandeira do combate ao extermínio como prioridade. Nos anos 90, o MNMMR passa a atuar não apenas como entidade de denúncia, mas, através de convênios com outras instituições - ONGs, núcleos de estudos universitários e órgãos públicos, passa a ser também um produtor de conhecimentos sobre a realidade do menor de rua, ao participar de pesquisas e estudos sobre a questão.

Foto: Paulo Lopes

E 1991 o MNMMR define seu papel de atuação da seguinte forma:

Sendo uma organização não-governamental, portanto da sociedade civil, estabelece que seu papel na relação com o Estado e com a sociedade é:

- a) participar ativa e criticamente na formulação de políticas sociais. Para isso, é importante explicitar e definir qual é a sua proposta global de política para a infância e adolescência no Brasil e não perder a capacidade de crítica;
- b) fiscalizar e exigir qualidade na execução das políticas sociais, no atendimento às crianças e adolescentes;
- c) denunciar as omissões, transgressões e quaisquer violações aos direitos da criança e do adolescente. As críticas e denúncias devem ser sempre fundamentadas e feitas de forma tática e estratégica (MNMMR, 1991:8).

Observa-se aí que o MNMMR busca alterar seu perfil de atuação para a década de 90. A denúncia assume a forma de fiscalização e a proposição básica passa a ser a da cooperação na elaboração de políticas sociais. O Movimento passa a se definir como uma ONG, sobrepondo

esta face da organização institucionalizada, ao fato de ser um movimento social (Maria da Glória Gohn, 1997).

Até 1998, o MNMMR havia realizado 5 encontros nacionais. Em junho de 2002, realizou o VI Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que teve como tema central a discussão sobre a redução da idade penal. O lema previamente escolhido pelos mais de mil meninos(as) que participaram do evento foi: "Adolescente Cidadão Não Merece Prisão e Sim Educação." (site do MNMMR).

Como parte integrante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a secção de Alagoas sempre esteve presente em todos estes momentos, bem como desenvolve nos Estados as diretrizes, campanhas e orientações definidas em âmbito nacional.



1. FORMATO ORGANIZACIONAL E GESTÃO

Por ser um movimento que reúne não só meninos e meninas de rua, mas também os educadores que os(as) acompanham, o MNMMR precisou criar espaços de representação que contemplassem essas duas categorias. A novidade de uma organização com crianças, adolescentes e adultos, está vinculada à concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos portadores de direitos.

Oficialmente, sua estrutura organizativa está assim definida:

“COMISSÃO LOCAL é a unidade orgânica do MNMMR constituída por, no mínimo, cinco membros pertencentes a diferentes programas de atendimento aos direitos das crianças e dos adolescentes ou entidades afins comprometidas e identificadas com a filosofia do MNMMR. A comissão pode abranger mais de um município, ou em um município pode existir mais de uma comissão.

NÚCLEO DE BASE é a unidade orgânica de participação das crianças e dos adolescentes (sócios filiados). Pode ser constituído por local de moradia, categoria profissional, local de trabalho, movimentos sociais, programas de atendimento ou outras formas pedagogicamente apropriadas. Sua estrutura, dinâmica de funcionamento e tipo de atividade desenvolvida são itens definidos pelos próprios membros. Cada núcleo possui, no mínimo, um educador-acompanhante e deve ser cadastrado junto à comissão local.

COMISSÃO ESTADUAL é a instância de direção do MNMMR nos Estados. Compete-lhe coordenar, conduzir, executar as diretrizes e prioridades, contribuindo no fortalecimento da comissões locais e núcleos de base. O número de integrantes, sua estrutura e dinâmica de funcionamento são definidos em assembleia estadual.

CONSELHO NACIONAL é uma instância consultiva e deliberativa, formada por um representante de cada Estado, eleito em assembleia estadual. Sua estrutura e dinâmica de funcionamento são definidas em regimento interno.

COORDENAÇÃO NACIONAL é o órgão em âmbito nacional de coordenação do MNMMR. Composta por três membros eleitos em Assembleia Nacional para o mandato de dois anos: Coordenador Nacional, Secretário Nacional e Secretário Nacional de Finanças.

CONSELHO FISCAL é composto por seis membros, eleitos em Assembleia Nacional...”
(Doc.01:02).

Por fazer parte do Movimento Nacional, a seção de Alagoas segue o mesmo formato organizacional e tem em sua composição, além das comissões locais e Comissão Estadual com o seu Conselho Fiscal, os seguintes Núcleos de Base:

- Salve o Futuro do Brasil Palmeira dos Índios;
- Plantando e Colhendo Palmeira dos Índios;
- Mini-Junacéu Maceió;
- Chute Para a Vida Maceió;
- Vivendo e Aprendendo Palmeira dos Índios;
- Esperança de um Novo Amanhã Palmeira dos Índios;
- Meninos Trabalhadores Palmeira dos Índios;
- Luta e Esperança Maceió;
- Pé de Xinelo Palmeira dos Índios;
- Núcleo de Arte e Cultura Palmeira dos Índios;
- Núcleo Rua Maceió.” (Doc.04:01).

Graça Bezerra, representante de Alagoas no Conselho Nacional, em seu depoimento, além de avaliar essa estrutura de forma muito positiva, acrescenta algumas informações em relação às instâncias de participação próprias de meninos(as) e educadores(as). *“Então, a forma de organização do Movimento, hoje, eu acho que ela é bastante democrática, porque existem as*

instâncias: municipal, estadual e nacional. E cada um tem seus representantes, cada um tem sua organização. Tem a Coordenação Nacional, que é composta por 1 representante de cada Estado, dos adultos. E existe, também, a Comissão Nacional de Animação, que é dos meninos, com representante de cada Estado, e que se encontra lá para discutir. Isso partindo das bases. Existe a Comissão Local, onde a gente discute e tira o representante.” (Graça Bezerra).

A gestão democrática do Movimento foi destacada por outros membros entrevistados, especialmente por Darlin, ao afirmar que *“a forma de trabalho é bem democrática. Todas as propostas, seja de representação, de projeto, de planejamento, somente são aprovadas se passar pela Comissão Estadual de Educadores. Nesse movimento, o Coordenador Estadual não pode decidir sozinho. Quanto ao desenvolvimento do Movimento, anualmente é elaborado, pela Comissão Estadual de Educadores, junto com os meninos, um planejamento anual onde, no final do ano, é avaliado todos os trabalhos desenvolvidos.” (Darlin).*

A questão do planejamento foi, também, destacada por Graça Bezerra, quando diz que *“é muito complicado a gente administrar o Movimento. Então, o que a gente faz? Um planejamento estratégico, para a gente seguir aquelas linhas de ação. Apesar de que os planejamentos precisam de muitos ajustes, existem muitas dificuldades para administrar essas questões. Quando se tem recursos dá para administrar bem, tendo um planejamento. Porque, com o planejamento, a gente planeja todas as ações de acordo com o que nós temos. Se tem recursos, a gente executa aquela ação. E sem recurso, a gente executa também.” (entrevista).*

Quando se tem recursos
dá para administrar
bem, tendo um
planejamento. Porque,
com o planejamento,
a gente planeja todas
as ações de acordo com
o que nós temos.

Os recursos financeiros, segundo Ana Lúcia, que é funcionária, o Movimento consegue *“através de projetos firmados a nível municipal, estadual e os projetos internacionais. Como também, vivemos de doações.” (Entrevista).* Já Josileide, a Coordenadora Estadual, afirma que *“o Movimento, até dezembro, é financiado pela Fundação de Menino de Rua, que é de Luxemburgo. E esse convênio está acabando, o dinheiro já foi mandado, vai até o mês de dezembro e a gente está pretendendo um apoio da Secretaria de Educação.” (entrevista).* Mas

para não ficar a mercê dos projetos, o Movimento tem buscado desenvolver outras formas de levantar recursos financeiros, pois, segundo Darlin, *“quando não se tem esses projetos aprovados completos, a gente tem que buscar apoio, através de ofício, junto às prefeituras, Casa da Indústria e outros órgãos. O Movimento tem trabalhado, ainda, com uma carta, dirigida às pessoas físicas e jurídicas, pedindo colaboração financeira, seja de 10 reais, 20 reais, para que a gente possa continuar desenvolvendo os nossos encontros com os meninos. E outra proposta, que está sendo trabalhada, é a questão de receber doações de cartucho de impressoras para que a gente possa passá-los a frente.” (entrevista).*

Por ter sua ação baseada no trabalho voluntário, o quadro de pessoal é bastante reduzido, segundo nos informa Josileide: *“então, eu não dou o horário, eu venho nos horários intermediários de 11 horas ou meio dia ou até duas horas da tarde resolver o que tem de resolver. E as nossas únicas funcionárias são a Lidja, que é a articuladora, e a Ana, que é nossa secretária, que ficam nos dois horários e a gente trabalha com muita responsabilidade.” (entrevista).* Essa opção pelo trabalho, se por um lado reduz muito os custos de manutenção do Movimento, por outro lado, cria grandes dificuldades, conforme nos indica o depoimento de Ana Lúcia: *“é muito difícil se trabalhar em ONG, pelas dificuldades de recursos, principalmente, o MNMMR, pois a coordenação trabalha de forma voluntária, não recebe um tostão, ou seja, ela tem que ter um outro trabalho para poder se manter. Então, fica difícil dispor de tempo para se dedicar ao movimento.” (entrevista).*

Para superar essas dificuldades, o movimento desenvolve algumas ações específicas. *“Também é uma coisa que o Movimento faz, é fazer encontro para simpatizantes. Porque existem muitas pessoas que simpatizam e colaboram com o Movimento. Então, a gente faz esses encontros, chama essas pessoas, para vê se a gente consegue militantes.”* (Graça, em entrevista). Essa preocupação com a ampliação do número de voluntários é reforçada por Josileide, quando diz: *“a gente tá até para fazer isso, porque a gente está achando que estamos com poucos membros e o nosso trabalho é voluntário e antes, quando eu comecei aqui... por exemplo, a gente fazia um trabalho voluntário, mas a gente tinha o direito da declaração de estágio extracurricular. Hoje em dia isso é proibido, a universidade não está permitindo isso. A gente pretende fazer um trabalho obedecendo essa nova lei dos voluntários, dentro da universidade, dentro do CESMAC, a gente já colocou isso em reunião.”* (entrevista).

A infra-estrutura do MNMMR-AL, para dar suporte a todas suas atividades, não aparece nos documentos, nem nas entrevistas. Mas, pelo que pude observar, é composta apenas de uma sede, em casa alugada, dotada de equipamentos mínimos (mesa de reunião, computador, estantes, geladeira, tv, vídeo, etc.) para funcionamento do Escritório Estadual, que é como eles se referem à sede regional. O fato da sede ser alugada faz com eles estejam constantemente se mudando. Somente durante o período desta pesquisa, já se mudaram duas vezes, sendo que a última foi no mesmo prédio.

Dispondo de poucos recursos financeiros, humanos e materiais, o cotidiano do Movimento é bastante atribulado, sendo praticamente tocado, no dia-a-dia, pelas duas funcionárias.

2. ESTRATÉGIAS

A principal bandeira de luta do MNMMR, definida nacionalmente e que, portanto, é defendida, também, pelo Movimento em Alagoas é o *“combate permanente e sistemático às violações aos direitos humanos e de cidadania das crianças e adolescentes, sobretudo na luta contra o extermínio.”* (Doc.01:04). O destaque para esta questão deve-se à conjuntura da época da fundação do Movimento, quando foram assassinados muitos meninos de rua. Hoje, em todas as ações, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o instrumento legal fundamental que dá suporte a todas as iniciativas, chegando a ser defendido pela atual Coordenadora, bem como por outros membros, como uma bandeira de luta, ao lado de outras mais atuais *“O Estatuto da Criança e do Adolescente, essa questão da idade penal, pela não redução da idade penal e a erradicação do trabalho infantil.”* (Josileide).

Para alcançar seus objetivos, o MNMMR desenvolve as seguintes linhas de ação:

- “ I Conquista e defesa de direitos;
- II Organização e formação de meninos e meninas
- III Formação de educadores e agentes de defesa de direitos
- IV Fortalecimento e expansão”. (Doc.01:03).

A partir destas 4 linhas de ação, em Alagoas foram desenvolvidas as seguintes atividades, no ano de 2000:

“PROJETO FORMAÇÃO DE EDUCADORES

- II Módulo de Formação e Capacitação de Educadores para a Prevenção às DSTs/AIDS e ao Uso Indevido de Drogas;
- III Módulo de Formação de Educadores para a Prevenção às DSTs/AIDS e ao Uso Indevido de Drogas (Avaliação);
- Encontro das Equipes de Formação do Nordeste (participação);
- Reunião de Simpatizantes;

- Curso de Estratégias de Captação de Recursos (participação);
- Encontro de Simpatizantes e Militantes;
- Oficina de Arte e Educação;
- Oficina de Integração Grupal.” (Doc.05:06;07).

“PROJETO CONQUISTA E DEFESA DE DIREITOS

- Participação no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Fórum Permanente Contra a Violência, Núcleo Temático da Criança e do Adolescente, Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e outros;
- Participação em mobilizações, sessões públicas, palestras, seminários e debates;
- Divulgação nos meios de comunicação (15 anos do MNMMR);
- Participação no Grupo de Trabalho Estadual 10 Anos do Estatuto da Criança;
- Campanha Alagoana Contra a Redução da Idade Penal.” (Doc.05: 08;09).

“PROJETO EXPANSÃO E FORTALECIMENTO

- Rearticulação do Movimento nas cidades do interior;
- Visita aos núcleos de base;
- Reunião da Comissão Estadual de Meninos(as);
- Reunião da Comissão Estadual de Educadores(as);
- Visita de articulação em Arapiraca;
- Lançamento do Selo Comemorativo dos 15 anos do MNMMR.” (Doc05:10;11).

“PROJETO ORGANIZAÇÃO DE MENINOS E MENINAS

- Desfile do Bloco do Lado de Fora (carnaval);
- Encontro Estadual da Menina Mulher;
- I Encontro Nacional de Jovens do ECPAT/Brasil (participação);
- Encontro dos Núcleos de Base;
- Encontros municipais de meninos e meninas;
- Encontro Subregional;
- Festas juninas;
- Semana da Criança Ato Público Contra a Violência;
- Oficina sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Debate sobre os 10 anos do ECA.” (Doc.05:11;12;13).

Buscando ampliar o raio de ação de suas iniciativas e/ou apoio às suas ações, o MNMMR-AL tem realizado várias parcerias. Para realizar a Campanha Contra a Redução da Idade Penal, por exemplo, foi constituída uma parceria com as seguintes entidade/instituições: “Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Centro de Defesa Zumbi dos Palmares; OAB-AL; UFAL Núcleo temático da Criança e do Adolescente; Fórum Estadual de Conselhos Municipais; Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania; Juizado da Criança e do Adolescente de Maceió/AL.” (Doc.03:01). Mas no dia-a-dia o Movimento tem feito outras parcerias. Segundo a funcionária Ana Lúcia, “hoje, o movimento faz uma parceria com o Ministério da Saúde, a nível federal e estadual com a Secretaria da Saúde, no trabalho de DST/AIDS. Tem, também, uma parceria com a Polícia Militar, no Programa de Formação de Policiais, no combate à violência a meninos de rua, ou seja, os maus tratos de policiais à criança de rua.” (entrevista). Darlin complementa o quadro informando que “em Palmeira dos Índios, temos parceria com o Movimento Pró-desenvolvimento Comunitário. Eles trabalham com oficinas pedagógicas que desenvolvem um pouco a formação intelectual do menino e a formação profissionalizante. E aqui em Maceió, nós já tivemos a parceria com o CRM (Centro de Ressocialização de Menores), mas por enquanto está desarticulado.” (entrevista). Em relação a esse processo, Graça Bezerra afirma que o Movimento pode fazer parceria “com todas as entidades. Agora, é claro que a gente faz uma reflexão, a gente sabe com

que faz uma parceria, nós sabemos quem são os nossos parceiros, são parceiros que estão realmente comprometidos. Os que não são comprometidos, claro que não vão ser novos parceiros. Então, a primeira coisa que tem é compromisso com a causa da criança e do adolescente, porque senão não adianta a gente fazer uma articulação com uma instituição, seja ela governamental ou não governamental.” (entrevista).

O MNMMR-AL tem participado, ainda, de alguns fóruns de discussão constituídos por entidades da sociedade civil. “Participamos do Projeto Rua, que agora ta com a Fundação do Adolescente, que é uma rede de entidades filantrópicas que dão assistência a crianças e adolescentes, tanto a nível de direito como a nível assistencial.” (Josileide). Essa afirmação é reforçada por Graça Bezerra, que complementa afirmando: “participamos dos fóruns, que são espaços para discussão das políticas públicas. Por exemplo, o Fórum Nacional DCA, que é o Fórum de Direitos das Crianças e Adolescentes, o Fórum de Entidades Não-governamentais, a ABONG - Associação Brasileira de ONG's, a gente participa, também. Então, onde tem fórum, a gente ta lá discutindo.” (entrevista).

A relação do MNMMR-AL com o Estado está baseada em pressuposto, definido nacionalmente, que defende que “mesmo não sendo seu papel, quando segmentos da sociedade resolverem contribuir na execução dessa política (ações sem fins lucrativos) devem receber ajuda técnica e financeira do Governo, exigindo respeito à sua autonomia, identidade e dinâmica própria. A relação da sociedade civil com o Estado não deve ser de “integração”, mas sim de articulação em pontos de convergência.” (Doc.02:25). Essa relação com o Estado tanto se dá na realização conjunta de atividades concretas, como através da intervenção nos conselhos de gestão das políticas públicas, questionando, influenciando, propondo. Segundo Ana Lúcia, o MNMMR-AL tem assento “no Conselho Tutelar, nos Conselhos Municipal e Estadual da Criança e do Adolescente; nos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde; nos programas de apoio à criança e adolescentes, como o PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e outros.” (entrevista).

Toda essa luta, com suas estratégias, ações e dispêndio de energia e recursos humanos, financeiros e materiais não se dá, apenas, para resolver os problemas imediatos de crianças e adolescentes deste Estado e deste País, ainda que isto, por si só, já seria um grande feito. Mas o Movimento entende que, dificilmente, estes problemas serão superados enquanto vigorar o atual modelo de desenvolvimento e forma de organização da sociedade. Assim sendo, propõe:

“A SOCIEDADE QUE QUEREMOS CONSTRUIR:

- Uma SOCIEDADE NOVA, que crie condições para que crianças, hoje marginalizadas, sejam respeitadas como CIDADÃOS-CRIANÇAS e ADOLESCENTES, portanto, sujeitos de Direitos;
- uma SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, onde o povo participe do Poder/Governo para defender seus anseios e onde as crianças e adolescentes tenham vez e voz;
- uma SOCIEDADE ONDE O FRUTO DO TRABALHO seja partilhado com justiça para com aqueles que participam do processo de produção, onde as crianças não sejam exploradas, forçadas a entrar precocemente no mundo do trabalho e utilizadas como mão-de-obra barata;
- uma SOCIEDADE REALMENTE PLURALISTA, onde se respeite as distintas tradições culturais, diferentes manifestações de fé e a humanização de seus membros, diferentes formas De pensar e agir.” (Doc.02:04).

3. IDENTIDADE

O MNMMR é um movimento que luta por direitos, justiça e transformação social. Os depoimentos colhidos entre seus membros demonstram que há uma unidade de pensamento, que externa o arraigamento dessa concepção de movimento. Senão, vejamos: “o Movimento é um movimento que luta em busca da defesa dos direitos, que luta pela justiça social, que busca uma

transformação, de conquista e de defesa de direitos e que traz para esse menino... E que coloca esse menino como portador de direitos, que ele seja reconhecido como cidadão.” (Graça Bezerra). “O Movimento Nacional é um movimento que defende uma política de direitos, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a gente luta para que exista a prática desse estatuto e dessa lei.” (Josileide). “O que caracteriza o Movimento é a luta para garantir os direitos, a defesa da criança e do adolescente, a garra que nós temos, que o movimento tem.” (Darlin).

Como resultado dessa concepção, o MNMMR se autodefine como “uma organização popular, não-governamental, fundada em 1985, autônoma, composta basicamente de voluntários, que busca através da participação das crianças e adolescentes, a conquista e a defesa de seus direitos de cidadania.” (Doc.01:02).

Apesar de se autodenominar Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o MNMMR é composto não apenas de crianças pobres, que sejam ou estejam nas ruas, mas principalmente por voluntários, normalmente ligados a entidades/instituições, governamentais ou não-governamentais, que lidam com crianças carentes. Em Alagoas, pelo que pude observar, os militantes têm, também, esse perfil. Graça Bezerra, em seu depoimento, destaca: “são poucas pessoas, não é todo mundo que tem tempo e dedicação, porque as pessoas têm seus empregos. Por exemplo, eu trabalho na Secretaria de Justiça, dou minha contribuição aqui no Centro de Defesa (da Criança e do Adolescente - CEDECA), sou militante voluntária.” (entrevista).

Por lidar com pessoas que estão no mais baixo nível da pirâmide social, o movimento tem buscado abrir espaços para todos aqueles que, além da exclusão social, sofrem outros tipos de discriminação pela cor, gênero, opção sexual, etc. Segundo Darlin, “existem grupos de base no Movimento que são formados por categorias específicas ou de trabalho. Por exemplo, tem um Núcleo de Base formado só por meninas que já se prostituíram, foram levadas à prostituição. Então, fica bem mais fácil trabalhar só entre elas do que misturando junto com outros meninos. Não é que a gente tenha o preconceito ou diferencie, mas é a questão da facilidade de trabalhar. Esse é o único momento que a gente divide os grupos por gênero.” (entrevista). Ana Lúcia nos diz, ainda, que “aqui no movimento a participação das mulheres é maioria, ou seja, desde a coordenação e demais cargos (função), tendo Josileide (Coordenadora Estadual), Salete (Conselheira Estadual), Maria das Graças (Conselheira Fiscal), Lidja (Articuladora), Ana (Secretaria). Apesar de tudo isso, temos homem nos dando uma força e colaboração.” (entrevista).

4. CULTURA POLÍTICA

Dentro do Núcleo de Base existe uma democracia pura. São os próprios meninos que escolhem os seus representantes. O educador apenas facilita o processo.

Os depoimentos de alguns integrantes nos indicam que a relação dirigente-base, no MNMMR-AL, é marcada pela busca do respeito e da transparência. Darlin afirma que “no Núcleo de Base (...), há um amplo respeito do educador com os meninos e dos meninos com o educador. O educador, ele é formado, dentro do Movimento, para respeitar os meninos no Núcleo, respeitando sua opinião, o seu voto, a sua voz. Dentro do Núcleo de Base existe uma democracia pura. São os próprios meninos que

escolhem os seus representantes. O educador apenas facilita o processo. Quanto aos educadores e dirigentes, tanto a nível estadual como nacional, existe, também, toda a democracia entre eles. Na parte do escritório, entre educadores e funcionários, o tratamento acontece como numa empresa normal, só que com um pouco mais de respeito, porque a gente tenta tratar o nosso funcionário como militante do Movimento.” (entrevista).

Percebe-se, no entanto, que o Movimento também tem seus conflitos internos. Em relação

a isto, Ana Lúcia diz o seguinte: “*nós procuramos trabalhar em harmonia para que os resultados sejam satisfatórios, porém, é claro que existe, como em qualquer entidade, discordância e dificuldades. No entanto, procuramos nas reuniões de comissão local e estadual, através de discussões de pauta, resolver qualquer problema.*” (entrevista). Graça reforça esta afirmação, declarando que “*há conflitos de idéias. Ideais, muitas vezes, diferentes do que se propõe, perfis diferentes de quem foi da origem do Movimento. Então, as relações pessoais nem sempre são prazerosas. Eu acho que existe, em todos os espaços que a gente ocupa, essas relações. Algumas se identificam mais do que as outras. Alguns mais comprometidos, ou com mais clareza do que se deseja alcançar.*” (entrevista). Josileide explicita ainda mais, ao afirmar que “*há gente que abraçou a causa para poder crescer, às vezes profissionalmente, às vezes até arrumar emprego. E tem tudo isso no movimento popular. Eu acho que... só aparece na hora que tem dinheiro, na hora que tem alguma coisa para poder ganhar algum espaço, mas também há pessoas que realmente são comprometidas com as causas.*” (entrevista). Mas além das reuniões citadas acima por Ana Lúcia, Graça nos dá outras pistas de como o Movimento busca superar esses conflitos. “*(...) o mais importante é você trabalhar dentro deste contexto, respeitando essas diferenças. Acho que o momento, em nosso Estado, é de trabalhar essas diferenças com planejamento diário, para saber administrar e coordenar essas diferenças. É a sistemática das reuniões, dos encontros e a transparência nas coisas. Discutir as posturas e tratar, tanto o militante como o menino, como pessoas. Ter o respeito por eles e pelo militante. Dentro desses espaços, tem que haver essa transparência.*” (entrevista).

Em relação aos valores e princípios do MNMMR, nos documentos coletados, pudemos encontrar os seguintes trechos:

Foto: Paulo Lopes

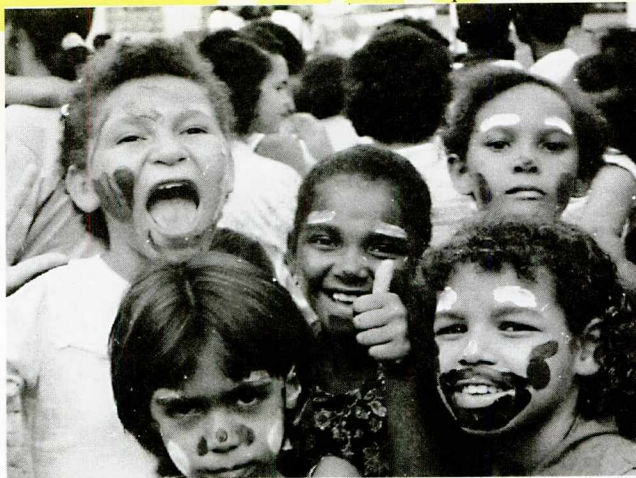
“PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DE ATUAÇÃO:

Considera crianças e adolescentes como seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento; cidadãos, sujeitos de direitos legítimos, que devem participar de decisões sobre sua vida, de sua comunidade e da sociedade em geral.” (Doc.01:02).

“Acreditamos que a ação pedagógica deve fluir com menino, menina e educador, lado a lado, ousando mudar e acertar juntos, sem medo. Nosso desejo é o de contribuir para uma organização social e política que realmente privilegie a organização e a participação de crianças e adolescentes, assegurando um instrumento de realização coletiva.” (Doc.06:02).

“Chamamos a atenção, aqui, para a figura do educador, na sua importância de forjar espaços onde eles possam se encontrar, partilhar suas vidas, organizar e expressar sua luta pela conquista do direito de pensar e agir, de poder construir uma sociedade com os outros, pressupondo a igualdade efetiva e recíproca na participação em todo o poder social, decidindo sobre os problemas comuns.” (Doc.06:02).

As relações de gênero, no MNMMR-AL, são vistas como baseadas no princípio da igualdade. Essa é a idéia que nos passa Darlin, quando afirma que “*no nosso movimento, tanto o menino como a menina, tanto o educador como a educadora, são tratados de forma igual. Existe uma democracia ampla e não há distinção de gênero ou de classe. Numa eleição, pra educadores ou coordenadores, tanto faz o homem como a mulher, o que é avaliado é a capacidade. Isso também acontece com os meninos.*” (entrevista). Josileide vai um pouco mais além, ao afirmar que



o MNMMR-AL “é (...) mesclado, tem participação de meninos e meninas, adultos, homens e mulheres. Essa questão de gênero, a gente discute nas capacitações que a gente faz sobre DST e AIDS. A gente tem um convênio com o Ministério da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde e a gente faz esse trabalho de gênero, das forças dessa questão do machismo, do feminino. Ai é aonde a gente discute um pouco isso da parte de gênero.” (entrevista).

Por trabalhar com crianças e adolescentes, a formação/capacitação torna-se uma questão central para o Movimento. Por isso, apesar das limitações financeiras, essa ação é prioridade, pois, segundo Josileide “a capacitação, quando a gente tem dinheiro para isso, como foi esse ano, a gente faz cronograma inteiro de atividades mensais e sempre fazemos as capacitações, tanto com os voluntários como com os meninos na rua e na periferia. Existem os núcleos de meninos, que eles sempre têm recebido capacitação, tanto em relação às atividades como em relação ao que o movimento faz, que é a defesa dos direitos.” (entrevista). Nesse processo, as atividades artísticas e de lazer estão sempre presentes, pois de acordo com Graça Bezerra, “quem trabalha com menino tem que trabalhar o lúdico, né? Fazer piquenique, levar o menino a um passeio na praia, ficar um dia lá fazendo atividades artísticas, culturais com os meninos. Tudo com um cunho político. A gente discute politicamente essa questão, não é só ir. É por isso que a gente investe na capacitação do educador, para ele ter esse entendimento de levar essa discussão com os meninos. Porque senão, vai ficar só no jogo e vai embora. Foi pro piquenique, pro lazer, mas tudo vinculado a uma formação. Tudo o que a gente faz, o brincar, todas as brincadeiras... Porque a gente não pode trabalhar com as crianças como trabalha com adultos. A gente valoriza tudo isso, principalmente o resgate... trabalhar a questão cultural. Fazer encontros, trabalhar o lúdico com os meninos, mas resgatando as questões culturais: a dança, o folclore. Então, essa questão cultural, a gente tenta trabalhar com eles.” (entrevista).

Este depoimento indica claramente algo percebido na leitura de alguns textos: uma grande preocupação do Movimento com a utilização, ou até a construção, de uma pedagogia adequado a um grupo social que, pela situação a que está submetido, oferece uma maior resistência às abordagens formais e à educação convencional.

Considerações Finais

A partir de breve olhar sobre a história do MNMMR, é possível perceber que, nos seus 17 anos de existência, este movimento tem desenvolvido um importante papel na luta em defesa das crianças e adolescentes que vivem nas ruas deste país. Em seus primeiros anos, teve uma atuação destacada na luta contra o extermínio e contra as condições de vida subumanas a que está submetida essa parcela da população brasileira. Esta luta, articulada com outras entidades e movimentos de defesa da criança e do adolescente, proporcionou importantes contribuições ao processo de construção da cidadania em nosso país. Primeiro, porque colocou na agenda das autoridades e da sociedade brasileira a questão dos meninos e das meninas de rua. Como consequência disto, durante a elaboração da Constituição Federal de 1988, foram incluídos importantes artigos, dos quais deriva uma das principais conquistas: o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir dessas mudanças no panorama legal brasileiro, o MNMMR pôde contribuir ainda mais para mudanças na elaboração das políticas públicas para a infância e adolescência, através da participação nos conselhos de direitos e conselhos tutelares.

Mas tanto quanto as mudanças nas leis e nas políticas públicas, que resultaram na ampliação e melhoria na qualidade dos serviços prestados pelo Estado, o MNMMR contribuiu para provocar mudanças culturais na sociedade, ao defender e despertar na consciência das pessoas a idéia de que crianças e adolescentes, independentes de cor, sexo e classe e condição social, são sujeitos portadores de direitos. Além de tudo isto, o MNMMR é responsável direto pela formação de milhares de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania.

ESCOLAS COMUNITÁRIAS:

Entre o Estatal e o Público

Edijane Maria Guimarães ⁽¹⁾ e Mônica Rodrigues Costa ⁽²⁾

Paulo e João chegam agitados, procuram um lugar para sentar, todos aguardam ansiosos a surpresa do dia. Maria do Socorro entra na sala, coloca sobre a mesa o material de trabalho.

-Bom dia, meninos e meninas!

-Bom dia, professora! Gritam em coro.

Maria do Socorro mal os cumprimenta, uma chuva de perguntas a alcança. A curiosidade sobre o programa da próxima semana é tanta que não se contém. Maria do Socorro percebe naqueles rostos, olhos brilhantes, excitação! É chegada a hora de visitar o grupo de capoeira da comunidade, iniciar o aprendizado e depois organizar o próprio grupo.

Esse tem sido um dos elementos que alimentam a prática educativa, a aproximação entre a comunidade e os escolares, aproveitando os próprios recursos comunitários no processo educativo, os recursos culturais que colaboram para construir uma identidade de classe e resgatar valores socioculturais e políticos da comunidade⁽³⁾.

Assim se constitui o fazer das Escolas Comunitárias, que por se preocupar não apenas com os educandos, mas com o que os circunda, seu modo de viver a comunidade, levou-nos a tomar essa experiência como objeto de reflexão.

É uma organização social que se apresenta num formato associativo, a Associação de Educadores de Escolas Comunitárias de Pernambuco AEEC/PE, que atua nos bairros periféricos dos municípios de Pernambuco, priorizando o atendimento de

educandos oriundos das camadas populares. Sua proposta é incluir aqueles que não conseguem ser atendidos pela rede pública de ensino fundamental, dada a grande demanda populacional.

Atualmente a AEEC/PE passa por uma série de dificuldades, especialmente as de ordem financeira. Sem projetos financiados, lutam por sua sobrevivência e manutenção dos professores nas escolas comunitárias. O que move estas escolas? O que fazem? Qual seu significado na vida de tantas pessoas que vivem cotidianamente sob o crivo da exclusão social? Como se define e constitui sua identidade no conjunto dos movimentos sociais? Que valores, princípios, projeto de sociedade orientam sua cultura política? É em busca de respostas a essas e tantas outras perguntas que nos debruçamos sobre a AEEC/PE. Convidamos a todos para compartilhar de nossas descobertas.

Das Origens ao Nosso Tempo

"Nossa escola é diferente das escolas da cidade, ela é feita de uma luta da nossa comunidade.

Foi um grupo de mulheres da nossa comunidade que entenderam ser escola a maior necessidade.

Conseguiram convencer os homens a participar e construir a escola para os filhos estudar."

Escola Comunitária Maria Estevão

As Escolas Comunitárias, conforme os

1- Edijane Maria é graduanda em Geografia e membro da rede de educadores do Nordeste.

2- Mônica Rodrigues Costa é mestre em Ciência Política e doutoranda em Serviço Social na UFPE.

3- Neste caso em questão, a identidade de classe requisitada pelo movimento é a de classe popular circunscrita a um determinado bairro denominado de comunidade

versos acima atestam, surgem da necessidade dos filhos das comunidades de acesso a escolas da rede pública. Uma história com origem em 1942, à época um sistema público não governamental chamado “escolas da comunidade”, que se espraiaram a partir do Recife para o país, tendo à frente uma equipe de jovens idealistas (Filho, Jesus e Souza, 1993).

Em parte, a razão do surgimento destas escolas no Recife se deve a um crescimento populacional bastante elevado, da ordem de 46% no período entre 1920-1940, acirrando as contradições urbanas referentes à oferta de bens de consumo coletivo, que não correspondiam às demandas por serviços (Cezar, 1985).

Por outro lado, é preciso resgatar a longa tradição de lutas da cidade do Recife e mesmo do Estado de Pernambuco, que desde o período colonial apresenta várias insurgências ao poder instituído. De forma sintética e a título de refrescar nossa memória com alguns exemplos, se pode citar a formação dos Comitês Populares e Democráticos de Bairro já nos anos 1947 e as Ligas Camponesas nos anos 1960.

Claro que estas manifestações da luta popular não deixam de ter suas ambigüidades, como o estímulo realizado por agentes externos, quer sejam eles organizações, partidos políticos, membros vinculados à igreja, ou outros. Nem tampouco pode atribuir um virtuosismo a essas lutas ou simplificá-las a ponto de crer que “as carências levam por si só à ação, nem as mobilizações levam naturalmente à organização” (Cezar, 1985:179).

Ao longo dos anos 1980, as anteriormente chamadas “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, considerando educandos e educadores “como sujeitos ativos deste processo de aprender comunitário, onde todos partilham suas experiências de vida, aprendendo na reflexão sobre suas realidades” (doc.05).

Assim, muito mais do que um projeto educativo para os não-inclusos no sistema público de ensino, as Escolas Comunitárias se propõem a ser agentes sociais de transformação social. Assumindo a realidade das comunidades como parte do processo ensino-aprendizagem, numa relação intrínseca com a vida comunitária, sua base de ação é a experiência

das pessoas.

Orientada para esta finalidade a de ser agente de mudança, o Movimento das Escolas Comunitárias se reuniu na AEEC, em 02 de outubro de 1986, assumindo um perfil que operacionalizou e deu forma política ao debate educativo.

Nesse período e em referência ao cenário nacional, compreendemos que além da influência da luta em todo país pela redemocratização da nação e dos processos de reorganização da sociedade civil que ocorre, a própria distribuição da população afeta a dinâmica das cidades. A intensificação do êxodo rural praticamente triplicou entre 1950 e 1980 a população urbana, e este fator não se deve exclusivamente à seca ou à pobreza no meio rural, mas por conta da entrada do capital no campo (Cadernos do Nordeste, nº 5, 1994:05).

O (re)surgimento das lutas através das demandas populacionais por serviços deve, portanto, ser compreendido a partir dos elementos do contexto político, social e econômico do período. A pressão popular pela abertura política, o pouco crescimento econômico aliado à ausência de distribuição de renda e as conseqüências sociais destes dois processos excludentes.

Esse cenário torna mais clara a opção política das escolas comunitárias em ser agentes sociais de mudança da realidade, bem como faz compreender a criação da Associação de Educadores das Escolas Comunitárias de Pernambuco-AEEC como uma “entidade civil de promoção sociopedagógico, cultural e de profissionalização de crianças, adolescentes e educadores dos bairros periféricos e dos municípios de Pernambuco” (doc.04:01).

A mais antiga escola comunitária foi fundada em 1978, no entanto só em 1986 as Escolas Comunitárias constituíram a AEEC/PE. Naquele período, seu objetivo era o “fortalecimento das iniciativas comunitárias pró-educação para todos, com qualidade e que levassem em consideração o acervo cultural e o conhecimento construído pelos agentes envolvidos no processo educativo” (doc.04:01).

Algumas das escolas comunitárias que compõem a AEEC/PE foram fundadas

atreladas a vereadores do município de Recife, cuja intenção era a manutenção da cultura da "troca de favores", inclusive garantindo recursos via convênios com a prefeitura e governo do Estado sem passar pelo crivo da entidade ou favorecê-la no seu conjunto. Existem também casos de escolas comunitárias não filiadas à AEEC.

Durante sua trajetória histórica, a AEEC fez algumas parcerias para o desenvolvimento de suas atividades (Governos Municipais de Recife, Olinda e Jaboatão; Secretaria de Educação Estadual; Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade Católica, através do NUAMPO - Núcleo de Apoio aos Movimentos Populares). Com algumas Organizações Não Governamentais como: Coletivo Mulher Vida, Movimento de Meninos e Meninas de Rua, CENDHEC-Centro Dom Hélder Câmara, CENAP- Centro de Animação Popular, ETAPAS- , Centro de Cultura Luiz Freire, SOS Corpo Gênero e Desenvolvimento e CEAS-Urbano.

As fontes de recursos acionadas historicamente pela entidade têm origem bastante variada, como a União Econômica Européia, Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência FCBIA; Conselho Mundial de Igrejas; AMAS; Clube de Diretores Lojistas CDL; Frente das Entidades não Governamentais; Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e Centro de Articulação Retome sua Vida.

A constituição da AEEC num período imediatamente anterior à elaboração da Constituição Federal possibilita a sua participação nas propostas de emendas populares na construção da Lei Orgânica do Município, no tocante à política de Educação e, posteriormente, na luta para inclusão das Escolas Comunitárias no Orçamento Público. Colabora, ainda, na Elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente e na implantação dos Conselhos Municipal e Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente.

Do ponto de vista pedagógico, a opção da AEEC é a educação popular, priorizando nos anos 1990 de um modo geral a qualificação da sua prática, através de encontros e seminários para debater temas de relevância na política educacional e de cursos de capacitação para

seus educadores, merendeiras e coordenação pedagógica.

A Associação dispõe de alguns mecanismos de gestão que se organizam do seguinte modo: Assembléia Geral, Conselho de Coordenadores, Conselho Executivo, que se desdobra em três Comissões: Finanças, Pedagógica e Comunicação. Seu organograma fica da seguinte forma:



Esta estrutura está no momento da pesquisa sendo repensada. A direção da entidade está reformulando o estatuto, que tem duração de dois anos, o qual agora querem passar para quatro. A principal mudança é o formato organizacional, a proposta é tirar a direção da forma colegiada para um sistema presidencialista.

A AEEC não dispõe de funcionários, são os próprios membros da Coordenação que realizam as tarefas administrativas, inclusive os educadores e merendeiras trabalham por vezes sem receber salário, incorporando essa atividade como militância.

...muito mais do que um projeto educativo para os não-inclusos no sistema público de ensino, as Escolas Comunitárias se propõem a ser agentes sociais de transformação social.

A sede da AEEC funciona no Bairro dos Coelhos no Centro de Trabalho e Cultura - CTC. Possui infra-estrutura, inclusive um carro e espaço físico para reuniões da

equipe pedagógica, para funcionamento administrativo e para as assembléias.

Atualmente tem um corpo técnico de seis Coordenadores responsáveis pela entidade, um assessor, dez educadores que formam a equipe pedagógica, quatro na equipe de formação, seis na equipe de comunicação. Contam ainda com um corpo de apoio de setenta e três Coordenadores de escolas, setenta e três merendeiras e duzentos e dezenove educadores.

As Assembléias têm uma dinâmica intensa, são promovidas mensalmente para fazer as discussões gerais da entidade. Contudo, os encontros de estudo promovidos pela Comissão Pedagógica, por terem programações específicas, deixam a desejar quanto à troca de conhecimentos entre os educadores (doc.3:05).

Foto:Paulo Lopes



Não se pode esquecer que a razão de existência do movimento de escolas comunitárias é sua prática pedagógica, segundo afirma sua missão institucional: “congregar educadores e escolas para promover atendimentos de educação formal e informal a crianças, adolescentes e adultos de bairros periféricos, alijados do sistema oficial de ensino” (doc.4:6). Se esta não é favorecida por um diálogo permanente entre as experiências corre o risco de fragilizar sua intervenção.

O Conselho de Coordenadores se reúne uma vez por mês e o conselho executivo ou Coordenação interna se encontra duas vezes por mês. As Comissões de comunicação e pedagógica se encontram quinzenalmente e a Comissão de finanças mensalmente (doc.5:06).

É anualmente elaborado um calendário de atividades escolares, com cronograma, metodologia e princípios educativos que designam as responsabilidades das Comissões e das Escolas Comunitárias, distribuição dos dias letivos e a relação das escolas.

A AEEC envia para as Escolas Comunitárias uma ficha de atividades escolares, na qual cada uma deve registrar mensalmente o período de matrícula, datas da reunião de planejamento e organização da escola, datas de reunião com mães e pais e as datas comemorativas (doc.05:10).

Os critérios para credenciamento das escolas comunitárias na AEEC são: espaço físico com no mínimo duas salas, dois banheiros, uma secretaria, uma dispensa, uma cozinha e espaço para recreação. Ter uma estrutura funcional, quadro de pessoal, secretaria e corpo docente comprometido com a filosofia das escolas comunitárias (doc.1).

A AEEC elaborou um roteiro para construção de regimento interno de cada escola comunitária, indicando que ele não é um modelo, “uma camisa-de-força”, mas um instrumento auxiliar na organização e funcionamento da escola. Este regimento serve à consulta nos casos de decisões a ser em tomadas na comunidade educativa⁴. O regimento contém uma distribuição em capítulos que tratam da caracterização da escola, das finalidades, da diretoria/coordenação, dão funcionamento à secretaria, à tesouraria, ao corpo docente e à assessoria pedagógica; funcionamento da biblioteca e organização didática da escola (doc.2).

Quanto à prestação de contas, não há como apresentar dados, uma vez que não nos foi disponibilizada a informação a seu respeito. A comunicação interna é feita através do

⁴- O termo comunidade educativa tem sido ricamente utilizando por alguns autores (...), aqui o mesmo quer indicar o envolvimento das famílias usuárias, dos educandos e educadores na vida das escolas comunitárias

boletim “Pirralho”, no entanto sua periodicidade é irregular, se existem outras formas de comunicação, além da assembléia e deste boletim informativo, não dispomos da informação.

Isto se deve às dificuldades financeiras por que passam as Escolas Comunitárias desde o seu início: ora conseguem financiamento de projetos, ora estão sem recursos. Há também uma certa dependência em relação aos recursos públicos, uma de suas principais lutas atualmente é a legalização de destinação de recursos às Escolas Comunitárias pelo Orçamento Público, uma vez que ficam sempre à mercê deste ou daquele governante e de sua vontade política em relação a este movimento.

Está em processo de negociação com a Prefeitura do Recife, um convênio junto a Secretaria de Educação, para garantir a merenda das escolas e uma verba para ajuda de custos para os professores e merendeiras. Conta ainda para a manutenção da estrutura hoje existente com um valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), embora seja insuficiente. Não possui atualmente nenhum projeto financiado pela cooperação internacional.

Com relação a essa problemática, não se observa ainda no movimento nenhuma discussão a respeito de sustentabilidade: a camada populacional a que se destina não dispõe de recursos que possam bancar as escolas; não dispõe de recursos tecnológicos (computadores, internet etc.) que dêem suporte às atividades das escolas e que poderiam gerar renda e, além disso, a “falta de capacidade de gerenciamento que atenda as necessidades atuais” (doc.4:4) são circunstâncias que podem dificultar até mesmo o debate sobre o assunto.

No 5º Encontro Nacional das Escolas Comunitárias, o Fundo Nacional de Valorização do Magistério e Desenvolvimento do Ensino Fundamental FUNDEF esteve em pauta. Este é um instrumento que vem regendo o acesso aos fundos públicos pelas escolas da rede pública, no que diz respeito ao ensino fundamental desde 1996, e pleiteado pela rede de escolas comunitárias em todo o Brasil.

O FUNDEF é um dos instrumentos utilizados na reforma educacional em curso, tendo como objetivos “racionalizar o gasto público e redistribuí-lo entre os níveis de

ensino, de modo a aumentar a eficiência interna do sistema, ampliando a cobertura, melhorando o fluxo escolar e elevando os níveis de aprendizagem dos alunos” (Gil, Silva e Di Pierro, 1999: 168).

Segundo os autores supracitados, o governo federal conseguiu a partir deste dispositivo suprimir sua responsabilidade com recursos no investimento do ensino fundamental, legitimando sua prática de aplicar maior montante de recursos com o ensino superior. Conferindo aos estados e municípios a responsabilidade através de um fundo contábil, que vincula os recursos às matrículas registradas no ensino fundamental.

Seus objetivos estratégicos querem fazer prevalecer “a justiça social, equidade, descentralização, melhoria da qualidade da educação e valorização do magistério” (idem). Contudo, as avaliações realizadas por vários atores sociais, a exemplo da CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e o CONSED Conselho Nacional de Secretários de Educação, apresentam as contradições e distorções provocadas pela implantação do FUNDEF, gerando inclusive disputas por recursos entre os níveis de poder.

De que contradições estão tratando? Os autores fazem uma avaliação dos quatro principais objetivos do FUNDEF já citados, demonstrando mudanças na essência da política educacional: 1) há um entendimento governamental de que não faltam recursos, falta um melhor gerenciamento; 2) deixa de lado a discussão da universalização do ensino e focaliza a política no ensino fundamental para a população de 7 a 14 anos; 3) a lógica atual, além de romper com a universalidade da educação básica, desarticula os vínculos entre educação infantil, ensino fundamental e médio; 4) o ensino supletivo não conta para investimento de recursos e 5) a melhoria da remuneração dos professores só ocorreu nos municípios que pagavam salários inferiores à média nacional.

As Escolas Comunitárias entraram também na disputa por estes recursos, o governo federal instituiu a formação dos Conselhos Escolares como um dos requisitos para o seu acesso, o argumento das escolas comunitárias é que sua estrutura organizacional já contempla esta exigência. O seu auto-

reconhecimento como parte do sistema municipal de ensino é mais um argumento para assegurar o apoio técnico e financeiro por parte dos municípios às escolas comunitárias (doc.9:06).

Riquezas

“Através do diálogo, refletindo juntos sobre o que sabemos e não sabemos, (sobre os acertos e erros), podemos a seguir atuar criticamente para transformar a realidade”. **Paulo Freire, 1986)**

A AEEC/PE, formulada juridicamente como uma Associação, apresenta ambigüidades quanto ao seu auto-reconhecimento, ora se apresenta como “entidade civil de promoção sociopedagógico (...)” (doc.4:01), ora como “uma organização pública não governamental (...)” (doc.05:04). Contudo, isto não pode ser considerado como crise de identidade.

Senão vejamos, as escolas comunitárias se reconhecem como movimento e estão reunidas na AEEC em defesa dos direitos da cidadania, principalmente em defesa dos direitos das crianças e adolescentes e das comunidades da qual fazem parte, conforme proposta político-pedagógica, “a conquista da cidadania através da consecução dos direitos inalienáveis (educação, saúde, lazer, moradia, trabalho), assegurados pela constituição federal, tem sido um dos principais marcos da organização das comunidades, das escolas comunitárias e dos educadores que as constituem” (doc.4:01).

Além de sua clara atuação na luta por direitos, a AEEC/PE explicita seu papel no processo educativo das Escolas Comunitárias, evidenciando o apoio pedagógico, a consolidação da metodologia de trabalho, a preocupação com a capacitação dos educadores e a articulação entre as escolas.

Desse modo, o debate em torno da identidade não se qualifica pelo tipo de organização que é ou pretende ser, mas do ponto de vista da proposta pedagógica à qual se vincula. A AEEC se afirma como organização que atua no campo da Educação Popular, construindo uma identidade entre as diversas experiências pedagógicas que as escolas

comunitárias desenvolvem. É assim que reconhece seu valor político e sua vitalidade junto ao tecido organizativo do movimento popular (doc.5:04).

A AEEC acredita que sua opção político-pedagógica pela Educação Popular constrói uma “identidade de classe entre professor e aluno, no sentido do resgate de seus valores sociais e culturais, do fortalecimento da auto-estima para integrá-los na luta para conquista de seus direitos” (doc.05:04). Ou seja, se constitui numa relação entre iguais, que igualmente buscam a conquista de seus direitos e cujos valores sociais e culturais são partilhados.

As mulheres ocupam lugar de destaque no movimento. Segundo os relatos as escolas comunitárias, surgem da luta das mulheres por escolas para seus filhos e este destaque permanece quando se observa a direção do movimento, composta em sua maioria por mulheres.

Basicamente, é possível dizer que a AEEC possui dois objetivos gerais, um como movimento social, que se traduz na seguinte frase de uma entrevistada: “*acreditamos que vamos transformar a sociedade*” (ent.03), e que se faz presente nos documentos coletados, e outro de ordem mais operacional: “*promover educação de qualidade, em escolas comunitárias, nos bairros de baixa renda, na cidade de Recife e municípios do Estado de Pernambuco, como elemento estimulador da organização do público-alvo na conquista de sua cidadania*” (doc.4:07). Traduzido nas entrevistas como “*uma melhor qualidade de vida do ser humano*” (ent.01) e nas bandeiras de luta por “*qualidade do ensino, o desenvolvimento escolar, a qualificação dos alunos, professor*” (ent.01).

A busca por melhor qualidade de vida significa para o movimento o fortalecimento das “relações políticas e sociais na comunidade (...) e adquirir consciência crítica que lhes possibilite fazer releitura da realidade” (doc.3). Sua correspondência no campo pedagógico é a melhoria da qualidade do trabalho educativo oferecido às crianças e seu reconhecimento pelo Estado.

No campo da qualificação do trabalho oferecido, há diversas iniciativas de formação

dos educadores. Uma delas, realizada no período de julho de 1994 a janeiro de 1995, envolveu 180 (cento e oitenta) educadores numa primeira etapa. Dessa capacitação resulta a clarificação teórico-metodológica do trabalho educativo desenvolvido por elas e sistematizado coletivamente, de cujo documento foram extraídos alguns dos conteúdos deste texto.

Sobre as tendências pedagógicas que informam a metodologia de trabalho dos educadores junto à pré-escola, a tendência crítica⁵ é identificada como a que mais se aproxima da prática das escolas comunitárias, além de alguns aspectos das tendências Piagetiana e Cognitivista que também são identificados. Outros referenciais também são apontados no 5º Encontro Nacional das Escolas Comunitárias, como fundamentos da prática pedagógica: Paulo Freire, Frenet, Emília Ferreiro.

Os principais fundamentos que esses referenciais trazem para as escolas comunitárias dizem respeito ao relacionamento entre o conteúdo curricular e o contexto humanitário, social, econômico, lúdico e cultural do educando. A relação entre o senso crítico, criatividade, melhoria das condições de vida e do processo ensino-aprendizagem, revelando-se na metodologia através do enlace entre os conteúdos e as atividades desenvolvidos sobre os temas da realidade de forma “aberta, dialógica e participativa” (doc.9: 4).

Alguns valores e princípios informam a prática pedagógica em sua dimensão socioeducativa, como principal fonte de inspiração a AEEC, afirma o seu compromisso com uma educação libertadora, do homem e da sociedade. Esses princípios funcionam no plano prático nas ações de valorização do conhecimento acumulado pelos agentes envolvidos no processo; na utilização da cultura local como elemento pedagógico das escolas; num trabalho norteado pela abertura à revisão; pela busca permanente de conhecimento e

pedagogias que fundamentem o trabalho e pela intervenção no desenvolvimento local sustentável, considerando os direitos conquistados e a organização comunitária que valida esses direitos, formulando políticas públicas favoráveis ao grupo.

Foram eleitos alguns enfoques prioritários para o trabalho pedagógico, dentre eles a educação baseada na equidade de gênero e combate a todas as formas de violência, nos valores da cultura negra e respeito às outras etnias e na conscientização ambiental (doc. 4).

Toda ação está impregnada por modos de ver o mundo, orientada por valores e princípios, em relação a uma cultura específica. No caso da AEEC, seu campo de atuação específico é a educação, mas na composição do universo dos movimentos sociais sua intervenção mais abrangente é na política.

É através da educação que constrói seu projeto de transformação social, busca, por assim dizer, alterar a cultura política local, entendida como a construção social específica de cada sociedade e o que politicamente tem relevância nesse processo, através da “produção de novos sentidos, valores e princípios sociais” (Costa, 2002:02) como bases para a mobilização comunitária e sua transformação.

A AEEC ao longo de sua existência conta com o apoio e assessoria de pessoas e algumas entidades na formulação de seu trabalho. Podemos perceber sua influência na elaboração dos documentos e ações. Confirmando a existência do estímulo histórico dos agentes externos na construção dos movimentos sociais e colaborando para romper com a idéia de que as carências sociais são suficientes para sua constituição e desenvolvimento.

A participação em conselhos de políticas públicas como educação, saúde e conselho tutelar visa primordialmente a defesa e o reconhecimento das escolas comunitárias como parte do sistema de ensino, ou seja, as escolas comunitárias se vêem como parte da

⁵- De acordo com Sônia Kramer (s/d) essa tendência se refere a criança e o professor como cidadãos, sujeitos ativos do processo de ensino-aprendizagem, integrando a família nesse processo, assim como considera as contradições da vida social e uma socialização ativa e dinâmica.

rede pública de ensino, ao mesmo tempo em que são tratadas pelos governos (municipal e estadual) como uma “rede paralela de educação alternativa” (ent. 3). Outro fator que colabora para esse conflito é a visão dos educadores das escolas da rede pública, conforme o mesmo depoimento: “os próprios educadores da rede pública são contra nós educadores de colégios comunitários” (ibidem).

Percebemos que há uma preocupação constante em dar visibilidade ao trabalho das escolas comunitárias de maneira a valorizá-las, de torná-las reconhecidas como espaço educativo que visa incluir as crianças que não conseguem ter acesso ao sistema público de ensino. O que nos chama a atenção é que provavelmente sem esse reconhecimento não é possível a negociação em torno de convênios que as mantenham vivas e funcionando. Neste sentido, a luta é também por recursos.

A participação nos conselhos é respaldada por parcela do movimento de escolas comunitárias. Há uma discussão interna entre o representante, a coordenação da AEEC e as coordenações das escolas, contudo as bases do movimento não acompanham ativamente este diálogo, a não ser através das assembléias.

A atual ausência de recursos tem fragilizado em muito as ações da Associação, principalmente aquelas voltadas ao aspecto lúdico-cultural, o que significa dizer que, embora algumas escolas consigam manter atividades culturais e pedagógicas, há um afastamento real de tais atividades por boa parte.

Acredita-se que o fato de a maioria dos professores serem jovens e adolescentes em início de vida profissional (ent.2 e 3), seja um exemplo emblemático para refletir em torno da sobrevivência das escolas comunitárias, considerando que as questões do primeiro emprego, a disponibilidade para o trabalho voluntário e a participação política façam parte atualmente do universo juvenil.

Primeiro porque os jovens desejam algum nível de experiência para ingressar no mercado de trabalho, mesmo que precisem abrir mão de alguma remuneração. Em segundo, porque estes jovens têm referências familiares que de alguma forma cuidam do seu sustento. Em terceiro, é possível que o trabalho da AEEC

na comunidade repercute nesses jovens como inspiração política e social e eles se sintam, portanto, motivados ao exercício de participação. Estas reflexões se fortalecem à medida que muitos destes professores que passaram pelas escolas comunitárias encontram-se hoje nas universidades e até em pós-graduação no exterior (ent.1).

Foto: Paulo Lopes



De qualquer modo, esse exemplo nos revela a capacidade de recrutamento do movimento e, ao mesmo tempo, o modo como tem sobrevivido às dificuldades de origem financeira, mantendo suas atividades ainda que de modo precário.

A fragilização repercute em outras dimensões da vida do movimento, respingando inclusive sobre sua gestão e sua estrutura organizativa. Há uma mobilização de energias em torno de um repensar o todo organizativo e as próprias estratégias interventivas. Tais questões aparecem nas entrevistas sob a forma de críticas quanto ao direcionamento político-administrativo que interfere na construção das relações internas e nas ações, inclusive há uma avaliação de que a “centralização administrativa desfaz(endo) toda construção coletiva desenvolvida” (alteração nossa) (doc.4:04).

Em geral, as divergências são vistas como elementos externos à política, conforme o seguinte relato: “gestão é muito complexa, porque existe a divergência, por mais que a gente seja conscientizado, por mais que a gente seja politizado, participe de vários cursos de capacitações e formações, mas sempre existem

as divergências internas” (ent. 1).

A divergência é considerada, neste caso, como a contramão das relações políticas e não parte do ambiente democrático ou, dito de outro modo, como se os membros do movimento devessem pensar de forma homogênea. O conflito não é tratado como uma outra face da mesma moeda a democracia.

Por outro lado, o que se questiona objetivamente é a condução político-administrativa da entidade, separando o pessoal do dirigente, *“as pessoas são ótimas, enquanto pessoas, mas ainda com relação à administração, precisam melhorar”* (ent.1).

Essa problemática gerou um repensar da estrutura da instituição, do seu estatuto e os critérios para composição da direção da entidade. Conforme informação anterior, a AEEC tem uma coordenação geral e comissões, a proposta de mudança visa passar a ter uma estrutura mais vertical com presidente, tesoureiro(a) etc; modificar a gestão de dois anos para quatro e mexer nos critérios para composição da direção da AEEC. Para ser membro da coordenação da entidade há um critério que exige ter dois anos de experiência nas escolas comunitárias, entre outras coisas. Esses critérios são considerados atualmente, segundo uma entrevista, como negativos, por isso estão *“querendo modificar, isto está muito ditador”* (ent.3).

Parece-nos que essas alterações não correspondem de forma coerente aos princípios democráticos e libertários propugnados pela própria AEEC, no sentido de que uma estrutura vertical possa alterar a forma de relacionamento entre a direção e as bases do movimento, se uma estrutura um pouco mais horizontal não foi capaz de alterar essa relação.

Até mesmo as eleições para direção da entidade dificilmente têm concorrência, em geral as pessoas são eleitas em assembléia, porque se colocam como candidatos potenciais, os mais votados são eleitos.

Considerações Possíveis

No contexto atual em que a gestão do município do Recife é de uma frente de partidos do campo democrático popular, e o prefeito eleito é do Partido dos Trabalhadores, as ações

da Secretaria Municipal de Educação indicam que seu objetivo é incluir as crianças através do fortalecimento da rede municipal de ensino, pode parecer à primeira vista um contra-senso um investimento de sua parte nas escolas comunitárias.

No entanto, no cenário nacional a atual política educacional segue uma lógica que responsabiliza os municípios pelo ensino fundamental, restringe o acesso aos recursos públicos federais e, portanto, limita seu poder de fogo na prestação desse serviço. Esta tem sido a estratégia para todas as políticas sociais, torná-las focalistas e excludentes.

Diante deste quadro, pode-se antever que a relação entre o poder municipal e as escolas comunitárias será conflituosa. Por mais que a gestão atual tenha como prioridade a inclusão das crianças no sistema educacional, sua capacidade de dar resposta está limitada pelos recursos disponíveis. As escolas comunitárias seguirão como importante instrumento inclusivo, mas o que dizer da expectativa em torno de uma gestão de esquerda, no sentido de resolver os dramas financeiros nos quais estão envolvidas há tempos?

Principalmente por sua luta de reconhecimento e acesso a recursos públicos, crê-se que este é um meio de campo confuso e gelatinoso. Para manter uma relativa autonomia é necessário que as escolas comunitárias invistam sistematicamente num projeto de sustentabilidade.

É certo que educação é um direito e um dever dos governos nos diversos níveis, portanto, eis a primeira contradição. Por outro lado, se os governos nunca deram conta de responder à demanda por educação, o movimento das escolas comunitárias tornou-se relevante para a sociedade, principalmente para os destituídos desse direito.

Cabe aqui discutir o que é de caráter público ou pertencente à esfera pública. O caráter público de uma ação não significa necessariamente que é ou deva ser estatal, o público é em si mais abrangente. O público se define pelo que é destinado à coletividade, ao uso de todos. Neste sentido, há uma imbricação entre a esfera pública e a democracia. Nela deve prevalecer o sentido do público, dito de outro

modo, o direito de todos, nos quais se insere o direito das comunidades de educar seus filhos, desse modo, então, as escolas comunitárias possuem um caráter público, porque atendem crianças das camadas populares.

Há que contar também que nessa trama se tecem outros tipos de teias, muitas vezes os interesses privados se travestem de comunitários, de coletivo. Como não há uma homogeneidade de interesses, é possível que algumas dessas escolas comunitárias estejam se beneficiando ao atender a interesses privados de políticos, que buscam o apoio comunitário para se manter no poder barganhando alguns privilégios.

Estas ambigüidades presentes no social e no movimento das escolas comunitárias colaboram para que as relações entre o sistema público de ensino e as escolas comunitárias sejam no mínimo conflituosas. E neste caso específico, percebe-se a existência de apoio financeiro da administração pública municipal, mas não como prioridade, uma vez que a prioridade em questão é o máximo de inclusão das crianças na rede de ensino pública.

É justa sua reivindicação por reconhecimento e mais ainda sua conquista de espaço nos diversos conselhos e no orçamento participativo. Certamente o diferencial é a sua opção político-pedagógica, a opção por uma proposta pedagógica que reconhece a experiência, o mundo no qual estão inseridas as crianças e o investimento numa releitura crítica desta mesma realidade é fundamental no desenvolvimento de sujeitos.

Sua identidade como movimento se formata a partir do pressuposto de que são parte educandos e educadores de uma mesma realidade, lutam pelos mesmos direitos, se reconhecem mutuamente na busca por igualdade.

A dinâmica do movimento, em sua intensa busca pela melhoria do trabalho que desenvolve, contribui para que as bases de sua formulação pedagógica estejam sendo constantemente revistas e aperfeiçoadas.

Seu produto é a educação, voltada à integralidade do homem gerando riquezas interiores e subjetivas. Este é o seu principal potencial, a capacidade de alterar a condição, ainda que de modo inicial, da vida dessas

crianças e também sua “fraqueza” na captação de recursos. Na atualidade, a educação atende cada vez mais as demandas e exigências do capital e não da cidadania. A educação é hoje o segundo maior negócio do mundo, principalmente porque o conhecimento cada vez mais especializado encontra espaço no mercado de trabalho, o capital quer trabalhadores propositivos, que colaborem para acelerar sua acumulação.

Ao produzir um tipo de conhecimento que segue outra lógica, a da cidadania, torna-o pouco valorizado e “vendável”, a ausência de recursos tecnológicos que possibilitem acessar este mundo da informação favorecem sua desvalorização.

O projeto de transformação social a que se propõe, mediado pela educação e pela mobilização da comunidade, não possui a visibilidade desejada, seus resultados não estão registrados, há uma carência de informação a

A educação é hoje o segundo maior negócio do mundo, principalmente porque o conhecimento cada vez mais especializado encontra espaço no mercado de trabalho...

esse respeito, a sistematização do produto de sua ação existe apenas no plano intencional. Até porque sua intervenção se encontra restrita ao cotidiano das comunidades, não há uma articulação consistente com outros movimentos ou lutas mais gerais. O movimento está ainda ensimesmado, apesar de sua já duradoura existência.

Outro aspecto a ser considerado é a forma como o movimento tem absorvido em sua organização e relações internas a questão da democracia. Os conflitos internos foram dissimulados, a tentativa de despistar sua existência fez o efeito contrário. Aparece de forma mais relevante no diálogo sobre a gestão, a forma de condução das atividades e da entidade. Contudo, o conflito é tratado como uma exterioridade das relações de poder e não

inerente a elas. Houve indicativo de que problemas na gestão anterior agravaram a situação da gestão atual, não se sabe se a ordem destes problemas é política ou administrativa.

Como o poeta Antonio Cícero, cremos que “guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se a coisa à vista”. Ao escamotear os problemas, perde-se de vista as formas de resolvê-los. Neste sentido, se poderíamos colaborar para melhor tratar os problemas, perdemos o objeto de vista, o movimento perdeu-o também e a possibilidade de iluminá-lo sob outros pontos de vista.

Preocupa-nos que a proposta para resolução dos problemas esteja centrada na alteração de uma estrutura mais dinâmica e leve para uma estrutura tradicional que geralmente leva a personalismos, isto não seria um retrocesso em termos da democracia propalada por seus documentos e entrevistas?

Há também diferenças entre a centralização administrativa e gestão centralizada, a primeira pode atender a necessidade de ser mais ágil, a segunda interfere no processo de tomada de decisões, se o processo de deliberação é coletivo, uma gestão centralizada colaborará para que não mais o seja.

Seria mesmo o principal problema relativo a sua formação, ou precisariam ser revistos outros aspectos do movimento? Uma maior articulação com outros movimentos, uma maior abertura para o debate da política educacional na cidade e no Estado com outras parcerias. Muito teria o movimento a contribuir socialmente nesta temática, primordialmente para potencializar sua já existente capilaridade social ou sua parcial capilaridade, uma vez que não se sabe ao certo se a comunidade educativa, nos moldes a que se propõe, de fato tem

funcionado em todas as escolas comunitárias.

Por fim, mais duas questões relevantes, a primeira diz respeito à relação entre se ver como movimento social e ao mesmo tempo estar congregado numa entidade jurídica. O que indica a sua identidade de movimento social é a sua capacidade de “movimentar”, de estar presente na vida das camadas populares, de envolvê-las ativamente no processo educativo, enquanto que o fato de fazer-se representar por uma entidade nos revela a freqüente necessidade de sustentar-se, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também organizativo, de ter uma espécie de “porta-voz” que vocaliza suas necessidades.

Em segundo, a tensão na gestão pública municipal, provocada pela relação com entidades desta natureza, certamente esta não é a única e exclusiva experiência desse tipo. O que ela nos revela é a necessidade de uma releitura sobre a relação público-privado, um alerta sobre os desafios presentes na complexidade da sociedade atual que nos coloca frente a frente com uma nova configuração de esfera pública.

Um indicativo de que o tempo presente nos convida a redefinir o Estado que queremos, com que proporções, sem que isto afete os direitos fundamentais do ser humano. E pensar sobre um modelo de desenvolvimento que possa considerar o processo histórico que fez nascer a diversidade societária na qual estamos inseridos.

As Escolas Comunitárias cumpriram em seu longo percurso um papel relevante, socialmente falando, e a menos que possamos reverter os caminhos que o Estado brasileiro tem percorrido diante do que é interesse público, elas continuarão exercendo esse papel historicamente, com ou sem ambigüidades.

NAS ONDAS DO RÁDIO

Mônica Rodrigues Costa⁽¹⁾

*"No local tem-se a obediência e a revolta.
Há sempre as duas coisas".
Milton Santos*

Nas comunidades, em termos de comunicação, obediência significa escutar as "rádios comerciais"⁽²⁾ que veiculam informações selecionadas pelo crivo político e econômico. A revolta é a busca pela liberdade de expressão, justamente criar um espaço de elaboração de outras mensagens, sintonizadas com a dinâmica comunitária, suas necessidades e apelos.

"A rádio-difusora tem uma longa história e também sua evolução. Da antiga utilização nos parques de diversão do interior, passa a ter um papel de grande importância na mobilização da comunidade, na conscientização e na divulgação de notícias que o próprio povo é sujeito". (doc. 57).

A comunicação que sempre teve sua importância para a humanidade, nos tempos atuais assumiu um papel de destaque, principalmente a partir das novas tecnologias que deram maior agilidade às informações em tempo e espaço reais.

As rádios comunitárias como parte do debate no campo da comunicação, ganham corpo, se disseminam pelos quatro cantos do país a partir da década de 1980, fazem circular informações relacionadas aos interesses das comunidades, valorizam sua dinâmica e cultura, criam novas pontes entre a população e suas organizações. Exercem um papel educativo e mobilizador, enfim difundem e formam opinião.

Em Pernambuco a Rádio Sabiá na Guabiraba, foi pioneira, fundada em 1984 serviu de referência durante bastante tempo para outras que foram surgindo. Aqui o foco não será a história específica de nenhuma das rádios e ao mesmo tempo de todas, já que nós optamos por conhecer a dinâmica das rádios comunitárias através da Associação das Rádios Comunitárias e Livres do Estado de Pernambuco, a ARCL's como é mais conhecida, anteriormente de atuação metropolitana.

Do Improviso à construção do movimento

Muitas das rádios comunitárias nasceram de grupos culturais e nas associações de moradores, com o intuito de mobilizar as pessoas a participar das atividades e reuniões das mesmas. A maioria no improviso "uma rádio em cima do carro-de mão" (ent.03), "saíamos com a bicicleta com megafone pra chamar para assembléia, para missa(...)" (ent.01). A partir destas iniciativas improvisadas, vão surgindo aos poucos as rádios de corneta⁽³⁾ (alto-falantes) e caixas de som nas comunidades, a maioria no início dos anos 1990.

Aqui no Estado de Pernambuco os alto-falantes são utilizados como rádios comunitárias, "Em várias partes do continente latino-americano, por associações e movimentos que, não podendo operar emissoras convencionais, em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, se valem desse instrumento para transmitir

¹ - Mônica é professora de Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social na UFPE.

² - São chamadas rádios comerciais as rádios que atuam para um grande público e objetivam o lucro.

³ - Denominação utilizada particularmente no Estado de Pernambuco para identificar os auto-falantes.

programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação” (Peruzzo, 1998:159).

As rádios surgem, portanto, muito mais como uma estratégia de comunicação dos movimentos e organizações para articular, mobilizar a população local em torno de interesses coletivos, do que como um fim em si mesma.

O contexto histórico-político do momento também é favorável ao surgimento de novas expressões populares, já que a década de 1980 marca o processo de redemocratização do país e o (re)surgimento de organizações e movimentos sociais e populares.

Há diversidade no fazer comunicação nos bairros, alguns dos membros das rádios produzem jornais e participam de grupos de teatro, mas seus objetivos giram em torno das preocupações com o bairro, com a mobilização da comunidade para conseguir benefícios para o mesmo, objetivando a mudança de sua situação. Nesse sentido, os moradores utilizam as rádios para fazer reclamações e denúncias de problemas da coletividade.

Outra prioridade das rádios é os programas educativos:

“A Voz da Amizade dá pequenas notas sobre primeiros socorros, cuidados com higiene, armazenamento do lixo, preservação do meio ambiente, entre outros” (doc.8)”

A partir da realização de uma pesquisa pela ETAPAS⁴ junto às rádios comunitárias existentes no período, a mesma passa a assumir um papel fundamental na consolidação das rádios, estimulando-as a resolver os problemas coletivamente, cedendo espaço para as reuniões, na produção de um programa de debate, entrevista e entretenimento e na capacitação de locutores.

A pesquisa aponta as deficiências e os potenciais das rádios comunitárias, como: a falta de verba para mantê-las funcionando, *“a maioria funciona em cubículos sem qualquer infraestrutura e na base do improviso”* (doc.01); necessidade de assessoria técnica para operação dos equipamentos e confecção dos programas considerando público, horário etc. Contudo, cumprem seu papel de informar e estão *antenadas* nos problemas da comunidade.

Nesse momento, estimuladas pela ETAPAS a se encontrar e enfrentar juntas os problemas comuns e partilhar suas experiências durante um período de um ano e seis meses, as rádios foram motivadas a criar a Associação das Rádios Comunitárias da Região Metropolitana do Recife ARC's-RMR em 29 de Abril de 1993.

Um fato impulsionou esta organização: *“a partir do episódio acontecido durante o Governo Joaquim Francisco, em 1993, quando as emissoras que então atuavam tiveram seus equipamentos tomados, por não se submeterem a fazer uma programação oficial, chapa branca”* (doc.41). Este incidente pode indicar que parcela das rádios comunitárias de algum modo foi subserviente, uma vez que Joaquim Francisco governador à época pressionava as rádios a divulgar as fitas enviadas com propaganda política.

O objetivo da ARC's era, até então, defender os direitos e interesses das filiadas e desenvolver o espírito associativo e *“o desenvolvimento dos movimentos populares, esmagados durante o período da ditadura militar. O sentimento de mudança e mobilização das comunidades era muito forte”* (doc.60). Os critérios para filiação das rádios à Associação são até hoje, ser meio de comunicação social sem fins lucrativos; defender os interesses sociais da comunidade e não possuir vínculos políticos partidários.

Aos poucos a ARC's se torna autônoma e amplia seu leque de parcerias com organizações não-governamentais na produção de programas de cunho educativo e na formação dos locutores, radialistas etc. Outros movimentos, como o Sindicato das Empregadas Domésticas, Movimento Popular de Saúde e outros que passam a procurar a ARC's para divulgação de suas lutas. Convênios

⁴- A ETAPAS Equipe de Assessoria Técnica, Pesquisa e Ação Social é uma Organização Não-governamental.

também são criados juntos a órgãos governamentais, como: Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, EMLURB Empresa de Limpeza Urbana, entre outras, cujo objetivo é informar a população sobre os programas desenvolvidos por estes órgãos, na prestação de seus serviços à mesma, o que não significa atrelamento ao poder público.

Diante das ameaças da suspensão do funcionamento sempre presente, primeiro porque as rádios comunitárias não possuíam legislação específica e mesmo autorização de funcionamento, segundo a existência de poucos recursos, obrigou-as a criar estratégias de sobrevivência. Em geral as rádios recebem a contribuição das associações de moradores e dos próprios moradores, algumas recorrem ao comércio local, fazendo propaganda para angariar recursos.

Foto: Paulo Lopes



A expansão das parcerias trouxe benefícios de várias ordens à Associação, do ponto de vista econômico com a troca de serviços e/ou recursos e do ponto de vista político com a ampliação do universo de intervenção das lutas locais às lutas mais gerais da sociedade pernambucana.

Os mais diversos conteúdos começam a fazer parte da vida das rádios através da ARC's e das parcerias construídas. A preocupação inicial com a responsabilidade da comunidade com as questões do bairro são acrescidas preocupações com a dinâmica da cidade, seus

problemas e as possíveis soluções são agora o mote.

AARC's propicia a construção de uma rede de informações sobre os mais diversos assuntos que extrapolam as especificidades do local e ao mesmo tempo funciona como um espelho no qual as várias comunidades podem ver-se refletidas umas nas outras. Sob prismas como a questão do lixo, preservação do meio ambiente, contaminação das águas que diz respeito à população das cidades.

Outro aspecto que colabora para um maior relacionamento entre o local e o mais abrangente é a filiação da ARC's a ABRAÇO Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, que articula as rádios comunitárias de todo o país na luta pela democratização dos meios de comunicação.

É deste período também o engajamento das rádios através da ARC's na luta pela democratização dos meios de comunicação, as rádios comunitárias percebem a partir daí sua importância política específica. De instrumento estratégico para apoiar as lutas dos movimentos sociais, torna-se um movimento, um movimento pela liberdade de expressão dos segmentos excluídos socialmente.

A luta pela liberdade de expressão possui um sentido de estar conectada a realidade do lugar, as suas lutas e necessidades, e isto que garante a identidade das rádios comunitárias, sua relação umbilical com o local, não mais no sentido estrito de comunidade/bairro, mas no compromisso com a realidade. Como nos diz um dos entrevistados, *"e cadê a identidade do lugar, e por isso que eu perguntei: e esse programa que estou fazendo e para que?"* (ent.01).

Em geral as rádios recebem a contribuição das associações de moradores e dos próprios moradores, algumas recorrem ao comércio local, fazendo propaganda para angariar recursos.

A Democracia como Desafio

AARC's instituiu uma diretoria a partir de sua fundação, com mandato de dois anos, cujos cargos são nos moldes tradicionais: presidente, secretário e tesoureiro, com seus respectivos vices.

Assim em 1995 ocorre a primeira eleição, de lá para cá se mantiveram nos cargos o presidente e o tesoureiro, ou seja, a renovação é sempre de 50% dos cargos.

O fato da pouca renovação da direção e a manutenção de um mesmo presidente no cargo há 10 anos, encontra divergências internas, no sentido de discutir a relação entre o discurso e a prática democrática, não na postura como gestor, mas na atitude de se manter no cargo.

“Eu pessoalmente tenho algumas críticas muito grandes, às vezes agente faz uns discursos democráticos, mas quando está no poder não quer sair, mas eu questiono até a própria associação faz treze (sic) anos que é a mesma diretoria, eu acho que o momento é de mudar, acho que já era para ter mudado a muito tempo(...)” (ent.02).

Por outro lado, o próprio presidente coloca que já houve a preparação de outras pessoas para assumir o cargo, contudo, problemas pessoais impediram que o fato se consumasse, além disso, informa que o movimento está desejando a renovação e que há uma expectativa que isso ocorra na próxima eleição.

AARCL's possui um espaço coletivo de decisão que são as Assembléias, abertas a todos os representantes das filiadas, momento no qual são debatidos os assuntos de interesse coletivo e as informações do debate nacional são apresentadas para o posicionamento de todos.

Suas principais bandeiras de lutas são: 1º) a democratização dos meios de comunicação e 2º) a luta pela melhoria da qualidade de vida da população. Outras bandeiras aparecem mais não como consensuais: a valorização da cultura local, a igualdade social e a politização da população.

Com o crescente processo de filiações em 1995 a ARC's possui 44 filiadas o conjunto das rádios decide em 11 de abril de 1996 transformá-la numa entidade estadual, passando a se auto-denominar Associação das Rádios Comunitárias e Livres do Estado de Pernambuco ARCL's.

A partir da nova denominação algumas indagações surgem, do tipo: Qual a diferença entre uma rádio comunitária e uma rádio livre? Existem outros tipos de rádios? Não pretendendo esgotar o debate acerca destas denominações traçaremos brevemente algumas especificidades.

Existem outros tipos de rádios e parece-nos que algumas dessas denominações são ou foram utilizadas num determinado período histórico, como: rádio popular e/ou rádio comunitária, rádio pirata, para citar exemplos. Em outros países há outros tipos não conhecidos por nossa realidade como as rádios guerrilheiras que visam angariar a simpatia por ações armadas.

As rádios livres são aquelas *“que, numa conjuntura conflitiva ou não-conflitiva, ocupa um espaço no dial dos receptores sem ter recebido a concessão de um canal, sendo, por isso, também conhecida como 'clandestina', 'pirata' ou 'alternativa'. É normalmente operada por amadores, que entram no ar correndo todos os riscos previstos pela legislação, como sua prisão e o lacramento ou a apreensão dos transmissores.” (Peruzzo, 1998:216).*

A abertura da Associação para as rádios livres, talvez tenha relação com o fato de algumas terem passado a utilizar a frequência modulada (FM), além de ter outros saldos positivos, principalmente a partir do acirramento da luta pela democratização dos meios de comunicação, debate que amplia seu espaço na sociedade brasileira, articula aos sindicatos da área jornalística, parlamentares do campo democrático-popular e outros profissionais.

A existência das rádios é um desafio constante, por ausência de legislação são consideradas “clandestinas” e por ausência de recursos financeiros torna sua vida instável, ora funciona, ora sai do ar: por falta de recursos para manutenção de equipamentos quebrados, perseguição dos órgãos fiscalizadores e mesmo da Associação da Empresas de Radiodifusão de Pernambuco ASSERPE.

Apesar disso, as rádios colocam como perspectiva trabalhar na faixa de frequência modulada FM avançando assim na tecnologia, como na área de abrangência.

Durante a primeira gestão do Governo Fernando Henrique, o Ministério das

Comunicações encaminha um projeto de lei que visa instituir um serviço de radiodifusão comunitária com cobertura local e sem fins lucrativos. Projeto polêmico, pois do ponto de vista técnico é desfavorável às rádios comunitárias. Polêmico inclusive para o próprio movimento que assume duas posições distintas no processo de discussão. Vejamos os principais pontos do projeto, para compreender o debate do movimento.

No projeto de lei consta que a concessão é outorgada a fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos, sua potência deve estar restrita a 25 watts e antena com 30 metros de altura, só pode haver um canal por bairro, vila ou comunidade. Não é permitida publicidade e os diretores devem ser moradores. Não pode formar redes com divulgação da mesma programação e deve existir um conselho para acompanhar a programação.

O movimento é unânime em considerar que o projeto de lei é ruim, contudo há divergências quanto às estratégias. Uma parcela do movimento defende a posição de lutar para melhorar a lei no Congresso, antes de sua aprovação. A outra parcela defende que é melhor ter alguma regulamentação do que nenhuma e após sua aprovação se luta por melhorias. A segunda proposta do movimento em nível nacional foi a vencedora e a lei acaba aprovada sob nº 9.612, em 28/01/1998.

Mesmo com a aprovação da lei e do encaminhamento de documentações de inúmeras rádios de todo o país para o Ministério das Comunicações a fim de regularizar o funcionamento das rádios, os processos de regularização se arrastam por vários anos.

Enquanto isso, novo ataque em Pernambuco da ASSERPE - Associação das Empresas de Rádio e TV do Estado de Pernambuco contra as rádios, principalmente as que passaram a usar a Frequência Modulada, que a mesma denomina de "piratas", no sentido de desqualificá-las politicamente.

Em sua própria defesa a ARCL's busca esclarecer a opinião pública:

"Não somos rádios piratas ou clandestinas. Temos CGC e Estatuto. Apenas difundimos serviços para quem precisa de informação. Num contexto desfavorável, as rádios comunitárias buscam afirmação. Procuram uma comunicação que atenda verdadeiramente as necessidades da sociedade, colocando em evidência a melhoria da qualidade de vida" (doc.37).

Sendo boa ou ruim é fato que a partir da legislação houve um "boom" de rádios no estado, incentivadas pelo então governador de Pernambuco o Sr. Miguel Arraes, *"inclusive ajudando desde a sua implantação até com trabalhos de geração de notícias, programas gerados nos estúdios da Secretaria de Imprensa"* (doc. 55).

Em contraponto ao incentivo do então governo há uma investida das empresas de radiodifusão contra as rádios comunitárias, via a ASSERPE, que passam a denunciar sistematicamente as rádios comunitárias de todo o estado que utilizam a Frequência Modulada.

A justificativa utilizada é a de que as empresas geram postos de trabalho, pagam impostos e encargos e que as rádios comunitárias estariam concorrendo com deslealdade. Todavia, as justificativas não têm substância, as rádios comunitárias não são concorrentes, situam-se em outro campo da comunicação prestam serviço de informação, não visam lucro, seus objetivos são opostos.

Com isso, muitas rádios comunitárias foram fechadas pela ANATEL-Agência Nacional de Telecomunicações, numa ação conjunta com a Polícia Federal, inclusive com a prisão de seus comunicadores populares. A regulamentação do serviço de radiodifusão através da legislação serviu então como uma faca de dois gumes, de um lado como uma forma de pleitear a concessão por parte das rádios e de outra como instrumento de repressão por parte das empresas de radiodifusão.

Isto ocorre não porque há uma concorrência, pois os dois tipos de comunicação em questão estão em pólos opostos, no que diz respeito a suas finalidades e, justamente porque estão em pólos opostos, são formadoras de opiniões que divergem.

“Os meios de comunicação, em Pernambuco e em todo o Brasil, estão nas mãos de políticos e empresários. Nunca cumpriram papel social. Ao contrário, quase sempre foram usados para fazer politicagem e exercer o domínio por meio da manipulação da informação” (doc.72).

Diante disso, a ARCL's passa a acionar um corpo jurídico que através de liminares consiga garantir o funcionamento das rádios. Se estabelece, portanto, uma nova luta, a luta pela garantia do direito ao exercício da livre expressão já inscrita em lei, ainda que de forma precária.

Outros desafios se apresentam neste período, a ARCL's, agora com filiadas em todo o Estado, em número cada vez mais crescente atualmente contam com aproximadamente 140 rádios -, decide descentralizar em regionais as discussões que antes ocorriam nas Assembléias. Estas reuniões descentralizadas e com certo acompanhamento da Associação, têm por objetivo socializar informações, sentimentos, idéias e práticas em relação à comunicação popular e a afirmação da luta pela liberdade de expressão e o exercício de cidadania para melhoria da qualidade de vida.

Duas mudanças importantes acontecem nestes fins da década de 1990 e início dos anos 2000. Em primeiro lugar o mandato da diretoria que era de dois anos, passa a ser de quatro, por razões não explícitas nos documentos ou nas entrevistas.

As rádios como um meio de comunicação popular e ligado à cultura popular, reflete em sua prática uma cultura de resistência aos modelos que impõe a exclusão social.

A segunda é a parceria desenvolvida com a UNICEF, que provoca a entidade a realizar um planejamento trienal, neste trienal a ARCL's elabora sua missão “promover melhorias de qualidade deste momento de atualização do estatuto para que a entidade possa responder as demandas do momento atual visando alcançar os seus objetivos” (doc.93). Também são

formulados quatro programas com: objetivos, ações, resultados e indicadores. Os programas definidos no planejamento e em curso são: Desenvolvimento Econômico, Estruturação Institucional, Capacitação, Políticas Públicas.

E importante ressaltar que a maioria dos comunicadores populares que atuam nas rádios é de militantes da comunicação, não possuindo vínculo empregatício com as rádios, a não ser na ARCL's que existem dois funcionários.

Outros Prismas a Enxergar

Um outro aspecto de relevância é a valorização à cultura local, garantindo espaço aos que não o possuem nas empresas de radiodifusão, então poetas, atores e grupos de música participam das programações das rádios, inclusive artistas já reconhecidos pelo público pernambucano.

Os próprios artistas revelam que as rádios comerciais estão comprometidas com as gravadoras dificultando a inserção de novos trabalhos, ou de trabalhos considerados pouco comerciais para a vendagem. Assim, o espaço das rádios comunitárias serve aos artistas das comunidades na divulgação de seu trabalho sem restrições quanto a estilo.

As rádios como um meio de comunicação popular e ligado à cultura popular, reflete “em sua prática uma cultura de resistência aos modelos que impõe a exclusão social” (Fernández, 2001:300). As rádios imprimem uma luta por liberdade de expressão que inclui a arte e a cultura, são, sobretudo, espaços políticos que articulam diversas dimensões da vida.

A ARCL's tem incentivado a participação das mulheres nas rádios comunitárias e na direção do movimento, fazendo parcerias com ONG's como SOS-Corpo, FASE, entre outras, para ampliar a discussão de gênero. A própria ABRAÇO possui uma Secretaria de Gênero e participa da

Foto: Paulo Lopes



Rede de Mulheres, promovendo encontros regionais de mulheres comunicadoras comunitárias.

Tanto que, uma de suas ações inscrita no plano de trabalho e realizada no ano de 2000 foi *“oficinas sobre meio ambiente, gênero e relações interpessoais”* (doc. 95). Desenvolvida no sentido de valorizar a pessoa humana e melhor compreender as questões de gênero.

Algumas mulheres comandam programas nas rádios e outras participam mais ativamente do movimento, assumindo postos na direção do mesmo. Contudo, ainda é bastante precária a participação das mulheres, principalmente no tocante a cargos de relevância. Na maioria das vezes as mulheres

assumem o cargo de secretária, o que de certa forma já tem sido um papel considerado feminino socialmente, em nada inovador.

De qualquer modo, o movimento tem demonstrado preocupação com este aspecto e favorecido espaços de discussão próprios às mulheres, o estímulo pode acabar contagiando e produzir um novo comportamento para homens e mulheres do movimento.

Observa-se que a maioria das rádios possui grupos de jovens atuando, por vezes no comando da rádio, ou como comunicadores populares. O movimento tem investido na capacitação de jovens das e para as rádios, o que vem colocar novas perspectivas de vida para os mesmos.

“Minha vida mudou muito depois do curso. Nem me expressar bem eu sabia. Agora, meu objetivo é lutar por uma vida melhor e investir na carreira de jornalista” (doc. 98).

As rádios têm também estimulado os grupos infanto-juvenis a participar com programas dirigidos a esse público. Preocupados com a linguagem estes jovens e adolescentes passam por um processo de aprendizagem no qual inclui-se língua portuguesa e o Estatuto da Criança e Adolescente ECA, que esta sendo divulgado pelas rádios.

Há um avanço das rádios circunscrita no campo das relações humanas e nas preocupações com o meio ambiente que influenciam a ARCL's, tais desafios são enfrentados como nos demonstram os documentos e entrevistas, ainda que não sejam de fato absorvidos pela prática, o discurso utilizado é formador de opinião, senão seria o mesmo que negar a razão de existência das rádios, como meio formador de novas opiniões.

Considerações Finais

A trajetória das rádios compõe o mesmo cenário das organizações e movimentos, que ao longo das duas ultimas décadas foram tomando corpo, criando substância, expandindo suas ações, valores e potencializando o surgimento de uma nova cultura política em todos os níveis da sociedade brasileira.

Cultura que ainda enfrenta os traços do tradicionalismo e o poder da estrutura econômica e política na qual vivemos.

“O uso do meio de comunicação não só como um instrumento para transmitir suas idéias, pra difundir as suas atividades, mas também, como espaço de articulação política das organizações da comunidade e fora dela” (Fernández, 2001:303).

Nem só de coerências vive o movimento, suas contradições políticas expõem a convivência simultânea do tradicionalismo e do novo em termos de cultura. Uma organização que após dez anos ainda não conseguiu renovar os cargos de direção demonstra isso, outro aspecto é sua estrutura organizacional num formato presidencialista, nos moldes hierárquicos estabelecidos por níveis de autoridade.

As relações com o poder público ora aparecem como conflituosas, ora tranqüilas. De fato não há posicionamentos demarcados, que possa dimensionar a autonomia do movimento em relação ao poder público. Isto de certa forma revela que ela corre ao sabor dos ventos do contexto, sem uma preocupação consistente em torno de posições políticas.

A ARCL's colaborou para que as rádios dessem um salto qualitativo em termos de organização do movimento. Das lutas localizadas para a luta pela democratização dos meios de comunicação; da preocupação com a transformação do bairro, para a preocupação com a qualidade de vida de todos.

Sem dúvida as rádios contribuem para a formação de uma identidade cultural e a salvaguarda da memória social. Imprescindível como espaço para vocalizar as demandas da população, expandir suas propostas, agir coletivamente e construir processos educativos que aos poucos possam garantir uma melhoria da qualidade de vida.

Bibliografia

- Carvalho**, Mônica de, Leite, J.C e Seabra, Odete. 2000. Território e Sociedade entrevista com Milton Santos. Ed. Fund. Perseu Abramo, São Paulo/SP.
- Dowbor**, L; Ianni, °; Resende, P.E.A. e Silva, H. (orgs). 2001. Desafios da Comunicação. Ed. Vozes, Petrópolis/RJ
- Peruzzo**, Cícília M. K. 1998. Comunicação no Movimentos Populares a Participação na construção da cidadania. Ed. Vozes, Petrópolis/RJ.

Documentos

- Doc. 00 Rádio Comunitária eficaz opção de comunicação popular -Diário de Pernambuco abril/88
- Doc. 01 Pesquisa identifica que rádio comunitária padece da falta de estrutura Jornal do Comércio (JC) 06/06/98
- Doc. 02 - Ata de Fundação da Associação das Rádios Comunitárias abril/93
- Doc. 03 A Voz de Monte Verde irradia informação e alegria na comunidade JC 03/07/93
- Doc.04 Ata de Assembléia de julho/93
- Doc. 05 Rádio Difusora Vale do Jordão inova com programação paga DO 24/07/93
- Doc. 06 Ata da Assembléia de agosto/93
- Doc. 07 Divulgadora Ponto Zero que mudar a cara de Maranguape JC 21/08/93
- Doc. 08 A Voz da Amizade é a nova rádio em ação na Mirueira JC 25/09/93
- Doc. 09 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica setembro/93
- Doc. 10 Estatuto da Associação das Rádios Comunitárias com registro em 03/09/93
- Doc.11 Ata de Reunião da Direção janeiro/94
- Doc.12 Ata de Assembléia janeiro/94
- Doc. 13 Ata de Assembléia janeiro/95
- Doc. 14 Ata de Assembléia fevereiro/95
- Doc.15 Ata da Assembléia março/95
- Doc. 16 Ata da Assembléia abril/95
- Doc. 17 - Pernambuco ganha primeira rádio livre Diário de Pernambuco outubro/1995.

- Doc. 18 Ata da Assembléia extraordinária julho/95
Doc. 19 Divulgação de seminário sobre Educação
Doc. 20 Ata da Assembléia extraordinária julho/95
Doc. 21 Ata da Eleição e posse da diretoria outubro/95
Doc. 22 Termo de Afastamento provisório de diretores outubro/95
Doc. 23 Ata da Assembléia janeiro/96
Doc. 24 Rádios Comunitárias mantêm ouvintes ligados na ecologia JC janeiro/96
Doc. 25 Ata da Reunião de diretoria janeiro/96
Doc. 26 Ata da Assembléia fevereiro/96
Doc. 27 Ata da Assembléia março/96
Doc. 28 Ata da Reunião da direção abril/96
Doc. 29 "Cornetas" substituem rádios e ajudam os favelados de Recife o Globo 21/07/96
Doc. 30 Ata da Assembléia de Estadualização da Associação abril/96
Doc. 31 Ata da Assembléia agosto/96
Doc. 32 Ata da Reunião da diretoria agosto/96
Doc. 33 Ata da Assembléia setembro/96
Doc. 33 A Informativo da Associação Corneta dezembro/96
Doc. 34 Regimento Interno janeiro/97
Doc. 35 Rádios Comunitárias mantêm ouvintes ligados na ecologia JC 18/03/97
Doc. 36 Ata da Assembléia fevereiro/97
Doc. 37 Assembléia Debate radiodifusão DO do Poder Legislativo 18/04/97
Doc. 38 Jornal da Prefeitura do Recife 26/05/97
Doc. 39 Rádio pirata na mira do Detelpe 31/07/1997
Doc. 40 Ata da Assembléia agosto/97
Doc. 41 Rádio Comunitária, voz do povo DO 26/09/97
Doc. 42 Projeto prevê regulamentação de rádios piratas do Estado DP setembro/97
Doc. 43 Matéria do Diário de Pernambuco de 1997
Doc. 44 Ata da Assembléia fevereiro/98
Doc. 45 Senado aprova projeto Jornal do Senado janeiro/98
Doc. 46 Senado autoriza rádios comunitárias JC 28/01/1998
Doc. 47 Ata da Assembléia abril/98
Doc. 48 Rádios Comunitárias avançam no agreste JC maio/98
Doc. 49 Reforma Agrária no Ar Jornal da ARCL 1998
Doc. 50 Matéria de Jornal de 1998
Doc. 51 Ata de Assembléia agosto/98
Doc. 52 Ata da Assembléia setembro/98
Doc. 53 Matéria de jornal na Folha de Pernambuco outubro/98
Doc. 54 TRE suspende programa de rádio JC 15/08/1998
Doc. 55 No ar, a voz das rádios comunitárias DO 21/08/98
Doc. 57 Jornal Folha dos Bairros 1998 ETAPAS
Doc. 58 Rádios Comunitárias discutem com UNICEF, AAPCS e ONG's, Projetos de Capacitação Solidária FP 28/01/99
Doc. 59 Brinque na Paz FP 9/02/99
Doc. 60 Rádios Comunitárias agora operam na FM 21/02/99
Doc. 61 Rádios servem às comunidades DP 22/02/99
Doc. 62 Ata da Assembléia março/99
Doc. 63 Informativo ABRAÇO/SP 1999
Doc. 64 Informativo ARCL's - FP 12/03/1999
Doc. 65 Jornal da ARCL's-PE 16/03/99
Doc. 66 ASSERPE Express março/99
Doc. 67 Expansão de rádio ilegal preocupa empresas JC 21/03/99

- Doc. 68 Ata de Assembléia abril/99
Doc. 69 Anatel acaba festa 23 rádios piratas que operavam na capital e interior JC 10/04/99
Doc. 70 Rádio Livre na Internet JC abril/99
Doc. 71 Comunidade bota a boca no Trombone FP 12/04/99
Doc. 72 Antena Ligada Jornal da ARCL's abril/maio/99
Doc. 73 Anatel DP 06/05/99
Doc. 74 Tem "interferência" nas rádios do interior FP 09/05/99
Doc. 75 Informativo DO
Doc. 76 ECAD sai em busca do direito autoral JC 13/05/99
Doc. 77 Elaboração de Projetos FP 21/05/99
Doc. 78 Boechat JC 24/05/99
Doc. 79 Ata da Assembléia maio/99
Doc. 80 Ata da Assembléia julho/99
Doc. 81 Piratas JC 11/07/99
Doc. 82 Rádios vão ter autorização FP 28/07/99
Doc. 83 Rádios JC 05/08/99
Doc. 84 Ministério deixa de fora Pernambuco JC 18/08/99
Doc. 85 Rádios Comunitárias serão fechadas JC 15/09/99
Doc. 86 Rádios comunitárias fazem protesto em frente à ANATEL JC 24/09/99
Doc. 87 Comunidades querem suas rádios FP 24/09/99
Doc. 88 Rádios lutam pra ficar no ar Jornal A Província outubro/99
Doc. 89 Ata do I Congresso dezembro/99
Doc. 90 Cartaz "Refazendo a Cidadania" FASE
Doc. 91 Política FP 26/01/2000
Doc. 92 Uma voz Mirim na FM de Água Fria FP 26/01/2000
Doc. 93 Ata da Assembléia dezembro/99
Doc. 94 Fundescola promove curso para radialistas FP 02/05/2000
Doc. 95 Relatório de Atividades do Estúdio ARCL's-ABRAÇO-PE 13/09/2000
Doc. 96 Rádio na FM? Nem Pensar! FP 2000
Doc. 97 Rádios Comunitárias no AR FP 2000
Doc. 98 Jovens Divulgam estatuto em Progama de Rádio JC 09/10/2000

Entrevistas:

- Ent. 01 José Maria Maruck
Ent. 02 Iraquitan Clóvis
Ent. 03 Wilson Rodrigues
Ent. 04 Paulo

MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA DA PARAÍBA: Uma História a ser Contada

Maria Lucia Lopes de Oliveira e Ronildo Monteiro Ferreira

1. "A CERTEZA NA FRENTE E A HISTÓRIA NA MÃO..."

*"Nós estamos aqui
Meus amigos
Pra contar nossa missão
É tanta gente sem casa,
Que é de cortar coração,
E o povo todo gritando:
Queremos uma solução!" Salet*

O processo que motivou a origem do Movimento de Luta pela Moradia da Paraíba MLM-PB foi fortemente marcado por uma trajetória de lutas, conquistas e desafios. A história é permeada por um contexto político e social, demarcado pela inexistência de uma política habitacional, administrada por um governo populista e assistencialista. É neste contexto que se quer traçar uma linha histórica da vida do movimento, provocando a todos(as) os envolvidos a se reconhecerem nesta construção, como também aqueles que a desconhecem, convidamos a acompanhar esta linha com suspiros de vida.

Esta linha tenta seguir uma ordem cronológica dos fatos. No entanto, nem sempre se pode relacionar com precisão fatos e datas devido à ausência de uma memória sistematizada pelo movimento.

Em 1989, mil e quinhentas famílias ficaram desabrigadas por efeito das enchentes provocadas pelas chuvas. Dessas, duzentas e oitenta e quatro famílias ocuparam prédios públicos abandonados e buscaram apoio junto à Arquidiocese da Paraíba (Igreja católica), que

assume o papel de negociadora "junto aos poderes públicos em busca de gestos concretos de construção de casas" (...) (1).

Naquele momento, a Cáritas Arquidiocesana da Paraíba (2) passa a acompanhar as famílias desabrigadas através do Programa de Habitação Popular, formado pelas lideranças das áreas atingidas e a coordenação da Cáritas. Esse Programa, conforme expõe NASCIMENTO (ano, p.), tinha como objetivo organizar essa população para lutar pela conquista de um lugar para morar.

No ano de 1992, a Prefeitura quis tirar as famílias desabrigadas que estavam morando num posto médico da Ilha do Bispo, as quais receberam apoio da Cáritas para que resistissem à pressão de expulsão daquele lugar, momento em que o Arcebispo, D. José Maria Pires, formou uma comissão pró-moradia que contou com o apoio de engenheiros, agentes pastorais da igreja católica que, juntos com a equipe da Cáritas, conseguiram negociar com o Governo estadual e municipal a construção das casas para a Ilha do Bispo em forma de mutirão. O Governo Municipal entrou com o terreno, o Estadual com parte do material e a Arquidiocese com outra parte do material e a organização do mutirão para a construção das casas (3).

Com essa orientação e apoio, surgem os primeiros grupos de base de luta por moradia (4) para pressionar o poder local e buscar uma resposta a essa população desabrigada, as quais realizam mobilizações de

1- OLIVEIRA, Cristina Chaves de. *A Intervenção do Programa de Apoio à Habitação Popular da Cáritas Diocesana junto ao MLM-PB na conquista do espaço habitacional enquanto direito aos excluídos sociais envolvidos pela moradia*. João Pessoa. 1997, p. 28

2- Cáritas Arquidiocesana da Paraíba é um serviço da Igreja Católica da (linha 6 CNBB) das pastorais sociais

3- Parte dos dados sobre a origem do MLM-PB estão baseados na entrevista de nº 08

4- NASCIMENTO, Maria das Graças do. *A intervenção da Assistente Social no programa de Apoio à Habitação Popular Da Cáritas em João Pessoa*. 1997, pp 23

rua contra os descasos governamentais. Essa situação motivou-os a elaborar um projeto de construção para cinco mil moradias a serem construídos em mutirão. Foi enviado à Misereor (Cooperadora internacional Alemã), mas não foi aprovado. Através de convênios com o governo municipal e estadual, foram então construídas dezenove casas na Ilha do Bispo, sob a administração da Arquidiocese.

A história organizativa do movimento da moradia se dá a partir da relação com a Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, que acompanhou um grupo de luta por moradia que na época tinha a denominação de 10 favelas. Esse grupo ficou próximo do trabalho da Cáritas que apoiou essas famílias desabrigadas. Essas famílias chegaram até a Cáritas para pedir ajuda de materiais de construção e a Cáritas buscou junto a essas pessoas e às Paróquias locais identificar outras famílias em suas comunidades que estivessem vivendo nas mesmas condições, na perspectiva de organizá-las na luta pela moradia.

Em 1993, em Mangabeira VII, em praça pública, acontece o lançamento da Campanha da Fraternidade “Onde Moras?”. Nesse bairro, existia uma luta muito forte com o grupo “História Viva de Mangabeira”⁵, que abraçava a luta do movimento dos Mutuários. A luta pela moradia passa a ganhar maior visibilidade e a semente da organização do movimento começa a fecundar. A Cáritas, após lançamento da campanha, realiza um primeiro encontro para lideranças no município de Bayeux, com representantes de todas as comunidades que se haviam dedicado à Campanha da Fraternidade para se efetivar algum gesto concreto, fosse na construção de casa ou algum tipo de mobilização. Aquele público, que até então era o grupo das 10 favelas, se ampliou com a entrada de pessoas que ocupavam prédios públicos ou uma área, buscando apoio da Arquidiocese. Com o crescimento deste público, a Arquidiocese através da Cáritas se deu conta de que seu apoio não deveria ser só de material de construção, mas também de organização e de luta. O ano de

1993 destaca-se por denúncias, mobilizações, articulações e intervenções. Ocorreram 23 ocupações em prédios públicos (entrevista nº 06). Neste ano, o MLM-PB é oficializado como movimento social de caráter popular com a finalidade de organizar a parte da sociedade que necessita reivindicar seus direitos, sobretudo o direito à habitação digna, embora ele tenha continuado sendo considerado uma ação da Cáritas⁶.

Em 1994, o movimento que contava com uma equipe provisória (formada por seis pessoas), realizou pela primeira vez um encontro de formação política para a intervenção no Estado e no município e contou com a representação de vários municípios do Estado da Paraíba. Nesse mesmo ano, ocorreu o cadastramento das áreas ocupadas pelo Estado e Município; a criação do Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, sob pressão dos movimentos sociais, e a ocupação nos prédios na Ilha do Bispo em João Pessoa. Essa luta foi marcante na história do movimento, porque foi o primeiro acampamento organizado por essa equipe provisória, assumida pelos líderes dos núcleos do MLM-PB, que contou com o apoio da Arquidiocese. Aos poucos, as lideranças foram entrando na comissão do MLM-PB e assumindo seu papel no movimento.

No ano de 1995, o MLM-PB filiou-se ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia MNLM. No período de 1993 a 1995, criou-se uma comissão representada por diversas áreas que se reunia quinzenalmente na arquidiocese para tratar das questões de moradia. A circulação de tantas pessoas no prédio incomodou a administração que a Arquidiocese resolveu ceder uma sala para que elas se reunissem. Vale salientar que durante aqueles anos houve muitos enfrentamentos com o poder público.

Em 1996, o movimento participou do seminário regional sobre habitação popular que suscitou a criação do Fórum de Reforma Urbana, ficando com a sede em Recife, e orientou-se que cada Estado criasse seus fóruns ou articulações. Na Paraíba foi denominado de

5- História Viva é um grupo que vem trabalhando no resgate da história do bairro de Mangabeira.

6- Linha histórica do movimento. p.01

articulação de reforma urbana, visando sua expressão enquanto sujeito social organizado.

O movimento com outras entidades que integravam o Fórum em Defesa da Reforma Urbana e da Cidadania, como a Pastoral das Favelas, Cáritas, elaboraram uma Proposta de Habitação para o Município de João Pessoa e entregaram ao Prefeito Cícero Lucena. As reivindicações eram: política urbana; política habitacional; criação e reformulação dos canais de participação popular na administração municipal; implementação dos fundos de habitação; criação da Frente Emergência Urbana envolvendo todos os setores da sociedade civil e comunidade beneficiada de João Pessoa⁽⁷⁾. Nesse ano, o movimento resolveu investir na articulação política, especificamente com alguns setores identificados como possíveis parceiros na luta: a Pastoral das Favelas, Comunidades Eclesiais de Base, a Universidade Federal da Paraíba, com movimentos sociais e organizações não governamentais. Foi nesse período que o MLM-PB resolveu elaborar uma pesquisa tendo como público-alvo as favelas de João Pessoa.

O Primeiro prédio público ocupado na Paraíba foi o da Fundação de Ação Comunitária - FAC, por um pequeno grupo do bairro do Mutirão, no município de Bayeux, em pleno funcionamento durante a gestão administrativa de Emília Correa Lima. As pessoas permaneceram por quinze dias nesse prédio, onde se proibiu a entrada do grupo de apoio da Arquidiocese, o qual só podia ter acesso na companhia de advogados ou deputados. Esse fato teve grande repercussão na imprensa local e na sociedade.

Surge, no mesmo período, um grupo de apoio⁽⁸⁾ que tinha como objetivo assessorar o movimento no aspecto político e metodológico: organização interna, o jeito de fazer as ações, elaboração de projetos para a auto-sustentabilidade de sua organização e ações, etc. Travou-se um debate interno a respeito da estruturação e organização interna do movimento (entrevista nº 02). Essa discussão

veio à tona com a criação da Pastoral das Favelas motivada pelos padres das paróquias que se identificavam com essa causa. Essa pastoral direcionava as ações de moradia nos zonais dos conjuntos que atuavam também junto ao MLM-PB. As discussões se davam em torno das linhas de ação e da relação que o movimento tinha com a Arquidiocese. Os padres e algumas pessoas que estavam ligados à Pastoral das Favelas defendiam que não devia existir um movimento de moradia, pois ela mesma se via capaz de atender essa demanda da realidade, enquanto que o movimento tinha clareza de sua identidade e sustentava a necessidade de continuar se constituindo como um movimento social pelo seu caráter político-social. Embora o movimento de luta por moradia se afirmasse como um movimento social, numa outra entrevista⁽⁹⁾ menciona-se que esse debate em torno da identidade coletiva do movimento não foi algo tranquilo para todas as pessoas envolvidas na luta e, a princípio, não foi internalizada por todos os membros da equipe de coordenação, porque não se tinha clareza do que era um movimento social. Isto se deu pelo fato também da inserção e vínculo que algumas pessoas tinham com setores da Igreja católica, especificamente com a Comunidade Eclesial de Base - Cebes e a própria Pastoral das Favelas que desejavam que tudo fosse uma coisa só.

Num Movimento de Dentro para Fora e de Fora para Dentro

Após várias discussões a respeito das formas de organização o grupo do MLM-PB, na sua maioria, decidiu pela forma de movimento social constituindo-se como uma entidade popular. O movimento parte para construir sua autonomia financeira, que até então vinha contando com o apoio financeiro da Cáritas. Elaborou-se um projeto de sustentação para o Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento-CCFD.

⁸- Esse grupo era formado por religiosas, assistente social e missionárias da Itália e da Irlanda.

⁹- Entrevista nº 07

No ano de 1997, com a realização do I Encontro Estadual, o Movimento de Luta por Moradia se estruturou. Esse encontro tinha como meta definir o seu formato organizacional. Elegeu-se uma coordenação provisória de quatro pessoas⁽¹⁰⁾ para trabalhar com os grupos de base o modelo de estrutura e de estatuto do movimento, para que no próximo encontro de 98 pudessem aprová-lo. Esse modelo foi esboçado, mas até o momento não foi registrado (Rel.Fev/2003). Um dos integrantes da coordenação ficou responsável para representar o MLM-PB em âmbito nacional. Nesse mesmo ano, o grupo de apoio se dissolveu e duas estagiárias (Graça Nascimento e Cristina Alves), do Serviço Social da UFPB, e a irmã Gê, passaram a colaborar de forma mais contínua com a coordenação do movimento, além de contar com a presença de simpatizantes do MLM - PB em algumas ações pontuais de assessorias. As estagiárias desempenham funções relacionadas ao cotidiano do movimento como orientação e reflexão teórica na preparação das ações formativas e de intervenção política e contribuíam na execução das atividades, pois a equipe era pequena e não dava conta de atender todas as necessidades do movimento e a irmã Ge passou a ser responsável pela elaboração do material de comunicação.

Diante das dificuldades enfrentadas com essa coordenação, no mesmo ano o movimento discutiu sobre um novo modelo de coordenação.

Embora a identidade do Movimento enquanto formato organizacional tenha se dado no ano de 1997, sua fundação é considerada a partir do dia 12 de agosto de 1993, no qual o movimento celebra seu aniversário. Esta data é referendada por uma grande mobilização, envolvendo famílias desabrigadas pelas

enchentes e como consequência ocupam os prédios públicos.

Em 1998, o movimento realizou o II Encontro Estadual e elegeu em plenária a primeira coordenação colegiada, formada por dezessete pessoas de vários municípios do Estado. Naquele encontro ressaltou-se a importância de incluir os mutuários também como público participante do movimento, pois se refletia que o movimento não devia ser só de favelados e que se devia fazer como os outros Estados: ampliar para outros setores afins da sociedade.

O movimento com essa coordenação em vigor enfrentou várias dificuldades internas. Entre elas, o abandono de seus papéis por parte de alguns membros da coordenação, permanecendo, assim, quatro pessoas para continuar as atividades de organicidade do movimento, juntamente com as duas assistentes sociais. Esse abandono se refletiu na dificuldade do movimento não ter recurso financeiro disponível para viabilizar a locomoção dos seus membros localizados no interior do Estado da Paraíba. Isso sobrecarregou as pessoas que permaneceram na coordenação, com muito trabalho e responsabilidades, o que gerou desconforto e algumas cobranças. Diante das dificuldades enfrentadas com essa coordenação, no mesmo ano o movimento discutiu sobre um novo modelo de coordenação. Pensava-se que era melhor não ter mais uma coordenação com representações de todos os municípios, mas uma coordenação com representantes que de fato fossem operantes e ágeis. No entanto, se refletiu que o movimento, sendo de âmbito estadual, a coordenação não poderia ficar com representação apenas de alguns municípios.

Quando o projeto do CCFD foi aprovado em 1998, propiciou-se a liberação⁽¹¹⁾ de duas pessoas com remuneração e disponibilidade e tempo integral para o movimento. Um dos integrantes assumiu o papel de fazer a articulação local e nacional do movimento e a outra de executar atividades de organização interna como secretaria, finanças, etc.

10- A coordenação eleita foram: Maria José Alves (Bezinha), José Martins, Maria Salete da Silva e Roberto)

11- O termo "liberação" um integrante recebe recursos para ficar disponível e desenvolver as ações do MLM-PB

O Movimento retomou a pesquisa concluindo a coleta de dados. Em parceria com o SEDOP Serviço de Documentação Popular - realizou o Projeto "Abra o Olho", que tinha como objetivo contribuir com o registro de algumas ações de luta dos movimentos sociais, os quais focam as comunidades acompanhadas pelo movimento de luta por moradia para retratar sua realidade, tendo como resultado um vídeo que seria mais tarde utilizado pelo próprio movimento como um recurso de reflexão e reanimação do movimento junto aos seus núcleos e outros movimentos populares.

Aquele foi um ano difícil para o movimento, conflitos internos vividos pela coordenação se acirraram. A natureza dos conflitos se deu em três aspectos: um em torno das relações de poder de lideranças, um de articulação política e o outro de ordem administrativa. Todos eles em torno da cultura da organização. As questões de poder, que permeiam o movimento que ora serão tratadas, não pretendem expor a vulnerabilidade deste, mas abrir uma reflexão acerca das relações de poder, consideradas por algumas pessoas como dificuldades ou divergências internas. Tocar nas questões relacionadas ao poder para os grupos populares ainda é um tabu, porque reflete na cultura organizacional e política desse coletivo, como também nos padrões de comportamentos das pessoas envolvidas. É sabido que a questão do Poder é um assunto espinhoso e difícil de ser enfrentado pelas pessoas e pelos sujeitos coletivos, pois é visto como algo que está fora e não dentro de cada indivíduo. Quando o movimento não cria espaço e condições para tratar das relações de poder no seu interior, coloca em risco todo o projeto político e organizacional do coletivo, travando o seu crescimento.

No que se refere ao poder que gera conflito entre as lideranças do movimento, nesse caso especificamente na coordenação, alguns integrantes da equipe passaram a disputar poder de liderança, onde de um lado havia o sentimento do poder "ameaçado" por quem já estava e de outro lado os que chegaram com gana para a luta, logo ocuparam, cresceram e ganharam respeito e reconhecimento pelas próprias pessoas do movimento, tornando-se lideranças em evidência. Essa disputa em torno

da liderança passou a ser visível a partir do momento que ambas as partes envolvidas lançam duas chapas e disputam a coordenação do movimento naquele ano. Ganha-se a chapa das lideranças novas, as que chegaram apresentando novos ares. Uma das integrantes, de grande liderança da vencida, mais tarde sai do movimento e a ajuda de custos que lhe era atribuída passa a ser distribuída entre as quatro pessoas que faziam plantão na sala, denominada como reposição de perdas. Essa reposição de perdas na época era de dois salários mínimos.

Foto: Paulo Lopes



O conflito da relação política envolve a coordenação do movimento na articulação política, especificamente com o Movimento Nacional de Luta por moradia. Alguns integrantes do MLM-PB questionavam havia algum tempo a forma de atuação do MNLM e sua relação com o movimento da Paraíba. O mal-estar se instalou porque se compreendia que o MLMN queria que o MLM-PB seguisse à risca suas orientações e prioridades, como as datas de lutas da agenda do nacional. Dar prioridade à agenda do movimento nacional significava não dar prioridades às atividades planejadas pelo movimento local. Não porque não se devesse seguir a agenda do nacional, mas porque não se tinha recursos humanos para atender todas as demandas da luta pela moradia. Enquanto para alguns membros do MLM-PB havia a compreensão de que as prioridades do nacional eram impostas, para outros essas prioridades serviam como diretrizes que todos

tinham que seguir na perspectiva de fortalecer o local, conforme entrevista nº 02.

De outro ponto de vista, houve uma tendência de romper com o movimento nacional: um grupo que defendia a importância da filiação ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia- MNLM, porque acreditava-se que essa filiação repercutia nas ações do movimento local e fortalecia suas ações no embate com o poder público. Para isso era importante que o movimento local seguisse algumas orientações do MNLM e que vinculasse sua agenda local com a agenda do nacional, o que implicaria também que o movimento da Paraíba realizasse algumas ações unificadas com o MNLM, a exemplo da ocupação de 3 de junho que é uma ocupação em âmbito nacional e todo o movimento tem que fazer alguma coisa voltada para a política urbana. Essa ala da coordenação defendia também a ocupação como uma linha de ação. Enquanto que a outra tendência, com destaque para a assessoria, era contra esse estreitamento com o MNLM, pois concluía que o movimento nacional impunha suas ações às ações do movimento local. Após muitos debates, as divergências se acirraram, a equipe se dividiu com excessos dos dois lados. A tendência que defendia a luta em vista das ações locais de certa forma criou uma aversão ao nacional e questionava a ocupação como linha de atuação do movimento, pois dizia que a ocupação requer muita coragem, disposição e dedicação, do contrário corria o risco de ficar ocupação por ocupação e o povo iria ficar muitos anos morando em barracas sem perspectivas de melhorias de vida (entrevista de nº07).

Baseado ainda num dos depoimentos (entrevista nº 07), outra divergência se dá no aspecto da gestão administrativa no tocante aos recursos financeiros por parte de quem cuidava da contabilidade e dos projetos do movimento. O mal-estar se deu em torno da má administração da contabilidade na qual se percebia que gastos excessivos e o emprego dos recursos. Por conta disso, a coordenação atribuiu às assessoras, juntamente com uma das integrantes da coordenação, a responsabilidade de organizar a contabilidade. Nesse processo, houve rejeição dessa delegação por um grupo, o que gerou um problema político e,

conseqüentemente, a saída mais tarde de alguns membros da coordenação.

Em 1999, O MLM-PB, além de suas atividades planejadas, participou de várias atividades de âmbito regional, nacional e internacional de moradia, a exemplo de dois encontros nacionais de Luta por Moradia; um encontro entre o parceiros do CCFD; um encontro internacional na França para troca de experiência e partilha sobre a vida dos pobres do terceiro mundo; um encontro de intercâmbio em uma ocupação de cinco mil famílias no estado do Piauí. Ainda participou na organização e realização do Intercâmbio dos Movimentos Populares da Paraíba, do IV Etapão e realizou um seminário sobre o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa, em comemoração ao 6º aniversário de sua oficialização.

No III Encontro Estadual, realizado em 2000, foi eleita uma nova coordenação, composta por 10 pessoas representantes dos núcleos dos municípios com igual poder de decisão. Nele discutiu-se pontos do regimento interno como funcionamento da coordenação, liberações e parcerias. Em relação à coordenação, discutiu-se função, se era de ocupar ou apenas apoiar as ocupações; com relação às parcerias, foi decidido que o movimento não poderia fazer parcerias com partidos políticos e sobre a liberação de dirigentes foi aprovada a liberação de uns dos integrantes com recursos financeiros para ficar à disposição do movimento. A coordenação colegiada ficou responsável pela articulação das áreas, que por sua vez delibera lideranças que se articulam com a coordenação estadual

2. O CENÁRIO DA MORADIA

A trajetória da Paraíba se situa num contexto onde a realidade se sobrepõe ao local e ao nacional, ao micro e ao macro. A falta de moradia digna, no cenário brasileiro, é um dos problemas mais agravantes que a população vem enfrentando há décadas em nossa história, conseqüência de um sistema político capitalista que desde os anos 30 o Brasil tem investido, à luz do modelo de desenvolvimento industrial

“que incentiva a urbanização intensa e acelerada”⁽¹²⁾. Um modelo econômico alimentado pela dívida externa e o mercado internacional. A falta de moradia é consequência da má administração do governo brasileiro que não oferece condições necessárias e oportunidades para que a população possa viver de forma digna. Os dados oficiais informam que no Brasil existem 6.539.528 famílias sem-teto (considerando uma média de 4 pessoas por famílias, teremos uma população de 26 milhões⁽¹³⁾ de habitantes). A Paraíba é um dos Estados que a grande maioria da população é empobrecida e que tem seus direitos sociais desrespeitados. O descaso no Estado demonstra a inexistência de políticas públicas voltadas para a moradia e as iniciativas que existem são em torno de construções de casas “caixa de fósforo” ou “casas de placas” localizadas em lugares isolados, sem infra-estrutura, saneamento básico, pouco transporte, etc. Sem muita opção, as famílias passam a viver nestas “caixas de fósforos”. Essas são construídas com 15 metros de área coberta e equivale a um quarto e “caixa de placas” são casas formadas por vigas prontas de cimento com encaixe das placas, é um pouco maior, com um quarto, sala, cozinha e banheiro. Muitas pessoas que moravam em condomínios e que não podiam mais pagar o aluguel, perderam sua moradia e na negociação com as construtoras, receberam as casas de placas. O condomínio é uma estrutura um pouco maior do que essas casas, porém poucos conseguem pagar a prestação, pois a renda inicial prevista na compra do apartamento torna o pagamento das prestações inviável por ser acima do poder aquisitivo das famílias, acarretando assim na inadimplência e, conseqüentemente, perda do apartamento.

A Paraíba é considerada um dos Estados mais pobres da federação brasileira, com mais de 30 municípios inseridos no Programa de Combate à Pobreza do governo Federal, por possuírem índices baixos de desenvolvimento.

Com uma população de mais de 3 milhões de habitantes, cerca de 990 mil vivem na zona rural, estando quase 2500 morando nas cidades. Desses, 40% vivem em condição de absoluta pobreza (Jornal “O CORREIO”- 2001).

Esse dado revela o fenômeno do êxodo rural, com a expulsão das pessoas do campo para a cidade, que não oferece condições adequadas para receber a população empobrecida e que gera por consequência o inchaço das cidades, fazendo com que as pessoas vivam em condições subumanas, de migalhas que conseguem.

A grande João Pessoa, composta pelos Municípios de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo, tem 162 favelas, segundo pesquisa do próprio movimento, sendo boa partes ocupações de terra com mais de 5 anos, sem que o poder público tenha implementado ações no sentido de regularizar a posse dos terrenos e sem investir em infra-estrutura básica⁽¹⁴⁾.

No período do mandato de Cícero Lucena, foram construídos e entregues aos pobres os condomínios com 25 metros de área coberta, denominados pelas pessoas como “gaiolas”. Foi nesse contexto que o movimento elaborou, em 1999, a II Plataforma Municipal de Habitação, entregue àquele, propondo Imediata aplicação da outorga onerosa do solo criado, do IPTU progressivo e de outras formas de recolher taxas; criação urgente de uma frente de Emergência Urbana, para serviços e obras na cidade com os desempregados das áreas desassistidas; regularização das Zeis Zonas Especiais de Interesses Sociais, que estão na lei do Plano; imediato cumprimento dos acertos negociados com a FAC para o acampamento 05 de julho no Alto do Mateus construção das 96 casas; para os sem-casa do 02 de maio bairro dos Novais, que aguardam promessas há três anos, e a construção de casas para 45 famílias; criação de um Fórum de Política Urbana e de Habitação com representação dos movimentos de luta por moradia, entre outras reivindicações.

12- Cartilha Conhecendo o Estatuto da Cidade Fórum Nacional de Reforma Urbana FASE Solidariedade e Educação e Caixa Econômica Federal.

13- IBGE 2000.

14- Dados tirados do projeto de ação de luta pela moradia digna- março 2002

A luta pela política habitacional na Paraíba surge neste contexto, onde a falta de habitação, para os pobres soma-se ao grande número de desempregos, de pessoas vivendo em condições de subemprego e subsalário, fazendo assim malabarismos para sobreviver.

3. UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO

O Movimento MLM-PB é um ator social que luta pelo direito à moradia digna e pela Reforma Urbana. Os (as) entrevistados(as) entendem como **missão** do MLM-PB organizar as pessoas das bases, que não têm onde morar ou que vivem em péssimas condições de moradia, na perspectiva de despertar a consciência política para o exercício da cidadania, através do processo da formação político-pedagógica, para que reivindiquem junto aos órgãos públicos esses direitos.

De acordo com as entrevistas, constatou-se que os seus objetivos são: organizar núcleos de luta por moradia; lutar pela urbanização de favelas; incentivar as pessoas das áreas para construção conjunta de moradia; apoiar as ocupações e negociações; promover e assessorar encontros de formação de agentes; realizar mobilizações; denunciar o descaso do Estado com relação ao problema habitacional; participar de eventos promovidos por outras entidades e de encontros promovidos pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia.

O MLM-PB é filiado ao Movimento Nacional de Luta por Moradia, sendo a Paraíba reconhecida como um dos “Estados com maior articulação orgânica”⁽¹⁵⁾.

O movimento enfrenta como desafio conciliar o ideal com o real, conforme afirma entrevista nº 04: “*o movimento tem expectativas maiores do que a capacidade real de fazer*”, o que nos faz entender que o movimento vai para além das suas condições reais de colocar em prática aquilo que ele se propõe a realizar, o que implica na sua dificuldade de estabelecer prioridades, de lidar com o que está planejado e com o que não está

planejado e o que vai para além da luta do movimento, que muitas vezes é colocado pela própria conjuntura local e nacional. Mesmo vivendo este constante desafio, alguns integrantes da coordenação acreditam que “*temos que sonhar grande para se conseguir fazer alguma coisa*”.

Uma das características que permeia a identidade do movimento é a espiritualidade, onde em alguns anos as ações do movimento são animadas por leituras de textos bíblicos que referendam a luta pela moradia, conforme afirma a entrevista nº 02: “*no ano de 2001, o texto bíblico de Josué fala que a terra é um dom de Deus e que as pessoas precisam se movimentar, se organizar para conquistá-la*”.

Os eixos de atuação, conforme descrito no projeto do movimento⁽¹⁶⁾, são: **mobilizações populares** de rua para reivindicar os direitos dessa categoria; pressionar o poder público para que se realizem as ações necessárias a essa população e informar a sociedade em geral sobre a luta do movimento em defesa de moradia digna. As mobilizações têm acontecido em datas essenciais para o movimento local e nacional, outras são estratégias de pressão política acerca da falta de obras e investimentos, quando se esgotam todas as possibilidades de negociação com o poder público municipal e estadual. São passeatas, ocupações de prefeituras e gabinetes de governantes. Para o apoio a essas ações, o movimento estabelece uma política de parcerias e trabalha com várias entidades e pastorais sociais como os serviços de comunicação do Centro de Documentação Popular CEDOP, o apoio jurídico do Serviços de Apoio aos Movimentos Populares e Sindicais - SAMOPS e o apoio da Comissão Pastoral da Terra CPT, somando forças na luta. Conta ainda com a ação política dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores - PT para a realização de algumas atividades, entre outras.

As mobilizações têm como objetivo denunciar, reivindicar e tornar visível a luta, que são tão bem expressas pelas palavras de ordem: “*Reforma Urbana Já*!”; “*Arroz, feijão*”

¹⁵- Relatório da reunião da coordenação executiva nacional, 2000, p.02

¹⁶- Projeto de ação de luta por moradia digna 2002

saúde e habitação”, “*chega de agonia, queremos moradia*”. Conforme entrevista nº0, essas “palavras de ordem” são refrãos, bordões, linguagens criadas de forma organizada, ou não, pelas pessoas para expressar indignação, reivindicação, denúncias ou mesmo conquistas e alegrias. Elas, “*na maioria das vezes, são criadas no improviso para esclarecer ao povo o sentido da luta*” (entrevista nº 01). Geralmente, são utilizadas em grandes manifestações populares e é uma forma de envolver, contagiar e gerar adesão pelo público participante.

Ocupações de terra urbana é uma das estratégias de grande relevância utilizadas pelo movimento, pois entende-se que ocupar é sinal de resistência e de conquista, “*ocupar terra pública é uma forma de se concretizar o acesso à habitação*”, ou ainda é uma forma de visibilizar ou denunciar os problemas e é “*através da ocupação que a gente força as autoridades a enxergarem as necessidades de moradia e os problemas que acontece*”, é através da ocupação que os indivíduos começam a se organizar enquanto sujeitos de direitos, pois é “*a partir daí que a gente começa a lutar para conseguir o título de posse do terreno e em seguida conquistar a casa, a moradia digna, seja em área pública, seja em área privada, quando está desocupada ou não tenha uma função social*”, (entrevista nº 01).

Foto: Paulo Lopes



Algumas ocupações são planejadas pelo MLM-PB e se dão dentro de um processo político-pedagógico; outras acontecem de

forma espontânea, a partir das iniciativas das próprias famílias sem-teto, aos quais o movimento é chamado para acompanhar e dar apoio. A ação passa pelo processo de organização interna de cada área, pela mobilização e envolvimento de outros atores da sociedade civil ao processo de negociação junto ao poder público. A coordenação não tem um registro de quantas ocupações foram planejadas por eles e nem quantas se deram de forma espontânea.

Pesquisa em 1997, no governo de Lucia Braga, constava nos dados da prefeitura que existiam 92 (noventa e duas) favelas na grande João Pessoa; na Fundação de Ação Comunitária FAC, sob a administração de Emília Correa Lima, constava a existência de 98 (noventa e oito), enquanto que a imprensa divulgava 150 (cento e cinquenta) favelas. Essa diferença aparecia porque se considerava que as casas de alvenaria não eram tipificadas de favela. A infra-estrutura das casas era a mesma. O movimento, ao perceber que esses dados não condiziam com a atual realidade, decidiu realizar em 1997 uma pesquisa sobre “as condições de vida na periferia”, direcionada aos municípios da grande João Pessoa. A pesquisa tinha como objetivo fazer um diagnóstico das áreas periféricas das cidades onde o movimento está organizado (verificar o número de favelas, o número de famílias que moravam dentro das casas na grande João Pessoa e qual era a situação do chão, da área, se ela era ocupada, e qual era sua tipologia), para fundamentar melhor a proposta de ação e poder trabalhar com dados concretos da realidade. A pesquisa foi elaborada em duas fases: a 1ª quantitativa, com a identificação do número de favelas existentes, quantas unidades habitacionais, quais as condições de infra-estrutura, etc. A 2ª fase teve o enfoque qualitativo, para investigar alguns aspectos da vida das famílias.

As discussões sobre a pesquisa foram realizadas no movimento, escolhendo-se internamente os (as) pesquisadores (as) populares para início da primeira parte da pesquisa. Discutiu-se com alguns professores da Universidade Federal da Paraíba UFPB, que questionaram a credibilidade da pesquisa.

Alguns municípios incluídos na proposta da pesquisa não conseguiram efetivá-

la”: Cabedelo e Santa Rita. Os que conseguiram foram Bayeux e João Pessoa. Isso serviu para a pesquisa ser avaliada e replanejada pela UFPB, na intenção de aprofundar a realidade das periferias dessas cidades da grande João Pessoa. A partir dessa pesquisa, algumas favelas se integraram ao MLM - PB e continuaram participando da luta. Houve um crescimento político de várias lideranças que se tornaram pesquisadores populares e continuaram num processo de discussão sobre o que é pesquisa, a importância dela e os resultados concretos na vida das pessoas e dos movimentos. Iniciou-se uma nova fase da pesquisa com treinamentos para os (as) pesquisadores (as) pela Coordenadora do mestrado de Sociologia da UFPB.

O resultado da primeira fase foi apresentado em uma manifestação em agosto de 97. Alguns sujeitos sociais utilizaram os dados como subsídios, a exemplo da carta pastoral sobre as eleições, apresentada pelo Arcebispo D. Marcelo P. Cavalheira, e em documentos dos deputados de mandatos populares e na UFPB.

Os resultados da pesquisa têm sido utilizados timidamente pelo movimento. Mesmo assim, eles têm sido um mecanismo importante na fundamentação das ações do movimento, servindo como subsídio de denúncia e pressão política junto aos poderes públicos e à mídia local, além de respaldar a luta pela moradia.

Articulação nos Municípios do Estado:

Atualmente o movimento atua em 6 municípios: João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Salgado de São Félix e Guarabira. A atuação nesses municípios garantem a organização das bases e o fortalecimento das suas estruturas. Essa articulação entre os municípios tornou-se necessária para a consolidação do movimento, uma vez que é através dos núcleos que a luta pela moradia ganha mais força e visibilidade no estado e desperta nos sujeitos envolvidos uma visão política para uma luta unificada. Garante-se a animação das lideranças, melhora-se a qualidade de organização do trabalho de base e da intervenção nas esferas políticas e de organização interna, com o propósito de garantir os diversos níveis de participação⁽¹⁷⁾.

Além desses eixos acima citados, identificou-se nas entrevistas três outros eixos de

atuação importantes: organização, formação e intervenção.

A organização acontece em torno das áreas dos municípios do Estado e visa reunir as pessoas para uma luta coletiva e participativa; a formação é dirigida às lideranças das áreas de base, bem como para os membros da coordenação, com o intuito de contribuir para a organização social dos indivíduos, para que eles reconheçam seus direitos e exercitem sua cidadania. A formação é fundamental para a organização dos núcleos, pois é através dela que circulam informações que fortalecem a organização e luta. Um outro aspecto que caracteriza a luta é a intervenção que se dá através da participação nas políticas públicas, nos Conselhos Estadual e Municipal; promoção de debates envolvendo segmentos da sociedade civil, parlamentares, candidatos de partidos políticos do campo da esquerda e entidades ligadas às lutas populares.

Bandeiras de lutas é um termo utilizado pelos movimentos sociais que expressam as reivindicações de suas lutas. Falar sobre bandeiras de lutas, especificamente do movimento de moradia, é dizer qual a luta em que o movimento se afirma.

Constatamos, através das entrevistas, a dificuldade de diferenciar “estratégias de atuação de “bandeiras de lutas”, sendo que para alguns “ocupar”, “resistir” e “morar”, “reforma urbana”; “formação”; “organização” e “luta pela moradia digna” são denominadas como bandeiras de lutas e para outros como estratégias de atuação. Compreendemos que “Reforma Urbana” é uma bandeira nacional incorporada pelo movimento que contempla a política habitacional. Essa bandeira foi definida na conferência do Habitat II, no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 60% do movimento de moradia em nível nacional, quando se produziu um primeiro documento do Brasil, que seguiu para a Conferência Internacional, em Istambul. Foi a partir dessa Conferência que o MLM-PB começou a fazer parte da articulação estadual de reforma urbana. É importante ressaltar que precisamente na Eco 92 e na Habitat II, as temáticas urbana e ambiental, no contexto das desigualdades sociais, tiveram grande relevância e mais precisamente a Habitat II “propiciou a formulação de um plano de ação urbano-ambiental para o país,

¹⁷- Projeto de ação de luta por moradia digna 2002

levando essa questão para o âmbito das conferências internacionais para o fortalecimento do direito à habitação como direito humano e a tomada de definições quanto à moradia adequada e sustentável”(18).

4. SONHAR É PRECISO: Nossa Cidade, Nossa Casa!

A luta pela conquista da casa digna nos parece estar no plano da urgência, enquanto que a luta pela Reforma Urbana é uma luta contínua, política e ampla, que vai impulsionar a luta do movimento.

“É preciso sonhar grande para se conseguir fazer alguma coisa” (entrevista no. 02)

O movimento é alimentado pelo sonho de que todos tenham moradia digna, inter-relacionado com a luta pela Reforma Urbana, e *“tudo que nos ajuda a ser feliz e sermos cidadãos de verdade”* (entrevista nº 04). Logo, há uma compreensão de que a Reforma Urbana é um conjunto de direitos que devem ser conquistados na cidade, daí a importância da luta pela implementação do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor. *“A história do Estatuto da Cidade começa com a pressão popular realizada pelo Movimento nacional da Reforma Urbana na Constituinte de 1987/88. O objetivo era incluir a cidade e a função social da propriedade na Constituição, o que foi expresso nos artigos 182 e 183 (...) A iniciativa de formular o Plano diretor deve ser da Prefeitura, mas todos cidadãos(as) devem cobrar do poder municipal o Plano Diretor - PD, que é algo obrigatório para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes”*. O Estatuto da Cidade com o seu Plano Diretor deve garantir o combate à especulação imobiliária; a democratização do acesso à terra, a urbanização e a legalização dos assentamentos; uma distribuição mais justa dos serviços públicos; a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária; soluções planejadas e articuladas para os problemas das cidades e a participação da população na formulação e execução das

políticas públicas (Cartilha Conhecendo o Estatuto da Cidade). E se nada disso está funcionando, cabe aos grupos organizados cobrar e exigir que as leis sejam implementadas e cumpridas, e o MLM-PB vem atuando de forma propositiva.

O Plano Diretor da Cidade de João Pessoa foi “elaborado entre 1993/1994, com a participação da sociedade civil. Ele deve regularizar o uso do espaço e do acesso aos recursos urbanos, visando a construção de uma cidade mais justa e de melhor qualidade de vida” . Apesar de o Plano Diretor ter sido construído democraticamente, nunca foi aplicado e ainda corre o risco de ser modificado sem o mesmo processo participativo. O movimento, ao tomar conhecimento desse fato, no ano de 2000, mobilizou suas bases e outras organizações para cobrar da Prefeitura um novo encaminhamento para a revisão do Plano Diretor, conforme afirma o Relatório da Ação do Movimento em 2000, p. 06.

O sonho da casa para morar é também o sonho de uma cidade com acesso à habitação, ao saneamento básico, à educação, ao transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização... onde a brincadeira, o trabalho, o prazer, a rua, a casa, o espaço público e o privado se interajam como lugares de criação e revitalização de vida.

5. QUEM COMPÕE O MOVIMENTO: “A QUEM SERÁ QUE SE DESTINA..”

A identidade coletiva do movimento está intimamente ligada à construção da identidade individual dos sujeitos envolvidos na luta do movimento, uma vez que esses se descobrem e se reconhecem como partícipe desse movimento. À medida que conquistam sua moradia, constroem referências de cidadania e aos poucos se tornam sujeitos políticos, assumindo seu lugar no mundo como protagonista social.

A coordenação do movimento é formada por *“um grupo de pessoas que não têm*

casa digna para morar e que estão preocupados com tantas outras pessoas que se encontram nessa mesma situação ou em situações mais agravantes (entrevista nº 02). A luta pela moradia é traçada a partir da condição dos sujeitos envolvidos, que sentem no dia-a-dia seus direitos negados e desrespeitados. Para os (as) integrantes do movimento, não basta lutar pela casa, é preciso ir além da conquista de um pedaço de chão, de um teto para morar, é algo que está vinculado à implementação do Projeto Nacional Democrático e Popular.

Quer-se dizer com isto que as pessoas que fazem a coordenação do movimento são aquelas que organizam a luta a partir da sua condição de vida. São pessoas que trabalham

“movidas pelo sentimento de solidariedade, pelo desejo de ver todo mundo feliz, de ver todo mundo com uma casa digna, pelos sentimento de amor e sede de justiça social” (entrevista. nº 01).

Essa identidade desses sujeitos coletivos, profundamente relacionada com a identidade individual das pessoas envolvidas no movimento, nos permite dizer que a existência e a auto-afirmação de si são sustentadas e alimentadas pelo sentimento de pertença daqueles/as que acreditam e impulsionam o movimento. E ainda ao ouvir os relatos das pessoas entrevistadas, fica expresso em suas vozes, carregadas de subjetividade, como sendo a casa um elemento constituinte, referência da construção da identidade individual de qualquer ser humano: casa é sinônimo de identidade, é sinônimo de cidadania, é sinônimo de reconhecimento e de endereço. Mas esta casa não é qualquer casa, mas uma casa digna de se morar, que caiba toda família, com espaço para todos, espaço para as crianças brincarem; que tenha saneamento básico; um lugar de segurança e de convivência saudável. Não basta apenas um lugar de moradia, é preciso lutar por outras necessidades que dêem condições para que os *“filhos estudem numa escola ou creche, onde tenham posto de saúde, área de lazer, segurança, transporte”* (entrevista nº 01). Portanto, a luta pela moradia envolve outros aspectos sociais como geração de renda, educação, saúde etc. A

luta pela moradia torna outros problemas sociais mais visíveis e provoca no movimento a necessidade de se articular com outros atores sociais que também estão na defesa e promoção dos direitos humanos e lutando por uma sociedade justa e igualitária.

O público a que o movimento se destina, prioritariamente, é composto de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, excluídas e desprovidas de direitos, vítimas do descaso e abandono das autoridades governamentais, vítimas do êxodo rural, e que hoje moram em favelas ou embaixo de lonas, embaixo de viadutos, em prédios públicos desabrigados pelas chuvas, habitantes de beiras de rios, mangues, barreiras, pessoas que moram embaixo de fios de alta tensão, em palafitas, são mutuários, enfim, todas as pessoas que estão excluídas do direito à cidade.

O público a que o movimento se destina, prioritariamente, é composto de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, excluídas e desprovidas de direitos...

O movimento abrange homens e mulheres de várias faixas etárias (crianças, adolescentes, jovens e idosos) provenientes de realidade empobrecida, desprovida das necessidades básicas de vida. As mulheres têm uma participação ativa no movimento, destacam-se nas reuniões de bases, nos encontros de formação, nas mobilizações e na coordenação colegiada. São mulheres *arrimos* de família, educadoras e trabalhadoras do lar, que ainda encontram tempo para se envolver e participar da luta e da transformação social, tentando conciliar a luta da vida doméstica com as lutas sociais.

As pessoas, em sua maioria, são características de raça negra. No entanto, identidade racial não parece ser algo relevante para o movimento, uma vez que as questões da identidade étnico-racial não fazem parte das discussões da vida do movimento. Assim como também as questões de gênero e de geração

também parecem não fazer parte da agenda de debate do movimento. Os temas chamados transversais gênero e etnia são quase ausentes e não se expressam com relevância, embora para a maioria das pessoas entrevistadas esses temas denotam algo importante, porém afirmam que não há tempo para tais abordagens. Isto nos faz pensar que a luta pelas condições vitais (básicas), ou ditas como “gerais”, gritam mais alto e as questões ditas como “específicas” ainda ficam à margem e, portanto, muitas vezes, conquista-se a casa, mas a violência doméstica e as divisões das responsabilidades no interior doméstico continuam 'debaixo dos panos'.

O movimento agrega pessoas de diferentes religiões e busca respeitar a sua religiosidade, porque se acredita que é a necessidade da moradia que une pessoas de diferentes crenças, gerações, gênero e etnia/racial, e que faz com que a luta e a conquista se tornem uma realidade. Quanto à escolaridade, o movimento não dispõe de dados que permita visualizar esse aspecto.

O cotidiano do movimento acontece através de reuniões periódicas da coordenação para traçar estratégias de lutas e para articular os grupos de moradia nas áreas. Durante quatro anos contou com um grupo de assessoras que contribuiu para a organização e a vida interna do movimento. A secretaria do movimento se reúne na sede cedida pela Arquidiocese da Paraíba, sendo a coordenação responsável pelo seu funcionamento, em sistema de rodízio.

6. O QUE IMPULSIONA O MOVIMENTO

A temática da reforma urbana tem sido um elemento motivador para o fortalecimento da luta pela moradia em todos os Estados e o movimento tem sido necessário para manter esse ponto na pauta cotidiana da sociedade civil.

Segundo a fala das pessoas entrevistadas, o que impulsiona a luta e as ações é o sentimento de indignação provocado pelo descaso do governo brasileiro, quanto às situações de pobreza e exclusão social em que as famílias nordestina paraibanas se encontram. A falta de informação e de

comunicação sobre os direitos sociais e da política habitacional, na luta pela implementação do Plano Diretor, tem sido uma outra motivação para que os membros da coordenação do movimento abracem cada vez mais a causa.

Algumas pessoas que são da origem do movimento vieram do engajamento nas CEBS, buscando através da fé animar-se e trouxeram para o berço do movimento uma igreja comprometida com a luta pela moradia, exercendo um papel de animação dessa luta social. Essa nova idéia de igreja vai animar a luta do povo e afirmar que o Deus dos cristãos é um Deus que veio para que todos tenham vida e vida em abundância e que isto se dá na luta do dia-a-dia.

A luta também é movida pelo espírito de solidariedade, a luta de quem não tem casa para morar é também uma luta daqueles(as) que a adquirem, pelo sentimento de justiça e de oportunidades para todos.

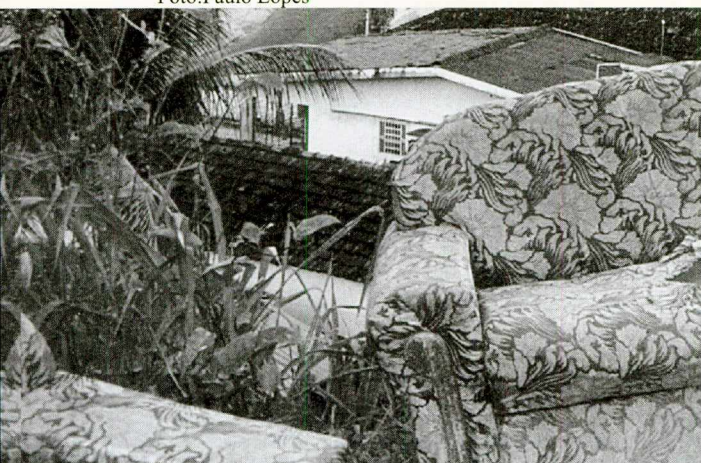
7. RECONHECIMENTO: COMO ELE SE VÊ

Falar do MLM-PB como um movimento social popular provoca primeiramente um revistar alguns conceitos que nos ajuda a compreender o significado de um movimento. “Os movimentos são vistos por vários estudiosos como referidos à condição de carências econômicas e sociais, e para isto utilizam os termos Movimentos Sociais Urbanos ou Movimentos Populares, e como aglutinações em torno das identidades como os movimentos de mulheres, negros, homossexuais,”(SILVA Mov. Soc. E ONGs: Traçando Fronteiras). Neste sentido, podemos caracterizar o MLM-PB como um movimento social popular, pois sua existência se justifica pela ausência de necessidades essenciais como habitação, educação, saúde, saneamento básico etc. Está inserido num contexto de lutas, reivindicações e transformação social e econômica, tentando responder a uma população em risco social e vulnerabilidade em relação aos direitos humanos. É um movimento de grande expressividade urbana na sociedade paraibana.

Reconhecer o MLM-PB como um sujeito coletivo, agente de transformação, são conclusões que vêm de fora para dentro e de dentro para fora, algo cíclico. Essas visões vêm sendo construídas numa trajetória de lutas e de conquistas ao longo de sua existência. São olhares de quem faz o movimento, inspira e respira o movimento no seu dia-a-dia, mas também um olhar de outros segmentos sociais e pessoas que vêm acompanhando a inserção ativa do movimento.

Ele emerge das necessidades e da problemática da moradia, buscando dar respostas à realidade. A importância do movimento é mobilizar (“mexer”), em todos os níveis, para o enfrentamento dos problemas colocados pela conjuntura nacional e local, enfrentamento que passa por uma consciência da cidadania, através do envolvimento dos sujeitos na participação política, na busca de apoio junto aos partidos de esquerda, mas também na teimosia de reivindicar e fiscalizar os direitos junto aos gestores que estão no poder.

Foto: Paulo Lopes



Atualmente, o movimento é reconhecido pelo poder público, pela sociedade civil e também pelas pessoas que dele não participam, mas que são um “público em potencial”. A importância desses reconhecimentos legitima o movimento como um sujeito social capaz de hastear bandeiras de

lutas e de realizar mudanças.

Chama-se a atenção para os **valores e princípios** que orientam o movimento, mas também as formas de relacionamento encontrados no decorrer de sua trajetória. Os valores e princípios são a solidariedade, a partilha comunitária das coisas boas e das dificuldades, a justiça social, o espírito de coletividade e de união e a luta por uma sociedade democrática e igualitária. São alimentados por uma mística cristã e fundamentados nos princípios dos Direitos Humanos. A solidariedade e a espiritualidade (a fé e a esperança de conseguir a casa própria), ao longo da trajetória do movimento, sempre nortearam e inspiraram as pessoas a enfrentar os desafios e as dificuldades.

O princípio do MLM-PB é “*defender o nosso povo*”⁽²⁰⁾. Para isso, devemos partir de um processo pedagógico que propicie o movimento “*parar para pensar, avaliar, retomar, questionar*”²¹. Esse processo nos deve ajudar a refletir sobre a prática e a dinâmica do trabalho e a inserção do movimento no processo de mudanças de um governo antidemocrático e excludente.

Uma das dificuldades é sensibilizar as pessoas para a luta, fazendo com que elas entendam essa luta como uma questão de toda a sociedade, conforme afirma entrevista nº 03: “*a luta pela moradia é um movimento muito difícil, porque quem está na sua casa, e quem tem o seu lugar onde morar, não está preocupado com quem não tem onde morar*”, uma sociedade adormecida que parece ter perdido a sensibilidade, o espírito de solidariedade e o compromisso com as pessoas que passam necessidades.

O MLM-PB tem sido expressivo, no âmbito da Paraíba, por lutar pela desapropriação das terras nas áreas urbanas. O MST, pela desapropriação das áreas rurais e ambos têm reacendido a luta dos movimentos sociais efervescentes na década de 80, porque acreditam que a luta tem que ser unificada, “*Nossos sonhos pela terra, no campo ou na cidade ninguém mata e nem enterra*”⁽²²⁾. A luta

20- Entrevista nº 03

21- Entrevista nº 03

22- Esta frase foi dita por uma integrante do movimento, porém ela desconhece a origem de sua autoria.

pela moradia tem contribuído para a mudança do cenário político, tanto no âmbito nacional como local, à medida que tem colocado na pauta dos governantes e de outros segmentos sociais como Universidades e o poder legislativo a discussão da problemática da moradia. Isso tem gerado opinião pública que contribui para forçar as negociações e resoluções desses problemas.

A participação no movimento tem possibilitado aos seus membros uma tomada de consciência da segregação social, política econômica, e dos espaços diferenciados que ocupam na sociedade. Através desta tomada de consciência, surgem novos sujeitos históricos, de forma coletiva, que demarcam a partir da luta o reconhecimento do Estado e da sociedade (OLIVEIRA, ano, p.).

8. FORÇA PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO

Há uma **força político-pedagógico** que faz com que integrantes do movimento afirmem coisas como: *"Entrei na luta para conquistar minha casa. Vou conquistar minha casa e quando conquistar, vou continuar para conseguir casa para quem não tem"* (23). Um outro exemplo da prática político-pedagógica, bem como exercício de cidadania, são expressos no processo da ocupação e de reconstrução de casas, através de mutirão, e da mobilização.

Uma das marcas do movimento é a preocupação com a formação política dos sujeitos, associada com as questões colocadas pelo cenário político, por exemplo, no ano de eleição, o movimento realiza encontros de formação voltados para seu público para discutir as eleições e trabalhar sua consciência política e o projeto de sociedade. Há a preocupação com o Plano Diretor da Cidade, a reforma de Habitação, entre outras necessidades. Esta formação também busca preparar novos quadros de lideranças, visando a renovação dos integrantes na coordenação, não criando assim quadros vitalícios. Toda ação

pedagógica e política do movimento é voltada para a cidadania dos sujeitos, uma cidadania compreendida como a luta por direitos de ter direitos. Os critérios para compor a coordenação do movimento são o mandato da coordenação de dois anos, podendo ser reeleita por mais 2 anos. Para fazer parte da coordenação, as pessoas precisam estar engajadas na área e comprometidas com a luta da moradia no dia-a-dia e ter paixão e identificação pela luta.

Uma grande contribuição para o crescimento organizacional do movimento se dá com a entrada de educadoras/es ligados à Rede de Educadores/as Populares do Nordeste, a formação é compreendida dentro de um processo permanente e contínuo. De acordo com a entrevista de nº 03, as ações formativas são organizadas de duas maneiras: **programada e na ação.**

Compreende-se por formação programada e na ação *"a preocupação com a melhor preparação das atividades formativas, conjuntamente com os beneficiários ou integrantes dos movimentos, quer seja na ação como as formas de convidar para participar do processo formativo, as reuniões, parcerias, mobilizações, e todos os passos da atividade formativa. Ou as programadas (cursos, seminários, encontros etc.). O processo de formação para lideranças, dirigentes, educadores e outros, deve considerar sua prática formativa, o encadeamento dos seus passos, para que suas etapas não sejam construídas a partir das demandas, mas pela sua importância nesse processo formativo, os quais são imprescindíveis"* (24).

Esse processo formativo e pedagógico tem contribuído na mudança de postura e de comportamento dos indivíduos, tanto para o crescimento individual de cada um quanto para o crescimento coletivo, ao expresso na entrevista nº 06, ao afirmar que:

"O movimento não faz o trabalho no lugar das pessoas mas, aponta, ajuda, mostra, forma opinião e forma as pessoas" e a medida

23- Relatório do Planejamento 2000, p.04

24- A contribuição da Concepção metodológica dialética para a ação dos educadores da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba Ronildo Monteiro Ferreira

que vão se colocando como co-participantes, sujeitos de mudança e de transformação da realidade. Estas mudanças nem sempre são visíveis e palpáveis e não acontecem de forma rápida, pois a identidade do movimento é algo que está em permanente construção e quem vai dando o tom, o ritmo são os sujeitos que o compõem, influenciados pelas necessidades concretas. A formação tem sido importante para o crescimento do movimento porque está para além da informação dos direitos vistos como uma luta isolada e local, mas instiga as pessoas a pensarem sua condição social vinculada a um projeto político nacional”.

Esse relato expressa significativamente a importância que o MLM-PB tem no cenário político local, uma vez que ele sabe exatamente qual é o seu papel e sua missão, sendo um ator de atuação de uma força político-pedagógica que se movimenta na perspectiva de animar e provocar nas pessoas o reconhecimento de sua cidadania, se situando como sujeitos políticos e agentes de transformação. Uma cidadania que vai brotando aos poucos, com paciência, insistência, teimosia e na escuta da melodia e musicalidade da luta, os sujeitos que o compõem seguem o ritmo, buscando acertar o passo e o compasso em direção à conquista do seu habitat.

No compasso da luta, o movimento no seu cotidiano encontra alguns desafios: por um lado, pessoas engajadas e comprometidas com a moradia e com as questões que a permeiam; por outro, muitas pessoas que têm medo de abraçar e enfrentar a luta⁽²⁵⁾ - e a luta nem sempre é feita de vitórias. O movimento acompanhou o despejo de 32 famílias pela FAC, que as colocou em uma creche com a promessa de conseguir-lhes casas. O movimento posicionou-se contra esse encaminhamento, alertando as famílias para não confiar nas promessas da FAC, mas as famílias descreditaram no movimento e assim permaneceram abandonadas pela FAC durante 6 anos. Quando se completaram quatro anos, essas mesmas famílias, vendo que aquela situação estava insustentável, se viram

sozinhos e abandonados: voltaram a se articular com o movimento em busca de soluções e em dois anos, com muita luta, pressão e organização, as 32 famílias conseguiram suas casas no bairro do Mario Andreaza, no município de Bayeux. Se por um lado o movimento passou por um momento de descrença em sua atuação e capacidade de buscar soluções, por outro, esta experiência respaldou e confirmou o potencial de sua luta.

O movimento, ao longo de sua trajetória, tem utilizado como espaço de visibilidade os meios de comunicação, principalmente a imprensa escrita. Quando nos apropriamos dos arquivos de jornais, organizados pelo movimento, de 1992 a 2000, percebemos como as questões em torno da moradia (enchentes, desabamentos, ocupações de terrenos baldios, entre outros) ganham o cenário social, através da imprensa. Embora não se quantifique as vezes em que o movimento aparece na imprensa para denunciar precisaríamos de uma análise mais aprofundada destes documentos, nos deparamos com várias reportagens onde o movimento apresenta suas ocupações.

Para tornar mais visíveis suas atividades políticas, o MNLM-PB tem buscado “a divulgação das ações na imprensa - pauta dos jornais locais -, bem como os canais de televisão da capital, sobretudo quanto à preparação e realização de eventos maiores”⁽²⁶⁾, como também a utilização das emissoras de rádio como canal de denúncia. Ocupar esses espaços junto à mídia tem se tornado de grande significado na luta, à medida que se utiliza como lugar de interlocução, de denúncia, de pressão política aos gestores. São também espaços de esclarecimento e de problematização das necessidades não só da moradia, mas de outras questões sociais. Isso tem exigido dos integrantes organizar seus discursos e argumentações, preocupando-se em fundamentar e qualificar suas intervenções. Esses instrumentos também têm sido vistos pelo movimento como uma estratégia de ação, embora não se utilize como tal.

²⁵- Relatório da Pesquisa..

²⁶- Relatório das Ações do Movimento no ano de 2000, p.09

A concepção de mutirão que se vem consolidando tem um peso cultural e político, quando ultrapassa a noção de mero assistencialismo. O Movimento, por seus atos de interferência, de reivindicação e proposição, traz para a discussão a idéia de cidade que se deseja construir e a que se propõe com o projeto novo. Porque parece claro que *“devemos ir além da construção das casas, a Reforma Urbana é bem mais além”* (27).

Busca-se a superação do clientelismo e do assistencialismo existentes nas práticas das políticas governamentais ou de outros segmentos sociais, assim como o espontaneísmo, no que se refere às ações de ocupações que não são planejadas, pois *“uma ocupação programada tem muitos elementos de organização que não estão presentes naquelas que são espontâneas”*. As ocupações funcionam como estratégias de luta na pressão sobre o poder público. Por isso têm de ser planejadas para que se tenha condições de realizá-las e acompanhá-las.

A prática reivindicatória é focada na interferência junto às políticas públicas de moradia e infra-estrutura urbana, e isso tem sido o intermediário nas diversas audiências entre famílias das áreas organizadas com a Prefeitura, Secretarias e Caixa Econômica Federal. Praticar-se a consciência de que a Prefeitura e os demais órgãos públicos devem estar a serviço daquelas famílias. Desfaz-se assim a idéia de que os espaços físicos de tomadas de decisões públicas não são adequados à presença dos pobres.

Ao longo da trajetória, o Movimento conseguiu *“um reconhecimento cada vez maior da ação por parte da sociedade civil, dos movimentos sociais e organizações, e sobretudo dos setores administrativos como a Caixa Econômica Federal”* (29). Os resultados são ainda pequenos, mas se vislumbra que *“os caminhos estão se abrindo para uma possível queda da burocracia”* (30).

Há experiências de que para se chegar ao espaço institucional do poder é preciso de

estratégias e de criatividade para dismantelar a inibição que os discursos técnicos provocam no povo, nos momentos de audiência. Para tanto, é sugerida a assessoria técnica do grupo de apoio para preparar os dirigentes do movimento para ocuparem as representações nos Conselhos e Fóruns.

As visitas às áreas, afirmação de diálogo e escuta as famílias, as visitas às casas que estão em situação de risco, o retorno e o avivamento da esperança das comunidades vão criando nestas uma confiança e um reconhecimento de que o movimento é feito de pessoas como elas, que falam a mesma linguagem e possuem os mesmos sonhos.

Uma das preocupações apontadas na fala de NASCIMENTO, é a relação entre as pessoas que fazem o movimento, as quais precisam de um espaço para refletir sobre atitudes pessoais, considerando suas “limitações e escolhas” e que em determinados momentos essas qualidades interferem na prática do movimento como nas negociações e nas relações com os organismos governamentais.

Busca-se a superação
do clientelismo e do
assistencialismo existentes
nas práticas das políticas
governamentais ou de
outros segmentos sociais...

Um dos ganhos políticos desde a sua constituição como entidade estadual de luta pela moradia é o seu crescimento no município de João Pessoa, que tem reunido pessoas e grupos, exigindo, cobrando, apoiando ocupações e pressionando o poder público. Tem se presenciado a entrada de pessoas novas, dispostas a contribuir para as ações do Movimento, atendendo algumas das necessidades das comunidades acompanhadas,

27- Relatório da reunião da Coordenação Executiva Nacional, 2000, p.05

28- Op.Cit.p.05

29- Relatório de Planejamento para o ano de 2000, p.04

30- idem.p.06

atualmente firmada em 17 focos nos 5 municípios, conforme afirma o relatório do III Encontro Estadual.

Os segmentos sociais com os quais o Movimento sentiu a necessidade de se articular para a realização de ações pontuais foram os grupos de base, Associações de Moradores de bairro, Serviço de Apoio aos Movimentos Populares (Samops), Centro de Documentação Popular (Cedop), Igreja Católica (Paróquias e Pastorais Sociais), Universidades, Fundação dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, Central dos Movimentos Populares (CMP), Sindicato da Construção Civil e dos Engenheiros. Quanto à relação com as organizações governamentais, a maioria das pessoas entrevistadas afirma que o movimento não realiza ações em parceria com as OGs. Entretanto, evidenciou-se alguns exemplos de parceria pontual com Secretaria de Ação Social de João Pessoa (SETRAPS), Fundação de Ação Comunitária (FAC) e Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP).

Ainda na relação com o poder público, segundo entrevista, (nº 06), identificou-se o cadastramento das famílias e no processo de negociação da ocupação do Alto do Mateus, onde alguns problemas foram resolvidos em parceria. Essa relação, segundo entrevistas (31), se dá de forma concreta e pontual, uma vez que é o *“governo estadual e municipal quem tem o dinheiro para construir as casas”*. Tal relação, porém, não tem sido fácil e tem exigido muitos esforços.

A participação nos Conselhos de gestão tem sido uma prática do movimento, chegando ao Conselho Municipal de Urbanização e do Conselho Estadual de Habitação. O movimento não tinha um acento legal no Conselho Estadual de Habitação, porque não era uma entidade jurídica, mas estava representado por uma pessoa da arquidiocese. No entanto, esta representação, na maioria das vezes, não tinha relevância, devido aos questionamentos instigados pelo Movimento sobre a prática do Conselho: *“Houve vezes em que se ficou sabendo que o Conselho tinha se reunido sem a presença das entidades, o que levou o*

movimento a questionar a prática do conselho.” (entrevista nº 03). Este fato revela a intenção de desmotivar a participação dos conselheiros/as dos movimentos sociais e entidades que buscam construir uma gestão democrática. Conseqüentemente, tem havido uma desmobilização por parte dos organismos comprometidos com as lutas sociais. Com todas essas dificuldades, é necessário que o movimento insista em participar ativamente deste segmento com o intuito de garantir a democratização das políticas públicas e trabalhar essa relação com os Conselhos. De certa forma, a presença do movimento foi importante, porque estava sempre atento ao cumprimento das ações do conselho, colocando em pauta as reivindicações por moradia em sua agenda.

Ainda em relação aos espaços de gestão de políticas públicas, especificamente os conselhos, a participação ainda não é uma prioridade, os *“Conselhos não têm sido uma prioridade para o MLM-PB”* (entrevista. nº 03). Neste mesmo depoimento, afirma-se que *“isto se dá pelo fato de que o movimento é constituído, em sua maioria, por voluntários que não dispõem de tempo necessário para ocupar este segmento e que para isto precisariam ter mais pessoas liberadas com remuneração para estarem disponíveis para estes fins; outra questão é a falta de formação para conselheiros, pois os Conselhos são espaços muito forte de disputa, não basta estar preparado para as disputas de rua, ... mas estar preparados para as disputas políticas”*. Entretanto, na mesma entrevista afirma-se que *“houve muita preparação para isto, ...que é mais uma questão de percepção que é necessário fazer parte “consciente” que deve estar neste embate e que precisa conquistar este espaço e isto reflete a falta de compromisso por parte de alguns membros do movimento aos quais são designados esses papéis”*.

Uma outra dificuldade passa pelo aspecto da subjetividade, precisamente da auto-estima dos representantes, que ao intervirem, muitas vezes se sentem desconsiderados, subestimados, amedrontados e intimidados

pelos discursos “bem elaborados” dos técnicos governamentais e de pessoas de nível de instrução superior, o que resulta na falta de estímulo a permanecer nesses locais. Diante destas dificuldades e desafios, se pode perguntar: o movimento tem criado, no seu cotidiano, condições para refletir sobre a participação dos seus dirigentes nos espaços de políticas públicas para estarem preparados para os embates políticos? Tem trabalhado no seu processo político-pedagógico os potenciais e fragilidades dos integrantes do movimento? Como é feita a formação dos conselheiros(as)?

No entanto, durante a participação do Movimento no Conselho Estadual de Habitação, é possível verificar alguns resultados como: a apresentação de reivindicações das comunidades acompanhadas para solucionar os problemas de infra - estrutura (o abastecimento de água no bairro Mario Andreazza no município de Bayeux) e a apropriação das informações a cerca do orçamento estadual para habitação possibilitando organizar as famílias das áreas a serem beneficiadas para que os recursos sejam aplicados.

Um outro espaço é o Fórum Estadual de Reforma Urbana, compreendendo-o como “(...) de discussão dos problemas referentes à área urbana como a falta de infra-estrutura, reforma urbana, falta de uma política de urbanização nas favelas, mudança do código de urbanismo, mudança do plano diretor da cidade de João Pessoa.” (entrevista nº 01).

Foto: Paulo Lopes



8. SISTEMATIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO DO MNLM-PB NA VISÃO DE UM DOS SEUS MILITANTES .

A falta de uma política de habitação pelos governos vigentes gera necessidades e motivações para ações como as ocupações de terrenos vazios, públicos ou privados:

Ocupação em terrenos públicos ou privados por famílias de sem-teto é um problema social. Existem necessidades das famílias terem casa e como não têm dinheiro para conseguir casas, eles se vêem obrigados a fazer ocupação. Não têm dinheiro para pagar aluguel, nem comprar um imóvel, então a única saída que vêem de conseguir uma moradia é ocupando prédios públicos ou privados que não estejam funcionando, ocupando terrenos públicos ou privados que não tenham nenhuma função social e, a partir daí, começam a entrar para conseguir sua casa e sua moradia.

As Formas Atuais de Ocupações do Mnlm-pb : as Planejadas e Isoladas

Existe ocupação que acontece planejada pelo MLM, que costuma passar seis meses realizando reuniões com as famílias nas comunidades, preparando essas pessoas para fazer ocupação, explicando para elas a origem desse problema social e a necessidade de se ocupar para poder conquistar uma moradia. Existe também a ocupação que acontece de forma isolada por famílias que vão ocupar sem o nosso apoio, acontece espontaneamente. Depois que eles ocupam, passam a procurar o movimento e nós acompanhamos (não temos esse compromisso de acompanhar as famílias sem teto).

A Metodologia Utilizada para a Sensibilização e Adesão das Famílias para uma Re-ação Conjunta à Carência de Habitações, que Proporciona a Ocupação:

As famílias nos procuram e como percebemos que na área tem problemas de moradia, vamos até a comunidade, apresentamos quais são as formas de trabalho, nossos critérios, nossas regras e explicamos para elas que a única forma de se conseguir moradia nesse país é através da luta organizada, porque os governos, federal, estadual e municipal, não têm programas habitacionais que atendam as necessidades, que sejam destinados às famílias de baixa renda ou que não têm renda. Como essas famílias precisam de moradia e é um direito sagrado, garantido na constituição federal, temos que ir pra luta para expor o problema e exigir os nossos direitos.

Alguns Critérios de Escolha do Terreno para as Ocupações:

Quando decidimos fazer uma ocupação com as famílias que já estão preparadas, procuramos o local próximo a um conjunto habitacional, a ambientes que tenham condições das famílias sobreviverem, por exemplo, a supermercados, a postos de saúde, escola, ao centro da cidade, que facilitem a locomoção das famílias, ou que tomem apenas um ônibus para poder facilitar a vida dessas famílias. Não dá para ocupar um terreno lá no meio do deserto, porque as pessoas irão passar necessidades como fome e sairão de lá, voltam e desistem da luta. Escolhemos ambientes que dêem para as pessoas morarem lá e lutarem para conseguir seus direitos. O nosso principal alvo tem sido os terrenos públicos, sejam da prefeitura, do governo estadual ou federal, que seja um terreno bom. Não adianta um terreno que seja esburacado, que tenha alta declinação, aí não dá para construir casas. Não

podemos ocupar um terreno que seja perto do mangue porque é uma área insalubre que não dá para ser construída uma habitação digna, um conjunto habitacional para as famílias morarem. Fazemos um levantamento, procuramos nos informar para saber de quem é o terreno. Quando temos a certeza quem é o proprietário, se é público ou privado, decidimos pela ocupação.

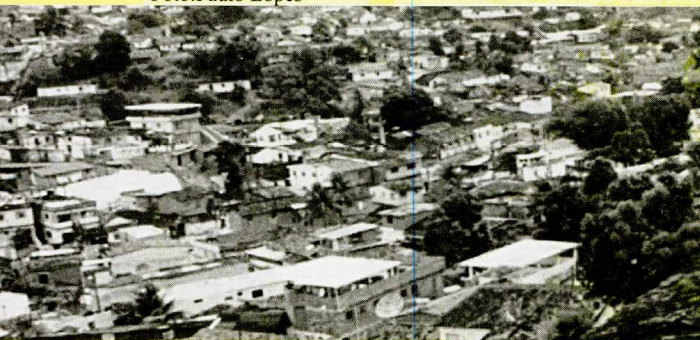
Preparando as Famílias para uma Ocupação:

Organizamos as famílias, não falamos onde será o local, infelizmente se dissermos as notícias vazam. Quando chegamos lá, a polícia pode estar esperando, como já aconteceu em várias experiências, como em Guarabira, em 27 de março. Quando a polícia sabe, atropela e não conseguimos fazer a ocupação. **Quem entra na luta tudo pode acontecer, quem está na chuva é para se molhar, entra na luta quem tem coragem e quem tem o desejo de conseguir a casa. As famílias se organizam e vão preparadas para o que der e vier, para resistir a despejos, para continuar lutando, para realizar protestos quando for previsto, ir à prefeitura, ao governo do estado fazer passeatas, fazer denúncias, a gente prepara as famílias para poder enfrentar essas dificuldades que tem aí.** Em nenhum momento as abandonamos para se sentirem seguras e acreditarem que vão conseguir seus objetivos que são moradias dignas.

É um impacto, geralmente as famílias ficam um pouco assustadas, existem algumas que já têm experiências porque já foram despejadas, essas têm coragem para continuar lutando, mas existem as que têm medo de apanhar da polícia, porque vêem pela televisão algumas ações de despejos que a polícia realiza das famílias sem terra, sem teto, as quais ficam com medo de serem tocadas. Mas procuramos encorajá-las alertando-as que isso faz parte da luta, que estaremos perto em todos os momentos, que a polícia é paga para dar segurança e não para bater nas pessoas. Elas precisam se organizar e continuar acreditando que irão conseguir essa luta, porque se ela for ficar pagando aluguel

nunca vai conseguir uma casa, infelizmente tem que correr esse risco de enfrentar a polícia, de ser despejada, mas isso faz parte da luta.

Foto: Paulo Lopes



A Intervenção do Mnlm
Pb Junto aos Grupos
que não Planejam as
Ocupações:
As Ações Isoladas.

As ocupações que não são organizadas, quando somos informados e solicitados, apresentamos em assembléia a nossa forma de trabalhar. Se aceitarem nosso apoio, continuaremos trabalhando conjuntamente, dando apoio a partir daí até o fim, até conseguirem suas casas. Não costumamos deixar a luta pela metade, aliás nunca deixamos a luta pela metade. É uma questão de honra para o movimento ir desde o começo até o fim.

As ocupações planejadas:

Durante o ano se faz o planejamento de quantas áreas podem ser ocupadas. Isto também dos recursos. Numa ocupação se gasta dinheiro com transporte, com reuniões, planejamento, e sem recursos não podemos fazer ocupação, porque as famílias irão passar necessidades, às vezes acontece deles fazerem sozinhos, e depois temos que acompanhar. Mas as planejadas só acontecem com previsão orçamentária, com certeza que dá pra gente acompanhar, fazendo investimentos em recursos. E investimentos em pessoas humanas que passam dando apoio em todos os momentos que elas precisarem. Nós temos uma demanda muito grande e poucas pessoas na coordenação para acompanhar.

Então a gente só pode assumir uma responsabilidade que nós temos condições de dar conta.

Critérios para Seleção
das Famílias para as
Ocupações Planejadas:

A nossa organização tem elaborado algumas regras, critérios éticos, exemplo: difundimos que a nossa luta é para quem não tem casa. Quando descobrimos que entre as famílias há infiltradas que já têm casa, colocamos em regime de votação em assembléia. Essas famílias ficam fora do cadastro e são substituídas por famílias sem casa que estão fora do cadastro e da luta, que poderiam estar em outra ocupação, não admitimos que em meio a cem famílias surjam uma ou duas querendo inviabilizar nossa luta, desmoralizar o nosso trabalho. Pois a sociedade, quando toma conhecimento através da divulgação da imprensa, apresenta opinião de que estamos defendendo casa para famílias que já têm e querem vender. Nós somos contra essa forma de comercialização de casas. A casa tem que ser feita para morar e não para vender.

A Luta pela Habitação é
Motivada a Tornar-se
uma Luta pela Cidadania
do Indivíduo e de
seus Semelhantes,
que Têm as mesmas
Necessidades Básicas.

A luta não pára, depois que a pessoa consegue casa, ela vai continuar lutando pra conseguir mais melhoria no seu próprio bairro, onde está morando e também conseguir casa para outros parentes. O movimento funciona desse jeito, é movido por esse sentimento de solidariedade, por esse desejo de todo mundo ter casa ...morar. Muitas pessoas que já conseguiram continuaram apoiando outras que não têm ainda casa para morar e participando de ocupações, promovendo, divulgando nossa ideologia, é a nossa forma de lutar.

As Formas de Parcerias para as Ocupações e Pós-Ocupações e Divulgação dessa Ação:

Num momento, realizamos as ocupações de forma isolada, em seguida é que procuramos o apoio de outras famílias, entidades, que estão comprometidas com nossa luta e com o nosso trabalho social e fazemos a divulgação através da imprensa, que é mais importante, porque a sociedade toma conhecimento do problema e sabe o que estamos defendendo, e outras entidades que não tomam conhecimento passam a apoiar, prestando solidariedade àquelas famílias que estão ocupadas e lutando para conseguir suas casas.

O Enfrentamento aos Poderes Constituídos, Característica Própria dos Movimentos Sociais:

As transformações na sociedade, qualquer uma, historicamente, só foram conseguidas através da luta e para conseguir os nossos direitos na área de moradia não tem sido diferente, tem que haver enfrentamento com as autoridades, o poder público, a polícia, estamos lutando pelo que é de direito nosso e não podemos abrir mãos deles de jeito nenhum. As pessoas têm medo no início, quando é para fazer ocupação não vão todas elas, algumas ficam deixando as outras irem, porque prevêm o confronto, e só depois que acontece é que todos comparecem, para instalar sua barraca.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a trajetória do Movimento de Luta por Moradia da Paraíba, quer-se tecer algumas considerações que possibilitarão compreender melhor a riqueza desse processo,

ora sistematizado, no intuito de apontar algumas reflexões que venham a colaborar no crescimento interior e exterior do movimento.

Quero primeiramente destacar o processo da construção e afirmação da identidade do movimento, de como ele, aos poucos, se foi afirmando como um sujeito sociopolítico popular com muito atrevimento, ousadia e coragem, ganhando importância e credibilidade diante do público beneficiário e dos poderes locais. Um movimento que desde sua origem sobrevive com poucos recursos financeiros e conta com a força da militância e voluntarismo daqueles que tocam e o impulsionam para frente.

Um movimento movido por uma espiritualidade baseada na frase do evangelho “Para que todos tenham vida”, compreendendo que a vida digna é para todas as pessoas. Busca ultrapassar as fronteiras da cultura e da religião, que fundamentam a situação de pobreza e miséria, de exclusão, desigualdades e discriminações. Um movimento que inspirado em princípios de solidariedade e de partilha, de justiça e de igualdade de direitos. Estes princípios alimentam a luta por moradia e fazem com que seus membros enfrentem medos, desafios e obstáculos e continuem a luta a que se propõem. A gana por justiça social está expressa nos rostos, nas falas, no fazer dos(as) tocadores(as) deste movimento, por se inserirem neste cenário de lutas por condições de vida digna.

Na origem do movimento, a Cáritas Diocesana foi de fundamental importância, não só contribuiu para a organização e formação do movimento, mas foi um organismo que deu apoio financeiro e político até o momento em que o movimento teve seu primeiro projeto aprovado pela entidade irlandesa, Trocaire⁽³²⁾.

Embora o movimento tenha enfrentado muitas dificuldades, tem buscado superá-las ou mesmo aprendido a conviver melhor com elas, sem perder de vista o otimismo e a esperança. Um dos avanços do movimento se dá à medida que passa a incorporar em suas ações a pesquisa como produção de conhecimento, como uma

³²- Entidade da Irlanda.

necessidade de conhecer melhor a realidade na qual atua, de maneira a qualificar e respaldar suas ações, sua intervenção e negociação junto aos gestores de políticas públicas e ganhar reconhecimento pela Academia como um ator social conhecedor de uma determinada realidade social.

Um destaque a se fazer é sua forma políico-pedagógica de atuar, o aprender fazendo. Sua forma de ser movimento, embora não esteja explícito em suas falas e registros, fica claro que todo o processo pedagógico se baseia e se inspira na educação popular de Paulo Freire, o que vem caracterizando sua metodologia e sua forma de atuação. Isto se expressa na preparação de uma ocupação de área, na formação dos seus membros, na mobilização e articulação com o público beneficiário, etc. Acredita-se que a incorporação da metodologia freiriana pelo movimento se deu através da participação de alguns dirigentes em cursos de formação, promovidos pela Equip e a Rede de Educadores Populares do Nordeste, que se baseiam em princípios da Educação Popular.

Essa pedagogia contribuiu, no decorrer de sua história, para que o movimento se posicionasse contra a cultura do clientelismo e da ideologia de assistência, práticas dos governos populistas e de outros segmentos da sociedade. Essa cultura condiciona a atitudes de desmobilização e de não-percepção da questão da moradia como algo estrutural. Algumas famílias, ao conseguirem abrigo, ou até mesmo as suas casas, consideram a luta por terminada. Na tentativa de combater esta política populista, o movimento tem fomentado uma outra perspectiva política que vise a cidadania ativa

dos indivíduos que os desperte para a consciência de que a luta por moradia é uma luta coletiva, que vai além da conquista da casa e da reforma urbana e que se insere na construção e implementação de um projeto nacional democrático popular.

A referência de ser um movimento urbano de grande expressão, caráter de mobilização e de intervenção, torna-o relevante na luta dos direitos sociais no Estado da Paraíba pelas suas lutas, embates e conquistas no decorrer de sua história. Desde 1996, o vem adquirindo maior visibilidade através de algumas conquistas que se expressam na construção de casas e apartamentos, no direito de posse e regularização de terrenos nas áreas; aquisição de kits de material de construção para várias áreas e reconstrução de casas; êxito na ocupação de 05 de junho, no alto do Mateus, entre outras.

Sob nossa lente, queremos destacar que o MLM-PB caminhava em busca de sua autonomia política e econômica. Afirmándose como um sujeito social popular com muito atrevimento, ousadia e coragem...

A organização do MLM-PB, no estado da Paraíba tem sido de grande relevância no cenário político local e nacional por se tratar de um movimento que tem combatido as situações de pobreza e miserabilidade sofridas pela população nordestina paraibana. Muitas foram as conquistas, no entanto, há muito o que se fazer, pois com a vitória de um governo participativo e democrático, o comprometimento com a luta e a reorganização do país aumenta, como também convoca a todos e todas a continuarem abrindo caminhos para a transformação social e a construção de um outro mundo possível.

PESSOAS ENTREVISTADAS

- Nº 01 Giovanni
- Nº 02 Maria Alves
- Nº 03 Maria das Graças
- Nº 04 Salete
- Nº 05 Roberto
- Nº 06 Douraci Vieira dos Santos

MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO: A Construção e Afirmação das Identidades

Maria Lúcia Lopes de Oliveira

Contextualização e Trajetória

A história da organização das mulheres trabalhadoras rurais do brejo paraibano se situa no cenário da organização de mulheres brasileiras. Desde o período colonial, muitas mulheres vêm contribuindo pela efetivação de um mundo fraterno, sem desigualdades, sem violência e com justiça social. Nas décadas de 70 e 80, as mulheres autônomas e grupos organizados de mulheres têm exercido um papel fundamental na redemocratização e organização de nosso país. Décadas de ascendência dos movimentos sociais e de grande expressão do movimento de mulheres e feministas. As mulheres estiveram sempre presente na nossa história, denunciando injustiças sociais e lutando por melhores condições de vida, protagonizando importantes mudanças ao longo deste século. Contribuíram para mudanças de comportamentos e de mentalidades entre elas e os homens no campo social, político, cultural e econômico. Visibilizaram as discriminações e desigualdades de gênero, étnico-racial e sexista, as situações de violência, a falta de assistência à saúde e à educação pública e várias outras ausências de direitos humanos. Demandantes de políticas públicas, conquistaram importantes lugares em instâncias governamentais de caráter político e administrativo, em vistas da efetivação dos direitos humanos das mulheres.

Essa luta tem sido relevante por contribuir na construção da democracia em nosso país. Com muitos esforços, teimosias, ousadas e muitas irreverências, elas foram conquistando espaços, ganhando reconhecimento, legitimidade política e social

por parte da sociedade, em âmbito local, nacional e internacional.

Dentro deste contexto nacional, na década de 80, algumas mulheres agricultoras do Brejo paraibano começam a se organizar para lutar pelos seus direitos. Suas primeiras inspirações nasceram da necessidade de refletir sobre sua condição no âmbito rural. Àquela época, mulheres e homens lutavam juntos por reformas agrárias, por posse da terra e melhores condições de vida da população rural. No entanto, as questões sobre a condição feminina da mulher agricultora estavam fora de pauta das discussões e reivindicações da Pastoral da Terra e de outros grupos, nos quais militavam. A dupla jornada de trabalho, a divisão sexual de trabalho, a sexualidade e a saúde reprodutiva, as relações entre mulheres e homens eram, nesse meio, consideradas secundárias, não cabiam na agenda das lutas sociais, assim como necessidades relativas à vida reprodutiva e ao trabalho remunerado das mulheres não eram percebidos como ponto de discussão. Vale salientar que naquela época, no cenário nacional e local, as lutas sociais estavam voltadas para as chamadas questões gerais como moradia, emprego, arrocho salarial e as bandeiras levantadas eram a luta de classes e as políticas econômicas.

A Pastoral da Terra, como um setor da Igreja Católica, se norteava pelos princípios da Teologia da Libertação, centrando suas preocupações na injustiça social que se alastrava por toda América Latina, até que no bojo da Teologia da Libertação surge uma *'nova perspectiva que evidencia a contribuição ativa e positiva das mulheres e encontra no Brasil adeptos religiosos(as) e leigos.'* (Cappellin). Essa perspectiva que se apóia em textos da teologia da libertação, interpretados sob a ótica da mulher, vai fomentar nas mulheres inseridas

nesses espaços eclesiais e pastorais a necessidade de reflexão nesses espaços e na sociedade como um todo.

Inspiradas e articuladas com as lutas das mulheres rurais, grupos de mulheres organizados, sindicalistas, religiosas, feministas em âmbito local e nacional, surgiram algumas iniciativas na busca de organização para além do espaço da Pastoral da Terra e dos sindicatos.

As mulheres sentiram a necessidade de se organizar como classe trabalhadora para discutir sobre seus direitos e sua condição de mulher no âmbito rural. Tinham como objetivo *“conscientizar as trabalhadoras rurais, que foram e ainda são reprimidas, que desconhecem seus direitos”* (1). Em 1982, passam, pois, a formar um grupo e a se organizar de forma autônoma como Movimento de Mulheres trabalhadoras Rurais do Brejo. Começa a organização dessas mulheres trabalhadoras na luta pela cidadania.

No período de 85/86, realiza-se um grande encontro regional que pauta como prioridade a discussão do *“reconhecimento da trabalhadora rural”*. Desencadeia-se, a partir de então, várias ações que contribuíram para o fortalecimento da identidade do movimento das mulheres trabalhadoras rurais. Isso foi um marco importante para essa organização, porque fez desabrochar o movimento, conforme este relato: *“o movimento cresceu, se expandiu e ganhou reconhecimento e apoio”* (2), no âmbito local, regional e nacional.

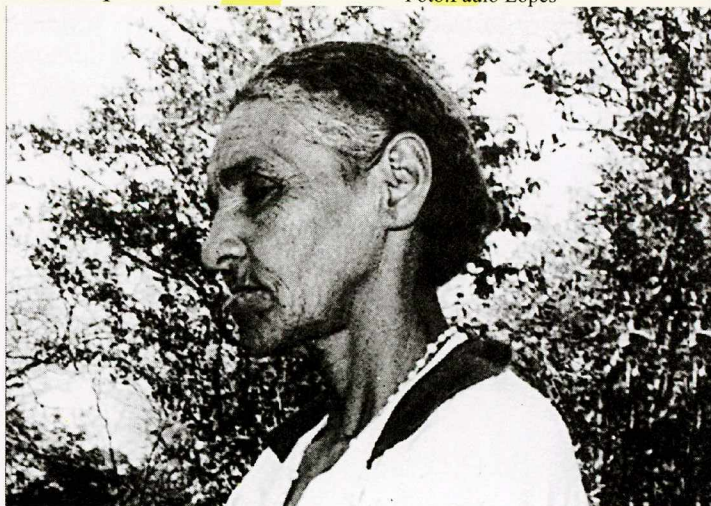
Para impulsionar a organização, formou-se uma equipe denominada de coordenação. Aos poucos, a equipe percebeu que poderia caminhar independente: foi a fase da elaboração dos projetos e da definição das linhas de ação. *“Realizou-se uma assembléia que elegeu uma coordenação com 9 (nove) membros, tendo como objetivo principal dinamizar e organizar a caminhada do grupo de maneira autônoma. O grupo passa a se chamar Movimento de Mulheres*

Trabalhadoras do Brejo. No início da década de 90, a coordenação se amplia para 13 (treze) membros” (3). Essa atitude inicial de sua formação trouxe certa insegurança, principalmente pelo fato de arcarem sozinhas o financiamento de suas atividades.

Sua institucionalização se deu em 1994, quando passaram a ter uma nova configuração em sua organização. A partir daquele ano, o MMT se institucionalizou e se denominou Associação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano, tornando-se uma Organização Não Governamental - ONG (4).

Nas falas das mulheres a respeito desse momento, havia a necessidade de se ter uma associação para facilitar o trabalho do grupo com o envio de projetos em busca de apoio financeiro, tanto de agências de cooperação internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais, bem como a importância de um intercâmbio e articulação com o movimento de trabalhadoras rurais em âmbitos mais ampliados.

Foto: Paulo Lopes



As trabalhadoras rurais passaram a ter autonomia e visibilidade após a institucionalização do movimento, em 1994, enquanto Associação, passando a ser reconhecida e legitimada pela sociedade. O

1- Antonia da Cruz

2- CRUZ, Lindalva Alves. *A Emergência da Mulher como Sujeito Político e Coletivo na História do*

3- MMT - Paraíba. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFPB: 1999

4- Op. Cit. p.84 -85

movimento de trabalhadoras rurais começa a afirmar sua identidade com caráter institucional, o que apontou para novas exigências e demandas. Sobre este aspecto, encontramos nos primeiros relatórios de 1996, o registro de que as mulheres da diretoria podiam votar, participar de Conselhos Populares e assinar projetos, entretanto, a entidade cobraria maior responsabilidade da coordenação que assumisse papéis e funções que exigissem relatórios, administração de recursos, prestações de contas, elaboração de projetos, além do que assumiam no cotidiano, ampliando os desafios que continuaram sendo descritos no relatório de 1997: *"necessidades de mais tempo para se dedicar ao movimento, necessidade de maior capacitação técnica, seja na gestão e administração de recursos e atividades referentes à comunicação: boletim e programa de rádio"* (5).

Conforme Estatuto, a direção do movimento dividiu os serviços por setores e secretarias. Esse documento foi resultado de um trabalho minucioso de vários anos de construção, contando com assessoria jurídica. A eleição dos primeiros membros da diretoria provisória ocorreu em 1994, cuja equipe tinha um mandato de cinco meses.

1. NO CAMINHO DA CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DAS IDENTIDADES DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

1.1 A Realidade das Mulheres Agricultoras

O contexto de vida das mulheres trabalhadoras rurais, as atividades de militância, são atingidas quando a seca ou outras alterações climáticas interferem no trabalho produtivo e subsistência de suas famílias. Prova disso é o registro feito no

relatório do encontro regional, ocorrido em 1998, onde se afirma que a seca e a fome no Nordeste faz com que se limite as possibilidades da articulação regional se discuta outras coisas que não a problemática específica da região, por estar afetando mais diretamente a vida das trabalhadoras rurais e de suas famílias no momento. As mulheres questionam: como se articular com outras lutas com as condições que tem? Como uma região pode segurar a barra da outra com relação às dificuldades impostas pela seca, enchentes, saúde, previdência?

Partindo da percepção das mulheres, existe uma compreensão de que nem sempre os recursos financeiros que chegam são alocados para atender a realidade e necessidades apontadas pelo movimento, o que reflete em mudanças de prioridades dentro do projeto político institucional, exige habilidade para relocação de recursos e prioridades, numa dinâmica muito rápida, não havendo tempo para uma auto-reflexão no interior do movimento, acarretando em atropelamentos na dinâmica interna e cotidiana e o risco de fugir das propostas do projeto político instituído.

As trabalhadoras rurais
passaram a ter
autonomia e visibilidade
após a institucionalização
do movimento, em 1994,
enquanto Associação...

Hoje, as mulheres que compõem a coordenação do movimento encontram muitas dificuldades em exercer suas atribuições de coordenadoras devido à falta de recursos financeiros para o deslocamento de suas casas/sítios à sede; participar das reuniões; atender as demandas e participar de eventos fora de seus municípios. Praticamente todas estão trabalhando para o movimento como militantes não remuneradas, pois não há projetos aprovados e nem recursos alocados.

5- É desconhecida a autoria dessa citação

Isto tem contribuído para fragilidade da organização, afetando as bases no que se refere à não-realização de ações sistemáticas previstas no planejamento do movimento. Uma outra fragilidade se reflete na dinâmica interna, no cotidiano da instituição, onde a sede, na maioria do tempo, se encontra fechada por falta de recursos humanos disponíveis para o plantão e atendimento. As mulheres se queixam que não dá para continuar mantendo o movimento sem recursos financeiros e manter uma política de voluntariado, uma vez que elas precisam trabalhar para sua sobrevivência e os gastos com os deslocamentos não têm da onde tirar.

1.2 Composição e Estruturação do Mmt

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo paraibano /MMT é uma associação com sede na cidade de Pirpirituba-PB, sociedade civil, sem fim lucrativos, filantrópico, não-confessional, com base regional no Brejo paraibano e circunvizinhança. Ele existe para promover o desenvolvimento das mulheres, seja no âmbito do trabalho, seja na família e em outros espaços de produção social além de dar impulso à participação das mulheres trabalhadoras rurais na política, nas atividades artísticas e de lazer, na educação e nas relações humanas⁽⁶⁾.

O MMT é constituído por sócias trabalhadoras rurais, sem distinção de cor, credo ou orientação política. Ao se filiarem, elas se comprometem a realizar tarefas que contribuam para a efetivação dos objetivos da associação. O corpo de sócias é composto por duas categorias: sócias fundadoras e as sócias efetivas. A admissão de nova sócia se dá mediante proposta apresentada por sócia efetiva, com a aprovação da assembléia geral.

O critério para se associar ao MMT é participar das atividades desenvolvidas, que constam de trabalhos populares e comunitários nas bases, conforme destacam os objetivos da entidade. Não comparecer às assembléias gerais sem justificar os motivos, não

corresponder aos objetivos expostos no estatuto e desrespeitar as decisões tomadas na assembléia geral, acarretam na perda do título de sócia.

Têm direito de ser votadas e de votar, de apresentar sugestões verbais ou por escrito à Diretoria e à assembléia, participar das atividades promovidas, exigir o cumprimento dos objetivos e decisões da assembléia geral, comparecer às assembléias e reuniões convocadas e de apresentar novas sócias.

A Associação do MMT pretende realizar encontros, cursos e seminários de formação, utilizando-se da metodologia do trabalho com mulheres, abordando aspectos específicos, tais como gênero, saúde, sexualidade e afetividade. Busca ainda a promoção de pesquisas sobre a situação da mulher trabalhadora, elaboração de material didático e pedagógico, registro da história da mulher trabalhadora, valorização de suas produções artesanais e visibilidade às criações poéticas e culturais. Pretende ainda, promover a articulação de mulheres trabalhadoras rurais, visando a sua organização política, favorecendo o intercâmbio estadual, regional, nacional e internacional.

O MMT é filiado ao Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste, com sede em Serra Talhada PE, e se articula com o Movimento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil ANMTR. Participou do 1º Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural (ENLAC), que teve por representante uma liderança do MMT entre a delegação paraibana. O Repasse das representantes da Paraíba no encontro refere-se ao crescimento dos grupos de base; à conquista de novas alianças e às exigências da formação que vinha ocorrendo, percepção de um maior emponderamento das lideranças, além da presença em lutas concretas na conquista da terra.

A articulação Regional, MMTR-NE, tem contribuído com o MMT no atendimento às solicitações de materiais didáticos, na assessoria a encontros e na orientação política, segundo relatórios de reuniões da coordenação

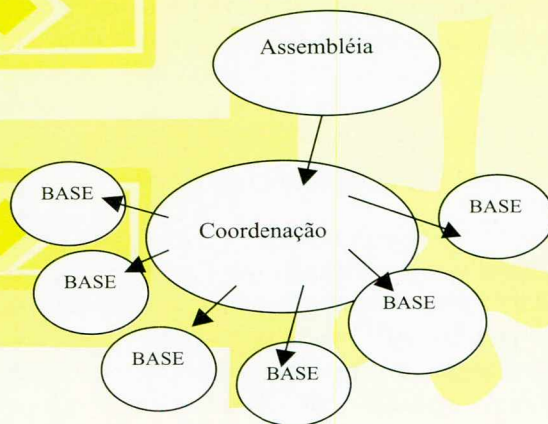
regional de 1990.

As instâncias que constituem a Associação do MMT são Assembleia Geral, Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral, órgão soberano da Associação do MMT, formada por todas as sócias em pleno gozo de seus direitos, tem como papel eleger a Diretoria, deliberar sobre o plano anual da Diretoria, definir o valor das contribuições que poderão ser em dinheiro, serviços ou produtos, deliberar sobre o relatório de atividades e prestação de contas, sobre modificações ou emendas ao texto do estatuto, referendar a admissão de novas associadas. Essa instância se deve reunir uma vez por ano. A Diretoria Colegiada é composta por treze mulheres, representantes de cada município da área de abrangência da associação, com igual número de suplentes, eleitas em assembleia geral, tem 3 anos de mandato. A diretoria reúne os setores de coordenação geral (representa juridicamente a entidade, assim como administra o controle bancário e patrimonial)(7), secretaria de finanças, de organização e formação. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos em assembleia, com mandato de 3 anos e igual número de suplentes. Tem por finalidade fiscalizar a gestão financeira, emitir parecer sobre os balancetes mensais, relatório anual. As eleições ocorrem 30 dias antes do término do mandato da Diretoria, com convocação por edital ou carta circular.

Foto: Paulo Lopes



A partir de 1998, além do redimensionamento dos eixos fundamentais, que passara a ser organização (formação), mobilização e articulação, houve uma mudança no perfil organizativo da entidade: grupos de base dos sítios, os encontros municipais, os grupos de base urbanos, grupos de produção alternativa e grupo de teatro. Todas essas instâncias são chamadas pelas mulheres de grupos de base e compõem a estrutura organizacional do MMTR/PB atualmente, assim visualizada no gráfico abaixo(8):



1.3 Sustentabilidade do Mmt

Quanto à **sustentação**, inquietas com a busca de financiamento para projetos de geração de renda, as mulheres sentiram a necessidade de discutir a institucionalização do movimento: *"começamos a ver quais as vantagens e desvantagens da institucionalização do movimento, vimos de acordo com outros movimentos que a institucionalização contribuiria na realização de nossos próprios projetos"*(9).

O MMT recorreu inicialmente à OXFAM para viabilizar os trabalhos de articulação dos grupos de base, dificultados pelas impossibilidades financeiras, sobretudo para a participação desses grupos nas reuniões.

Em relatório de 1992, por exemplo, as

7- No *Artigo 33º consta que "Nessa Assembleia Geral Extraordinária, decidir-se-á sobre o destino a ser dado ao patrimônio da Associação do MMT, o qual necessariamente, se reverterá em benefício de uma instituição congênere."

8- Op.Cit

9- Ata da Assembleia Geral de Eleição e Apuração: Pirpirituba, 07 de dezembro de 1997.

mulheres registram a necessidade de conseguir a credibilidade junto às financiadoras. É a fase de estruturação dos primeiros projetos e da elaboração de formas de autofinanciamento para as atividades. Após a institucionalização, em relatório de 1996.

As dificuldades financeiras são registradas, sobretudo, a partir de 1997. Os relatórios desse ano, sobretudo aqueles das reuniões da coordenação, apontam a ênfase ao aspecto da auto-sustentação do MMT como uma política de não-dependência a agências financiadoras. Essa reflexão sobre a sustentação tem o respaldo político da entidade regional, à qual o MMTR se filia. Prova disso é o Encontro Regional, em abril daquele ano, em que se discutiu auto-sustentação, saldos políticos, organizativos e econômicos. Naquela ocasião, as duas representantes da Paraíba expõem as atividades que vinham realizando na perspectiva de se autogerirem economicamente: rifas; arrecadação de alimentos para venda; comércio de roupas doadas de amigos estrangeiros; elaboração de projetos sem resposta das financiadoras; apoio financeiros de prefeituras em transporte para mobilizações das mulheres.

Ao avaliarem a situação dos grupos de produção, identificam, conforme relatório 07/97, que ao se fortalecerem esses grupos abandonam o MMT, passam a comercializar os produtos por conta própria. Reflete-se a causa dessas dificuldades como consequência do impacto causado pelo plano econômico (Real), bem como se reconhece o fato de os grupos não terem sido preparados para enfrentar as dificuldades advindas com a mudança do plano econômico e com a globalização.

A partir daí, houve uma sucessão de projetos encaminhados, algumas vezes não aprovados, ou apenas pela metade. Por exemplo, em 1998, registra-se a falta de recursos financeiros obrigou a assembléia daquele a realizar-se em apenas um dia. Em 1999, as dificuldades financeiras são sentidas por conta do atraso do repasse do apoio de uma agência de cooperação internacional, que inviabilizou, em parte, o encaminhamento das atividades planejadas para o período. No último ano da década de 90, apontam-se os atrasos no repasse das financiadoras, além de pedidos

negados. As atividades planejadas só foram realizadas graças aos empréstimos feitos a terceiros. Uma conquista que se tem nesse sentido é o retorno da discussão sobre a auto-sustentação.

No processo de formação, o MMT não se restringiu à formação política dos seus quadros e bases, preocupou-se também com a formação para trabalho e geração de renda, na busca de alternativas de enfrentamento das necessidades econômicas e sociais.

Foto: Paulo Lopes



Essas dificuldades também refletiram na deficiência que as mulheres têm na elaboração de projetos, monitoramento, avaliação e planejamento estratégico. Em maio de 1998, representantes do MMT participaram de um encontro regional de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco, cuja pauta abordou cooperação nacional e internacional, identidade, dificuldades, solicitações de apoio, negociações entre entidades e financiadoras e auto-sustentabilidade do movimento.

O movimento passa por uma fase de crise financeira que se pendura até o presente momento. Em ata de novembro de 1998, essa é expressa ao se afirmar que o dinheiro disponível no MMT, na ocasião, não daria para custear nem as necessidades diárias da entidade.

Durante os 20 anos de sua existência, o MMT vem desenvolvendo atividades com apoios estrangeiros, visto que ainda não dispõe

de finanças próprias, até o momento.

As principais despesas são administrativas (transporte e alimentação das diretoras; reunião mensal dos grupos de base). Nos últimos anos (2001 a 2003), a coordenação não tem conseguido acompanhar todas as bases, apenas os grupos das mulheres diretoras. São onze municípios articulados com a pretensão de se estender para 15 grupos; há os plantões na sede¹⁰ (proposta de atendimento no horário comercial durante a semana); reunião da diretoria (realizada mensalmente para avaliação e planejamento); manutenção da sede (telefone, água e energia); atividades eventuais (boletim informativo, assembléia geral anual, cursos de formação), recursos materiais (material de expediente e xerox).

As mulheres afirmam num texto de solicitação de ajuda financeira que estava sendo muito difícil trabalhar a questão de gênero nos sindicatos, sobretudo nos urbanos, porque ficava difícil realizar a articulação baseada nas visitas nas casas das sócias, prática que ocorria no meio rural. Enfatizavam a importância da sindicalização e participação ativa das mulheres na ressignificação da luta sindical.

Em vários projetos encaminhados com o título Auto-Sustentação do MMT, entre 1999/2000, aparece a proposta de aquisição de um sítio para a Associação. Nesse espaço que até hoje encontra-se em construção, elas pretendem desenvolver suas atividades agrícolas e produtivas, repassar os produtos para o consumo nos eventos da entidade e comercializá-los na cidade. Esse centro destina-se à realização de atividades da associação e de outras entidades ou pessoas que pagarem estadia. Seria também um espaço de oficina e laboratório de alternativas produtoras de renda; e criação de pequenos animais; além de incentivo à classe trabalhadora rural na utilização de tecnologias alternativas, com desenvolvimento de experiências agrícolas que lhes proporcionem uma melhor produção a favorecer qualidade de vida à família.

Os recursos humanos de que dispõem

partem da própria coordenação responsável pela articulação da base, de assessorais pontuais, além de, até meados da década de 90, ajuda de custo para uma secretária, recurso do qual já não dispõem no presente. Há nos relatórios de 1997 registro sobre a preocupação da equipe de coordenadoras em relação a ter ou não uma assessoria exclusiva para a entidade. Com relação aos recursos materiais, há como patrimônio um sítio de 6,0 hectares, localizado ao lado direito da rodovia que liga Bananeiras à Rua Nova. Foi adquirido com a utilização de saldo de um projeto da OXFAM. Além desse bem, a entidade possui telefone/fax, mobiliário e computador.

O MMT pretende, ao implementar o projeto da nova sede, manter parceria governamental para execução de atividades que venham a surgir. Os grupos de produção pretendem aproveitar os conhecimentos e habilidades dos agricultores/as, relacionando-os ao saber técnico. O espaço físico em suas moradias é visto como possibilidades de infraestrutura a contribuir na pequena produção.

No processo de formação, o MMT não se restringiu à formação política dos seus quadros e bases, preocupou-se também com a formação para trabalho e geração de renda...

Meados da década de 90: passam a organizar os Encontros de Mulheres Violeiras. Afirmam que o encontro de violeiras daquele ano contou com grande número de participantes. Concorreram 05 duplas, os temas enfocavam questões sociais, "as mulheres se apresentavam com várias culturas, cantoras apresentavam seus cantos com violão, a mulher boiadeira apareceu com seu aboio, os homens também apareceram"¹¹.

¹⁰ - Trata-se de propostas levantadas durante a última Assembléia, no entanto, na realidade esses plantões não funcionam em virtude da falta de recursos financeiros que garantam a liberação para uma secretária.

¹¹ - Em Ata de setembro de 1997

Nos projetos financeiros, encaminhados para financiar um desses encontros, elas afirmavam que as mulheres violeiras têm enfrentado grandes dificuldades em mostrar e exercer sua arte enquanto profissão. Os homens violeiros realizam encontros todos os anos para os quais as mulheres não são convidadas. Até 1988, foram organizados cinco Encontros Regionais de Mulheres Violeiras. A realização do sétimo, em 1999, tornou-se um desafio, daí a proposta de se gravar CDs e fitas cassetes com a produção dessas artistas para contribuir nos custos do evento.

1.4 Movimento: Um Lugar de Afirmção da Identidade e Resignificação das Multifaces das Mulheres Trabalhadoras Rurais

No curso da história do MMT, as mulheres reelaboram sua identidade, tendo como referência a revisão dos valores femininos, seja na família ou na comunidade, como ponto de partida para a defesa das condições de existência da população rural. Conforme a citação abaixo, retirada do relatório de uma reunião, *“queremos aprender e ensinar com essas experiências, desenvolver um trabalho com todas as pessoas. Nossa linha é juntarmos juntos, homens e mulheres para enfrentar os problemas e alcançar a libertação (...) aprender a confiar em nós mesmas, exigir uma vida mais humana, conquistar nossos direitos... começando pelo econômico. Descobrir a causa de nossos problemas, criar consciência de classe, conseguir mudanças na sociedade”* (12).

Num poema de 1987, uma das

mulheres elabora uma percepção de movimento a partir do reconhecimento da condição da mulher e do homem na sociedade.

*“O sofrimento da mulher
É o mesmo do marido
Que trabalha dia e noite
Sem arrumar um abrigo
Uma sombra, um sufrágio
Ou um salário mais digno
Precisão para ela é mato
E a mesma precisão
De todo o povo oprimido”*

As mulheres do MMT são sujeitos políticos, são trabalhadoras rurais que constituem uma nova experiência de vida, são protagonistas de uma história de luta.

Uma forma de motivar a participação das mulheres nas reuniões do grupo é solicitar das presentes que falem sobre o seu estado civil, o número de filhos, suas atividades e, ainda, o que cada uma desenvolve na comunidade. Tal prática possibilita às mulheres refletirem sobre sua própria identidade.

São mulheres, em geral casadas, apenas duas solteiras e uma separada. A idade do grupo varia de 38 a 63 anos. Com relação ao grau de escolaridade, 3 são alfabetizadas, 10 chegaram ao 1º grau e 2 ao 2º grau. Apenas duas possuem o curso superior. Todas as mulheres do MMT têm sua origem do meio rural: ser agricultora é uma condição que a aproxima da luta pela posse da terra. Trabalhar e viver da terra assegura o poder político da mulher, dando-lhe consistência no processo de conquista da terra como um direito. Elas são profundamente criativas frente às precárias condições de vida a que são submetidas suas comunidades.

O retrato desse perfil nos aponta uma reflexão acerca da divisão sexual de trabalho e o papel social atribuído às mulheres. As coordenadoras do MMT, mulheres trabalhadoras, casadas, mães, ativistas ou militantes, têm apresentado suas multifaces de mulher, buscando adequar-se às várias situações de vida. Elas desempenham funções e tarefas domésticas (casa, filhos, maridos), consideradas “naturais, próprias de mulher.

Conciliar tais tarefas com o trabalho produtivo e com a militância não tem sido fácil. Muitas sofrem discriminações, não são bem compreendidas pelos seus próprios maridos, e até mesmo por outras mulheres da comunidade, conforme o relato: *“ainda existem homens e mulheres que nos ameaça, usa pornografia e dizem que a mulher deles e elas mesmas dizem que não estão vadias e têm o que fazer (...)”* e que *“ainda existe aquela mulher que não quer sair debaixo da ordem do seu marido, de casa, por mais que ela seja humilhada, discriminada”* (13).

O tempo do trabalho entre mulheres e homens é ainda bastante desproporcional. Elas continuam fazendo malabarismos para dar conta de muitas tarefas e responsabilidades, enquanto o homem, em sua maioria, é claro, estão aquém de compartilhar as responsabilidades domésticas. Não incorporaram suas responsabilidades domésticas com a educação e saúde de seus filhos e filhas, assim como muitas mulheres ainda não têm a consciência que essas responsabilidades são de ambos e que lhes foram social e culturalmente atribuídas. Trabalhar as relações de gênero tem sido um grande desafio para o movimento, pois há, na mentalidade e nas atitudes de mulheres e homens, a concepção de que ambos, culturalmente falando, não são possuidores dos mesmos direitos, respeito e valorização. Trabalhar relações de gênero tem sido um processo gradativo de desconstrução de valores, costumes, crenças, símbolos e normas, no entanto, a ressignificação desses aspectos tem demonstrado o quanto as mulheres têm-se esforçado para semear novos comportamentos e atitudes junto aos seus parceiros masculinos, ora no seio familiar, ora em espaços públicos e políticos e nas inter-relações subjetivas e amorosas, na busca de fomentar relações de respeito, diálogo e igualdades de direitos e deveres. Se por um lado as mulheres têm avançado na construção de suas identidades, revendo sua condição feminina nas suas multifaces, os homens ainda encontram dificuldades de refletir sobre sua identidade masculina e enfrentar suas vulnerabilidades.

Mesmo com a pouca escolarização, as mulheres do MMT não se deixam intimidar pelo

não-conhecimento formal: espalham sua sabedoria e seus conhecimentos acumulados da experiência de vida, da relação com a terra, da relação com a sobrevivência, transformando o pouco em muito, o velho em novo, o impossível no possível de se viver recriando meios de vida com as mãos, com o conhecimento com a natureza, com o que sabem fazer.

A terra é o elemento central para a construção da identidade da mulher trabalhadora rural, conforme aponta as falas abaixo: *“eu sou agricultora, nasci na agricultura, hoje moro na cidade, mas me considero agricultora.”* (Maria Lúcia, 50 anos, 12 anos de MMT); *“me orgulho de minha profissão, eu me orgulho de ser mulher, se eu nascesse de novo eu queria ser mulher agricultora.”* (Antonia da Cruz, 54 anos, 14 anos de MMT); *“como agricultora já me vi numa mesa de debate, falando para pessoas formadas, me sinto muito feliz.”* (Maria Benício, 63 anos, 10 anos de MMT) (14).

A luta pela defesa da terra para a trabalhadora rural significa, no campo da construção da individualidade e coletividade, uma prática de conquistas, enfrentamento dos medos, da timidez, o desenvolvimento da consciência crítica, do exercício da participação, da construção de identidade e de cultura.

Ser sujeito coletivo para as mulheres do MMT significa encontrar espaços para atuar nos diferentes canais de participação, exercer a liberdade de expressão, apoiar e solidarizar-se com as lutas dos demais atores sociais, enfrentar a cultura machista de recusa da mulher como sujeito político.

Na construção da mulher como sujeito político, permeia um processo de mudanças no plano das mentalidades e das ações, que as mulheres realizam no ato da transformação, que foram conquistando, desafiando a si mesmas, seus companheiros e a sociedade.

A luta pela liberdade econômica não se separa da luta pela liberdade civil e política. Segundo observa Lindalva Alves Cruz, (1999) na trajetória de construção dos sujeitos e da luta pela transformação da realidade de opressão e discriminação, as mulheres do MMT apontam, em seus depoimentos pessoais, acontecimentos, histórias de vida que ajudaram a fortalecer a luta: citam leituras

13- Maria de Fátima Araújo

14- Depoimentos tirados da tese de mestrado de Lindalva Cruz, 1999

feministas, citam a experiência de Margarida Maria Alves.

A poesia de feição popular, a música de viola, os repentes e o teatro se constituem expressão da identidade das mulheres do MMT: criatividade, desejo de se exprimir, fazendo uso da arte.

Assim como o movimento, para muitas mulheres ele é um espaço de lazer, de festa e de celebração, lugar de reencontro consigo mesmas e com a vida de outras mulheres; lugar das descobertas do corpo e alimento das energias e das esperanças; é lugar de desabafo dos problemas, mas também de alívio e sanção de dores deixadas pelo tempo, pelos maus tratos e desamores; lugar de olhar o horizonte com esperança, de formulação de sonhos e projetos, é lugar de repensar a vida e as relações em toda sua ambivalência e contradições.

2. O MOVIMENTO E SUA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

A metodologia de trabalho do MMT é a educação popular. Essa se dá na troca de experiências, na análise da realidade e na avaliação de todo o trabalho, assim como no planejamento das ações. São espaços educativos para o MMT reuniões, encontros, seminários, visitas, ocupações. São recursos pedagógicos o corpo, os cânticos, as dinâmicas, a poesia, o texto escrito.

Na prática de educação popular do MMT, a leitura é uma forma importante de conhecer e gerar conhecimento, por isso elas afirmam que devem *"ser estudados textos filosóficos ligados a gênero e a trabalho, pois uma prática não pode ser dissociada da teoria..."* (15)

Um dos pontos que merece uma consideração é o uso da poesia popular como recurso pedagógico: *"...uma companheira completou com uma poesia a falação de Alagoa Grande"* (16). E segue um trecho da

intervenção cantada:

*"Tem tanta desigualdade
No povo desse país,
O rico vive feliz
Filho na Universidade,
Estudo de marajás,
Bonitas moças e rapaz,
Pois seu viver justifica
A classe pobre e a rica
São diferente demais."*

E ainda: *"ao terminar os trabalhos do 1º dia de encontro, os jovens solicitaram que a companheira Soledade, de Alagoa Grande, encerrassem os trabalhos com uma despedida em poesia. A companheira disse:*

*"Agradeço aos rapazes,
A estas moças queridas,
Que vieram de distantes
Cidades e avenidas,
Provando que nesta luta
Precisamos de Margaridas".*

As atividades de formação agregam à sua dinâmica, além da poesia, a leitura-reflexão do evangelho, orações e momentos de animação com cânticos da igreja.

Com relação à formação, a realidade impôs demandas variadas, dificultando a prioridade de um campo de atuação, embora algumas reivindicações e temas de formação venham perpassando todo o processo histórico de construção do MMT. De 1995 a 1997, as temáticas mais estudadas foram política, saúde e relações de gênero. Desafios encontrados nesse período: qualificar a coordenação; dar mais formação às lideranças nos municípios; definir metodologia e prioridades; socializar informações; facilitar entrosamentos entre os grupos e melhorar a comunicação entre a base, os dirigentes e os coordenadores.

A desconstrução dos papéis socialmente criados destaca-se pelo crescimento da consciência das mulheres do MMT sobre seus direitos e cidadania. Buscam ampliar sua formação e se fazerem visíveis, perceberem a importância de seu corpo e de seu sexo na reprodução social e no âmbito do trabalho. Constituem-se fatores importantes

15- Maria Lucia Félix nº01

16- Relatório do 1º encontro com Jovens, "Desigualdade Social e Econômica", de 27 à 28 de maio de 1995.

para a construção de sua identidade política: as mulheres trabalham seus sentimentos, sua autoestima, sua sexualidade e se empenham como feministas na transformação dos papéis de gênero desvantajosos para as mulheres.

No plano da ação política do MMT, sua participação nos movimentos sociais e ONGs possibilita uma ampliação de leitura da realidade sociopolítica e uma formação prática. As mulheres do MMT desenvolvem práticas de mobilização e formação, juntamente com outros parceiros, na perspectiva elaborar de projetos coletivos: elas se inserem nas instâncias de luta política, a exemplo das centrais sindicais, fóruns, Conselhos e partidos políticos.

A educação para a ação política é um processo constante na vida das mulheres do MMT, em todos os espaços onde estão presentes, vivem cotidianamente a educação popular, analisando a realidade, educando as mulheres e homens, expondo os problemas sociais do contexto rural e urbano e planejando intervenção coletiva.

A luta pela conquista da liberdade de expressão, de identidade, de organização e participação, se mostra mais efetiva na luta pela conquista da terra como propriedade coletiva, do trabalho, da renda, da cultura, do exercício de poder e da identidade de gênero.

A emergência das mulheres do MMT não se deu de forma pacífica, foi um longo processo de resistência e teimosia, obstáculos familiares e sociais. A resistência à atuação feminina nas lutas estendia-se as outras pessoas da família como um todo.

Formação e capacitação, articulação, comunicação e cultura buscam difundir e fortalecer o movimento, incentivando a participação, qualificando seus quadros, articulando e mantendo vínculo com outras organizações, bem como planejando e propondo junto ao poder local e nas políticas públicas as demandas da necessidade local. Essas práticas fortalecem o processo democrático e as lutas sociais.

Nas práticas de cultura política, inscrevem-se campanhas: de sindicalização; política, de documentação da trabalhadora rural; visitas;

distribuição de panfletos e boletins informativos; visitas aos grupos de produção, aos grupos de base; visitas aos sindicatos e às associações.

Apesar do não-acesso da maioria à escola formal, elas buscaram constantemente a formação em várias instâncias, seja do ponto de vista metodológico, de pedagogia política ou de capacitação dos quadros. O movimento primou pela formação de suas militantes a fim de mantê-las informadas, tanto no plano macro quanto no micro.

No campo da prática formativa, segundo registros dos relatórios da década de 90, o MMT faz da avaliação um exercício constante, bem como os contatos com os meios de comunicação na divulgação das mobilizações e na visibilidade da entidade.

A formação ocorre em dois níveis: o primeiro são as iniciativas promovidas pelo próprio MMT, a exemplo do encontro com mulheres, casais, e oficinas de cultura e de formação com jovens, o segundo diz respeito a iniciativas de outras entidades, a exemplo da EQUIP, Igreja. O MMT se utiliza do espaço físico, do STR, da Igreja ou outro lugar para a realização dos seus encontros.

Elas não perdem espaço para a divulgação dos trabalhos do grupo. Buscam espaço na rádio, através de programas preparados por elas próprias, produzem boletins, panfletos e ainda grandes mobilizações, como a comemoração do 08 de março. Assumem a comunicação, mas buscam investir na capacitação para essas atividades, a exemplo do encontro de capacitação técnica sobre rádio, em 1998, e a reformulação da apresentação do boletim.

O Programa *Mulher em Ação*¹⁷ é patrocinado pelo MMT e se dirige a todas as mulheres das cidades vizinhas de Guarabira. Nasceu da necessidade apontada pelas as mulheres da base de haver um espaço de comunicação entre elas. Realizaram uma pesquisa de opinião junto a 100 mulheres de 10 a 12 municípios do Brejo, através da qual obtiveram a indicação de idéias de temas e de um nome para o programa. O nome *Mulher em Ação* se deve ao fato da iniciativa partir de mulheres engajadas na luta.

O objetivo do Programa é melhorar o nível de consciência das trabalhadoras e ser um espaço de

¹⁷ - Tivemos acesso a uma carta enviada ao Sr. Diretor da Rádio Rural de Guarabira, estação onde acontece o programa, datada de 26 de abril de 2000, onde as mulheres reclamam o fato de os funcionários estarem cobrando para gravar os programas, além de terem mudado o horário do programa por três vezes e não estarem mais soltando durante a semana a vinheta de divulgação.

denúncia das injustiças cometidas contra as mulheres. Espera-se ainda que o programa irradie uma verdadeira ação das mulheres contra qualquer discriminação e injustiça.

Foto: Paulo Lopes



Inicialmente com duração de 15 minutos, exibido todos os sábados, tinham como blocos de assuntos: 1. Direitos das Mulheres (4 ou 5 sábados); 2. violência contra a mulher ; 3. educação dos filhos, saúde da mulher e da criança, cujas temáticas eram inicialmente, introduzidas pelas leituras de cartas de mulheres que solicitavam informações sobre o assunto. Os temas contam com a fala de uma convidada especial, técnica ou especialista no assunto. A partir do 5º programa, acrescentou-se mais 5 minutos na audição, passando no 7º a contar com a duração de 30 minutos. Após formação técnica, o programa incorporou à sua programação música e leituras de poema.

Nos textos dos 2º Programa de Rádio “Mulher em Ação”, do ano de 1990, já se abordava a lei orgânica municipal, incentivando a participação das mulheres na elaboração de propostas a serem apresentadas. Entre as reivindicações propostas estava a efetivação do feriado para o 8 de março, creche e inclusão no currículo municipal da disciplina História da Luta das Mulheres.

O Boletim Informativo “Se me deixam falar”, outro recurso político-pedagógico

utilizado, tem duas sessões destinadas a enfocar a autopercepção do movimento e do próprio significado que as mulheres vão atribuindo às suas vidas, o antes e o depois de ingressarem no movimento. Contém História de Vida e tirinhas de quadrinhos, inicialmente chamadas por elas de 'novelinha'. Na primeira seção, as mulheres do MMT rememoram a sua história de vida. No 2º boletim, por exemplo, há o depoimento de Angelita Paulino, de Sapé: *“Aos 16 anos me casei com um primo. (...). Nunca fui mulher que tivesse tudo que precisei dentro de casa, sempre fui sacrificada. Só depois que comecei a participar do movimento MMT é que me sinto mais mulher e me sinto uma mulher feliz”*.

No número 5 registra a história de vida de Júlia Maria da Conceição, 55 anos, agricultora de Guarabira e integrante do grupo de produção em pintura: *“comecei a trabalhar de enxada com 07 anos de idade, criava gado de meia e não fui para a escola. (...) A vida para mim foi difícil e ainda está sendo; o que mais me dá alegria é participar do grupo da oração, dos grupos de mulheres, e me esforçar para criar uma associação de produção de renda através da costura e da pintura. O meu grande desejo seria aprender a assinar o meu nome”*.

A história em quadrinhos se divide em capítulos a cada número editado. Foram apenas duas ao longo da circulação do boletim: A Liberdade e a Mulher e Seus Direitos. A princípio, era uma produção artesanal e amadora, sem indicação de autoria, fosse na afeição dos desenhos ou na elaboração dos textos. A partir de 1992, passou a ser escrita por Jaime⁽¹⁸⁾, perdendo sua configuração amadora.

Merece destaque o envolvimento dos jovens no processo de formação promovido pelo MMT, assim como os encontros com casais *mulher e homem*. Os jovens e os homens são identidades que, mesmo eles não sendo incorporados ao quadro social da identidade, têm espaço em algumas instâncias formativas promovidas pelo MMT.

No final do 1º encontro com jovens, estes foram convidados a propor formas para fazer o MMT crescer nos municípios, a levantarem idéias de estratégias para que os

¹⁸- Chargista da cidade de Campina Grande.

adultos participem das atividades de formação, e ainda solicitou-se que eles que contribuíssem nos grupos de mulheres e na própria continuidade do trabalho de formação com eles.

Na avaliação dos jovens são citados os seguintes pontos considerados positivos: as poesias, as dramatizações, simpatia, recadinhos, amizade. Tais conteúdos são reforçados nas sugestões de temáticas a serem trabalhadas nos próximos encontros: liberdade, sexo, desejo, aids, educação mais dinâmica, evangelização e temas sociais. Observe-se que a quantidade de temas ligados à subjetividade, identidade e sexualidade são maioria, em detrimento de uma única referência à temática política, estudada durante esse primeiro encontro. Segundo dados do boletim, foram realizados 5 encontros com os jovens, a partir de 1993, em virtude de perceberem nas reuniões de base do movimento uma grande participação de mulheres jovens.

No primeiro encontro de jovens em 1994, elas eram maioria, uma das integrantes da diretoria afirma que os jovens não tinham nenhuma responsabilidade e que esses só vinham para os encontros pensando em se divertir sem assumir um compromisso mais sério dentro do movimento. No entanto, são muitas as referências à contribuição que elas deram à organização das atividades promovidas pela entidade. a exemplo dos cursos de teatro e das montagens de espetáculos exibidos nos municípios¹⁹. **Diante disso, uma questão a ser pensada: como o MMT conseguiu corresponder às demandas levantadas pelos jovens nesse trabalho de formação?**

A partir do ano 2000 foi criada uma coordenação composta por 10 jovens de 10 municípios. O MMT, devido às dificuldades financeiras e a um leque de outras ações para atender, deixa de acompanhar a formação do grupo nessa ocasião e passa a priorizar o trabalho com as mulheres adultas na base.

As ações político-pedagógicas do MMT têm como base teórica a categoria analítica de gênero, cuja discussão mais

sistemática vai gradativamente sendo incorporada à leitura da realidade que as mulheres do MMT vão construindo. Foram vários os encontros de formação na década de 90 sobre essa temática. Conforme observa Lindalva Cruz, a categoria gênero, quando trabalha a subjetividade, ajudou as mulheres a questionar o conteúdo da representação do ser homem e do ser mulher, demonstrando que ela é histórica e construída socialmente.

As mulheres do MMT, segundo análise da autora, compreendem que a categoria gênero está propondo uma reconstrução de si mesmas, uma nova identidade, e avançam em movimentos em busca do público como espaço de intervenção, no qual a mulher não se incluía anteriormente. É notório o avanço da inclusão das mulheres trabalhadoras, tanto no âmbito doméstico como em espaços públicos. Todavia, há muito que fazer, pois trabalhar com a perspectiva de gênero neste contexto patriarcal, com políticas excludentes, tem demonstrado que a incorporação dos direitos das mulheres é algo ainda lento e que, portanto, necessita cada vez mais que elas se articulem com outros atores sociais, tomem conhecimento de seus direitos e protagonizem como sujeitos de direitos.

Cada mulher no grupo é um instrumento de mobilização para as demais, apesar de enfrentarem múltiplas formas de conflitos gerados pela violência patronal frente à resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras na luta pela terra e melhoria de salários. Registra-se espancamentos, ferimentos e até a morte de trabalhadores e de lideranças sindicais, além dos conflitos no interior da família e no interior da comunidade, que dificultavam a participação das mulheres nas reuniões; os maridos tinham medo que as mulheres se tornassem feministas e que isto interferisse na organização familiar. Numa fala de uma das mulheres, registrada por Lindalva Cruz, lê-se o seguinte: *“temos que enfrentar ainda nossos vizinhos depois de quatro anos de caminhada, as pessoas inda nos chamam de mulheres desocupadas”*.

¹⁹- Em ata de agosto de 1995

Elas trazem na sua prática ensaios de relações novas, onde o homem passa a ser um aliado nas lutas do cotidiano. O conhecimento teórico em torno das relações de gênero subsidia a identidade feminista do MMT. No entanto, as iniciativas tomadas por alguns homens *“hoje temos homens que ajudam as mulheres na cozinha”* (20) são vistas como mudanças nas relações de gênero, uma compreensão de gênero que passa pela *“ajuda”* e não pela tomada de consciência de *compartir responsabilidades*. Numa outra visão, as relações de gênero significam ocupar lugares de poder em instâncias legitimadas como masculinas: *“temos mulheres na política partidária... chegamos lá nas Câmaras e Partidos”* (21).

Sendo assim as mulheres do MMT romperam algumas barreiras da exclusão social, abrindo caminhos para si e para todas outras identidades sociais que acreditam na luta e queiram comprometer-se com a transformação da sociedade, a partir de uma perspectiva de gênero.

3. ESTRATÉGIAS (22):

Durante o processo de construção e afirmação da identidade coletiva do MMT, as estratégias, linhas de atuação e bandeiras de lutas passaram por algumas mudanças, as quais foram acontecendo com a reformulação da estrutura organizacional do movimento, a partir das necessidades apontadas pela dinâmica interna, pelas próprias condições sentidas na realidade local e influenciadas pela pauta das lutas e reivindicações sociais do movimento nacional de mulheres.

Na década de 80, período do processo histórico que deu origem ao MMT, as bandeiras de luta estavam colocadas a partir das reflexões trazidas pela Pastoral Rural como a falta de terra para trabalhar, desapropriação da terra, incentivo agrícola, salário desigual,

desemprego e fome.

No início, o setor de mulheres da Pastoral rural ajudou na animação do engajamento de outras mulheres para participarem da luta pela terra, pela sindicalização da mulher e outras lutas daquele contexto. As manifestações de repúdio à violência e à impunidade, a partir do assassinato de Margarida, serviram também como espaço de reivindicação por melhores salários e o combate ao sexismo trabalhista. Por muito tempo, uma das principais demandas incorporadas pelo movimento foram a luta pela terra, sendo a implantação da reforma agrária e a luta das pequenas produtoras por uma tecnologia alternativa.

Aos poucos, as reivindicações de caráter mais geral vão se estreitando às bandeiras mais específicas referentes à mulher e às relações de gênero. As condições de vida das mulheres passam a ser o foco central do projeto político institucional. O movimento traça novas linhas de ação, motivadas pela necessidade de incentivar as mulheres a saírem de casa e a participarem das lutas gerais; estabelecimentos de sua autovalorização estimulando-as a ocuparem efetivamente espaços de transformação social: sindicatos, partidos etc. Entretanto, essas lutas coletivas não impedem que as questões específicas da mulher, sobretudo as subjetivas, estejam acopladas à luta.

As linhas de ação do MMT a partir da década de 90 são redimensionadas, conforme aponta a dissertação de Mestrado citada anteriormente. Essa reestruturação das linhas se dá com a luta pela aposentadoria das trabalhadoras de 55 anos, acompanhamento das lutas sindicais e criação do Programa de Rádio Mulher em Ação, além da criação das farmácias alternativas, que respalda a entidade no tocante aos cuidados com a saúde da mulher, em virtude das precárias condições de atendimento da saúde pública.

No entanto, em 1995, essa reflexão

20- Entrevista n°01- Maria Lucia Felix

21- Entrevista n°01- Maria Lucia Felix

22- Todas as informações contidas da página 11 a 12 nesse eixo temático foram coletadas na Dissertação de Mestrado *“A Emergência da Mulher como Sujeito Político e Coletivo na História do M.MT/PB. Lindalva Alves Cruz 1999.*

amadurece e as mulheres passam a refletir que “ficar paradas, esperando só pelos remédios alternativos, não basta, *“é preciso pressionar o poder público municipal e participar dos conselhos municipais de saúde”*... A identidade jurídica do movimento contribuiu para a inserção e participação das mulheres nos espaços de controle de políticas públicas, o que exigiu do movimento capacitação e formação nessa área para qualificar a intervenção e o poder de interlocução junto aos gestores. Essa formação foi ocorrendo em espaços fora e dentro do movimento: cursos, seminários, oficinas etc., promovidos por outros movimentos sociais e ONGs além dos próprios Conselhos, que não deixam de ser locais de aprendizagem e trocas de conhecimento.

A identidade jurídica do movimento contribuiu para a inserção e participação das mulheres nos espaços de controle de políticas públicas...

Após a promulgação da Constituição de 1998, com a emergência da formação dos Conselhos, a entidade buscou formar alianças junto às prefeituras, na perspectiva de trabalhar conjuntamente com os agentes de saúde. Logo se fez *“parceria com os agentes de saúde de 08 municípios agrupando um total de 22 mulheres. Esse grupo responsável pela temática saúde, visita as famílias, os postos de saúde, os hospitais, incentivam o uso dos remédios caseiros, bem como o plantio de ervas medicinais. Uma das questões base é associar a questão da saúde à questão da posse e manutenção da terra”* (24).

Logo após a institucionalização, surgiu uma nova frente de trabalho em torno da produção e **geração de renda**. São criados pela

entidade vários núcleos de pequena produção, segundo nos informa o texto de Lindalva Alves (1999): *“criação de grupos de produção formados por mulheres que se agrupavam por interesses e habilidades em certa atividade de geração de renda: 3 grupos de costureiras, 2 grupos de criadores de porcos, 2 grupos de roçados comunitários, 1 grupo de horta e 1 grupo de artesanato”*.

Esta ação incorporada na produção e geração de renda foi motivada pela necessidade de garantirem uma renda financeira para ajudar na manutenção da família e ganhar autonomia, independência econômica. Todavia, ao assumir mais esta atividade prática, que vai além do prazer e do poder de criatividade, as mulheres dobraram sua carga horária de trabalho e passaram a trabalhar exaustivamente. Esta ação não é considerada como mais uma frente de trabalho.

Ao longo de sua história, sobretudo após institucionalização, a entidade investiu no planejamento estratégico, o que possibilitou uma redefinição das ações, maior clareza dos objetivos dos grupos na conjuntura da época e tirou como estratégias norteadoras do MMT a **organização de base, articulação e mobilização, formação e capacitação, comunicação e cultura**.

Nele, os objetivos traçados pelas mulheres contemplam os seguintes aspectos: engajamento na luta pela terra, política agrária e agrícola; parcerias com outros movimentos contra o desemprego; reforço aos grupos de produção existentes; organização de novos grupos de mulheres; o aporte teórico das relações de gênero como referencial das discussões; criação de novos espaços de formação política sindical e econômica; criação de condições de participação da mulher na política partidária (a lei de cotas); votar em candidatos com projetos políticos democráticos; lutar pela criação dos conselhos da mulher; garantia da auto-sustentação do MMT.

Vale salientar que além das mobilizações que o movimento realiza, no Dia

23- Ata de 1995

24- Idem.

Internacional da Mulher e na Marcha das Margaridas elas conseguem colocar na rua um número alto de mulheres do meio rural e de outras categorias dos municípios como professoras, lavadeiras, etc. O Dia Internacional da Mulher é um grande marco para o movimento, como, claro, para todo o movimento feminista. O MMT, com muita pressão, conseguiu que o município decretasse feriado no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

Destaque também para o envolvimento do MMT na mobilização nacional pela documentação das Trabalhadoras Rurais, que teve início em 1997. Essa mobilização envolve-se com *Campanha Nenhuma Mulher Trabalhadora Rural sem Documento*, a partir da constatação do grande número de mulheres nessa situação nas áreas rurais. A Campanha se constituiu no seio da Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais ANMTR, sob coordenação regional no Nordeste do MMTR-NE. A Campanha foi implementada entre 1997 e 2001 em nove estados do Nordeste. O MMT, em articulação com o MMTR/NE, assume a *Campanha* no brejo paraibano, para contribuir na efetivação da cidadania das mulheres mulheres com documentos; organização social e política; sindicalização e reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, não mais como dona-de-casa.

Direito à licença a maternidade, aposentadoria das mulheres aos 55 anos de idade, direitos à previdência social e políticas de saúde com assistência humanizada são outras frentes de luta registradas.

3.1 Articulações e Parcerias

Na Assembléia avaliativa e deliberativa de 1994, juntamente com a CUT, SIDISERVEN e ASPTA refletem a necessidade de firmar parceria com os produtores, Prefeituras e outros movimentos organizados na região. Naquela época, a temática parceria começava a estar mais presente na agenda do movimento.

O saldo político daquele ano está expresso nas seguintes constatações: maior participação da mulher no movimento sindical e na política partidária, eleição de dois deputados estaduais do PT, encaminhamentos de ações trabalhistas, avanço na conquista de

Foto: Paulo Lopes



terra e no uso da tecnologia alternativa e protagonismo feminino em todos os municípios onde existe o MMT.

Com relação às alianças ao longo de sua história, o MMT tem firmado parcerias com a CUT, Igreja católica, com o Partido dos Trabalhadores e STRs comprometidos com a luta dos trabalhadores rurais.

A Campanha Nenhuma Mulher sem Documentos foi fundamental, porque contribuiu para a sindicalização das mulheres rurais e durante seu processo revelou que 70% das mulheres trabalhadoras rurais, em 1998, não possuíam documentos. Muitas delas do MMT têm a Campanha como um instrumento de descoberta e afirmação de sua identidade profissional e de cidadania, conforme expressa este relato: “*como trabalhadora rural, descobri minha profissão, aí eu lutei muito para que eu tivesse um documento que reconhecesse a minha profissão e que eu pudesse apresentar em qualquer lugar dizendo eu sou trabalhadora rural, está aqui meu comprovante*” (25).

A sindicalização também foi motivada pela necessidade de as mulheres obterem a aposentadoria. O MMT toma a questão da

sindicalização das trabalhadoras rurais como uma bandeira de luta, compreendendo que mais do que se registrarem no sindicato, há a necessidade de que essas mulheres participem das decisões e assumam o poder.

É possível dizer que elas contam com conquistas significativas, mas ainda se pode falar de medos, omissões e violências com que se defrontam, sobretudo contra aquelas que ainda continuam fechadas em suas casas, cuidando dos filhos, marido e roçado.

Abaht⁽²⁶⁾ observa que os objetivos iniciais do MMT foram substituídos, em virtude de diversos processos, tendo por finalidade adaptar a organização às necessidades do ambiente conjuntural. Houve uma substituição dos objetivos específicos por outros mais gerais, tendo em vista que a discriminação nos sindicatos é proporcional ao nível de uma maior participação política da mulher na sociedade.

A parceria com outras entidades e com o Estado: a assembléia de 1994 foi realizada em parceria com a Secretaria de Mulheres da CUT. No encontro de saúde, realizado naquele ano, bem como no mesmo evento no ano seguinte, animaram-se as discussões para a implantação dos Conselhos e da parceria entre o serviço público de saúde e o MMT. Eventos como as mobilizações do 8 de março e pela punição dos mandantes dos assassinos de Margarida Maria Alves não se realizariam sem que o MMT firmasse parcerias para sua na preparação, organização e divulgação.

Além dessas atividades pontuais, o MMT, em 1997, contou com a ajuda de outros setores do movimento popular na luta pela conquista dos direitos previdenciários da mulher, assim como nas intervenções nos poderes públicos locais e estaduais com a participação em conselhos municipais, trabalho de conscientização e organização de base. As parcerias vão se estruturando também com a presença do MMT em atividades municipais, estaduais, nacional e internacional, bem como na organização do encontro nacional feminista do ano 2000. Nesse mesmo ano, consolidam-se parcerias com a Comissão de Mulheres

Trabalhadoras da Central Única dos Trabalhadoras CMT-CUT/PB e ASPTA, na discussão do projeto do semi-árido paraibano; participação nos conselhos municipais e estaduais; filiação à Rede de Educadores do Nordeste e com a Escola Quilombo dos Palmares EQUIP.

O MMT considera importante a articulação com outros setores do movimento social, à medida que supera o isolamento e fortalece a luta por mudanças mais globais. O movimento vem mantendo a articulação estadual, regional e nacional. Nas grandes mobilizações, como Dia Internacional da Mulher, Grito dos Excluídos, 13 de agosto, 1º de maio, O MMT se articula com outras entidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos em nossa análise como pontos relevantes, na perspectiva do nosso olhar externo, que o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo Paraibano, aos 20 anos de existência, tem se configurado, neste cenário paraibano, um ator de grande relevância na construção e afirmação da identidade da mulher trabalhadora rural. Mesmo com tantas dificuldades, teimaram em existir, foram fazendo caminhos para que outras passassem e se descobrissem mulher, pessoas e cidadãs. Muitos caminhos foram percorridos, lata da água na cabeça, enxadas nas mãos, animais, maridos e filhos para cuidar, fogão para esquentar, a reza de todos os dias, a vida na comunidade. Assim seguem as mulheres em sua rotina, fazem, refazem, contam estrelas em noites de luas solitárias, cheias de segredos de mulher, muitas vezes não compreendidas, desejadas de amor, BEM-querer de ser mulher.

Toca a viola, violeiras anunciam, a mulher do campo tem voz, quer a fala, expressar-se, afirmar-se como sujeito de direitos. Seu querer percorre as pilastras dos patris-poderes, silencia, grita, rompe, negocia, transgride, fluxo e refluxo, tudo se faz em

²⁶ Os Grupos de mulheres no estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso, de Rachel Joffily Abaht, Monografia de conclusão de graduação

movimento... um círculo dentro de outros círculos.... a vida dessas mulheres se desfaz e se refaz.

Borboletas, Margaridas, fêmeas feministas, guerreiras em pura metamorfose continuam, teu corpo exala cheiros de mulherterra.... terra que fecunda sementes que brotam Severinas, Marias, Antônias, Lúcias, Fátimas e em marcha vão desenhando e transformando necessidades, sonhos, desejos em possibilidades reais. Meninas, mulheres, jovens, trazem no rosto a marca do tempo, do cansaço do trabalho, mas a força de ser o que é e o que poderão vir a ser. Mulheres de coragem; tua força manuseia quase sem querer a sobrevivência de todos os dias. Forças que fazem ressurgir movimentos, mudanças.... e em meio às contradições, tentam te fazer de sapato, comida, privam dos teus sonhos, vontades e dos teus caminhos. Profetizas, curandeiras, na voz e nas mãos, a solidariedade, a cidadania, a igualdade e a justiça social anunciam vida. Mulheres trabalhadoras rurais do brejo paraibano “Mulher forte sim sinhô”, seguem o percurso, ora quase vencidas pelas pilastras patriarcais, ora vulcânicas e fortes na luta pelos direitos de mulheres e homens, e todos aqueles e aquelas que trazem e sentem no corpo situações de discriminação, preconceito e violência.

Passaram-se 20 anos, muitas que começaram ainda persistem no movimento, cresceram e amadurecem, ENVELHECERAM com o movimento. O Movimento tornou-se sua casa, fez parte de sua vida, foi seu amante e amor fiel. Outras apenas passaram, mas deixaram suas marcas, contribuíram no processo da construção das identidades individuais e coletivas. O movimento renovou seu quadro de lideranças e de coordenadoras, porém o cansaço, as limitações físicas, a luta pela sobrevivência, a dificuldade de deslocamento para participar das reuniões assiduamente, a falta de apoio financeiro tem colocado o movimento em profundas rachaduras, ao ponto de afetar a efetivação de suas ações. O que nos provoca a pensar que esse momento de fragilidade e vulnerabilidade interna e organizacional que o MMT está vivendo necessita de alguns cuidados especiais, talvez a busca de uma ajuda externa

para contribuir com a instituição no enfrentamento e superação e revitalizar as mulheres e o movimento em si. Essas fragilidades se refletem na renovação dos quadros de trabalho, na falta de um planejamento estratégico que lhes ajude a rever sua missão, seus objetivos, seu público prioritário e, enfim, toda a cultura institucional.

Muitas foram as crises, porém parece que as dos 20 anos se acentuam devido ao desestímulo das mulheres, em especial da coordenação, frente às dificuldades acima elencadas e à falta de perspectivas de mudanças.

O movimento, porém, tem grandes potencialidades, é reconhecido como um ator combativo à discriminação e na afirmação de sua categoria, estando em consonância com outras lutas dos movimentos sociais.

As fragilidades encontradas no percurso desses 20 anos não podem abafar todo um processo de lutas e conquistas alcançadas pelo movimento. As crises devem ser encaradas com seriedade e utilizadas como ponto de alavanca para o processo de reestruturação e fortalecimento.

Foto: Paulo Lopes

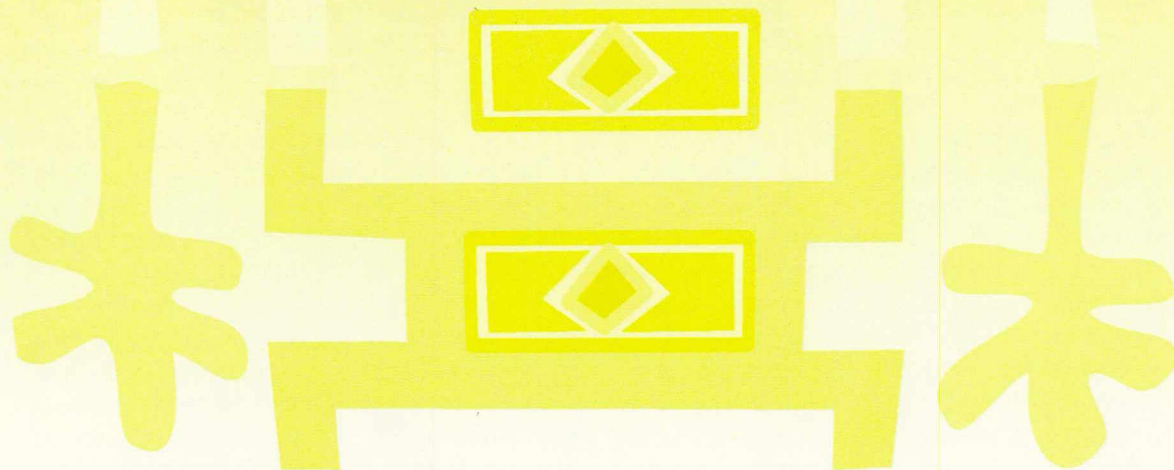


A magia e a competência de articular/mobilizar as mulheres rurais provocam necessárias e profundas mudanças no contexto de suas vidas, seja em casa, no campo, nos sindicatos e junto ao poder local, algo notório e de suma importância. Continuar todo este processo é desafiante e imprescindível para a construção de uma sociedade justa e igualitária, onde a participação das mulheres já se mostrou

produtiva e eficaz com seu olhar, lutas e experiência específicas. E no campo, este olhar é inevitável, pois o desafio não diz respeito apenas ao MMT, mas à educação popular como um todo, aos parceiros, educadores e educadoras que acreditam no fazer educativo a partir das bases, a partir das comunidades, das experiências individuais para a coletividade, das subjetividades e criatividade, de mãos na terra para um enlace de mãos dadas a se

MOVIMENTAR... movendo-se e movendo o que está em volta.

Considerando esta fotografia do MMT, e o que os meus olhos puderam fotografar, revela-se um filme de uma história percorrida por mulheres guerreiras que muito contribuiu continua em marcha, fazendo acontecer uma sociedade democrática com qualidade de vida para mulheres e homens, enfim, para toda humanidade.



FÓRUM DE MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE

Articulando diferentes identidades e favorecendo a conquista de direitos

Gardênia Margarida Medeiros Campos⁽¹⁾

Ao falar do fórum de mulheres, não raro, me vejo em meio de emoções diversas e de olhares que se confundem, em alguns momentos com a militância e noutros, com a tentativa de distanciamento exigida por processos de elaboração de pesquisas. Esta aparente confusão, se é que posso classificar desta forma, encontra legitimidade na minha própria história de vida, enquanto mulher feminista, e durante muito tempo militante deste movimento.

Não é fácil administrar este conflito. Se, por um lado, aflora a emoção de relatar um pouco a trajetória do fórum, cujas lutas e conquistas tão bem as conheço, porque as vivo no meu cotidiano, por outro, fico pensando o que diria meus professores(as) acadêmicos com o meu descuido técnico e intelectual. Certamente me diriam para ser mais rigorosa e distanciar-me, o máximo possível, daquilo que a ciência chama de "objeto de pesquisa".

Foto: Paulo Lopes

Mas como fazer isso, se a história das lutas das mulheres é a minha própria história? Se mais do que ser meu objeto de pesquisa, é o meu objeto de desejo e de paixão? É inegável, que por diversas vezes o(a) leitor(a) irá se deparar com uma análise pessoalmente apaixonada e militante. Decidi por isso. Não posso e não quero camuflar através de uma pseudo neutralidade aquilo que é constituinte da minha própria vida. Além do mais, não estou escrevendo para academia, embora ela possa, e até acho que deve, se apropriar do resultado desta pesquisa.

Falo aqui especialmente para aqueles(as) que são os próprios movimentos, que mantêm com estes uma relação não meramente técnica política ou analítica, mas sobretudo de afetividade e de cumplicidade, não da cumplicidade que elimina qualquer possibilidade de análise crítica, mas daquela cumplicidade libertadora vivenciada pelos amantes. É a vocês que me dirijo, é em vocês que estou pensando quando estou aqui diante da tela fria do computador, pois sei que a vivência prática cotidiana lhes permite ler nas entrelinhas aquilo que escrevo. Que este relato aprofunde e desperte grandes paixões, se isso ocorrer, penso que a pesquisa cumpriu um grande propósito.



¹ - Gardênia é Assistente Social especialista em Antropologia.

Contexto de criação e organização do Fórum

O Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, foi criado em 1995 por ocasião da IV Conferência Mundial da Mulher realizada na China e mais comumente reconhecida como "Conferência de Beijing". É bem verdade que a idéia de criação do Fórum não foi uma iniciativa das que faziam o movimento de mulheres no estado, mas foi condição colocada pela Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, aos estados desejosos de participarem da Conferência. Sendo assim, o surgimento do fórum não está restrito ao estado do Rio Grande do Norte, espaço semelhante foi criado em vários estados brasileiros. No entanto, para efeito deste registro nos reportaremos especificamente ao Rio Grande do Norte.

Importa ressaltar que a criação do fórum no estado do Rio Grande do Norte, não foi seguida de grandes discussões políticas e nem pautada na percepção de demandas que justificassem a sua criação, a não ser a possibilidade da ida de uma caravana de mulheres a conferência já citada.

Esta análise pode ser confirmada mediante o depoimento de uma das entrevistadas:

"O Fórum foi criado numa reunião de mulheres sem discutir com ninguém, eu fiz uma auto-avaliação de quem poderia assumir o Fórum e indiquei o nome de Joana, por Joana ser uma feminista, ser do movimento de mulheres e estar sempre participando desse movimento, eu sem consultar ninguém, foi muito autoritário, mas eu acho que naquele momento não valia uma eleição, eu achei que deveria indicá-la e ela passou um período coordenando o Fórum, e foi assim que o Fórum surgiu" (Ent. 1)

Vale destacar que a entrevistada tomou esta decisão após participar de várias reuniões nacionais que discutiram a criação dos Fóruns no país, na perspectiva de agrupar o maior número possível de mulheres, das várias organizações, para a viagem rumo a China. Obviamente que isto não lhe confere autoridade para criar sozinha um Fórum e nem indicar quem coordenaria o mesmo. É possível que resida aqui, sem abstrair outros determinantes, alguns problemas que teimam em acompanhar o Fórum, os quais ficarão visíveis no decorrer do relato.

Embora o surgimento do Fórum tenha sido determinado pelos critérios para participação na Conferência de Beijing, organizados pela AMB, ele não se esgotou por aí. Vários encontros preparatórios à IV Conferência Mundial da Mulher, foram realizados, decorrendo destes, a elaboração de um documento "Contribuição das Mulheres do Rio Grande do Norte às propostas da Articulação Nacional de Mulheres para Beijing". Mas foi na volta da conferência que o Fórum de fato entrou em cena ganhando visibilidade, credibilidade e respeito pela ousada e corajosa iniciativa de monitorar a plataforma de Beijing e mais especificamente os eixos: violência, saúde, educação e trabalho.

Quando falo em ousadia e coragem estou me reportando às condições em que o Fórum atua. O mesmo não dispõe de sede própria, não conta com nenhuma pessoa que seja disponibilizada/profissionalizada para garantir o seu funcionamento e quanto a sua sustentação financeira, não existe uma dotação orçamentária que possibilite a sua estruturação, mesmo o regimento interno prevendo que seria de responsabilidade das pessoas e entidades que o compõem efetuarem o pagamento de uma taxa mensal no valor de 10% do salário mínimo que garantisse a sua sustentabilidade.

De acordo com as entrevistas realizadas, este se constitui em um dos grandes problemas do Fórum, no entanto, não chega a inviabilizá-lo, graças à disponibilidade e o grau de comprometimento voluntário das pessoas e instituições que o compõem e/ou o apóiam. Mesmo com todas as dificuldades, ele faz acontecer, como veremos mais adiante.

Quanto à organização interna, o Fórum é composto por uma coordenação executiva formada por coordenadora geral, secretária e tesoureira. Esta é a instância de execução do fórum. E possui um plenário composto pelas entidades e pessoas que são membros, esta se constitui como a instância de decisão máxima do Fórum (doc 1).

As instituições que compõem o Fórum, 18 ao todo, são as mais diversas possíveis, vão desde instituições que trabalham com assessoria a áreas de assentamento de reforma agrária, até organizações que trabalham com mulheres negras, passando ainda por instituições que trabalham com crianças e adolescentes, bem como sindicatos, mandatos parlamentares e partidos políticos, neste caso: PT, PC do B e PSDB.

Esta diversidade de atores⁽²⁾ não retrata apenas uma pluralidade oficial, ela sinaliza muito mais que isso, indica divergências nas questões de encaminhamentos, influencia no sentimento de pertencimento, nas caracterizações sobre o Fórum e na defesa de qual seria o seu papel. Mais do que simples divergências percebe-se claramente uma disputa por espaço, sendo que esta, ocorre muito mais entre os partidos políticos ali representados, do que propriamente pelas demais instituições/organizações.

Relações Internas

Pela diversidade de atores, pode-se pensar que as relações internas estão longe de serem tranquilas. Embora, haja um esforço em demonstrar tranquilidade, via de regra, as divergências tornam-se transparentes. Onde reside o cerne desta questão? Penso que a introdução a esta discussão deva iniciar-se no entorno dos depoimentos daquelas que vivem e que fazem o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte. Depoimentos estes, que em determinados momentos indicam ausência de problemas nas relações internas, em outros, sinalizam claramente as disputas, as estratégias e por que não dizer as astúcias? Vejamos o que diz, a princípio, uma das entrevistadas ao ser instigada a falar sobre as relações internas do fórum:

"Eu acho que a gente tem uma boa relação no fórum, as mulheres que estão lá elas tem um objetivo: que é o fortalecimento das mulheres" (Ent. 2)

Indagada se existe tensão interna em função da multiplicidade de representações, especialmente partidárias, a mesma entrevistada responde:

"Às vezes existe. Tem muitas mulheres no Fórum e como eu sou do PT elas acham que nós partidizamos muito, que a gente leva as discussões do partido, mas se eu estou no partido e eu acredito naquilo, a gente leva pra o fórum pra que seja referendada (...) se tiver mais mulheres do partido que eu estou, a gente passa a proposta".

A dubiedade deste depoimento pode indicar o esforço em não tornar pública as divergências, e isso pode ser uma tentativa de proteger a imagem do Fórum, como também pode indicar a dificuldade de reconhecer as disputas existentes.

Por outro lado, há aquelas que afirmam, enfaticamente, a existência de problemas internos, a disputa por espaço e hegemonia⁽³⁾, inclusive identificando onde, segundo a sua compreensão, reside tais questões:

O Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, foi criado em 1995 por ocasião da IV Conferência Mundial da Mulher realizada na China e mais comumente reconhecida como "Conferência de Beijing".

²- Utilizo atores no sentido de atores sociais, organizações que tem presença e atuação pública na sociedade. Sobre isso ver Touraine,

³- Utilizo hegemonia no sentido gramsciano.

"A questão é a seguinte: se as propostas estão agradando ao PT, aí elas vão muito, e elas impõem muito, chegam com propostas praticamente feitas (...) essa correlação de forças prejudica muito. O PT tomou muito conta (...)" (Ent. 1)

O que chama a atenção neste depoimento é o fato dele pertencer a mesma pessoa que afirmou, em depoimento já citado, que fundou sozinha, o Fórum. O que esse sentimento pode significar? É possível que a entrevistada esteja sentindo escapar-lhe entre os dedos aquilo que ela julga ter criado? Será o sentimento da perda de controle, ou a ausência de interlocução, tendo em vista a sua filiação partidária não ser ao PT e sim ao PSDB?

Será legítimo alguém se perguntar: será que estas disputas ocorrem em função de diferenciações teóricas?⁴ Confesso que inicialmente cheguei a acreditar seriamente nesta possibilidade, mas ela não foi confirmada pelas entrevistas, que apontam inclusive, a ausência de leituras mais consistentes e atividades de capacitação no Fórum:

"(...) no Fórum se estuda muito pouco para ficar claro as linhas, as tendências, se segue Scott se segue Miriam Grossi, sinceramente essa relação teoria/prática eu acho o Fórum quase zero (...) então assim, eu acho que não é muito no campo dos conceitos ou das linhas, eu acho que passa muito por essa coisa da vinculação político partidária (...)" (Ent. 3)

O fato é que as disputas internas do Fórum parecem ocorrer muito em torno da filiação partidária, como confirma o depoimento:

"Tive uma época que a maioria das mulheres ligadas ao Fórum era do PCdoB, e há essa disputa (...) é uma disputa muito por hegemonia(...) isso ficou muito claro quando houve a mudança da coordenação do Fórum que era do PCdoB. Quando entrou uma coordenação do PT houve um afastamento das mulheres do PCdoB, eu me lembro que tinha muitas mulheres do PCdoB e passou mais de um ano sem vir uma" (Ent. 5)

É indispensável registrar que ao me referir a uma coordenação do PT ou do PCdoB, não estou falando que os partidos coordenavam, mas sim, que mulheres filiadas a determinados partidos estavam na coordenação do Fórum.

Apesar dos depoimentos indicarem disputas mediatizadas por filiações políticas partidárias, isso não garante que entre as mulheres de um mesmo partido as relações sejam coesas e unânimes. Pelo contrário, percebi claramente, nas entrevistas, nas conversas informais e na vivência cotidiana que tenho nos movimentos sociais, no PT e em algumas instituições que compõem o Fórum, que as disputas são muito mais acirradas entre as mulheres do PT, do que mesmo entre estas e as do PCdoB, ou do PSDB.

Por ser um partido essencialmente plural, o PT abriga em seu interior diversas correntes de pensamento, tendências políticas. Esta pluralidade, se expressa, nos diversos espaços em que seus(as) filiados(as) atuam, sejam nos movimentos sociais, sindicais, ONGs etc. No Fórum não poderia ser diferente. A maioria das mulheres do fórum, hoje são as mulheres do PT, entretanto, essas mulheres, internamente no que se refere ao Partido, pertencem ou são próximas a correntes diferenciadas. Óbvio que é de se esperar daí, que essas diferenças extrapolem a questão partidária e ganhem contornos externos a partir dos espaços onde elas estão inseridas.

A maior expressão dessas divergências, ocorreu por ocasião da Conferência Estadual de Mulheres realizada no ano de 2002. Esta conferência era preparatória para a Conferência Nacional de Mulheres e a sua realização foi pensada no último Encontro Feminista nacional, depois de uma avaliação onde se constatou que a única grande mobilização nacional, que o movimento feminista

⁴- No sentido de correntes de pensamento, isto é, visões paradigmáticas.

esteve presente foi a Constituinte 88. Feita esta constatação, concluíram que deveriam pensar algo semelhante, pelo menos era um momento propício, tendo em vista as eleições que se avizinhavam e foi dessa forma que as conferências estaduais e consequentemente a Conferência Nacional foi sendo gestada. (Ent. 5)).

O objetivo das conferências era preparar uma proposta para a sociedade, como afirma uma das entrevistadas:

"Não era uma proposta para as mulheres, era uma proposta das mulheres feministas para a sociedade. O que é que nós queremos para a sociedade brasileira? A idéia era essa e continua sendo..." (Ent. 5).

A idéia de construção dessa proposta, conhecida como "Plataforma Feminista", provocou debates, acordos, desacordos e muitos desgastes no interior do PT, mais especificamente, no interior da secretaria de mulheres do PT nacional e, conseqüentemente, estadual.

A proposta a ser construída deveria ser materializada em um documento que seria entregue

Foto: Flávio Carvalho



aos presidentiáveis. A polêmica surgiu quando algumas mulheres, ligadas a uma determinada tendência do PT, discordaram, alegando que, o Fórum do RN, quer dizer, os fóruns e a AMB, porque esta discussão foi nacional, com repercussões nos estados, não devia elaborar documento para ser entregue a nenhum presidentiável, sob pena de estar assessorando-os, e se o governo eleito não fosse do campo democrático e popular? Para algumas mulheres, este documento deveria ser entregue somente mediante a vitória de um candidato, que seria Lula, como afirma uma das entrevistadas:

"Tem uma corrente do PT que não concorda com a realização da conferência porque tem uma visão de que esse documento que vai sair da conferência, que é uma plataforma de reivindicação, seria para ser entregue só a um governo, que seria um governo do PT, e eu acho que essa não é a proposta da conferência, a proposta da conferência é sair uma pauta de reivindicações seja para quem for (...) caso o governo não seja Lula nós não podemos cruzar os braços e não fazer nada" (Ent. 7)

O fato é que depois de grandes discussões e embates, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT, se retiraram da organização da Conferência. Apesar da secretaria de mulheres do PT e da CUT terem se ausentado do processo, algumas mulheres petistas e sindicalistas cutistas, assumiram o desafio de realizar a Conferência no Rio Grande do Norte, que, diga-se de passagem, foi um grande sucesso de público, pois contou com a participação de mais de 100 mulheres de todo o estado, e conseguiu um número razoável de delegadas para a Conferência Nacional de Mulheres que foi realizada naquele mesmo ano em Brasília.

É possível que as disputas do Fórum ocorram mais diretamente entre as mulheres do PT, pela sua própria formação político partidária, tendo em vista que o Partido tem a formação como uma de suas prioridades e a discussão feminista e de gênero no seu interior é algo, pelo menos oficialmente falando, muito forte. Sendo assim, há a possibilidade de um maior acúmulo teórico e político entre as mulheres petistas que são feministas, decorrendo daí, talvez, uma maior predisposição a discussão e consequentemente as disputas de opinião e de hegemonia.

Mas as diferenças não param por aí, quer dizer, não se originam apenas em função da filiação partidária, ou das divergências internas partidárias. Elas têm outras origens, que vão desde

a motivação em participar do Fórum, até de onde vieram estas mulheres e qual foi o móvel de sua aproximação com o Fórum e mais especialmente com o movimento de mulheres, não necessariamente feminista. Esta diferenciação existe no interior do movimento, pois nem todas as mulheres que assumem as organizações de mulheres e as lutas por direitos se identificam, teórica e politicamente, como feministas, muitas vezes por desconhecimento e algumas vezes por discordâncias mesmo. Penso que a este respeito posso resgatar o depoimento de uma das mulheres que compõe o Fórum do RN:

"O Fórum, internamente, como ele é formado por pessoas que vêm de várias histórias diferentes, de vários movimentos e entidades que atuam diferentes, ele já traz aí algumas dificuldades no trato das temáticas, dos conteúdos, da metodologia da sua ação. São mulheres que tem, inclusive, concepções diferentes de feminismo, de visões de mundo, de conjuntura política, visões diferentes da questão de gênero, e aí isso as vezes dificulta" (Ent. 4)

A motivação a participar do Fórum e a representação que as mulheres tem do mesmo, diferem totalmente umas das outras. Algumas vem do movimento sindical e estão no Fórum por uma questão de compromisso com os seus sindicatos, mas não têm uma identificação pessoal com a luta feminista. Outras mulheres participam porque acham importante a luta, mas não conseguem elaborar esse entendimento de forma mais política e consistente, tem ainda aquelas que estão meramente por uma questão de representatividade, porque a sua instituição precisa estar representada e não tinha outra pessoa que não fosse ela a representar, como confirma o depoimento a seguir:

"Eu vou ser bem honesta, eu fui pra o Fórum porque na época a pessoa que representava a CUT no Fórum, rompeu com o PT e foi para o PSTU, e só tinha eu e outra companheira de mulher na executiva da CUT e não tinha pra onde correr, eu fui como titular e ela como suplente, pra o Fórum não ficar sem a representação da CUT, em princípio foi isso, uma discussão de representação". (Ent. 6)

Importante destacar que nem todas as participações no Fórum podem ser explicadas por este viés. O Fórum conta com a participação e atuação permanente de mulheres que de fato se identificam e que são militantes do movimento feminista e que estão no Fórum porque acreditam que ali é um espaço de luta importante no avanço da emancipação das mulheres, como pude observar em um dos depoimentos:

"Eu acredito que o movimento feminista é o grande responsável pela maioria das mudanças nesse século que passou, foi o movimento que mais avançou em vários sentidos" (Ent. 5)

Certamente essas diferenciações identitárias vão sendo explicitadas no agir cotidiano do Fórum e também moldam o **imaginário** que as mulheres constroem, ou tem construído, sobre o Fórum. Entretanto, mesmo com todas as divergências, é possível visualizar nitidamente conquistas publicamente relevantes para a vida das mulheres.

As Lutas do Fórum

Apesar de todas as vicissitudes internas o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte tem desenvolvido muitas movimentações e, com isso, favorecido as conquistas de direitos das mulheres. Um exemplo disso é a luta pela promulgação da Lei que dispõe sobre a implantação da Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência. Nos arquivos constam vários documentos referentes ao assunto: correspondências para a prefeita de Natal solicitando empenho junto ao governo federal para obtenção de verbas para manutenção da Casa; "abaixo-assinado" enviado

também à prefeita com 2.206 assinaturas; correspondência alardeando que o Fórum estava monitorando os passos desta discussão; solicitação de audiência para discutir a situação da Casa Abrigo e as políticas públicas de combate à violência. Isto demonstra que foi uma luta contínua em torno de um direito que diz respeito a todas as mulheres.

Atividades como panfletagem, ato público, passeata, debate público, requerimento de sessões especiais na Câmara de vereadores de Natal e na Assembléia Legislativa do Estado, nota de repúdio e nota de solidariedade, fazem parte do cotidiano do Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte.

“O Fórum, internamente, como ele é formado por pessoas que vêm de várias histórias diferentes, de vários movimentos e entidades que atuam diferentes...”

Em 1997, por ocasião do 08 de março, dia internacional da mulher, o Fórum fez um levantamento sobre a situação das mulheres presidiárias em Natal (doc. 4). O objetivo desta ação era conhecer de perto a situação em que elas vivem, avaliá-la e organizar alguma ação a elas direcionada. Neste levantamento tentou-se identificar problemas relativos a: situação jurídica, educacional, trabalhista, familiar, saúde, higiene e vestimenta e outras questões relativas à cidadania. Após a visita à Casa de Detenção João Chaves o Fórum elaborou um documento contendo várias reivindicações e entregou para os

poderes públicos. Sete meses depois o Fórum voltou lá para monitorar a situação e denunciou que a maior parte da situação não havia sofrido mudanças, apenas a saúde teria tido uma pequena melhora.

Uma outra iniciativa do Fórum que merece destaque foi a o envolvimento na Marcha Mundial de Mulheres. Para organizar a participação o Fórum se articulou com vários movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos do campo democrático e popular e mandatos parlamentares. No RN as mulheres decidiram priorizar, no processo de preparação da Marcha, três eixos temáticos: “terra, violência e previdência”, enquanto que a nível nacional foi priorizado “terra, trabalho e auto-determinação”. Para sensibilizar a opinião pública foram realizadas diversas palestras, debates, oficinas e visitas à imprensa.

Durante o período eleitoral de 1998 o Fórum elaborou um documento com propostas para os programas de governo, no sentido do enfrentamento da situação das mulheres (doc. 6). O documento registra uma breve análise de conjuntura da época e faz propostas especialmente nas áreas de saúde, trabalho, combate à violência, e educação para mulheres.

Entre as ações do Fórum consta também o seu engajamento ativo na campanha de solidariedade às mulheres cubanas, com o trabalho de sensibilização da opinião pública, da imprensa, e angariando diversos tipos de recursos que foram enviados para as organizações de mulheres de Cubas. Algumas pessoas do Fórum estiveram naquele país e no retorno realizaram debates discutindo a situação do povo cubano.

Faz parte também do cotidiano do Fórum o monitoramento da Plataforma da Ação Mundial, realizada em Beijing. O monitoramento consiste em acompanhar a elaboração e execução das políticas públicas, os casos de violência, as ações do Conselho Municipal da Mulher e das Minorias, cobrar das autoridades competentes implementação de ações que facilitem a vida das mulheres, em especial aquelas que são vítimas de violência. Dentre as conquistas deste processo de monitoramento consta a melhoria das instalações e funcionamento da delegacia da Mulher.

Atualmente o Fórum está desenvolvendo atividades da “Iniciativa de Gênero”, que é a forma de abreviar “Iniciativa de Monitoramento das Ações das Instituições Financeiras Multilaterais no Brasil em uma Perspectiva de Gênero”. A proposta deste trabalho é que as diversas entidades, redes, movimentos, incorporem como um dos seus objetivos a promoção do controle sobre a ação das instituições financeiras multilaterais (IFM's) no Brasil, segundo a perspectiva da

equidade de Gênero e do ponto de vista das populações atingidas pelo programa, em especial as mulheres. Ou seja, trata-se de articular sujeitos sociais para monitorar e produzir conhecimento crítico sobre as ações do BID, BIRD e FMI, principalmente do ponto de vista do seu impacto sobre a vida das mulheres. No Rio Grande do Norte a Iniciativa de Gênero se concretiza através do monitoramento do PRODETUR Programa de Desenvolvimento do Turismo, e o impacto deste na vida das mulheres.

O Fórum está também acompanhando uma denúncia veiculado em jornal local sobre aliciamento sexual o secretário municipal de eventos e lazer da cidade de Macau. O caso ganhou grandes proporções, tanto é que o Movimento Nacional de Direitos Humanos também está acompanhando. Para discutir a situação o Fórum realizou audiência pública na cidade, fez denúncia, solicitou a nomeação de uma delegada para acompanhar o caso, manifestou-se na imprensa e está acompanhando de perto as investigações.

Parcerias

Em si mesmo o Fórum já é uma organização de parceiras, já que congrega 18 entidades. Em nível nacional ele se articula com a Articulação de Mulheres Brasileiras, com a ONG CFêmea e com a Coordenação da Iniciativa de Gênero. No espaço local o Fórum se articula com outros movimentos sociais, com os sindicatos, com os mandatos parlamentares populares e com a Delegacia da Mulher. Das articulações com os mandatos parlamentares já resultaram algumas conquistas: a Casa Abrigo e o Disque Denúncia foram transformados em projetos de lei. O Fórum também participa de lutas gerais, não específicas dos direitos das mulheres, como é o caso do Fórum Social Mundial, a Conferência Nacional Contra o Racismo.

Já a participação em Conselhos é restrita. O Fórum deliberou pela não participação no Conselho Municipal da Mulher e das Minorias. Esta decisão foi tomada em 1999 com base no argumento que esta participação seria contraditória com a fiscalização de políticas públicas referidas às mulheres. Entre as entrevistas, há quem afirme que hoje a maioria do Fórum considera esta posição incorreta. O Fórum também não aceitou o convite da prefeitura de Natal para participar do “projeto 20015”, cujo título era “uma cidade feminina” por compreender um conjunto de ações voltadas para as mulheres.

Considerações Finais

Ao iniciarmos a pesquisa nos questionávamos de o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte deveria ser um dos Movimentos a serem pesquisados, em função dele ser uma organização constituída por outras organizações, o que já dificultaria a sua análise. Nos damos conta, ao concluir o trabalho, que o levantamento feito com esta organização é importante para pensar o conjunto dos movimentos sociais populares por vários motivos que arrolamos a seguir.

Inicialmente fez-se importante pelo fato mesmo de ser um fórum, que possibilita a articulação de diversas entidades e pessoas em torno de uma causa comum: a luta pelos direitos das mulheres. Esta condição, de fórum, é presente nas várias temáticas dos movimentos sociais e, possivelmente, apresenta problemas semelhantes aos que aqui foram apresentados: disputas políticas internas, ausência de condições financeiras, algumas entidades assumindo a frente enquanto outras só atuam em momentos de maior mobilização, concentração em algumas pessoas que tem mais dedicação para a temática, etc.

Um outro aspecto que se destaca, e que também se apresenta em outros movimentos sociais, diz respeito à relação partidos-movimentos. Todos sabem, embora nem todos discutam isso, que grande parte das lideranças dos movimentos sociais têm vínculo com partidos políticos de esquerda, o que levaria a supor que os partidos dirigem os movimentos. A experiência do Fórum nos parece ter demonstrado algo diferente. A presença de militantes com identificação partidária é uma realidade, mas não com atuação em bloco sobre todos os temas, levando para o

interior dos movimentos polêmicas que também se apresentam também no interior dos partidos.

Chama atenção também a diferença de identificação das mulheres que compõem o Fórum, em especial sua motivação inicial para participação, pois, conforme depoimentos, nem todas tinham identidade com a causa dos direitos das mulheres anterior a este pertencimento, mas pareciam ter, em geral, com a luta social, uma vez que entendiam a necessidade de suas entidades de origem estarem representadas naquele fórum. Entretanto, isso não nega a capacidade de trabalho destas mulheres e suas conquistas políticas.

É interessante destacar, ainda que o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte, apesar de suas dificuldades ligadas a estes sentimentos de não pertencimento de suas componentes e às precariedades de sustentabilidade financeira organizativa, tem conseguido impulsionar várias iniciativas e promover várias movimentações sociais em torno das políticas públicas para mulheres, notadamente sobre o combate à violência, e, mais recentemente, o monitoramento chamado "Iniciativa de Gênero". Possivelmente a ligação com articulações nacionais e o empenho das participantes, que atuam apesar das condições desfavoráveis, são responsáveis por estas conquistas.

DOCUMENTOS PESQUISADOS:

1. Proposta de regimento interno
2. Relato das atividades realizadas pós-Beijing
3. Emenda aditiva ao projeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1997.
4. Levantamento da situação das presidiárias da colônia penal João Chaves
5. Relatório do Planejamento 1988-1999
6. Propostas para os programas de governo nas eleições 98
7. Ofício nº 05/99
8. Relatório de planejamento 2001
9. Relatório de avaliação 200
10. Questionário

ENTREVISTAS:

1. Elizabeth Nasser
2. Ivanete
3. Ana Paula Felizardo
4. Ilena Felipe Barros
5. Analba Brasão Teixeira
6. Janeayre Souto Almeida
7. Joana d'Arc

HIP HOP CANGACEIRO: a expressão local de um fenômeno internacional

Camila Brandão e Carmen Silvia Maria da Silva

“Agressivamente eu vou mostrar quem é que sente, num ataque bem frontal à burguesia cearense, eu não quero nem saber se eles vão me censurar, se meu rap não vai rolar em emissora de FM...”
(Poeta Urbano & CN3)

Possivelmente para a maioria da população, inclusive os que têm uma participação mais ativa na sociedade, o hip hop é apenas um tipo musical ou, no máximo, um estilo de expressão. Mas a pesquisa feita junto ao Movimento Hip Hop Organizado do Ceará, o MH20-CE, demonstra que é bem mais do que isso. Buscamos conhecer o MH20-CE a partir de sua auto-identificação como um Movimento Social. E foi a partir deste olhar que fizemos contato com jovens, a maioria com uma condição econômica bem precária, que estão, com grande criatividade, dizendo ao mundo a sua forma de pensar e colocando a público o seu estilo de vida.

Vamos trazer à tona não apenas o que é o hip hop, como fenômeno cultural internacional, mas principalmente o que é o MH20-CE, por que ele surge, como se organiza, quais são suas posições políticas e sua forma de atuação. Nos interessa saber o que motiva esses jovens da periferia de Fortaleza, que procuram nas expressões artísticas que compõem o hip hop uma forma de manifestação cultural e política.

Tomamos de empréstimo para o título uma expressão muito cara ao MH20-CE. Este movimento juvenil se identifica como um tipo específico de hip hop, fincado em solo nordestino e expressivo da situação de vida cearense: o hip hop cangaceiro. Ele busca no cangaço a nordestinidade, mas também a perspectiva de combate. Um combate cultural de novo tipo, vindo de uma faixa etária da população tão provocada pelo mercado de massa e tão impedida de consumir. É destes jovens combatentes que passaremos a falar, não como um foco isolado de resistência cultural, mas como um movimento profundamente atual e conectado a expressões mundiais de cultura juvenil.

O que é o hip hop - o macrocontexto de uma expressão juvenil

Hip hop é uma gíria⁽¹⁾. A tradução literal da expressão significaria “mexer o quadril”, mas ele reúne bem mais que a dança. Surge no Bronx, bairro pobre e de população negra de Nova York, reunindo três elementos: a música, a dança e a pintura, mas não de qualquer forma. Tem suas modalidades próprias. A dança que predomina é o break, a música é o rap, e a pintura, o grafite. Embora esses três elementos tenham surgido em épocas aproximadas, só posteriormente foram reunidos em um movimento cultural identificado como hip hop.

Rhythm and poetry. Em português, ritmo e poesia. Esta é realmente uma boa definição do rap, um

¹ - A maioria das informações que constam no texto que segue foram obtidas nos documentos sobre a história do hip hop divulgados pelo MH20-CE, em especial o doc. 5.

canto falado. Surge na Jamaica, a partir da improvisação de poesias feitas pelos DJ⁽²⁾ sobre trechos instrumentais de música negra, e foi levado para os EUA pelo DJ jamaicano Kool Herc, propagou-se pelos bairros pobres, de maioria negra e latina, de Nova York, em festas com freqüentadores jovens. Daí por diante, surgiram vários grupos musicais que passaram a fazer sucesso nas rádios a partir de 1979. Os jovens imigrantes latinos, que sofrem grande discriminação nos EUA, passaram a usar o rap como música de protesto, o mesmo ocorrendo com vários grupos negros. O rap difundiu-se por todos os países e no Brasil também tem essa forte concepção de protesto, denúncia

e de expressão juvenil, sendo um dos primeiros grupos a ganhar notoriedade o Racionais MC, de São Paulo.

O break também teve suas origens nos bairros de maioria negra nos EUA. É uma dança com características peculiares de expressão corporal, sem molejo, basicamente com movimentos fortes, angulosos, “quebrados”, com coreografias acrobáticas, no compasso percurssivo do ritmo das músicas. É a

Vamos trazer à tona não apenas o que é o hip hop, como fenômeno cultural internacional, mas principalmente o que é o MH20-CE, por que ele surge, como se organiza, quais são suas posições políticas e sua forma de atuação.

expressão dos B-boys⁽³⁾, jovens, na grande maioria do sexo masculino, que se apresentam em rodas em lugares públicos. Segundo consta, o break foi muito enriquecido pela criatividade dos jovens latinos, que, como a maioria dos jovens americanos, eram contra a guerra do Vietnã, e com sua dança, simulando os mutilados e os helicópteros, como no passo “moinhos de vento”, protestavam contra o governo americano.

No caso do MH20-CE, como em alguns outros lugares, além do break, é adotado também a smurf-dance, a dança dos duendes. Ganhou essa designação porque os primeiros dançarinos a praticavam com gorros na cabeça. Suas coreografias são voltadas também para problemas sociais e, assim como o break, concentra muito a atenção do público e, diferentemente deste, é mais acessível às praticantes do sexo feminino.

O grafite começou a se destacar na década de 70, também em Nova York, com garotos assinando seus nomes nas paredes no estilo “tags” letras com ângulos, sem arredondamentos, e de lá se espalhou pelo mundo. No Brasil, foi um período marcado também por outro tipo de pintura em muros, as frases contra a ditadura que faziam parte da luta pela democratização do país. Ambas as expressões foram designadas pichação e proibidas por lei, tendo motivado a repressão a muitos jovens. Hoje o grafite é uma expressão artística que altera a plasticidade das cidades, reduzindo o peso do cinzento urbano. São grandes pinturas multicoloridas que expressam o cotidiano dos jovens. Mais recentemente, tem entrado no mercado de divulgação e seu estilo incorporado também à produção de roupas.

O hip hop pode ser considerado como um estilo cultural que nasceu das ruas, da juventude urbana e empobrecida, ganhou o espaço público, através da música, da dança, poesia e da pintura. A partir daí, como ocorreu com outras expressões similares, a indústria fonográfica tentou absorvê-lo. Apesar disso, pelas suas peculiaridades, continua não sendo uma expressão aceita totalmente pela comunicação de massa. No Brasil existem vários grupos musicais que já lançaram discos, fazem shows de rap e já atingiram a mídia eletrônica, outros tantos, identificados com o hip hop, surgem nas periferias das grandes cidades. Várias ONGs que trabalham com jovens e adolescentes têm contactado com estes grupos, promovido interações e possibilitado canais de expressão, assim como alguns governos municipais abertos a trabalhos sociais com juventude.

“O movimento em movimento, eu vou mostrar como é que é, a galera reunida, realmente bota fé,

2- DJ ou disc jôqueis são os responsáveis pela seleção e operação do som nas festas.

3- B-boys ou breaker boys são os dançarinos de break

O organização do hip hop cearense

não somos donos da verdade absoluta, unificar a juventude, esta é a nossa luta..." (Poeta Urbano & CN3)

O hip hop no Ceará não é apenas o MH20, existem outros grupos. Entretanto, este vem se consolidando com uma forte presença pública. O Movimento Hip Hop Organizado do Ceará foi criado em 1990, a partir da união de um grupo do movimento estudantil com grupos culturais da periferia de Fortaleza. Visa "trabalhar conscientizando a juventude para a necessidade de se organizar e agir na sociedade para mudar nossa situação e construir um mundo melhor" (doc. 2)

Uma característica própria do MH20 é o *hip hop militante*, ou seja, ele prioriza a função social do hip hop em detrimento do comércio e da indústria fonográfica, e tem nessa manifestação um instrumento para intervenção e transformação da sociedade (doc. 6). As origens e a definição atual do MH20 estão bem delimitadas nos depoimentos a seguir:

"Em 88, eu já dançava break e só entrei no MH20 dois anos depois de sua formação. Quando o MH20 surgiu em 90, surgiu num grupo bem restrito. O MH20 é um grupo misto: política e arte... Era um pessoal dum grêmio de 2º grau, grêmio estudantil, AP Anarquia Proletária, onde havia algumas pessoas que cantavam, como o Johnson, e juntou-se com um grupo artístico de break street-king, uma das maiores gangues do break do Conjunto Ceará. A partir daí juntou-se com o Titílio Cachorrão e passaram a ocupar o espaço no Changrilá (Conjunto Ceará) em 90. No início eram 17 pessoas. A partir daí desembocou-se atividades com o movimento estudantil e nas praças. Surgiu umas características politizadas. Tinha uma linguagem mais pesada e uma parte mais politizada..." (Ent. 2)

"O MH20 é uma entidade que coordena um setor muito definido do movimento hip hop. Nós

Foto: Paulo Lopes



temos uma posição muito singular em relação ao movimento hip hop, o que caracteriza o MH20 é o fato de ele ser uma organização mista entre um grupo político e um grupo de estilo" (Ent. 1)

Fortaleza, capital do Ceará, é uma cidade de dois milhões de habitantes, com mais de 100 bairros e o MH20 atua em 30 e mais quatro cidades de médio porte do interior do Estado. O Movimento se organiza em grupos nos bairros, com os participantes fazendo hip hop e atuando comunitariamente na sua área de moradia. Esses núcleos, que

reúnem rappers (vocalistas de rap), dançarinos de break e smurf-dance, grafiteiros e militantes, são chamados de *posse*, que têm a função de organizar os membros, divulgar o nome e o pensamento do movimento, discutir os problemas da comunidade e pensar as formas de luta para enfrentar estes problemas. (Doc. 02)

A principal porta de entrada no Movimento é através das posses. Nestes grupos se dá grande parte da formação de seus membros. Os participantes mais antigos nelas circulam para conversar com os iniciantes e fazer oficinas sobre grafite, break, etc. Há também os encontros gerais, que reúnem pessoas de diversas posses em oficinas mais elaboradas.

Para tomar decisões importantes, que não contrariem o Estatuto, há um Conselho que reúne representantes de todas as posses e decide pelo voto de maioria (Doc 1). Cada posse tem direito a um voto, independente do número de presentes e da quantidade de pessoas nela organizadas. Isso

denota um tipo de organização de estilo federativo (de cada organização-membro deriva um voto, independente do que ela representa), que não leva em conta a diversidade e os potenciais de organização e mobilização diferenciados. Segundo o Estatuto, o MH20 possui ainda, como instância máxima deliberativa, a Assembléia Geral, na qual todo filiado (800, no último levantamento) tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por maioria simples, devendo ser acatadas por todo o Movimento.

O MH20 possui ainda uma coordenação geral e o conselho fiscal, ambos eleitos na Assembléia Geral. A coordenação deve ter representação de todas as categorias (elementos) que compõem o movimento (B-boys, DJ, rappers, grafiteiros, dançarinos e dançarinas de smurf). Tem por função representar o movimento perante a sociedade e coordenar as ações do dia-a-dia, mantendo todas as posses informadas, mas não pode tomar decisões que contrariem o Estatuto, a Assembléia Geral ou o Conselho de Posses. As deliberações também podem ser tomadas em seminários, encontros e congressos, quando organizados pelo Conselho das Posses, e sobre os assuntos específicos que discutirem.

Em seus documentos, destaca uma metodologia de organização das posses que passa por reunir as pessoas interessadas, fazer um seminário sobre hip hop e MH20, com a presença de um membro da coordenação geral para esclarecer as dúvidas e explicar o pensamento do Movimento. Após a reunião, os interessados formam a posse, que passa a representar o MH20 naquela área, escolhem uma coordenação, cadastram todos os integrantes, marcam reuniões periódicas, treinos e ensaios, e, se precisarem, solicitam à coordenação instrutores para ensinar hip hop aos membros. Uma vez formada, passa a ser considerada mais um *braço* do MH20 e deve participar das reuniões, assembleias, seminários e eventos a que forem convidadas (Doc. 02). Encontra-se semelhante descrição sobre procedimentos metodológicos de organização do movimento referentes a outros espaços como a coordenação geral e a área de marketing (doc. 08).

Foto: Paulo Lopes



Quanto às formas de sustentação financeira, um entrevistado cita Cazuzza, dizendo que o

Sustentação Financeira

Movimento vive 'da caridade de quem o detesta', mas, brincadeiras à parte, ele informa que buscam nas entidades do movimento social, através de ofícios e articulações, doações que viabilizem suas atividades (liberação de espaço, carro de som, vale transporte, etc.) (Ent. 1) Porém, ressalta que o Movimento não pode mais viver assim, como pedinte, e que a idéia de mercado alternativo, que impulse a comercialização dos bens culturais produzidos por eles, tem se apresentado como a proposta mais viável.

Nesse campo, a estratégia que os embala é criar uma rede de sustentabilidade do movimento. Pretendem também desenvolver um leque de projetos e trabalhos institucionais como ONG. Para eles, o grande desafio é estruturar o MH20 (Doc. Congresso)

Um dos fundadores do Movimento ressalta que, no período da criação, a principal

Suas Referências de Organização

motivação era ter um mecanismo de contato, de linguagem e comunicação entre os diversos grupos, referindo-se aos grupos de break e os do movimento estudantil. "O discurso tradicional da

esquerda, a linguagem, não dava pra gente se comunicar e se mobilizar" (Ent. 1). "É assim que o MH20 nasce de um grupo político, de inspiração marxista, em conjunto com os meninos que dançavam no Pólo" (Ent. 4), referência ao Pólo de Lazer Luiz Gonzaga, do Conjunto Ceará, bairro da periferia de Fortaleza.

Após esse período inicial de articulação, 1990, a direção do MH20 fez um planejamento estratégico para dez anos concluído em 2000. Nesse período, haviam estabelecido como metas a organização do movimento nos bairros, a formação política, a inclusão do estilo hip hop no cenário nordestino e a conquista do reconhecimento pela sociedade e pelo povo pobre, que ele se propõe a representar (Doc. 7). Fizeram um novo plano, também de dez anos 2000-2010, de um modo geral dando continuidade às ações anteriores. Nas estratégias estão previstas: a estruturação do movimento; a melhor definição e fundamentação do conteúdo ideológico, teórico e programático; a preocupação com o desenvolvimento pessoal dos seus membros; transformar-se numa força política real; manter o hip hop como tendência permanente no cenário nordestino e cearense, fazendo do Ceará uma referência nacional e intervindo no hip hop nacional e internacional, baseado na noção de contracultura.

A organização do MH20 também se dá no plano do movimento estudantil através da "Juventude Vermelha", um grupo político de inspiração marxista (doc. 3). Este grupo, que parece ser uma parte do MH20, espécie de "braço estudantil", às vezes manifesta-se publicamente em conjunto com o MH20, como no caso do posicionamento propositivo frente à eleição do Conselho Tutelar (doc. 13) ou contra a política educacional dos candidatos da situação nas eleições de 2000 (doc. 10).

O MH20 pode ser entendido também como uma proposta de alternativa de vida não apenas pelo trabalho desenvolvido com adolescentes, no sentido de reduzir os vínculos com o mundo do crime e das drogas, mas também porque se propõe a organizar e a participar da produção e comercialização de bens culturais. A proposta é organizar um "mercado alternativo", a partir das produções do pessoal do Movimento, que se estabeleça frente ao mercado de consumo. Para isso, ele define orientações de estilo aos seus produtores culturais para que as músicas, pinturas e coreografias utilizem as problemáticas nordestinas, com criação de slogans como "o nordeste contra-ataca", "direitos conquistados", etc. O MH20, segundo nossos interlocutores, criaram o estilo de rap "linha direta" que já estaria influenciando outros Estados. Dispensam metáforas, citam nomes, falam diretamente contra "os agentes do sistema, as oligarquias, as famílias burguesas tradicionais, as autoridades".

O MH20 tem se preocupado com a institucionalidade, para garantir sua atuação na sociedade, através de parcerias com órgãos públicos, e para estabelecer uma marca no mercado de consumo da juventude. Em função disso, criaram uma organização não-governamental que detém os direitos sobre o uso da sigla MH20-CE e garante toda a vida burocrática do Movimento. O depoimento abaixo expõe a concepção de relação entre institucionalização e movimento presente no MH20:

"O Movimento tem duas coordenações específicas: a área de movimento e a área institucional. Então qualquer relação que se dê a partir de registros, de CNPJ, de CGC ou com órgãos governamentais, então nós temos, aí se dá através da ONG. Qualquer relação que se tenha do ponto de vista de movimento, por exemplo, vamos fazer um trabalho com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, ou com o GRABA, ou Sem Terra, qualquer movimento desse, essa relação se dá a partir de nossa coordenação de Movimento, sem necessidade burocrática nenhuma, somente com conversas entre nós. Agora se for para um campo mais institucional, aí a burocracia é inevitável." (Ent. 1)

Caberia aqui uma observação, para resguardar o sentido que o termo ONG vem ganhando no debate político e sociológico nacional, que a referência feita pelo integrante do MH20 parece ser ao fato de que o Movimento é registrado em cartório, como uma associação civil, o que, aliás, é comum a vários outros movimentos, e, em função disso, possuem todas as condições legais que as relações institucionais exigem.

Apesar dessa saída institucional, o MH2O, segundo os entrevistados, ainda é muito desorganizado, a exemplo da refiliação dos participantes que dura mais de um ano e meio, porque nem todas as *posses* entregaram as listas. Afirmam também que possuem um arquivo com todo o 'pensamento' do movimento, que 'é bagunçado, mas é muita coisa', e citam três mudanças relevantes em seu desenvolvimento organizacional: saíram do Conjunto Ceará e se organizaram em âmbito municipal (Fortaleza); viram que não dava mais pra reunir 'uma multidão' uma vez por semana e decidiram se organizar por *posses*; e no Congresso de 2001 resolveram organizar as três áreas: movimento político, movimento institucional e mercado alternativo.

"Assis Machado, Ciro Gomes, Tasso Jereissati, a corja que se esconde, do lado bom da cidade, pra falar de liberdade, nós temos que nos unir, explodir a aldeota rica, north shopping, Iguatemi, cambraia e juraci, também estariam lá dentro, pois o povo passa fome, não come praça e cimento,

A atuação do MH2O...

sofrimento é no iprede, na favela do dendê, santa casa, ippoo, ipps pode crê, que a nossa juventude está sendo alienada, circuito arroz-com-fumo, agito é uma jogada, pra manter quem não tem nada, conformado com o que tem, drogas e bailes-funk, não ajudam ninguém, a gororoba regional organizada num cartel, mel-com-mastruz, terra-com-leite, a máfia do Emanuel, em AM e FM divulgando a besteira, cantam água pelo rádio, enquanto falta na torneira." (Poeta Urbano e CN3)

A epígrafe acima demonstra uma face diferenciada do MH2O que eles intitulam *hip hop militante*, isto é, a atuação do movimento no espaço público, na forma de protestos, reivindicações de direitos e intervenções artísticas posicionadas. Por exemplo, a atuação nas comunidades,

...Nas Comunidades e no Espaço Público mais amplo

oferecendo oficinas de grafite e break para jovens e adolescentes, palestras sobre a história e os ideais do hip hop e apresentações artísticas, bem como a participação nas lutas de outros movimentos nos bairros e na cidade, em especial nas greves de trabalhadores organizadas pelos sindicatos e nas manifestações do "Fora FHC e FMI".

Segundo os entrevistados, o MH2O sempre se posicionou frente às diferentes conjunturas do país e do Ceará e assumiu, em conjunto com outros movimentos, várias lutas gerais, dentre as quais destacam-se o combate à violência, a chamada "meia cultural", isto é, o direito dos estudantes à

Intervenções Objetivas no Campo dos Direitos

meia entrada para assistirem a apresentações artísticas; a luta pela educação pública de qualidade; e outra relativa ao projeto de lei que visa regulamentar a emissão de carteiras estudantis, instituindo um preço de custo real para os estudantes e que seria pago como contribuição voluntária.

No "Manifesto Eleitoral", documento com o qual o Movimento se expressou publicamente frente às eleições de 2000, exige o cumprimento da lei 7.398/85, que garante a livre formação de grêmios autônomos nas escolas, e da lei 11.196/86, que assegura a opicionalidade de farda escolar na rede pública estadual.

Sobre a situação da educação, além de participar de forma ampla, eles registram uma particularidade: a luta pela liberdade da juventude dentro das escolas, em especial pela liberdade de vestimentas.

"Existe uma tentativa de uniformizar a juventude, obrigar o uso do fardamento escolar, obrigar a um tipo de comportamento homogêneo nas escolas... O Movimento tem lutado pra romper com isso... A história da liberdade de estilos, dos adereços, da forma de vestir, da forma de falar, do comportamento... A gente tenta suscitar a necessidade de se rebelar contra tudo isso" (Ent. 1).

Esta militância, que inclui a frequência em reuniões do movimento, é critério inclusive para apresentações artísticas em eventos. Uma das resoluções do Congresso de 2001 ressalta este critério e salienta que a indumentária do rapper não pode ser considerada mais importante que a sua ideologia.

Os depoimentos abaixo demonstram alguns posicionamentos políticos que o MH20 vem assumindo nos últimos tempos frente à política local:

Posicionamentos no Cenário Político Local

“Chegou a hora de darmos o troco, jovem consciente e informado não vota nos “exterminadores do nosso futuro”. Nós não vamos nos enganar. Chega de Cambé, Jurubé e fascistas. O voto da juventude deve e vai virar o jogo...” (doc. 10)

“No Ceará, governantes como Tasso Jereissati, Ciro Gomes, Juraci Magalhães e Cambaia, foram responsáveis, nos últimos anos, pelo aumento do desemprego nas cidades, da destruição e abandono da agricultura, intensificação do êxodo rural e consequente crescimento das favelas com milhares de cearenses jogados no crime e na exclusão. Também estes governantes destruíram a educação pública, inclusive trocando professores por TV’s, e, depois de gerar tanta violência, ainda tentam combatê-la com mais polícia, armas e truculência, o que gera cada vez mais violência.” (doc. 14).

No âmbito da luta contra a violência, o MH20 vem atuando fazendo denúncias, panfletagens e mobilizando a juventude da periferia para as idéias de paz. Eles identificam a violência como fruto do sistema de exploração ao qual os pobres estão submetidos e consideram que a segurança só será garantida com o fim deste sistema, entretanto, essa postura não os imobiliza. No Manifesto citado eles afirmam que as únicas medidas de segurança aceitas pelo MH20 são aquelas que busquem atenuantes na arte, educação, cultura, emprego e qualidade de vida. No panfleto “Parem a Violência” o Movimento conclama os jovens a se unirem contra a violência nos bairros:

“Chamamos a juventude da periferia, as gangues e os grupos marginalizados a se unirem, a usar toda a rebeldia e coragem, para pressionar o Estado e arrancar dos governantes e da elite as melhorias sociais que necessitamos” (doc. 14)

Além da crítica política e da militância social, há um tipo de atuação que poderia ser vista como de responsabilidade pública, no campo da execução das políticas: a reivindicação, junto aos poderes constituídos, de recursos para execução de atividades, tais como as oficinas educativas em torno das modalidades artísticas do hip hop (grafite, break e rap), que são realizadas nas escolas e centros

O Movimento no campo da Execução de Políticas

comunitários da periferia e do interior, com o apoio de diretores locais, ONGs, outros movimentos, em especial sindicatos eventualmente recebem financiamento público, através de projetos.

O “projeto hip hop do Ceará” (doc. 5) é o instrumento com o qual o MH20 articula essas oficinas, com as quais, além da proposta artística, também expressa o ideário de sociedade que persegue, articulando o combate à violência e a defesa da cidadania. Trata-se de um conjunto de atividades com os jovens junto aos quais, através dos “elementos” do hip hop, trabalham conjuntamente a auto-estima e a busca de cidadania para a paz.

O Movimento apresentou ao poder público um projeto para montagem de um “aparelho comunitário de acolhimento, assistência e resgate dos menores, no próprio pólo de lazer do Conjunto Ceará” (doc 15), mas não conseguiu viabilizar. Seria uma espécie de albergue, escola de artes, alfabetização, assistência social, com refeição, encaminhamento para escola, para

assistência médica, jurídica e psicológica. Nesse espaço também realizariam as oficinas de hip hop. A proposta era que o poder público asseguraria o espaço físico e a infra-estrutura, a sociedade contribuiria a partir de suas organizações (ongs, conselhos, pastorais...) e o MH2O coordenaria o projeto e a parte artística, através dos monitores e de convênio com outras organizações da sociedade.

Questionado sobre a intervenção do MH2O na sociedade, um dos militantes fala da forma como, muitas vezes, são vistos publicamente:

“É um pouco polêmico porque a maioria do nosso pessoal, linha de frente, muitas vezes eles foram...A sociedade não enxerga o "ex". Por exemplo, eu sou um ex-viciado, já fumei, já bebi, já zoei, e hoje em dia não é mais aquilo, graças ao movimento” (Ent. 3)

Apesar disso, o MH2O está decidido a participar do Conselho de Juventude, a fim de apresentar e negociar propostas políticas que beneficiem os jovens da periferia (Ent. 5) e participar de alguns conselhos comunitários (Ent. 3). Esta é uma novidade no Movimento, porque a posição anterior era de não participar de Conselhos, tanto é que um dos entrevistados fala que “a própria idéia de conselhos tem se mostrado ineficaz, os conselhos se materializam enquanto fórum, sem poder de deliberação, de intervenção real na questão social” (Ent.1)

Um elemento que se destaca na atuação do MH2O é a sua proposta cultural, a “contracultura na atualidade”. No Congresso de 2001 discutiram bastante questões ligadas à produção artística e à consecução de um mercado alternativo.

Concepção de Cultura

As propostas do MH2O se articulam com as lutas políticas, a exemplo da meia entrada cultural, conforme se verifica em uma das deliberações do Congresso: oposição ao evento “1º Festival Bad Boy - Rider Rock, Hip hop, Esportes Radicais”, realizado pela loja Bronx, devido a ele não respeitar a meia-cultural. Potestaram em frente ao evento com distribuição de panfletos.

No âmbito da luta contra a violência, o MH2O vem atuando fazendo denúncias, panfletagens e mobilizando a juventude da periferia para as idéias de paz.

Essa proposta cultural tem dois aspectos distintos. Internamente, desenvolve uma espécie de *centralismo democrático* na produção artística, orientando as elaborações e normatizando o que é possível ser publicizado como sendo do Movimento, embora, na prática conforme documentos , verifica-se que isso não é completamente organizado assim. Externamente, o MH2O procura articular-se com outras expressões culturais para criar a “Frente Ampla Cultural”, um movimento artístico que mobilize a juventude e amplie os espaços de expressão pública. No chamamento à incorporação nessa iniciativa, o Movimento divulgou um documento no qual manifesta esse desejo e já expõe algumas idéias:

“Guitarras distorcidas, manobras de SK'8, o rap, o teatro, as roupas, o brak, a poesia, o violão, a bateria, o estilo, o movimento e os sonhos, a rebeldia, tudo na juventude libera energia. É uma força imensa, que se encontra desprestigiada pelo movimento político e pela chamada intelectualidade, ou pela esquerda, ou pela sociedade, enfim, como afirmou Renato Russo: “... A juventude está sozinha...” e talvez não seja tão ruim, afinal, melhor só que mal acompanhada.

São milhares de jovens entocados em seus quartos, ouvindo seu som, muitas cabeças tramando planos e projetos sem ter como realizá-los, muitos corpos rebelados sem direção, muita vontade de mudar as coisas, uma legião de adolescentes esperando uma oportunidade pra revidar, multidões

querendo um só comando (que não é o PCC) pra entrar em ação, um comando chamado "...Amar e mudar as coisas..." como disse Belchior.

Que tal tomar as praças, ocupar as escolas, invadir as ruas, perturbar o sistema e o poder, pintar os muros, dar trabalho à polícia, apressar o infarto de Tasso, aumentar as doses diárias de Juraci, recitar versos, estressar FHC, produzir eventos e festivais.

Que tal nos unir?

Vamos juntar estilos e ritmos, quebrar preconceitos, misturar o regional ao universal, vamos fazer cultura numa grande mobilização contra tudo o que é descartável em arte. Vamos criar uma frente pra divulgar a rebeldia e projetar um mundo novo que queremos construir. Vamos compor conosco a Frente Ampla Cultural.

Venha, saia do mofo para a luz (ou pras trevas, se preferir!!!). " (doc 16)

A concepção de cultura do MH2O, expressa em seus documentos, considera o caráter universal, vendo-a como "toda e qualquer produção humana", e salienta: "a cultura que é usada pra dominar explorar e alienar, também pode ser utilizada pra libertar e educar pra transformação

Juventude e o Mercado Alternativo de Consumo (ou: Produção Cultural Alternativa e o Mercado de Consumo)

social". Os militantes consideram importante a organização de um mercado alternativo, em contraposição à comercialização dos seus produtos por vias capitalistas. Eles afirmam que o MH2O tem uma produção artística de contracultura que tem que ser divulgada para poder formar opinião e "orientar nosso povo rumo à transformação social e não pode entregá-la ao mercado burguês que vai adulterá-la" (doc. X).

Com base nesta concepção, o hip hop resolveu propor este mercado alternativo, como um espaço de comércio longe das regras burguesas e sob as regras da contracultura. O principal critério para possibilitar a divulgação é que o produto, de alguma forma, combata a cultura burguesa e fortaleça a luta contra a dominação e a exploração. Esse mercado teria como característica o controle total do Movimento sobre a produção e venda, e o lucro teria a função de subsidiar a ação política e garantir a subsistência dos militantes (doc. X).

Sobre os resultados dos 11 anos de atuação do MH2O, os entrevistados comentam:

"...Se você olha pra vida das pessoas que estão dentro do Movimento, você vê que é um trabalho que rendeu frutos muito bons. Você vê, por exemplo, pessoas, líderes de gangues, que passavam o tempo matando uns aos outros na periferia, atirando uns contra os outros, ou fazendo algum tipo de autodestruição, e você vê hoje essas pessoas na linha de frente do movimento social, lutando por transformações sociais, melhorias pra sua comunidade, fazendo oposição à cultura burguesa, fazendo oposição ao que há de conservador na sociedade, buscando mobilizar pra transformar o mundo. Isso é uma mudança fantástica! A gente chega a irritar alguns órgãos como a FEBEM e a FUNCE (FUNCI) porque a gente diz que o MH2O tira mais pessoas, em situação de risco, da rua pra alguma organização social, do que todos esses órgãos tiram. Eles tiram da rua pra dentro de um presídio, de uma instituição, ou meramente pra integrar ao mercado, à sociedade capitalista enquanto explorado. Quando o MH2O tira essa pessoa da situação de risco, ele tira diretamente pra linha de frente do movimento social. Isso, do ponto de vista qualitativo, é uma mudança fantástica!" (Ent. 1).

"Nós acreditamos que temos contribuído para a criação de novos valores. Nós acreditamos que somos um dos maiores pota-vozes da contracultura da atualidade, em valores como o socialismo, a solidariedade, a fraternidade, o humanismo, o coletivismo. São valores que foram esquecidos, abolidos, destruídos. A gente tem contribuído de várias formas, em diversos campos e em diversos pólos, principalmente para a camada mais pobre da sociedade" (Ent. 2).

Os jovens que participam do MH2O são, na maioria, do sexo masculino, residentes nos

bairros periféricos da Grande Fortaleza, estudantes, trabalhadores, desempregados, que atuam no movimento estudantil e comunitário. Identificam-se com a produção cultural do movimento e para eles o hip hop parece ser mais que um estilo, uma alternativa de vida. Como afirma um dos

Identidade e cultura

entrevistados, “difícilmente alguém, com idade mais avançada, vai gostar dessas batidas eletrônicas ou vai conseguir fazer um moinho de vento ou cavalo sem alça”. As duas expressões referem-se a passos específicos de coreografias do break que exigem preparo físico, flexibilidade e habilidades próprias, como inversão do corpo, rodopios sobre a cabeça e ombros, giros rápidos, etc. Segundo o mesmo militante, a composição do Movimento é da juventude mesmo, “aquela que vem do campesinato, pra usar a denominação marxista, e que a Igreja Católica chamaria de excluídos, é a moçada que tá no fundo da lama mesmo, de gangue, do crime, das drogas...” (Ent. 2). Mas outros (Ent. 1) reconhecem que também há a presença de jovens da classe média, “embora isso seja muito pouco ainda”.

“Todo adolescente é rebelde por natureza. O MH20 canaliza essa minha rebeldia para uma atividade mais construtiva, pra uma coisa que ajuda a construir a sociedade.” (Ent. 3)

“... O que me atraiu é essa identidade marginal que o movimento tem. Essa coisa de marginalismo. Normalmente os integrantes do MH20 são ex-integrantes de gangues, pixadores, pessoal do fundo do poço. E comigo não poderia deixar de ser diferente. É por conta da própria linguagem, do estilo. Depois disso, foi por causa da própria proposta do movimento...” (Ent. 2)

Os elementos gerais do hip hop se mesclam ao que seria o *hip hop militante*, mas nem todos se adaptam a essa nova perspectiva política, senão vejamos:

O movimento nasceu *só* com homens e hoje tem como coordenadora geral e duas secretárias, sendo que a coordenadora é também uma das mais antigas militantes. Ao todo, são cinco mulheres

Foto: Arquivo EQUIP



O Hip Hop e as Relações de Gênero

na coordenação geral composta por 26 pessoas e 15 mulheres em coordenações de posses. Aparentemente, isso demonstra uma grande mudança, entretanto a presença feminina ainda é bastante rarefeita, aliás, fenômeno comum no hip hop internacional, onde pouco se verifica a presença de mulheres cantando rap ou dançando break (quando elas participam das coreografias é com *smurf-dance*, que é uma dança mais aeróbica. Os militantes do MH20 reconhecem a dificuldade de participação das mulheres no movimento em função do machismo que predomina, mas salientam que “é um preconceito a mais que está

sendo quebrado” (Ent. 3). No Congresso de 2001 deliberou-se pelo início da discussão sobre gênero e sexualidade no interior do MH20, mas “são elas que estão puxando a discussão de gênero, sobre o feminismo, o machismo, como a mulher deve se comportar e sua importância na sociedade” (Ent 5).

Olhando detidamente para as mulheres que participam do MH20, percebe-se um visual que é visto tradicionalmente como masculinizante, uma vez que o estilo de vestimentas, indumentárias e postura física do hip hop foi criado por homens. Também verifica-se que os grupos de rap da cena musical nacional e internacional têm adotado posturas muito machistas em suas músicas, em especial quando se referem a garotas que têm liberdade sexual ou àquelas que trocam seus parceiros

por outro. No MH2O isso foi detectado através de um seminário para militantes sobre gênero e sexualidade, que impulsionou a decisão do Congresso, que, apesar de enfrentar a questão, não coloca o movimento numa perspectiva feminista.

“Pro MH2O qualquer ação tem que ter a marca de classe. Então nós não vamos sair por aí (...) defendendo a questão feminista, defendendo a mulher independente de raça, de classe, etc. Na visão do MH2O nós estamos preocupados com as mulheres de nossa classe social, as mulheres da classe social inimiga, problema delas, porque o sistema que as oprime, elas também sustentam” (Ent. 1).

A questão homossexual também é vista como problema dentro do hip hop. Segundo um entrevistado a maioria das brincadeiras e piadas presentes no cotidiano, na convivência entre os militantes, são de caráter homofóbico. Segundo ele o Movimento já detectou isso e percebe que é uma questão cultural muito forte, não tendo ainda achado caminhos para superação. O mesmo entrevistado detecta que as mulheres que já passaram anteriormente pela coordenação do movimento, estiveram na posição de secretárias, o que, tradicionalmente, está associado na sociedade à imagem da mulher.

“Nós sabemos que hoje uma mulher pra coordenar uma organização de hip hop sofre uma resistência fantástica. O MH2O é mais tranqüilo por que tem essa cara mais politizada. Sendo uma outra organização, que não o MH2O, é uma dificuldade quase que insuportável sem essa ajuda, sem uma intervenção política. E nós temos um agravante que o hip hop, além de tudo, ele tem uma coisa muito de raça, do negro. Existe muito isso, um certo status do negro dentro do hip hop. E como agravante a nossa coordenadora geral é loura. É branca, loura, de olho claro e é mulher. Então isso pras outras organizações é como uma anormalidade.” (Ent. 1)

Embora o debate sobre a questão de gênero, de orientação sexual e da negritude não seja um ponto forte do MH2O, percebemos que há uma preocupação com estas questões, desde que elas sejam vistas aliadas a uma perspectiva de *classe*, isto é, que se refiram aos setores empobrecidos da população. Embora não muito debatida, a questão racial parece ser um elemento forte da constituição da identidade do movimento hip hop, de uma forma geral, e também do MH2O. Em outros lugares existe grande articulação de grupos de hip hop com o Movimento Negro, e, em geral nas denúncias feitas através das expressões artísticas o hip hop prioriza bastante a situação dos negros na sociedade brasileira.

A idéia-força que sustenta a visão de mundo propugnada pelo MH2O é a idéia da sociedade dividida em classes. Diferentemente da tradição marxista predominante nos círculos de esquerda, à qual, aparentemente, este movimento se filia, estas classes fundamentais não são burgueses e proletários, definidos a partir do lugar que ocupam no processo produtivo, embora, às vezes

Algumas Conclusões

possam utilizar estes termos. Em todos os documentos e nas entrevistas fica claro a visão de um mundo dividido em dois lados, onde os ricos têm tudo e são 5% da população, enquanto 95% são pobres, não tem nada. O MH2O não concorda com esta situação e sua razão de existir é “contribuir para mudar esta realidade e construir, juntamente com outros setores do povo, uma sociedade igualitária, sem exploração ou opressão” (doc. 6). Um dos coordenadores considera que a visão de mundo é inspirada no marxismo, e comenta: “chega na periferia, na juventude, esse discurso que é feito pelas forças de esquerda tradicional, chega assim e a juventude não sabe o que é isso. Nós pegamos essa linguagem e adaptamos pra nossa classe social, pro jovem de periferia” (Ent 1).

O MH2O é uma organização altamente centralizada, na qual se discute e se defende a arte engajada e definida pelo coletivo. Isso não impede que a utopia da diversidade seja uma marca no ideal de sociedade defendido. Talvez isso ocorra em razão do preconceito que os jovens envolvidos

com hip hop são vítimas a partir da mídia e da sociedade como um todo. O Movimento defende uma sociedade sem classes, igualitária, sem opressão e exploração, socialmente, humanamente e culturalmente diversa. Refletindo sobre as experiências de socialismo, um dos militantes diz:

“A experiência do Leste Europeu deixou isso claro quando se conseguiu fazer uma planificação econômica mas não se conseguiu administrar a questão cultural. Foi pra tentativa de destruição dos valores culturais e religiosos que eram muito enraizados na própria cultura do povo local e isso para nós significou que não respeitou a diversidade cultural e não foi feita uma revolução de verdade. Foi feita uma tomada de poder, mas na hora de revolucionar, que é realmente transformar valores, implantar novos valores e destruir valores ruins... Isso não foi trabalhado direito. Nós pretendemos isso, uma sociedade socialmente igual e culturalmente diversa” (Ent 1)

O que os documentos e depoimentos demonstram é que o MH20 trabalha a partir de uma idéia de sociedade bem mais complexa do que as simplificações do marxismo que predominaram na esquerda tradicional. Apesar de parecer basear-se em chavões (classe, centralismo democrático, campesinato, etc) o movimento tem tido capacidade de articular, no seu discurso e na sua prática, a experiência de vida de setores da população desprovidos de acesso econômico, político e social, aliando-a à questão da cultura, da diversidade, e da participação política.

O MH20 constituiu para si uma proposta identitária que o diferencia, por um lado, das expressões organizativas da esquerda tradicional, e, por outro, do movimento hip hop que se expressa mais fortemente a partir das expressões artísticas, buscando vinculação com o mercado de consumo. Na nossa compreensão, o MH20 não é só hip hop e nem é apenas um grupo político. Esta dualidade está em suas próprias origens, em seu processo de constituição, e dela resultou um movimento social de novo tipo.

Apesar de usar a expressão *centralismo democrático*, a experiência do MH20 não se assemelha às formas tradicionais de decisão das antigas organizações comunistas. Todos os entrevistados e os documentos pesquisados, inclusive atas de reuniões, indicam que o MH20 tem um funcionamento democrático. Ele tem instâncias deliberativas nas quais qualquer militante pode se manifestar com igualdade de direitos, possui uma estrutura de direção intermediária entre a coordenação e a assembléia, que é o conselho das posses, e o seu congresso, autorizado pela assembléia geral, define por maioria, os rumos que serão trilhados por todos.

Não fica claro no formato organizativo do MH20 como é possível preservar os direitos de minoria no interior do movimento, entretanto, vale ressaltar a importância que é dado para a organização e representação na coordenação de todos os segmentos que o compõe. Além disso, a coordenação tem um mandato de seis meses, podendo ser renovado se a assembléia achar conveniente. Esta renovação, contudo, apesar de constante, não parece ser tão genérica, o que faz com que alguns membros continuem na *linha de frente* por bastante tempo. Em 11 anos de existência o MH20 teve quatro coordenadores gerais.

Um dos antigos militantes do MH20 reflete sobre a diferença deste movimento em relação a outros movimentos sociais no que diz respeito à democracia interna:

“Existem peculiaridades no MH20 que são bem diferentes de outras organizações. Por exemplo, o MH20 tem que ser democrático do ponto de vista de garantir o acesso de todo mundo, mas ele não deixa de ser um grupo de estilo. E ele vem muito de rua, de gangue... Então, ele tem uma coisa de hierarquia muito forte, entendeu? Os mais antigos tem um peso de definição tão forte no Movimento que, às vezes, se você não tiver cuidado, chega a anular a própria democracia. Porque tá ali, todo mundo tem voto igual, três meses que tu tá lá no movimento, o teu voto vale tanto quanto o meu que tô a onze anos. Só que essa democracia oficial, ela pode ser rompida por um simples fato: ‘não, fulano tem onze anos de movimento e tal...’, o prestígio, o status, essa coisa toda pode induzir todo mundo a ir com a proposta dele.

O hip hop tem muito disso, a hierarquia ainda pesa muito. Há um esforço nosso para fazer as

...pessoas agirem democraticamente... Tanto que nada no movimento é individual, a história do movimento é coletiva. Se perguntar quem fundou o movimento vai ver 'ah, foram quatro pessoas, seis pessoas, tu nunca vai ver aparecer, só se for por descuido nosso, quem teve a idéia de juntar ou quatro... Isso no MH2O não existe... É como que os quatro tem chegado, se reunido e vamos fundar o movimento... A idéia é sempre dar a noção pras pessoas de como o movimento é uma coisa coletiva, sem dono, sem chefe...' (Ent. 1)

Não foi possível fazermos grandes especulações sobre a forma de funcionamento cotidiano do MH2O, mas é interessante salientar que a sua coordenação funciona como um colegiado, e que ninguém é *liberado*, isto é ninguém recebe pagamento pelo tempo que disponibiliza para o movimento. Segundo um militante não existe muita disputa para a coordenação geral porque ela exige muito 'peso teórico', e seriam mais disputados os outros cargos como representantes dos elementos (smurf dance, grafite, break...) e diretor de imprensa. Merece destaque também a presença de mulheres em cargos de direção, já que estamos lidando com um movimento tipicamente masculino.

Questionados sobre as relações internas entre os membros do movimento, os entrevistados responderam:

"Na reunião a gente discute tudo, desde uma coisa que tenha desagradado um militante, até uma coisa que seja bem geral. A gente sempre resolve nossos problemas em casa mesmo" (Ent. 3).

"As relações interpessoais ficam a cargo de cada pessoa, as que se referem ao movimento são inseridas nos fóruns. Nosso modelo é o centralismo democrático pra todas as discussões. O que for decidido pela maioria tem que ser cumprido" (Ent. 2)

O MH2O se diferencia na cena dos movimentos juvenis por aglutinar a juventude de periferia, que vive em condições econômicas e sociais muito desfavoráveis, e por ter uma proposta política e cultural com um alto grau de elaboração e de vivência. Ele se diferencia também na cena do hip hop por se estabelecer como um setor posicionado, um *hip hop militante*, e pelo estilo de rap *linha direta*, que nomeia os interlocutores de suas denúncias. Neste campo específico, todavia, o principal diferencial do MH2O possivelmente é a sua proposta de configurar-se como *hip hop cangaceiro*, resgatando esta forte tradição nordestina, o cangaço, e falando para o mundo a partir das suas especificidades locais, aliada a sua visão política de *combate*.

Como se pode observar nestes depoimentos, a identidade de cada sujeito em particular confunde-se com a identidade coletiva do movimento. Não poderíamos dizer como esse processo se dá, se antes ou depois do pertencimento ao MH2O, mas parece ser um fato que os jovens integrantes têm uma profunda identificação com os elementos essenciais de uma cultura hip hop, a exemplo das expressões artísticas e da atitude ligada a um sentido geral de protesto social. Mas, não poderíamos afirmar o mesmo em relação a esta proposta específica do MH2O: o *hip hop militante*, que inclui uma visão de mundo e uma intervenção política mais específica de movimentos sociais.

No seu Congresso, em 2001, o texto da proposta de *hip hop cangaceiro* (doc. 06) foi fortemente discutida e apoiada pelos membros do movimento. Do ponto de vista prático ela fortalece e dá importância para utilização de motivos, linguagem e tradições culturais nordestinas, nas letras, músicas, danças e pinturas dos integrantes do movimento. Do ponto de vista político ela reforça a identificação militante, ligada a noção de luta política e cultural pelos direitos que são negados a este segmento da população. Pensando em termos merca dológicos, ela pode ser um instrumento para demarcar a diferença e favorecer a presença do MH2O no cenário do hip hop nacional.

No texto debatido no Congresso fica claro o que está sendo construído a partir da idéia de ser cangaceiro: indignação, rebeldia, valorização da cultura nordestina, orgulho da capacidade de superar os problemas que o povo nordestino tem no dia-a-dia como a seca, a fome, o desemprego. E, especialmente, "virar a mesa", "não ficar esperando, lamentando-se", "tomar na marra o que nos

é negado".

Longe de qualquer fanatismo ou de afirmação de superioridade, o MH2O parece pretender apenas, com o *hip hop cangaceiro*, dar força conceitual a sua proposta de *hip hop militante*, e partir da nordestinidade, consolidar um diferencial que articule o regional e o universal. O extrato do texto do Congresso, a seguir, é uma possibilidade de futuro que diz da visão do MH2O sobre si mesmo.

"O que se busca com o hip hop cangaceiro é a afirmação de um estilo de hip hop autenticamente nordestino, que respeite o caráter internacional do hip hop, mas que, promova adaptações que imprimam nossa marca local ao mesmo, fazendo-se uso do hip hop para retomar a auto-valorização do povo nordestino (principalmente da juventude), canalizando-a para superação de nossos problemas sociais e para conversão do nosso orgulho étnico em instrumento de transformação social" (Doc. 6).

DOCUMENTOS PESQUISADOS

1. Estatuto do MH2Oce
2. A Posse e outras informações sobre participação interna no MH2Oce3.
3. Convenção da Juventude Vermelha
4. Nota de Esclarecimento ao Público
5. Projeto Hip Hop do Ceará
6. Hip Hop Cangaceiro
7. MH2Oce 2000 / 2010
8. Alguns passos para a ofensiva política do MH2Oce
9. Apêndice (na contramão da história) Juventude Vermelha
10. Patrícia, Juraci e Moroni juntos contra a juventude
11. Manifesto Eleitoral
12. Órgão Informativo do MH2Oce, junho 2001
13. Manifesto "Parem a Violência"
14. JV, MH2Oce & Conselho Tutelar
15. Projeto Moleques quem cuida de nós somos nós mesmos.
16. Frente Ampla Cultural
17. Quem tem medo da Juventude Vermelha
18. Comunicado em defesa da meia-cultural
19. Projeto de Lei de Iniciativa Popular
20. O MH2Oce e a Contracultura de Francisco Joatan Junior
21. Cem quilos de peso Poeta Urbano e CN 3
22. 1º Congresso do MH2Oce
23. Atas de assembléia e reuniões de coordenação 1999 a 2001.

ENTREVISTADOS

1. Jonhson
2. Moisés Castro
3. Marcos
4. Roberta Albuquerque
5. Sátiro Silvestre

UM OLHAR SOBRE A FAMCC

Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí

HISTÓRIA DE LUTAS E CONQUISTAS

Ana Célia de Sousa Santos

1- O CONTEXTO ONDE A FAMCC ATUA

O Piauí conta com uma população de aproximadamente 2.725.000 habitantes, sendo que 58,21% dessa população vive na cidade e 41,79% no campo com IDH igual a 0,5309 (IBGE 96) e 55,2% de analfabetos funcionais (IBGE 98). É um dos maiores estados da região com uma área de 250.934km² (2,95% do território nacional e 16,2% da área regional.) Limita-se ao norte com Oceano Atlântico, ao sul com a Bahia e Tocantins, ao leste com o Ceará e Pernambuco e ao oeste com o Maranhão. É mais povoado em sua parte Norte, a mais desenvolvida.

Os principais centros urbanos são Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Campo Maior, Piripiri, Oeiras. Todas essas cidades sofrem com o fluxo migratório e com a infraestrutura insuficiente e inadequada às necessidades da maioria da população. A pobreza impera nos 222 municípios apesar das potencialidades econômicas no setor de recursos minerais, setor de energia elétrica e construção civil e produção de mel da abelha. Só em Teresina são 170 favelas. O inchaço e o desordenamento da ocupação do espaço urbano tem causado sérios problemas às populações empobrecidas, a exemplo das condições de moradia, da coleta de lixo, do abastecimento de água potável do total dos municípios apenas

133 têm acesso à rede de abastecimento, saúde, educação e outros.

A composição étnica mais evidenciada na população do Estado é indígena com branca.

O Estado é tradicionalmente agrário, com grande concentração de latifúndio e poder político controlado por grupos econômicos e familiares, pautados no conservadorismo, autoritarismo e mandonismo, alimentando, ainda, relações de clientelismo, paternalismo, e com influência nos poderes executivos e legislativos.

O Estado e a capital são governados por uma frente de partidos de maioria ultraconservadora, liderada, respectivamente, pelo PMDB e PSDB, onde são flagrantes ora a falta de planejamento governamental e a corrupção que se alastra na forma do crime organizado, ora as políticas compensatórias, voltadas, principalmente, ao clientelismo e a cooptação de lideranças do movimento organizado. A maioria da população do Estado sofre com a desinformação, tornando-se presa fácil para a ação dos políticos tradicionais que ainda constituem currais no interior do Estado. A FAMCC tem sido vítima dessas ações, considerando o que essas práticas representam em termos de não-atendimento às demandas por políticas públicas justas e eficazes. Esse quadro explica os agravantes à difícil assimilação, por exemplo, da Reforma Agrária e Urbana, mesmo que, em contraponto, haja ocupação de terras rurais e urbanas pela ação dos movimentos organizados.

“O PMDB governou o Piauí de 1994 até início de 2002, quando o governador Mão Santa, no seu segundo mandato, e seu vice-governador, Osmar Júnior PC do B, responsável pelo deslocamento de parte da oposição para o esquema do governo, foram cassados judicialmente por crime eleitoral, tendo assumido o seu opositor na campanha eleitoral, o Senador Hugo Napoleão, prometendo uma minuciosa investigação nos órgãos do governo, que se encontram envolvidos em várias denúncias de corrupção.

Desde o início dos anos 90, o PSDB administra Teresina aliada ao governo do Estado até a cassação de Mão Santa, quando até então garantiam os dois partidos ampla maioria nas casas legislativas. Com a cassação, o Prefeito Firmino filho, que era pré-candidato ao governo do Estado na disputa com o atual governador Hugo Napoleão, desiste da candidatura, demonstrando, entre outras coisas, a decisão de administrar Teresina, tornando a capital a vitrine para a apresentação das políticas neoliberais como modelo a ser seguida, em detrimento da baixa qualidade de vida da população”.

Nos municípios prodominam as ações governamentais de cooptação das lideranças comunitárias, instrumentalizando as pessoas para ocuparem espaços com o objetivo de dismantlar as organizações, inclusive fazendo uso da situação de pobreza em que vive a maioria das lideranças comunitárias.

2. UM OLHAR SOBRE A FAMCC

2.1 - Origem

O principal fator que motivou o surgimento da FAMCC em 1986, após um processo de organização e mobilização envolvendo Associações, principalmente urbanas, com assessoria do CEPAC Centro Piauiense de Ação Cultural, foi a necessidade de buscar uma articulação entre as Associações de Moradores(as) e Conselhos Comunitários do Piauí, que numericamente começaram a crescer no final da década de 70, motivados pela existência de vários movimentos, algumas de caráter nacional, como Movimento contra a Carestia, que envolveu inúmeras organizações de base, principalmente, nas maiores cidades do Estado.

Em 79, existiam cerca de 10 Associações de Moradores em Teresina, a maioria atreladas ao Poder Governamental. Na Segunda metade de 80, os novos movimentos de bairro se multiplicaram em razão do surgimento de várias ocupações de terras ociosas organizadas por famílias sem teto expulsas do campo pela falta de condições de vida, algumas delas palco de grandes conflitos envolvendo a prefeitura, governo do Estado, poder judiciário e polícia.

Foto: Arquivo EQUIP



Natureza e finalidades

A Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários do Piauí, fundada em 07/12/86, é uma entidade de natureza civil, sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado, que visa defender os interesses, direitos e reivindicações dos moradores de bairros e vilas do Estado do Piauí, coordenando as entidades a ela filiadas.

A FAMCC deve congrega as entidades de bairros e vilas do Piauí na luta por melhores condições de vida, respeitando a autonomia de cada entidade; incentivar e assessorar a criação de entidade representativas nos bairros e vilas onde inexistam; promover atividades que contribuam para a conscientização dos moradores; desenvolver em conjunto as entidades associativas de caráter artístico, cultural e/ou diversional. DOC.01

Na ocasião de sua fundação, ocorreu grande embate na perspectiva de unificar todas as forças existentes nas lutas de bairro em uma

única federação, mas não foi possível. Na mesma época, foi criada a FAMEPI, cujo diferencial entre ambas se pode observar no fato de a FAMCC ser uma entidade séria e autônoma em relação às políticas dominantes no Estado, colocada no conjunto dos movimentos sociais como a que mais mobiliza e com maior capacidade de realizar grandes ações de enfrentamento, ao passo que a FAMEPI marca uma postura de atrelamento e alinhamento aos governos estadual, municipal e federal, através da CONAM, servindo de suporte para implementação de algumas políticas públicas compensatórias.

A Definição de seus Campos de Ação

A FAMCC optou por um processo que garantisse sua autonomia e combatividade. Nesse sentido assumiu a bandeira de luta pela moradia e defesa dos sem-teto, passando a atuar como o movimento de luta pela moradia no Estado, referência, hoje, consolidada e articulada com o Movimento Nacional de Moradia. Várias áreas foram conquistadas em favor das famílias ocupantes, criando com isso um grande cinturão de pobreza e miséria na periferia, principalmente, em Teresina, já que as ações governamentais não acompanham o ritmo acelerado de surgimento das demandas.

Além da luta pela moradia, atua na defesa das políticas de suporte à habitação, como saúde, educação, saneamento básico, transporte, formação política e novas relações de gênero. Esta atuação se dá de maneira simultânea e articulada no campo da mobilização popular e nos espaços institucionais, como conselhos de gestão e outros fóruns de discussão e encaminhamento de políticas públicas.

2.2. Ações de intervenção na realidade

Constata-se um leque temático mais amplo de atuação da FAMCC no seu início, com um envolvimento maior das comunidades, incluindo transporte, educação, saúde, o que não significa dizer que não haja ações nessas

áreas. A ação referente a essas áreas tem sido provocada por outros agentes, como a luta pelo transporte, por exemplo.

A pesquisa realizada pelo MEB/Pic A pesquisa realizada pelo MEB/Picos em 1999 com as associações da região de Picos, aponta que as ações desses grupos estão voltadas, na zona urbana e rural, para questões de infraestrutura, tendo reivindicações imediatas comuns como iluminação pública, instalação de orelhões públicos, saneamento básico, dentre outras, e, ainda na zona rural, questões relacionada à agricultura: construção de armazém comunitário, roça comunitária, construção de praças e acesso a morros etc. Em 1999 com as associações da região de Picos, aponta que as ações desses grupos estão voltadas, na zona urbana e rural, para questões de infraestrutura, tendo reivindicações imediatas comuns como iluminação pública, instalação de orelhões públicos, saneamento básico, dentre outras, e, ainda na zona rural, questões relacionada à agricultura: construção de armazém comunitário, roça comunitária, construção de praças e acesso a morros etc.

“(...) Para o transporte temos três proposta: tarifa e receita pública com contratação dos empresários, que serão pagos por Km rodado; criação e fortalecimento de empresas públicas municipais e estaduais de transporte e constituição de frotas públicas e controle popular da gestão pública da tarifa, remuneração dos empresários, e das empresas públicas.” DOC.02

As bandeiras de luta são sempre definidas nos congressos e em cada um deles percebe-se uma mudança do entendimento da luta, com o acréscimo de novos temas como participação, cidadania, conselhos, geração de emprego e renda e outros.

“(...) Precisamos estar atentos e buscar cada vez mais a participação popular nas decisões e trabalhar com mais intensidade a questão da formação política e fortalecer a nossa participação em todas as esferas do poder público (municipal, estadual, federal).” DOC.02

A democratização da comunicação

torna-se uma nova área de atuação, a partir da segunda metade dos anos 90. Preocupa-se em manter uma boa relação com as rádios comunitárias e ter seu próprio meio de comunicação interno e externo. O Projeto Trienal 2003/2005 cria o programa de comunicação da entidade.

Neste contexto, os desafios são gigantescos, considerando o volume das demandas e as dificuldades internas do conjunto dos movimentos, bem como o empobrecimento progressivo da população e as estratégias cada vez mais ousadas do poder público. Daí a necessidade de um sério investimento na formação política dos quadros que atuam nesse cenário, bem como de composição de novos quadros.

Levando em consideração esse contexto, assim se apresentam as metas gerais de atuação:

- ampliação do Movimento Comunitário, com a criação de novas associações;
- acompanhamento sistemático à base nas suas atividades próprias;
- qualificação da participação nos Conselhos, com capacitação política e técnica;
- fortalecimento dos fóruns de discussão da sociedade civil organizada, como retaguarda às ações nos conselhos;
- aprofundamento do debate sobre as questões urbanas: leis orgânicas, planos diretores, etc.;
- condução da base a participar da elaboração e fiscalização do orçamento;
- aprofundamento do plano estratégico do Movimento Popular para a promoção das mudanças estruturais na sociedade.

A relação com o Poder Público

A relação da FAMCC com o Estado se expressa de duas formas. Uma passa pela ação direta que se dá pela crítica às propostas apresentadas pelo governo e pela ação de confronto, como é o caso das ocupações de terra, acampamentos nas prefeituras, etc. A outra forma se concretiza pela participação institucional nos conselhos de gestão e na proposição de políticas públicas. No entanto, as ações das prefeituras têm descaracterizado a atuação da FAMCC, através de estratégias de cooptação das lideranças, predominando as

práticas assistencialistas para aliviar as tensões causadas pela falta de políticas públicas.

“(…) As ações do poder público descaracterizam a atuação... as administrações têm aprendido estratégias de defesa em relação ao trabalho por nós desenvolvido. Em Teresina a administração municipal do PSDB tem procurado inovar e renovar algumas práticas, não toca nos problemas estruturais. Em Parnaíba predominam as práticas assistencialistas na perspectiva de aliviar as tensões causadas pela falta de políticas públicas. A realização de várias audiências públicas nos bairros, escuta da população no momento da elaboração do orçamento, existência de vários conselhos, têm dificultado uma ação de enfrentamento à administração mais direta.” DOC.07

“(…) Em Picos a atitude da prefeitura é de engessar as lideranças. O prefeito distribui os vereadores da sua bancada e cabos eleitorais por toda as associações ligadas a FAMCC e contato com as comunidades se dá a partir dessas referenciais, desprezando as lideranças do povo.” (DOC No. ?)

A entidade tem assento em todos os conselhos (Saúde, tutelar, meio ambiente, da criança e adolescente, do orçamento popular, dos consumidores da CEPISA, merenda escolar etc.), varia apenas de município. Suas maiores dificuldades, no que se refere à participação nesses espaços, têm sido desde a qualificação de sua intervenção e entendimento sobre o papel e temática específica de cada conselho, acompanhamento, falta de comunicação, até a falta de vale transporte para deslocamento dos representantes.

“(…) nós temos assento em quase todos os conselhos, só que estamos prioritariamente no conselho de saúde, nos conselho de assistência social, criança e adolescente e aqui na capital no conselho de transporte e moradia”. Entrevista 01

“(…) a FAMCC participa de alguns Conselhos Estaduais (Saúde, Criança e Adolescente, Consumidores da CEPISA), e de vários Conselhos Municipais e locais (Criança, saúde, meio ambiente, habitação, mulher, FUMAC, escolares, etc) representando a

sociedade civil e usuários, de acordo com a necessidade". Entrevista 03

"(...) A Famcc, aqui na região de Picos, tem representante no conselho do Fundef, tem representante no conselho de saúde, da merenda escolar e principalmente representante nos conselhos escolares de quase todos os bairros onde há conselho escolares e há associações de moradores, as associações estão representadas nos conselhos escolares". Entrevistado 04

O Percurso da FAMCC... ...na relação com o Poder Público

A FAMCC tem apresentado diversas sugestões no que refere às políticas públicas. Suas propostas são sempre relacionadas às suas áreas de atuação, como o projeto de iniciativa popular que cria o Fundo de Moradia Popular. No entanto, não conseguiu propor uma política global de intervenção para os bairros, vilas, povoados e favelas. Percebe-se que já possui discussão e condições práticas de apresentar esse tipo de intervenção.

"(...) É preciso superarmos a compreensão de que a luta pela moradia se resume na conquista de um pedaço de chão e de barraco. A luta pela moradia deve ser entendida no seu sentido mais amplo que é não só a terra e a uma casa digna, mas também aos serviços e equipamento urbanos. O movimento precisa entender a importância de valorizar a participação na elaboração de muitas leis como, plano diretores, orçamento, LDO e PPA." DOC.02

Sua intervenção, no que se refere à fiscalização e/ou monitoramento do orçamento, se dá com a participação, em Teresina, no Conselho de Orçamento e nos outros municípios através de discussões conjuntas com o Coletivo de Entidades Parceiras em Políticas Públicas do Piauí, ou seja, na formação e introdução dessa temática na agenda das associações e movimentos nos municípios.

A intervenção propositiva se tem constituído um grande desafio para a FAMCC. Neste sentido, realiza coleta de assinatura para

o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que cria o Fundo e Conselho Municipal, Estadual e Nacional de Moradia. Propôs à prefeitura de Teresina, a criação do Banco da Terra para distribuição de material de construção, a elaboração do plano de saneamento, censo das vilas e favelas, cadastramento dos sem-teto, conquista por via judicial da ocupação Vila Irmã Dulce, Madre Teresa, União e construção da Escola da Vila Irmã Dulce.

"(...) O governo não apresenta uma política habitacional que venha solucionar o problema de moradia para família de baixa renda. Como uma forma de se contrapor ao descaso do governo, as ocupações constituem, hoje, um dos grandes instrumentos do Movimento Popular e constatamos que está surgindo grande número." DOC. 02 "(...) Falta programa social para resolver o problema da falta de teto para pessoas carentes. A cada dia aumenta o número de pessoas que perdem poder aquisitivo... Esperamos que o poder público se sensibilizem com a situação destas pessoas que lutam pelo direito de morar. Esta terra estava abandonada. Toda propriedade deve cumprir com seu papel social de dar moradia ou produzir." DOC.15 e 28

A FAMCC articula-se com diversas entidades da sociedade civil, mas tem dificuldade de relacionar-se com o poder público, haja vista que antes sua relação com este era de enfrentamento direto e hoje requer uma nova postura de negociação, exigência da abertura política conquistada por anos de luta do próprio movimento.

...na construção de parcerias com as organizações sociais

Atua de maneira constante e articulada no conjunto das lutas gerais, em parcerias com a CUT, MST, Igrejas, Movimento de Mulheres, Negros, MNMMR, CPT, estudantes, e de forma mais específica com o MEB/Picos. Além disso, pretende desenvolver com a EQUIP Escola Quilombo dos Palmares um Projeto de Formação Política que inclui o fortalecimento institucional, elaboração e implementação do programa de formação para a direção estadual e coordenações regionais com o objetivo de

melhorar sua intervenção nas políticas públicas.

“A parceria ela se dá mais no campo das outras entidades, a gente não tem muito o hábito de estar trabalhando com o poder público, pois isto é uma discussão nova. Mas a gente tem muito este exercício de trabalhar com entidade que tem o mesmo objetivo. Sendo que nos conselhos a gente trabalha estas questões das parcerias, como nos conselhos de saúde e assistência social...” Entrevista 01

“Órgão governamental não, mas outras entidades sim. São várias as entidades que tem parceria com a FAMCC, tanto de forma sistemática, como de forma pontual. A exemplo do Cepes, Cepac, Mop's, Escola Paulo de Tarso. Até mesmo com o Coletivo de Políticas Públicas.” Entrevista 02

“Sim, realiza várias atividades de formação, mobilização, reivindicação, proposição em parceria com outras Entidades como ONG's, Sindicatos, Pastorais, outras entidades populares, participa de fóruns e coletivo. Com o Poder Público não temos experiência de realização de parceria”. Entrevista 03

A importância da FAMCC no atual contexto se dá pelo trabalho de formação, seu caráter organizativo, pela articulação, discussão dos conselhos e por ser uma entidade que discute políticas públicas

“Sim, aqui no município de Picos, a Famcc tem um trabalho articulado com outros grupos, como a UMP, o Sindiserv, o próprio MEB, que em alguns momentos a gente aparece como parceiro. Com o poder público eu não tenho conhecimento se já tem algum trabalho de parceria com o poder público. Sei que tem um trabalho de estar tentando buscar melhoras, de estar tentando propor saídas das dificuldades, agora em parceria eu não sei não”. Entrevistado 04

“Olha, nós participamos do Coletivo Estadual das Entidades Parceiras, participamos de alguns eventos com outras entidades, onde a gente vai dar o apoio ou a gente se junta pra estar dando uma nova cara para os movimento, fazendo outras discussões que está dentro de todo o contexto social onde envolve todas as outras organizações da sociedade civil e a Famcc participa.” Entrevistado 07

Elementos de afirmação da legitimidade

A importância da FAMCC no atual contexto se dá pelo trabalho de formação, seu caráter organizativo, pela articulação, discussão dos conselhos e por ser uma entidade que discute políticas públicas para intervir com qualidade nos espaços públicos. É importante também porque consegue perceber as demandas gerais das entidades comunitárias e buscar a articulação das ações no sentido de fortalecer o Movimento Popular, animando, mobilizando e propondo. É importante porque tem buscado na sua forma de organização, provocar o poder público para atender as demandas das pessoas dos bairros. Além de desenvolver ações na área de formação política, organização e conscientização, auxiliando em projetos, formação de equipe. A FAMCC é fundamental, pois tem discutido um projeto de sociedade nova.

No que se refere à caracterização, dizem que a FAMCC é um movimento comunitário, de massa, de luta, combativa, popular. É de direção e reúne Associações de Moradores e Conselhos Comunitários com o objetivo de articular as lutas em torno da melhoria de vida das pessoas no seu local de moradia, bem como trabalhar a massa desorganizada. Baseia-se na luta pela igualdade de seres humanos na sua totalidade. É uma entidade que auxilia na área do conhecimento e de formação de grupo e luta pelo resgate da cidadania.

“Uma das características é de ser um movimento comunitário, a outra coisa é que se origina de pessoas que moram exatamente nas periferias, nas favelas, nas vilas. As pessoas

que estão lá, são pessoas mais carentes dessas políticas que não são implementadas pelos governos.” Entrevistado 01

“A FAMCC é uma entidade de massa de luta, combativa, acho que são três coisas que caracteriza bem a Famcc.” Entrevistado 02

“É uma Entidade que se insere no campo do movimento popular e comunitário no Estado do Piauí, é de direção e reúne Associações de moradores e Conselhos Comunitários, com o objetivo de articular as lutas neste campo.” Entrevistado 03

“O caráter da FAMCC é baseado numa luta pela e a igualdade de seres humanos na sua totalidade: de direito a moradia, emprego, salário, educação, saúde. Por isto que a Famcc nasceu com este objetivo de trabalhar principalmente com aquela população que agente chamava de massa desorganizada.” Entrevistado 05

“(…) Movimentos sociais é um processo histórico e não estático. São construção e são manifestações coletivas. Aprecem forjadas e organizada dentro das áreas sindicais e populares.” DOC.05

“(…) O público do movimento popular é bastante frágil ficando as cooptações: falta renovação e preparo técnico das lideranças.” DOC.08

“(…) O Movimento Popular de bairro em Picos se constitui em meados da década, a partir de necessidades imediatas como: fornecimento de água e energia elétrica, abertura de ruas, serviços de transporte coletivos, remoção de moradores das áreas de risco.” (DOC No. ?)

“A FAMCC é sem dúvida a maior referência do movimento popular neste Estado e diria mais ainda, sem medo de errar, uma das mais importantes do movimento popular no Nordeste.” DOC.03

“(…) A FAMCC não é algo separado das Associações e Conselhos Comunitários que

presta auxílio, ajuda ou qualquer coisa do gênero, a FAMCC nada mais é do que o resultado da união destas entidades na perspectiva de unificação da nossa luta. Sendo assim é preciso que cada entidade filiada se sinta responsável por ela.” DOC.03

“(…) A Federação é entidade autônoma, de base e comprometida com os mais pobres.” DOC.07

“(…) A FAMCC é presença marcante e o poder público no Movimento Popular e o poder público tem reconhecido isso, apesar de dificultar a participação, inclusive nos conselhos. Seu maior objetivo é levar à consciência de cidadania.” DOC.08

“(…) A FAMCC é entidade no Estado do Piauí que de maneira mais consistente tem assumido a defesa da moradia... tem buscado organizar o povo empobrecido nos locais de moradia na perspectiva da conquista da cidadania.” DOC.11

“(…) A FAMCC é uma entidade que reúne as associações de moradores e está a disposição dos companheiros. Mas a ajuda que vocês precisam está entre vocês”. DOC.18

“(…) Cabe a FAMCC ser central, criar associações onde não existem, lutar e apoiar de acordo com a cultura da comunidade, promover articulação e intercâmbio, mandar pessoas para expor sobre nossos direitos.... A FAMCC é importante pelo apoio, motivação de continuar lutas, dar seguranças, para que aja mais integração nas associações, poder vir mais coisas pra região, pra somar, fazer formação.” DOC.19

O trabalho desenvolvido pela FAMCC tem como ideal uma sociedade justa, fraterna e solidária. Através de sua prática, questiona e se contrapõe à atual cultura política do Estado. Para Morfin (1994), cultura política é o conjunto de significados e valores com o que se constrói o sentido da comunidade política, da tomada de decisão para o bem comum de todos, através dos conflitos inerentes à coexistência e convivência humana. Para Gonh (200-58), os

movimentos sociais populares questionam a cultura política no Brasil, de ordem democrática e excludente, baseada em valores tradicionais de uma sociedade patrimonialista...

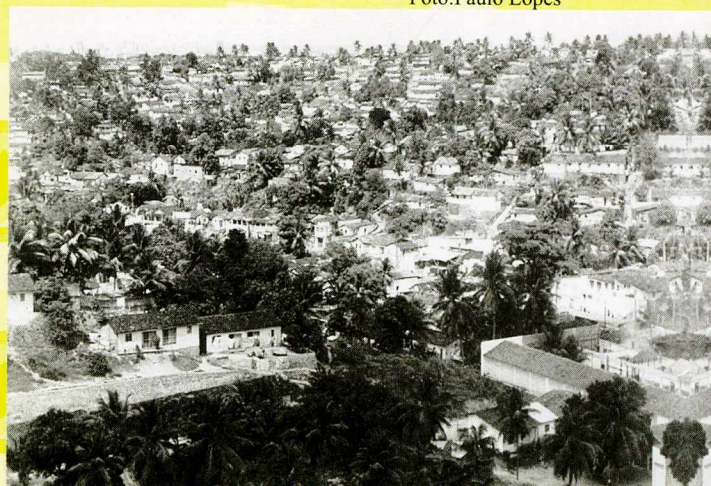
Os movimentos estariam apontando para uma modernidade na política, no sentido de redefinir a noção de cidadania, em seu aspecto público-privado. Esse processo foi heterogêneo, contraditório, cheio de fluxos e refluxos e bastante desigual.

Nesta perspectiva, a FAMCC se apresenta como uma alternativa para construção de uma nova cultura política, que para Paulo Freire, quando falamos em nova cultura política, estamos supondo que existia uma velha. Isto obriga-nos a refletir sobre como se constitui o novo.

2.3. Vida Interna e seus aspectos organizativos

Dentro de sua estrutura organizativa, descentraliza suas ações em três regionais: centro, norte e sul. Sua base no regional Sul é composta por 78 associações filiadas, possuindo em média 12 pessoas em cada diretoria. As Associações de Moradores(as), da Região Sul, estão em uma área de abrangência dos bairros do município de Picos e alguns municípios da microrregião de Picos, dentre eles podemos citar Oeiras, São João da Varjota, Pio IX, Santo Antonio de Lisboa, Vila Nova, Fronteiras, Francisco Macedo, Florianao, São José do Piauí. O Regional Centro possui 100 Associações de Moradores(as), representando os municípios de Teresina, União e Demerval Lobão. Na região de Parnaíba, há 80 Associações e Conselhos Comunitários filiadas, representando os municípios de Piri-piri, Barras, Piracuruca, Batalha, Esperantina, Parnaíba, Matias Olímpio, Ilha Grande, Pedro II.

A situação socioeconômica dos moradores(as) destes municípios refletem a situação geral do país. São pessoas na maioria desempregadas ou subempregadas que ganham a vida submetendo-se aos mais variados tipos de emprego ou dependendo às vezes do poder público para sobreviver.



Diante desta realidade, a FAMCC tem como **MISSÃO Organizar e formar comunidades através das associações e conselhos comunitários, desenvolvendo ações concretas no enfrentamento às estruturas do poder dominante e pela implementação de políticas públicas, buscando a promoção do novo homem e da nova mulher, rumo a construção de uma sociedade justa democrática e solidária.**

Frente a sua missão, ela apresenta como principais desafios:

- Falta de acompanhamento sistemático às associações e conselhos comunitários;
- Insuficiência de formação político-metodológica;
- Falta de qualidade na participação popular nos canais institucionais;
- Deficiência na política de gestão administrativo-financeira;
- Comunicação externa e interna precária (diretores/as e diretores/as; diretores/as e base);

Para realizar suas ações, organiza-se em instâncias de decisão:

- *Congresso Estadual*: a cada 2 anos para avaliar, definir diretrizes e prioridades, com a presença de delegados(as) eleitos(as) nos encontros regionais que são preparatórios aos congressos;
- *Encontros Regionais*: a cada 2 anos nos 3 regionais (Centro, Norte e Sul), com a presença de delegados(as) das associações filiadas;

• *Reunião do Conselho de Representantes:* 01(uma vez) por ano, para analisar a conjuntura, avaliar a direção, substituir diretores e redefinir prioridades, com a presença de 01 representantes de cada Associações de Moradores(as) filiadas. Estes representantes têm mandato com tempo igual ao da direção estadual.

• *Reunião da Diretoria Estadual:* 01(uma) por trimestre, para encaminhamentos gerais e dos Regionais. Os coordenadores(as) Regionais constituem a direção estadual juntamente com os demais diretores(as) eleitos(as) na forma direta pelos(as) diretores(as) das Associações filiadas, são ao todo 23 membros; reúne-se de dois em dois meses;

• *Reunião da Diretoria Executiva:* formada pelos coordenadores(as) Regionais, presidente e vice estadual, 1 e 2 secretário(a) e 1 e 2 tesoureira(a); reúne-se mensalmente; Eis algumas opiniões sobre a estrutura organizativa:

“...A estrutura do movimento provoca o esvaziamento e conseqüentemente a sobrecarga de alguns. A concentração das discussões, das decisões, se dão por conta do esvaziamento do movimento. No movimento de bairro a maior parte das decisões são tomadas em pequenos grupos, o povo pouco participa”.DOC.06

“A FAMCC tem avançado significativamente na organização interna, mobilização, relação com a base, assessoria jurídica e contábil, presença nos meios de comunicação e debate com o poder público”.DOC.07

“(...) continua com dificuldade de cumprir o plano definido, isto se deve a dinâmica da conjuntura no movimento e a dificuldade de arrecadar recursos. A assessoria jurídica tem dado encaminhamento da luta injetando na intervenção maior qualificação técnica e confiança. Coloca-se a serviço de questões coletivas, processos eleitorais das associações; acompanha vários processos de reintegração de posse em áreas ocupadas. A assessoria contábil colabora na elaboração de projetos, prestação de contas e orientação às associações em relação às obrigações sociais

junto ao estado”.DOC.07

“...A falta de um transporte no regional tem dificultado muito o acompanhamento.(Regional de Parnaíba)”DOC.08

A FAMCC tem como entidade de cooperação há mais de cinco anos a OXFAM, com recursos que mantêm a estrutura organizativa em funcionamento, como 03 regionais com sede, telefone, água e energia e, ainda, a liberação da presidente, os 03 vice-regionais, a secretária geral e o tesoureiro. Eventualmente, a entidade recebe a colaboração da CESE, CERIS, FASE, sindicatos e igreja, que possibilitam a efetivação de suas ações pontuais como seminários, encontros, intercâmbios, coleta de assinaturas, manifestações etc.

“... Nos últimos anos as entidades de cooperação têm constantemente provocado a FAMCC, no sentido da mesma ter bom desempenho na sua organização interna e gerencial. Para o êxito na organização interna e gerencial, precisamos ter assessoria de alguns profissionais como assessoria contábil. A ausência deste profissional trouxe alguns prejuízos”.DOC.22

Todas as associações filiadas pagam mensalmente uma contribuição.

“... É dever da entidade associada: pagar a contribuição mensal fixada pelo conselho de representante”.DOC.01

“Para realizar as ocupação ou atividades pontuais, a FAMCC tem a prática de elaborar projetos financeiro para viabilizar respectivamente, a instalação de infra-estrutura e organização das ocupações e a realização de atividade”.DOC.11

Os regionais são em número de 03, norte, sul e centro, com sede em Parnaíba, Picos e Teresina, respectivamente. Cada regional possui sua própria coordenação, que se faz representar na direção estadual. No interior da Direção Estadual está a diretoria executiva,

constituída de 09 pessoas. Os três regionais reúnem 21 municípios e cerca de 258 Associações filiadas.

As 03 sedes regionais mantêm-se em funcionamento diário para atendimento às associações de moradores e servem também como ponto de apoio e concentração das informações. Além do acolhimento às pessoas de outros municípios, em ocasião de encontros e viagens a Teresina, Picos e/ou Parnaíba, para tratar de assuntos diversos. As sedes têm servido de encontros e reuniões periódicos para distribuição de tarefas e discussão de questões emergentes.

O Conselho Fiscal é um órgão autônomo, que se reúne separadamente e avalia os trabalhos da direção.

Há sérios desafios, a maioria antigos, dentre eles se pode citar maior engajamento e iniciativa das pessoas da diretoria, funcionamento das instâncias, finanças, formação política da base, ausência de novos quadros, qualificação na ação institucional, especialmente nos conselhos. Através da formação, a FAMCC pretende capacitar as pessoas dirigentes para melhor atuarem internamente nas associações, como forma de manter a autonomia e potencializar a intervenção de maneira mais organizada. Além de aumentar o nível de atuação e intervenção junto aos canais institucionais. Para superar esses desafios, a entidade passou, desde 2001, por um processo de avaliação que terminou com a elaboração de seu Plano Trienal 2003/2005. Neste projeto, propõe a superação desses desafios através da criação de programas específicos nas suas áreas de atuação, a priorizar ações em 03 programas Moradia - programa CODIMORAR; Mulheres - com o programa PRÓ-MULHERES, Formação - programa PROFOR.

No que se referem às questões subjetivas, elas não aparecem registradas em seus documentos escritos, mas se explicitam no momento da eleição para renovação da diretoria e em disputas nas reuniões de encaminhamentos no dia-a-dia. Observa-se que se organizam dois grupos dentro da entidade e que o estatuto beneficia o grupo de tem maioria de votos no dia da eleição, porem são conflitos administráveis.

No que se trata dos conflitos relacionados à administração de instrumentos de trabalho e serviços como uso da moto, computador e descentralização do trabalho do advogado e da contadora, eles aparecem mais fortemente no dia-a-dia, pois são discutidos critérios de uso e prestação dos serviços. No entanto, o grupo que se relaciona diretamente com esses aspectos direcionam de acordo com seus interesses.

“... o advogado não é só de Teresina, mas também dos regionais, temos que atender os regionais. Não conseguiu levar a assessoria contábil às bases. Falta sintonia entre a contadora, o tesoureiro(a) e secretaria”. DOC.13

“... Porém é perceptível a diferenciação de condução da federação expressa na posição política dos dirigentes. Hoje, a maioria da diretoria da FAMCC pertencem ao Partido dos Trabalhadores e de certa forma representam tendências que tem descaracterizado a autonomia da FAMCC, expressa em seu estatuto.” DOC.01

Diversos partidos interferem direta ou indiretamente na ação da FAMCC. Dentro da direção tem o PSTU, na base tem forte interferência do PSDB, PDT, PFL e em alguns casos do PMDM. Porém, estas interferências não aparecem nos documentos como pontos importantes para análise.

“... É preciso trabalhar a capacitação interna dos diretores, afim de que estes passem a ter a capacidade de fazerem uma discussão política consistente, isto porque em muitos momentos nos deparamos com discussões internas com caráter pessoal, conseqüentemente começa a ter uma disputa entre os diretores e regionais”...DOC.22

2.4 Relações de Gênero nas práticas educativas da FAMCC

A sociedade é formada por grupos que se relacionam e desempenham papéis de acordo com as funções sociais determinados pelas

normas de convivência social estabelecida por estes mesmos grupos.

As relações entre homens e mulheres, na perspectiva de gênero, se referem às relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens e são construídas socialmente.

Sobre esta questão, Strey (1998) esclarece que a construção cultural do gênero é evidente quando se verifica que ser homem ou ser mulher nem sempre supõe o mesmo em diferentes sociedades ou em diferentes épocas, ou seja, depende dos costumes de cada lugar e sociedade, da experiência cotidiana das pessoas, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar, a vida política de cada povo ao longo da história. As relações de gênero e as representações de gênero não variam apenas de um povo para outro, já que dentro de uma mesma sociedade elas também podem mudar de acordo com a classe social das pessoas, com a raça, com a idade.

O público de atuação da FAMCC são pessoas jovens, adultas e idosas. Sendo que em Picos a maioria das direções é composta por homens, ao contrário de Teresina e Parnaíba. Constata-se que apenas em 1997, a FAMCC, acrescenta em seu estatuto a diretoria da mulher, porém não se percebe uma discussão mais presente sobre a temática, apesar de que em alguns regionais a presença feminina é majoritária.

No relatório de atividades do período março/99 a dezembro/99, aparecem atividades relacionadas à saúde preventiva, incluindo a saúde da mulher. Aconteceram duas oficinas em Teresina sobre câncer de colo do útero, reunindo 100 mulheres e 50 homens. Vale ressaltar que a diretora de saúde da FAMCC, neste período, era uma mulher e desenvolvia seus trabalhos profissionais numa maternidade, levando-nos a imaginar que esse tema foi

incluído pela proximidade do trabalho da diretora com estas questões e não necessariamente uma política de inclusão da temática. Participou, ainda em Teresina, de ato público em defesa da delegacia da mulher exigindo a transferência da delegacia para o centro e nas atividades em comemoração ao dia 08 de março, puxadas pelo movimento de mulheres.

Entendemos que é preciso desconstruir a cultura machista que conduz o trabalho nas organizações comunitárias, a fim de construamos novas relações sociais. Para isto, é imprescindível a construção de um novo discurso, de novas ações sem esquecer as especificidades inerentes à condição de ser mulher. Para Sousa (1997:81), tratar todos igualmente, sem reconhecimento das especificidades que cada segmento social traz, é, no mínimo, desconhecer as tarefas, as questões próprias desse segmento. “Nesta pseudo- política de igualdade seguramente estão embutidas uma grande desigualdade e um profundo preconceito de encarar o diferente, uma clara exclusão política e social.”

Ainda com relação ao conceito de igualdade, Moraes (1981) coloca que pouco a pouco nós, mulheres de várias nacionalidades, fomos compreendendo que a ideologia do igualitarismo não passa do discurso mistificador das classes e interesses dominantes, “rebater o discurso competente exige outros discursos, novas falas.”

Para o triênio 2003/2005, a FAMCC acrescenta em seu projeto o programa PRÓMULHER, com a intenção de desenvolver uma política de intervenção junto às associações de moradores nesta questão. Os temas prioritários são a luta contra violência à mulher, organização das mulheres juntos às associações, sensibilização das associações para a inclusão das mulheres nas suas direções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa junto à FAMCC leva-nos a identificar que sua estrutura organizativa tem possibilitado a centralização do poder, além perceber intencionalidade de alguns(as) lideranças em manter esta relação para conservar uma linha de atuação que prioriza ações específicas e que não valorizam as associações e conselhos comunitários que não estão dentro de suas linhas políticas. Isto tem sido demonstrado pelo distanciamento de associações que estavam presentes na criação da FAMCC ou que se filiaram no processo ou, ainda, pela sua desfiliação.

Em seus documentos, principalmente nos mais recentes, percebe-se a manutenção de alguns problemas, como financeiros, estrutura, formação. No entanto, a FAMCC sempre teve projetos financeiros, mesmo que sua negociação fosse demorada.

No que se refere ao discurso escrito, vê-se uma mudança na linguagem. Acrescenta-se palavras como estratégias, participação popular, cidadania, solidariedade, mulher, etc. A questão de gênero não aparece muito ou aparece muito pouco e sempre relacionadas a atividades isoladas que não provocam um questionamento as atuais estruturas de relações, inclusive dentro da diretoria.

Percebe-se que não há uma valorização à simbologia ou à subjetividade das pessoas envolvidas na luta. Entende-se que a sensibilização para essas questões darão significado e expressão maior à luta.

Uma coisa interessante que consegui perceber foi o valor que as associações dão à FAMCC na região sul, demonstrada, por exemplo, quando a Secretaria de Saúde do Município de Picos enviou correspondência a todas as associações para indicar o representante para o Conselho. Elas por sua vez consultaram a FAMCC e, reunidas em plenária, indicaram seus representantes em nome da FAMCC e não em nome de cada associação individualmente, evitando-se a confusão que a Secretaria queria criar para confundir as associações. Apesar do trabalho não provocar constantemente grandes mobilizações, percebe-se um trabalho mais consolidado. Há a

presença de ex-diretores da FAMCC em administrações municipais, seja como assessores ou exercendo o comando do município. Vale ressaltar que os partidos não são do campo democrático e popular, porém a aproximação maior com os problemas do município, e com certeza suas vivências com esses problemas, os tenham incentivado a estar mais próximos do poder público não como reivindicantes, mas como detentores do poder.

A gestão de políticas públicas necessárias à FAMCC e a potencialização de sua participação nos diversos espaços e canais institucionais, elaborando, fiscalizando, propondo, exigindo, absorvendo, repassando informação e reelaborando políticas, a partir das responsabilidades de mobilizar interesses e defender pontos de vista, sem perder o limite dos espaços, tem sido um grande fator de mobilização e articulação da entidade. Daí a necessidade de reforçar e qualificar a participação da sociedade civil nos conselhos e fóruns, considerando que esta é, ainda, uma experiência nova, mas que já aponta algumas possibilidades quanto à transparência e democratização. A falta de capacidade técnica e política tem impedido um avanço na conquista desses espaços em termos de qualidade.

Foto: Paulo Lopes



A FAMCC apresenta algumas fragilidades que certamente serão superadas com o esforço que os seus 16 anos de experiência lhe credenciam. Constatamos, através desta pesquisa, que há pouco

engajamento e iniciativa das pessoas da diretoria para o envolvimento e encaminhamento das decisões, ficando centralizado em algumas pessoas; não há um bom funcionamento de suas instâncias, havendo necessidade de uma maior formação política sistemática da base e dos(as) diretores(as); percebe-se que por falta de formação há uma ausência de novos quadros. Há, ainda, necessidade de qualificação para a ação institucional, possibilitando uma melhor intervenção nas políticas públicas; a FAMCC possui dificuldades no que se refere à infraestrutura física e de técnicos como advogado(a) e contador(a), além de salas, computadores, arquivos etc. Isto se deve ao fato de não ter projetos definidos que garantam sua auto-sustentação, inclusive com recursos para infraestrutura.

Há necessidade urgente de discussão na área de geração de emprego e renda, política urbana, desenvolvimento sustentável, tendo em vista que estas temáticas estão presentes no cotidiano de suas lutas. Apresenta, ainda, um grande índice de analfabeto em sua base, haja vista que seu público de atuação são pessoas que possuem baixo grau de escolaridade ou que nunca foram à escola, principalmente nas regiões norte e sul do Estado. É preciso um maior investimento em comunicação interna entre seus membros, associações filiadas e externa com os meios de comunicação e com suas entidades parceiras.

A FAMCC apresenta fragilidade quanto à inclusão da discussão de gênero e não existem estratégias de inserção do público jovem, e estes dois setores são potencialidades para renovação de quadros e para dar nova dimensão às suas lutas.

Dentro de suas potencialidades, a FAMCC apresenta-se como uma entidade de grande articulação com movimentos

específicos e outras diversas entidades. Possui enorme capacidade de mobilização, adquirida através da credibilidade, responsabilidade e compromisso no desenvolvimento das ações. Além de possuir bastante representatividade política junto à sociedade e trabalhar com questões relacionadas diretamente ao cotidiano das Associações como infra-estrutura (saneamento, moradia) e serviço (saúde, educação) etc.

A entidade tem apresentado mudanças em sua trajetória. Um aspecto relevante que vale destacar são as relacionadas à cultura política. Há contribuições para incorporação de posturas mais democráticas, aceitação das diferenças, abertura para as questões ambientais e para subjetividade, tendo em vista a afirmação e construção de novos direitos sociais. De acordo com os entrevistados(as), ainda é um desafio e tem tido muitas resistências. Porém, tem tentado ampliar sua visão, por exemplo, a luta pela moradia, pela terra e pelo meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a reforma urbana. A FAMCC defende a construção de uma sociedade socialista, baseada nos princípios de igualdade, justiça, fraternidade e solidariedade, com novas relações de gênero, étnica, raça e com respeito às diferenças.

A pesquisa encerrou com a eleição para o Estado do Piauí e para o Brasil, de um governo democrática e popular. Essa nova conjuntura traz consigo novos desafios para os movimentos sociais. São desafios que vão desde a participação popular direta nos rumos do governo, até manter a autonomia e credibilidade, conquistada durante anos na oposição. Agora é a nossa vez. Não podemos perder a oportunidade e nem deixar a banda passar como se nós não quiséssemos cantar e chamar a atenção com a nossa música.

AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO:

Alternativas para melhorar as condições de produção agrícola e extrativista e a sua comercialização

Ana Célia de Sousa Santos¹⁾

O CONTEXTO DE ATUAÇÃO DO MQCB

O Piauí conta com uma população de aproximadamente 2.725.000 habitantes, sendo que 58,21% dessa população vive na cidade e 41,79% no campo com IDH igual a 0,5309 (IBGE 96) e 55,2% de analfabetos funcionais (IBGE 98). É um dos maiores estados da região com uma área de 250.934 km² (2,95% do território nacional e 16,2% da área regional.) Limita-se ao norte com Oceano Atlântico, ao sul com a Bahia e Tocantins, ao leste com o Ceará e Pernambuco e ao oeste com o Maranhão. Tipo mais comum encontrado: caboclo => resultado da mistura do Branco com o Índio. A população do Piauí é constituída atualmente de Piauienses natos, um grande número de pessoas, de outros estados brasileiros e em pequeno número de estrangeiros. O Piauí é mais povoado em sua parte Norte. Essa região é mais desenvolvida e mais bem servida de estradas. As cidades mais populosas: Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Campo Maior, Piripiri, Oeiras. O Estado é tradicionalmente agrário, com grande concentração de latifúndio e poder político controlado por grupos econômico e familiares.

Apesar disso a pobreza impera nos 222 municípios, apenas 133 possuem rede de abastecimento d'água.

O Estado e a capital são governados por uma frente de partidos, a maioria ultra conservadora, liderando respectivamente pelo PMDB e PSDB, onde impera ora a falta de planejamento governamental e a corrupção que se alastra na forma do crime organizado, ora as políticas compensatórias voltadas, principalmente, para o Clientelismo e a cooptação de lideranças do movimento organizado. Impera no meio da maioria da população do Estado a desinformação presa fácil para a ação dos políticos tradicionais que, ainda, constituem currais no interior do Estado. O poder político é controlado basicamente por grupos econômicos e familiares pautados no conservadorismo, autoritarismo e mandonismo; alimentando, ainda, relações de clientelismo e paternalismo.

O PMDB governou o Piauí de 1994 até início de 2002, quando o governador Mão Santa, no seu segundo mandato e seu vice-governador, Osmar Júnior PC do B, responsável pelo deslocamento de parte da oposição para o esquema do governo foram cassados judicialmente por crime eleitoral,

¹⁾ - Ana Célia é pedagoga com especialização em ensino pela Universidade Federal do Piauí e educadora popular.

tendo assumido o seu opositor na campanha eleitoral, o Senador Hugo Napoleão, prometendo uma minuciosa investigação nos órgãos do governo, que se encontram envolvidos em várias denúncias de corrupção.

Desde o início dos anos 90, o PSDB administra Teresina aliada ao governo do Estado até a cassação de Mão Santa, quando até, então, garantiam os dois partidos, ampla maioria nas casas legislativas.

Com a cassação, o Prefeito Firmino filho que era pré-candidato ao governo do Estado, na disputa com o atual governador Hugo Napoleão, desiste da candidatura. Demonstrando entre outras coisas a decisão de administrar Teresina, tornando a capital a vitrine para a apresentação das políticas neoliberais como modelo a ser seguida, em detrimento da baixa qualidade de vida da população.

Nos municípios impera as ações governamentais de cooptação das lideranças comunitárias, instrumentalizando as pessoas para ocuparem espaços com o objetivo de dismantlar as organizações, inclusive, fazendo uso da situação de pobreza em que vive a maioria das lideranças comunitárias. Do ponto de vista institucional é de fundamental importância o fortalecimento da FAMCC enquanto ator político que disputa espaço e idéias com os poderes constituídos no âmbito público e privado, apresentando e defendendo de maneira intransigente os interesses populares, especialmente dos excluídos. Esta condição passa pela ação de aprofundar valores e significados do conjunto dos elementos que formam o universo da sociedade, até chegar às relações mais próximas e internas.

O Piauí integra a região Nordeste, estendendo-se entre o rio Parnaíba (mais de 1400km) e as montanhas que pertencem ao sistema nordestino. É um dos maiores estados da região com uma área de 250.934km² (2,95% do território nacional e 16,2% da área regional). A região constitui o planalto piauiense e se subdivide em chapadões delimitados por subafluentes.

O sistema orográfico piauiense pertence ao maciço Nordestino. O Piauí não possui grandes elevações, e seu relevo

constitui, principalmente, de planaltos e planícies. A denominação de serras, muitas vezes encontradas, é reforço de expressão.

O Piauiense aproveita os produtos oferecidos pela natureza praticando o extrativismo, de grande proveito econômico para o estado e o país. O extrativismo piauiense é de origem vegetal, mineral e animal, ocorrendo onde dominam as matas de carnaúba, babaçu, tucum, oiticica, castanha de - caju, madeira de lei e plantas medicinais. A carnaúba é o principal produto extrativo do Piauí. Dela extrai-se o pó que dá a cera (de grande valor comercial), a madeira e a palha que servem para a construção de casas rústicas e confecção de certos utensílios domésticos. Os vastos carnaubais se acham localizados, principalmente, nos vales dos rios Longá, Poti e Canindé. O babaçu se acha localizado ao longo do Parnaíba, desde Luzilândia até próximo de suas nascentes, o babaçu pelo grande número de produtos derivados que oferece, apresenta grande perspectivas de exploração e de industrialização. Entre os seus derivados destacam-se o óleo, utilizado na alimentação humana. As tortas, isto é, os resíduos das amêndoas de coco, servem para balancear as rações do gado. As cascas servem como adubo e ainda fornecem os seguintes subprodutos: tinta para ferro, breu, piche, derivados de alcatrão, carvão e outros. Do babaçu, assim como da carnaúba, também se extrai a celulose. O tucum é encontrado principalmente na região dos cerrados. De suas amêndoas extrai-se o óleo alimentício e de suas folhas retira-se uma fibra utilizada em produtos artesanais. A oiticica é uma planta característica das caatingas. Está localizada nas margens dos rios e riachos e é considerada como o vegetal de maior parte na caatinga. A oiticica fornece óleo secativo empregado largamente na indústria de vernizes, tintas e ainda, na fábrica de sabão. A castanha de caju é o produto extrativo que, no Piauí, mais tem crescido em quantidade e valor da produção. Além dos vegetais citados, as madeiras de lei também são encontradas em nosso estado, sendo as mais importantes: aroeira, cedro, angico, erva cidreira e outras. Dentre as plantas medicinais encontradas em grande quantidade no Piauí destacam-se: jaborandi, hortelã, velame, mastruço, jatobá, angico, erva - cidreira e outras. O Piauí limita-se

ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com a Bahia e Tocantins, ao leste com o Ceará e Pernambuco e ao oeste com o Maranhão.

E dentro deste contexto de riquezas de recursos naturais que surge na região de Esperantina o Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco.

AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO

Origem

Os Movimentos Sociais Populares no Brasil se organizam, a partir da década de 80, de diversas formas e jeitos. As mulheres em busca de construir outra forma de se relacionar com os homens, com a natureza e com o mundo, experimentam de forma criativa um jeito novo que parte na maioria das vezes do seu cotidiano.

Dentro dessa perspectiva surge o Movimento das Mulheres Quebradeiras de Coco. A Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco é uma iniciativa das quebradeiras de coco das áreas de babaçu dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. Este movimento visa manter uma integração entre as várias regiões produtoras, do babaçu, na busca de alternativas de sobrevivências. Elas se organizam a partir de encontros interestaduais para troca de experiências entre os vários estados brasileiros. Possui uma coordenação composta de 02 membros de cada estado representado e se reúne a cada dois meses para planejar os encontros, elaborar projetos, avaliar, organizar cursos de formação. No Piauí participam os municípios de Esperantina, Barras, Matias Olímpio, N. S dos Remédios, Porto, Joça Marques, São João do Arraial e Morro do Chapéu. Conta com coordenações municipais em Esperantina, Barras e Joça Marques, além de grupos de quebradeiras em várias comunidades.

A Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu da Micro Região do Baixo Parnaíba Piauiense foi constituída em assembléia realizada em 17 de setembro de 1999, é uma Associação sem fins lucrativos, de abrangência regional, com foro na cidade de Esperantina Piauí.

A Associação tem como órgão a assembléia geral, a coordenação e o conselho fiscal. A assembléia geral ordinária é o órgão máximo da Associação e suas decisões obrigam as sócias, ainda, que ausentes e são realizadas uma vez por ano. Para a assembléia ordinária, realizada de 03 em 03 anos para eleição e para as assembléias extraordinárias, serão todas as sócias, para as assembléias intermediárias serão convocadas as delegadas dos núcleos e as membras da coordenação e conselho fiscal. A Associação será administrada por uma coordenação eleita em assembléia geral, por um período de dois anos, podendo ser eleita apenas uma vez. A coordenação será composta de uma coordenadora geral, uma vice-coordenadora, uma coordenadora-secretária e uma vice-coordenadora-tesoureira.

Foto: Paulo Lopes



O Movimento das Quebradeiras de coco tem como objetivos:

Articular as Quebradeiras, enquanto mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs, na luta pelo Babaçu livre e pela Reforma agrária; Compartilhar, sistematizar e documentar as experiências nas diferentes formas de organização em que atuam; Buscar alternativas para as atividades agroextrativistas, em termos econômicos, sociais, políticos e ambientais; Criar o espaço e momento adequado para suas reivindicações políticas. DOC.0

As entidades internacionais financiadoras do movimento são SACTES, MISEREOR, PÃO PARA OM UNDO E OXFAM. Ainda, como forma de sobrevivência e manutenção de suas atividades a Associação

fará convênios com entidades públicas ou privadas para buscar recursos para concretizar os seus objetivos, créditos e financiamentos em benefício das mesmas. Suas associadas contribuirão anualmente com a associação, conforme o que decidir em Assembléia. DOC.01. São recursos financeiros da associação a contribuição anual das associadas, quaisquer outros recursos a serem criados por vontade das associadas, doações e legados, convênios e contratos com entidades públicas ou privadas, rendas provenientes de serviços ou da produção. DOC.01

O projeto financeiro 97-99 de sustentação do movimento foi enviado, também, para comunidade européia, Icor e UNICEF. DOC.09

Vida Interna e seus aspectos organizativos

O Movimento apresenta a relação com a base como um seus maiores problemas.

...Falta planejamento das atividades das coordenações interestaduais, em seus estados próprios e regiões. O MIMQC tem certa facilidade para conseguir recursos, só que esses precisam ser revertidos para o fortalecimento das bases e não apenas para realizar reuniões bimestrais entre coordenadoras. O Movimento criou nome a nível nacional, mas falta articulação nas bases. DOC.07

...Faltou planejamento para quem dá sustentação ao trabalho nas bases. O planejamento dos 04 estados facilitará o acompanhamento e intercâmbio.

Constata-se pelos documentos que há uma prática de prestação de contas, tanto para as entidades financiadoras, como, principalmente, para as associadas. Essas prestações de contas sempre acontecem a cada encontro do movimento

Para fiscalizar seus recursos terá um conselho fiscal composto por três associadas efetivas e três suplentes eleitas em assembléia geral. O conselho fiscal tem como objetivo apreciar a prestação de contas da associação e encaminha-la a assembléia geral com suas opiniões por escrito e fundamentada; aconselhar a coordenação na administração de todos os recursos financeiros da

associação. DOC.01

A Associação não possui sede e nem remunera suas coordenadoras. Assim diz seu Estatuto:

...Art. 8º - Cargos e serviços da associação são exercidos a título gratuito. No entanto a tarefas executadas por sócias poderão ser indenizadas na forma de diárias, aprovadas pela coordenação, ed referendun da Assembléia e fiscalizadas pelo conselho fiscal, desde que esteja dentro do planejamento de trabalho ou a serviço dos projetos mantidos pela associação. DOC.01

O conflitos internos se apresentam de duas formas, uma diretamente ligada à propriedade da terra e da exploração dos babaçuais e a outra ligada aos espaços doméstico ou familiar.

a) Conflitos ligados a propriedade da terra:

Os conflitos nascem com a conscientização das trabalhadoras sobre seus direitos que são regulados pelo Estatuto da Terra, principalmente o Art. 96 que trata da repartição do produto colhidos. DOC.010

Nos conflitos, os trabalhadores procuram a ajuda do sindicato: os patrões para defender o próprio lucro, tem o apoio dos jacunços, pistoleiros, polícia e até da justiça. DOC.02

...O fazendeiro não só proíbe as quebradeiras de tirarem o coco, também manda derrubar as palmeiras sem atender as leis. Na verdade, não há rigor por parte dos órgão governamentais que tratam essa questão.

A questão do processo, ainda, continua as mulheres que pegaram coco na fazenda, estão respondendo a processo. Já a famílias destas mulheres estão pressionando-as para largarem a luta pelo babaçu livre.

b) Conflitos ligados ao espaço doméstico ou familiar:

...Os maridos às vezes exigem que façam uma escolha entre a luta ou a família. Mas é preciso ser forte, é importante uma companheira dar força a outra. DOC.01

...Muitas de nossas mães não gostavam de ser mulheres "Eu mesma não gostava, porque era discriminada pelo meu pai e irmãos". No conflito o homem conhece que a mulher é mulher porque ela não chora. DOC.03

"Eu parei de quebrar o coco, eu já não podia mais me dobrar. De tardizinha dava uma dor nas costas que faltava o fôlego. As mulheres ficam doentes de inflamação de útero, do ovário, além da coluna. Até a vista da gente é afetada.DOC.04

A associada deixa de pertencer à associação quando não respeitar os estatutos, desviar o dinheiro da Associação para benefício próprio ou de outro e por morte da associada.DOC.01

Ações de intervenção na realidade

Os encontros tem sido momentos de grande animação da organização e momentos de definição de bandeiras de luta, vejamos alguns depoimentos:

...Não importa a cor, a roupa, o lugar, mas a defesa de uma só proposta; Encontrei igualdade nesse encontro; Estamos para lutar pela felicidade de todas as mulheres, pelo Brasil, por nosso merecimento, pela nossa participação; O encontro é um chá de ânimo.DOC.06

No I Encontro Interestadual definiram como bandeiras de luta a alternativas no aproveitamento do coco babaçu:

- Fabriquetas para produção de sabão para auto consumo e comercialização.
- Cooperativas para comercialização da amêndoa de coco babaçu.
- Uso do babaçu na alimentação infantil
- Consorciamento do babaçu com outras culturas agrícolas.
- Lutar para que essa terra volte para nós.
- Lutar pela conquista e liberdade da terra e lutar também pela preservação das florestas que é a única fonte de subsistência.
- Ocupar as ares do fazendeiro só assim teremos a terra.
- Organizar em mutirão buscando orientação do movimento popular.
- Lutar pela reforma agrária.
- Reivindicar junto aos órgãos governamentais.

O I Encontro definiu-se como finalidades da Associação:

"Promover a participação e

organização das mulheres; discutir os problemas específicos relacionados a saúde e sexualidade, trabalho, educação e lazer da mulher trabalhadora do coco babaçu; desenvolver ações no sentido de esclarecer e formar consciência para a preservação da natureza e de seus recursos naturais; discutir o mundo das mulheres e seu papel na transformação da sociedade; denunciar crimes contra o meio ambiente; denunciar crime contra a mulher; buscar alternativa para melhorar as condições de produção agrícola e extrativista e a sua comercialização junto aos mercados consumidores; DOC.01

A Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu da Micro Região do Baixo Parnaíba Piauiense foi constituída em assembléia realizada em 17 de setembro de 1999

As mulheres ressaltam que a sua organização se fortaleceu com a criação de cooperativas.

...Com a criação das cooperativas, onde existe o trabalho o preço é melhor, onde não existe, o preço é pior.DOC.05

O MMQC se articula e é apoiada por outras entidades. Em nível regional pela ASSEMA, ACESA, CEPES, SMDDH e por sindicatos da região.

...Buscar e realizar troca de experiências com outras entidades afins.DOC.01

...A força não só dos trabalhadores/as, mas apoiadas por entidades: igrejas, CPT... Devemos ter força, se unir para vencer também os políticos.DOC.05

...Sou Quebradeira, sou delegada sindical e nossa delegacia luta contra a devastação do palmeiral. Nós temos a Associação, mas não criamos para enfraquecer o sindicato. É para dar mais uma força.

A relação da entidade com o estado acontece quando elas apresentam seus documentos reivindicatórios aos governadores,

deputados nos seus estados e quanto mantêm negociação com os deputados federais para aprovação de projetos de seus interesses.

...Mas é bom o poder público, o latifúndio saberem que as quebradeiras estão chegando de todos os lados, carregando com decisões suas bandeiras de luta e dispostas à construção de uma nova sociedade, de momentos mais felizes em nossas vidas.

...O documento a ser tirado desse encontro, segundo Rosenilde, será enviado aos governadores dos Estados e as Delegacias do Ibama. "Temos de pressionar o Ibama a preservar os babaquais, não apenas porque eles garantem a nossa sobrevivência, mas também porque são a garantia da preservação do meio ambiente". O documento consta de reivindicações como: a desapropriação das áreas de conflitos, isenção do ICMS para cooperativa agroextrativista de trabalhadores, babaquais livres e condições de sobrevivência.DOC.04

...As mulheres quebradeiras de coco aproveitam o II Encontro para ir à assembléia legislativa, cobrar dos deputados um maior empenho nas questões relacionadas à terra e ao trabalho.DOC.04

...A ação do IBAMA tem sido marcada pela omissão e o descaso.

...Entregaram um documento contendo reivindicações ao superintendente, onde pedem a punição dos devastadores dos babaquais e plantas nativas, pedem ainda, a apuração e punição de todos os latifundiários que ameaçam os trabalhadores.DOC.04

...O corte do cacho já denunciemos ao IBAMA, mas sua posição é de omissão. O delegado diz os fazendeiros na área deles, até das cobras são donos. O IBAMA não faz nada e ainda apóia os fazendeiros.DOC.05

...A gente vai lá no IBAMA fazer denúncia e eles perguntam se a terra é da gente. O IBAMA muitas vezes fala que o fazendeiro tem licença. É bom para tomar as coisas da gente, como o tatu, o veado...

...EMATER fica só elaborando projetos para aquisição de arame e gado, tem sido difícil atender a categoria extrativista. É preciso fazer extrativismo do babaçu ser reconhecido como economia, é necessário definir estratégias para isso.DOC.05

A cada encontro as mulheres quebradeiras de coco manifestam-se através de apresentações nas praças, passeatas, nas ruas e em órgãos públicos.

...A praça é o espaço onde as liberdades são exercidas. Tentamos mostrar que de fato a praça pode ser nossa. Cantamos, dançamos, denunciemos, mobilizamos... Em todos os cantos haviam faixas e cartazes denunciando a situação de opressão em que as quebradeiras e demais trabalhadoras e trabalhadores rurais estão submentidos. Mostram seus produtos artesanais feitos de babaçu, sabão de coco, alimentação derivada de babaçu.DOC.03

...Saímos em passeatas em direção ao Palácio do Governo para entregar o documento. O documento foi entregue ao governador e deputados. Houve muito canto, palavras de ordem protestando contra a derrubada de palmeira, falta de terra para plantar e morar, discriminação contra as mulheres, protesto contra o governo, etc.DOC.03

O Projeto Político do Movimento passa pela construção de novas relação no trabalho, conjugais, na educação com a intenção de construir outra sociedade.

...Queremos uma educação libertadora que traga para a vida a diferenciação libertadora dos sexos; Que respeite a nossa realidade e que possa nos ajudar a transformá-la. O massacre que a mulher sofre não é só do marido, é do sistema.DOC.03

...Através das organizações, chegarão ao poder e que todos esses espaços onde estão organizadas tem sua importância para a organização do poder que pretendem conquistar.DOC.03

O Movimento das Quebradeiras de coco mobilizam-se também em torno de questões, como: Grito dos Excluídos, Agenda 21, Congresso da FETAG, Fórum Carajás.

A Associação de Esperantina, pelo que deu pra observar não participa de nenhum conselho. Porém, possui uma representante do movimento no Conselho Nacional dos seringueiros.

...Acho que deve criar conselhos, mas temos que estar conscientizados lá dentro. Porque temos, que saber quem está nos tomando toda nossa saúde, produção, educação.DOC.05

Através do Deputado Federal Eduardo Dutra do PT foi apresentado projetos de leis que proíbe o despejo nas medidas liminares; obriga o promotor a participar de todos os processos que envolvam as comunidades.DOC.05

Outro do deputado Haroldo Sabóia que institui o programa de renda mínima familiar para as trabalhadoras rurais dedicadas à extração artesanal do óleo, castanha e outros produtos do babaçu(quebradeiras de coco) em regime de economia familiar.DOC.012

A identidade das Mulheres Quebradeiras de Coco

A Concepção de Movimento expressada pelas mulheres se confunde com a própria defesa da terra e pela conservação das palmeiras.

“A nossa luta piauiense é luta contra o latifúndio. É tanta violência que constrange”.

...O Movimento das quebradeiras de coco objetiva impedir a derrubada das palmeiras, lutar pelo livre acesso aos babaçuais, viabilizar políticas públicas de interesse social e ambiental, e valorizar a mulher e a criança agroextrativa.DOC.04

As quebradeiras de coco babaçu fazem de um imenso contingente de trabalhadores rurais brasileiros explorados ao ponto da semi-escravidão. No Piauí como nos vizinhos Tocantins, Maranhão e Pará, as quebradeiras de coco são verdadeiras vítimas dos empresários beneficiadores do coco. Nesse sentido se auto- definem:

...O norte do Piauí é uma linda região. É terra, é muito chão, é terra de babaçu que quase nunca termina. Nosso povo está quase sempre lascarado, dependendo do patrão por isso vive humilhado. As quebradeiras de coco mulheres, jovens, crianças trabalham de seis a seis, nem um minuto descansa...DOC.02

...A moradia na região dos babaçuais é telhados de folhas impermeáveis e resistentes às chuvas, paredes de palha sobrepostas ou de talos e barro. Na alimentação, utiliza-se o leite e o óleo extraído das amêndoas, as criações domésticas e animais de caça consomem em abundância o mesocorpo amilácio do babaçu.

Do endocarpo lenhoso do coco, o carvão é também produto do trabalho da quebradeiras, em caeiras primitivas.DOC.04

...Babaçu é a sobrevivência, é a vida, babaçu é o pai e a mãe das quebradeiras. Dele se utiliza tudo, mas se nós não brigamos como vai ficar a vida dos nossos filhos e nossa vida. Babaçu é ajuda, também para o marido que já não compra roupa para os filhos.DOC.05

...“Sou diplomada no coco babaçu. Trabalhamos igual jumento e não temos valor. Nunca fui à escola. A única escola que frequento é a da vida, e, com certeza essa é a melhor. Vamos lutar, companheiras, para fazer valer o nosso valor, o valor do babaçu, fazer com que reconheçam que somos gente”. DOC.03

...“Basta de exploração! Quem morre calado é sapo debaixo do pé do boi. E nós não somos sapos, somos gente.” DOC.03

... As mulheres muitas vezes estão fora do contexto dessa participação, na maioria das vezes, só ajuda compor o grupo, não está na direção, não participa das decisões, por outro lado algumas mulheres buscando assumir seu papel na luta.DOC.03

Destacam, ainda, a importância do movimento como uma forma de criação de sua própria identidade.O relatório do I Encontro das quebradeiras de coco diz:

...É importante tirar as quebradeiras do anonimato, de mostrar à sociedade a existência desse segmento. É o momento de nos repensarmos enquanto mulheres, de repensarmos nossos passos e buscarmos mecanismos para fortalecer nossa luta.DOC.03

...O Movimento das Quebradeiras de coco deve investir muito para intervir no mercado que aí está.

...É iniciar o processo de negociação com o governo sobre o contingenciamento do óleo.DOC.05

...Se a gente não lutar pela educação dentro do povoado, vamos perder nossa identidade de trabalhadora rural, porque nosso filho tem que ir para a cidade para estudar depois não acha emprego.DOC.05.

Observa-se, a partir dos documentos, que as atividades da associação tem uma dinâmica recheada de muita animação, alegria, e bastante participativas. Utilizam sempre para

discutir sua problemática oficinas, dramatizações, linha da vida, plenárias, mini-grupos, cartazes, gestos, poemas. Muitas mulheres participam de mais de um tipo de organização. A maioria iniciou a participação organizativa em movimentos da igreja, encontram-se circuladas a esses tipos de movimentos, mesmo estando nos partidos políticos, STR's, etc.

...Realizamos momentos de descontração, distribuição de alegrias, entrosamento e auto apresentação, o que aconteceu ao som de músicas dançantes, brincadeiras e gestos carinhosos. As regiões por estado foram se visitando, revendo as companheiras e conhecendo as que estavam vindo pela primeira vez. Todos no grande passeio com as quebradeiras, dançando, contando, sorrindo, se abraçando.DOC.05

...Foi desenhado um grande mapa das áreas do ocorrência de babaçu e suas respectivas divisões políticas no chão do salão para que as quebradeiras pudessem se localizar, cada qual na sua região.DOC.05

O babaçu não é visto só pelo aspecto econômico. As populações que dele sobrevivem mantêm uma relação de afeto, independente das decisões econômicas em torno do produto; para elas o babaçu representa a cobertura da casa, portanto a moradia; os utensílios domésticos; o tempero da comida; o leite; o azeite; a cura, através da massa de coco; a sombra, que protege do sol.

...A palmeira chora quando lhe tiram um cacho ainda verde. A palmeira é como a mãe. Ninguém plantou o coco, a palmeira é um presente de Deus.DOC.016

...À noite sonhei com minha mãe morta e ela estava sem vela, de manhã acendi vela pras palmeiras. Precisamos mais de fé, criatividade, mais que de poder”.

...Vislumbramos juntas ações coletivas, articuladamente na luta pela mudança no sistema de uso do babaçu, na comercialização e beneficiamento do babaçu, no papel da mulher na sociedade e, principalmente, mudanças nas relações econômicas, políticas e sociais.DOC.03

...Esperam que cresça e conquiste mais espaço na sociedade; esperam poder crescer politicamente; esperam críticas construtivas

dentro do movimento

...A luta pela terra iniciou pelo babaçu, nós mulheres brigando contra o corte do cacho. Depois a briga contra derrubadas de palmeiras realizando empate com os fazendeiros. Há grande luta das quebradeiras pela preservação do coco babaçu, mas há inclusive, muita violência, colarem fogo no babaçal com mulher lá quebrando coco, parece que não tem saída para nós.DOC.05

...Quebradeiras se auto exploram para compensar o preço para obter mais dinheiro.DOC.05

...Francisca, Maria, Joana, Raimunda, Antonia, do Carmo... e tantas outras que enfrentam a cerca da própria casa: marido, filhos, afazeres e se deslocam para o encontro discutir sua vida, seus problemas, os problemas do país, mostrando a esta sociedade machista de que ela é capaz, é pessoa, cidadã que participa, decide, reivindica, e que antes de ser “Maria de seu João” ela é MARIA. A mulheres quebradeiras de coco babaçu são trabalhadoras extrativistas que, apesar de seu expressivo número, são bem pouco conhecidas. São mais de 400.000 mulheres, além de centenas de crianças, trabalhando na quebra do coco e nas roças existentes nos babaçuais, principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

A luta das quebradeiras de coco começa a ter expressão, diferentes regiões, na década de 80. Essas mulheres assumiram um enfrentamento específico de sua categoria, a luta pelo babaçu livre.

...Vamos dizer para o público que nós existimos: somos trabalhadoras, somos quebradeiras e queremos nossos direitos respeitados! DOC.06

...Nós, Quebradeiras de Coco, trabalhadoras da roça, somos professoras, somos costureiras, somos parteiras. Só Somos reconhecidas quando precisam de nós, mas na hora de dar nossos direitos, não dão.DOC.06

...Nós já estamos velhas, mas mesmo assim, a gente não cansa de lutar por nossos direitos.DOC.06

Para fazer parte do Movimento poderão ser sócias as mulheres trabalhadoras rurais, maiores de 16 anos que estejam participando de organização como o sindicato dos

trabalhadores rurais. Incluem a questão étnica e afirmam que a maioria das mulheres são negras. Reivindicam políticas públicas específicas para a inclusão dos negros e negras, como:

- Criar linhas de crédito específico para geração de renda dos grupos de terras de pretos;
- Desapropriação da área do Olho d'água dos pretos como remanescente de quilombos;

O que se refere á questão de gênero, entendem como um conceito que se relaciona a homens e mulheres na construção da sociedade. Quando estudamos, discutimos sobre gênero ou na perspectiva de gênero, estamos falando de papéis, formas de ser e de viver de homens e mulheres.

É preciso entender que essa forma de ser e viver está ligada a forma de poder, de dominação que organiza a sociedade. É uma questão cultural mas que se sustenta e também sustenta o lucro, a riqueza.DOC.05

De cada 7 pessoas que quebram coco apenas uma é homem. A maioria das mulheres trabalham, de 11 até 20 dias por mês. Enquanto, a maioria dos homens trabalham, de 6 até 15 dias.

...As mulheres ainda são muito discriminadas nos STR'S mais combativos, ainda decidem pouco e, às vezes, as próprias mulheres se acostuma a essa situação.DOC.03

...Integrando os maridos na mesma luta e depois essa luta despertou a luta específica pela terra.DOC.05

...Conscientização dos companheiros, homens sobre o valor do babaçu e da conservação ambiental, para que não mais as palmeiras e ajudem na luta. Mulheres e Homens estão lutando para transformar juntos, reconhecendo nosso valor e o valor do babaçu. O machismo ainda contribui para a desorganização das Quebradeiras. ...Garantir que a educação de nossos filhos não contribua para o fortalecimento do machismo. Educar nossos filhos com um novo jeito; se politizar mais; envolver os homens em nossas lutas; a mulher se descobrir, se gostar e se valorizar.DOC.06

Observa-se que o processo de formação está presente em todos os momentos

do movimento. Vão deste os encontros até as manifestações de ruas, à negociação com o poder público através de negociações. Há, também, um trabalho de elevação da auto-estima das mulheres sendo percebido claramente nos seus depoimentos.

...Audiência com autoridades, para agilizar a aprovação da Lei do Babaçu Livre será de responsabilidade da coordenação, porque até agora tem tido muitos cursos. E estes cursos é com o objetivo de prepara-las para assumir suas funções.DOC.07

...Precisa olhar dentro do movimento, para conhecer mais as peculiaridades de cada Estado.DOC.07

A Formação acontece para a base, para a coordenação e desenvolvem uma política de acompanhamento.

Na base:

- Encontros regionais com o tema identidade da mulher quebradeira;
- Curso regional gênero e extrativismo;
- Seminário estadual alternativas econômicas do babaçu;
- Encontros municipais resgate da identidade da mulher e repasse das ações

Da coordenação:

- Curso gênero e liderança;

Acompanhamento:

- Acompanhar e conhecer as dificuldades de estado;
- Acompanhar e executar as decisões tomadas pela coordenação;
- Visitas das coordenadoras as comunidades das regiões;
- Pesquisa sobre a realidade das quebradeiras de coco;
- Elaboração de cartilha com resultado da cartilha

Em 2000 aparecem como momentos de formação a realização de cursos de qualificação, como: fabricação de sabão, sabonete, mesocarpo, doce, bebidas, amaciantes, desinfetantes, papel; curso de artesanato e corte e costura, curso de alimentação alternativa; remédios caseiros. Além de realização de um diagnóstico participativo sobre as potencialidades econômicas do Baixo Parnaíba piauiense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu tem em sua amplitude características que chamam atenção pela sua vivacidade, seriedade, compromisso, vigor, animação e compreensão da necessidade de mudar as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, entre as mulheres e a terra e o produto da terra e o patrão ou proprietário da terra. A impressão que se tem é que o alvo de sua luta está mais próximo e que acertar do alvo abre a expectativa de mudança mais gerais.

As formas, as vias ou caminhos para acerta o alvo tem seguido os mesmos rumos. São grandes mobilizações, enfrentamentos, negociações, proposições. Geralmente as proposições tem sido com a interlocução de parlamentares ligados a luta.

É importante destacar que os documentos analisados demonstraram sistematizações cheias de vida, que mesmo não tendo participado se vive emoções imaginando a animação, a alegria e as manifestações feitas por mulheres sofridas que conseguem apesar de tudo acreditar que com a organização

conseguirão mudar a realidade que as oprimem, oprimem os maridos e poderá oprimir os filhos.

Não foi possível perceber a diferenciação entre a Associação e a Articulação. Há um entrelaçamento entre as duas. É preciso investigar um pouco mais sobre o papel da associação.

Constata também, que a assessoria tem um papel fundamental na organização das mulheres. O CEPES esteve presente em todos os momentos de conversa com as mulheres em Esperantina, às vezes se comportando como orientador, dando informações que poderiam ter sido dadas pelas próprias mulheres.

Percebe-se que o estatuto é muito fechada e mesmo sendo organizado em coordenação percebe-se uma centralização das decisões na coordenação.

O Movimento das Quebradeiras de Coco tem um papel fundamental, pois, além de trabalhar a questão da geração de emprego e renda, enfoca como elemento primordial para sua luta a construção de novas relações baseada na igualdade entre homens e mulheres e na distribuição da renda e terra.

Documentos:

- Doc 01 Estatuto de dezembro 1999
- Doc. 02 Relatório do I Encontro Interestadual Ma/To/Pi/Pa de setembro de 1991
- Doc. 03 Relatório do II Encontro Interestadual das Mulheres e Crianças outubro de 1993 (matérias de Jornal)
- Doc. 04 Relatório do III Encontro Interestadual de outubro de 1995
- Doc. 05 Relatório do II Encontro Interestadual em outubro de 1993
- Doc. 06 Curso de Políticas Públicas para o Movimento em fevereiro de 1997
- Doc. 07 relatório de reunião da Coordenação do Movimento em abril de 1997
- Doc. 08 Relatório do Curso Gênero e Liderança e reunião da coordenação em agosto de 1997
- Doc. 09 As Quebradeiras de Coco: Conflito no Piauí
- Doc. 10 Lista da 1ª Diretoria do movimento em 2000
- Doc. 11 Minuta de projeto de lei de programa de renda mínima familiar
- Doc. 12 V Oficina Altecon Políticas Públicas em outubro de 2000
- Doc. 13 Artigo de jornal
- Doc. 14 Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA CLASSISTA DE CAXIAS E ALTO PARNAÍBA

Eulina Moraes da Silva

Apresentação

Este relatório faz parte da pesquisa sobre movimentos sociais populares no nordeste brasileiro, desenvolvida pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares e Rede de Educadores/as Populares, no período de 2001 e 2002. À Aliança Democrática Classista de Caxias, que me acolheu com atenção e prestou valiosa contribuição para esta pesquisa, deixo meus agradecimentos fraternos.

Surgimento da Aliança

Em 1987, surgiu em Caxias - Maranhão, o primeiro movimento comunitário de abrangência regional, a Aliança Classista de Caxias e Alto Parnaíba. Nasceu "pela decisão de 23 presidentes de classes, sindicatos e similares, associações de moradores, clubes de mães, clubes de jovens", conforme ata de fundação. Tem sua origem na integração das entidades comunitárias filiadas. Não faz em seu atendimento nenhuma distinção quanto a sexo, condição social, credo político ou religioso (Doc. 04).

A Aliança tem por objetivos: a) promover medidas de âmbitos municipal, regional e estadual, que visem assegurar o bem-estar das associações, sindicatos e similares; b) servir de órgão de coordenação direta e indireta das atividades que tratam as associações, sindicatos e similares à Aliança; e c) servir de assessoria às entidades filiadas. Como se pode observar, a Aliança não tem objetivos claramente definidos que se voltem para os direitos de seus representados de segunda ordem, isto é, os sócios das associações comunitárias e de sindicatos de trabalhadores. Aliás, esta é uma característica peculiar da Aliança: congregar organizações populares de diferentes tipos.

Os depoimentos do presidente e do secretário da Aliança demonstram o sentimento que os guiou por ocasião da criação da entidade.

"Criamos a Aliança para que pudéssemos galgar uma posição melhor e ajudar os pobres naquilo que for preciso" (Ent. 01).

"O nosso sentimento de criação da Aliança Classista foi simplesmente pela necessidade de termos a união do povo dentro deste contexto político que está destruindo a nossa comunidade e não podemos aceitar. A iniciativa de criar a Aliança Classista foi inspirada no presidente Sarney" (Ent. 02)..

"O que fez eu me vincular a esse movimento é porque há 8 anos a gente mora aqui e vê que o povo está deserdado, sem pai e sem mãe e a gente resolveu entrar nesta luta para contribuir com a população" (Ent. 04).

Mediante os depoimentos de dois membros da direção e de um sócio da Aliança Classista, observei que o sentimento que os moveu na criação desta entidade é humanitário, porém ligado ao assistencialismo. Eles trabalham até hoje visando ajudar os pobres, não despertando a consciência política para que cada um tenha uma vida melhor, como fazem outros movimentos sociais, mas

distribuindo cestas básicas, tickets de leite e/ou roupas confeccionadas no Centro de Produção que funciona nas dependências da Associação de Moradores do Bairro Ponte, filiada à Aliança Classista, e local onde funciona a própria Aliança.

Eis o que diz o presidente da Aliança Democrática Classista sobre o Centro de Produção:

“Aquilo ali é uma oficina de corte e costura conseguida através de um convênio com a Secretaria de Assuntos Sociais de São Luis MA... é que compramos aquelas máquinas e já fizemos vários cursos de Corte e Costura. Hoje nós temos uma base de 120 costureiras trabalhando, muitas destas roupas doamos para os pobres” (Ent. 02)

Para refletir sobre o nascimento da Aliança Democrática Classista de Caxias e Alto Parnaíba, recorro Carvalho e Almeida (1991, p. 720). A constatação deles sobre o movimento comunitário, de forma geral, parece descrever a trajetória da Aliança Classista, conforme observei nos seus documentos e nas entrevistas feitas, que demonstram a concepção de seus idealizadores. Dizem Carvalho e Almeida:

“Dentre os diversos movimentos comunitários surgidos no Brasil no final da década de 80, onde o populismo tinha seu auge na 'Nova República' de Sarney ... A criação do SEAC Secretaria de Assistência Comunitária com suas políticas assistencialistas de tickets de leite, cestas básicas, material de construção, atrela violentamente o movimento comunitário, suas associações e federações. Tanto o governo federal como os estaduais, na 'Nova República', chegam a substituir a ação dos moradores criando associações e federações, substituindo-as e, até mesmo, assalariando seus funcionários... A maioria das associações comunitárias foram e são os canais do 'comércio político', distribuidoras de benéficos, fábrica de prefeitos e vereadores”.

Sobre a formação de suas filiadas, o presidente da Aliança disse:

“A Aliança não realiza atividades de formação ou conscientização para seus filiados. Quando há algum curso realizado por outro movimento, a gente se decide a participar ou não” (Ent. 02).

É possível que a ausência de importância de um elemento tão caro a outros movimentos, a conscientização, se deva ao fato de que a forma de conseguir benefícios para a população, utilizada pela diretoria da Aliança, não é através de processos de luta, que exigem a formação de vontade coletiva, como ocorre em outros movimentos sociais, e sim através de articulações com os políticos tradicionais.

Constatai, através da documentação da entidade, que desde a sua fundação (1987) até 1993 ela realizou algumas atividades em consonância com a sua linha de ação o bem estar humanitário: entrega de títulos de cidadãos caxienses ao presidente do Tribunal Regional e a alguns vereadores; manifestações solicitando do governo estadual a construção de uma casa para o trabalhador caxiense (espécie de centro de reunião para as várias entidades filiadas); construção e viabilização do projeto de produção de enfrentamento à pobreza; quadra de futebol; posto policial; sorveteria; e uma capela, cujo padroeiro é São Judas Tadeu.

Como a cultura da Aliança Classista é católica, a reza do terço é indispensável, assim como o festejo do padroeiro São Judas Tadeu todo o mês de outubro. Este festejo é o único momento em que há uma grande participação das entidades filiadas à Aliança e a colaboração de muitas mulheres da comunidade.

A relação entre religião e política, no caso da Aliança, é bastante complexa, pois ela demonstra ter uma grande capacidade mobilizadora e de arrecadação de fundos para os eventos relacionados a esta festividade religiosa e seus dirigentes, não colocaram em nenhum momento, alguma reflexão sobre a laicidade das organizações comunitárias, o que possibilitaria uma amplitude de participantes de diversas religiões. Por outro lado, é neste festejo de São Judas Tadeu

que são oportunizados os contatos e donativos de políticos para a população. Em certo sentido, e para seus propósitos, este tipo de evento tem sua eficácia. Sobre este tipo de relação cultural comenta Alberto Melucci:

"O desencantamento do mundo não tem significado apenas para a morte dos deuses. A racionalidade instrumental tem restituído o mundo à ação dos homens, mas tem também negado o valor para tudo aquilo que não coincide com o agir eficaz. A sociedade se torna um sistema de aparatos que se identifica com o seu fazer e que não tolera a diversidade. O sagrado ressurgue então como apelo ao outro possível, como voz daquilo que não é dado, mas poderia ser".

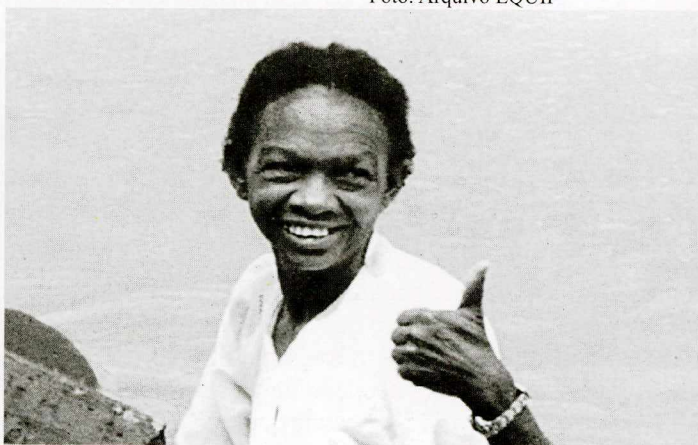
O direito de reivindicar algo para a melhoria da qualidade de vida passa a ser, neste tipo de prática, importante instrumento de barganha de um possível apoio popular. As associações comunitárias são na maioria das vezes os canais de um comércio político e um exemplo maior no caso de Caxias é a trajetória política de Paulo Marinho, eleito prefeito de Caxias em 92 e deputado federal com dois mandatos, com base no atrelamento de várias associações comunitárias de Caxias e região, incluindo aí a relação com a Aliança Classista.

Paulo Marinho mudou-se para Caxias no final da década de 80, de onde diz ser filho. Candidatou-se a prefeito no pleito de 1988 e teve sua candidatura nula pela Justiça Eleitoral. Pregou o voto "x" e conseguiu o apoio da maioria do eleitorado caxiense, de certa forma contribuindo com a eleição do candidato das forças políticas de direita, Sebastião Lopes de Souza, que foi posteriormente substituído por um interventor em função de desvio de recursos públicos. Em 90 Paulo Marinho elegeu-se deputado federal e em 92 candidatou-se novamente a prefeito e foi eleito. Em 96 conseguiu eleger seu sucessor, Ezíquio Barros, o qual foi cassado por desvio de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, por força de um vigoroso movimento de pressão popular. Em 1998 ele foi reeleito deputado federal e em 2000 garantiu a eleição de sua esposa, Márcia Marinho, para prefeita de Caxias, e esta já está respondendo a uma CPI na Câmara por desvio de recursos do SUS. Paulo Marinho responde a vários processos e suas contas, quando prefeito, não foram aprovados nem pela Câmara nem pelo Tribunal de Contas do Estado. O resgate desta trajetória deve-se à necessidade de situar Paulo Marinho como um dos políticos tradicionais com os quais a Aliança Classista mantém uma relação bastante próxima, razão pela qual ela não esteve atuante no movimento de pressão popular pela derrubada do prefeito que era seu apadrinhado político.

Foto: Arquivo EQUIP

Formato organizacional

O formato organizacional da Aliança Democrática Classista de Caxias e Alto Parnaíba é idêntico às diversos entidades do movimento social popular: Assembléia geral, Diretoria e Conselho fiscal, à exceção de dois cargos administrativos: um diretor social e um porta-voz. Ao primeiro compete elaborar o diário de um plano de comemoração de datas cívicas, culturais e religiosas e de todas as atividades recreativas; ao segundo, cabe representar a entidade onde se fizer necessário, independente de autorização da diretoria. A diretoria é composta também por um orador oficial e em bibliotecário. Compete ao orador oficial falar em nome da Aliança em reuniões em que estiver presente; ao bibliotecário compete ter em seu poder todo o acervo cultural da entidade. O mandato da diretoria foi de dois anos inicialmente e posteriormente alterado para três anos (Doc. 04 e Doc. 32).



Apesar destes dados, entrevistados fazem afirmações bastante contraditórias sobre o formato da Aliança, que nos levam a pensar que o seu funcionamento é bastante precário, por exemplo:

"A Aliança tem formato organizacional colegiado porque a diretoria é formada por membros de cada Associação filiada" (Ent. 02).

"Tem ainda um formato presidencialista, ou seja, o presidente é apenas o cabeça, mas não resolve os problemas sozinho, precisa ter o aval da diretoria e das entidades filiadas" (Ent. 02)

Fausto Neto (1991) comenta que, naquela época, não deu a devida atenção para o fato de que as intervenções estatais predominantes durante o período do governo Sarney tenderam a fragmentar enormemente os formatos organizativos dos movimentos, mas a pesquisa sobre a Aliança Classista demonstra o peso social destas intervenções. Uma organização como a Aliança, criada sob a idéia de congregar todas as associações comunitárias de uma região, desconhece qualquer perspectiva de luta, de direitos e de reivindicações, e organiza-se e atua na sociedade baseada em relações de compadrio político, e tem como momento forte de participação um festejo religioso.

Uma organização como a Aliança, criada sob a idéia de congregar todas as associações comunitárias de uma região, desconhece qualquer perspectiva de luta, de direitos e de reivindicações...

Alguns dos sócios da Aliança falaram, em seus depoimentos, sobre a sustentação da entidade:

"O movimento se sustenta em parte com ajuda de políticos e também com recursos próprios dos associados, esse último é o principal. A entidade faz balanços mensais, mas poucas pessoas têm conhecimento destes balanços, o que se arrecada durante os festejos de São Judas Tadeu é distribuído na vizinhança" (Ent. 01).

"A sustentação do nosso movimento é um tipo pessoal, quando há necessidade de se fazer alguma coisa a gente se reúne e vê o que está precisando e se faz uma coleta. O Estatuto diz que os sócios têm que pagar uma taxa X e eu não me recordo se isso já foi cumprido" (Ent. 02)

"A sustentação é através das pequenas contribuições, que a gente faz, até, muitas vezes, sacrificando o próprio bolso, a boca dos nossos filhos, para ter o movimento ainda vivo" (Ent. 04)).

Uma vez que a maioria dos recursos é oriunda dos sócios, segundo os depoimentos da diretoria, especialmente arrecadados durante os festejos de São Judas Tadeu, é estranho que não sejam realizadas assembléias gerais para prestação de contas.

É claro que a organização interna dos movimentos não é um problema apenas da Aliança Classista, mas nesta organização, este não-funcionamento democrático ganha destaque como reforço à concepção de ação política que lhe inspira. Sobre a situação dos movimentos, Santos (1984, p.115) constata que:

"Quando os Movimentos conseguem se manter são submetidos à rotina. Há reuniões, hierarquia para se manifestar, precedências, modos adequados para agir... Para lidar com as burocracias externas, as associações começam a se burocratizar internamente, a se comprometerem, prioritariamente, com a própria preservação. Não é raro que o desenvolvimento da história dos movimentos fique parecendo o seu desvirtuamento".

Para constatar melhor a burocracia interna da Aliança, é importante ressaltar que a direção, desde a sua fundação, em 1987, permanece com uma única pessoa como presidente. Ele sempre se encontra na sede, não sendo observada a presença dos demais diretores, o que leva a crer que existe uma centralização de poder na pessoa do presidente.

Parceria e participação em Conselhos

As entrevistas esclarecem bem a trajetória da Aliança no que diz respeito a suas relações de parceria e sua participação em conselhos. Ela participa do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente e, nesta qualidade, acompanhou recentemente o processo de eleição do Conselho Tutelar. Naquela oportunidade, a Aliança aliou-se a políticos e garantiu a eleição do seu presidente a conselheiro tutelar.

Em relação a parcerias, há controvérsias nas entrevistas. Uns dizem que a Aliança tem parcerias com órgãos públicos, outros dizem que não tem. Talvez o que esteja em questão seja o entendimento sobre parceria, que não parece ser compartilhado entre os diretores. A única parceria que pude constatar foi a que existe com a Prefeitura Municipal de Caxias para manutenção da Escola Comunitária, que funciona nas dependências da sede da Associação de Moradores do bairro Ponte, que também abriga a Aliança Classista. A estrutura da Escola, a merenda e o salário dos professores são pagos pela Prefeitura.

Bandeiras da Aliança

A Aliança, conforme já destacado, não se organiza em torno de reivindicações coletivas e lutas sociais. Consegue alguns benefícios a partir de articulações com parlamentares e secretarias de Estado. Neste sentido, é interessante observar a fala de seus dirigentes sobre a sua atuação política:

"A Aliança pretende fazer com que os povos se unam em torno do bem-estar social humanitário, e defender a qualquer custo, as entidades filiadas e ela mesma, a própria cidade, o povo e a comunidade e todo o contexto, até alcançar a vitória de seus pensamentos e fazer com que as entidades filiadas procurem descobrir seu papel, seu dever e suas obrigações (Ent 02).

"O lado político da Aliança é um fracasso, porque ela não se envolve na política partidária, apesar de se empenhar no sentido de conseguir, de todas as maneiras, algo melhor para a comunidade" (Ent. 01)

Para analisar este depoimento, é interessante ver o que disse Hall (19) sobre a cultura dos movimentos sociais: "Os Movimentos Sociais são uma arena cultural para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática".

A Aliança, entretanto, possui algumas "bandeiras", isto é, reivindicações que mobilizam o esforço de seus diretores para sua concretização, dentre as quais destacamos, com base em seus documentos e nas entrevistas:

Casa do Trabalhador Caxiense: proposta de criação de um centro social para aglutinar as entidades filiadas à Aliança em atividades mais amplas. No final dos anos 80, esta foi a mais forte bandeira da Aliança. Com base nisso, houve a mobilização das entidades associadas que seguiram de ônibus até São Luís, capital do Estado, para entregar documento contendo "abaixo-assinados" ao governador do Estado. Apesar disso, não conseguiram o que almejavam.

- Enfrentamento à Pobreza: projeto da Aliança que visa paliar a pobreza em Caxias e região, e, especialmente, no bairro Ponte. Este projeto foi conseguido através de um convênio com a Secretaria de Assistência Social do Estado, e está em funcionamento até hoje.
- Quadra de Futebol: a intenção da Aliança era construir um espaço de esporte e lazer para a juventude, mas o plano não se viabilizou em função da falta de apoio governamental.

- Posto Policial: A proposta surgiu como meio de combate à violência. Foi negociada com a Secretaria de Segurança e está em funcionamento.
- Sorveteria: um plano para viabilizar recursos financeiros para a entidade, mas que ainda não foi posto em prática.
- Capela de São Judas Tadeu: foi construída para servir de local de culto, apesar de algumas polêmicas com a Igreja Católica à época.

Estas reivindicações e projetos, articulados através da pessoa do presidente da entidade, trouxeram alguns benefícios para a comunidade, mas não impulsionaram um movimento social. Em artigo escrito em 1979, Machado de Zicardi (1983, p. 20) alertava para a falta de clareza dos movimentos sociais urbanos: “A mera existência formal de uma organização não garante a existência de um verdadeiro movimento social.” Com efeito, há muitas associações dedicadas a práticas assistencialistas e burocráticas que, obviamente, não têm nenhum compromisso com o projeto de mudança, ou mesmo com a consecução de objetivos coletivos mais limitados, estando, portanto, mais próximas da idéia de paralisação que de movimento. Durante a pesquisa, percebi que este é o caso da Aliança Classista, que fechou-se em si mesma, e não produz movimento social, no sentido clássico, historicamente construído pelas massas organizadas em mobilizações reivindicatórias e propositivas.

Foto: Arquivo EQUIP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da linha assistencialista, e da Aliança Classista parecer ter uma relação com os políticos tradicionais, verifiquei durante o processo da pesquisa que existe um outro público no seu quadro de sócios: muitos trabalhadores urbanos e rurais, que são a razão de ser desta entidade comunitária, mas que fazendo parte do quadro social da entidade, apesar de não manterem estas relações políticas, aceitam a mesma linha de atuação, ora por necessidade de sobrevivência, ora por falta de formação sobre a realidade municipal, estadual e nacional, contribuindo assim, com a alienação e aceitação do sistema capitalista que exclui e oprime e não dá condições dignas de vida a população pobre.



Aliança Classista não cumpre os objetivos definidos no seu Estatuto referentes à formação dos seus sócios. Vejamos o que diz o Estatuto: Instituir um centro de divulgação reunindo e disseminando informações entre seus filiados; participar de congressos, simpósios e cursos, manter publicação de boletins informativos. Se a Aliança Democrática Classista de Caxias e Alto Parnaíba executasse os três compromissos referentes à formação e conscientização dos seus sócios, com certeza as 47 entidades de Caxias e região, localizadas em 21 municípios maranhenses filiadas à Aliança, já tinham consciência política para lutar por dias melhores na busca de sonhos, como está escrito nos propósitos da Aliança.

SOCIEDADE NEGRA QUILOMBOLA DE CAXIAS - SNQC

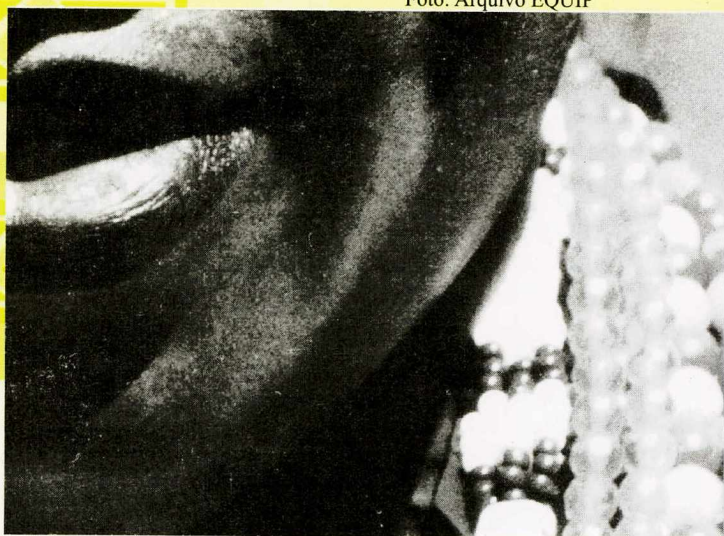
Um movimento de Luta

Eulina Moraes da Silva

Foto: Arquivo EQUIP

Introdução

Este texto fala de um Movimento Social Popular que, através desta pesquisa, contou sua história. Acredito que ele irá ser bem apreciado, ser lido por muita gente de Caxias do Maranhão, do Nordeste e, porque não, do Brasil. Sabem por quê? Porquê ao longo dos meus vinte e dois anos de lutas e experiências junto aos movimentos sociais populares de município de Caxias (Maranhão) vivi um dos momentos mais gratificantes de toda a minha vida. E este momento iniciou há mais de um ano, quando fui escolhida pelo núcleo da Rede de Educadores Populares do Maranhão para ser uma, dentre as nove pessoas do nordeste,



para realizar esta pesquisa qualitativa promovida pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP em parceria com a Rede de Educadores Populares do Nordeste. Agradeço à Equip e à Rede esta oportunidade, mas, em especial agradeço à Sociedade Negra Quilombola pelo apoio, atenção e colaboração que me deram para o enriquecimento desta pesquisa. Ao mesmo tempo, parabeno a Sociedade Negra pelo compromisso político na defesa de nossa raça negra.

No Maranhão, especialmente em Caxias, foram pesquisados dois movimentos sociais populares: a Sociedade Negra Quilombola de Caxias - SNQC e a Aliança Democrática Classista de Caxias e Alto Parnaíba. A área do alto Paranaíba fica localizada ao norte do Maranhão, extremo ao Rio Parnaíba, rio que separa o Maranhão do Piauí. Neste texto exponho a reflexão sobre um dos movimentos pesquisados. Para desenvolver isso utilizarei dados construídos a partir da pesquisa documental e das entrevistas sobre a criação e organização da SNQC.

Surgimento da Sociedade Negra

Uma das organizações populares do município de Caxias, no Maranhão, que surgiu na década de 1990, é a Sociedade Negra Quilombola de Caxias SNQC. Ela foi criada em janeiro de 1995, pelo grupo de Estudos Independente da Cultura Negra de Caxias, grupo que existia desde 1993 com a participação de 15 pessoas que realizavam estudos sobre o negro no contexto local, estadual e nacional e informavam a comunidade caxiense sobre a situação de exclusão social em que viviam os negros desde a colonização brasileira.

No início, este grupo usava como veículos de comunicação panfletos e intervenções nos espaços das celebrações eucarísticas da Igreja Católica (doc. 01). Por não se conformarem com a discriminação racial, resolveram reunir no dia 23 de julho de 1995, juntamente com pessoas de

outros movimentos¹⁾ e pastorais, para discutir uma melhor organização e escolher uma nova nomenclatura para a organização. Nesta ocasião diversas propostas de nomes foram apresentadas, sendo aprovado o nome de Sociedade Negra Quilombola de Caxias, e em seguida, foram eleitos os primeiros coordenadores da Entidade com o compromisso de elaborar a proposta de estatuto, convocar a primeira Assembléia Geral para aprová-lo e, em seguida registrar em Cartório (doc. 03). Podemos afirmar, então, que a SNQC, enquanto movimento, existe desde 1993, e que começa a sua vida institucional em 1995. Todos estes compromissos foram cumpridos pela coordenação recém-eleita, e a SNQC passou a ser uma entidade que nasceu com uma diretoria para um mandato de 2 anos.

Sobre o início das discussões para a criação da Sociedade Negra Quilombola de Caxias, destacam-se o depoimento de dois sócios fundadores do SNQC - o secretário de formação e o atual presidente:

"A sociedade Negra Quilombola de Caxias, nasceu pelo simples fato dos negros serem discriminados e viverem no Brasil, sendo uma raça que não tendo certo conhecimento. Embora sejam a maioria. Se juntaram para crescer mais e contribuir com as pessoas oprimidas" (Ent. 02).

"A SNQC, nasceu pelo simples fato de que nós os negros hoje precisamos ter um certo conhecimento de nossa origem e nós somos muito discriminados, nós achamos muito necessário um movimento como este, pra lutar pelos nossos direitos" (Ent. - checar Francisco Pereira Rocha)

A Sociedade Quilombola, conforme seus documentos, é uma organização autônoma, que congrega pessoas sem distinção de credo ou corrente de pensamento. A sua arrecadação financeira é aplicada integralmente em suas próprias realizações (doc. 12). O financiamento de suas atividades é feito através da colaboração dos sócios e realização de promoções. A SNQC, tem uma atuação para dentro em termo de organização e formação de seus sócios e para fora com as manifestações de suas posições e reivindicações dos direitos dos negros. Seu formato organizacional inclui o presidencialismo, mas percebemos um destaque entre as secretaria, a Secretaria de Formação, que tem como função elaborar e executar o plano de trabalho de formação da entidade (doc. 12). Suas instâncias diretivas são: assembléia geral, diretoria e conselho fiscal. Seus integrantes criaram um grupo de tambor de crioula e uma biblioteca, denominada Zumbi dos Palmares, com um importante acervo de livros sobre a história dos negros no Brasil. Este acervo é utilizada para pesquisas por várias escolas do ensino fundamental e secundário, e inclusive por universitários de Caxias e Teresina (doc. 07).

Sobre a existência, no modelo organizacional, do cargo de presidente, há controvérsias no interior da organização. Merecem destaque duas falas de membros da Sociedade:

"Quando se fala em 'presidente', existe aquele alter-ego, por que a pessoa ocupa o cargo mais alto da entidade".

"No formato presidencialista, o presidente quer ser o rei de todos, quer ser maior que todos".

Embora existam estas controvérsias, os próprios entrevistados, que são participantes ativos da Sociedade, consideram que a SNQC foi uma das propostas mais positivas surgidas até então, pois apesar das articulações de vários outros segmentos sociais durante a década de 80 no município de Caxias, o movimento negro ainda não tinha sua presença municipal.

Apesar de ser importante o surgimento da SNQC, ela tem passado por muitas dificuldades para se consolidar. Em parte isso se deve a forma como a entidade foi constituída: um grupo de pessoas idealizou e repassou para o conjunto a idéia da Sociedade e essa forma é muito difícil de ser implementada. É diferente quando a coisa nasce da base e segue de forma mais organizada.

¹ - Duas outras organizações são citadas: Cooperativa Florescente de Caxias - COOFAC e Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antonio Genésio - CDDHAG.

Este parece ter sido, dentre outros, um dos problemas para a viabilização organizativa consistente da SNQC. Como diz Chauí (1982, p.115) "pouco se tem avançado na concepção e discussão de formas organizacionais e processos decisórios alternativos capazes de evitar o autoritarismos, o elitismo e a burocratização". Não implica dizer que o presidencialismo gere, necessariamente, estes vícios predominantes da cultura tradicional, mas a presença deste cargo, e as críticas feitas a isso, indicam os problemas de organização que perpassam as entidades populares.

A SNQC já tem 7 anos. Funciona desde sua fundação nas dependências do Centro de Cultura Acadêmico, um local de eventos, situado no centro da cidade, cedido pela Prefeitura Municipal de Caxias. A sede funciona através de rodízio voluntário de sócios. A ação voluntária, antes de tudo, é orientada para a busca de objetivos comuns aos que dela participam, podendo, entretanto permanecer no seu interior, uma multiplicidade de objetivos individuais ou dos subgrupos.

Existe, na ação militante voluntária, uma função de mudança que me parece necessário distinguir em dois aspectos. O primeiro é o da inovação, criando formas para que a entidade funcione e viabilize seus objetivos. O segundo, refere-se a uma função profética, ao anúncio que algo novo é possível. Os militantes acreditam na possibilidade concreta de mudanças em Caxias, no Brasil e no mundo. E, assim fazendo, desafiam o sonho e convidam para a mudança e para a responsabilidade. A ação voluntária é um componente vital do processo de renovação da sociedade civil e de reforçar a solidariedade.

Identidade negra

O movimento negro, a SNQC, é o movimento mais diversificado que existe em Caxias. Tem participantes de grupos de capoeira, de umbanda, tambor de crioula. Este movimento possui mais portas de entrada à participação do que qualquer outro movimento na cidade. Como falou o secretário de formação "muitas pessoas acham que

umbanda é coisa do mal é coisa satânica, mas a umbanda é o povo resgatando sua história, sua cultura através de suas danças e crendices" (Ent 01).

Como disse Cardoso (1987, p.85), falando das manifestações organizativas dos negros: "Começa aqui a fase concreta da subversão negra no, exato momento em que o negro se faz reconhecer enquanto indivíduo inteiro sem se despojar da sua condição étnica ou cultural, e assim tal qual ele é, provocar mudanças reais nas estruturas sociais e na cultura brasileira".

O reconhecimento da condição de herói de Zumbi, o subversivo negro por excelência e a recuperação parcial da multiplicidade humana das imagens dos negros, refletem um momento sintético e único na história do Brasil. É o momento da legitimação das lutas anti-racistas, que remontam desde a fase abolicionista. Mais do que isto, legitimam o próprio negro, enquanto sujeito e agente da luta pela cidadania, ou seja, um indivíduo que não precisa despojar-se de sua condição racial, de sua história "nacional", nem de suas tradições culturais, para aspirar a direitos na sociedade (Moura apud Silva, 2002).

Sobre isso, os membros da SNQC comentam:

"Nós sabemos que a invasão desse país (Brasil) é uma coisa incrível desde a sua colonização. Os invasores vindos de fora e de dentro do Brasil continuam até hoje massacrando, tirando o direito do negro ser pessoa humana, ser gente, daí a necessidade de se resgatar a origem do negro e

A sociedade Negra Quilombola de Caxias, nasceu pelo simples fato dos negros serem discriminados e viverem no Brasil, sendo uma raça que não tendo certo conhecimento. Embora sejam a maioria.

integrá-lo na sociedade como um todo” (Ent 01).

“A SNQC aceita no seu quadro de sócios todas as pessoas que aceitam a sua negritude” (Ent. 01).

“Nossa luta é difícil porque o sistema capitalista mata, oprime, tira a nossa esperança esperança onde o negro possa ter uma vida melhor” (Ent. 01).

O propósito da SNQC, desde a sua origem, é lutar contra a discriminação racial e contribuir com a defesa das *terras dos pretos*², quilombolas, e a integração na Sociedade como um todo (Ent. 05). No município de Caxias existem muitas áreas de *terras de pretos* e, nelas, a SNQC prioriza a formação política, no sentido de formar o negro como cidadão, para que eles lutem por seus direitos e para melhorar a sociedade brasileira. A SNQC realiza encontros nas comunidades negras rurais para discutir a questão fundiária, *cursos de formação política* para seus associados, pesquisa antropológica sobre as terras de preto³, objetivando a legalização das mesmas.

Os dados coletados mostram que a SNQC, tem uma razoável atuação militante, isto é, a participação se dá através do trabalho voluntário de pessoas que tem motivação para a causa negra; mas indicam também que a entidade está priorizando a sua auto-organização. Destacam-se os núcleos nos povoados e a filiação de novas pessoas, ampliando assim, a luta em defesa das terras dos pretos e da qualidade de vida dos quilombolas.

Vejamos o que dizem sobre isso alguns entrevistados:

“A gente faz reuniões, discute a importância do movimento negro daí a gente consegue filiar novos companheiros, fazemos visitas, tentando encontrar as áreas de Quilombo para criar novas associações. Estamos rastreando o povo, buscando discutir a história de nossos antepassados e com isso, estamos encontrando novos documentos de terras de pretos. No povoado Engenho D'água e no Bom Princípio, 2º distrito de Caxias, já estamos elaborando um projeto popular nestas comunidades, projeto este de fundação de escolas, e já estamos na briga com a prefeitura de Caxias pra gente garantir a viabilização deste projeto” (Ent. 02).

“Como resultado a gente destaca, hoje, a questão dos núcleos dos interiores, quando a gente iniciou, era só na cidade. A gente já faz levantamento das terras de quilombo que estão em processo de desapropriação para integrar aos seus legítimos donos. A SNQC está inserida neste contexto fazendo este trabalho em conjunto com outras entidades afins” (Ent. 05).

Movimento de luta

Outros elementos presentes nos documentos e nas entrevistas da SNQC que merecem destaque são as variações de formas como esta entidade se auto-identifica. Às vezes definiu-se como movimento negro e movimento social, às vezes como sociedade civil, sem precisar qual seria a diferença. Também se verifica um sentimento de fazer parte de um movimento maior, que é compreensivo já que a Sociedade Negra é filiada a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - ACONERUC e se identifica como movimento negro. Esta associação é organizada em todo o Estado do Maranhão e tem uma ligação de parceria forte com o Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN. Estas duas entidades também se auto-identificam como sendo do Movimento Negro.

A SNQC tem relações próximas também com outras entidades na área de direitos humanos (CDDHAG e SMDH), mas seus participantes não falam dela como sendo uma entidade do movimento de direitos humanos, e sim do movimento negro, uma vez que seu objetivo central é

²- Terras de Preto é a designação utilizada por estudiosos e pelo movimento negro para fazer referência aos territórios rurais ocupados por populações negras, em geral remanescentes de quilombos.

³- Estas pesquisas, em cartórios e de história oral, permitem apresentar um laudo antropológico necessário ao processo de legalização das terras. Elas são feitas através da parceria da SNQC com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH e Centro de Cultura Negra - CCN, que viabilizam o projeto Vida de Negro - PVN.

congregar o povo negro e organizá-los na luta por seus direitos. Essa identidade negra é o que prevalece na SNRQ, mas isso não a impede de realizar ações conjuntas com várias outras organizações de movimentos sociais.

"Fazemos parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, com o CCN, com Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a ACONERUC, e com outras entidades que tem o mesmo objetivo, para que possamos buscar resultados positivos" (Ent. 02).

Em 1998, a SNQC, realizou em parceria com entidades afins várias atividades em comemoração aos 300 anos de Zumbi (Doc. 04)). Em 2001, a comemoração foi promovida pela CCN e SNQC, a XXII Semana do Negro no Maranhão (Doc 33) e foi feito o lançamento da revista "Negro Cosme e a Guerra da Balaiada no Maranhão" (Doc. 34).

Desde este período a Sociedade Negra vem lutando pela desapropriação das terras de preto no município de Caxias. Em 1998 também a SNQC participou do II Encontro das Comunidades Negras Rurais, realizado em Caxias MA, que discutiu a chegada dos negros ao nosso país; a questão fundiária da terra, alimentação alternativa e no qual foi feita a inauguração da Biblioteca Zumbi dos Palmares. Este ano foi marcado por palestras nos povoados e bairros de Caxias, onde tratavam do assunto terras de pretos e sobre a situação da saúde pública, segurança, do racismo e da prostituição infantil. Também foram realizados cursos sobre gerenciamento e cooperativismo nas Associações de comunidades quilombolas, nas terras de pretos (Doc 06).

"O resultado de toda esta luta foi a legalização de algumas áreas de comunidades quilombolas; a conquista de quatro escolas na zona rural e, principalmente, a conscientização dos associados" (Ent. 02).

As pessoas que integram o quadro social da SNQC aceitam a sua negritude, no sentido total do negro como cidadão. A sua principal bandeira de luta é resgatar a sua origem e se integrar na sociedade como um todo (Ent. 01). A maior motivação coletiva da Entidade é sua visão crítica e política, com uma postura na defesa dos direitos sociais, de forma transparente e democrática, tentando eliminar a figura de qualquer "cacique", aquele que manda e detém o poder (Ent. 01).

As falas dos entrevistados da Sociedade Negra Quilombola de Caxias demonstram um processo de identificação com a causa negra e apontam como ela vai, em certos tempos se tornando central na vida de cada um e, em outros, sendo deslocada momentaneamente⁴, em função de outras necessidades. Assim é que a questão mulheres, arte e cultura, educação, terra entram em pauta da SNQC e vão se construindo enquanto parte desta história de organização dos negros em Caxias.

"A luta principal da SNQC é a luta pela terra é também pela educação. Já foram conquistadas 4 escolas nas áreas dos pretos e conseguimos que até os professores fossem pessoas negras, que assumem sua negritude, e até os idosos de 60 anos já sabem ler e escrever" (Ent. 02)

"A sociedade negra é muito importante, porque luta pela terra, pela dignidade, pela melhoria de vida para todos os povos e ainda combate o racismo" (Ent. 06).

"O movimento negro luta por uma sociedade justa para toda sociedade e particularmente para os negros, para o povo carente os menos favorecidos" (Ent. 04).

"A Sociedade Negra Quilombola de Caxias tem um bom número de mulheres, na tesouraria, na secretaria, no Conselho Fiscal. A SNQC tem outras pessoas de vários segmentos na direção, como pessoas de umbanda, jovens, aposentados(as), pessoas evangélicas, então a SNQC é completa de seguidores, seja na direção ou na sua base" (Ent.02).

⁴- Inspirada em Silva, 2002.

"Olha, as mulheres tem participação ativa, sobre tudo nos grupos do interior, a SNQC discute a questão de gênero com as quebradeiras de coco. Esta temática gênero é bastante discutida e pouco entendida. Quando se fala em gênero é subentendido como macho e fêmea, mas o caminho é outro, é um debate bastante amplo, que a gente precisa está discutindo no dia-a-dia" (Ent. 03).

Estes depoimentos demonstram que outras questões entram na pauta da SNQC, mas que, efetivamente, nem todas tem a mesma relevância para ser tratado como assunto geral. As relações de gênero, por exemplo, parece ainda ser uma preocupação prioritária das mulheres, apesar de ser notável a participação ativa das mulheres, tanto as urbanas quanto as rurais. Mas, apesar disso, detecta-se que:

"Existe um machismo muito grande dentro da SNQC. A maioria são homens, talvez esta situação contribui com a desorganização interna da entidade, inclusive a desativação da Biblioteca Zumbi dos Palmares. Existem atitudes de intolerância, divergências entre os homens e as mulheres e entre a direção anterior com a atual. Eles dizem que a atual direção é muito fechada, por isso, há necessidade de uma auto-reflexão crítica e política para que os propósitos da SNQC sejam alcançados, já que dados essas divergências fez com que materiais importantes sumissem da sede sem que ninguém se responsabilizasse pelo desaparecimento, a exemplo de relatórios, fotos, materiais culturais de muitas atividades realizadas entre 1996 a 1998 que não se tem conhecimento do destino destes documentos" (Ent. 06)

Estes conflitos de relação de poder no interior da entidade, por um lado, podem bem dizer respeito justamente aos deslocamentos de identidade que ocorrem durante o processo organizativo do grupo, mas não são suficientes para negar um pertencimento a uma identificação mais geral como movimento negro. Por outro lado, significam também que a organização interna historicamente possível apresenta muitas lacunas que geram insatisfações entre seus membros.

Melucci (1995) afirma que identidade coletiva é o processo de construção de sistema de ação, sendo este processo interativo e compartilhado produzidos por muitos indivíduos ou grupos. Identidade coletiva requer um certo grau de investimento emocional, no qual os indivíduos sintam-se, eles próprios, parte de uma unidade comum (Melucci, 1995: 44,45). A identidade coletiva é também um processo de aprendizagem do sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas, dos movimentos. Este processo é histórico e tem caráter público, pois os atores coletivos tem sempre uma identidade pública (Melucci, 1994 b).

Neste sentido vale afirmar a SNQC como um movimento social, um agrupamento com identidade coletiva que atua no cenário público no sentido das mudanças, pois, como afirma Silva (2002), os movimentos sociais são processos de grupalização e manifestações, que podem ser momentâneos na vida de uma pessoa, ou predominantes, mas que tem forte poder motivador. A motivação em geral, parte da percepção de problemas e da criação de um sentido de capacidade de transformação por parte do grupo que se aglutina. No caso das entidades e processos mobilizatórios reconhecidos como movimento negro, a questão da identidade étnica parece ser o elemento mais forte de estímulo a participação. Veja como esta questão se apresenta nos seguintes depoimentos:

"A minha maior motivação foi exatamente a consciência que tomei de que era necessário buscar a minha identidade de negro, a gente tenta entender isso no contexto da globalização e vê que em tudo que se insere o negro ele é o menor favorecido nesta sociedade" (Ent. 05)

"Eles dizem que a melhor coisa nas suas vidas foi participar do movimento negro, porque antes se sentiam discriminados e hoje já sabem que para combater a discriminação tem que formar a frente do movimento e buscar mais conhecimentos, correr atrás da educação e, assim, mais pessoas fazem parte da SNQC".

"A minha motivação se renova por que eu acredito no movimento negro, sei que a gente junto pode acabar com este racismo" (Ent 06).

Estamos nos adaptando as novas estruturas dentro do contexto do mundo globalizado. Fortalecendo a nossa liberdade, isto é, a liberdade do negro com cidadão(a), na linha da organização da formação e da conscientização" (Ent. 05)

Nestes depoimentos estão expressos a ação e o conhecimento dos entrevistados sobre sua própria identidade e do seu movimento. A idéia de que assumir a sua negritude é uma ação fundamental para sua identidade, mas que não recusa, muito pelo contrário, outros elementos constitutivos e, que, em certos momentos podem vir a se complementar como a participação da mulher. A noção de mudanças no plano local e global e o sonho de construção de uma sociedade como um lugar que se possa ser feliz, também estão presentes nas entrevistas. Todos estes elementos fazem parte do que foi elaborado por Sader, como sendo a identidade dos movimentos sociais no sentido mais amplo.

Foto: Paulo Lopes



Nos documentos da SNQC pode se perceber que práticas que já foram detectadas por vários estudiosos dos novos movimentos sociais também estiveram presentes no seu processo de formação, sejam as práticas ligadas à tradição da educação popular de troca de experiências, sejam aquelas ligadas à centralização e a disputa de poder no interior das entidades.

"No início da organização da SNQC existia uma prática muito interessante que eram as reuniões de estudo quinzenalmente. Nessas reuniões se tinha a possibilidade de

entender o processo de discriminação, de racismo... Os estudos eram feitos através de textos, informações sobre a situação do negro em Caxias, no Brasil, no resto do mundo, onde se fazia uma didática chamada linha do tempo. Era o momento oportuno onde passavam as experiências de discriminação que os negros sofriam, a situação de vida com relação a origem... Porque a maioria dos sócios são pessoas pobres e analfabetos. Tudo isso servia de fortalecimento pra Sociedade Negra trabalhar outras prioridades, para alcançar a liberdade" (Ent 01).

Resultados e dificuldades

A SNQC enfrenta várias dificuldades para seguir atuando no Movimento Negro em Caxias. Isso se deve tanto aos problemas financeiros como de elaboração políticas e, mais ainda, são decorrentes das condições de vida dos seus associados. Os depoimentos que seguem demonstram alguns elementos desta situação:

"A maior dificuldade que nós encontramos é a dificuldade financeira e por causa disto não conseguimos ainda atingir todo o município de Caxias. Sempre quando a SNQC faz visitas aos povoados, recebe colaboração (assessoria e financeira) do CDDHAG, que é o nosso parceiro número um. O município de Caxias é muito grande e tem muitas terras de pretos Quilombolas. Estamos nos arrastando para poder garantir as visitas nas comunidades" (Ent. 02).

"Um outro problema sério que a SNQC enfrenta é a pouca leitura e o analfabetismo da maioria dos seus membros. O analfabetismo dificulta a nossa elaboração de propostas junto ao governo municipal, apesar disto chegaremos lá onde queremos porque temos a colaboração dos nossos parceiros... Mas com certeza temos conseguido negociar com o poder executivo a implantação de políticas públicas nas terras de pretos como postos de saúde, escolas, transporte..." (Ent. 01)

Esta situação difícil em que vive a SNQC faz levantar algumas problematizações e possibilidades. A SNQC não se reúne com as entidades parceiras para desencadear algumas ações mas não para pensar uma proposta de sustentação financeira, para depois reunir com os seus sócios para analisar, complementar, aprovar ou desaprovar as propostas. Apesar disso o trabalho que a SNQC realiza em busca de uma educação digna, partindo da alfabetização de jovens e adultos, nas terras de preto, tem demonstrado a sua eficiência, nas parcerias com entidades afins, e na negociação com o poder público, para a implementação de seus projetos.

Por fim, a SNQC, apesar dos problemas existentes no dia-a-dia da luta, assenta-se numa linha transformadora de mentes e de espírito, e de luta por mudanças sociais. Posso afirmar isso porque a SNQC prioriza no seu cotidiano a formação política dos seus sócios; a negociação de suas propostas com o Estado objetivando a melhoria da qualidade de vida dos Quilombolas do município de Caxias e do Brasil.

Este trabalho que a SNQC vem desenvolvendo tem dados vários resultados que vão desde a auto-valorização dos negros, a sua aglutinação e presença pública organizada, até a conquista de direitos, para os quais a ação articulada da Sociedade tem sido fundamental como a legalização das terras das comunidades quilombolas, as escolas nos povoados, o acesso ao conhecimento sobre a história e a situação dos negros...Mas tudo isso é apenas a retomada de uma grande jornada iniciada, em Caxias, pelo Negro Cosme, na guerra da Balaiada.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- EMIR, SADER.** Movimentos Sociais na Transição da Democracia São Paulo: Cortez: 1987.
- MULUCCI, Alberto.** A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas. Petrópolis, R.J: Vozes, 2001.
- SILVA, Carmen Silvia Maria.** O Campo Político dos Movimentos Sociais: As Fronteiras Entre Movimento e Organização no Centro de Cultura Negra. Mestrado de Políticas Públicas -UFMA, São Luís MA. 2001 (dissertação).
- CARVALHO, Maria do Carmo A. de Albuquerque e ALMEIDA, Paulo Roberto.** Por uma Central dos Movimentos Populares. In: Revista de Cultura Vozes, ano 85, vol. 85, Petrópolis, RJ, Vozes, nov/dez de 1991.
- GOHN, Maria de Glória.** Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos: São Paulo, Edições Loyola, 1997.
- PAULINO, Sandra e SLAES, Gilberto.** Assessoria de Quilombos. Centro de Direitos Humanos Pe. Chico.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

- 01- José de Ribamar Ramos Costa (Zeca) - Secretário de Formação da SNQC
- 02- Francisco Pereira Rocha Presidente da SNQC
- 03- Raimundo Zequinha - Membro do Conselho Fiscal da SNQC
- 04- Silvestre Rosa de Andrade - Tesoureiro da SNQC
- 05- Iriomar José Ramos de Souza - Sócio fundador da SNQC
- 06- Antonia Maria do Nascimento (Nelinha) -Sócia da SNQC e tesoureira da Associação de produtores na agricultura familiar do Centro do Teodoro (comunidade quilombola filiada a SNQC)

O CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO - CCN

Carmen Silvia Maria da Silva

500 Anos de História:
Cenário da Trajetória
de uma Luta para a
afirmação Étnica

Em 2000, comemorou-se a passagem dos 500 anos do descobrimento do Brasil. O governo federal investiu de todas as formas para tornar aquele momento festivo, com a idéia de haver uma certa unidade nacional em torno das comemorações. Apesar dos filmes publicitários e da presença da Igreja Católica, a imagem que ficou para os brasileiros e para o mundo foi, por um lado, o fiasco da construção da réplica da nau capitânia e, por outro, o massacre dos índios que pacificamente manifestavam-se durante o principal evento da *festa nacional*.

Em todos os Estados, as *entidades de Movimentos Sociais*, populares, estudantis, sindicais, pastorais sociais da Igreja Católica e partidos de esquerda, organizaram-se em Comitês para impulsionar o debate sobre uma visão alternativa à oficial sobre os 500 anos do Brasil. Em São Luís, Maranhão, este Movimento foi organizado no Comitê *Outros 500*. Esses Comitês, que variaram de nome em alguns lugares, organizaram denúncias públicas contra as comemorações oficiais, protestaram contra a situação atual de negros e índios no Brasil e foram às ruas demonstrar seu descontentamento. No Maranhão, ocorreram inúmeras reuniões, panfletos produzidos, debates realizadas e uma grande concentração de pessoas que saiu em passeata do bairro do João Paulo, em frente ao quartel do exército, até a praça Maria José Aragão, na avenida Beira Mar, com muita música e discursos de militantes de diversas organizações. Um fato, entretanto, durante esta movimentação, merece

destaque, por trazer à tona elementos para a reflexão sobre os *Movimentos Sociais*.

A Visibilidade da
Diferença em
determinados Espaços
de Poder

Nos reportemos ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado. Do lado de dentro, deputados vestidos a caráter, conversam entre si. Nas galerias, inúmeros militantes de organizações vinculadas ao Comitê *Outros 500* aglomeram-se. Por solicitação do deputado do Partido dos Trabalhadores, Jomar Fernandes, são chamados a ocupar a mesa um negro e um índio, em função dos protestos realizados em torno dos 500 anos. Após a abertura oficial feita pelo presidente da casa legislativa, deputado Manoel Ribeiro, pronunciam-se um cacique, em nome da causa indígena, e o Magno José Cruz, em nome da causa negra.

Magno Cruz⁽¹⁾ fala da situação atual nos negros no Brasil e no Maranhão. No seu discurso, cita dados sobre a situação de pobreza, de desemprego, de não-acesso à educação e à terra que atinge este segmento da população; denuncia como o Brasil nega a discriminação racial e anuncia as formas de resistência e organização na luta por direitos que o povo negro engendrou ao longo da história.

Após a fala de Magno, inscrevem-se para falar vários deputados, entre eles, o deputado José Raimundo, do PTB, sigla reconhecidamente pertencente ao campo da direita no espectro partidário brasileiro. Radialista, durante muitos anos à frente da emissora afiliada à Rede Globo no Estado, fala

¹ - Magno José Cruz, 49 anos, engenheiro e funcionário da Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, diretor do Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Maranhão, e militante do Centro de Cultura Negra, do qual já foi coordenador por duas gestões.

da sua condição de negro. Do alto da tribuna da Assembléia Legislativa, conta as vezes em que sofreu discriminação, na área de comunicação, por ser negro e se chamar Zé. Conta como lhe foi sugerido que trocasse de nome, como foi barrado em alguns lugares, como sente que é visto, até na política, como estando *fora do lugar*. Diz, sobretudo, que entende a causa negra e que admira o trabalho do CCN, porque sabe como ele se sentiu em todos estes momentos. E emociona a todos.

Que causa é esta que mobiliza tanto, que na Assembléia Legislativa, atravessa a esquerda e a direita? Como ganhou notoriedade a ponto de ocupar o espaço público? É a causa do *povo negro* que nas décadas de 80 e 90 teve vários momentos de manifestação. Procuro demonstrar como esta questão começou a ganhar notoriedade no Maranhão, a partir da organização e atuação do CCN - Centro de Cultura Negra, e como as noções de *sujeito* e de *identidade* são relevantes para a reflexão sobre o Movimento Negro e o processo organizativo desta entidade.

Hoje a mídia, através das novas revistas, expressa esta tendência de trazer a público o que antes era algo privado, produtos de beleza são especialmente produzidos para acessar o mercado à população negra. A legislação brasileira também teve que sofrer reorientações, estabelecendo a discriminação racial como crime², e o Ministério da Educação, em 1985, reconheceu Zumbi na condição de herói, o líder do Quilombo dos Palmares, símbolo da resistência dos negros contra a escravidão. Mas isso não foi sempre assim.

Referindo-se ao início desse processo de publicização da causa negra, isto é, da discriminação racial e da precariedade econômica e social dessa população, através das novas *entidades de Movimentos Sociais* na década de 80, Cardoso diz que

"começa aqui a fase concreta da subversão negra; no exato momento em que o negro se faz reconhecer enquanto indivíduo inteiro, sem se

despojar da sua condição étnica ou cultural e, assim, tal qual ele é, provocar mudanças reais nas estruturas sociais e na cultura brasileira"(Cardoso, 1987, p.85).

Em outras palavras, ao vir a público, identificando-se como negro, os grupos e indivíduos tornam também pública a existência do conflito racial.

A Criação do CCN - Perfil, Organização interna, Objetivos, Sustentação

Uma das organizações significativas, no início da década de 80, foi o Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN. Criado em 19 de setembro de 1979, na sede da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (CCN, 2000), e oficializado em assembléia em 03 de março de 1980, ele surgiu a partir de um grupo com formação universitária (doc.1), que vinha desenvolvendo estudos e pesquisas sobre o negro e sua cultura. Instituiu-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos e com objetivos sociais, culturais, recreativos e esportivos. Cento e três pessoas assinaram a Ata da assembléia de fundação (doc.2), realizada no Laboratório de Expressões Artísticas do Maranhão - Laborarte, outra organização com presença marcante no cenário público maranhense da época.

O CCN já tem 21 anos, funciona na rua dos Guarany's, no Barés, próximo ao bairro João Paulo, em prédio inicialmente cedido pela prefeitura municipal em regime de comodato em 1983, e depois doado em 1995. Suas instâncias organizativas atualmente são: assembléia geral, diretoria administrativa, conselho fiscal e departamentos: cultural, esporte, informação e divulgação, estudos e pesquisas, eventos e promoções. Seus integrantes criaram o Bloco Afro Akomabu, a Associação Atlética CCN, o Grupo de Capoeira Raízes de Palmares, o Grupo de Dança Afro Abanjá, ligados ao departamento cultural, e já tiveram um time de futebol ligado ao

²- Refiro-me à Lei 7.716, de 1989, que define a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão

departamento de esportes (doc.3). Uma alteração do Estatuto, registrada em 1996, mudou a função diretiva que era presidencialista para uma Coordenação Geral, eleita pelos sócios para um mandato de três anos (doc. 4).

O objetivo geral do Centro, na sua elaboração mais recente, não difere muito do anterior: "lutar contra a discriminação racial e contribuir para a articulação dos afrodescendentes na defesa do direito à igualdade na sociedade brasileira" (doc. 5). Das atividades que desenvolve, em seus documentos destacam-se: realização de reuniões temáticas, debates, seminários, encontros, passeatas, exposições, mostras culturais, atos públicos, que são realizados em bairros periféricos, nas comunidades negras rurais e em escolas públicas e privadas. Ressaltam também a articulação com entidades que lutam pela defesa dos direitos humanos, nos âmbitos estadual e nacional (doc.3).

O financiamento das atividades vem de colaborações dos sócios e de recursos oriundos de projetos específicos para determinadas atividades como o Projeto Quilombo Resistência Negra PQRN e o Projeto Vida de Negro PVN. Estes projetos são financiados por agências de cooperação internacional³. Possui também um outro, que funciona com recursos públicos nacionais, voltados para o trabalho com crianças e adolescentes - Projeto O Sonho dos Erês (doc.3). O CCN tem uma atuação para dentro, em termos de organização e formação de seus integrantes, e para fora, visando a disseminação do seu ideário, a manifestação de suas posições e as reivindicações de direitos dos negros e negras.

Em um projeto enviado para agências para financiamento em 2000, a coordenação demonstra a representação que possui sobre o seu trabalho:

"Ressaltamos que todas as nossas estratégias para alcançarmos nossos objetivos são

realizadas por militantes voluntários. Sobrevivemos nesses 21 anos com doações de sócios e simpatizantes, e nos últimos 5 anos conseguimos ter aprovados alguns projetos que têm definidas ações e resultados específicos a serem alcançados, trazendo um certo apoio técnico e administrativo para a entidade, limitando ampliar as suas estratégias para alcançar seus objetivos e cumprir a sua missão. Sabemos que precisamos fortalecer o nosso setor administrativo-financeiro, pois somente ele nos permitirá um maior avanço em todas as nossas atividades, tanto urbana, quanto rural" (doc. 3).

Foto: Paulo Lopes



Esses dados indicam, por um lado, que o Centro tem uma forte atuação militante, participação e trabalho voluntário de pessoas pela causa negra, por outro, que a entidade está buscando uma maior institucionalização, seja pelo trabalho profissional vinculado a projetos específicos em torno de algumas temáticas, seja pela estruturação de sua própria organização. Tem, portanto, algumas características de entidade de Movimentos Sociais (ou entidade popular) e de ONG.

Em um prospecto escrito por Magno Cruz, em forma de cordel, o CCN assim retrata a percepção de sua história:

³ Agências de cooperação internacional são ONGs de países desenvolvidos, organizações eclesiais e algumas governamentais que financiam projetos sociais em países menos desenvolvidos. O PQRN está sendo financiado por Christian Aid e o PVN por Oxfam, Fundação Ford e a CESE. Já o Sonho dos Erês tem financiamento público nacional pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, aprovado no Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente

"No ano de setenta e nove / em dezenove de setembro / eu me recordo, eu me lembro / e por isso eu vou contar / que nasceu o nosso Centro / cheio de idéias e intentos / e muita garra pra lutar. O Centro de Cultura Negra / traçou seu plano de ação / pra agir no Maranhão / na capital e interior / contra a discriminação / racismo e exploração / e o preconceito de cor. Realizou-se seminários / e cursos da nossa história / visando trazer a memória / o que a história esqueceu / pro negro saber agora / das lutas e das vitórias / dos antepassados seus. O CCN foi às escolas / sindicatos e associações / terreiros e templos cristãos / e clubes de periferia / era a militância em ação / trabalhando com abnegação / competência e sabedoria" (doc. 6).

Com base nesse documento e nos propósitos delineados na ata de fundação, o a organização do CCN foi iniciada em seminários e cursos de estudos sobre a situação do negro, seguidos de atuações e/ou contatos com vários setores organizados da população (sindicatos e associações e locais de concentração popular, que se constituíam ou não em grupos, como clubes de periferia e templos religiosos). Vê-se que a linguagem utilizada no cordel, apesar de ter sido escrito a posteriori 1988, denota um vínculo com um certo jargão da época como *garra pra lutar*, *exploração*, a referência à memória de lutas e vitórias e a identificação com *militância*.

Outro elemento a destacar de seus documentos é a variação de formas de sua identidade. Às vezes define-se como um *Movimento Popular* e/ou como um *Movimento Social*, às vezes como o *Movimento Negro*, ou como entidade participante deste Movimento. Verifica-se um sentimento de pertencimento a um *Movimento maior*, o que é compreensível dentro do contexto da época de sua criação, e que chamamos aqui de *campo político dos Movimentos Sociais*. O CCN descreve, no projeto citado, seu engajamento em lutas comuns a outras entidades, que pode ter contribuído para gerar este sentimento:

"Gradativamente, por força da conjuntura do país, ainda sob a égide da ditadura militar, por entender-se que nossa luta enquanto

Movimento Negro não poderia estar isolada das lutas gerais do conjunto da sociedade, é que o CCN começou a engajar-se e apoiar as lutas sindicais, dos quilombolas, dos sem-terra, dos meninos de rua, das mulheres, dos palafitados, ou seja, de todos os oprimidos e explorados desta sociedade capitalista. Um marco importante deste engajamento político deu-se em 1984 quando os militantes do CCN de forma massiva participaram com faixas de protestos da 'Marcha pelas Diretas Já', em São Luís" (doc. 3).

O Contexto da Constituição do CCN

Para entender melhor o CCN, é necessário recorrermos ao contexto da época de sua fundação. Nos documentos, o Centro de Cultura Negra sempre retoma uma preocupação com a história de luta do *povo negro* e busca desenvolver um trabalho de disseminação da idéia de resistência dos afrodescendentes no decorrer da história do Brasil. São fortes as referências aos quilombos, às revoltas como Balaiada e Malês, às sociedades de ajuda mútua e aos cultos religiosos. Apesar disso, tanto nesses documentos como nas entrevistas feitas, encontramos uma certa demarcação histórica, constituinte da memória, que nos remete ao contexto do início da década de 80.

Na passagem da década de 70 para 80, muitos fatos importantes exemplificam as mudanças conjunturais que ocorreram no mundo: a Frente Sandinista de Libertação Nacional é vitoriosa na Revolução Nicaraguense (1978); Margareth Thatcher assume o governo na Inglaterra e inicia o advento do neoliberalismo (1979); começa a crise no Leste Europeu em torno da situação real do socialismo e também as reformas do processo comunista chinês, demarcado pela introdução da coca-cola no país; na África, eclodem diversas lutas pela independência dos países colonizados; na América Latina, os bispos católicos reúnem-se em Puebla e resolvem fazer opção preferencial pelos pobres (1979). (Equip, 1998).

Em um documento de 2000, o CCN expressa sua percepção do contexto

internacional da época, fortemente centrada nas lutas dos negros:

"Na década de 70 o continente africano foi sacudido por uma forte onda de luta libertária; nações que anos a fio estavam sob o jugo de países europeus, iniciaram uma caminhada com guerra, sangue, morte e heróis na busca de suas independências. Essas notícias, ainda que deturpadas pela imprensa amordaçada e submissa à ditadura militar e ao imperialismo, chegaram até as diásporas africanas, enchendo de orgulho os descendentes de africanos nos mais diversos pontos do mundo. Também neste período, dava-se a continuação da luta dos negros norte-americanos por igualdade civil, luta essa que iniciara desde a década de 60, através do movimento armado dos Panteras Negras, além dos movimentos comandados por líderes como Martin Luther King (pacifista) e Malcom X (que pregava a necessidade da luta armada). Foi nessa época que surgiu a moda Black Power, ou seja, os negros assumidos com cabelo natural, sem alisamento" (doc. 3).

Eclodem inúmeras manifestações populares em torno das reivindicações de serviços públicos que resolvessem carências básicas como saúde, saneamento, transporte coletivo e problemas relativos à alta do custo de vida e ao desemprego.

No Brasil estava em curso a *abertura lenta e gradual* da Ditadura Militar, que se instalou no país pós-golpe militar de 1964. Brasileiros exilados no exterior, políticos do Movimento Democrático Brasileiro MDB, e entidades da sociedade civil como Ordem dos Advogados do Brasil OAB e Associação Brasileira de Imprensa ABI, fazem campanha pela *anistia ampla, geral e irrestrita* e pela volta ao *Estado de Direito*. É o período de retomada das lutas de trabalhadores, que se notabilizaram pelas greves protagonizadas pelos metalúrgicos na região do ABC paulista e pelos canavieiros

de Pernambuco. Eclodem inúmeras manifestações populares em torno das reivindicações de serviços públicos que resolvessem carências básicas como saúde, saneamento, transporte coletivo e problemas relativos à alta do custo de vida e ao desemprego. Em uma grande manifestação pública é lançado o Movimento Negro Unificado.

O CCN registra, em documento de 1984, a sua percepção sobre a organização do Movimento Negro neste período:

"Em julho de 1978 surgiu, em uma manifestação pública em São Paulo, o Movimento negro Unificado - MNU, contra a discriminação racial no Brasil. Este Movimento desmitificava publicamente a tão propalada democracia racial brasileira, assim como, promovendo atos públicos, denunciava as discriminações e violências sofridas pelo negro em nossa sociedade. Acreditava-se, então, que a partir daí, os grupos que se formam em todo o Brasil, mesmo sem a sigla MNU, surgem dentro de uma nova perspectiva de ação no que se refere às estratégias de mobilização, conscientização e atuação, visando, não apenas atingir o segmento negro da população, mas os diversos setores da sociedade" (doc. 1)

Esses exemplos são uma pequena amostra do que foi a efervescência política e social naquele período, e no Maranhão o processo não foi diferente. Na capital e nas cidades do interior, diversos *Movimentos* se faziam representar nos Congressos e eventos nacionais começavam a dar corpo nacional às organizações populares. Os conflitos agrários transbordavam: "grilagens, assassinatos e prisões arbitrárias sucediam-se a cada ação desastrosa do governo do Estado, através da COMARCO Companhia Maranhense de Colonização" (SMDH, 1999). E, para reagir a estas problemáticas, as diversas entidades se uniam em frentes e comitês para visitar as áreas, elaborar nota à imprensa, acolhimento dos foragidos, ações na justiça, manifestações populares e negociações com os governos (Borges, 1998).

"Meia passagem ou meia cidade" foi a

marca deixada nos muros da cidade pela chamada Greve da Meia Passagem, uma manifestação de caráter inicialmente estudantil e depois generalizada que tomou as ruas em setembro de 1979 e que culminou com a vitória da proposta estudantil, após um enorme quebra-quebra no centro e assembléia massiva realizada no estádio Nhôzinho Santos. Naquele mesmo ano, manifesta-se expressivamente na praça Deodoro, centro de São Luís, o Movimento Contra a Carestia. Em 1981, nova luta popular em torno de transportes coletivos chega a enfrentar a ocupação da Câmara Municipal por tropas de choque da polícia militar do governo do Estado. Foram grandes também os enfrentamentos nas ocupações de solo urbano que formaram os bairros que hoje são conhecidos como Vila Pe. Xavier, João de Deus e São Bernardo, entre outros.

Pessoas ligadas às Universidades, artistas e políticos de oposição deram corpo ao movimento pela redemocratização no Maranhão. São exemplos disso o Comitê Brasileiro pela Anistia, em 1979, que favoreceu o retorno dos líderes políticos Neiva Moreira e Manoel da Conceição; a campanha em torno da *Oposição Pra Valer*, que conseguiu a vitória eleitoral para o deputado estadual Haroldo Sabóia (MDB); a resistência oferecida pelo Comitê de Defesa da Ilha à implantação da Alcoa em São Luís, e as grandes mobilizações da campanha pelas Eleições Diretas para Presidente da República com suas camisas amarelas iluminando as ruas e praças.

Diversas organizações surgem no Maranhão naquele período. Mary Ferreira (1999) traça a trajetória do movimento feminista no Maranhão. Ao descrever o processo de constituição do movimento feminista no Brasil, Ferreira expressa, a partir de sua vivência e de seus estudos, elementos que, sem dúvida, poderiam ser utilizados por outros movimentos referidos à condição pessoal.

"As formas como as mulheres vivenciaram este feminismo, que no íntimo das mulheres funcionava como uma aprendizagem do ser

mulher, oportunizavam a muitas mulheres a ruptura com a submissão histórica e o despertar para suas potencialidades. Ao trocarem experiências entre si, foram identificando-se umas com as outras, descobrindo que a opressão as atingia cotidianamente nos espaços tanto públicos como privados. A descoberta desta opressão silenciada foi, sem dúvida, o eixo aglutinador deste novo feminismo. Eram as questões não ditas, não publicizadas, que faziam parte do universo das discussões femininas e que permitiriam às mulheres dimensionarem seus problemas na medida que eram comuns a todas" (Ferreira, 1999).

Esta publicização do que até então era visto como privado trouxe à tona, a partir de meados da década de 70 até os anos 90, questões relevantes para a constituição do *tecido movimentalista*⁽⁴⁾ na sociedade brasileira. Organizaram-se e expressaram-se, publicamente grupos de mulheres, de homossexuais, de negros, de artistas, ecologistas, em prol de direitos humanos, direitos específicos de crianças e adolescentes, etc. Todos tinham propostas e práticas voltadas não apenas para reivindicações de serviços ao Estado, mas com perspectivas de garantias de serem identificados e respeitados na sociedade, com suas características próprias.

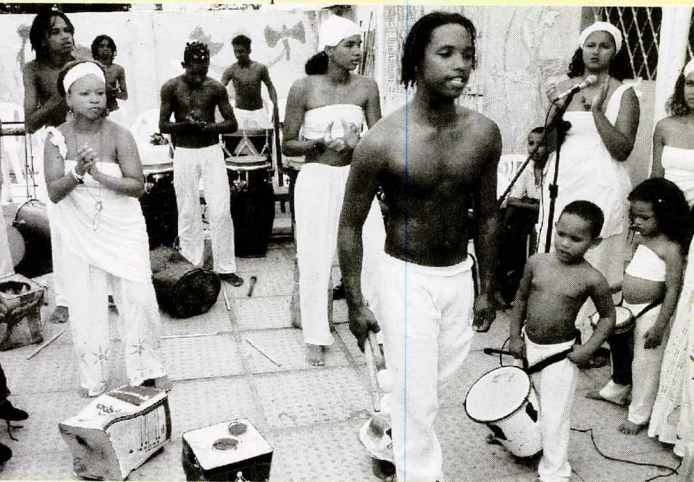
O depoimento seguinte, de uma integrante do CCN, demonstra a tentativa de muitas pessoas de dar respostas às questões que vivenciavam no seu cotidiano:

"Quando eu entrei no CCN eu trabalhava como professora com crianças de 3 a 6 anos na pré-escola e na minha prática com as crianças eu observada algumas situações que me intrigavam bastante. Por exemplo: crianças brancas que não queriam sentar junto com crianças negras, criança branca que não queria pegar a mão de criança negra na hora da rodinha, da brincadeira. Essas situações que eu observava lá na escola me intrigavam muito e aí eu, conversando com outras pessoas, fiquei sabendo do CCN, e eu comecei a ir lá

⁴- Esta é uma expressão utilizada por Scherer-Warren ao se referir às novas organizações sociais e as relações entre elas.

numa busca de entender esse processo, porque que isso se dava... Até aquele momento eu não tinha discussão nenhuma sobre a questão racial, embora me identificasse enquanto não-branca, eu sabia que eu não era branca, mas não tinha isso trabalhado direito na minha cabeça... Então eu fui por estas questões que me intrigavam muito, fui em busca de respostas" (Ent. 1).

Foto: Paulo Lopes



Paralelamente às manifestações sociais de maior visibilidade pública, desde a base social popular, proliferaram-se no final da década de 70 e início de 80 um grande número de grupos ligados a expressões artísticas e a modos de vida que visibilizavam aspectos relevantes para a dinâmica social. Em São Luís foi marcante a congregação de grupos artístico-culturais em torno da Federação de Teatro Amador e do Laboratório de Expressões Artísticas Laborarte, e a presença de grupos de mulheres e o próprio Centro de Cultura Negra.

É possível que estes fenômenos, que certamente não ocorreram só no Maranhão, possam explicar um certo sentimento de pertença ao *campo político dos Movimentos Sociais*, presente àquela época e ainda hoje nos discursos de antigos militantes (Fortes, 1994; Doimo, 1995). Além da identificação com uma problemática específica, diversos militantes dessas organizações identificavam-se também com um Movimento mais geral que, supostamente, englobaria todos.

Este sentimento de pertencimento e/ou de adesão ao *campo político dos Movimentos Sociais* não necessariamente

anula, como pensam alguns, a percepção da diversidade de sujeitos sociais coletivos, expressos em organizações construídas em processos identitários e vinculadas a um ideário de transformação. Pelo contrário, este *campo político* parece ter sido capaz de aglutinar, em torno de uma outra temática com papel catalisador em uma dada conjuntura, ondas de movimentação social. Neste sentido, o *campo político* em discussão não seria apenas composto por organizações, mas pelas teias de relações que desenvolvem (redes movimentalistas) e pelos processos sociais que desencadeiam.

Identidade Étnica - A força aglutinadora

Os *Movimentos Sociais* são processos de grupalização e manifestação em torno de identificações, que podem ser momentâneas na vida de uma pessoa ou predominantes, mas que têm forte poder motivador. Em geral, partem da percepção de problemas e da criação de um sentido de capacidade de transformação por parte do grupo que se aglutina. No caso das entidades e processos mobilizatórios reconhecidos como *Movimento Negro*, a identidade étnica parece ser o elemento mais forte de estímulo à participação.

Os entrevistados do Centro de Cultura Negra demonstram uma identificação com a causa negra e apontam como ela vai, em certos tempos, se tornando central na vida e em outros deslocada momentaneamente, em função de outras necessidades subjetivas, embora continuem presentes. É assim é que temas como condição das mulheres, arte e cultura, educação, crianças e adolescentes, terra, entram na pauta do CCN e se vão constituindo parte desta história de organização dos negros e negras no Maranhão. O componente étnico, entretanto, parece ser transversal a todas os outros.

"Estar no CCN, estar no Movimento Negro hoje, pra mim, faz parte da minha vida. Eu não saberia mais viver fora desse movimento, eu não vejo mais fora de mim. Então eu tenho uma consciência muito forte da minha condição enquanto mulher negra, afrodescendente, e

uma consciência de força muito grande. De luta. De continuar este processo de luta organizativa, política, que nossos antepassados já iniciaram desde a época da escravidão nos quilombos. Diziam que a gente era passivo, coitadinho, e não é nada disso, a organização dos quilombos tá pra provar isso. Então, pra mim, é como viver. Eu vivo 24 horas por dia essa luta, essa consciência de que eu preciso contribuir para que as crianças, os jovens, os adolescentes, as mulheres e homens negros, menos favorecidos, que somos nós, que é a maioria, tenham condição de vida digna. E eu tenho consciência de que este processo não passa só pela formação da consciência do ponto de vista de você ter a idéia do pertencimento, o sentimento de que eu pertença a uma raça ou etnia. Mas principalmente pra entender que o processo é de mudança da sociedade, é a gente lutar por novas formas de relações sociais, por novas formas de relação econômica. Porque sem a gente pensar nesta possibilidade, a gente não vai conseguir também o outro lado, porque é uma coisa que tem que estar junto. Brigar por melhores condições de vida é a gente lutar pra que esta sociedade seja mais justa, mais humana, seja uma coisa que de fato as pessoas tenham seus direitos assegurados, que a gente possa ser feliz" (Ent. 1).

Neste depoimento está expressa a concepção da militante sobre sua própria identidade e a do *Movimento*. A imbricação entre vida e militância, o privado tornado público no processo de pertencimento e de vivência integral da luta, já percebido no movimento feminista, também se expressa aqui. A idéia de que ser negro é uma noção fundante para sua identidade, mas que não recusa, muito pelo contrário, outros elementos constitutivos, e que, em certos momentos, podem vir a se superpor ou a se complementar, como o de ser mulher. A noção de transformações culturais e econômicas, de mudanças no plano micro e macro, e a utopia de construção de uma sociedade como um lugar onde se possa ser feliz, também estão presentes nesse discurso. Todos esses elementos fazem parte do que foi elaborado por Sader como sendo o *ideário* dos *Movimentos Sociais* e estão

presentes no que Laclau chama de *uma certa unidade discursiva* presente nestes Movimentos.

Em outros depoimentos, percebe-se que práticas já detectadas por vários estudiosos dos *Novos Movimentos Sociais* também estiveram presentes no processo de formação do CCN, sejam elas ligadas à tradição da educação popular, de trocas de experiências, de reflexão sobre a subjetividade, sejam aquelas ligadas à centralização e à disputa de poder no interior das entidades.

"Quando eu entrei existia no CCN uma prática muito interessante que eram as reuniões de estudo às terças-feiras. Nessas reuniões a gente tinha a possibilidade de entender este processo de discriminação, de racismo, a gente estudava textos, informações sobre a situação do negro aqui, na África, nos Estados Unidos.. E tinha também o Mãe Andreza (grupo de mulheres) onde a gente fazia a linha da vida. Era uma oportunidade da gente tá passando as experiências de discriminação que a gente sofria, a situação de vida com relação à origem. Porque a gente sabe que a maioria de nós é de família muito pobre, de mães solteiras, filhas de empregadas domésticas...Isso nos fortalecia, fazia a gente trabalhar outras perspectivas, pra tá tendo um sentimento mais positivo" (Ent. 1).

Em outro depoimento, vê-se como os elementos de expressão da situação pessoal, quando comungados com outros, vão gerando símbolos de uma forma de pertencimento a algo novo, ou a um novo modo de ser, que se manifesta na indumentária e nas práticas que desenvolvem.

"As pessoas procuravam o movimento, se aproximavam, isso no começo, pelo desabafo, a indignação. Então as pessoas vão mudar radicalmente sua postura de vestir, de cabelo, ninguém mais vai alisar cabelo. Hoje é que a negada voltou de novo" (Ent. 2).

O elemento identidade, usual no discurso dos integrantes dos *Movimentos* e nos estudos acadêmicos sobre os *Novos Movimentos Sociais*, precisa ser visto mais a fundo, em especial a identidade étnica, que é

incorporada pelos participantes pelo Centro de Cultura Negra.

Afirmação Étnica, Construção de Identidade

O uso da noção de identidade, para pensar os *Movimentos Sociais* e suas organizações, exige reflexão, dada a complexidade que ela encerra. É uma noção transdisciplinar que recebe aportes da psicologia social, psicanálise, sociologia, antropologia, entre outras áreas de conhecimento. Na antropologia, a popularização da noção de identidade, segundo Durham (1986), se deu, inicialmente, no contexto da análise das relações interétnicas e através da inspiração de Barth. Aqui, identidade étnica é trabalhada como identidade contrastiva, com o levantamento dos grupos e todo o processo de enfrentamento, oposição, dominação, submissão, resistência que ocorre tanto no plano simbólico quanto no das relações sociais.

"No contexto das relações interétnicas, o conceito de identidade é muito preciso e delimita um campo bem estruturado. Mas sua extensão a outros grupos e categorias sociais freqüentemente implica a diluição deste campo, pela diluição de sua dimensão contrastiva concreta" (Durham, 1986).

Identidade étnica é uma forma peculiar de identificação e o conceito de identidade encerra em si uma complexidade ligada ao que o sujeito pensa que é e ao que os outros pensam dele. Acrescente-se, conforme já indicamos, todos os deslocamentos circunstanciais que permitem diversas identificações, e aí poderemos ver como a identificação como negro pode ser mobilizadora de uma subjetividade coletiva capaz de potencializar organização e ação de sujeitos. O CCN, em seus documentos, refere-se a si mesmo como um grupo que se construiu em torno de identidade étnica e/ou de raça, fazendo alusões à existência de um *povo negro*, como uma identidade mais ampla, que vai além dos contornos organizativos da entidade (afiliados) e mesmo

do Movimento Negro.

Barth (1969) critica a tradição antropológica que distingue grupos étnicos com base no ato de compartilhar a mesma cultura e/ou vivenciar os mesmos efeitos da relação com o meio ambiente. Ele se propõe a investigar componentes ecológicos, culturais e sociais criadores da diversidade e considerar grupos étnicos com um tipo de organização social. Para classificar uma pessoa em termos de categoria étnica, segundo este ponto de vista, seria necessário considerar a sua identidade básica mais geral, supostamente determinada por sua origem e meio ambiente, mas fortemente demarcada por sua organização. O sentido organizacional implica, para ele, que as pessoas se valem da identidade étnica para categorizar si mesmas e os outros com objetivos de interação.

O autor enfatiza que etnia é uma categoria de atribuição e auto-atribuição, isto é, a pessoa precisa identificar-se como pertencendo àquele grupo e ser vista pelos outros como membro. O conteúdo cultural desta identidade étnica pode ser percebido em sinais manifestos e orientações de valores, mas não é possível, segundo Barth, prever quais elementos culturais serão tornados relevantes para o grupo. O pertencimento ao grupo tem a ver com a vivência de elementos culturais que, naquele momento, são relevantes para o grupo e com o fato de a pessoa declarar sua sujeição à cultura compartilhada.

Esta conceituação de Barth é possível de ser aplicada para o estudo do CCN. Ao compreender o grupo a partir da identificação e da auto-atribuição, considerando a existência de diferentes conteúdos culturais e sua relevância contingencial, abre-se uma perspectiva de lançar um olhar sobre o CCN.

Muitas pessoas que participavam do CCN, na década de 80, utilizavam símbolos característicos do Movimento Negro em seu modo de vestir e tratar os cabelos, em seus padrões de comportamento, nos valores que os orientavam quanto à situação de negros e na sua relação interna ao grupo, etc. Ao que parece, é a partir dessa identidade que os integrantes do CCN se relacionam como grupo com outros da sociedade.

Ao dar ênfase à idéia de grupos étnicos

baseados em atribuição e auto-atribuição, Barth indica também, a meu juízo, a exigência de que o próprio grupo se veja como definido em termos de etnia. Isso pode ser visto no CCN, mas não como uma expressão única, pois há nas entrevistas e nos documentos referências à raça, a identificação muito mais com expressões artísticas e religiosas, ou com o fato de ser mulher. Mas, sem dúvida, o elemento *ser negro(a)* é central para todos e na visão coletiva sobre a organização.

Identidade étnica é uma forma peculiar de identificação e o conceito de identidade encerra em si uma complexidade ligada ao que o sujeito pensa que é e ao que os outros pensam dele.

Se pensarmos distinção étnica, em termos de categoria imperativa, isto é, que não pode ser ignorada e afastada de modo temporário por outras definições da situação, torna-se fácil compreender que um negro não pode, em situações normais, camuflar publicamente a sua negritude, muito menos as outras pessoas podem recusar-se a percebê-la. Entretanto, isto não pode ser visto em termos exclusivistas, porque, obviamente, não possui o mesmo status social uma negra manequim desfilando em uma passarela e uma outra vendendo laranja descascada em uma banca na esquina. Embora isso seja um fato verificável no cotidiano, também é verdade que a questão negra transcende a situação econômica dos indivíduos, como constatamos na narração do episódio que abre este artigo.

Os membros do CCN parecem aglutinarem-se em torno de uma identificação básica mais geral. É um grupo que demarca sua identidade tanto pelo que diz que é como pelo que os outros dizem dele. E é, a partir dessa identidade étnica, que o Centro desenvolve a sua própria manutenção como grupo; suas formas de recrutamento; estabelece relações com outros grupos; altera elementos culturais e

torna pública a sua diferença.

É interessante perceber também que as identidades constitutivas do ser são múltiplas. Não somos sempre a mesma coisa em todo o tempo. A nossa auto-identificação varia com o tempo e com as relações sociais, muito embora possamos ter uma identidade predominante. O que quero confirmar é exatamente esta idéia de uma identidade mais permanente, que se desloca e se associa a outras, como sendo um dos elementos aglutinadores das pessoas em torno de uma entidade, no caso o Centro de Cultura Negra do Maranhão.

Embora haja uma situação de existência dada, seja pelos caracteres próprios cor da pele, feições, tipos de cabelo, seja pelas condições materiais de ordem econômica e social, ou ainda pelas experiências marcantes em termos de discriminação e opressão e os sentimentos semelhantes que isso provoca, é pelo ato de fazer-se negro, e fazer-se coletivamente, em uma comunidade de vivências comuns que se estabelecem novas práticas capazes de visibilizar o que antes era vivido no espaço privado da dor e da revolta. Isto é, esses atributos são "naturalizados" como estratégia de discurso a ajuda a construir uma identidade comum, o que, por sua vez, possibilita a expressão coletiva de necessidades e vontades e isto ocorre no processo organizativo de constituição da entidade e das ações para atingir seus objetivos. Isto não quer dizer que, no interior deste próprio processo não se sobreponham outras identidades, contingencialmente mais fortes e, às vezes, até conflitantes entre si. Exemplo disso, no interior do CCN, é a relação entre homens e mulheres e entre artistas e a entidade, conforme podemos perceber nos depoimentos que seguem:

"Quando eu entrei no CCN eu entrei pro grupo de dança afro Abanjá. Eu fui ser secretário, então eu dizia que tinha que ficar reivindicando, porque as questões culturais aqui dentro...se não tem quem fale, quem reivindique, por mais que esteja no conjunto essa discussão, ela acaba se perdendo ou então sendo absorvida... Eu sentia falta do apoio...E até pelas próprias práticas. Era assim: o grupo ia fazer uma apresentação, então não tinha pessoa da coordenação da entidade

acompanhando o grupo. Então eu perguntava: o grupo não é do CCN? Sempre que a gente ia, a gente falava do CCN, fazia um histórico, a gente era um instrumento do CCN, de tá conscientizando o negro, de tá vendo essa questão da auto-estima. Isso a gente fazia, mas não tinha o retorno de dentro da entidade... Apesar de ter campanhas, ter cursos de formação, mas isso não era aproveitado pelas pessoas do grupo. Isso me dava uma certa angústia, uma inquietação" (Ent. 3).

"Aqui em São Luís já tinha organização de mulheres, o 8 de Março, as Mulheres da Ilha... e nos encontros nortenordeste a gente via que tinha grupo de mulheres negras. As mulheres feministas não davam conta da discussão, a gente viu que precisava se organizar, e foram muito os embates dentro da entidade... Alguns se sentiram invadidos, o mundo do macho foi invadido pelo grupos de mulheres. Então a gente tinha embates terríveis, discussões, foi um momento muito interessante porque assim caiu a cortina de que eram os tudo irmão ali dentro... Foi no final dos anos 80, a gente viu que a percepção da questão racial não faz perceber as outras, a questão de gênero. Porque a questão de gênero foi muito grande, o machismo imperava, a gente começou a discutir relações de companheiros com companheiras de porrada, de agressão, de violência que acontecia e era mascarada, e nunca se discutia isso, ficava só na questão racial... Os caras diziam que o grupo de mulheres era um bando de mulher mal amada... Era uma coisa assim: as mulheres e os homens. Aí algumas pessoas do grupo começaram a discutir que a gente precisava ter mais autonomia, porque o grupo era do CCN, levava o nome do CCN, e terminou saindo..." (Ent. 4)

Esses conflitos de relações de poder no interior da entidade parecem dizer respeito justamente aos deslocamentos de identidades que ocorrem durante o processo organizativo do grupo, mas não são suficientes para negar um pertencimento a uma identificação mais geral

como negro/a. Mesmo o grupo de mulheres, que se retirou organizativamente da entidade, mantém a identidade negra e o sentido de pertencimento ao Movimento Negro, e, individualmente, a maioria das suas integrantes continuam participando do CCN.

Estes elementos sobre a noção de identidade e como ela se vai constituindo no processo organizativo dos sujeitos coletivos, visto na experiência do Centro de Cultura Negra, leva a pensar que ele, embora tenha sido instituído como uma Sociedade Civil⁵, identifica-se muito mais como uma entidade de Movimentos Sociais, isto é, uma entidade impulsionadora de movimentações sociais, ou seja, do Movimento Negro. Um Movimento que foi capaz de publicizar um tema visto anteriormente como privado, de aglutinar pessoas e motivá-las à ação e de tornar-se referência pública na sociedade sobre a temática a ponto de ser ouvido na Assembléia Legislativa do Estado.

Outra reflexão que se impõe é a relação entre identidade individual e identidade coletiva da organização. Os participantes do Centro os documentos pesquisados mostram, várias vezes, a relação que esta entidade estabelece com o Movimento Negro e com o campo dos Movimentos Sociais, que às vezes se expressa em uma bandeira mobilizatória, como as *Diretas Já* ou os *500 Anos*, e às vezes se expressa como um sentido geral de pertencimento a algo com o qual *vai-se fazer a transformação da sociedade*.

"A gente tem que continuar defendendo a busca de um processo de mudança na sociedade, para uma estrutura que não é essa que a gente vive hoje" (Ent. 1).

Sobre as relações e momentos que constituiriam o que é entendido pelos participantes como o Movimento Negro, há referências ao impacto que tiveram no direcionamento político do CCN, no início, os encontros do movimento negro do norte e nordeste, e as tentativas de articulação de fórum de entidades negras no Maranhão, que tiveram

⁵- Nos documentos do CCN às vezes é usado o termo sociedade civil e às vezes associação civil.

'uns dois anos' de funcionamento e pararam por conta de conflitos quanto a se devia ou não ter uma sede, funcionamento permanente, etc.

Os entrevistados consideram que o Movimento Negro no Maranhão é composto por um conjunto de entidades que atuam com a questão do negro como o Quilombo Urbano (do Movimento Hip-Hop) Agentes de Pastoral Negros APN, da Igreja Católica, o Movimento Negro Unificado MNU, e outras. O sentido de pertencimento ao *Movimento Negro*, na percepção deles, não é necessariamente ligado às organizações que tenham autonomia em relação às grandes instituições da sociedade. Situação semelhante ocorre com o Movimento de Mulheres, no qual as participantes reconhecem o pertencimento de organizações de mulheres ligadas a sindicatos, partidos políticos e universidades (Ferreira, 2000). Neste sentido, posso inferir que o *campo político dos Movimentos Sociais*, nessa percepção, pode incluir, além de entidades autônomas, setores vinculados a instituições.

É possível que as articulações que se configuravam nos encontros nortenordeste do Movimento Negro, referenciados em todas as entrevistas como um aporte fundamental para o CCN, confirmem as análises feitas por Doimo (1985) sobre as *redes de influência* que socializaram noções fundantes para os *Movimentos*, perceptíveis através de uma linguagem unificada e de práticas assemelhadas. A importância desses encontros pode ser verificada no depoimento a seguir:

"Aí pelo meio da década de 80, tinha aqueles encontros nortenordeste do Movimento Negro. De um encontro para outro se tirava uma coordenação e ela era encarregada de organizar o encontro, buscar a captação de recursos. O primeiro encontro nortenordeste foi em Salvador, depois teve um aqui em São Luís, teve um em Belém, um em Recife, e depois Salvador de novo e outro em Recife. Deste aí é que veio a discussão para um encontro com sul e sudeste. Porque vinham pessoas do Rio, São Paulo, Belo Horizonte e se agrupavam no encontro nortenordeste. Aí puxou-se um primeiro encontro sul e sudeste que foi no Rio, na UERJ. Depois teve um em São Paulo, que esqueci o nome... E aí deu uma desarticulada

geral nas entidades nortenordeste, porque desses encontros (...) se tirava uma diretriz política, todo mundo trabalhava na mesma perspectiva, embora com autonomia de fazer seus outros trabalhos, mas eram temáticos os encontros... Aí acabou desarticulando, pra nós do norte e nordeste foi muito ruim... Aí termina que quebra essa cadeia, essa coisa mais organizada" (Ent. 4).

Em relação a uma certa noção do que viria ser o *campo dos Movimentos*, é importante destacar trechos de um depoimento que narra parte da história de relações do CCN com outros movimentos, e de como é possível especular sobre as possibilidades de múltiplas influências entre essas organizações, capazes de compor um campo político:

"É preciso ter relação com outros movimentos pra não ficar assim uma coisa fechada. Eu me lembro que em 85, num ato que a gente fez na praça Deodoro, foi a primeira vez que a gente fez um ato público, porque a gente não aparecia em público, ninguém nem sabia que a gente existia, eu me lembro que a Maria Aragão (líder comunista já falecida) mandou um recado que queria conversar comigo, pra eu passar na casa dela, que nessa época era ali na rua de Santana. A Maria tinha aquele pensamento meio fechado, aí ela aconselhou que não devia ter isso no movimento, que não era preciso negro fazer um movimento separado. Aí eu fiquei ouvindo, né? Porque pra mim Maria Aragão era um mito tão grande que eu não tinha nem como contestar, por mais que eu quisesse. Era ficar ouvindo e muito empolgado porque ela tinha me convidado pra eu tomar café com ela e coisa e tal. Mas depois eu me lembro que teve um encontro pra discutir a questão da violência lá no bairro da Liberdade. Aí tava na mesa eu, o Carlos Nina (presidente da OAB, de 94 a 97), e a Maria Aragão. Aí depois que ela ouviu a minha posição, do porquê que a gente tinha este tipo de trabalho... A gente falava assim: olha, mesmo o oprimido discrimina... Ela disse assim: agora eu entendi o porquê do movimento de vocês." (Ent. 2)

Neste depoimento também fica expresso como a auto-organização do CCN e

sua atuação vão demarcando a identidade que o institui na relação com as outras organizações sociais e movimentações. É a partir da explicitação da questão negra, do preconceito e da discriminação que ocorre em todos os setores da sociedade, e das precárias condições socioeconômicas em que vivem a maioria dos negros e negras no Maranhão, e através de suas manifestações, que o CCN foi tornando-se publicamente aceito, inclusive no campo político da esquerda e construindo a capacidade para publicizar o problema e, quiçá, propor políticas públicas para enfrentá-lo.

Foto: Arquivo EQUIP



O Movimento Negro pode ser entendido como uma rede movimentalista, isto é, uma rede de relações entre entidades e pessoas, tendo ou não autonomia em relação às grandes instituições da sociedade, como momentos de aparição em ondas de manifestação pública, e momentos de imersão nos quais funcionam apenas as suas entidades, algumas das quais podem ser ONGs; aquelas que possuem equipes profissionais; que manejam um certo volume de recursos; que fazem assessoria a grupos populares, etc. Outras dessas entidades se auto-identificam como *entidades de Movimentos Sociais*, ou entidades populares, que se organizam a partir do trabalho voluntário e militante, desenvolvem várias ações a partir da contribuição de seus membros e notabilizam-se pela capacidade mobilizatória. O CCN reúne características

dessas duas formas de organização.

No caso do Centro, que atua em várias áreas temáticas como criança e adolescente, educação, terra, direitos humanos, mulher..., parece interessante verificar se existe uma elaboração específica sobre políticas públicas voltadas para a questão das populações negras. Verifica-se nos documentos algumas 'bandeiras', que pleiteiam o combate à discriminação racial, o acesso aos serviços públicos e à terra, e o redirecionamento dos conteúdos escolares, no que diz respeito à história do Brasil, mas não há um corpo elaborado de política pública para a questão do negro.

A Atuação do CCN

O CCN se faz em várias frentes com certa permanência, de modo que já se configuram como suas *linhas de atuação*, embora elas sofram deslocamentos conjunturais. Tais frentes são comitês, fóruns, redes, articulações provisórias. Envolvem temas específicos, permanentes ou conjunturais, e congregam no seu processo de organização, mobilização e publicização de problemas diversas entidades que se identificam como movimentos sociais, populares, organizações não-governamentais e, algumas vezes, agências governamentais.

Na área de educação, o Centro sempre atuou. Desde 1980, realiza anualmente a Semana da Consciência Negra, promovendo seminários e debates abertos, nas escolas e universidades, sobre a questão negra. Desenvolve um projeto nas comunidades rurais remanescentes de quilombos, voltado, entre outras coisas, para a capacitação de professores da rede pública. Possui várias publicações sobre a história dos negros e sobre sua participação em revoltas populares.

Participa da Rede de Intervenção em Políticas Públicas, que reúne diversas entidades em torno do debate geral sobre a temática, a reforma administrativa e, especialmente, o estudo e o acompanhamento do orçamento público do governo do Estado. Participa também do Movimento Nacional de Direitos Humanos, que congrega as diversas ONGs e Movimentos em defesa de direitos como sociedades e centros de Direitos Humanos,

centro de defesa de direitos da criança e do adolescente, organizações de proteção às populações marginalizadas, etc. Integra ainda o Coletivo Balaiada, de educadores populares com atuação na área rural.

Está presente no Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente de São Luís, no qual fora escolhido, junto com outros, para representar a sociedade civil nos Conselhos Municipal e Estadual de Direitos de Criança e Adolescente. Faz parte da Rede Amiga da Criança, que congrega agências governamentais, ONGs, entidades populares, Pastorais e organizações comunitárias, em torno da problemática da vulnerabilidade das crianças em situação de rua.

No campo de Movimento Negro, contribuiu, no início da década de 80, com os encontros regionais e os dois nacionais de organizações. Participou ativamente das mobilizações em torno da Constituinte, tendo sido o proponente, a partir de um encontro estadual com as comunidades negras rurais, no encontro nacional do *Movimento Negro*, da emenda popular pelo reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos. Desde o início de sua organização, acompanha os conflitos agrários nas terras de pretos (Ent. 2), denunciando a situação através do Projeto Vida de Negro⁶. Em parceria com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, contribuiu decisivamente para a organização dessas comunidades. Hoje o CCN assessora a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - ACONERUQ e participa da Comissão Nacional de Quilombos e possui membros no Conselho da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura.

Essas diversas linhas de atuação já permeiam o CCN há bastante tempo, mas sofrem deslocamentos no interior da entidade quanto à força e aos resultados de sua incidência. O trabalho com crianças e adolescentes, por exemplo, já existia em 1987,

através de um convênio com a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor FEBEM. Hoje, o Centro atua no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Conselho Estadual da Assistência Social. Isto, por um lado, só é possível porque no processo de redemocratização do país, as *classes dominadas* conseguiram alargar a esfera pública, conforme Oliveira (1999), alargamento que sofre perspectivas de enfraquecimento com as políticas neoliberais. Por outro lado, porque os *Movimentos Sociais* trouxeram à tona não apenas a luta por direitos, mas o direito a ter direitos, ligados tanto à igualdade quanto à diferença. Com isso, construíram um novo estatuto para a noção de cidadania, cujo requerimento central é a constituição de sujeitos sociais ativos a definir o que eles consideram ser os seus direitos e a lutar pelo seu reconhecimento.

Apesar da sua intensa participação em fóruns, redes e conselhos, a percepção expressa nas entrevistas é de que o CCN não possui uma formulação propositiva para as políticas públicas voltadas para a questão do negro.

"Em todos esses espaços a gente levanta propostas, mas não é assim tão discutido, é cada um que vai representar..." (Ent. 3).

"As pessoas vão se profissionalizando em determinadas áreas, tendo um domínio, por exemplo, o pessoal do PVN tem domínio de titulação de terra, no PQRN tem domínio da educação..." (Ent. 4).

Alguns elementos que aparecem no discurso dos entrevistados podem se relacionar com esta visão de carência de elaboração política como, por exemplo, a dispersão da atuação, a visão contraditória interna sobre participar do movimento geral ou da política, e a relação com o Estado. Senão vejamos:

"...Tem momentos que parece que são vários

⁶- Desde 1980 o CCN vinha desenvolvendo uma pesquisa sobre comunidades negras rurais conduzida com trabalho voluntário organizado por Mundinha Araújo. Em 1987 o Projeto Vida de Negro é organizado por membros do CCN e da SMDH, e em 1988, entra em execução. Em 1998 contava com o aporte financeiro das agências: EZE (Evangelische Zentralstelle Fur Entwicklungshilfe - da Alemanha, através da Coordenadoria Ecológica de Serviços - CESE; da OXFAM - Associação Oxford e da Fundação Ford.

CCNs funcionando dentro do CCN, cada um buscando atingir o objetivo que é o mesmo, mas sem uma inter-relação. A gente hoje tá mais recuado, teve momento que a gente era mais radical... Isso favorece até que setores do governo se aproveitem, como se as (...) comunidades negras tivessem sido descobertas agora por eles... Mas a gente já teve muito embate, muito conflito nas negociações com o ITERMA. A gente participa de muitas coisas nas políticas públicas, mas o CCN não tem uma postura incisiva em cima disso. Porque você pode melhorar a escola mas não ter a especificidade, entendeu? Porque nós temos que mostrar, porque senão não faz sentido ter movimento negro, a gente estaria noutros movimentos. Agora, falta a gente sistematizar isso que a gente tem na área de saúde, educação... na questão da terra é que a coisa é mais definida"(Ent. 2).

"A gente escuta isso até hoje. No CCN a gente escuta as pessoas dizendo assim: O CCN não tem nada a ver com isso, o CCN não é um movimento político. Mas isso é uma visão equivocada porque o Movimento Negro é um movimento político. Foi criado assim. É um movimento contestatório que foi criado denunciando uma situação de vida que o povo negro vivia e não concordava... Então a gente sempre atuou assim, tendo uma mensagem, em tudo a gente passa uma mensagem... No começo não se fazia a ligação entre a situação de discriminação que a gente passava e outras situações de negação de direito. Aí quando algumas pessoas começaram a colocar isso foi polêmico, era natural que houvesse polêmica... Hoje não é mais tão difícil, a gente leva a discussão de que tem que ter uma postura mais política..."(Ent. 1).

Esses indicativos da participação social do CCN nos permitem levantar algumas problematizações e possibilidades: diferentemente da visão de vários estudiosos, que trabalham a trajetória dos *Movimentos Sociais* identificando neles uma fase reivindicativa e outra propositiva, me parece que esses dois aspectos estão presentes em vários momentos dispersos na vida do CCN, considerando inclusive interferências decisivas de conjunturas específicas. Ainda no final da

Ditadura Militar, o Centro de Cultura Negra participava de lutas gerais como a Campanha das Diretas; denunciava as arbitrariedades e fazia atividades de conscientização massiva em bairros populares e de conagração com a população negra. Ainda desenvolvia ações com crianças e adolescentes com trabalho voluntário, mas com materiais financiados por um convênio com a FEBEM.

Foi criado assim. É um movimento contestatório que foi criado denunciando uma situação de vida que o povo negro vivia e não concordava...

Já no período pós-Constituição de 88, conhecido como a fase propositiva ou conselhistas, mudanças no campo da gestão das políticas públicas colocam exigências mais propícias a este tipo de atuação. Atualmente, o CCN tanto faz denúncias (passeata *Outros 500* em 2000, por exemplo), como propõe e negocia com o governo, com enfrentamentos, em relação, por exemplo, às terras de pretos e à política educacional. A partir daí, poderíamos indicar, por um lado, que as diferentes faces que o CCN apresenta não se relacionam apenas com decisões no interior dele mesmo, mas com contextos específicos nos quais está envolvido. Por outro lado, esses depoimentos apontam para o fato de que a proposição de políticas públicas não é assim algo ordenado, unitário e consensual interiormente, não obstante a atuação do CCN em vários fóruns e redes com este objetivo.

Projeto Político do CCN:
Reconhecimento de
Debilidades, Enfrentamento
de Desafios

Criado como um grupo de estudos e pesquisas sobre a situação negra, de início se propôs a arregimentar outras pessoas que já tinham algum tipo de participação social em

sindicatos, associações, centros religiosos, etc. Pelos documentos nos quais o grupo pretende narrar a sua história (doc.1), vê-se que a motivação para o registro imediato como sociedade civil, e não a permanência na informalidade, pode ter derivado de um conflito entre algumas pessoas que o compunham, quanto à linha política a ser adotada. Ainda em 1979, nas primeiras reuniões do grupo, ocorreu uma cisão motivada por publicações de matérias nos jornais locais com as quais a maioria não concordava. Observemos o que diz o documento elaborado pela parte do grupo que deu continuidade ao processo organizativo do CCN:

"Esta última reunião deu margem a algumas reportagens elaboradas por dois elementos do grupo (jornalistas) que desde as primeiras reuniões publicavam diariamente no órgão em que trabalhavam (O Jornal) inverdades e sob a alegação de que estavam promovendo o grupo, forjavam notícias e acontecimentos de fatos não acontecidos. Após esta reunião, o material publicado foi de tão má qualidade e de tão má repercussão que no encontro seguinte compareceram apenas cinco elementos. (...) Sugeriu-se que todo o material divulgado pela imprensa deveria obedecer a um consenso do grupo a respeito da sua publicação ou não. (...) Diante da determinação dos dois integrantes em continuar a publicar o que bem entendessem com o consentimento ou não do restante do grupo, propôs-se então, a cisão do mesmo..." (doc 1).

Mais tarde, esse grupo que tomou a frente da entidade também foi alvo de questionamentos quanto à linha política que vinha adotando. As polêmicas giraram em torno da relação entre a problemática específica dos negros e a participação no campo político dos *Movimentos Sociais*, isto é, a reflexão sobre se o Movimento Negro deveria agregar pessoas apenas em torno da identidade negra ou ter também uma atuação política mais ampla na sociedade. Vários documentos ilustram estas tensões, em especial uma entrevista que narra o conflito que, sendo sobre a linha política, se expressou também no formato organizacional da entidade. Pode-se imaginar que esta

entrevista tenha sido dada por alguém com militância política anterior ao CCN, mas não é o caso. A experiência de participação social anterior do entrevistado, segundo ele, deu-se em um grupo de pesquisa sobre danças populares, seguido da coordenação de um bloco carnavalesco que rompeu com uma escola de samba de um bairro com forte tradição cultural na cidade. Vamos à fala:

"Aí eu entrei como diretor do departamento cultural, a gente começou a fazer uma série de atividades, criamos um grupo de capoeira, mesmo sem sede, porque a gente não tinha sede nessa época, a gente se reunia lá no largo da Igreja dos Remédios, uma salinha lá pequena, que era cedida pra gente uma vez por semana, nos outros dias da semana eram outras entidades. A partir daí vai haver a disputa política, porque havia um grupo de pessoas que eram os fundadores, mas que a gente já tinha uma certa discordância da forma como era conduzida politicamente a entidade, que era fechada. Na realidade, fechada por quê? Porque o Movimento Negro na nossa concepção... desse grupo que vem ser oposição à vice-presidente, que era como presidente, e era tida como ditadora e essas coisas todas. A gente achava que o Movimento Negro tinha que se expandir, tinha que abrir (...) Então, a gente achava que a nossa estratégia era abrir o CCN e formar as pessoas que viessem. Então, quem gostava de dançar, vinha dançar, jogar capoeira e escrever, dizer poesia e tudo isso. (...) a gente tentou formar vários grupos, mas aí sentimos a dificuldade, pois a gente não tinha aquele poder pra fazer isso. Eu sei que com pouco tempo eu me afastei porque tinha um monte de proposta e eu sei que não dava certo e tinha o pessoal que disse que eu tinha que retornar. Aí formamos um grupo, assim, assumimos que nós éramos oposição. (...) Criamos uma chapa pra concorrer já... Isso foi em 83, em 84 a gente tinha um grupo que era oposição mesmo dentro do CCN. (...) em 85 teve eleição e aí nós ganhamos e assumimos, eram dois anos 85 a 87. E depois foi reeleito: 87 e 89. Dois mandatos. (...) Foi o período que a gente conseguiu a sede, mas antes da sede a gente já começou a articular os vários departamentos, todos voltaram a funcionar. Os encontros de

nortenordeste fizeram a gente abrir várias experiências, a gente levar experiência nossa e o pessoal também. Por exemplo, a questão de criar um grupo de mulheres dentro do CCN..." (Ent. 2)

Este depoimento ajuda a identificar que desde o início, o CCN, assim como suponho que ocorra com outras entidades de Movimentos, talvez até com mais intensidade, passa por debates internos que geram subgrupos de natureza política, articulados em torno de posições sobre como deve organizar a entidade e que contornos deve ter a sua atuação, isto é, o seu projeto político-social. Esta experiência recoloca em discussão a idéia, fortemente marcada por *ilusões de época*, que os Movimentos seriam impulsionadores de grupos unitários politicamente.

Em outro trecho do mesmo depoimento, percebe-se como foco do debate um marco que se vincula às expressões partidárias e às diferentes posições no interior da entidade. Vários estudiosos indicam este tipo de experiência como sendo causadora do enfraquecimento das entidades. Entretanto, com o CCN parece ter ocorrido o inverso. A partir daí, ele cria vários grupos culturais, expande o seu número de participantes, insere-se mais no trabalho de organização de outros grupos de negros nas cidades do interior do Estado, altera a sua forma de funcionamento e, posso afirmar, se fortalece.

"É interessante como é que vai se dar a discussão política e a questão partidária dentro do CCN. Quando ela vai ter visibilidade é exatamente no nosso mandato. É quando eu já começo também com a minha militância no PT, que eu já votava no PT, mas ficava muito distante, ficava namorando assim de longe, (...) eu me filiei em 86. Bom, antes desse período a vice-presidente tinha uma ligação muito forte com o PDT e o presidente era militante mesmo, era Brizolista, não era nem do PDT, era Brizolista assumido e eu me lembro que a gente ouvia os discursos de Brizola no CCN. Era levada a fita com os discursos de Brizola e a gente ouvia os discursos de Brizola, o material todo de campanha, os jornais, tudo do brizolismo a gente via. E nessa época ninguém

dizia que a entidade tava aparelhada, que tava partidarizado, ninguém dizia nada e eu achava também normal porque a gente se identificava com algumas coisas do partido. O Brizola falava da sociedade morena, o socialismo moreno, essa coisa toda... (...) E aí quando chegou em 88 que eu me candidatei, há um racha dentro da entidade, porque até pessoas que eram do PT mesmo achavam que realmente a gente tinha partidarizado a entidade. A gente tinha aparelhado. Eu ficava muito contrariado porque a questão não era essa, a questão política eu acho que tinha que ser discutida, o porquê que saiu minha candidatura... mas nunca havia essa avaliação, era sempre essa acusação de que a gente tinha partidarizado, aparelhado e tal. Eu acho que aí se perde uma oportunidade do Movimento, que nesse momento, em 88, só tinha mesmo o CCN... Nesse período era só o CCN e acho que a gente perdeu oportunidade assim de não ter trabalhado legal a questão da minha candidatura. Não é nem na visão de ganhar a eleição, mas na visão de politizar realmente o movimento" (Ent 2).

Um aspecto importante deste momento, registrado em documentos (doc 1 e doc 7) e exposto nas entrevistas, é que aí começam a se fortalecer as relações com outros Movimentos Populares, as quais hoje são, novamente, alvo de crítica, por terem sido abandonadas (Ent. 2), apesar de todos os trabalhos vinculados às redes e fóruns, mas que parecem ser ligadas a temáticas específicas, o que dificulta, para alguns participantes, perceber a relação com a *base social popular*, que estes entendem deve ser a referência para o CCN. Isto quer dizer que, embora o CCN organize-se em rede, há críticas no seu interior quanto à ausência do trabalho popular, ao fato de a sede ser em um bairro de periferia e, ainda assim, o grupo ter uma inserção limitada nas movimentações do bairro. Tanto é assim para eles que a chapa recém-eleita para coordenar o CCN propôs em seu programa de ação "desenvolver política de maior aproximação da entidade com a comunidade/bairros em torno da sede (Barés, Coroado, Redenção, Jordoa e Filipinho)". O CCN atinge, em parte, as crianças das redondezas com o projeto Sonho

dos Erês, os jovens com os grupos artísticos e está iniciando uma articulação com entidades locais para implantação de uma Rádio Comunitária (doc 3).

Sobre o projeto político, os documentos (doc.7) expressam três elementos constantes nas discussões: a idéia de que o projeto vai se construindo na prática a partir da diversidade da intervenção e a noção da necessidade da via partidária eleitoral, e ainda a perspectiva de elaboração de propostas para os espaços de gestão de políticas públicas.

"...Não é um pedaço de papel que a gente senta numa sala e depois diz que vai apresentar o projeto político dos negros para a sociedade brasileira. A gente vai ter que construir isso, diversificando complementemente a nossa prática, essa prática de 'gueto' que tem orientado a visão do movimento negro, nós vamos ter que superá-la para elaborar nosso projeto político".

"... É isto que agente explica ter 500 anos neste país e não ter nenhum vereador negro, porque vereador é coisa muito grande e a gente não enxerga isso no nosso horizonte (...) hoje a gente organiza as entidades no limite muito estreito, os limites que o racismo coloca."

"...Eu acho que o Movimento Negro está caminhando para chegar ao poder, mas como? De que maneira? Todo mundo entrando em partido político? Ou nos vários partidos políticos, de acordo com as tendências?"

"...Negro sempre se recusou a fazer política, porque política é um espaço de branco, foi isso que sempre botaram em nossa cabeça".

"Na Conferência de Saúde, tinha nove vagas para o Movimento Negro, só apareceram duas pessoas e, além disso, o que vamos defender? Se nem na véspera preparamos um documento para se posicionar ..."

O que pode, à primeira vista, parecer a ausência de projeto político, demonstra como esta preocupação esteve presente desde a criação do CCN. Foi fortemente marcada na passagem para a década de 90 e permanece atual até hoje, face à diversidade de frentes de atuação que a entidade possui e às relações permanentes e episódicas que mantém com outras organizações similares e com as agências

governamentais em prol de políticas públicas.

Embora a preocupação com um projeto político tanto como forma de conquistar poder (estratégia) como quanto políticas a serem elaboradas em benefício do *povo negro* tenha estado presente nos debates da entidade, o CCN, em documentos e nas entrevistas, considera-se insatisfeito com o grau de formulação. Apesar disso, nas suas avaliações não desconhece o seu protagonismo em relação dentro de sua temática principal a situação do negro no espaço público no Maranhão e no Brasil.

A relação prioritária com as classes populares e/ou população dos bairros periféricos e o discurso de projeto político referido a esse universo, torna possível interpretar o CCN como uma das *entidades de Movimentos Sociais*, o Movimento Negro, ou como *entidade dos Movimentos Populares*. Ambas as designações, inclusive, são utilizadas pelos seus membros.

No tocante ao seu processo organizativo, vale ressaltar que no Seminário de Avaliação de 1999 (doc 7) ficou patente a dificuldade dos participantes terem uma visão de conjunto que abrangesse suas diversas frentes de atuação. Após a exposição avaliativa de cada setor Akomabu, Abanjá, administrativo, criança, rural... , não houve registro de discussão que distinguisse níveis de atuação interno e externo e os principais problemas apontados referiam-se a questões administrativas e de funcionamento da sede. O relatório apresenta também como uma dificuldade a ausência de integração entre os diversos setores. Isso indica que, internamente, o trabalho não é suficientemente articulado. Os depoimentos indicam que este não é um problema atual, que essa desarticulação já vem de há algum tempo.

Isso exige uma reflexão sobre a interpretação de *Movimentos Sociais* como redes e o CCN estaria, nessa perspectiva, enfrentando dificuldades para organizar-se internamente. Enquanto parte do Movimento Negro, é possível afirmar que ele se organiza em rede. Por exemplo, os documentos registram uma articulação nortenordeste, durante a década de 80, que teve grande influência no processo organizativo e formas de

atuação do CCN. Registram também a participação em encontros nacionais do Movimento Negro, em articulações temáticas no seu interior, como encontros de mulheres negras, outras ligadas a aspectos da saúde, etc., e hoje o CCN participa da Comissão Nacional de Quilombos, assessora a ACONERUQ, em âmbito estadual, articula diversas experiências organizativas relativas aos negros em cidades do interior do Estado e anualmente organiza-se com diferentes entidades vinculadas à questão étnica para realização da Semana da Consciência Negra, além de ter contribuído, durante dois anos, para o funcionamento do fórum de entidades negras.

Estes dados visam demonstrar a existência do Movimento Negro como uma teia de relações entre entidades e pessoas, com maior ou menor visibilidade e atuação, em diferentes momentos, mas que teve, historicamente, capacidade de publicizar problemas e de elaborar proposições, intervindo para que elas se viabilizassem. As formas de intervenção sofrem variações, que podem ter a ver com a conjuntura específica de cada época e/ou com os elementos políticos em torno dos quais as diferentes entidades se consolidam, mas, sem dúvida, conseguem expressão pública como sujeitos de um processo social.

ENTREVISTAS

- **Maria do Socorro Guterres** - 42 anos; formada em pedagogia; professora da rede pública; atual coordenadora do CCN; foi participante ativa do grupo de mulheres Mãe Andreza; atua no projeto PQRN, com educação e organização comunitárias em comunidades negras rurais e, atualmente, trabalha também com um projeto de erradicação do trabalho infantil, desenvolvido pela Fundação Municipal de Assistência - FUMCAS.
- **Magno José Cruz**: 50 anos; casado; engenheiro, funcionário da Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão - CAEMA; dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Maranhão - STIU-MA; três mandatos na direção do CCN, sendo dois como coordenador (85-87 e 87-89); já foi candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores, em 1988.
- **Antonio Henrique Rosa Costa** - 24 anos; bailarino do grupo afro Abanjá; atual secretário do CCN; já foi participante ativo em grupos de jovens da Igreja Católica.
- **Marta Maria Andrade** - 43 anos; baiana; foi participante ativa do grupo de mulheres Mãe Andreza; trabalha atualmente na Fundação Municipal de Assistência Social - FUMCAS com atendimento direto a meninos de rua; participa da Rede Amiga da Criança, representando o CCN.

DOCUMENTOS CITADOS:

1. Breve histórico-estrutura-relatório de atividades - 1979-1984. São Luís, CCN, 1984.
2. Ata da Constituição do Centro de Cultura Negra do Maranhão. São Luís, CCN, 1980.
3. Projeto Centro de Referência de Cultura Negra. São Luís, CCN, 2000.
4. Alteração do Estatuto. São Luís, CCN, 1996.
5. Estrutura Administrativa para o CCN da Chapa "Balaiada - Luta e Resistência Quilombola". São Luís, CCN, 2001.
6. Cordel História do CCN, de Magno Cruz. São Luís, CCN, 1988.
7. Relatório do Seminário de Avaliação 98 e planejamento 99 do CCN. São Luís, CCN, 1999.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BORGES, Arleth Santos. A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. Campinas, UNICAMP, 1998, dissertação de mestrado.

DOIMO, Ana Maria. A Vez e Voz do Popular - Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ ANPOCS, 1995.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Movimentos Sociais - A Construção da Cidadania. In: Novos Estudos nº 10. São Paulo, CEBRAP, 1984.

EQUIP. Relatório do Seminário de Atualização Metodológica e Movimentos Sociais. Recife, EQUIP, 1998, mimeo.

FORTES, Alexandre (et alli). Na Luta por Direitos - Estudos Recentes em História Social do Trabalho. Campinas, Editora da UNICAMP, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do Público, Destituição da Fala e Anulação da Política; o Totalitarismo Neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco & PAOLI, Maria Célia (Orgs.). Os Sentidos da Democracia - Políticas do Discenso e Hegemonia Global. Petrópolis, Vozes e Brasília, NEDIC, 1999.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Contribuições para uma Análise da Política de Formação do Partido dos Trabalhadores - PT. São Paulo, PUC, 1996, Dissertação de Mestrado.

Sobre a EQUIP

Fundada em julho de 1988, a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (Equip) é uma organização não-governamental que atua nos nove estados da região Nordeste do Brasil. Sua missão institucional é promover ação educativa que contribua na construção do protagonismo popular. Para isso, a Equip investe na formação, no intercâmbio e na sistematização de experiências de educação popular que buscam incorporar todas as dimensões da vida.

A prioridade da Equip é trabalhar a qualificação política e metodológica de educadores(as), lideranças e jovens vinculados aos movimentos sociais populares, urbanos e rurais. O trabalho dessas lideranças deve estar voltado para a democratização das políticas públicas e do poder local, na perspectiva de buscar mais qualidade de vida para todos.

A Equip se articula em redes para desenvolver sua ação formativa. As redes ajudam a interiorizar e multiplicar os processos formativos, cujo objetivo é potencializar o gosto pela igualdade, pela liberdade e solidariedade nas relações de gênero, etnia e entre gerações.

Reconhecendo a diversidade de sentidos da expressão “educação popular”, a Equip a assume com o entendimento de que ela exprime uma concepção metodológica de trabalho educativo dos sujeitos coletivos em movimento pela transformação social. Esta concepção se baseia na integralidade do ser humano e na dialogicidade como possibilidade de formação de pessoas críticas, autônomas e criativas.

Como estratégia de ação a Equip tem três programas: **1. Ação e Formação de Entidades Populares; 2. Desenvolvimento e Democracia; 3. Juventude e Participação.** Através dos programas são construídos processos formativos que visam a qualificação e o fortalecimento dos movimentos sociais populares, para que construam espaços democráticos e de convivência solidária e fraterna, na perspectiva de intervir e provocar mudanças estruturais em nível local e regional.

Todas as atividades da Escola são realizadas graças às diversas parcerias e convênios firmados com agências de cooperação de diversos países e ONGs nacionais. Atualmente a Equip recebe apoio das seguintes parceiras: American Friends Service Committee, CCFD (Comité Catholique Contre la Faim et pour le Développement), CESE, Christian Aid, Développement et Paix - D&P, Fundação Kellog, Manos Unidas, Misereor, Novib, Intermón Oxfam e PWRDF.



**Escola de Formação
Quilombo dos Palmares**

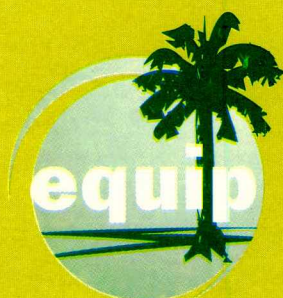
Rua Monte Castelo, 142 - Boa Vista - Recife/PE

CEP: 50050-310

Telefones: (0xx81) 3423.2116 - 3423.2542

www.equip.org.br

e-mail: equip@equip.org.br



Escola de Formação
Quilombo dos Palmares

Rua Monte Castelo, 142 - Boa Vista - Recife/PE

CEP: 50050-310

Telefones: (0xx81) 3423.2116 - 3423.2542

www.equip.org.br

e-mail: equip@equip.org.br